UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA APLICADA

DEMOGRAFIA E ESTRUTURAS AGRARIAS. ANALISE DA DINAMICA DEMOGRAFICA E DAS MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS FUNDIARIAS DA AGRICULTURA GALEGA 1950-1993

TOMO II

TESE DE DOUTORAMENTO apresentada por:

EDELMIRO LOPEZ IGLESIAS

SANTIAGO DE COMPOSTELA, Junho 1994

SEGUNDA PARTE:

A ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS E A DISTRIBUÇOM DA PROPRIEDADE DA TERRA NA AGRICULTURA GALEGA. ANALISE DAS SUAS CARACTERISTICAS, E DAS MUDANÇAS QUE EXPERIMENTAROM AO LONGO DAS ULTIMAS DECADAS.

A segunda parte da investigaçom, que iniciamos aqui, tem como objectivo o estudo das estruturas fundiárias da agricultura galega; o estudo das características que estas apresentavam a meiados do século actual, e da sua evoluçom nas últimas décadas.

Para começar, é conveniente delimitar de forma precisa o ámbito de problemas que pretendemos abordar. Com o termo "estruturas fundiárias", que poderiamos traduzir também por "estrutura da terra", denominamos genericamente as questons relativas à base territorial das exploraçons agrárias e à propriedade da terra. Aqui incluem-se quatro aspeitos ou questons diferentes:

-O primeiro é o que se refire à distribuçom das exploraçons segundo a sua superfície, ao tamanho das unidades de produçom em termos de superfície.

-O segundo é a estrutura da propriedade da terra: a sua distribuçom por tamanhos, em funçom da condiçom social e a residéncia dos proprietários, etc.

-O terceiro aspeito som os regimes de tenéncia da terra, que expressam as relaçons entre propriedade e exploraçom; ou, de forma mais precisa, as relaçons entre o empresário agrário, e o/os proprietário/os das terras que formam a sua unidade de produçom.

-Por último, fica um quarto aspeito ou questom: o grau de fragmentaçom interna das propriedades e das exploraçons, em parcelas ou fincas diferentes.

Pois bem, **dessas 4 questons, a nós interessa-nos principalmente a primeira: a dimensom, em termos de superfície, das exploraçons agrárias**. Para aludir a este tema utilizam-se com freqüéncia os termos de "estrutura dimensional das exploraçons", ou mais simplemente "estrutura das exploraçons". Em rigor, nengumha das duas denominaçons é exacta. A segunda nom o é porque na definiçom da estrutura produtiva, ou estrutura das exploraçons, intervenhem muitos mais elementos que a terra, a base territorial das unidades de produçom. E tampouco resulta exacto o primeiro termo, já que nom existe umha noçom única de "dimensom" das exploraçons, senom que a dimensom refire-se sempre a um elemento concreto dessas unidades, no nosso caso a superfície[1]. De todos modos, na exposiçom, e por comodidade, empregaremos também essas denominaçons; bem entendido que ao falar de estrutura dimensional, ou

[1] Sobre isto consultar por exemplo:
-LAURENT, C. / VIAU, C., La concentration des terres dans les exploitations agricoles entre 1955 et 1963., INRA, Paris, 1969, pag. 11.

simplesmente estrutura, das exploraçons, estamos aludindo à distribuçom destas unidades segundo a sua superfície, à dimensom da sua base territorial.

Como dixemos, esse aspeito é o que centra o nosso interesse. Sem embargo, a questom do número e a superfície das exploraçons, e a sua evoluçom no tempo, está estreitamente vinculada à distribuçom e a dinámica da propriedade da terra e dos modos de tenéncia. Por este motivo, na análise referiremo-nos também a estes dous aspeitos: propriedade da terra, e modos ou regimes de tenéncia das superfícies que integram as unidades de produçom.

Em cámbio, nom entraremos de forma detalhada na quarta das questons antes citadas, a que se refire à fragmentaçom interna ou parcelamento da superfície das exploraçons (e das terras de cada proprietário). Ainda que podamos fazer algumha referéncia geral à situaçom que neste aspeito se regista na agricultura galega, isto nom será objecto de umha análise pormenorizada pola nossa parte. A razom de proceder assi nom é que a questom do parcelamento nos pareza pouco relevante, senom a necessidade de acotar o ámbito da temática abordada.

Portanto, o nosso objectivo centra-se aqui no estudo de: o tamanho das exploraçons em termos de superfície, a distribuçom da propriedade da terra, e os modos ou regimes de tenéncia. A isto dedicamos o capítulo VII, que é o núcleo desta segunda parte da investigaçom. Iniciamos este capítulo com umha introduçom histórica, na que se trata de resumir a dinámica das estruturas fundiárias em Galiza ao longo da história contemporánea, e aclarar assi o processo que levou à conformaçom das estruturas que encontramos ao redor de 1950/1960. Depois analisamos detalhadamente a realidade existente nesta data, meiados do século actual, nos trés aspeitos citados (superfície das exploraçons, propriedade da terra, e modos de tenéncia); baseando-nos para isto nos dados oferecidos polas diversas fontes estatísticas disponíveis. E num terceiro apartado estudamos a evoluçom registada ao longo das últimas décadas, tanto no referido ao número e a superfície das exploraçons, como aos modos de tenéncia da terra.

Isso será, como dixemos, o núcleo desta segunda parte da investigaçom. Sem embargo, incluímos também aqui outro capítulo, o número VIII, no que analisamos a distribuçom da superfície das exploraçons por aproveitamentos, e as suas mudanças ao longo das décadas recentes; centrando-nos em especial na distribuçom entre SAU e terras a monte. O motivo de abordar este tema é porque se trata de algo estreitamente relacionado com o problema do tamanho da base territorial das exploraçons, se medimos este tamanho nom em termos da superfície total, senom de superfície agrária. No seu momento quedará perfectamente clara a estreita relaçom existente entre as duas questons; e a grande releváncia que no caso de Galiza tem o problema dos usos da terra, para o tema do tamanho das exploraçons e das vias possíveis para a sua ampliaçom.

CAPITULO VII. A ESTRUTURA DAS EXPLORAÇONS AGRARIAS E A DISTRIBUÇOM DA PROPRIEDADE DA TERRA NA AGRICULTURA GALEGA. ANALISE DAS SUAS CARACTERISTICAS E DA SUA EVOLUÇOM NO PERIODO 1962-1989.

INTRODUÇOM.

Entre os elementos que definem as características da agricultura num determinado país ou regiom, ocupam um lugar central aqueles relativos à base territorial das unidades de produçom: o número e a superfície das exploraçons, a distribuçom da propriedade da terra, e os regimes de tenéncia. Estes elementos tenhem umha grande relevância do ponto de vista das condiçons produtivas, e também no plano social; determinando em boa medida tanto as estruturas de produçom como a estrutura social, no sector agrário de um país.

Numha perspectiva dinámica, as transformaçons na estrutura dimensional das exploraçons, constituem um dos componentes esenciais das fondas mudanças que experimentou a agricultura nos países desenvolvidos, ao longo do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Os avances tecnológicos na produçom agrária, impulsárom neste período um intenso processo de substituçom de trabalho por inputs e bens de capital fixo de origem industrial; processo este que foi possibilitado e estimulado pola geraçom de empregos nos sectores nom agrários, e os conseguintes trasvases de mao de obra procedentes da agricultura. Agora bem, para que essas técnicas puderam ser utilizadas de forma rentável, fixo-se necessário um aumento contínuo da escala de produçom, um aumento da base territorial das exploraçons; e, portanto, umha transformaçom profunda das estruturas agrárias que em cada país foram herdadas do passado[2]. Esta adaptaçom da estrutura das exploraçons à nova tecnologia disponível, operou-se ao través da desapariçom e concentraçom de exploraçons, cuja resultante foi a diminuçom do número de unidades de produçom e o incremento da sua extensom média.

---

[2] Sobre esta questom, e a sua relaçom com as transformaçons globais da agricultura nos países desenvolvidos neste período, consultar por exemplo:
-RENBORG, Ulf, "Tendencies toward concentration and specialization in agriculture.", em:
PAPI, Ugo / NUNN, Charles, Economic Problems of Agriculture in Industrial Societies., Mac Millan-St. Martin Press, New York, 1969, pp. 209-233.

É esta, como dixemos, umha tendéncia geral em todos os países desenvolvidos, e concretamente em todos os países da Europa Ocidental, ao longo das quatro últimas décadas; a partir de 1950, por ponher umha data[3].

Referindo-nos já à realidade concreta que nos ocupa, som sobradamente conhecidas as características esenciais que apresentam a estrutura das exploraçons e a distribuçom da propriedade da terra, na agricultura galega. Predomínio das exploraçons de pequena ou mui pequena extensom, elevada divisom da propriedade da terra; em síntese, que estamos perante umha agricultura de pequenos agricultores-proprietários. Todos esses feitos constituem lugares comuns, reiterados com tanta insisténcia que se tenhem convertido já em tópicos.

Agora bem, som mui poucos os autores que, indo mais alá da repetiçom dos lugares comuns, tenhem tratado de analisar com certo detenimento a estrutura dimensional das exploraçons existente em Galiza no período recente (desde meiados do século XX para adiante). E o mesmo pode afirmar-se para a distribuçom da propriedade e os modos de tenéncia da terra. Como excepçom significativa dentro deste panorama, hai que citar a análise que sobre estes temas oferece Abel Bouhier, na sua monumental obra sobre o "complexo agrário galego"[4]. Pero pouco mais podemos encontrar na bibliografia, se pretendemos afondar nas características que apresentavam a estrutura das exploraçons, a propriedade da terra e os modos de tenéncia, a meiados do século actual.

Por outro lado, se é certo que aquelas características esenciais seguem conservando a sua vigéncia em termos gerais na actualidade, devemos perguntar-nos, de todos modos, polas possíveis mudanças registadas neste campo ao longo das últimas décadas. Qual foi a evoluçom experimentada durante este período polo número e a superfície das exploraçons ?; produzírom-se neste aspeito modificaçons significativas ?; que tendéncias se registárom paralelamente na propriedade e os modos de tenéncia da terra ?.

---

[3] Mais adiante oferecemos cifras referidas concretamente à evoluçom nos países membros da CEE a partir de 1960. Sobre as tendéncias nas décadas da imediata posguerra pode encontrar-se umha panorámica por exemplo no trabalho de U. Renborg citado na nota anterior.

[4] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire., Imprimerie Yonnaise, La Roche-sur-Yon, 1979, 2 tomos.
Concretamente, a exposiçom referida à estrutura das exploraçons e à propriedade e modos de tenéncia da terra figura no capítulo quinto da segunda parte da obra, páginas 1061-1169.

O feito de plantejar-se essas questons está especialmente justificado depois das conclusons que obtivemos na primeira parte da nossa investigaçom, referidas à evoluçom que experimentou a mao de obra agrária em Galiza nos últimos 40 anos.

É um feito conhecido que a evoluçom do número e a superfície das exploraçons num espaço determinado, está, em princípio, estreitamente vinculada á dinámica da populaçom activa agrária[5]. Assi, o minifundismo que caracterizava à agricultura galega tradicional, é inseparável das elevadas densidades demográficas alcançadas no nosso agro. E a persisténcia e acentuaçom da pequena dimensom das exploraçons ao longo de todo o século XIX e primeira metade do XX, pode considerar-se como umha conseqüéncia do mantenimento, durante todo esse período, de umha elevada pressom demográfica sobre a terra.

A partir de 1950, sem embargo, como vimos na primeira parte da investigaçom, o número de trabalhadores agrários experimenta em Galiza umha reduçom contínua e a ritmos cada vez maiores; prosseguindo esta tendéncia até a actualidade. Deste modo, a princípios da década de 1990, o número de persoas ocupadas na agricultura galega suponhia tam só entre 1/4 e 1/5, segundo o tipo de dados que tomemos, das existentes em 1950.

Resulta obrigado, portanto, perguntar-se se essa diminuçom da populaçom activa agrária foi acompanhada de um processo significativo de desapariçom e concentraçom de exploraçons; com o aumento conseguinte da dimensom média das unidades de produçom. E, em caso de que a resposta fora negativa, haverá que tratar de aclarar que factores explicam a falta de conexom entre a dinámica demográfica e a evoluçom da estrutura das exploraçons.

O nosso objectivo neste capítulo é conhecer o melhor possível a evoluçom registada, dacordo com as fontes estatísticas de carácter global das que disponhemos. Portanto, a análise tem aqui um carácter esencialmente descritivo. Umha vez conhecida essa evoluçom, na terceira parte da investigaçom trataremos de aclarar os seus factores explicativos. Para isto introduziremos

---

[5] Em rigor,como veremos no capítulo IX, nom existe umha correspondéncia simple entre ambos fenómenos, senom que a relaçom entre dinámica demográfica e evoluçom da estrutura das exploraçons é muito mais complexa. Sem embargo, em termos gerais si se trata de fenómenos estreitamente vinculados. Ao respeito consultar por exemplo:
-BRUN, André, Démographie et structures foncières., Société française d'économie rurale, Paris, 1965, 18 pp.
-NAREDO, José Manuel, La evolución de la agricultura en España., 3a. ed., Ed. Laia, Barcelona, 1977, pp. 117 e ss.

também na análise dados obtidos mediante umha recolhida directa de informaçom.

Como já anunciamos, o presente capítulo inicia-se com umha introduçom histórica. Num segundo apartado examinamos a estrutura das exploraçons, a distribuçom da propriedade da terra e os modos de tenéncia, existentes ao redor de 1950/1960 (a data concreta de referéncia depende das estatísticas utilizadas). E finalmente, trataremos de aclarar as mudanças registadas nestes aspeitos desde essa data até a actualidade (finais da década dos 80 ou princípios dos 90). Isto último, o estudo da evoluçom nas décadas recentes, é o que tem um interesse mais directo, do ponto de vista do conjunto da investigaçom. Pero, previamente, parece-nos necessário perfilar com a maior precisom possível a situaçom de partida, a meiados do século actual; e também os traços esenciais do processo histórico que levou à configuraçom destas estruturas, ao longo da história contemporánea. Daí a seqüéncia que seguimos na exposiçom.

1. INTRODUÇOM HISTORICA. A CONFORMAÇOM DAS ACTUAIS ESTRUTURAS FUNDIARIAS DA AGRICULTURA GALEGA, AO LONGO DA HISTORIA CONTEMPORANEA.

Como passo prévio ao estudo das estruturas fundiárias que encontramos na agricultura galega a meiados do século actual, trataremos aqui de resumir o processo histórico que levou à sua conformaçom.

Aos nossos fins, é suficiente com remontar-nos aos últimos 200 anos. Iniciamos, pois, esta exposiçom referindo-nos às características que apresentava a estrutura das exploraçons e a propriedade da terra em Galiza, a finais do Antigo Regime. E examinamos depois os principais fitos ou transformaçons registados nesses dous planos ao longo da história contemporánea, e que acabárom de configurar as estruturas vigentes ao redor de 1950/1960.

Tratando-se de umha introduçom, o espaço que dedicamos a estas notas de carácter histórico é bastante extenso. Isto obedece à nossa convicçom de que, para comprender adeqüadamente a estrutura das exploraçons e da propriedade da terra existentes no agro galego nas décadas recentes, é imprescindível umha mirada retrospectiva à história contemporánea; ou, noutras palavras, é necessário situar a realidade actual numha perspectiva histórica. Em consonáncia com isto, nom nos limitamos unicamente a resumir as conclusons dos estudos realizados polos historiadores; senom que tratamos também de estabelecer algumhas valoraçons desses processos, contemplando-os desde a actualidade, desde a realidade e os problemas actuais das estruturas fundiárias em Galiza.

1.1. A estrutura das exploraçons e a propriedade da terra a meiados do século XVIII.

a. Exploraçons de reduzida superfície, e grandes extensons de montes comuns: a "dualidade" das estruturas fundiárias.

O sistema agrário tradicional existente em Galiza caracterizava-se, no que respeita à utilizaçom da terra, por um traço fundamental: a estreiteza do espaço agrário propriamente dito, a reduzida proporçom da superfície total que ocupavam as terras cultivadas e os prados, é dizer, o que com as categorias estatísticas actuais podemos denominar Superfície Agrária Util (SAU). A estreiteza do espaço agrário tinha o seu correlato no forte predomínio das terras a monte, que cubriam a maior parte do território.

É essa umha das características mais profundas e antigas do que A.Bouhier chama o "complexo agrário galego"[6]; característica que estava plenamente vigente a finais do Antigo Regime, e que vai manter esta vigéncia até a actualidade. Em concreto, estima-se que a meiados do século XVIII, a suma da superfície cultivada e os prados nom representava em Galiza mais do 25% da superfície total; correspondendo o restante 75% às terras a monte[7]. Século e médio depois, em 1905, e segundo as estatísticas da "Dirección General de Agricultura", o monte ocupava o 65,9% do território, os terreos improdutivos o 2,8%, e a superfície cultivada o 31,3%[8]

---

[6] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit.
A referéncia à "exigüidade" do espaço agrário e aos seus factores explicativos constitue um dos aspeitos destacados em maior medida em toda esta obra. No que respeita em concreto à antiguidade do fenómeno consultar as páginas 1375 e ss.

[7] Ver: SAAVEDRA, Pegerto, "Los montes abiertos y los concejos rurales en Galicia en los siglos XVI-XVIII: aproximación a un problema.", Cuadernos de Estudios Gallegos, Tomo XXXIII, no. 98, 1982, pag. 183.

[8] Cifras tomadas do trabalho:
-SINEIRO, Francisco / DIAZ DIAZ, Nieves, "A producción gandeira nas terras a monte: análise da evolución do sistema productivo no período 1900-1980; as posibilidades de mellora e sementeira de pastos.", em:
VARIOS, Os usos do monte en Galicia., Ed. do Castro, Sada- A Corunha, 1984, pag. 207.

Os dous tipos de superfície, espaço agrário e monte, estavam sometidos a formas de possessom e aproveitamento diferentes, diferindo também a sua organizaçom ou estrutura parcelária. O reduzido espaço agrário aparecia dividido entre um elevado número de exploraçons individuais de pequena dimensom, e com um elevado parcelamento. Em cámbio, a superfície de monte correspondia na sua imensa maioria a montes comuns, extensons indivisas aproveitadas colectivamente polas comunidades vizinhais ou por grupos de indivíduos. O monte particular, parcelado e integrado nas exploraçons individuais, tinha umha importáncia quantitativa mui pequena.

Deste modo, **as estruturas fundiárias existentes na agricultura galega, vistas globalmente, apresentavam umha imagem "dual": de umha parte, um elevado número de exploraçons de superfície reduzida e mui parcelada, entre as que estava dividido o estreito espaço agrário; e rodeando a esse terrazgo, as grandes extensons de monte comum, que cubriam as 3/4 partes do território.**

Se queremos ter umha imagem completa da situaçom, devemos referir-nos, pois, aos dous componentes dessa "estrutura dual"[9].

a1. A pequena dimensom e o elevado grau de parcelamento das exploraçons individuais.

A reduzida superfície por exploraçom e o seu forte parcelamento interno, que se constatam em Galiza no período actual, nom som um fenómeno recente. As investigaçons realizadas nos últimos 15 ou 20 anos no campo da história agrária[10], tenhem demostrado que esses fenómenos constituem traços mui

---

[9] Empregamos aqui o adjectivo "dual" para significar que nessa estrutura existiam dous componentes mui diferentes, no que respeita ao tamanho das unidades de exploraçom e ao parcelamento da superfície; pero nom deve tomar-se esse adjectivo no sentido de que se tratava de duas realidades independentes, sem vinculaçons mútuas. Entre as exploraçons individuais e os montes comuns existia umha estreita relaçom, como apontamos mais adiante.

[10] Entre essas investigaçons hai que destacar em especial, polo seu carácter globalizador, a obra de Ramón Villares:
-VILLARES, Ramón, La propiedad de la tierra en Galicia 1500-1936., Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1982.

antigos da estrutura produtiva do agro galego, que estavam plenamente consolidados ao início da Idade Contemporánea.

Em concreto, contamos já com numerosos estudos comarcais, nos que se oferece informaçom empírica sobre a distribuçom da terra entre as exploraçons agrárias que existia a meiados do século XVIII; utilizando como base os dados estatísticos suministrados polo "Catastro de Ensenada", elaborado em 1753[11]. Todos estes estudos coincidem em sinalar que nesta data a superfície média por exploraçom era em Galiza já reduzida, com cifras que nom estavam excessivamente longe das que encontramos no período actual. E o mesmo sucede com a fragmentaçom das terras de cada unidade de produçom.

No que respeita em concreto à dimensom das exploraçons, Ramón Villares, sintetizando os resultados das diversas investigaçons comarcais, oferece a seguinte imagem da situaçom a meiados do XVIII: *"En las comarcas costeras atlánticas, la mensura de las explotaciones se sitúa en torno a las 2 ha (1,6 en O Salnés, 2,0 en Rianxo y 2,5 en O Barbanza meridional); aumenta un poco el tamaño de las mismas en la comarca de Xallas o en el norte de la provincia lucense (en torno a 2,5 ha), mientras que la explotación-tipo de las zonas interiores, aún siendo notablemente más extensa que la de las fachadas atlántica y cantábrica, no puede escapar a la denominación de pequeña, sobre todo teniendo en cuenta la productividad y el sistema de cultivos: alrededor de 3 ha en Friol o en Chantada, cerca de 4 ha en la Alta Limia orensana."*[12]

Vemos aí que a pequena extensom das exploraçons era umha característica geralizada em todo o agro galego, se bem com diferéncias importantes de umhas zonas a outras, ao igual que sucede, como depois comprovaremos, na actualidade. Para interpretar correctamente essas cifras é importante, sem embargo, ter presente que se refirem às terras que formavam parte das exploraçons individuais, e que fórom declaradas nos asentos individuais do Catastro. E estas terras correspondem quase exclusivamente a lavradio, vinhas,

---

[11] Prescindimos de citar aqui a relaçom desses estudos. Umha relaçom dos mesmos e umha visom panorámica dos resultados obtidos para as diversas comarcas no que respeita à superfície das exploraçons pode encontrar-se na obra mencionada de R. Villares. Ver: -VILLARES, Ramón, La propiedad de la tierra... op. cit., pp. 19-30.

[12] VILLARES, Ramón, "Minifundio. Introducción histórica.", em : Gran Enciclopedia Gallega, Vol. XXI, pag. 71.

prados e soutos; em suma, o que Bouhier denomina, ao examinar estas cifras, "superfície agrária constante e directamente utilizada"[13], e que podemos assimilar à SAU. O monte particular tinha nesta data umha importáncia quantitativa mui reduzida dentro da superfície das exploraçons. Em definitiva, as cifras antes citadas refirem-se à dimensom das unidades de produçom **em termos de SAU**.

Tendo isso em conta, qual é a relaçom entre esse tamanho das exploraçons a meiados do século XVIII e a situaçom no período actual ?. Tomando os dados oferecidos polo Censo agrário de 1962, e calculando a SAU média por exploraçom, obtemos para o conjunto de Galiza a cifra de 1,48 hes[14]. A comparaçom entre este cifra e as vistas antes deve efectuar-se com suma cautela, e nom podemos pretender tirar conclusons precisas. Pero o que isso sugire é que a pequena dimensom das exploraçons, já consolidada a finais do Antigo Regime, se acentuou ainda de um modo significativo nos 200 anos que vam até a metade do século actual. Esta conclusom, por outro lado, é coerente com a evoluçom das densidades demográficas na agricultura galega durante esse período: estas densidades, ainda que de um modo ralentizado, continuárom aumentando ao longo de todo o século XIX, e também, como vimos na primeira parte da nossa investigaçom, na primeira metade do XX.

a2. As grandes extensons ocupadas polos montes comuns.

As exploraçons individuais de pequeno tamanho e mui parceladas, às que acabamos de referir-nos, eram só um dos elementos das estruturas fundiárias na agricultura galega do Antigo Regime; e nom ocupavam em conjunto mais que umha proporçom reduzida do território (ao redor de 1/4 do território, a meiados do século XVIII). Ao lado dessas exploraçons, e como complemento indispensável das mesmas, estavam os montes comuns, que cubriam a maior parte da superfície.

No sistema agrário tradicional existente em Galiza, o monte, o inculto, cumplia umha série de funçons esenciais para o funcionamento das exploraçons

---

[13] Ver o estudo que oferece sobre a utilizaçom da terra nesta data:
-BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1402 e ss.

[14] Incluímos na SAU as terras lavradas e os prados. Os detalhes dos cálculos podem ver-se no capítulo VIII, onde examinamos estas cifras do Censo agrário de 1962 sobre o tamanho médio das exploraçons em termos de SAU.

agrárias, e para a reproduçom do conjunto do sistema[15]. Essas funçons eram esencialmente de quatro tipos: as superfícies de monte serviam para a extensom temporal do espaço cultivado, mediante a prática das rozas ou estivadas; contribuiam à alimentaçom do gado, ao través do pastoreo e também mediante a utilizaçom com esse fim do tojo; permitiam a obtençom de lenha e madeira. E sobretodo, o monte era o lugar onde se obtinha o tojo, utilizado como cama para o gado e que constituia assi a matéria prima fundamental para a produçom de adubos orgánicos. Por esta via, o monte era a base para o mantenimento, a reproduçom, da fertilidade da terra no espaço cultivado. Todo isto justifica a expressom já clássica de A. Bouhier, que se refire ao inculto como o "soporte tradicional do sistema"[16].

Dessas funçons, e em especial da última, derivava-se a necessidade de manter um equilíbrio entre o espaço cultivado (incluíndo os prados) e o monte; o que imponhia um límite à possível expansom do primeiro. Isto explica que as terras lavradas e prados só ocuparam umha proporçom reduzida do território, correspondendo a maior parte ao inculto.

Em concreto, A. Bouhier estima que o mantenimento do equilíbrio do sistema agrário exigia destinar ao inculto entre o 50% e o 95% da superfície

---

[15] Sobre as funçons tradicionais do monte na agricultura galega existe umha abundante bibliografia. Dentro dela podemos destacar:

-BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 878 e ss. Obra esta na que se oferece, sem dúvida, o estudo mais completo sobre o tema.

-BOUHIER, Abel, "Las formas tradicionales de utilización del monte. Su evolución reciente. Las perspectivas de porvenir.", em: VARIOS, Os usos do monte en Galicia op. cit., pp. 11-28. (Neste trabalho aparece umha síntese da análise efectuada na obra anterior).

-BALBOA, Xesús, O monte en Galicia., Ed. Xerais, Vigo, 1990, pp. 23-48.

-FERNANDEZ LEICEAGA, Xaquín, Economía (política) do monte galego., Universidade de Santiago de Compostela. Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago, 1990, pp. 11-18.

Essas quatro obras, junto com o trabalho de Pegerto Saavedra que citamos numha nota anterior, constituem a bibliografia esencial para aproximar-nos ao papel e a realidade tradicional do monte em Galiza, e às suas vicisitudes ao longo da Idade Contemporánea.

[16] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit.

total, segundo as comarcas[17]. Uns cálculos estes que som confirmados para meiados do século XVIII pola análise dos dados oferecidos polo "Catastro de Ensenada"[18]. Nesta data pode estimar-se que em Galiza, considerada globalmente, o monte ocupava em torno ao 75%-80% do território[19].

Como já sinalamos, desta grande extensom ocupada polo inculto, só umha proporçom mui pequena correspondia a montes particulares, integrados na superfície das exploraçons individuais[20]. Por outro lado, eram também mui escassos em Galiza, "quase desconhecidos" afirma Pegerto Saavedra, os montes de próprios, pertencentes aos concelhos e por cujo aproveitamento devia pagar-se um canom que nutria as fazendas municipais[21].

A imensa maioria das superfícies de monte existentes no agro galego no século XVIII eram de titularidade privada colectiva; extensons pertencentes a comunidades vizinhais ou grupos de famílias, que se mantinham em pro-indiviso e eram objecto de um aproveitamento colectivo. Estes montes comuns, ou, numha terminologia mais precisa, estes montes abertos de titularidade colectiva,

---

17 Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 922-926.
Sobre esta questom consultar também:
-GARCIA FERNANDEZ, Jesús, Organización del espacio y economía rural en la España Atlántica., Ed. Siglo XXI, Madrid, 1975, pp. 224 e ss.

18 Ver a análise desses dados que efectua este mesmo autor:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1402-1409.

19 Esta é a cifra estimada por Pegerto Saavedra, e resulta coerente com os dados por comarcas oferecidos por Bouhier. Ver:
-SAAVEDRA, Pegerto, "Los montes abiertos y los concejos rurales en Galicia...", op. cit., pag. 183.

20 Dados que avalam e ilustram esta afirmaçom podem encontrar-se na obra de A. Bouhier (pp. 862 e ss.); e também nos estudos históricos de ámbito comarcal referidos ao século XVIII. Assi, por exemplo, na jurisdicçom de Xalhas o inculto ocupava o 89,3% da superfície, pero desta extensom só o 5,7% correspondia a montes particulares. Ver:
-BARREIRO, Baudilio, La jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, sociedad y economía., 2a. ed. , Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, Santiago de Compostela, 1978, pp. 267 e ss.

21 Ver:
-SAAVEDRA, Pegerto, "Los montes abiertos...", op. cit., pp. 186-188.
-BALBOA, Xesús, O monte en Galicia. op. cit., pp. 52-53.

cubriam portanto a maior parte do território, rodeando o exígüo espaço agrário. Em contraposiçom com o pequeno tamanho e a forte fragmentaçom interna que apresentava a superfície das exploraçons individuais, os montes comuns eram unidades de umha extensom média relativamente elevada e nom parceladas internamente[22].

Agora bem, dentro do que genericamente vimos denominando montes comuns, figuravam em realidade dous tipos de unidades mui diferentes, no que respeita ao seu regime de possessom: os montes de "varas" ou "vozes", e os montes de vizinhos. Aqui nom podemos extender-nos sobre o tema da tipificaçom jurídica destas duas classes de montes. Pero é importante sinalar as características esenciais dos seus regimes de possessom; porque estas características vam determinar em boa medida a diferente evoluçom registada por umhas e outras superfícies ao longo da Idade Contemporánea, e a sua diferente situaçom na actualidade[23].

Os montes de vizinhos, ou montes vizinhais em mao comum, som extensons pertencentes a entidades de populaçom de níveis variáveis (umha aldeia, um grupo de aldeias, umha parróquia,...), e que se caracterizam porque neles: o direito de usufruto corresponde a todos os vizinhos da entidade; esse direito vai ligado à mera condiçom de vizinho, à residéncia no lugar do que se trate; e o usufruto tende a ser igualitário entre todos os membros.

Nos montes de varas, em cámbio, a titularidade pertence a um grupo de indivíduos ou famílias, cada umha das quais dispom de umha determinada quota, de quantia variável, que é a que determina os direitos de usufruto sobre o monte. As quotas ou participaçons som transmitidas por via herditária, e podem ser objecto de compra-venda, constituindo estas as vias para acceder ao usufruto do monte. Assi, o que existe no caso dos montes de varas nom é umha titularidade da comunidade vizinhal, senom umha co-propriedade de diferentes casas.

Em definitiva, frente à elevada força dos vínculos comunitários, com a conseguinte coesom da colectividade, que caracteriza aos montes de vizinhos, nos montes de varas o carácter comunal é muito mais débil. Trata-se neste caso também de extensons que se mantenhem indivisas, pero com umha forte

---

[22] Produzia-se, é certo, umha divisom em parcelas daquelas partes do monte onde se realizavam as rozas ou estivadas; pero essa divisom era só temporal.

[23] Umha análise detalhada do regime de possessom e as formas de aproveitamento dos montes de varas e dos montes de vizinhos pode encontrar-se nos estudos de Abel Bouhier, Xesús Balboa, e Pegerto Saavedra, citados em notas anteriores. Neles baseamo-nos para as notas que oferecemos a continuaçom.

componente individualizadora. Isto, como veremos, determinará em boa medida o diferente devir de umhas e outras superfícies na Idade Contemporánea.

Hai que destacar por último a diferente localizaçom geográfica que apresentavam os dous tipos de montes. Os montes de varas existiam exclusivamente na metade septentrional de Galiza; em concreto, a fins do século XVIII, segundo aponta A. Bouhier, a sua preséncia limitava-se à área situada ao norte de umha linha: desembocadura do Ulha- Dozom- Pedrafita[24]. Pola sua parte, os montes de vizinhos estavam presentes em toda a geografia galega, pero eram especialmente abundantes na metade meridional. Assi, neste aspeito, ao igual que em muitos outros[25], existia umha neta oposiçom entre a metade meridional e a metade septentrional de Galiza: na primeira, ao sul daquela linha imaginária, dominavam de forma absoluta os montes de vizinhos; mentres que na metade norte, ainda que também estes estavam presentes, dominavam os montes de varas[26].

b. A propriedade e as fórmulas de cessom da terra; o sistema foral.

Sabido é que a propriedade privada plena e livre da terra[27] constitue umha criaçom do ordenamento jurídico burgués, que historicamente tem a sua origem nas reformas agrárias liberais efectuadas como parte das revoluçons burguesas.

---

[24] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 848.

[25] Por exemplo, a estrutura do hábitat, ou os sistemas herditários. Nos dous aspeitos dava-se também contraste entre as duas metades de Galiza.

[26] Sobre a localizaçom gegráfica desses dous tipos de montes consultar:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 831-862.
-BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 58-66.
-SAAVEDRA, Pegerto, op. cit., pp. 191-193.

[27] Entendida a propriedade como *"...el poder de afectar los objetos sobre los que se ejerce, y muy especialmente sobre los medios de producción, a usos dados, y a disponer de los productos obtenidos con la ayuda de esos medios de producción."* (BETTELHEIM, Charles, Cálculo económico y formas de propiedad., Ed. Siglo XXI, Madrid, 1973, pp. 85-86).

E também resulta um feito conhecido que, frente a essa noçom nítida de propriedade, no Antigo Regime o conceito de propriedade aparecia como um agregado de diversos direitos parciais, que correspondiam a diferentes sujeitos ou grupos sociais.

No caso concreto da agricultura galega, a estrutura da propriedade da terra no Antigo Regime vinha definida pola separaçom entre o domínio directo, em maos dos grupos rentistas (clero, nobreza e fidalguia), e o domínio útil, em maos dos exploradores directos; e polo predomínio absoluto do foro, do sistema foral, como fórmula de cessom das terras[28].

O foro, e a sua derivaçom, o subforo, era um contrato polo que o tomador (o foreiro), adquiria do titular do domínio eminente (o forista), o direito de uso e disfrute de umha extensom de terra a cámbio de umha renda, em geral de quantia fixa e em espécie. Como características fundamentais deste tipo de contrato hai que destacar[29]:

i. Em primeiro lugar a sua duraçom. Desde o século XVI o foro é um contrato em geral de longa duraçom, e a partir da "Provisión" de 1763 adquire o carácter de umha cessom perpétua.

ii. A segunda nota a salientar, estreitamente relacionada com a anterior, consiste em que o foreiro, o tomador do foro, podia transmitir por via herditária esse direito de uso, e também ceder em arrendamento ou aforar, à sua vez, as terras.

Essas características do foro tivérom importantes implicaçons para a configuraçom da estrutura das exploraçons que encontramos em Galiza a finais do Antigo Regime, e também para a sua evoluçom posterior. Implicaçons em dous sentidos: por um lado, o sistema foral facilitou a multiplicaçom do número de exploraçons, e a conseguinte fragmentaçom da terra, paralelamente ao aumento das densidades demográficas no agro; e polo outro, essa fórmula de cessom dotou de grande estabilidade na possessom das terras aos camponeses, detentadores do domínio útil.

Ao respeito, compre destacar nestas notas esquemáticas outra característica do sistema foral: a nom implicaçom, numha medida significativa, dos detentadores do domínio eminente na exploraçom directa da terra. Em particular, a classe social dos senhores medianeiros, a fidalguia, que se

---

[28] Um estudo detalhado desta estrutura da propriedade da terra pode encontrar-se na obra:
-VILLARES, Ramón, La propiedad de la tierra... op. cit., em especial, pp. 9-17.

[29] Ver: VILLARES, Ramón, op. cit., capítulo 2.

consolida desde o século XVI, vai jogar um papel de mera classe rentista, sem assumir a exploraçom directa, mediante criados, de umha superfície importante[30].

Sem pretender com isto oferecer umha explicaçom acabada, podemos assi afirmar que a pequena superfície e o elevado parcelamento que apresentavam as exploraçons agrárias em Galiza a finais do Antigo Regime se explicam fundamentalmente polo jogo combinado de três factores:

1. A estreitez do espaço cultivado (incluídos os prados), que era o que aparecia distribuído entre as unidades de produçom individuais.
2. As densidades demográficas relativamente elevadas que se tinham alcançado no nosso agro.
3. E as características do sistema foral, às que acabamos de referir-nos; que fixérom que o aumento das densidades demográficas se traduzira numha fragmentaçom paralela do reduzido espaço agrário entre um grande número de pequenas exploraçons[31].

---

[30] Para a documentaçom desta afirmaçom consultar:
-VILLARES, Ramón, op. cit., pp. 18-19.

[31] Em relaçom com isto, é interessante recolher as conclusons às que chega Abel Bouhier a partir dos dados do Catastro de Ensenada. Analisando estes dados, o autor constata que, a meiados do século XVIII, existia umha correlaçom bastante estreita entre as densidades demográficas nas diferentes àreas da agricultura galega e o tamanho das exploraçons nestas áreas. A única matizaçom importante a essa correlaçom era a que se derivava do domínio nalgumhas comarcas do sistema herditário da "melhora". (Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1454-1457)

Com essa matizaçom, a evidéncia empírica confirma, pois, o que apontamos no texto: a "flexibilidade" que tivo o régime foral, permitindo que a estrutura das exploraçons se adaptara ao crescimento da populaçom agrária, mediante a multiplicaçom das exploraçons.

Ao respeito, para situar a experiéncia galega numha perspectiva geral, é interessante a consulta da obra:
-BOOTH, Anne / SUNDRUM, R.M., Labour Absortion in Agriculture., Oxford University Press, Oxford, 1985, pp. 140 e ss.

Estes autores analisam aqui as diferentes relaçons que podem existir entre o crescimento da populaçom agrária e a evoluçom do número e superfície das exploraçons, dependendo de quais sejam as características dos quadros institucionais que regulam o acceso ao direito de uso da terra.

-A questom da propriedade no caso dos montes comuns; a relaçom destes montes com o sistema foral.

As observaçons precedentes sobre a propriedade da terra devem entender-se como referidas às superfícies de titularidade individual, as que formavam parte das exploraçons individuais. Para os montes de titularidade (privada) colectiva, ou montes comuns, a questom da sua propriedade a finais do Antigo Regime aparece menos nítida, nom encaixando estritamente no esquema visto: a divisom entre domínio directo (em maos das classes rentistas), e domínio útil (em maos dos exploradores directos, que neste caso som as comunidades vizinhais ou os grupos de famílias). Aqui nom imos extender-nos ao respeito. Limitaremo-nos a sintetizar numha série de afirmaçons os pontos esenciais que se desprendem dos estudos existentes sobre o tema[32]:

i. Tanto os montes de varas como os montes de vizinhos (é dizer, os regimes de possessom que caracterizam a umhas e outras superfícies), som anteriores ao sistema foral.

ii. A instalaçom do regime senhorial, levou a que muitas das comunidades rurais se viram obrigadas a pagar rendas polo usufruto desses montes comuns aos detentadores do senhorio jurisdiccional; ainda que isto nom foi assi em todos os casos.

iii. Com freqüéncia, os detentadores do senhorio jurisdiccional tratárom ademais de atribuir-se a propriedade (melhor seria dizer o domínio directo) destes montes, o que deu lugar a numerosos conflitos com as comunidades rurais.

iv. Depois da aboliçom dos senhorios, em 1811, os citados conflitos agudizárom-se. E, perante os pleitos plantejados, os tribunais inclinárom-se sistematicamente por considerar que as rendas que vinham sendo pagadas polo usufruto dos montes comuns eram de natureza foral; atribuindo, pois, aos senhores o domínio directo destes montes[33].

---

[32] Concretamente, baseamo-nos aqui nas observaçons que oferecem:
-BOUHIER, Abel, op. cit., em especial pp. 831-877.
-SAAVEDRA, Pegerto, op. cit.
-BALBOA, Xesús, op. cit., capítulo II.

[33] Sobre este ponto concreto, consultar:
-SAAVEDRA, Pegerto, Voz "Monte", em : Gran Enciclopedia Gallega, Vol. XXI, pag. 206.

O esquema ou descriçom anterior é válido sobretodo para os montes de vizinhos. Nos montes de varas, ademais do suposto comentado, eram também freqüentes os casos nos que os montes foram aforados como anexos ao lavradio, e os senhores percebiam a correspondente renda foral.

Como conseqüéncia de todo isso, a meiados do século XVIII o usufruto de muitos dos montes comuns estava sometido ao pago de umha renda, tanto no caso dos montes de varas como nos montes de vizinhos. Se bem isso, o pago de rendas, nom era geral a todas estas unidades. Em todo caso, hai que destacar de novo que essa situaçom procedia da superposiçom da envoltura senhorial sobre um regime comunitário preexistente.

1.2. A pervivéncia das estruturas fundiárias tradicionais durante todo o século XIX.

Nas décadas finais do século XVIII e primeira metade do XIX, consuma-se na maioria dos países da Europa Ocidental a liquidaçom do regime de propriedade e de organizaçom agrária característico do Antigo Regime, substituindo-o por outro baseado na propriedade privada plena e livre da terra, e na liberdade do seu comércio e exploraçom. As modalidades que adoptárom estas reformas agrárias, inscritas nos processos das revoluçons liberais ou burguesas, difirem muito de uns países a outros; e, em conseqüéncia, fórom também mui diferentes o tipo de transformaçons efectuadas, e as estruturas agrárias resultantes[34].

---

[34] Neste sentido, é já clássica a distinçom entre o que Marx denomina a "via prusiana" e o modelo francés. De um modo similar, Josep Fontana distingue: as "reformas agrárias revolucionárias" (realizadas "desde abaixo", e que levam à consolidaçom de umha ampla capa de pequenos e médios proprietários cultivadores directos da terra); e as "reformas agrárias liberais", soluçons de compromiso realizadas "desde arriba", e que, se bem apresentam variantes, conduzem a uns efeitos similares em todos os casos: *" concentración de la propiedad, expulsión de los campesinos de las tierras que cultivaban tradicionalmente y proletarización de esta población desplazada."*
Ver: FONTANA, Josep, "Transformaciones agrarias y crecimiento económico en la España contemporánea.", em: FONTANA, Josep, Cambio económico y actitudes políticas en la España del siglo XIX., 4a. ed., Ed. Ariel, Barcelona, 1981, pp. 149 e ss; a cita está tomada da página 155.

Em todo caso, qualquer que fora a sua modalidade, essas reformas agrárias tivérom dous efeitos comuns a todas elas[35]:

-A consolidaçom da propriedade privada plena e livre da terra em maos de determinados grupos sociais (já foram os antiguos terratenentes, umha nova burguesia agrária, ou os camponeses).

-E o fraccionamento e privatizaçom dos espaços comunais. Nuns casos estas terras fórom engrossar o património dos grandes proprietários; noutros servírom para ampliar a superfície das exploraçons e as propriedades camponesas, contribuíndo assi a consolidar umha capa de exploraçons médias orientadas para o mercado[36].

Contemplada nesse contexto, a evoluçom registada em Galiza apresenta umha notável especificidade. **O feito esencial a destacar é que as estruturas herdadas do Antigo Regime pervivírom aqui durante todo o século XIX, sem que se produziram modificaçons significativas, nem na propriedade da terra, nem tampouco no que respeita à estrutura das exploraçons**. A reforma agrária liberal efectuada em Espanha ao longo desta centúria, implicou inevitavelmente algumhas mudanças nessas estruturas, pero nom alterou as suas características esenciais. Em concreto:

i. Isso nom levou à supressom do regime foral, que se mantivo como forma predominante de propriedade da terra.

ii. Os montes comuns mantivérom-se durante todo o século XIX indivisos, e conservando as formas de aproveitamento tradicionais. Portanto, no que se refire à distribuçom da superfície entre as unidades de produçom, permaneceu a "estrutura dual" que encontravamos no Antigo Regime (exploraçons individuais de reduzida extensom / grandes superfícies comunais ou indivisas).

Ao mesmo tempo, seguírom aumentando as densidades demográficas na agricultura, o que contribuiu a consolidar as estruturas tradicionais, e a acentuar o pequeno tamanho das exploraçons.

Ainda que de um modo sucinto, imos explicitar algo mais cada um desses três aspeitos.

---

[35] Ver: FONTANA, Josep, "Transformaciones agrarias...", op. cit., pp. 149-161.

[36] Exemplo do primeiro é o caso inglés; do segundo, o caso francés (ainda que com importantes matizes regionais). Ver por exemplo as observaçons e as referéncias bibliográficas que sobre isto oferece:
-BALBOA, Xesús, O monte en Galicia. op. cit., pp. 233-234.

a. A pervivéncia do sistema foral.

Segundo coincidem em sinalar os estudos realizados, as medidas desamortizadoras aplicadas em Espanha ao longo do século XIX, tivérom em Galiza escassos efeitos sobre a estrutura da propriedade da terra. A razom estribou em que o que se puxo em venda aqui nom foi, na imensa maioria dos casos, a propriedade plena e livre das terras, senom só o direito à percepçom das rendas forais que antes cobrava a Igreja; mantendo-se o domínio útil das terras em maos dos exploradores directos. Só no suposto de que este último, o detentador do domínio útil, fora o comprador das rendas, se produziu umha consolidaçom dos diversos domínios existentes sobre a terra. E isto sucedeu em escassa medida.

Deste modo, o resultado da desamortizaçom em Galiza foi em eséncia que mudárom os perceptores das rendas, pero sem alterar o regime de propriedade. Este seguiu marcado pola divisom entre domínio directo e domínio útil, e pola existéncia do foro como fórmula de articulaçom entre esses domínios[37].

Como conclusom geral, o que acabamos de exponher parece algo já solidamente estabelecido polos estudos históricos. Sem embargo, algumhas investigaçons recentes sugirem a necessidade de matizar essa visom do processo, sobretodo no plano temporal. Dito em poucas palavras, o que estas investigaçons indicam é que a citada conclusom (os escassos efeitos da desamortizaçom no que se refire à consolidaçom dos domínios), é válida sobretodo para a realizada até meiados do século XIX; pero que nas vendas efectuadas na segunda metade da centúria foi ganhando peso a redençom, a adquisiçom das rendas polos detentadores do domínio útil, cujo resultado é o acceso destes à propriedade plena das terras. Este giro na política desamortizadora iniciaria-se nos últimos anos da desamortizaçom de Mendizábal (1848/1850), e consolidaria-se a partir de 1855 com a "Ley General" de

---

[37] Umha boa análise desse processo e os seus resultados pode encontrar-se na obra:
-VILLARES, Ramón, La propiedad... op. cit., pp. 141 e ss.

Madoz[38]. Em síntese: *"Hai que distinguir con clareza dúas épocas. A do predominio das subhastas e dos compradores alleos ó mundo rural, no Trienio e nos anos posteriores ó Decreto de febreiro de 1836; e unha segunda etapa de hexemonía da vía redencionista e, polo tanto, de consecuencias sociais e económicas totalmente diferentes."*[39]

De todos modos, os dados amostram que a importáncia quantitativa global dessas redençons foi mui reduzida[40]. E portanto, se é certo que por esta via se iniciou já na segunda metade do XIX o acceso de umha parte dos levadores do domínio útil à propriedade plena e livre da terra, isto foi absolutamente minoritário. Assi, a finais do século a imensa maioria da superfície seguia sometida ao regime foral.

b. A conservaçom da indivisom dos montes comuns, e o mantenimento neles dos sistemas de aproveitamento tradicionais.

Se as medidas desamortizadoras nom alterárom substancialmente o regime de propriedade das terras de titularidade individual, tampouco vam ter efeitos práticos notáveis sobre as extensons de monte de titularidade colectiva. Tanto os montes de varas como os montes de vizinhos, mantivérom-se durante todo o

---

38 Umha visom geral dessas diferentes fases é oferecida no trabalho:
-VILLARES, Ramón, "Desamortización e dereito de propiedade.", em: VILLARES, Ramón (ed.), Donos de seu. Estudios de historia agraria de Galicia., Sotelo Blanco Eds., Barcelona, 1988, pp. 101-142.
Sobre a desamortizaçom de Madoz, em concreto, ver:
-ARTIAGA, Aurora, "As redencións de censos e foros no proceso desamortizador. Pontevedra 1855-1908.", em: VILLARES, Ramón (ed.), Donos de seu... op. cit., pp. 143-193.

39 VILLARES, Ramón, "Desamortización e dereito...", op. cit., pag. 141.

40 Assi se pom de manifesto na informaçom suministrada polos dous trabalhos citados nas notas anteriores. Sobre a magnitude desse processo ver também a precisom que realiza Joám Carmona:
-CARMONA, Joám, El atraso industrial de Galicia., Ed. Ariel, Barcelona, 1990, pag. 42.

século XIX indivisos; e continuárom sendo aproveitados polas comunidades vizinhais ou os grupos de famílias co-partícipes, dacordo com as pautas ou sistemas tradicionais.

Isso nom significa que a construçom do Estado liberal espanhol nom tivera conseqüéncias para os montes comuns galegos. O entramado legal e administrativo que surge em Espanha ao longo do século XIX, entrava em aberta contradiçom com o mantenimento de uns espaços de titularidade privada colectiva, como os existentes em Galiza. E esta contradiçom saldou-se com a progressiva "publificaçom" de umha grande parte dos montes comuns: estes passárom a ser considerados como montes públicos, e a sua titularidade jurídica foi atribuída aos concelhos de nova criaçom, produzindo-se assi no plano legal umha expropriaçom das comunidades vizinhais, que vinham detentando tradicionalmente a sua possessom[41]. Sem embargo, esta mutaçom na titularidade jurídica, nom tivo durante a centúria efeitos práticos relevantes sobre a situaçom dos montes; estes permanecérom indivisos, e os vizinhos pudérom seguir efectuando neles os aproveitamentos tradicionais. Será no século XX, e em concreto no período posterior á Guerra Civil, quando, num contexto social e político mui diferente, aquela expropriaçom deixará sentir a sua pesada carga sobre as comunidades vizinhais, ao iniciar-se o repovoamento florestal massivo dos baldios.

Voltando ao século XIX, hai que destacar, como sinalamos ao princípio, que as medidas desamortizadoras nom tivérom conseqüéncias importantes sobre estes terreos comunais ou colectivos. Apesar de que a sua catalogaçom jurídica como montes públicos os incluia em princípio entre os bens que a Lei Madoz de 1855 declarou em estado de venda, as vendas efectivamente realizadas fórom praticamente insignificantes. Deste modo, a "soluçom privatizadora" dos espaços comunais, que se impuxo de um modo geral na Europa Ocidental, e que em Espanha se tentou com a desamortizaçom geral de Madoz, nom tivo em Galiza nengumha efectividade.

---

[41] Analisamos este processo e, em geral, as vicisitudes que seguem os montes comuns galegos ao longo da Idade Contemporánea, no trabalho:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquím / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Aproximaçom à história do monte na Galiza: evoluçom da propriedade e da utilizaçom.", em:
VARIOS, V Xornadas agrarias galegas., Servicio de Estudios e Publicacións da Consellería de Agricultura, Santiago, 1988, pp. 252-290.
Um estudo mais detalhado da evoluçom registada polo quadro legal em relaçom aos montes comuns no século XIX pode encontrar-se na obra:
-BALBOA, Xesús, O monte en Galicia. op. cit., pp. 81 e ss.

Xesús Balboa oferece-nos um estudo detalhado deste processo[42], e pom claramente de manifesto que a explicaçom do fracasso deste intento privatizador hai que busca-la, em última instáncia, no mesmo factor que explica a pervivéncia do regime foral: a solidez que no agro galego conservavam as estruturas produtivas tradicionais e os grupos sociais vinculados a estas estruturas, o campesinato e a fidalguia; aos que se une ademais agora boa parte da burguesia urbana, compradora de rendas na desamortizaçom. A oposiçom destes grupos sociais, fixo que as vendas de montes comuns foram, como dixemos, insignificantes.

O resultado de todo isso foi, em definitiva, que a finais do século XIX em Galiza mantinham-se, em eséncia, as estruturas fundiárias herdadas do Antigo Regime. Umhas estruturas marcadas, no que respeita à distribuçom da terra entre as unidades de produçom, pola dualidade entre umhas exploraçons individuais de mui reduzida superfície e as grandes extensons de monte comum.

Visto desde o presente, e desde a perspectiva das necessárias transformaçons dessa estrutura agrária, a valoraçom que se pode fazer desse fenómeno (a pervivéncia dos montes comuns no período decimonónico), é contraditória. Porque, se é certo que a sua privatizaçom mediante as medidas desamortizadoras teria significado umha usurpaçom das comunidades vizinhais, nom o é menos que o reparto destes espaços comuns e a incorporaçom das suas terras às exploraçons individuais, era a única via que poderia ter permitido consolidar unidades de produçom de maior dimensom, adaptadas ào novo contexto que se configurava em Europa.

Agora bem, isto leva-nos a outra questom. Antes sinalamos que a razom fundamental de que nom se produzira em Galiza durante o século XIX esta individualizaçom dos montes comuns, foi a solidez que conservavam as estruturas (sociais e produtivas) tradicionais. Ao lado disso, sem embargo, e com igual ou maior importáncia, hai que citar o carácter das medidas legais ao través das quais se plantejou em Espanha a divisom e privatizaçom dos espaços comunais. Como aponta Xesús Balboa: *"A preocupación facendística pesou sempre mais que a necesidade de proceder a unha individualización equilibrada -ao xeito francés- que producira verdadeiras mudanzas nas estruturas agrarias."*[43] Assi, na legislaçom espanhola nom se contemplou em nengum momento o reparto dos espaços comuns entre os seus usufrutuários. A via escolhida para a privatizaçom (ou mais precisamente a individualizaçom) dos montes comuns foi a das vendas na desamortizaçom, que

---

[42] Ver: BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 98-158.

[43] BALBOA, Xesús, op. cit., pag. 234.

implicava a despossessom dos usufrutuários tradicionais. Isto explica em elevada proporçom o fracasso das medidas.

c. A evoluçom da dimensom das exploraçons agrárias.

Como acabamos de ver, durante o século XIX a distribuçom da terra entre as unidades de produçom (a estrutura das exploraçons), nom experimentou transformaçons significativas. Por um lado, mantivo-se a "estrutura dual", pequenas exploraçons individuais / montes comuns. E por outra parte, no que respeita em concreto às exploraçons individuais, as reformas liberais nom levárom a mudanças dignas de mençom. Em correspondéncia com os seus escassos efeitos sobre a propriedade da terra, essas reformas nom afectárom tampouco á estrutura das exploraçons.

Sentado isso, fica por aclarar um ponto: como evolucionou em concreto, ao longo desse período (de meiados do XVIII a finais do XIX), a dimensom das exploraçons.

Nom produzindo-se modificaçons substanciais no regime de propriedade nem nas fórmulas de cessom da terra, a evoluçom do número e superfície das exploraçons veu determinada principalmente pola dinámica demográfica, pola evoluçom das densidades demográficas na agricultura. Pois bem, baseando-nos nos dados e estudos existentes[44], podemos resumir assi as tendéncias:

i. Durante esse século e médio, as densidades demográficas no agro galego, considerado globalmente, continuárom aumentando, ainda que esse crescimento se ralentizou a partir de meiados do século XIX. Em concreto, entre 1752 e 1900 a populaçom residente em núcleos menores de 2.000 habitantes aumentou em Galiza num 41,2%[45].

ii. O crescimento da populaçom agrária, da pressom demográfica sobre a terra, levou a um aumento do número de exploraçons.

---

[44] Concretamente, para efectuar as afirmaçons que venhem a continuaçom apoiamo-nos, ademais das cifras demográficas, nos dados sobre a evoluçom da superfície cultivada e do tamanho das exploraçons que se oferecem nas obras:
-VILLARES, Ramón, La propiedad... op. cit., pp. 182-202.
-CARMONA, Joám, El atraso industrial... op. cit., pp. 37-55.

[45] Cálculo próprio a partir das cifras recolhidas na obra:
-CARMONA, Joám, op. cit., pp. 32-35.

iii. Sem embargo, este incremento do número de exploraçons só em parte se operou a costa da divisom das unidades existentes com anterioridade, e da reduçom do seu tamanho. Em boa medida, o citado incremento realizou-se mediante a expansom do espaço agrário, o espaço apropriado de forma individual, a costa dos montes comuns.

iv. A resultante foi que a superfície média por exploraçom experimentou umha reduçom, pero menor do que corresponderia ao aumento do número de unidades produtivas[46]. E isso foi acompanhado de umha certa ampliaçom do espaço agrário.

1.3. As importantes transformaçons registadas na primeira metade do século XX. A desapariçom do regime foral e as fortes mudanças experimentadas polos montes comuns.

Ao iniciar-se o último quarto do século XIX, seguiam ainda vigentes na agricultura galega os elementos esenciais das estruturas fundiárias herdadas do Antigo Regime. Entre eles estava, por um lado, a existéncia de grandes extensons de monte comum, que se mantinham nesta data indivisos e com as suas formas de aproveitamento tradicionais. E por outro lado, o sistema foral; o regime de propriedade da terra continuava marcado na maior parte da supefície pola pervivéncia do foro, sendo reduzida a extensom na que se estabelecera a propriedade privada plena e livre, característica das sociedades capitalistas.

Vai ser nos anos finais do período decimonónico e na primeira metade do século actual, quando esses dous elementos entrem definitivamente em crise, produzindo-se em ambos aspeitos transformaçons substanciais. Como conseqüéncia dessas mudanças, configuram-se durante este período alguns dos principais traços que caracterizam a estrutura das exploraçons e da propriedade da terra em Galiza na actualidade; e mais concretamente, alguns dos traços esenciais que definem as estruturas que encontramos em 1950/1960 (que será o ponto de partida da nossa análise posterior).

Entre as transformaçons operadas na primeira metade do século XX, hai que situar num lugar central as que se refirem ao regime de propriedade da

---

[46] Concretamente, na análise realizada por R.Villares para a comarca de Chantada, obtem-se que a superfície média por exploraçom diminuiu entre 1753 e 1880 num 12,5% . (Ver: VILLARES, Ramón, op. cit., pp. 184-185)

terra. Assiste-se por fim nestas décadas à liquidaçom do sistema foral, que se salda com o acceso generalizado dos agricultores à propriedade plena das terras que vinham trabalhando. Ainda que esta conquista da propriedade da terra por parte dos camponeses nom é completa; de tal modo que vai quedar um volume nom despreciável de terras em maos de nom agricultores, e trabalhadas em arrendamento ou aparçaria.

Essas tansformaçons no regime de propriedade da terra, nom implicárom mudanças na superfície das unidades de produçom. Antes ao contrário, o seu efeito foi reforçar e consolidar a estrutura de pequenas exploraçons; ao encontrar esta agora a sua correspondéncia num regime de pequena propriedade.

Pola sua parte, os montes comuns vem-se sometidos neste período a pressons mui fortes e de diferente signo[47], que acabam levando à sua desapariçom ou à alteraçom das suas formas de aproveitamento tradicionais. Sometidos a essas tensons, o destino destes montes "bifurca-se"; e assistimos a dous processos:

-De umha banda, produze-se a individualizaçom, a divisom, de umha boa parte dos montes; passando estas terras a integrar-se nas exploraçons individuais, ampliando a sua base territorial.

-Ao mesmo tempo, para outra elevada proporçom dos montes comuns consuma-se a sua "publificaçom", o passo da sua titularidade a maos de entidades públicas, despossuíndo às comunidades vizinhais. E isto vai acompanhado, nas décadas posteriores à Guerra Civil, de um ataque aos modos de aproveitamento tradicionais, como conseqüéncia da política de repovoamento florestal levada a cabo polo Estado.

O seu mero enunciado pom de manifesto que estamos perante mudanças de grande alcance, que vam determinar em boa medida as estruturas que encontramos no período actual. Ademais, nom só se trata da história relativamente recente, senom que alguns desses processos históricos traspassam o umbral do que é o nosso período central de análise (de 1950/1960 em adiante), e o seu desenlace chega até a actualidade. Todo isto justifica que dediquemos a esses processos um espaço relativamente extenso.

---

[47] Por um lado, a "pressom individualizadora" exercida sobre esses espaços polos agricultores; e, por outra banda, a "pressom publificadora" derivada do quadro legal-institucional e da intervençom do Estado na regulaçom dos aproveitamentos do monte.

a. A liquidaçom do regime foral e o acceso do campesinato à propriedade da terra.

a1. A desapariçom do regime foral; o processo de redençom dos foros.

Durante a segunda metade do século XIX, foi aumentando em Galiza a conciéncia de que era necessário proceder à eliminaçom do regime foral, e da divisom de domínios sobre a terra que isso implicava; já que isto suponhia um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura. E das trés opçons em princípio possíveis para a consolidaçom dos domínios (a reversom, em favor dos detentadores do domínio directo; a aboliçom das rendas forais, accedendo os detentadores do domínio útil à propriedade plena das terras sem pagar nengumha indemnizaçom; e a redençom, isto é a consolidaçom da propriedade em maos dos levadores do domínio útil a cámbio de umha indemnizaçom aos rentistas); dessas trés opçons, dizemos, é a redençom a que se vai imponhendo, tanto na doctrina como na própria realidade[48].

Sem embargo, hai que agardar ainda até bem entrado o século actual para que isso se plasme no plano legal, para que se disponha legalmente a eliminaçom das rendas forais; oferecendo um mecanismo jurídico, e fixando um prazo de tempo para essa supressom. A primeira tentativa neste sentido, a lei de redençom de foros de 1873, tivo umha vida mui breve. Com esse precedente, hai que que esperar a 1926 para que seja regulada a soluçom ao problema foral, com o Decreto-lei de Redençom de foros aprovado neste ano. Neste texto fixava-se um prazo de 10 anos para que os levadores do domínio útil procederam à redençom das rendas, prazo que foi ampliado indefinidamente por outro Decreto promulgado em 1931[49].

---

[48] Sobre isto consultar:

-VILLARES, Ramón, La propiedad... op. cit., pp. 249-308.

Oferece-se aqui umha análise sobre os debates em torno ao sistema foral que se desenvolvem em Galiza na segunda metade do século XIX, a posiçom dos diferentes grupos sociais, e o que poderiamos denominar a "correlaçom de forças" entre estes grupos.

[49] Umha referéncia detalhada ao contido desses textos legais pode encontrar-se na obra de R. Villares:

-VILLARES, Ramón, op. cit., pp. 319-322.

O ciclo da vida jurídica do foro nom se fecha até a "Compilación del Derecho Civil Especial de Galicia" de 1963, onde se dispom a extinçom dos foros subsistentes no prazo de 10 anos, é dizer a finais de 1973[50].

Isso é o que sucedeu no plano jurídico. Na realidade, sem embargo, a eliminaçom do sistema foral tinha começado antes de 1926, e era umha empresa consumada quase totalmente em torno a 1960. Imo-nos referir brevemente à cronologia do processo de redençom dos foros, para deter-nos depois algo mais numha questom que tem um grande interesse para o presente: a estrutura da propriedade da terra que surge desse processo.

-A cronologia do processo[51].

A desapariçom das rendas forais, e a consolidaçom da propriedade plena e livre das terras em maos dos detentadores do domínio útil, iniciara-se já, como antes apontamos, com as medidas desamortizadoras; e tivo depois outro breve episódio com a lei de redençom de 1873.

Porém, até as décadas finais do século XIX a imensa maioria da superfície seguiu baixo o regime foral, e este conservou ainda umha notável solidez. O início do período de crise e liquidaçom definitiva deste regime hai que situa-lo em torno a 1890, quando começa a intensificar-se a venda das rendas forais por parte dos grandes rentistas.

A partir daí, o processo foi-se intensificando nas duas primeiras décadas do século XX, ainda que nom de um modo linhal nem tampouco uniforme no espaço; de tal modo que no momento em que é aprovado o Decreto de 1926, umha boa parte das rendas foram já redimidas. O procedimento seguido em todo esse período foi o das redençons privadas, efectuadas de mútuo acordo entre perceptores e pagadores de rendas.

Depois de 1926 o processo de redençom prosseguiu, a ritmos diferentes e com umha cronologia variável de umhas zonas a outras do agro galego; e vai continuar ainda durante a Guerra Civil e a década dos 40. A princípios da

---

[50] Ibidem, pag. 322.

[51] Aqui baseamo-nos principalmente na obra de R. Villares, onde se oferece o melhor estudo realizado até agora sobre o processo de redençom foral. Ver:
-VILLARES, Ramón, op. cit., pp. 323 e ss.
Ademais, utilizamos também as notas que sobre o particular aporta o estudo sempre útil de Abel Bouhier. Ver:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1146-1165.

década dos 50 a liquidaçom do regime foral estava esencialmente consumada, sendo já poucas as rendas sem redimir[52]. E a finais dos anos 60 os contratos de foro que podiam encontrar-se nom passavam do capítulo da anécdota[53].

-A estrutura da propriedade da terra que surge como resultado da redençom foral.

Estamos aqui perante umha questom de grande relevância, e com um interesse directo para o estudo das estruturas fundiárias existentes nas últimas décadas. E umha questom que, visto desde a actualidade, nom está ainda suficientemente aclarada ou precisada, apesar dos grandes avances realizados em Galiza no estudo da história agrária ao longo dos últimos 15 ou 20 anos. Trataremos, pois, de resumir as principais conclusons que se podem estabelecer no estado actual dos conhecimentos; sinalando ao mesmo tempo os aspeitos que, ao nosso entender, ficam por aclarar.

Como acabamos de ver, o processo de redençom foral supuxo que no prazo de uns 50 anos (finais do século XIX e primeira metade do XX), as persoas que detentavam o domínio útil das terras accederam massivamente à sua propriedade plena e livre. O que agora queremos precisar é a estrutura da propriedade e os modos de tenéncia das terras, que emergem como resultado desse processo. Questom essa que é equivalente a esta outra: qual era a composiçom social dos redimentes das rendas, dos donos do domínio útil; e concretamente, em que medida coincidiam essas persoas com os exploradores directos das terras.

Para situar o tema, digamos que em princípio havia dous grandes tipos de situaçons possíveis:

i. A primeira: que o redimente, o dono do domínio útil no momento de efectuar-se a redençom, fora um agricultor, e em concreto o explorador directo das terras. Neste caso, o resultado seria o acceso deste último à propriedade das terras que vinha trabalhando; constituindo-se assi um regime de pequenos agricultores-proprietários, e de exploraçons agrárias em tenéncia directa.

---

[52] Consultar ao respeito: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1163.

[53] Assi, numha amostra realizada por estas datas em 17 zonas da província de Lugo, a partir da informaçom recolhida polo "Servicio Nacional de Concentración Parcelaria", obtivo-se que das 7.250 hes de superfície investigada unicamente 20 hes, o 0,27%, estavam gravadas com foros. Ver:
-PLANCHUELO ARIAS, Emilio, "Estudio jurídico-sociológico del foro en las comarcas de Lugo.", Foro Gallego, no. 152, 1971, pp. 415-426; em especial, pp. 419-423.

ii. O outro suposto possível era que o domínio útil estivera em maos de nom agricultores, que á sua vez tinham cedidas as terras para o seu cultivo a camponeses, mediante contratos de arrendamento ou aparçaria. Partindo dessa situaçom, a eliminaçom das rendas forais teria como resultante o acceso daquelas nom agricultores à propriedade das terras, seguindo os exploradores directos como arrendatários ou aparceiros.

Que sucedeu realmente em Galiza ?. Que importáncia tinha quantitativamente cada umha dessas duas situaçons ?.

Repassando as investigaçons até agora realizadas sobre o processo de redençom foral, a resposta a essa questom nom parece oferecer nengumha dúvida. Todas essas investigaçons chegam à mesma conclusom: os redimentes de rendas eram na sua grande maioria agricultores, os exploradores directos das terras; e, em conseqüéncia, a redençom levou à conquista geralizada por parte do campesinato da propriedade das terras que vinha trabalhando. Essa conclusom é, ademais, coerente com o que se conhece sobre o regime de propriedade da terra configurado em Galiza no Antigo Regime, ao que aludimos ao princípio: o foro era a fórmula absolutamente predominante de cessom da terra aos agricultores-titulares de exploraçom, polo que estes eram os donos do domínio útil das superfícies. Partindo dessa situaçom, a eliminaçom das rendas forais fecharia esse ciclo histórico, emergendo umha estrutura da propriedade da terra caracterizada polo predomínio absoluto dos camponeses-proprietários[54].

Essa imagem tem-se convertido já num lugar comum ao referir-se à redençom foral, e ao regime de propriedade fundiária resultante na agricultura galega; e, falando em termos gerais, a sua validez nom parece oferecer nengumha dúvida.

Agora bem, se examinamos mais detidamente o tema, encontramo-nos, em primeiro lugar, com que essa interpretaçom é matizada notavelmente por outros autores.E em segundo lugar, podemos ver que a evidéncia empírica que oferecem os estudos até agora realizados sobre a redençom foral, é ainda insuficiente para poder estabelecer conclusons precisas, geralizáveis a todas as comarcas.

Comecemos por isto último. Os dados empíricos mais completos sobre a composiçom social dos redimentes das rendas forais, som os elaborados por R. Villares para o concelho de Chantada. Os seus resultados som concluíntes: mais do 96% das rendas redimidas neste concelho entre 1891 e 1935 correspondem a

---

[54] A elaboraçom mais acabada e documentada desta interpretaçom é sem dúvida a que oferece Ramón Villares na obra à que nos temos referido repetidamente, e que constitue a sua tese de doutoramento. Ver:
-VILLARES, Ramón, La propiedad... op. cit.

redimentes agricultores[55]. Sem embargo, hai que ter em conta que a informaçom se refire a umha zona concreta do agro galego.

Este mesmo autor suministra noutro trabalho informaçom referida esta vez a toda a província de Lugo, e às redençons efectuadas no período anterior a 1855, a resultas das medidas desamortizadoras. A imagem que se obtém é neste caso mais matizada: a participaçom do campesinato diminue a aproximadamente os 2/3 das redençons, correspondendo o restante 1/3 a membros da fidalguia e a burguesia urbana[56]. Porém, nom podemos atribuir a estas cifras umha grande relevância, já que o volume global de redençons é neste período mui reduzido.

Outros dados disponíveis coincidem em sinalar o predomínio dos agricultores entre os redimentes. Pero tenhem também o problema de nom recolher a etapa principal da liquidaçom do sistema foral[57].

Em definitiva, a evidéncia empírica existente avala em termos gerais a conclusom que indicamos ao começo. Pero esta evidéncia é insuficiente para conhecer com precisom os resultados do processo nas diferentes zonas do agro galego.

Frente a isso, alguns autores tenhem chamado a atençom sobre a importáncia que, ao seu entender, tinha a finais do século XIX e princípios do XX, a preséncia de grupos sociais acomodados, alheios ao campesinato, entre os donos do domínio útil das terras. Dacordo com estes autores, numha grande parte da superfície galega o domínio útil da terra estava em maos daqueles grupos sociais, que à sua vez tinham cedidas as terras em arrendamento ou aparçaria aos cultivadores directos. Em conseqüéncia, afirmam, a redençom foral deu lugar a umha estrutura da propriedade fundiária na que tinham um forte peso os proprietários absentistas, e os regimes de tenéncia indirectos (arrendamento e aparçaria).

As afirmaçons mais contundentes neste sentido som as que efectua José Antonio Durán: *"...en la Galicia de 1880 no se puede mantener, sin más, que todos los foreros sean campesinos. El bloque más potente, si no el más numeroso, de poseedores del «dominio útil», pagadores de pensión al señorío, son, en realidad, tan absentistas como los foristas, cobradores de la pensión: he aquí a*

---

[55] Ver: VILLARES, Ramón, op. cit., pp. 353-355.

[56] Ver: VILLARES, Ramón, "Desamortización...", op. cit., pp. 115 e 135.

[57] É o que sucede por exemplo com a informaçom sobre as redençons na província de Pontevedra durante a segunda metade do XIX, que se oferece no trabalho:
-ARTIAGA, Aurora, "As redencións...", op. cit., em especial, pp. 182-187.

los señoritos, a la burguesía rentista (...). Estos foreros, si bien han de pagar foro, cobran, a su vez, «renta» de labriegos que llevan sus tierras forales en aparcería o en arriendo."[58]

Concretamente, segundo este autor, a finais do século XIX essas classes acomodadas possuiam o domínio útil de aproximadamente os 3/4 das terras aforadas[59].

Esse mesmo ponto de vista foi sostido por alguns estudosos no primeiro tércio do século actual, ao referir-se à realidade coetánea. É o caso por exemplo de Valeriano Villanueva, que, aludindo à situaçom vigente em torno a 1910/1915, afirma: *"Con censos o no, las tres cuartas partes de las tierras cultivadas en la Marina, que es la zona más poblada, son arrendadas, y las dos terceras partes en el interior."*[60]

Nas décadas recentes outros autores, ademais de J.A. Durán, tenhem defendido umha opiniom similar; entre eles podemos citar em especial a Jesús García Fernández[61]. Todos coincidem em sinalar que entre os donos do domínio útil das terras, havia umha forte preséncia de persoas das classes sociais acomodadas; e que, em conseqüéncia, na estrutura da propriedade que emerge da redençom foral, tinha umha notável importáncia a propriedade média e grande en maos de absentistas.

---

[58] DURAN, José Antonio, Agrarismo y movilización campesina en el país gallego (1875-1912)., Siglo XXI de España Eds., Madrid, 1977, pag. 13.

[59] Ver: DURAN, José Antonio, Agrarismo... op. cit., pag. 13.

[60] VILLANUEVA, Valeriano, Medios prácticos más eficaces de impulsar el progreso moral y material de Galicia y de conservar las virtudes y corregir los defectos de sus hijos., Madrid, 1918. Reeditado no livro:
-VILLANUEVA, Valeriano, Organización del Cultivo y de la Sociedad Agraria en Galicia y en la España Atlántica. (Ediçom, estudos preliminares e notas de José Antonio Durán), Xunta de Galicia-MAPA, Madrid, 1984, pag. 258.

[61] Ver: GARCIA FERNANDEZ, Jesús, Organización del espacio y economía rural en la España Atlántica. op. cit., pp. 151-173.

Hai que dizer, sem embargo, que nengum desses estudosos oferece umha informaçom empírica sistematizada para avalar e basear as suas afirmaçons; polo que nom podemos julgar a validez que estas tenhem, nem precisar o peso da propriedade absentista no primeiro tércio do século actual.

Mais comedidas, e nós cremos que também mais próximas à realidade, som as observaçons que sobre este tema realiza A. Bouhier. Na sua exposiçom, este autor coincide com a conclusom geral sinalada ao princípio: os princípais "beneficiários" da redençom, os que accedérom maioritariamente à propriedade da terra, fórom os agricultores-cultivadores directos. Sem embargo, chama também a atençom sobre o volume relativamente importante de foreiros alheios ao campesinato, que graças à redençom foral se convertírom em proprietários plenos e livres de medianas e grandes propriedades; referindo-se a eles como os "discretos beneficiários" da redençom[62]. Estas persoas, principalmente membros do que podemos chamar a burguesia, tinham cedidas as terras para o seu cultivo baixo contratos de arrendamento ou aparçaria, e assi continuam depois de eliminadas as rendas forais, pero agora como proprietários plenos dessas superfícies.

Pola nossa parte, nom estamos obviamente em condiçons de fazer nengumha aportaçom original a essa análise histórica. Pero si podemos oferecer algumha luz sobre o tema, a partir dos dados sobre a realidade actual; ou, mais precisamente, dos dados referidos à estrutura da propriedade e os regimes de tenéncia da terra que encontramos a meiados deste século. Como depois veremos em detalhe[63], os dados estatísticos amostram que ao redor de 1950/1960, a maior parte da superfície na agricultura galega era propriedade de agricultores, e estava trabalhada por estes em tenéncia directa. Sem embargo, era também relativamente importante o volume de superfície pertencente a grupos sociais alheios ao campesinato, e que era trabalhada em arrendamento ou aparçaria. Em concreto, para o conjunto de Galiza, ao redor de 1/4 ou 1/5 da superfície das exploraçons estava nesta data trabalhada em arrendamento ou aparçaria; e umha proporçom similar dos agricultores eram arrendatários ou aparceiros, é dizer, que trabalhavam todas ou a maior parte das terras nalgum desses regimes de tenéncia indirectos. Ademais, dentro da geografia galega, a preséncia desses regimes concentrava-se em elevada medida em determinadas comarcas[64].

---

[62] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1160-1161.

[63] Ver infra: apartado 2 deste capítulo VII.

[64] Como dixemos, todo isto veremo-lo de forma detalhada no apartado 2 deste capítulo.

Isso refire-se à situaçom existente em 1950/1960. Todos os estudos coincidem em que durante a primeira metade deste século, o peso dos regimes de tenéncia indirecta diminuiu em Galiza claramente[65], polo que a sua importáncia tinha que ser superior em 1900 ou 1920.

Em definitiva, pois, os dados actuais confirmam que a estrutura da propriedade fundiária que emergeu com a liquidaçom do sistema foral, se caracterizava polo predomínio dos camponeses-proprietários. Pero também ponhem de manifesto a significativa preséncia que tinham os proprietários nom agricultores, em concreto a propriedade média ou grande em maos de absentistas; e, ligado a isso, a importáncia assimesmo dos regimes de tenéncia indirectos. Na nossa opiniom, este segundo aspeito nom tem recebido até agora nos estudos de carácter histórico a atençom que merece; e, em conseqüéncia, trata-se de algo cuja explicaçom histórica nom está suficientemente aclarada.

Exposto nuns termos mui gerais, essas propriedades absentistas, e a correspondente preséncia do arrendamento e aparçaria, podem ter a sua origem em dous tipos de processos:

-A primeira possibilidade é que se tratara de terras aforadas nas que o domínio útil estava em maos de nom agricultores.

-A outra origem possível dessas propriedades é que se tratara de terras livres, nom sometidas ao regime foral; que estavam exploradas directamente polos donos do domínio eminente, ou cedidas por estes mediante contratos de curta duraçom.

Nos estudos históricos podemos encontrar referéncias tanto a umha como a outra situaçom[66]. Pero, na nossa opiniom, nom estám ainda aclarados com a suficiente precisom os processos históricos que dérom lugar a esse tipo de propriedades. E sobretodo, falta por explicar historicamente o forte peso que a propriedade absentista e os regimes de tenéncia indirectos da terra, tinham a meiados do século actual nalgumhas comarcas concretas de Galiza. É dizer, os

---

[65] Ver os apontamentos que sobre esta questom oferecemos um pouco mais adiante.

[66] Polo que respeita à primeira situaçom, já nos referimos a ela na exposiçom anterior.

Em relaçom com a segunda, podemos encontrar também alusons a exemplos concretos: por exemplo, as terras pertencentes ao clero e que estavam exploradas directamente polos mosteiros, ou bem cedidas mediante contratos de arrendamento a curto prazo; terras estas que forom vendidas na desamortizaçom. (Consultar: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1154)

contrastes que existem nesse aspeito no período actual dentro da geografia galega[67].

a2. As compras de terras efectuadas polos agricultores e o retrocesso dos modos de tenéncia indirectos no primeiro tércio do século XX.

As transformaçons registadas na propriedade da terra em Galiza durante a primeira metade, e em particular durante o primeiro tércio, do século actual, nom se limitárom às derivadas da redençom foral. Paralelamente à liquidaçom das rendas forais, produziu-se também umha intensa mobilidade no mercado de terras, que contribuiu a reforçar o predomínio da propriedade camponesa; reduzindo-se simetricamente a importáncia da propriedade absentista, e dos regimes de tenéncia indirectos da terra.

Nos párrafos precedentes insistimos em resaltar um feito: que a redençom foral nom supuxo a generalizaçom absoluta da propriedade camponesa, senom que umha parte relativamente importante das terras quedárom em maos de proprietários nom agricultores, e eram trabalhadas em arrendamento ou aparçaria. Pois bem, ao longo do primeiro tércio do século, umha boa proporçom destas terras vam sendo adquiridas polos agricultores (já sejam estes os que as vinham trabalhando ou bem outros das proximidades), acrescentando deste modo o património fundiário do campesinato, e o volume de superfície trabalhada em tenéncia directa. Ainda que a superfície afectada foi muito menor que a implicada nas redençons, essas compras de terras constituem outro elemento importante na progressiva conquista polos agricultores da propriedade da terra; processo este que, como veremos, continuou nas décadas posteriores à Guerra Civil.

Feitas as afirmaçons, imos tratar de documenta-las brevemente. Neste sentido, hai que dizer que nom se dispom de nengumha quantificaçom das compra-vendas de terras efectuadas durante as primeiras décadas deste século; nem tampouco contamos com cifras sobre a evoluçom da superfície por modos

[67] Em relaçom com isto, cremos que seria de grande interesse umha investigaçom sobre o processo de configuraçom histórica da estrutura da propriedade da terra naquelas zonas de Galiza que em 1950/60 registavam um maior peso do arrendamento e a aparçaria. Sobretodo, a zona da província de A Corunha que se extende polo Golfo Artabro e a franja do interior que vai até os concelhos de Arçua, Boimorto e Melide (ver os dados sobre os regimes de tenéncia da terra em 1962 que oferecemos no apartado 2 deste capítulo).

de tenéncia, que permitam quantificar o retrocesso do arrendamento e a aparçaria. Sem embargo, podemos encontrar abundantes referéncias parciais, que avalam a existéncia do processo, e sugirem que este tivo umha magnitude relevante.

Assi, R. Villares alude à importante mobilidade no mercado de terras, que se registou ao longo dos últimos anos do século XIX e primeiro tércio do XX na zona por ele estudada, a comarca de Chantada; e apresenta alguns dados empíricos que permitem conhecer as características gerais das transacçons[68]. Dacordo com a sua descriçom, encontramo-nos neste período com dous grandes tipos de operaçons:

-Por um lado, um elevado número de compra-vendas de pequenas parcelas, realizadas entre agricultores.

-E polo outro, as vendas por parte de fidalgos e membros da burguesia de superfícies da sua propriedade, que estavam cedidas em arrendamento ou aparçaria, e que som adquiridas na maioria dos casos por agricultores. Nuns casos vende-se a exploraçom em conjunto a um único comprador; noutros é dividida em vários lotes adquiridos por persoas diferentes. Os compradores fórom com freqüéncia os antigos arrendatários ou caseiros, que se fixérom assi com a propriedade das terras que vinham trabalhando. Outras vezes, sem embargo, fórom vários agricultores das proximidades; que deste modo redondeavam com algumhas parcelas adicionais a sua exploraçom e a sua propriedade[69].

Consideradas globalmente, resulta fácil ver que o saldo neto dessas transacçons foi um incremento do património fundiário do campesinato, e da superfície trabalhada por este em propriedade.

No mesmo sentido aponta a descriçom de A. Bouhier sobre a progressiva perda de importáncia da aparçaria, dos caseiros, ao longo da primeira metade do século actual[70]. Concretamente, o autor documenta este processo em comarcas como o Médio Ulha (concelhos de Vedra, Touro e Boqueixom), as terras de Melide e Arçua, ou a zona de Mesia-Ordes-Tordoia; comarcas estas que, como depois veremos, coincidem em boa medida com aquelas que nas décadas

---

[68] Ver: VILLARES, Ramón, La propiedad... op. cit., pp. 356-359.

[69] Ver: Ibidem

[70] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1165-1169.

Todas as afirmaçons que fazemos a continuaçom estám baseadas na exposiçom que oferece nessas páginas, polo que prescindiremos de reiterar as chamadas em notas ao pé de página.

recentes registam ainda um peso considerável dos regimes de tenéncia indirectos. Das referéncias que Bouhier efectua a esse processo, hai que destacar dous aspeitos:

-O retrocesso da aparçaria neste período, opera-se como conseqüéncia da venda por parte de proprietários absentistas de "lugares", exploraçons, que tinham cedidos a caseiros. Estas vendas, segundo Bouhier, fórom mui numerosas entre 1930 e 1937, ralentizando-se o processo nos anos da Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial; para intensificar-se de novo na década dos 50.

-Os compradores das terras fórom na maioria dos casos os antigos caseiros, que adquirem em geral o conjunto da exploraçom. Sem embargo, também foi freqüente a fragmentaçom da exploraçom em diversos lotes de terras, adquiridos por outros agricultores das proximidades. Em qualquer caso, o resultado foi em geral que as terras passárom a ser propriedade de agricultores, e trabalhadas por estes em tenéncia directa.

Poderiamos multiplicar as referéncias de autores coetáneos ou actuais, que aludem à intensa mobilidade no mercado de terras que se registou em Galiza durante o primeiro tércio do século, e ao protagonismo nestas compras do campesinato[71]. Pero para os nossos fins é suficiente com o já visto.

b. A evoluçom do número e tamanho das exploraçons na primeira metade do século XX.

Como apreciaçom geral, podemos afirmar que as fortes transformaçons que afectárom à propriedade da terra neste período, nom fórom acompanhadas de

---

[71] Assi por exemplo, entre os autores coetáneos, Valeriano Villanueva constatava em 1924 a forte reduçom da superfície em arrendamento que se produzira nos 10 ou 20 anos anteriores, sinalando que: *"... los campesinos en estos últimos veinte años han ido adquiriendo el dominio de la tierra en mucha mayor parte que antes."* (VILLANUEVA, Valeriano, La agricultura gallega., em: VILLANUEVA, Valeriano, Organización del Cultivo... op. cit., pag. 414).

Entre os estudosos actuais que destacam a forte mobilidade no mercado de terras nos finais do XIX e primeiro tércio do XX, podemos citar a Jesús García Fernández. Ver: GARCIA FERNANDEZ, Jesús, Organización del espacio... op. cit., pp. 151 e ss.

Ainda que nom compartimos o ponto de vista deste autor de associar essas compra-vendas com um intenso processo de fragmentaçom das exploraçons.

mudanças significativas no que respeita à superfície (o tamanho) das unidades de produçom. Mantivérom-se, pois, a pequena dimensom e o elevado grau de parcelamento que caracterizavam às exploraçons, sem que em nengum dos dous aspeitos houvera variaçons importantes[72].

Carecemos aqui de estatísticas, que nos permitam conhecer como evolucionou exactamente o número e a superfície das exploraçons durante a primeira metade do século XX. Pero si podemos aportar alguns elementos de juiço ou alguns índices indirectos, que avalam, e fam possível precisar algo mais, essa conclusom geral.

Um primeiro elemento a ter em conta é a dinámica registada ao longo destas décadas pola populaçom activa agrária. No capítulo I desta investigaçom vimos que durante o primeiro tércio do século, a evoluçom da PAA em Galiza, ainda que difire de um decénio a outro, estivo marcada em conjunto por umha tendéncia à estabilizaçom do seu volume. Neste período cesou o incremento do número de activos na agricultura, que se dera até entom; pero sem iniciar-se ainda umha diminuçom nítida. Em coeréncia com essa dinámica demográfica, cabe pensar que a estrutura dimensional das exploraçons registou globalmente umha estabilidade similar; ao menos no que se refire ao número total de unidades e à sua superfície média.

Isso no que respeita ao primeiro tércio do século. No período 1930-1950, como também vimos no capítulo I, a pressom demográfica sobre a terra experimentou de novo um aumento considerável na nossa agricultura, devido ao feche da emigraçom exterior. Nom contamos com dados para contrastar os efeitos que isso tivo sobre a estrutura das exploraçons. Pero parece lógico suponher que a conseqüéncia foi um incremento do número de pequenas exploraçons, e umha reduçom da superfície média/ exploraçom.

Em conjunto, pois, na primeira metade do século mantivérom-se, e mesmo aumentárom, as densidades demográficas na agricultura galega. Isto tendeu necessariamente a estabilizar a estrutura das exploraçons, impedindo que se iniciara um processo de concentraçom das unidades de produçom. Ao contrário, é probável que no conjunto das 5 décadas se agudizara ainda mais o minifundismo, o reduzido tamanho das exploraçons.

Ademais dos condicionantes demográficos, o outro factor a considerar som os efeitos que pudérom ter sobre a estrutura das exploraçons as transformaçons na propriedade da terra antes descritas. No que se refire à redençom foral, nom

---

[72] Isto deve entender-se como referido à superfície agrária das exploraçons; fixando-nos na superfície total destas unidades de produçom individuais si se produzírom neste período mudanças mui importantes, como conseqüéncia do reparto de muitos dos montes comuns. A este processo referiremo-nos depois.

é preciso deter-nos. A sua conseqüência foi a consolidaçom da propriedade da terra em maos dos donos do domínio útil, sem que o processo implique nengumha mudança na distribuçom da superfície entre as unidades de produçom.

A questom é mais complexa no caso das compra-vendas de terras; porque estas si suponhem, ou ao menos podem suponher, variaçons na superfície das exploraçons implicadas. Os seus efeitos sobre a estrutura das exploraçons dependerám das características concretas das transacçons[73]. No caso concreto das registadas em Galiza durante este período, o seu resultado neto desde este ponto de vista foi probavelmente: a fragmentaçom de umha parte das exploraçons de mediana e grande dimensom; acompanhada de umha certa ampliaçom de unidades de menor tamanho. E, por outro lado, essas compra-vendas contribuírom seguramente a agudizar o parcelamento do espaço cultivado[74]. De qualquer modo, desde umha perspectiva global, as mudanças nom devérom ser de grande magnitude.

c. O reparto e apropriaçom individual de umha grande parte dos montes comuns.

Ao lado das transformaçons descritas no regime de propriedade da terra, durante o último quarto de século XIX e a primeira metade do XX registou-se outro processo de grande trascendéncia para a configuraçom das estruturas fundiárias existentes na agricultura galega no período actual: o reparto e apropriaçom individual de umha grande parte dos montes comuns, que se tinham conservado até estas datas indivisos. Este processo implicou mudanças

---

[73] Examinamos isto na terceira parte desta investigaçom, ao estudar o problema da mobilidade da terra em Galiza nas últimas décadas.

[74] Para fazer estas afirmaçons baseamo-nos na informaçom disponível sobre as características das compra-vendas de terras neste período (finais do XIX e primeiro tércio do XX). Sobre isto, ademais das referéncias de Villares e Bouhier, citadas mais atrás, podem consultar-se os dados referidos às transacçons de terras no município de Santiago publicados no trabalho:
-GARCIA SEXTO, Ana, "Transformacións na propiedade da terra no Concello de Santiago (1900-1941).", em:
VILLARES, Ramón (ed.), Donos de seu. op. cit., pp. 235-265; em especial, pp. 243-254.

mui importantes, tanto no que se refire à distribuçom da terra entre as unidades de produçom, como do ponto de vista da propriedade destas superfícies:

-Desde a primeira perspectiva, a estrutura das exploraçons, desaparece umha elevada proporçom dos espaços comuns que existiam no sistema tradicional, e estas superfícies som incorporadas às exploraçons individuais, ampliando de forma considerável a sua base territorial.

-E no que respeita à propriedade da terra, a conseqüência foi que superfícies sometidas até entom a um regime de propriedade colectiva, fórom incorporados aos patrimónios fundiários individuais dos membros dessas colectividades.

Imos tratar de resumir a continuaçom os factores explicativos e a cronologia deste processo de individualizaçom de umha boa parte dos montes comuns, afondando também nas implicaçons que isto tivo para a configuraçom das actuais estruturas fundiárias.

c1. Os factores explicativos ou impulsores da individualizaçom dos montes comuns.

O primeiro feito que compre destacar é a forma geral na que se efetuou o processo. Como sinala X. Balboa, ao contrário do que sucedeu noutros países da Europa Ocidental, *"A individualización da propiedade colectiva é en Galicia unha resposta campesiña, e non obedece de xeito inmediato a un diseño político concreto."*[75]

Anteriormente apontamos já os escassos efeitos que sobre os montes comuns galegos tivérom as medidas desamortizadoras promulgadas em Espanha no século XIX; os montes vendidos em aplicaçom dessas medidas fórom aqui mui poucos.

---

[75] BALBOA, Xesús, O monte... op. cit., pag. 233.

No capítulo V deste estudo (pp. 227-306) oferece-se umha análise detida do processo no período anterior à Guerra Civil.

De suma utilidade é também a descriçom que sobre este aspeito pode encontrar-se na obra de A.Bouhier (Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 862-877).

Nessas duas obras baseamo-nos principalmente para a exposiçom que oferecemos a continuaçom.

Pois bem, nom vam ser tampouco disposiçons de carácter legal as que regulem e guiem a apropriaçom individual de boa parte desses montes, quando esta se produze efectivamente, a partir de finais do XIX e sobretodo na primeira metade do século XX. Os repartos fórom realizados por iniciativa dos próprios agricultores, como um fenómeno interno às comunidades rurais; sem intervençom, e também em boa medida sem o conhecimento, da Administraçom[76]. As disposiçons jurídicas dictadas ao respeito, limitárom-se unicamente a tratar de legalizar as apropriaçons individuais já consumadas; e mesmo neste sentido tivérom escassa efectividade[77].

Os factores que impulsárom aos camponeses a proceder ao reparto individual dos montes comuns fórom diversos[78], e a importáncia de cada um deles variou de uns períodos a outros. Num plano geral, sem embargo, podemos resumir esses factores em dous tipos de pressons ou forças, que operam sobre as comunidades rurais, e que ponhem em questom a propriedade colectiva e os modos de aproveitamento tradicionais destas superfícies:

i. Por umha parte, o desenvolvimento das tendéncias individualistas no seio das comunidades rurais. Ou, mais explicitamente, a consolidaçom de umha

---

[76] Ilustrativos deste desconhecimento som feitos como o seguinte. Em 1958 plantejou-se a elaboraçom de um "Plan de Expansión Agraria" para a província de A Corunha, e entre as possíveis medidas a aplicar a Orde Ministerial correspondente contemplava a divisom e roturaçom dos montes comunais. Foi ao efectuar os estudos prévios quando a Administraçom comprovou que tal operaçom era impossível, pola simples razom de que esses montes foram já na sua imensa maioria divididos polos vizinhos.

O feito é relatado polos autores encargados do estudo. Ver:
-GARCIA DE OTEYZA,Luis / BUENO GOMEZ,Miguel / CRUZ CONDE,Fernando, Explotaciones agrarias familiares. Contribución a su estudio en la provincia de La Coruña., S.N.C.P.O.R. , Madrid, 1963, pp. 11-12.

[77] É o que sucedeu com as disposiçons sobre "legitimaçons de roturaçons arbitrárias", tal como documenta X.Balboa. Ver: BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 276 e ss.

A via utilizada pola maior parte dos agricultores para "legalizar" as apropriaçons efectuadas de parcelas do monte comum vai ser a declaraçom destas terras como propriedade particular ao realizar-se os Catastro de Rústica.

[78] Ver: BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 290-302.

Este autor classifica em concreto esses factores em trés grupos: administrativos, jurídicos e ideológicos, e económicos.

agricultura baseada cada vez em maior medida nas exploraçons agrárias individuais; e o desejo dos agricultores de dedicar os montes a usos que entravam em contradiçom com o regime de aproveitamento colectivo.

Dentro desse processo geral jogou um papel importante a desapariçom do sistema foral, e o acceso conseguinte dos camponeses à propriedade plena das terras que formavam a sua exploraçom. Isto estimulou sem dúvida a divisom dos espaços comuns, ainda que compre sinalar que o processo se iniciou já com anterioridade à redençom foral.

ii. Ao lado dessas tendéncias individualizadoras, hai outro tipos de pressons que vam impulsar a apropriaçom individual dos montes: a ameaça de intervençom no seu aproveitamento por parte da Administraçom, e o perigo conseguinte para as comunidades vizinhais de ver-se despossuídas das terras. Esta ameaça está latente já desde o último quarto do século XIX; vai aumentando com o passo do tempo; e acaba fazendo-se plenamente efectiva no período posterior à Guerra Civil, com a política de repovoamento florestal levada a cabo nestes montes polo Estado.

Isto fixo que em muitos casos os agricultores procederam à divisom e apropriaçom individual dos espaços comunais, como umha medida defensiva, para evitar a despossessom destas superfícies. Este factor tem relevância sobretodo no caso dos repartos de montes vizinhais efectuados nas décadas da posguerra[79].

Neste caso, pois, o motor principal da divisom dos montes nom foi a contradiçom (interna às comunidades rurais) entre propriedade colectiva e propriedade individual, senom o intento de preservar a propriedade privada dessas terras[80] por parte dos vizinhos, frente ao perigo do seu passo a propriedade e domínio público.

c2. Mecanismos e cronologia do processo; a sua magnitude e distribuçom geográfica.

A apropriaçom individual de superfícies dos montes comuns, efectuou-se ao través de duas vias ou mecanismos: os apresamentos individuais, e os repartos definitivos destas extensons.

---

[79] Consultar ao respeito:

-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 869 e ss.

[80] Baixo a modalidade de propriedade individual, dadas as ameaças à propriedade privada colectiva vigente de forma tradicional.

Os apresamentos, a apropriaçom de parcelas do espaço comum por parte de membros da colectividade, nom som um fenómeno que se inície na Idade Contemporánea; como tampouco se inícia agora a reduçom da superfície ocupada polo inculto. Sem embargo, dentro desta continuidade histórica do processo, observa-se umha clara ruptura cujo começo pode situar-se na década de 1860[81]. A partir desta data, produziu-se um aumento contínuo do número de apresamentos; e ademais fórom cada vez mais freqüentes os apresamentos múltiples, realizados nom por indivíduos isolados, senom por grupos numerosos de vizinhos ou de co-partícipes na propriedade do monte. Isto constitue um síntoma do debilitamento dos vínculos comunitários, que se produze já no último tércio do XIX; e, de feito, a extensom dos apresamentos foi com freqüéncia o prelúdio da divisom definitiva dos montes[82].

No que respeita a este segundo processo, existem também exemplos de repartos definitivos de montes comuns efectuados em datas mui anteriores, em concreto desde o século XVIII[83]; pero tratava-se de feitos mui pouco freqüentes. É a partir das décadas finais do século XIX quando os repartos se multiplicam, convertindo-se num fenómeno de grandes dimensons.

A intensidade e a cronologia do processo diferírom notavelmente entre os montes de varas e os montes de vizinhos, em coeréncia com o diferente regime de possessom de uns e outros, e as implicaçons que isto tinha sobre o grau de coesom interna das comunidades rurais.

-Os repartos definitivos dos montes de varas[84].

Os repartos definitivos de montes de varas ou vozes entre os seus co-proprietários, começárom a adquirir um volume considerável nos últimos

---

[81] Ver: BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 247 e ss.

[82] Ver: Ibidem, pag. 258.

[83] Referéncias neste sentido podem encontrar-se nas obras:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 864-865.
-SAAVEDRA, Pegerto, "Montes", op. cit., pag. 207.

[84] A exposiçom que apresentamos a continuaçom sobre os repartos, tanto dos montes de varas como dos montes vizinhais, basea-se principalmente na análise oferecida nas obras:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 866-877.
-BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 259-276.

decénios do século XIX, em concreto a partir de 1880. Nas décadas seguintes o processo foi-se desenvolvendo a ritmos importantes, para alcançar a sua máxima intensidade na etapa de 1920-1940.

O factor fundamental que impulsou os repartos foi o desejo dos agricultores de levar a cabo umha utilizaçom mais intensiva destas terras. Em concreto, o principal objectivo era a intensificaçom e aperfeizoamento do seu sistema de aproveitamento tradicional, com o fim de aumentar a produçom de adubos, e poder assi ampliar e melhorar os rendimentos da superfície cultivada. De feito, esta foi a mudança mais importante que se produziu na utilizaçom destas superfícies de monte depois da sua apropriaçom individual, levando ao estabelecimento nelas de um verdadeiro "cultivo intensivo" do tojo. Nalguns casos buscava-se também ampliar a extensom de pastos da exploraçom, mediante a roturaçom de algumhas parcelas de monte. E assimesmo, influiu (na etapa de 1920-1940) o interesse em plantar com pinheiros algumhas parcelas.

Pola sua parte, a redençom foral, ao consolidar a propriedade plena e livre sobre as terras das exploraçons individuais, contribuiu a acelerar as partiçons destes montes.

Depois da sua fase de maior intensidade (1920-1940), os repartos dos montes de varas continuárom durante as décadas seguintes; pero em volumes muito menores, posto que a maior parte deles foram já divididos.

O resultado desse processo, desenvolvido no curso de uns 70 ou 80 anos, foi a desapariçom praticamente total deste tipo de extensons. Assi, à altura de 1960 só subsistiam alguns montes de varas no extremo nordeste da província de Lugo, e nalgumhas parróquias da Terra Chá (dentro desta mesma província)[85]. No resto da metade septentrional de Galiza, que era o ámbito geográfico de existéncia destes montes, as suas terras tinham passado a integrar-se nas exploraçons agrárias individuais.

-As divisons de montes vizinhais.

As características do regime de possessom destes montes, e o maior grau de coesom interna das comunidades vizinhais a que esse regime dava lugar, fixérom que as tendéncias individualizadoras se desenvolveram aqui em muita menor medida que no caso dos montes de varas. Isso explica que os repartos definitivos se iniciem nestes montes muito mais tardiamente, e que finalmente só afectaram a umha parte deles, mantendo-se o resto indivisos até a actualidade. Ademais, os repartos de montes vizinhais efectuados respondérom

---

[85] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 867.

principalmente, nom a factores internos às colectividades, senom a umha manobra defensiva dos vizinhos para evitar a despossessom destes espaços comunais por parte dos concelhos e a administraçom florestal.

Em concreto, as partiçons nom começárom aqui a adquirir certa importáncia até os anos 1910/1920; e desenvolvérom-se em duas grandes etapas[86]:

-1925-1935. Neste período os repartos registárom um volume moderado, e concentrárom-se na província de A Corunha e algumhas áreas do tércio septentrional da de Lugo.

-1945-1965. Estes fórom os anos nos que as divisons definitivas de montes vizinhais alcançárom umha maior intensidade; sendo a sua causa o início do repovoamento florestal massivo destas superfícies por parte do "Patrimonio Forestal del Estado", organismo criado a princípios da década dos 40. Os repartos continuárom produzindo-se ao menos até meiados da década dos 60; e mesmo existem testemunhas de alguns levados a cabo na segunda metade deste decénio[87].

No plano geográfico, o processo afectou esencialmente à metade septentrional de Galiza, a situada ao norte de umha linha traçada entre a desembocadura do Ulha e Pedrafita. Por baixo desta linha, as divisons de montes vizinhais só registárom um volume importante nalgumhas comarcas concretas: fundamentalmente o nordeste da província de Pontevedra (Lalim, Silheda, A Estrada), e alguns sectores do norte da província de Ourense. No resto do território destas duas províncias, é dizer, em termos gerais, na metade meridional de Galiza, os montes vizinhais mantivérom-se na sua imensa maioria indivisos, e assi vam permanecer até a actualidade[88].

---

[86] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 869-877.

[87] Assi, J.M. López Andión cita vários casos de repartos de montes em municípios da Terra Chá (Castro de Rei e Outeiro de Rei) efectuados no curso dos anos 1966-70. Ver:
-LOPEZ ANDION, J.M., Estructura y morfología agraria en la Terra Chá., Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, Santiago, 1979, pag. 30.

[88] Sobre a distribuçom geográfica dos repartos de montes vizinhais, consultar:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 870.

-O volume global de superfície afectada polo processo de individualizaçom dos montes comuns, e a sua distribuçom geográfica.

Para obter umha ideia aproximada da superfície que foi afectada polas transformaçons descritas (a apropriaçom individual tanto de montes de varas como de montes vizinhais), podemos utilizar os dados referidos à distribuçom das terras a monte segundo a sua forma de propriedade, nas décadas recentes. Em concreto, no **quadro 7.1** oferecemos as cifras que se obtenhem do Censo agrário de 1962, referidas à superfície que nesta data ocupavam os montes particulares, e os montes públicos e comunais[89].

Esta fonte censou em Galiza um total de 1.706.141 hes de terras a monte em 1962. Dessa superfície, 827.000 hes, o 48,5% do total, correspondiam a montes particulares, apropriados individualmente e integrados nas exploraçons agrárias individuais. Se temos em conta que nas estruturas fundiárias tradicionais, vigentes até finais do XIX, o monte particular era mui escasso, podemos afirmar que a imensa maioria daquela superfície procede dos repartos de montes de varas e montes vizinhais efectuados nos 70 ou 80 anos anteriores. Portanto, dacordo com estas cifras, a individualizaçom dos montes comuns registada neste período afectou a umhas 830.000 hes.

Quadro 7.1. Superfície ocupada polos montes públicos e comunais e polos montes particulares. Galiza 1962

	Hes.	%
-Montes públicos e comunais	878703	51,5%
-Montes particulares	827438	48,5%
-Total superfície a monte	1706141	100,0%

Fonte: cálculo próprio a partir dos dados do Censo agrário de 1962. (os detalhes sobre os cálculos podem encontrar-se no apartado 2 deste capítulo)

Isso deve tomar-se como umha estimaçom por defecto, posto que os dados oferecidos por outras estatísticas elevam notavelmente o volume de superfície

[89] As cifras tal como aparecem no nosso quadro nom som oferecidas directamente por esta estatística, senom que fórom obtidas mediante umha série de cálculos. Os detalhes sobre o procedimento seguido podem encontrar-se no epígrafe 2.1 deste mesmo capítulo.

ocupada na actualidade polos montes de propriedade privada individual[90]. Pero a cifra é já suficientemente expressiva da magnitude que tivérom as transformaçons descritas.

Ao lado dessa primeira conclusom, devemos destacar também o segundo feito que ponhem de manifesto os dados reproduzidos no quadro 7.1: a individualizaçom dos montes comuns nom se produziu em todas estas unidades, nem muito menos. Antes sinalamos já que se os montes de varas desaparecérom quase por completo, nom sucedeu o mesmo com os montes vizinhais, grande parte dos quais se mantivérom indivisos. Pois bem, segundo as cifras do primeiro Censo agrário, os montes públicos e comunais ocupavam em 1962 ainda umhas 880.000 hes; o que representa a metade aproximadamente do total de superfícies a monte, e umha proporçom considerável do território galego.

No plano geográfico, o reparto e apropriaçom individual dos montes comuns produziu-se de um modo mui desigual nas diferentes áreas da agricultura galega. O processo concentrou-se esencialmente na metade septentrional, que era onde existiam os montes de varas e também onde alcançou maior intensidade a divisom de montes vizinhais. Na metade meridional, em cámbio, a maior parte dos montes comuns, que eram na sua totalidade montes de vizinhos, permanecérom indivisos.

Quadro 7.2. Superfície ocupada polos montes públicos e comunais e polos montes particulares. Cifras provinciais 1962.

	A CORUNHA		LUGO	
	Hes.	%	Hes.	%
-Montes públicos e comunais	111333	27,2%	249773	44,0%
-Montes particulares	298458	72,8%	317594	56,0%
-Total superfície a monte	409792	100,0%	567367	100,0%

	OURENSE		PONTEVEDRA	
	Hes.	%	Hes.	%
-Montes públicos e comunais	362272	76,6%	165325	64,5%
-Montes particulares	110515	23,4%	90870	35,5%
-Total superfície a monte	472787	100,0%	256195	100,0%

Fonte: ver quadro anterior.

---

[90] Em relaçom com isto consultar:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Xaquín, Economía (política) do monte galego. op. cit., pp. 109-118.

Esse contraste entre a metade norte e a metade sul de Galiza é confirmado e ilustrado, ainda que seja de forma imperfecta, polos dados a nível provincial do Censo agrário de 1962 **(ver quadro 7.2)**. Assi, dacordo com estas cifras, os montes públicos e comunais ocupavam nesta data o 27,2% do total de terras a monte na província de A Corunha; e o 44,0% na outra província septentrional, Lugo. Mentres que nas duas meridionais, Ourense e Pontevedra, essa percentagem elevava-se ao 76,6 e o 64,5%, respectivamente. Portanto, nestas duas últimas províncias, a grande maioria das superfícies de monte seguem correspondendo no período actual a espaços comunais.

c3. As mudanças nas estruturas fundiárias, que se derivárom dos repartos de montes comuns; a sua relevância para a configuraçom das estruturas existentes nas últimas décadas.

-A ampliaçom da base territorial das unidades de produçom individuais.

A divisom dos montes comuns tivo umha primeira e fundamental conseqüência: numha grande parte da geografia galega desaparecérom ou vírom-se mui reduzidos estes espaços de propriedade colectiva; e as suas terras passárom a integrar-se nas exploraçons individuais, permitindo a ampliaçom da sua base territorial. O volume de superfície incorporado a cada exploraçom em concreto diferiu, segundo qual fora a extensom de monte comum do que disponhia cada comunidade, e também segundo os métodos seguidos para o reparto do monte entre os usufrutuários. Globalmente, sem embargo, e tendo em conta a elevada relaçom entre monte e SAU que existia em todas as comarcas, pode afirmar-se que, ali onde os repartos se produzírom, a ampliaçom da superfície total das exploraçons foi considerável.

Questom diferente é em que medida esse aumento da superfície total das exploraçons, implicou também um incremento da sua superfície agrária. Ou, o que é o mesmo: em que medida a apropriaçom individual destas terras a monte, foi acompanhada de umha intensificaçom do seu uso com fins agrários. Em

relaçom com isto, a informaçom disponível indica que as mudanças que se produzírom na utilizaçom destas terras fórom principalmente de dous tipos[91]:

i. O mais freqüente foi, em efeito, a intensificaçom do aproveitamento agrário destas superfícies de monte. Pero nom mediante a sua roturaçom permanente para dedica-las a lavradio ou prados. Isto, ainda que tivo lugar, foi mui minoritário. O que se produziu na maior parte dos casos foi a intensificaçom do seus usos tradicionais com fins agrários (em especial a produçom de tojo e as estivadas, a roturaçom temporal destas terras); num processo gradual que tendia a intensificar a utilizaçom do conjunto das terras, e levava a umha progressiva incorporaçom das superfícies de monte ao espaço agrário.

ii. Ao lado dessa tendéncia maioritária, registou-se também outra: o repovoamento florestal, efectuado polos próprios agricultores, de algumhas das parcelas apropriadas do monte comum.

Em definitiva, no que respeita as efeitos sobre a estrutura das exploraçons, podem estabelecer-se duas conclusons:

1. Os repartos de montes comuns permitírom um aumento considerável da superfície total das exploraçons individuais.
2. Pero isso nom levou a umha ampliaçom paralela da SAU dessas exploraçons. As parcelas de monte procedentes dos repartos, experimentárom em geral umha intensificaçom do seu aproveitamento agrário, pero mantendo-se a monte.

Agora bem, como antes sinalamos, a individualizaçom dos montes comuns concentrou-se fundamentalmente na metade norte de Galiza; enquanto que na metade sul esses montes permanecérom na sua maior parte indivisos. Em conseqüéncia, configurou-se um neto contraste entre as estruturas fundiárias existentes nessas duas partes do território galego:

-Na metade septentrional, os montes comuns só ocupam agora umha proporçom relativamente reduzida da superfície total. Paralelamente, adquire umha grande relevância o monte particular. E isto vai associado a umha maior superfície/ exploraçom, a um maior tamanho médio das exploraçons (em termos de superfície total); e sobretodo a umha preséncia relativamente importante das exploraçons médias.

---

[91] Consultar ao respeito as descriçons e os dados empíricos que se oferecem nas obras:

-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 878 e ss.

-GARCIA FERNANDEZ, Jesús, Organización del espacio... op. cit., pp. 231 e ss.

-BALBOA, Xesús, op. cit., pp. 286-289.

-Em cámbio, na metade meridional: os montes comuns seguem cubrindo umha grande parte do território; o monte particular tem escassa importáncia; e esta menor preséncia do monte particular fai que aqui a superfície/ exploraçom seja menor que na metade norte, e que predominem de forma mais acusada as pequenas exploraçons. Em resumo, nesta área de Galiza mantem-se em eséncia a "estrutura dual" que no Antigo Regime, e até princípios do século actual, existia em todo o agro galego: exploraçons individuais de reduzida superfície (que se corresponde esencialmente com SAU), rodeadas de grandes extensons de monte comum.

-A "pulverizaçom" parcelária das terras a monte.

Acabamos de ver que a individualizaçom dos montes comuns, ali onde se produziu, permitiu ampliar a base territorial das exploraçons individuais. Sem embargo, a potencialidade que isso suponhia, em princípio, com vistas à reforma da estrutura das exploraçons, viu-se hipotecada pola forma concreta na que se efectuárom os repartos dos montes. Trataremos de resumir esta questom, de enorme trascendéncia desde o ponto de vista actual.

O que nos interessa aqui nom som os critérios que se seguírom para determinar a superfície que lhe correspondia no monte comum a cada vizinho ou co-proprietário, senom o procedimento empregado á hora de plasmar esse reparto sobre o terreo. Nos montes de varas, o procedimento consistiu, na imensa maioria dos casos, em partir dos diferentes "vedros" ou "searas" nos que se dividia o monte para realizar as estivadas, e fraccionar depois cada umha destas unidades entre todos os porcioneiros, em proporçom à sua quota. Nos montes de vizinhos, o método seguido foi, neste aspeito, similar: o monte foi dividido inicialmente numha série de unidades, em funçom das aptitudes naturais das terras, repartindo depois cada umha delas entre todos os vizinhos[92].

A resultante disso foi que se produziu umha pulverizaçom parcelária destas extensons antes indivisas. Deste modo, a superfície de monte que receveu cada

---

[92] Os sistemas que fórom empregadas para os repartos dos montes de varas e os montes de vizinhos som expostos em detalhe por A.Bouhier, que, como corresponde à perspectiva geográfica da sua análise, oferece ademais um estudo pormenorizado das estruturas parcelárias resultantes. Ver:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 813-830; e 867-876.

agricultor era de umha dimensom total considerável, pero aparecia fragmentada num grande número de parcelas de pequena ou mui pequena extensom[93].

Este feito vai ter pesadas conseqüéncias para o futuro dessas superfícies. A forma na que os agricultores realizárom as partiçons dos montes comuns estava acorde com a lógica ou racionalidade de um sistema agrário tradicional, como o vigente nessas décadas em Galiza; e desde esta racionalidade é facilmente explicável: dada a rudimentariedade dos médios de trabalho e a ausência de mecanizaçom, o parcelamento da terra (dentro de certos límites) nom constituia um problema; e, em cámbio, o que si se via como algo fundamental eram as aptitudes naturais da terra, que cada agricultor recebera no monte terras de aptitudes naturais similares. Daí o método seguido para os repartos.

Sem embargo, o acusado fraccionamento das superfícies de monte a que isso deu lugar, vai condicionar decisivamente a sua evoluçom nas décadas recentes, quando as mudanças nas condiçons produtivas fam que passe a um primeiro plano o problema do tamanho e do acceso às parcelas. A. Bouhier capta acertadamente a relevância que isto tivo: *"Libéré du cascan, réel ou supposé, de la propriété collective, le monte est tombé tout aussitôt dans les lacs d'une parcellisation extrême rendant par avance, dans de très nombreux secteurs, pratiquement impossible toute tentative systématique et étendue de mise en culture."*[94]

Em resumo:

-O reparto dos montes comuns, ali onde se produziu, permitiu que as exploraçons ampliaram consideravelmente a sua superfície total, e abria em princípio o caminho para o aumento da sua SAU, mediante a roturaçom e a posta em cultivo de umha boa parte das terras a monte. De feito, isso foi acompanhado a curto prazo de um aproveitamento mais intensivo destas terras.

-Porém, a forma concreta na que se efectuárom os repartos, e a conseguinte pulverizaçom parcelária dessas superfícies, vai fazer mui difícil a sua transformaçom em terras cultivadas ou pastos nas décadas recentes;

---

[93] Isto é certo tanto para as parcelas procedentes dos repartos definitivos dos montes, como para as que tenhem a sua origem em apresamentos individuais. Para ilustra-lo podem consultar-se as cifras que oferece X.Balboa:
-BALBOA, Xesús, op. cit., pag. 284.

[94] BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 876.

bloqueando assi a expansom da SAU das exploraçons, e hipotecando o futuro produtivo de umha grande parte do território galego[95].

Visto desde a actualidade, e à luz das consideraçons anteriores, fai-se patente a enorme trascendéncia, em sentido negativo, que tivo para a agricultura galega a forma "anárquica" na que se realizou a individualizaçom dos montes comuns. E, portanto, o enorme custo que se derivou da ausência de medidas político-legais dirigidas a guiar um reparto dos montes ordenado e com visom de futuro.

O resultado foi que o problema do elevado parcelamento da terra, até entom limitado ao reduzido espaço agrário, extendeu-se também a umha grande parte das terras a monte. E todo isto, devemos reitera-lo, produziu-se numhas datas bastante recentes, quando já na maior parte dos países da Europa Ocidental se estavam aplicando políticas de concentraçom parcelária, dirigidas justamente a corregir o problema[96]. Mais ainda: no que constitue um triste paradoxo, e um exemplo de divórcio entre as acçons institucionais e o devir real, a pulverizaçom parcelária de umha parte dos montes galegos efectuou-se depois de que em Espanha fora já aprovada a Lei de Concentraçom Parcelária de 1952.

d. A "publificaçom" dos montes de vizinhos, e o repovoamento florestal de umha parte destas superfícies.

Este é o segundo componente das mudanças registadas polos montes comuns em Galiza durante a primeira metade deste século. E, ao igual que o anterior, o fenómeno que agora imos ver vai condicionar nom só a situaçom das terras a monte que encontramos em 1950/1960, senom também a evoluçom destas terras ao longo das últimas décadas.

---

[95] Veremos isto claramente no capítulo VIII, ao examinar a evoluçom da utilizaçom da terra, e em especial das terras a monte, nas últimas décadas.

[96] As operaçons de concentraçom parcelária começárom na maior parte da Europa Ocidental durante os anos 30 deste século, e nalguns países já antes desta data. Se bem foi sobretodo no período posterior à Segunda Guerra Mundial quando se intensificárom as actuaçons.

Ao respeito pode consultar-se a panorámica oferecida na obra:
-OCDE, Medidas de reforma de las estructuras agrícolas., OCDE-Instituto de Desarrollo Económico, Madrid, 1972, pp. 27 e ss.

Como antes sinalamos, os repartos e a apropriaçom individual afectárom só a umha parte dos montes comuns. Muitas destas unidades, em concreto montes vizinhais, permanecérom indivisos, e assi vam continuar até a actualidade.

Pois bem, estes montes vizinhais vírom-se sometidos também ao longo da primeira metade do século actual a profundas mudanças, que afectárom tanto à sua propriedade como aos seus usos. No primeiro aspeito, consumou-se neste período a "publificaçom" destes montes, a atribuçom da sua titularidade aos municípios; com a expropriaçom conseguinte das comunidades vizinhais. E isso foi acompanhado, no período posterior à Guerra Civil, de um ataque às formas de aproveitamento tradicional destas terras polos vizinhos, ao través da política de repovoamento florestal impulsada polo Estado.

Para nom extender em demasia a nossa exposiçom nesta introduçom histórica, limitaremo-nos a uns apontamentos esquemáticos sobre esses dous processos[97].

i. A expropriaçom dos montes vizinhais às comunidades proprietárias é um processo que se inicia já na primeira metade do XIX, com a construçom do entramado legal do Estado liberal espanhol. Por um lado, produziu-se a ausência de reconhecimento legal do regime de propriedade privada colectiva que caracterizava a estes montes; estes ficárom numha situaçom de indefiniçom jurídica, ainda que implicitamente fórom assimilados a montes públicos. Ligado a isso está a criaçom dos novos municípios, e a ausência de reconhecimento da persoalidade jurídica das comunidades vizinhais usufrutuárias dos montes. Deste modo, a titularidade destes montes foi atribuída (implicitamente) aos municípios.

ii. Partindo da situaçom assi criada, a expropriaçom foi-se consolidando ao longo da segunda metade do XIX e a primeira metade do século actual. Produziu-se isto mediante sucessivas disposiçons que estabeleciam a presunçom da propriedade em favor das entidades municipais, e facultavam a estas para inscribir os montes ao seu favor no Registo da Propriedade.

iii. Durante todo o século XIX e o primeiro tércio do século actual, essa modificaçom na titularidade jurídica dos montes vizinhais nom tivo conseqüências significativas sobre a sua utilizaçom, mantendo-se os sistemas de aproveitamento tradicionais em maos dos vizinhos. Isto nom quer dizer que nom houvera tentativas de intervençom administrativa na

---

[97] Analisamos de forma mais detida essas mudanças na propriedade e no uso dos montes vizinhais ao longo do século actual no trabalho:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Aproximaçom à história do monte na Galiza: evoluçom da propriedade e da utilizaçom.", op. cit.

regulaçom deste aproveitamento; pero o Estado e os seus organismos fórom incapazes de efectivizar essa intervençom[98].

iv. A situaçom muda de forma radical no período posterior à Guerra Civil. Em 1941 é criado o "Patrimonio Forestal del Estado", organismo que nos anos seguintes vai levar a cabo umha política de repovoamentos florestais massivos nos montes vizinhais. O mecanismo utilizado foi a realizaçom de "consórcios" com os municípios, considerados os proprietários legais dos montes; tendo que enfrentar-se à oposiçom dos vizinhos, que se viam privados do direito de uso sobre as terras que vinheram aproveitando tradicionalmente.

O ritmo desta florestaçom foi na década dos 40 moderado, ainda que em contínuo aumento. A partir de 1953 a actividade repovoadora incrementa-se fortemente, e é na etapa de 1953-1965 quando alcança a sua maior intensidade.

Nom dispomos de cifras precisas sobre o volume total das superfícies de montes de vizinhos que fórom repovoadas; pero podem oferecer-se alguns dados que ilustram a grande magnitude do processo. Assi, a superfície total repovoada em Galiza entre 1941 e 1973 (incluindo tanto o repovoamento mediante "consórcios", como o efectuado por particulares) foi de umhas 500.000 hes[99]. E desta cifra, pode estimar-se que a metade aproximadamente correspondia ao repovoamentos "consorciados"[100].

A expropriaçom e o repovoamento florestal de umha boa parte dos montes vizinhais tivo importantes conseqüéncias para os agricultores e as exploraçons agrárias afectadas. Centrando-nos em concreto nos seus efeitos do ponto de vista da estrutura das exploraçons e da utilizaçom da terra, isso supuxo:

-A curto prazo, ou de forma imediata, que essas superfícies de monte deixárom de cumplir a sua funçom polivalente para as exploraçons, e de estar integradas com estas unidades individuais; para convertir-se num espaço produtor de madeira, independizado do sistema agrário.

-E com vistas ao futuro, a florestaçom fixo que essas terras deixaram de ser umha reserva potencial para a ampliaçom da superficie agrária das

---

[98] Sobre isto consultar:
-BALBOA, Xesús, op. cit., capítulo IV (pp. 158-226).

[99] Ver: FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Aproximaçom ...", op. cit., pp. 264-265.

[100] Isto é ao menos o que se desprende dos dados recolhidos por A. Bouhier para a superfície repovoada até 1960-61. Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1045-1050.

exploraçons individuais. Polo que, nas comarcas onde os montes de vizinhos se mantivérom indivisos e fórom arvorados, as exploraçons quedárom reduzidas ao estreito espaço agrário, de propriedade e possessom individual, do que disponhiam.

A. Bouhier expressa-o de um modo gráfico, quando afirma que o repovoamento florestal (tanto nos montes vizinhais como nos de propriedade particular, efectuado por iniciativa dos próprios agricultores), supuxo a "esclerose" e a "parálise" das terras a monte[101].

1.4. Algumhas notas recapitulativas a modo de conclusom.

Como resumo da exposiçom anterior, podemos estabelecer as seguintes conclusons:

i. Muitos dos traços fundamentais e mais profundos das estruturas fundiárias que encontramos em Galiza nas décadas recentes, estavam já plenamente conformados a finais do Antigo Regime. Isso é certo, em especial, no que respeita à pequena dimensom e ao elevado grau de parcelamento da terra nas exploraçons individuais.

Sem embargo, outras das características das estruturas actuais, tenhem a sua origem nas mudanças operadas ao longo da história contemporánea, e em particular na primeira metade do século actual. Em concreto, da evoluçom registada na época contemporánea podem destacar-se estes pontos:

ii. Neste período consolida-se e acentua-se o reduzido tamanho e o parcelamento da superfície das exploraçons individuais; estando isto vinculado ao aumento ininterrumpido das densidades demográficas na agricultura.

iii. Produze-se o acceso geralizado do campesinato à propriedade plena das terras que vinha trabalhando; ainda que isto tem lugar de umha forma progressiva, e nom leva a eliminaçom total dos regimes de tenéncia indirectos.

Ao lado desses dous processos, centrados no espaço de titularidade individual, tenhem lugar mudanças mui importantes nos montes comuns, que ocupavam no Antigo Regime as 3/4 partes do território.

iv. Por um lado, opera-se o reparto e apropriaçom individual da maior parte destes espaços comunais na metade septentrional de Galiza; o que permite

---

[101] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1050-1060.

um aumento considerável aqui da superfície total das exploraçons individuais, e origina um neto contraste neste aspeito (o tamanho das exploraçons em termos de superfície total) com a metade meridional.

v. Por outro lado, os montes vizinhais que permanecem indivisos som expropriados às comunidades usufrutuárias, efectuando-se em muitos deles o seu repovoamento florestal polo Estado.

vi. Ainda que o resultado desses dous tipos de processos que afectárom aos montes comuns foi mui diferente a curto prazo, ambos tivérom um efeito a médio prazo que é comum: a pulverizaçom parcelária dos montes no primeiro caso, e a expropriaçom e florestaçom no segundo, bloqueiárom em boa medida a possibilidade da posta em cultivo ou a transformaçom em pastos dessas terras; fazendo mui difícil que as exploraçons puderam ampliar nas décadas recentes o estreito espaço agrário herdado do sistema tradicional[102].

2. A ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS, A DISTRIBUÇOM DA PROPRIEDADE DA TERRA, E OS REGIMES DE TENÉNCIA EXISTENTES EM 1950/1960.

Depois dessas notas de carácter histórico, entramos agora no que é propriamente o objectivo deste capítulo: o estudo das estruturas fundiárias existentes em Galiza no período actual, e da sua evoluçom ao longo das últimas décadas. Como ponto de partida tomamos a situaçom a meiados deste século. Assi, neste apartado imos analisar de forma pormenorizada as características das estruturas fundiárias vigentes na agricultura galega ao redor de 1950/1960; baseando-nos para isto num exame detido da informaçom estatística disponível.

A nossa exposiçom está dividida em três epígrafes, nos que abordamos sucessivamente os três aspeitos que nos interessa conhecer: a estrutura dimensional das exploraçons; a distribuçom da propriedade da terra; e por último, os regimes de tenéncia da terra, a distribuçom por modos de tenéncia da superfície das exploraçons agrárias.

---

[102] Em relaçom com este último ponto, ver a análise sobre a evoluçom dos usos da terra ao longo das últimas décadas, que realizamos no capítulo VIII.

Os dados que utilizamos para esta análise procedem de fontes estatísticas diversas, que variam segundo o aspeito do que se trate. Na exposiçom iremos indicando as fontes disponíveis em cada caso, e faremos as precisons oportunas sobre as suas características e sobre a fiabilidade das cifras.

2.1. A ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS AGRARIAS EM 1962. O NUMERO E SUPERFICIE DAS UNIDADES DE PRODUÇOM.

2.1.1. Precisons sobre os dados estatísticos disponíveis. As características e o grau de fiabilidade das cifras do Censo agrário de 1962.

a. As estatísticas existentes em Espanha sobre o número e a superfície das exploraçons agrárias a meiados do século actual; os antecedentes do primeiro Censo agrário.

A primeira estatística global que sobre este aspeito foi elaborada em Espanha ao longo do século XX, é o primeiro Censo agrário, realizado como sabemos em 1962. Neste Censo recolheu-se informaçom sobre as diversas características ou elementos das estruturas produtivas do sector agrário; entre elas as referidas à base territorial das unidades de produçom. Estes serám, pois, os dados que utilizemos para conhecer a estrutura dimensional das exploraçons existente em Galiza a meiados de século (neste caso, em concreto, a princípios da década dos 60).

Sem embargo, contamos também com algumhas estatísticas anteriores, elaboradas todas elas na década dos 50, que oferecem informaçom sobre o número, e nalguns casos também sobre a superfície, das exploraçons agrárias; e que neste sentido podem considerar-se como antecedentes dos Censos agrários[103]. Imos começar a exposiçom referindo-nos brevemente a estas fontes,

---

[103] Em relaçom com isto consultar:

-DE COO ROMAN, Manuel, "El Censo Agrario Mundial.", Estadística Española, no. 8, julho-setembro 1960, pp. 56-68.

Neste trabalho apresenta-se umha panorámica das diversas fontes que podem ser catalogadas como antecedentes do primeiro Censo agrário levado a cabo em Espanha; e que de algum modo marcam um caminho que culmina com a realizaçom desse Censo.

ao tipo de dados que aportam e à sua procedéncia; e vendo as cifras globais que nelas se obtenhem para Galiza.

i. O "avance estatístico" sobre os regimes de tenéncia da terra, elaborado polo "Instituto de Estudios Agro-Sociales" em 1950.

Este "avance estatístico" foi realizado polo organismo que mencionamos (o "Instituto de Estudios Agro-Sociales"), com a finalidade principal de obter informaçom sobre os regimes de tenéncia da terra. Porém, nos resultados publicados figuram também dados que tenhem interesse directo para o que agora nos ocupa; em concreto, estes refirem-se ao número de exploraçons, e à superfície cultivada/ exploraçom[104].

As cifras fórom recopiladas a nível provincial polas respectivas "Jefaturas agronómicas provinciales", utilizando como fonte de informaçom primária a existente em diferentes organismos ("Cámaras Oficiales Sindicales Agrarias", "Juntas Locales de Información Agrícola", "Hermandades Sindicales",...)[105]. Nom se trata, pois, de dados obtidos mediante umha recolhida directa de informaçom, polo que devem tomar-se com certa cautela; sobretodo aqueles em termos absolutos, como os que aqui nos interessam[106].

ii. As "Encuestas agropecuarias" de 1953 e 1956.

A estas "Encuestas agropecuarias" já aludimos no capítulo V, quando analisamos a composiçom da mao de obra agrária por situaçons profissionais a meiados de século. Como sinalamos ali, as cifras obtivérom-se nos dous casos das "Hermandades Locales de Labradores y Ganaderos", cada umha das quais

---

[104] Os resultados fórom publicados por L.García de Oteyza, num trabalho onde se aclara também a procedéncia da informaçom. Ver:
-GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro-dezembro 1952, pp. 49-65.

[105] Ver: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes ...", op. cit., pp. 49-51.

[106] Aos resultados desta fonte e a sua fiabilidade referimo-nos com maior detenimento posteriormente, ao examinar os modos de tenéncia da terra.

cumplimentou um questionário com a informaçom sobre a sua área de actuaçom. Portanto, no que respeita à procedéncia dos dados e a sua precisom, vale o dito para a estatística anterior.

Pola sua concepçom, as "Encuestas agropecuarias" som as que mais se aproximam a um antecedente dos modernos censos agrários; porque nelas recopilou-se informaçom sobre os diferentes elementos das estruturas produtivas no sector agrário (mao de obra, maquinária, gado,...). Sem embargo, no tema que agora nos ocupa (a base territorial das unidades de produçom), os dados que suministram som mui escassos, e refirem-se nom ao tamanho das exploraçons senom às parcelas[107].

Apesar de todo, hai uns resultados destas "Encuestas" que som de utilidade para o que estamos tratando: os que correspondem ao número de titulares de exploraçom, que podemos identificar com o número de exploraçons, e que encontramos tanto na de 1953 como na de 1956.

iii. Outras fontes estatísticas.

Por último, podemos citar as cifras de empresarios agrários publicadas polo "Censo de población" de 1950. Esta fonte nom é, obviamente, um antecedente dos censos agrários; pero esses dados si tenhem um interesse directo, tratando-se de conhecer o número e superfície das exploraçons.

Em conjunto, disponhemos portanto de 4 estatísticas diferentes, que suministram informaçom sobre o número total de titulares ou de exploraçons agrárias existentes nos anos 1950-1956. No **quadro 7.3** reproduzimos as cifras que se obtenhem para o total de Galiza em cada umha dessas fontes; e incluímos também, a efeitos comparativos, o número de exploraçons contabilizadas no Censo agrário de 1962.

---

[107] Ver: GONZALEZ GALINDO, Antonio, "Resultado de la Encuesta Agropecuaria. Cerca de 23 millones de fincas de secano menores de 0,25 hectáreas.", Revista Sindical de Estadística, no. 33, pp. 2-9.

Com maior precisom, os dados refirem-se ao número e tamanho das fincas, entendidas em sentido jurídico; e nom das parcelas em sentido agronómico. Assi, no trabalho que citamos, onde se publicam os resultados, sinala-se que o objectivo foi conhecer *"...el estado real de la distribución de la propiedad rústica."* (pag. 3).

Quadro 7.3. Número de exploraçons agrárias ou de titulares de exploraçom existentes em Galiza a meiados do século actual, segundo diferentes fontes estatísticas.

Fonte estatística e data	Número de exploraçons ou de titulares
A. Censo de populaçom 1950	351424
B. Estatística do "Instituto de Estudios Agro-Sociales" 1950	415100
C. "Encuesta agropecuaria" 1953	425018
D. "Encuesta agropecuaria" 1956	560370
E. Censo agrário 1962	420520

Fonte:
A: INE, Censo de población de España 1950.
B: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro-dezembro 1952, pag. 63
C: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1953 (cifras publicadas na Revista Sindical de Estadística, no. 34)
D: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1953 (cifras publicadas na Revista Sindical de Estadística, no. 53)
E: INE, Censo agrario de España 1962.

Do que aí pode observar-se, parecem-nos salientáveis dous feitos:

1. O primeiro é a proximidade ou similitude entre a maior parte dessas cifras. Concretamente, tanto a estatística do "Instituto de Estudios Agro-Sociales" (de 1950), como a "Encuesta agropecuaria" de 1953, oferecem cifras mui similares entre si, e também mui próximas à do Censo agrário de 1962; as trés situam o número total de exploraçons existentes em Galiza em torno às 415.000 / 425.000. Por baixo fica a que se obtém do Censo de populaçom de 1950 (351.000); e mui por encima a suministrada pola "Encuesta agropecuaria" de 1956 (560.000 exploraçons). Em todo caso, com a única excepçom desta última, as cifras som bastante cercanas; o que parece avalar a validez aproximada das diversas estatísticas.
2. O outro ponto refire-se à evoluçom registada durante a década dos 50. Sobre isto nom podemos pretender extraer conclusons precisas da comparaçom desses dados. Pero, falando em termos mui gerais, o que estes sugirem é que o número de exploraçons agrárias se mantivo durante este decénio em Galiza aproximadamente estável. Esta conclusom é coerente com o que sabemos sobre a tendéncia experimentada nestes anos pola populaçom activa

agrária: esta, depois de alcançar o seu máximo em 1950, regista nos 10 anos seguintes umha moderada reduçom. E também coincide essa conclusom com as observaçons realizadas sobre o terreo por alguns autores[108].

Em conseqüéncia, podemos afirmar que **os dados do Censo agrário de 1962, que imos examinar a continuaçom, correspondem ao momento no que o número de exploraçons alcançou na agricultura galega o seu máximo de toda a história, sem que se iniciara ainda (ao menos de forma significativa) o processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons.**

Antes de entrar na análise destes dados, imos tratar de precisar as suas características, e também o seu grau de fiabilidade.

b. As cifras referidas ao número e a superfície das exploraçons, que oferece o Censo agrário de 1962. Aclaraçons sobre as suas características e fiabilidade.

O primeiro que devemos ter presente, para interpretar correctamente estas cifras, som os conceitos ou definiçons aos que correspondem. Neste sentido, hai que destacar aqui dous feitos:

-O primeiro é a **grande amplitude do conceito de "exploraçom agrária" utilizado no Censo agrário de 1962.**

-O segundo ponto a salientar é que **as cifras sobre o tamanho das exploraçons** oferecidas por esta fonte, **refirem-se à sua superfície total.**

Comecemos por isto último. O que queremos sinalar aqui é que nos quadros de resultados do Censo de 1962, as exploraçons aparecem classificadas unicamente em funçom da sua superfície total, na que se incluem, ademais da SAU, o monte baixo, o monte arvorado e as terras improdutivas que formam parte da exploraçom. Portanto, todos os dados que depois veremos estám referidos à dimensom das unidades de produçom em termos de superfície total.

---

[108] Em concreto, A. Bouhier, baseando-se na sua observaçom directa, afirma que *"Ces abandons de micro-exploitations (...) n'ont commencé à se produire qu'aux environs de 1960-1965."* (BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1110).

É importante ter isto em conta, sobretodo com vistas a efectuar comparaçons com outros países. Porque nas estatísticas internacionais, o mais freqüente é que os dados sobre o tamanho das exploraçons se refiram à SAU[109].

Polo que respeita à definiçom de exploraçom agrária, no Censo de 1962 diferenciam-se de entrada dous tipos de unidades: as exploraçons "com terras", e aquelas "sem terras". Este segundo grupo tem para nós um escasso interesse, e ademais o seu número em Galiza é mui reduzido; polo que na análise prescindiremos delas. Digamos só que o critério no que se basea a definiçom destas exploraçons "sem terras", é o de contar com um número de cabeças de gado por encima de certos umbrais.

Centramo-nos, pois, nas exploraçons "com terras". O conceito adoptado é aqui o seguinte: *"Se entiende por explotación agraria con tierras, a fines censales, cualquier extensión de terreno, en una o varias parcelas (...) que en conjunto formen parte de la misma unidad técnico-económica, de la que se obtienen producciones agrícolas, forestales, ganaderas o mixtas bajo la dirección de un empresario."*[110]

Nessa definiçom temos, em primeiro lugar, umha delimitaçom genérica do que se entende por exploraçom agrária: umha unidade tecnico-económica dedicada à produçom agrária. Dentro desse conceito genérico, sem embargo, a definiçom concreta adoptada polo Censo é mui ampla. Em particular compre destacar dous pontos:

-Nom se estabelece nengum límite mínimo de dimensom.

-O Censo regista também como exploraçons agrárias as unidades formadas exclusivamente por superfícies florestais[111].

---

[109] Como depois veremos, isto é o que sucede por exemplo nas estatísticas para os países da CEE publicadas polo EUROSTAT.

[110] INE, Primer censo agrario de España 1962. Serie C. Resúmenes nacionales., INE, Madrid, 1966, pag. XXI.

[111] Este feito é algo singular do primeiro Censo agrário espanhol, e diferencia-o do que é habitual nas estatísticas doutros países, e também do recomendado nas directrizes gerais da FAO para o Censo Agrário Mundial de 1960. Assi o reconhece Manuel de Coo, um dos principais responsáveis dos trabalhos desse primeiro Censo agrário. Ver:
-DE COO ROMAN, Manuel, "El censo agrario de España. Comentarios sobre algunas de sus características.", Estadística Española, no. 21, outubro-dezembro 1963, pp. 43-65; pag. 46.
Essa singularidade vai-se manter também nos Censos de 1972, 1982 e 1989.

Isso é o que se desprende da definiçom censal. O conceito de exploraçom agrária efectivamente aplicado na prática, ao efectuar a recolhida da informaçom, foi ainda mais amplo. De tal modo que **fórom censadas como exploraçons extensons de terreo abandonadas, propriedades abandonadas sem nengum aproveitamento agrícola, gadeiro ou florestal**. Para aclarar este ponto, temos que referir-nos brevemente ao procedimento que se seguiu para localizar os empresários agrários, e para recolher destas persoas a informaçom[112].

O primeiro passo desse proceso consistiu na elaboraçom de um listado inicial de empresários agrários, para o qual se insertárom no questionário do Censo de populaçom de 1960 duas perguntas. As persoas que respondiam afirmativamente a algumha dessas perguntas, eram incluídas no listado que devia servir de base para a realizaçom do Censo agrário. Pois bem, essas duas perguntas incluiam os seguintes textos:

-"¿Es agricultor o ganadero (...); o posee o explota algún monte, espartizal, encinar, chopera, etcétera, o posee tierras incultas ?"[113]

-"¿Cultiva algún pequeño huerto (...) ?"[114]

Como vemos, aí nom só se incluem os que em rigor podemos considerar empresários agrários, senom também persoas sem nengumha vinculaçom com umha unidade de produçom agrária, que som simplesmente proprietários de fincas rústicas.

O listado inicial de empresários assi obtido, foi depois completado e depurado em cada município por umha comissom encargada dos lavores do Censo agrário. Por último, os agentes censais, antes de cubrir o questionário, deviam assegurar-se de que o "presunto empresário", e a "presunta exploraçom", era realmente tal.

A primeira vista, semelha que estes dous passos pudérom permitir depurar o listado inicial, excluíndo dele aos empresários e exploraçons fictícios. Sem embargo, nom foi assi. Porque os requisitos para ser considerado "empresário agrário", dacordo com as instruçons aos agentes censais, eram os mesmos que nas perguntas de 1960. Em concreto, entre as situaçons que davam lugar à

---

[112] Este procedimento é explicado por exemplo na publicaçom:
-INE, Primer censo agrario de España 1962. Serie C. Resúmenes nacionales. op. cit., pp. XXXII e ss.

[113] INE, op. cit., pag. XXXII.

[114] Ibidem , pag. XXXII.

inclusom no Censo estavam as três seguintes[115]: *"¿Posee o explota algún monte, chopera, espartizal, etc.?"; "¿Posee tierras incultas que no sean solares ?"; "¿Cultiva algún huerto para el consumo familiar ?".*

Em definitiva, **nas cifras de exploraçons do Censo agrário de 1962, devido à própria metodologia e definiçons empregadas, fórom incluídas nom só muitas micro-exploraçons de mui reduzida entidade produtiva (hortas familiares), senom também dous tipos de unidades que dificilmente podem ser consideradas como exploraçons agrárias: terreos exclusivamente florestais; e mesmo propriedades abandonadas, que nom eram objecto de nengumha actividade ou aproveitamento.**

O exame atento dos próprios quadros de resultados permite confirmar isso, e conhecer aproximadamente o número de unidades destes dous tipos registadas entre as exploraçons. Em concreto, nos resultados referidos à mao de obra oferece-se umha classificaçom, na que se distinguem, dentro das exploraçons censadas, aquelas nas que nom foi efectuado nengum trabalho, nengumha actividade humana, ao longo da campanha anterior.

Quadro 7.4. Número de exploraçons censadas em 1962 nas que nom foi realizado nengum trabalho humano ao longo da campanha nterior.

Superf. total	A Exploraçons censadas	B Exploraçons sem trabalho	B/A (%)
< 1 he.	146290	13272	9,1%
1-5	184957	4245	2,3%
5-10	56549	477	0,8%
10-20	25941	307	1,2%
20-50	6283	154	2,5%
50-100	500	84	16,8%
>= 100 hes.	772	584	75,6%
TOTAL	421292	19123	4,5%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. El factor humano en las explotaciones agrarias. Elaboraçom própria.

As cifras que se obtenhem para o conjunto de Galiza reproduzimo-las no **quadro 7.4**. Podemos aí ver que, das aproximadamente 421.000 exploraçons

[115] Ver: INE, op. cit., pag. XXXIII.

contabilizadas polo Censo, estavam na situaçom citada (sem actividade) umhas 19.000, o 4,5% do total. O seu número é, pois, significativo, ainda que nom afecta de forma substancial à validez geral dos dados. Por outro lado, fixando-nos nas cifras por categorias de tamanho, observa-se que essas "exploraçons sem actividade" tenhem importáncia, sobretodo: na categoria de exploraçons menores de 1 he, e na das maiores de 100 hes (ver quadro 7.4). O primeiro corresponde-se com o registo de pequenas propriedades abandonadas; e o segundo com grandes espaços florestais.

Para finalizar estas precisons sobre as cifras do Censo agrário de 1962, queda-nos por aclarar um último aspeito: o grau de exaustividade da informaçom recolhida nesta estatística. Dadas as suas definiçons, o Censo deveria ter registado a prática totalidade do território galego[116].

Pois bem, comparando a superfície censada com a superfície geográfica, comprova-se que isso nom foi assi. Para o conjunto de Galiza, só foi censada o 82,4% da superfície geográfica; quedando umhas 500.000 hes sem registar[117] **(ver quadro 7.4 bis)**. A situaçom difire ademais entre as quatro províncias: mentres em Ourense a superfície censada em 1962 representa o 90,9% da geográfica, na província de A Corunha a percentagem nom chega ao 75%; em Lugo é do 85,1%, e em Pontevedra do 78,0% (ver quadro 7.4 bis).

Quadro 7.4 bis. Relaçom entre a superfície geográfica e a superfície censada no Censo agrário de 1962.

	Galiza	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
1. Sup. geográfica (hes.)	2943400	787600	980300	727800	447700
2. Sup. censada (hes.)	2424007	579316	834006	661263	349422
1-2	519393	208284	146294	66537	98278
2/1 (%)	82,4%	73,6%	85,1%	90,9%	78,0%

Fonte:
1: INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, Galicia en cifras. Anuario 1988, Santiago, 1989, pag. 25
2: INE, Censo agrario de España 1962.

---

116 Unicamente quedariam fora do ámbito censal as superfícies nom agrárias ou improdutivas (as ocupadas polas vias de comunicaçom, núcleos urbanos, rios, ...). Segundo as estatísticas do Ministério de Agricultura, essas superfícies improdutivas ocupavam em 1962 em Galiza um total de 155.700 hes (Cifra tomada de: OERGA, Síntesis estadística de Galicia., INE, Madrid, 1976, pag. 135).

117 Ainda descontando as 155.700 hes de superfície improdutiva (ver a nota anterior), seguem restando umhas 350.000 hes nom censadas em 1962.

Nom podemos conhecer com precisom em que medida isso se deveu a que nom fórom censadas umha parte das exploraçons realmente existentes nessa data; ou se, polo contrário, as terras que quedárom sem registar correspondiam a propriedades formadas exclusivamente por superfícies florestais, que nom som em rigor exploraçons agrárias. De todos modos, os indícios indirectos apontam neste último sentido: em concreto o que sugirem é que a maior parte da superfície que quedou sem censar correspondia a espaços florestais de propriedade particular.

Antes de passar ao exame das cifras, só umha precisom final. No Censo agrário de 1962 nom se fixou nengumha dimensom mínima para as exploraçons com terras; em cámbio, nos realizados em 1972, 1982 e 1989 si se fixo, excluíndo as menores de 0,1 he. Para que os dados foram homogéneos, o que fixemos foi excluir também as unidades menores de 0,1 he nas cifras de 1962 que agora imos comentar.

2.1.2. A estrutura dimensional das exploraçons agrárias em 1962; análise dos dados para o conjunto de Galiza.

a. Umha primeira visom geral.

No **quadro 7.5** reproduzimos os dados sobre a estrutura dimensional das exploraçons em Galiza, que oferece o Censo agrário de 1962. Figura aí: por um lado o número de exploraçons nas diferentes classes de tamanho; e polo outro, a superfície total ocupada polas unidades de cada intervalo dimensional. Para facilitar a percepçom dos traços básicos dessa estrutura elaboramos o **gráfico 7.1**, no que aparece a distribuçom percentual das exploraçons e da superfície por classes de tamanho.

Num primeiro exame dessas cifras, destacam de imediato dous feitos:

i. O primeiro é o **forte predomínio numérico das exploraçons de pequena e mui pequena dimensom**. Assi, das 421.000 exploraçons censadas nesta data em Galiza, o 34,7% tinham umha superfície total inferior a 1 he; e outro 43,9% estavam entre 1 e 5 hes. Em conjunto, pois, **mais das 3/4 partes (exactamente o 78,6%) das unidades eram de tamanho inferior a 5 hes.**

No extremo superior, as exploraçons de superfície igual ou maior a 20 hes nom chegavam ao 2% do total. E, dentro deste grupo, unicamente havia 772 (o 0,2% do total) por encima das 100 hes.

ii. **O panorama é mui diferente se nos fixamos na superfície ocupada polas unidades de cada tamanho**; é dizer, na parte do território que estas cubrem.

Assi, as exploraçons de dimensom inferior a 1 he ocupavam menos do 3% da superfície censada. E o conjunto das menores de 5 hes, que lembremos eram o 78,6% do total, unicamente disponhiam do 21,3% da superfície. Em cámbio, às maiores de 100 hes, que só suponhiam o 0,2% do total em número, correspondia-lhes o 39,5% do território censado.

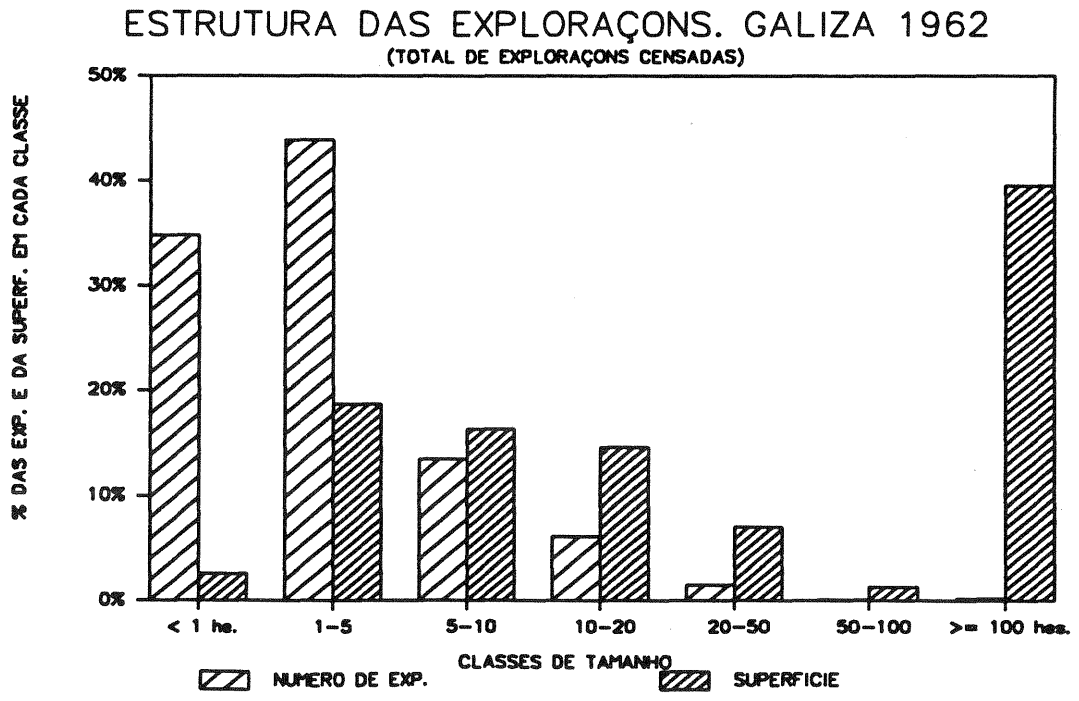
Globalmente, portanto, a imagem inicial que nos oferecem essas cifras sobre a estrutura das exploraçons a princípios dos 60, é a de umha estrutura "dual" ou bipolar:

-Por umha parte, temos um grande número de pequenas exploraçons, menores de 5 hes, que representam mais dos 3/4 do total das unidades censadas, pero ocupam apenas 1/5 do território.

-E, frente a isso, umhas 800 exploraçons de tamanho mui elevado, que se repartem quase o 40% da superfície.

No gráfico 7.1 podemos captar de um modo plástico essa dualidade.

Gráfico 7.1.



Quadro 7.5. Distribuçom das exploraçons agrárias e da superfície total censada por intervalos dimensionais (*). Galiza 1962.

	CIFRAS ABSOLUTAS		DISTRIBUÇOM PERCENTUAL	
Tamanho (sup. total)	Número de explor.	Sup. total (hes.)	Número de explor.	Sup. total (hes.)
< 1 he.	146290	62445	34,7%	2,6%
1-5	184957	452826	43,9%	18,7%
5-10	56549	395033	13,4%	16,3%
10-20	25941	352135	6,2%	14,5%
20-50	6283	171170	1,5%	7,1%
50-100	500	32109	0,1%	1,3%
>= 100 hes.	772	958260	0,2%	39,5%
TOTAL	421292	2424007	100,0%	100,0%

Superfície total / exploraçom (hes.) 5,75

(*) Referido às exploraçons "com terras" de superfície igual ou superior a 0,1 hes.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

Desses dados censais resultava umha superfície média por exploraçom de 5,75 hes (ver quadro 7.5). Pero esta cifra era pouco significativa, já que estava mui influída pola inclusom daquelas poucas unidades de mui grande dimensom: as 772 exploraçons maiores de 100 hes, cuja extensom média, dacordo com estes dados era de 1.241,27 hes. Excluíndo a essas unidades, obtinha-se umha superfície média, para o resto de exploraçons, de 3,49 hes.

Agora bem, lembrando o que vimos na introduçom histórica, nom é difícil adivinhar o tipo de extensons com o que se correspondem realmente os "latifúndios" registados em Galiza polo Censo agrário de 1962: trata-se, na sua imensa maioria, de montes comuns, e mais concretamente de montes vizinhais em mao comum[118]. Dito com outras palavras, e de forma mais precisa:

-Nas cifras que acabamos de comentar, referidas ao total de exploraçons censadas, figuram dous tipos de unidades mui diferentes, que é necessário separar a efeitos da análise: as exploraçons agrárias "propriamente ditas", e os montes comuns.

---

[118] Posto que a outra classe de montes comuns que existiam historicamente no agro galego, os montes de varas, tinham desaparecido quase totalmente nesta data.

-A linha divisória entre umhas e outras unidades corresponde-se com bastante precisom com o límite das 100 hes de tamanho. De tal modo, que, a efeitos práticos, podemos identificar as "exploraçons" censadas de dimensom superior a 100 hes com montes comuns; e assimilar as que estám por baixo desse umbral com as exploraçons agrárias "propriamente ditas".

Imos argumentar e justificar brevemente essas duas afirmaçons.

A primeira refire-se à necessidade de que, ao analisar as cifras, separemos os dous tipos de extensons. As razons para isto som de duas classes:

i. Em primeiro lugar, isso é necessário para obter umha imagem mais precisa da dimensom real, em termos de superfície, que tenhem as exploraçons, as unidades de produçom na agricultura galega. A exclusom dos montes comuns à hora de calcular essa dimensom, podia prestar-se a discusom quando estes estavam integrados plenamente no sistema agrário, servindo de complemento às exploraçons individuais. Sem embargo, o seu repovoamento florestal, e/ou o progressivo abandono dos seus aproveitamentos tradicionais ao longo das últimas décadas, tenhem levado a que os montes comuns se convirtam cada vez mais em extensons florestais autónomas, ou bem simplesmente em superfícies abandonadas Portanto, à hora de examinar o número e superfície das exploraçons agrárias, devemos excluir essas unidades.

ii. O outro motivo que aconselha a separaçom entre os dous tipos de unidades é o diferente regime jurídico das terras num e outro caso, e as implicaçons que de aqui se derivam.

As que denominamos exploraçons agrárias "propriamente ditas" som, em termos mais precisos, aquelas formadas por superfícies de propriedade privada individual (ou societária), que podem ser objecto de compra, venda, arrendamento, etc. Em cámbio, os montes vizinhais em mao comum, ainda que a sua tipificaçom jurídica estivo sometida até datas recentes a umha notável confusom e inseguridade, tenhem como característica definitória o ser extensons de propriedade privada colectiva, indivisíveis e inembargáveis; e, portanto, estám à margem da mobilidade no mercado de terras[119].

Por essas duas razons, em toda a análise que realizamos a partir de aqui, sobre a estrutura das exploraçons e as suas mudanças nas últimas décadas,

---

[119] Sobre o regime jurídico dos montes vizinhais, tal como este é codificado nas sucessivas leis aparecidas nas décadas recentes, pode consultar-se o nosso trabalho:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro,
"Aproximaçom...", op. cit., pp. 275-283.

partiremos sempre de separar os dous tipos de extensons; centrando a nossa atençom nos dados referidos às exploraçons agrárias "propriamente ditas".

A efeitos práticos, como já indicamos, identificaremos com montes comuns as exploraçons censadas de superfície igual ou superior às 100 hes. Imos justificar agora este procedimento, e contrastar a sua validez como aproximaçom à realidade. Para isto servimo-nos dos dados referidos à "classificaçom das exploraçons segundo a condiçom jurídica do empresário", que oferecem os Censos agrários de 1972 e 1982 (o Censo de 1962 nom publicou este tipo de informaçom).

No Censo agrário de 1972 as exploraçons censadas aparecem distribuídas, em funçom da condiçom jurídica do seu empresário, em 7 rúbricas. Destas rúbricas, hai duas que podemos identificar, na realidade do agro galego, com o que vimos denominando montes comuns: as exploraçons nas que o empresário é "Comunal"; e aquelas nas que é umha "Entidad pública", ou exploraçons "De própios"[120].

Concretamente, estas som as definiçons censais para os dous grupos:

-*"Comunales. Explotaciones de dominio municipal, cuyo aprovechamiento y disfrute pertenece exclusivamente a los vecinos, como ocurre con los «montes vecinales en mano común»."*[121]

-*"De propios. Bienes o explotaciones del municipio o la provincia que no están destinados al uso público, ni adscritos a la prestación de un servicio público sino que pueden constituir una fuente de ingresos para la Administración."*[122]

No Censo agrário de 1982 a classificaçom efectuada foi similar, figurando também entre as rúbricas diferenciadas as mesmas duas que acabamos de citar: "Entidad pública", e "Comunal". As definiçons para cada um destes dous

---

[120] A primeira denominaçom, "Entidad pública", é a que aparece nos quadros de resultados; nas explicaçons sobre a metodologia e definiçons, em cámbio, o nome da rúbrica é "De propios".

As outras 5 rúbricas nas som classificadas as exploraçons pola condiçom jurídica do empresário som: "Persona natural", "Proindiviso", "Sociedad", "Agrupaciones", e "Otras condiciones".

[121] INE, Censo agrario de España 1972. Serie D. Metodología y Procedimientos., INE, Madrid, 1976, pag. 43.

[122] INE, op. cit., pag. 43.

grupos som assimesmo similares, em termos gerais, às de 1972, ainda que mais precisas[123].

Vaiamos agora ao exame dos resultados. Nos **quadros 7.6 e 7.7**, onde resumimos essas cifras, pode ver-se que, tanto em 1972 como em 1982, a imensa maioria das exploraçons públicas e comunais em Galiza som de tamanho superior às 100 hes; e, reciprocamente, a imensa maioria das exploraçons censadas maiores de 100 hes som unidades nas que o empresário é umha entidade pública ou comunal.

Assi, dacordo com o Censo agrário de 1972, as exploraçons públicas e comunais ocupavam em Galiza um total de 827.033 hes; e desta superfície, unicamente 13.622 hes (o 1,6%) correspondia a unidades de tamanho inferior às 100 hes. Portanto, falando em termos de superfície, pode afirmar-se que a prática totalidade dos montes públicos e comunais censados estavam por encima desse límite de 100 hes.

Ainda que de forma menos exacta, também era certa a recíproca: a imensa maioria da superfície censada em exploraçons maiores de 100 hes, correspondia a montes públicos ou comunais. Em concreto, das 926.400 hes ocupadas polas primeiras, pertenciam a exploraçons públicas ou comunais 813.411 hes, é dizer o 87,8% (ver quadro 7.6).

Quadro 7.6. Número e superfície das exploraçons nas que o empresário é umha entidade pública ou comunal; relaçom com o total de exploraçons <100 hes. e >=100 hes. Galiza 1972

	Número		Superfície total (hes.)	
Tamanho (sup. total)	Total de exploraçons	Expl. públicas e comunais	Total de exploraçons	Exp. públ. e comunais
< 100 hes.	385004	537	1530192	13622
>= 100 hes.	828	653	926400	813411
TOTAL	385832	1188	2456592	827033

Fonte: INE, Censo agrário de España 1972; e elaboraçom própria.

---

123 Estas definiçons podem ver-se em qualquer fascículo de resultados do Censo. Por exemplo:

-INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia., INE, Madrid, 1985, pag. XI.

Quadro 7.7. Número e superfície das exploraçons nas que o empresário é umha entidade pública ou comunal; relaçom com o total de exploraçons <100 hes. e >=100 hes. Galiza 1982

Tamanho (sup. total)	Número		Superfície total (hes.)	
	Total de exploraçons	Expl. públicas e comunais	Total de exploraçons	Exp. públ. e comunais
< 100 hes.	358643	1339	1410021	49219
>= 100 hes.	1793	1616	831937	769559
TOTAL	360436	2955	2241958	818776

Fonte: INE, Censo agrário de España 1982; e elaboraçom própria.

Isso refire-se às cifras de 1972. Nos resultados do Censo de 1982 a correspondéncia entre umhas e outras é mais estreita ainda (ver quadro 7.7).

Em definitiva, pois, vemos que o procedimento que adoptamos, a identificaçom entre exploraçons censadas maiores de 100 hes e montes comuns, constitue, apesar da sua simplicidade, umha aproximaçom bastante boa à realidade.

Para completar a argumentaçom, queda-nos por aclarar um aspeito: se essa é a melhor aproximaçom possível. Noutras palavras: se o erro nom poderia reduzir-se, tomando como linha divisória outro tamanho diferente do de 100 hes. De feito, A.Bouhier, com vistas á análise das cifras do Censo agrário de 1962 por municípios, situa essa divisória nas 150 hes, identificando as exploraçons de tamanho superior a 150 hes com montes comuns[124]. E Jesús Ruza Tarrío, noutro trabalho, eleva esse límite às 300 hes[125].

No **quadro 7.8** está a resposta à pergunta que plantejamos, e a justificaçom da opçom por nós adoptada. Como pode ver-se, nas classes de tamanho de 100-150 hes e 150-300 hes, mais do 80% ou 90% das exploraçons censadas som já montes públicos ou comunais. Os dados que aí figuram correspondem em concreto ao Censo agrário de 1982, pero a conclusom é similar tomando os do Censo de 1972. Portanto, a melhor aproximaçom é a que resulta de identificar com montes comuns a todas as unidades censadas de

---

[124] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1091.

[125] Ver: RUZA TARRIO, Jesús, "Problemática de los montes vecinales en Galicia.", Revista de Economía Política, no. 79, maio-agosto 1978, pp. 187-212.

tamanho igual ou superior a 100 hes, assimilando as que estám por baixo desse umbral com exploraçons "propriamente ditas".

Quadro 7.8. Proporçom que representam as exploraçons de entidades públicas e comunais sobre o total de exploraçons censadas nas diferentes classes de tamanho entre 50 e 300 hes. Galiza 1982

A. NUMERO DE EXPLORAÇONS

Tamanho (sup. total)	1 Total	2 Exploraçons de entidades públicas e com.	2/1 (%)
50-70 hes.	651	206	31,6%
70-100	387	241	62,3%
100-150	487	404	83,0%
150-200	253	234	92,5%
200-300	332	300	90,4%

B. SUPERFICIE (hes.)

Tamanho (sup. total)	1 Total	2 Exploraçons de entidades públicas e com.	2/1 (%)
50-70 hes.	37381	11902	31,8%
70-100	31848	19960	62,7%
100-150	57435	47675	83,0%
150-200	42981	39688	92,3%
200-300	79922	72366	90,5%

Fonte: INE, Censo agrário de España 1982; e elaboraçom própria.

Umha vez feitas essas pontualizaçons, retomamos agora o fio da exposiçom, e o exame da estrutura das exploraçons existente em 1962. A continuaçom imos analisar mais detidamente esta estrutura, diferenciando já nas cifras os montes comuns das exploraçons "propriamente ditas", ou exploraçons individuais[126]. Para isto elaboramos o **quadro 7.9**, no que figuram os mesmos dados que já

[126] Em rigor esta denominaçom, exploraçons individuais, nom é totalmente exacta porque aí, ademais das unidades nas que o titular é umha persoa física, estám algumhas pertencentes a sociedades, cooperativas ou outras agrupaçons de produtores. Sem embargo, estes outros grupos som mui pouco numerosos, como se pode comprovar tanto no Censo agrário de 1972 como no de 1982. Por esta razom, a partir de aqui utilizaremos o termo de "exploraçons individuais", para designar as exploraçons censadas distintas dos montes comuns.

vimos ao começo (no quadro 7.5), pero separando agora os dous conjuntos citados.

Quadro 7.9. Distribuçom das exploraçons agrárias e da superfície censada por classes de tamanho. Dados referidos às exploraçons "propriamente ditas", excluídos os montes públicos e comunais (*). Galiza 1962

	CIFRAS ABSOLUTAS		DISTRIBUÇOM PERCENTUAL	
Tamanho (sup. total)	Número de explor.	Sup. total (hes.)	Número de explor.	Sup. total (hes.)
< 1 he.	146290	62445	34,8%	4,3%
1-5	184957	452826	44,0%	30,9%
5-10	56549	395033	13,4%	27,0%
10-20	25941	352135	6,2%	24,0%
20-50	6283	171170	1,5%	11,7%
50-100	500	32109	0,1%	2,2%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	420520	1465747	100,0%	100,0%
MONTES COMUNS	772	958260		
TOTAL CENSADO	421292	2424007		

(*) Identificamos com montes públicos e comunais as exploraçons censadas de superfície igual ou superior às 100 hes.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

Quadro 7.10. Superfície média por exploraçom. Galiza 1962

	Sup. total / exp. (em hes.)
-Exploraçons "propriamente ditas"	3,49
-Montes comuns	1241,27
-Total unidades censadas	5,75

Fonte: ver quadro anterior.

b. O número e a superfície ocupada polos montes públicos e comunais.

Identificando com montes comuns todas as exploraçons censadas de tamanho igual ou superior a 100 hes, como fazemos no quadro 7.9, obtemos que estes espaços ocupavam em Galiza em 1962 um total de 958.260 hes, o 39,5% da superfície total censada. Esta cifra está acorde com o apontado por alguns autores, que estimam que a superfície total dos montes vizinhais nas décadas recentes se situa em torno a 1.000.000 de hes[127].

Sem embargo, se somos mais precisos, e baseando-nos sempre nos dados oferecidos polos Censos agrários, devemos rebaixar ligeiramente a cifra citada. Em concreto, utilizando os dados sobre a superfície das exploraçons públicas e comunais que suministra o Censo agrário de 1972, podemos estimar que **a extensom real ocupada polos montes comuns em 1962 era de umhas 855.000 hes[128]. Isto representa o 35,3% da superfície total censada nesta data, e o 29,1% da superfície geográfica de Galiza**. Esta cifra está mui longe do 70% ou 75% do território que cubriam os montes comuns ainda a finais do século XIX, antes de generalizar-se os repartos destes espaços. Pero, apesar da sua forte reduçom, a extensom ocupada por estes montes continua sendo enorme.

Essa extensom total era a que a princípios dos 60 ocupavam as terras de propriedade pública ou colectiva. Podemos precisar algo mais **o tipo de espaços que figuravam aqui**.

Tendo em conta o que vimos na introduçom histórica, pode afirmar-se que a prática totalidade dessa superfície correspondia a terreos que historicamente foram montes vizinhais. Pero, como conseqüéncia das vicissitudes sofridas por estes montes ao longo dos 100 anos anteriores, muitos deles apareciam nesta

---

[127] Ver por exemplo:
-ABAD FLORES, Odón L., Una opción para la reforma agraria de Galicia., Ed. Cromograf, Madrid, 1977, pag. 14.

[128] Esta cifra é a que se obtém calculando a relaçom entre a superfície das exploraçons públicas e comunais e a das exploraçons maiores de 100 hes em 1972, e suponhendo que esta relaçom era idéntica em 1962.
Quedariam assi umhas 100.000 hes (958.260 - 855.000) censadas em 1962 em exploraçons maiores de 100 hes, que correspondiam a grandes unidades de propriedade privada individual ou societária. A exclusom destas superfícies do conjunto das exploraçons "propriamente ditas" segue sendo, sem embargo, procedente, já que se trata também de espaços quase exclusivamente florestais. (Consultar ao respeito os dados sobre a utilizaçom da terra que oferecemos no capítulo VIII).

data registados como propriedade dos municípios, e o seu aproveitamento estava também em maos de organismos públicos (o "Patrimonio Forestal del Estado", ao través de consórcios com os concelhos).

Assi, atendendo a qual era a sua situaçom concreta a princípios dos 60, encontravamos aqui dous grandes grupos de espaços: os montes comunais de Utilidade Pública, que som originalmente montes de vizinhos, pero cuja propriedade fora inscrita registalmente em favor dos concelhos; e os montes vizinhais, aqueles destes espaços para os que nom se produzira o anterior, e que continuavam assi em maos das comunidades proprietárias tradicionais.

Aparte desses dous grupos, no conjunto das terras de propriedade pública ou colectiva havia ademais outros dous tipos de unidades, pero que tinham umha importância quantitativa mui reduzida: os que em rigor podemos considerar como montes de propriedade pública (montes de próprios, e montes do Estado ou de outras entidades administrativas menores), mui escassos em Galiza; e os montes de varas, que à altura de 1962 eram também mui poucos, posto que na sua imensa maioria foram divididos com anterioridade[129].

As cifras oferecidas polo Censo agrário de 1972, nas que se distinguem as exploraçons com empresário "Entidad pública" daquelas outras nas que o empresário era "Comunal", permitem ter umha indicaçom quantitativa sobre qual era a situaçom da propriedade e possessom dos montes comuns a princípios da década dos 70, que nom pode diferir muito da existente 10 anos antes. Pois bem, das 827.033 hes que segundo esta fonte ocupavam o conjunto das exploraçons públicas e comunais em 1972, 702.849 hes, o 85% do total, figuravam na primeira rúbrica ("públicas"), o que correspondia aos escassos montes públicos em sentido estrito, e sobretodo a montes comunais de Utilidade Pública. E unicamente 124.184 hes, o restante 15%, pertenciam a exploraçons catalogadas como "comunais" **(ver quadro 7.11)**, que podemos identificar em eséncia com os montes de vizinhos que conservavam esta condiçom[130]. Estas cifras ilustram a magnitude alcançada polo processo de publificaçom destes espaços e de despossessom das comunidades vizinhais.

---

[129] Um exame detalhado desses diversos tipos de montes de propriedade pública ou colectiva existentes em Galiza nos anos 1960/1970, atendendo à sua situaçom legal nestas datas, pode encontrar-se na obra:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 831-862.
Sobre essa tipologia consultar também:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, Economía (política) do monte galego. op. cit., pp. 22-26.

[130] Ao respeito, ver as definiçons censais para essas duas rúbricas, que oferecemos antes.

Quadro 7.11. Superfície censada em exploraçons públicas e em exploraçons comunais. Galiza Censo agrário de 1972.

	Superfície (hes.)	%
-Explor. com empresário "Entidad pública"	702849	85,0%
-Explor. com empresário "Comunal"	124184	15,0%
	827033	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1972; e elaboraçom própria.

O outro aspeito que devemos comentar e precisar brevemente em relaçom com os **montes de propriedade pública ou colectiva**, refire-se ao **tamanho destas unidades**. Assimilando-os com as exploraçons censadas maiores de 100 hes, o número de montes comuns seria em 1962 de 772, e a sua superfície média estaria ao redor das 1.240 hes **(ver supra: quadros 7.9 e 7.10)**. Trata-se, pois, segundo estas cifras, de unidades de mui grande dimensom. Essa imagem responde em termos gerais à realidade, pero necessita ser matizada a partir de dados mais precisos.

Quadro 7.12. Número e superfície das "exploraçons" públicas e comunais (*). Galiza 1972

	CIFRAS ABSOLUTAS		DISTRIBUÇOM PERCENTUAL	
Tamanho (sup. total)	Número de explor.	Sup. total (hes.)	Número de explor.	Sup. total (hes.)
< 1 he.	48	21	4,0%	0,0%
1-5	102	268	8,6%	0,0%
5-10	68	477	5,7%	0,1%
10-20	79	1105	6,6%	0,1%
20-50	128	4018	10,8%	0,5%
50-100	109	7723	9,2%	0,9%
100-200	125	17669	10,5%	2,1%
200-300	80	19337	6,7%	2,3%
300-500	110	41709	9,3%	5,0%
500-1000	124	90488	10,4%	10,9%
1000-2500	127	190374	10,7%	23,0%
>= 2500 hes.	87	453844	7,3%	54,9%
TOTAL	1188	827033	100,0%	100,0%

Superfície média por "exploraçom" 696,16

(*) Figuram aqui agrupadas as exploraçons nas que o empresário é umha "Entidad pública", e aquelas com empresário "Comunal".
Fonte: INE, Censo agrario de España 1972; e elaboraçom própria.

Em concreto, no **quadro 7.12** reproduzimos os dados sobre o número e superfície das exploraçons públicas e comunais por classes de tamanho, publicados polo Censo agrário de 1972. Aí podemos ver que, ao lado dos montes de grande e mui grande extensom, existem também alguns de tamanho médio ou mesmo pequeno. A conclusom geral antes obtida ve-se, sem embargo, confirmada: esta fonte registou em Galiza em 1972 um total de 1188 exploraçons públicas ou comunais, e a sua superfície média era de 696,2 hes. Em concreto, é digno de salientar que mais das 3/4 partes da extensom total ocupada por estes espaços corresponde a montes de tamanho superior às 500 hes, e mais da metade a unidades maiores de 2.500 hes (ver quadro 7.12).

Avançando um passo mais, esses dados de 1972 necessitam, à sua vez, ser matizados; porque neles aparece sobreestimado o tamanho médio dos montes comuns galegos. A origem deste sesgo está na inscriçom da propriedade dos montes de vizinhos em favor dos concelhos, que deu lugar a que nesse Censo agrário apareceram concentrados numha única exploraçom montes que historicamente constituiam patrimónios distintos, pertencentes a parróquias ou aldeias diferentes.

Esse sesgo das cifras oferecidas polo Censo de 1972 comprova-se ao compara-las com as do Censo agrário de 1982. Nesta última data estava consumada já a devoluçom às comunidades vizinhais de umha boa parte dos montes anteriormente expropriados[131]. E isto tem o seu reflexo no plano estatístico: i) numha multiplicaçom do número de exploraçons públicas e comunais registadas (das 1.188 contabilizadas em 1972 passa-se a 2.966 no Censo agrário de 1982); ii) e numha reduçom paralela da sua dimensom média: das 696,2 hes por monte em 1972, passamos a 276,1 hes por monte no Censo de 1982.

Em qualquer caso, estas cifras mais precisas confirmam que se trata de espaços, de "exploraçons", com um tamanho médio mui elevado, sobretodo se o comparamos com as exploraçons individuais.

---

[131] Este processo de devoluçom da propriedade dos montes vizinhais aos seus legitimos proprietários arranca das disposiçons estabelecidas na "Ley de montes vecinales en mano común" de 1968; e vai-se desenvolvendo lentamente até a actualidade. Referimo-nos a esse processo no trabalho:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Aproximaçom...", op. cit., pp. 275-283.

c. O número e a superfície das exploraçons agrárias "propriamente ditas".

Umha vez excluídos das cifras censais os montes comuns, é quando obtemos os dados que interessam mais directamente à nossa análise: os referidos à estrutura dimensional das exploraçons individuais. Estes dados podem ver-se para 1962 no **quadro 7.9**. Figura aí a distribuçom do número de exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho; estando calculadas as cifras percentuais com relaçom a este conjunto, o das exploraçons individuais (que a efeitos práticos identificamos com as unidades censadas menores de 100 hes). Assi, para cada classe ou intervalo aparece a proporçom que representam as exploraçons desse tamanho sobre o total de exploraçons censadas de menos de 100 hes; e o mesmo para os dados sobre a superfície ocupada polas exploraçons de cada grupo: a percentagem está calculada sobre o total de superfície censada nas unidades menores de 100 hes. Para facilitar a sua percepçom, estas cifras percentuais estám também representadas no **gráfico 7.2**.

Começando polos dados globais, o Censo agrário de 1962 registou em Galiza um total de 420.500 exploraçons, que se repartiam algo menos de 1.500.000 hes; daí resulta **umha superfície média, para as exploraçons individuais, de 3,49 hes (ver quadro 7.10)**. Este índice sintético confirma, e situa nas suas dimensons reais, o que era o traço definitório básico da estrutura das exploraçons no nosso agro: o reduzido tamanho das unidades de produçom.

-A distribuçom das exploraçons por classes de tamanho.

Em correspondéncia com o anterior, a distribuçom das exploraçons por tamanhos apresentava um acusado predomínio das unidades de pequena ou mui pequena dimensom. Assi, o 34,8% tinham umha superfície total inferior a 1 he, e outro 44,0% contavam entre 1 e 5 hes (ver quadro 7.9 e gráfico 7.2). Essas duas categorias eram, com muita diferéncia, as mais numerosas. Sumando-as temos que o 78,8% das exploraçons censadas disponhiam de umha superfície

inferior a 5 hes, umha dimensom que podemos catalogar como "mui pequena"[132].

As exploraçons de 5-10 hes, para as que utilizaremos o qualificativo de "pequenas", representavam já umha percentagem relativamente baixa do total, o 13,4%; pero hai que destacar que o seu número em termos absolutos era elevado, 56.500 unidades, constituindo este outro dos grupos característicos da estrutura agrária galega.

Globalmente, **o predomínio das pequenas e mui pequenas exploraçons era abrumador: o 92,2% estavam por baixo das 10 hes**. Agora bem, essa característica principal nom deve levar a oscurecer outro feito, que ao nosso juiço merece também ser destacado para obter umha visom completa da realidade: a **existência nesta data de um número importante de exploraçons médias,** entendendo por isto aquelas **com umha superfície de 10-50 hes** (ver quadro 7.9 e gráfico 7.2).

Isso era certo sobretodo para a categoria de 10-20 hes, onde havia umhas 26.000 exploraçons. A proliferaçom de unidades de mui reduzido tamanho desdibuxa ou oscurece a preséncia dessas exploraçons, fazendo que a sua percentagem se reduza a só o 6,2% das censadas. Pero o seu número absoluto era considerável.

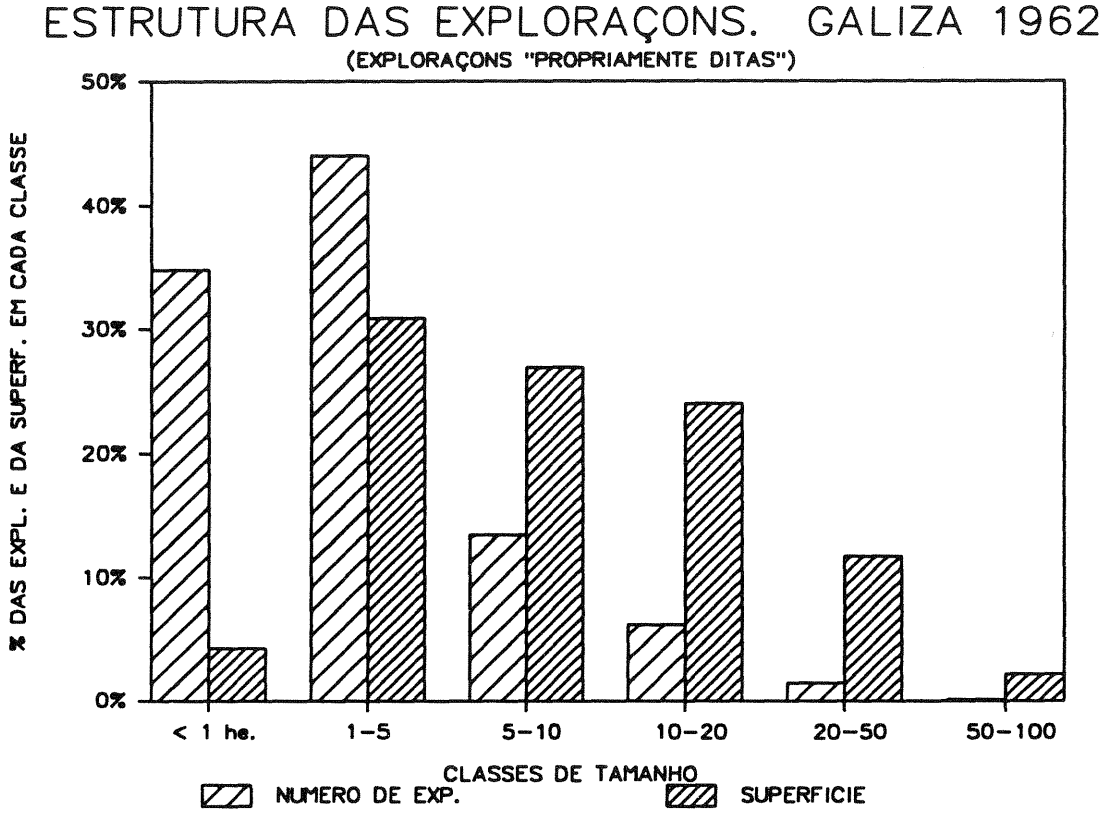
Ainda que com cifras já muito menores, algo similar pode dizer-se também para as exploraçons de 20-50 hes. O seu peso no total era quase insignificante, 1,5%; pero nom assi a sua cifra em termos absolutos, umhas 6.000. Em conjunto, as exploraçons médias, de 10-50 hes, sumavam algo mais de 32.000, e suponhiam o 7,7% das censadas.

O que si era quase totalmente insignificante era a preséncia de exploraçons de tamanho superior às 50 hes. Em concreto, o Censo agrário de 1962 registou unicamente 500 unidades com umha superfície de 50-100 hes, umha boa parte das quais, ademais, eram espaços exclusivamente florestais, tanto de propriedade particular, como montes comuns. Portanto, **em relaçom às grandes exploraçons si pode afirmar-se que estas eram em Galiza praticamente inexistentes.**

---

[132] Os adjectivos "pequena", "mui pequena", "média", etc., referidos à superfície das exploraçons, som sempre algo convencional. Assumindo isso, na exposiçom utilizaremos esses termos por comodidade, fixando os seguintes límites: denominamos exploraçons "mui pequenas" as de superfície menor a 5 hes, "pequenas" as de 5-10 hes, "médias" as de 10-50 hes, e "grandes" aquelas com superfície igual ou superior a 50 hes.

Gráfico 7.2.



-A superfície ocupada polas exploraçons dos diferentes tamanhos.

Os dados que acabamos de comentar amostrárom-nos as características da estrutura das exploraçons desde umha perspectiva concreta: o peso social, ou numérico, que tinham as unidades de cada tamanho. Para complementar a imagem devemos referir-nos à superfície ocupada polos diferentes grupos; o que corresponde à outra perspectiva possível para analisar essa estrutura: o peso das diversas categorias de exploraçons do ponto de vista produtivo, ou mais estritamente, desde a perspectiva da ocupaçom do território.

Também desde este ponto de vista, a principal característica é o predomínio das exploraçons de pequena e mui pequena dimensom; pero com matizes que som importantes (ver quadro 7.9 e gráfico 7.2):

-Em primeiro lugar, hai que resaltar o escasso peso territorial que tinham em conjunto as micro-exploraçons, de tamanho inferior a 1 he. Estas unidades, que representavam mais de 1/3 das unidades censadas, nom ocupavam mais que o 4,3% da superfície total.

-O outro feito a salientar é a notável importáncia que desde este ponto de vista adquirem as exploraçons médias, reafirmando deste modo o que antes sinalamos sobre a sua significativa preséncia. Em concreto, as de 10-20 he repartiam-se o 24,0% da superfície, e as de 20-50 hes o 11,7%. Globalmente, as exploraçons médias, de 10-50 hes, ocupavam o 35,7% da superfície censada[133].

Apesar disso, como adiantamos, a maior parte da superfície distribuia-se entre as exploraçons de pequena e mui pequena dimensom: as de 1-5 hes, com o 30,9% das terras; e as de 5-10 hes, com o 27,0%. Entre ambos grupos sumavam o 57,9% da superfície total.

Por último, as unidades de 50-100 hes, em consonáncia com o seu número quase insignificante, ocupavam unicamente o 2,2% da superfície. Portanto, reiterando umha ideia já exposta, se a preséncia das exploraçons médias na agricultura galega era a princípios dos 60 relativamente importante, as grandes exploraçons, em cámbio, estavam praticamente ausentes.

2.1.3. Comparaçom da estrutura das exploraçons vigente em Galiza, com a que existia nestes mesmos anos (a princípios dos 60) nos espaços agrários do nosso entorno: Espanha e a CEE.

Para valorar melhor os dados anteriores, as características da estrutura dimensional das exploraçons que encontramos na agricultura galega a começos da década de 1960, é útil situar esses dados numha perspectiva comparada. Aqui imos ver em concreto a sua relaçom com a estrutura das exploraçons existente nesta mesma data em Espanha, por um lado, e nos países membros da CEE, polo outro. No que respeita a este segundo conjunto, os dados que veremos correspondem concretamente à CEE-10; é dizer, que aparte dos 6 estados fundadores, e que integravam a CEE nessa data (1960), incluímos também ao Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Grécia, incorporados com posterioridade. O motivo nom é outro que a disponibilidade de informaçom relativamente homogénea para todos eles.

Antes de entrar no exame das cifras, sem embargo, nom está de mais que fagamos algumhas adverténcias gerais sobre este tipo de exercícios. A

---

[133] Lembramos que todas essas percentagens estám calculadas sobre a superfície total censada nas exploraçons individuais, isto é aquelas de tamanho inferior a 100 hes.

realizaçom de comparaçons internacionais ou interregionais sobre a superfície das exploraçons agrárias, é um exercício de induvidável interesse. Pero, à hora de efectuar tais comparaçons, devemos, em primeiro lugar, assegurar-nos de que os dados estatísticos dos diversos países som homogéneos; e em segundo lugar, compre ter claro o significado exacto deste tipo de cifras. Só assi evitaremos o chegar a conclusons erróneas, ou ao menos inexactas. Explicitemos brevemente as duas adverténcias.

A primeira referia-se ao **problema da homogeneidade das cifras**. Aqui som dous os aspeitos fundamentais nos que devemos fixar-nos: 1) o conceito de exploraçom agrária ao que correspondem os dados, e em particular a dimensom mínima estabelecida nas estatísticas para que umha exploraçom seja registada como tal; 2) o conceito de superfície ao que se refirem as cifras sobre o tamanho das exploraçons (superfície total, superfície agrária util, superfície cultivada). Pois bem, tanto num como noutro aspeito, as soluçons adoptadas nas estatísticas dos diversos países podem diferir notavelmente[134]. Em conseqüéncia, à hora de efectuar comparaçons, hai que comprovar previamente se as cifras som homogéneas; e, em caso contrário, fazer as oportunas correcçons, ou ter presente a heterogeneidade dos dados no momento de interpreta-los e tirar conclusons.

Salvados esses problemas estatísticos, ou fazendo abstracçom deles, hai que remarcar **o significado exacto deste tipo de cifras**: estas refirem-se à superfície das exploraçons, e portanto o que reflectem é a dimensom, nos diferentes países ou regions, da base territorial dessas unidades de produçom. Se os espaços agrários comparados som relativamente homogéneos (no que respeita às orientaçons produtivas, e à tecnologia ou sistemas de produçom), isso pode identificar-se aproximadamente com a dimensom económica das exploraçons. Pero nom ocorre o mesmo, essa identificaçom nom é válida, quando comparamos àreas geográficas ou agriculturas mui heterogéneas[135]. Em conseqüéncia, ainda que por comodidade na exposiçom falamos do tamanho (sem mais) das exploraçons, deve ter-se presente sempre que o que estamos comparando em rigor é a superfície dessas unidades de produçom, o tamanho da sua base territorial nas diversas áreas.

---

[134] Umha ilustraçom disso encontramo-la na panorámica das estatísticas para os países da OCDE e princípios da década dos 60, que se oferece na obra:
-OCDE, Les faibles revenus dans l'agriculture., OCDE, Paris, 1964, pp. 73-80.

[135] Sobre este ponto insiste-se por exemplo no trabalho:
-RENBORG, Ulf, "Tendencies towards concentration...", op. cit., pp. 212 e ss.

Referindo-nos já à análise concreta que nos ocupa, nom encontramos problemas estatísticos significativos para a comparaçom entre Galiza e o conjunto do Estado. Nos dous casos contamos com cifras suministradas pola mesma fonte, o Censo agrário de 1962; e, portanto, a sua homogeneidade parece assegurada. A situaçom planteja-se de forma diferente ao tratar de efectuar a comparaçom com os países membros da CEE-10. Por este motivo, realizaremos esta segunda confrontaçom de forma separada, precisando no seu momento as características concretas dos dados utilizados.

a. A relaçom entre a estrutura dimensional das exploraçons existente em Galiza e a do conjunto de Espanha (1962).

Aqui unicamente é necessária umha precisom sobre as cifras: as que tomamos para Galiza som as referidas ao número e superfície das exploraçons individuais; por esta razom, para que os dados foram comparáveis, tratamos de excluir também nos correspondentes ao conjunto de Espanha as exploraçons públicas e comunais. O procedimento seguido para fazer este ajuste aparece especificado nas notas explicativas ao **quadro 7.13**, no que figuram as cifras para Espanha já corregidas.

Com o fim de facilitar a comparaçom, elaboramos dous gráficos: no **gráfico 7.3** está representada a distribuçom das exploraçons por tamanhos em Galiza e em Espanha; e no **gráfico 7.4** aparece a percentagem da superfície total ocupada polas unidades de cada tamanho, num e outro espaço.

As referéncias à estrutura dimensional das exploraçons existente na agricultura espanhola, considerada globalmente, coincidem em sinalar como característica mais destacada dessa estrutura a sua bipolarizaçom: *"Es decir, que un gran número de pequeñas explotaciones ocupan una pequeña proporción de la superficie, mientras un pequeño número de grandes explotaciones ocupan una gran parte de la superficie total."*[136] As exploraçons de tamanho médio tenhem em cámbio um peso relativamente reduzido; em contraste, afirma-se, com o que sucede em geral nos países da CEE.

---

[136] SAN JUAN MESONADA, Carlos/ ROMO LAGUNAS, María Jesús, "Evolución intercensal de las explotaciones agrarias (1962-1972-1982).", Agricultura y Sociedad, no. 44, julho-setembro 1987, pag. 138.

Quadro 7.13. Número e superfície das exploraçons agrárias em Espanha por intervalos dimensionais (1) (2). 1962.

Tamanho (sup. total)	CIFRAS ABSOLUTAS Número de explor	Sup. total (hes.)	DISTRIBUÇOM PERCENTUAL Número de explor	Sup. total (hes.)
< 1 he.	733533	316313	26,4%	0,9%
1-5	1031801	2562434	37,2%	7,4%
5-10	417125	2927613	15,0%	8,5%
10-20	300996	4192331	10,8%	12,1%
20-50	196001	5872086	7,1%	17,0%
50-100	51672	3510835	1,9%	10,2%
>= 100 hes.	44538	15147111	1,6%	43,9%
TOTAL	2775666	34528723	100,0%	100,0%

Superfície total / exploraçom (hes.) 12,44

(1) Dados referidos às exploraçons "com terras" de superfície >= 0,1 hes. Excluímos, pois, as exploraçons "sem terras" e aquelas "com terras" menores de 0,1 hes.
(2) Ao igual que fixemos para Galiza, nas cifras estám excluídas as exploraçons públicas e comunais. Para isto calculamos no Censo de 1972 a percentagem que suponhiam as citadas exploraçons e a sua superfície sobre o total de exploraçons maiores de 100 hes. E aplicamos essas percentagens sobre as cifras do Censo de 1962.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

Essas características aparecem nitidamente nas cifras do Censo agrário de 1962 corregidas, que oferecemos no quadro 7.13. Podemos ver aí que as exploraçons de tamanho inferior a 10 hes suponhiam em Espanha o 78,8% das censadas, pero unicamente ocupavam o 16,8% da superfície. Mentres que as maiores de 50 hes só eram o 3,5% do total em número, pero repartiam-se o 54,1% da superfície. No médio ficavam as unidades de 10-50 hes, com umha preséncia modesta tanto em número (17,9% do total), como em superfície (29,1% do total). Dessas cifras resultava umha superfície média por exploraçom de 12,44 hes.

Comparado com isso, a agricultura galega caracterizava-se, em primeiro lugar, por umha dimensom média das exploraçons muito menor. Em concreto, antes vimos que **a superfície média das exploraçons individuais era em Galiza, em cifras redondas, de 3,5 hes; menos da terceira parte, portanto, do valor obtido para o conjunto da agricultura espanhola** (12,44 hes).

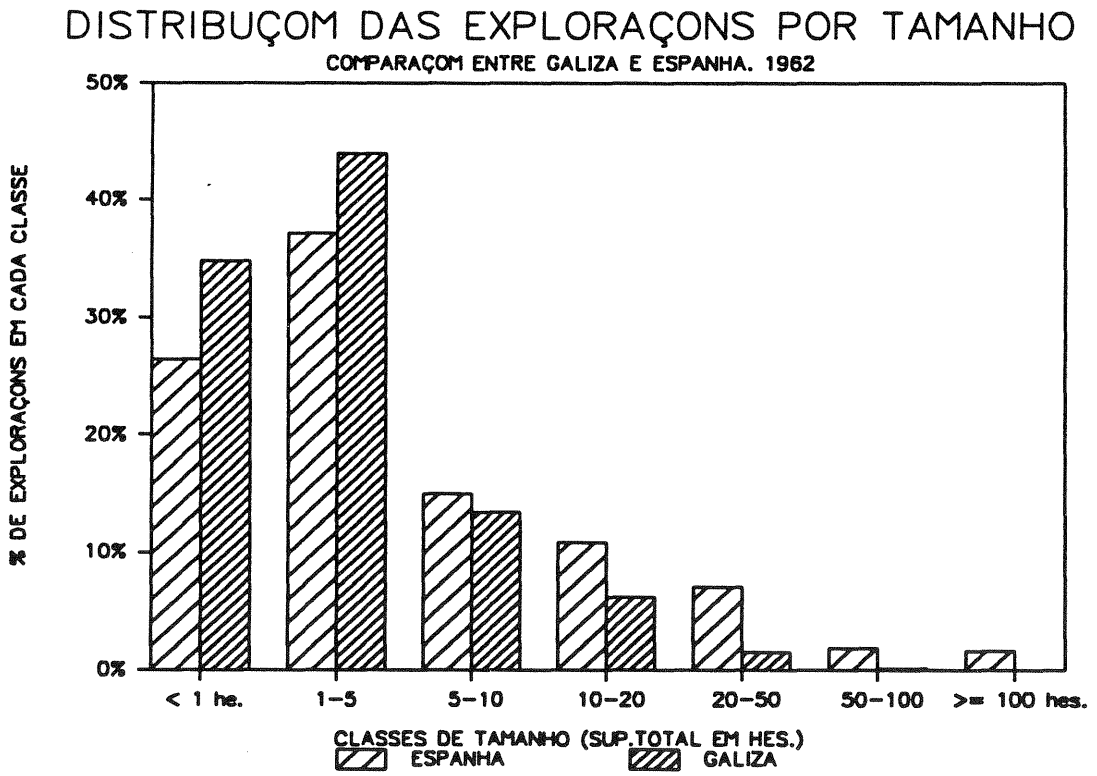
O contido das diferéncias aprecia-se melhor observando a distribuçom das exploraçons e da superfície por classes de tamanho, num e outro espaço (ver gráficos 7.3 e 7.4). Aí podemos constatar que:

i. Em Galiza era muito maior que em Espanha o peso das pequenas e mui pequenas exploraçons (aquelas de superfície inferior a 10 hes). Por umha parte, era mais acusado o seu predomínio numérico: 92,1% do total de exploraçons no agro galego, frente ao 78,8% em Espanha. E sobretodo, era muito maior a parte da superfície que ocupavam: no primeiro caso estas unidades repartiam-se o 62,2% da superfície total, mentres que no segundo só cubriam o 16,8% das terras.

ii. As exploraçons médias, de 10-50 hes, tinham um peso relativamente similar em ambos espaços, sobretodo se nos fixamos na superfície ocupada: 35,1% da superfície total em Galiza, 29,1% no conjunto de Espanha.

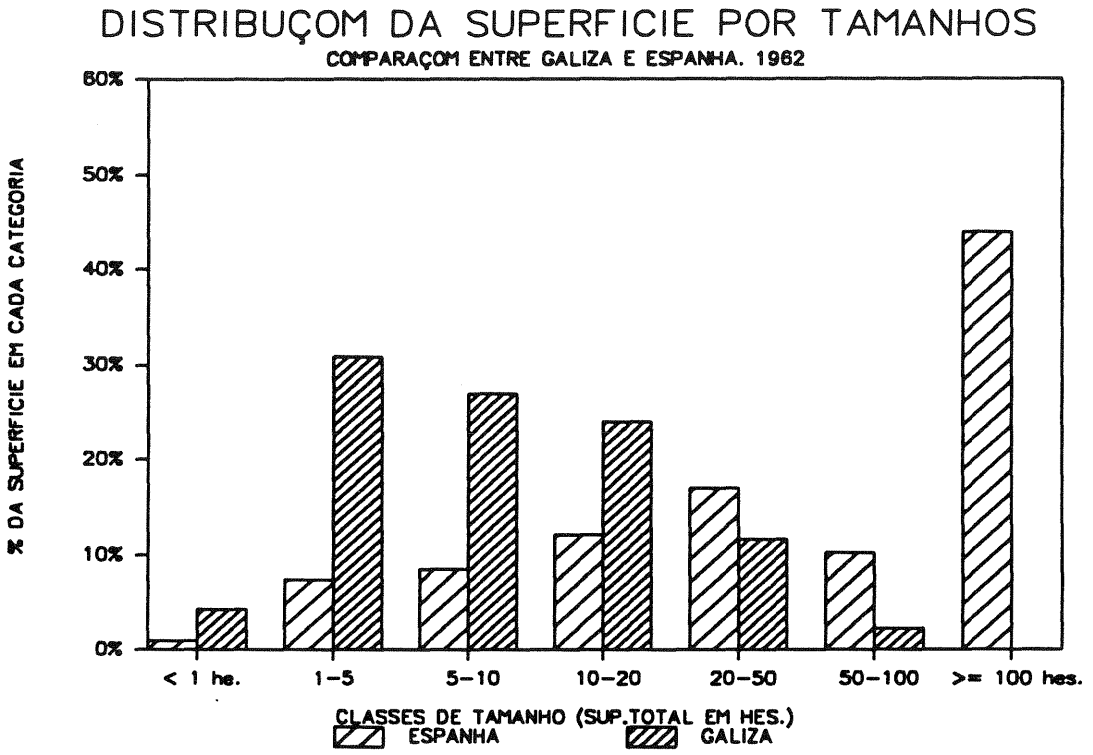
iii. Por último, o contraste era enorme no que respeita à importáncia das exploraçons maiores de 50 hes. Na agricultura espanhola estas unidades repartiam-se o 54,1% da superfície, mentres que na agricultura galega, como já vimos, eram praticamente inexistentes, ocupando só o 2,2% das terras[137].

Gráfico 7.4.



[137] Lembramos que nessas cifras, tanto para Galiza como para Espanha, estám excluídos os montes públicos e comunais.

Gráfico 7.5.

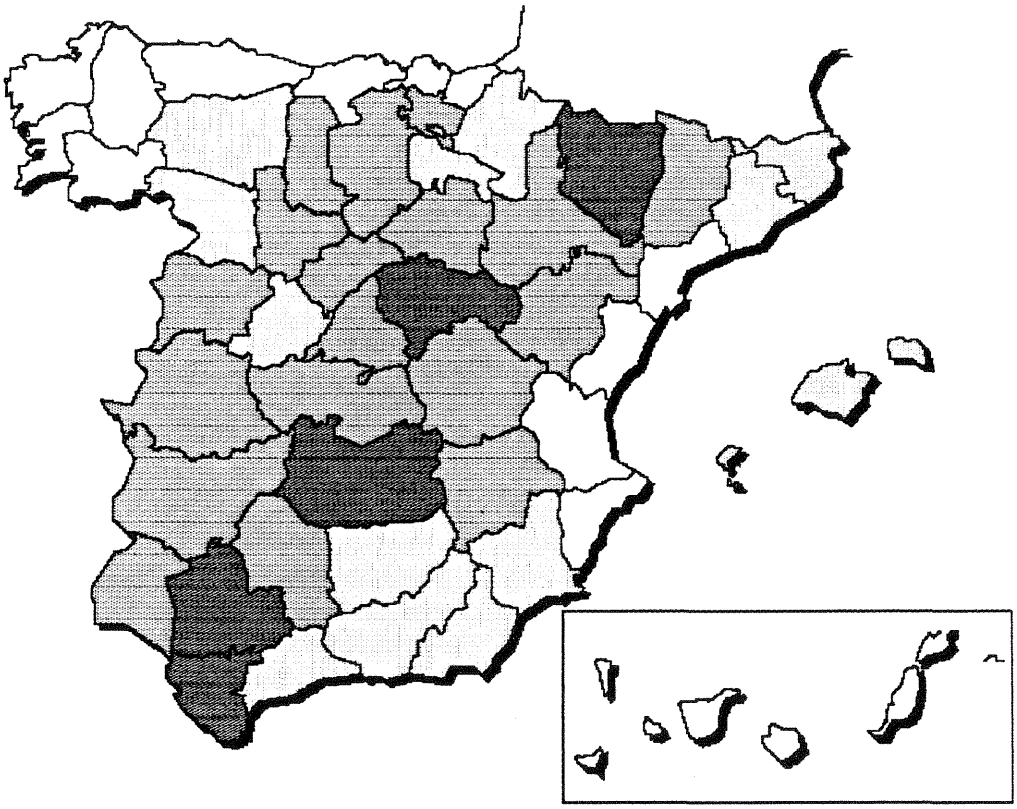


Em definitiva, **comparado com o conjunto de Espanha, a estrutura dimensional das exploraçons existente em Galiza caracterizava-se por: um predomínio muito maior das pequenas e mui pequenas exploraçons, um peso similar das exploraçons médias, e a auséncia quase total das unidades de grande dimensom, que na agricultura espanhola ocupavam mais da metade da superfície total. Como resultado, a superfície média por exploraçom era inferior a 1/3 da registada em Espanha.**

Essas características faziam de Galiza o paradigma das zonas minifundistas dentro da agricultura espanhola, sendo a situaçom comparável unicamente com a existente nas províncias da Cornisa Cantábrica. No **mapa 7.1** pode ver-se a superfície média por exploraçom que se registava em 1962 nas diferentes províncias do Estado. As cifras aí representadas refirem-se ao total de exploraçons censadas, incluídos os montes públicos e comunais, e portanto carecem da precisom que seria desejável. Pero, ainda assi, o mapa é suficiente para ilustrar a heterogeneidade espacial que neste aspeito existia dentro da agricultura espanhola, e a posiçom relativa que o agro galego ocupava nesse contexto.

MAPA 7.1.

SUPERFICIE MEDIA DAS EXPLORAÇONS NAS DIFERENTES PROVINCIAS ESPANHOLAS 1962



FONTE: I.N.E., Censo Agrario de España 1962

b. A relaçom com a estrutura das exploraçons existente nos estados membros da CEE-10 (1960/1962).

Ampliando o ámbito geográfico desta análise comparada, trataremos agora de aclarar como se situava a estrutura das exploraçons galega no contexto da Europa Ocidental; e mais concretamente, em comparaçom com a existente nos estados membros da CEE-10. Para isto, sem embargo, necessitamos fazer umhas precisons prévias sobre os dados estatísticos.

Nos **quadros 7.14 e 7.15** reproduzimos as cifras referidas à estrutura dimensional das exploraçons vigente em cada um desses 10 estados (e no conjunto da CEE-10), em 1960 ou umha data próxima. Estes dados estám tomados das estatísticas elaboradas polo EUROSTAT utilizando umhas definiçons uniformes, polo que a homogeneidade entre as cifras dos diferentes países parece assegurada. De afondar mais no tema, esta última afirmaçom necessitaria algumha matizaçom, posto que a fonte primária da que procedem as cifras som estatísticas nacionais, elaboradas com diferentes metodologias e definiçons, e a homogeneizaçom dos resultados só foi efectuada a posteriori[138]. Por este motivo, podem subsistir deficiéncias na sua comparabilidade[139]. Pero isto tem para nós um interesse e umha relevância mui secundários.

Muito mais importantes, e de maior repercusom aos nossos efeitos, som as dificuldades que encontramos ao tratar de comparar os dados anteriores com os oferecidos para Galiza (ou para o conjunto do Estado) polo Censo agrário de 1962. Estes problemas derivam-se de dous aspeitos:

i. As diferéncias no conceito de exploraçom agrária. Nas cifras correspondentes à CEE-10 só estám contabilizadas as exploraçons com umha SAU igual ou superior a 1 he; mentres que nos dados do Censo agrário de 1962 que vinhemos utilizando, figuram registadas como exploraçons todas aquelas com umha superfície total maior ou igual a 0,1 he.

---

138 A recolhida de informaçom sobre a estrutura das exploraçons, baseada numha metodologia e definiçons comuns para todos os estados membros, nom se iniciou na CEE até 1966/67, data de realizaçom do primeiro "Inquérito comunitário sobre a estrutura das exploraçons agrárias".

139 Sobre isto consultar por exemplo:
-FANFANI, Roberto, "Política agraria, evolución estructural y productiva en los países y regiones de la CEE: 1962-1975.", Agricultura y Sociedad, no. 4, julho-setembro 1977, pp. 9-59; em especial, pag. 18.

ii. O diferente conceito de superfície. Nas estatísticas comunitárias as cifras sobre o tamanho das exploraçons refirem-se à SAU. Os dados do Censo agrário de 1962, em cámbio, estám referidos à superfície total das unidades de produçom (incluíndo pois, ademais da SAU, as terras a monte e as superfícies improdutivas integradas nas exploraçons).

O primeiro dos problemas pode subsanar-se em boa medida, excluíndo das cifras galegas as exploraçons com superfície total inferior a 1 he. Isto foi o que fixemos; e assi, nas cifras que empregamos para esta comparaçom essas unidades estám excluídas (ver estas cifras nos quadros 7.14 e 7.15).

O segundo problema, em cámbio, é insalvável, posto que no Censo agrário de 1962 a única classificaçom das exploraçons por tamanhos que se realizou foi a referida à sua superfície total[140]. Portanto, devemos ter presente que nas cifras que imos comparar a dimensom das exploraçons na CEE-10 refire-se à SAU, mentres que para Galiza os dados correspondem à superfície total das unidades de produçom.

Iniciaremos a exposiçom examinando as características que apresentava a estrutura dimensional das exploraçons nesse conjunto de países da Europa Ocidental a princípios dos 60. Depois trataremos de aclarar qual era a posiçom, a situaçom relativa, da agricultura galega nesse contexto.

Referindo-nos já à CEE-10, hai que sinalar de entrada que a estrutura das exploraçons nom era nem muito menos uniforme dentro deste conjunto geográfico, senom que diferia notavelmente de uns países a outros **(ver quadros 7.14 e 7.15; e gráfico 7.5)**. De todos modos, havia uns traços gerais que eram comuns à maior parte destes países, e que podemos considerar como as características definitórias da estrutura das exploraçons "europeia" em 1960. Estes traços eram:

i. O grande peso das exploraçons médias, aquelas com umha SAU de 10-50 hes. Estas unidades constituiam de feito a categoria predominante na maior parte dos países, representando entre o 25% e o 50% das exploraçons, e ocupando do 50% ao 75% da SAU.

ii. O elevado peso numérico que tinham ainda na maior parte dos casos as exploraçons de pequena dimensom (menores de 10 hes). A sua importáncia produtiva era modesta, ocupando em geral menos do 30% da SAU; pero numericamente as pequenas exploraçons eram maioritárias em vários países, e em todos eles suponhiam mais do 40% do total.

---

[140] Isto mantivo-se no Censo de 1972. É a partir do Censo agrário de 1982, no que se seguem já em grande medida as recomendaçons da CEE, quando nas estatísticas espanholas começam a publicar-se dados sobre a distribuçom das exploraçons em funçom da sua SAU.

iii. Por último, a importância das exploraçons maiores de 50 hes diferia muito de uns estados a outros, se bem em geral estas ocupavam umha proporçom significativa da SAU (do 10% ao 30%).

A essas características gerais escapavam trés estados, cujas estruturas apareciam como excepcionais ou "atípicas" no contexto da CEE-10: por um lado o Reino Unido, onde o predomínio correspondia às exploraçons maiores de 50 hes (estas cubriam os 2/3 da SAU), e a SAU média por exploraçom era muito maior que no resto de países (32,03 hes , frente a 11,21 hes no conjunto da CEE-10); no extremo oposto estava Grécia, que registava um predomínio abrumador das pequenas e mui pequenas exploraçons (o 95% do total eram menores de 10 hes), e um tamanho médio das exploraçons mui reduzido (4,03 hes); e o outro caso "atípico" era Itália, país no que a estrutura das exploraçons apresentava umha imagem dual ou bipolar, similar em certo sentido à existente em Espanha, considerada globalmente[141].

Os 7 estados restantes som os que podemos considerar como o núcleo básico e representativo da estrutura das exploraçons "europeia", estando esta definida em 1960 polos traços gerais antes citados. Matizando algo mais, dentro deste conjunto haveria que diferenciar dous grupos:

1. No primeiro estavam Holanda, Bélgica e a R.F. de Alemanha. Aqui a estrutura das exploraçons, ainda que baseada nas exploraçons médias, registava um claro predomínio numérico das unidades de pequena dimensom, mentres que a preséncia das maiores de 50 hes era mui reduzida. O tamanho médio situava-se nestes trés países em torno às 8/10 hes (ver gráfico 7.5)
2. França, Irlanda e Dinamarca formavam o segundo grupo, no que também podia ser incluído Luxemburgo. Mantendo-se o papel central das exploraçons médias, estes países diferenciavam-se dos anteriores em que o peso das pequenas exploraçons era muito menor, e em cámbio adquiriam notável relevância as de grande dimensom. Como conseqüéncia disso, a SAU média por exploraçom elevava-se aqui a 16/18 hes (ver gráfico 7.5).

Temos assi perfilada a realidade vigente a princípios dos 60 na CEE-10. Situando-a nesse contexto, como podemos caracterizar a estrutura dimensional das exploraçons que existia na agricultura galega ?.

Umha primeira resposta obtemo-la fixando-nos no tamanho médio das exploraçons (ver quadro 7.15 e gráfico 7.5). Com os dados que aqui utilizamos

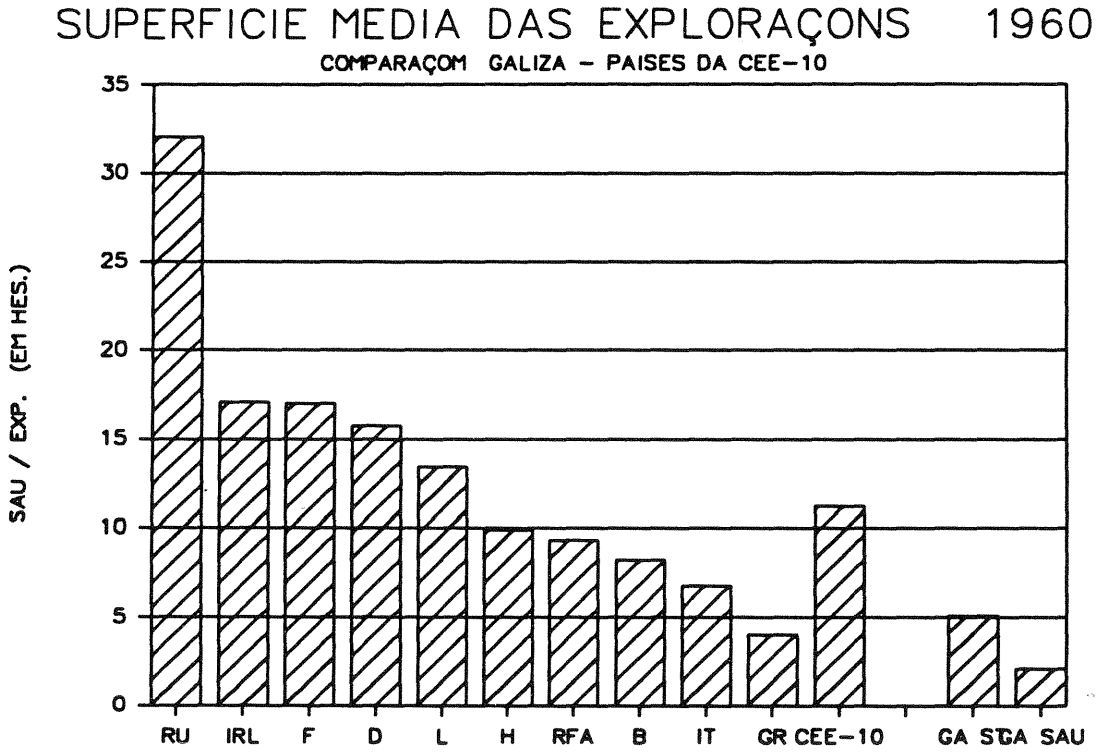
---

141 O carácter singular ou atípico da estrutura italiana no contexto da CEE é algo resaltado por exemplo no trabalho:
-FANFANI, Roberto, "Política agraria, evolución estructural...", op. cit., pp. 18 e ss.

para Galiza[142], resulta umha superfície média por exploraçom em 1962 de 5,12 hes. Esta cifra suponhia menos da metade da dimensom média das exploraçons na CEE-10, e era mui inferior à registada na prática totalidade desses países. Unicamente Grécia apresentava umha situaçom comparável à galega, com umha cifra que mesmo era ligeiramente inferior (4,03 hes/ exploraçom).

A conclusom geral nom oferece, pois, nengumha dúvida: **contemplada no ámbito da Europa Ocidental, a superfície das exploraçons era em Galiza mui reduzida.**

Gráfico 7.5.



Agora bem, em rigor isso era ainda mais acentuado do que indicam essas cifras; porque nelas comparamos a SAU/ exploraçom na CEE-10 com a Superfície total/ exploraçom em Galiza, e portanto sobreestimamos o tamanho relativo das unidades no nosso agro.

---

[142] Estes refirem-se, lembremos, às exploraçons individuais de superfície >= 1 he (ver as notas explicativas ao quadro 7.14).

Para precisar mais a situaçom, podemos servir-nos dos dados que oferece o Censo agrário de 1962 sobre a distribuçom da superfície total das exploraçons por aproveitamentos. Assi, excluíndo as terras a monte e improdutivas, obtem-se umha SAU/ exploraçom em Galiza de 2,11 hes[143]. Esta cifra nom é tampouco estritamente comparável com as da CEE-10, constituindo neste caso umha estimaçom por defecto[144].

Deixando umha certa marge de erro, podemos estimar que, em termos homogéneos com as cifras comunitárias (isto é, referido às unidades com umha SAU > = 1 he), a dimensom média era em Galiza de umhas 3,0 ou 3,5 hes de SAU por exploraçom. Cifra esta que representava aproximadamente 1/3 do tamanho das exploraçons na CEE-10 ou em países como Holanda e a R.F. de Alemanha, e ao redor de 1/5 do registado em países como França ou Irlanda. Dos estados aí considerados, só em Grécia a situaçom era neste aspeito comparável à galega.

Como é óbvio, isso correspondia-se com um peso relativo muito maior no nosso agro das pequenas exploraçons, menores de 10 hes, e sobretodo daquelas de tamanho inferior a 5 hes. Nom nos imos deter a comentar estes dados, que podem ver-se no quadro 7.14. Sem embargo, hai um feito que pode observar-se aí e que merece ser destacado para completar a análise. Antes vimos que em comparaçom com o conjunto da agricultura espanhola, a principal diferéncia radicava na prática inexisténcia em Galiza das grandes exploraçons. Pois bem, nom sucede o mesmo **em relaçom à CEE-10; a divergéncia mais importante neste caso consistia no peso muito menor que no nosso agro tinham as exploraçons médias.**

---

[143] Isso é o que resulta da divisom: (superfície lavrada + prados, no conjunto de exploraçons de 1-100 hes)/ número de exploraçons de 1-100 hes.

[144] O motivo é que para o cálculo dessa cifra estám contabilizadas exploraçons com umha SAU inferior a 1 he (ainda que a sua superfície total supera essa cifra); e isso tende a rebaixar a média.

Por outro lado, nom é exacto, para princípios da década dos 60, excluir totalmente as terras a monte da SAU, dado o aproveitamento agrário de que estas terras eram objecto.

Quadro 7.14. Distribuçom das exploraçons e da superfície por classes de tamanho. Comparaçom entre Galiza e os estados membros da CEE-10 (1). 1960 (2).

Tamanho SAU	ALEMANHA (R.F.) Número de exp.	SAU	FRANÇA Número de exp.	SAU	ITALIA Número de exp.	SAU
1-5 hes.	44,6%	12,5%	26,2%	4,2%	68,2%	25,0%
5-10	24,8%	19,2%	21,2%	9,2%	19,1%	19,8%
10-20	20,7%	30,9%	26,7%	22,5%	8,3%	17,0%
20-50	8,8%	27,1%	20,5%	36,2%	3,2%	14,2%
>= 50 hes.	1,2%	10,3%	5,5%	27,9%	1,2%	24,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(exploraçons e 1000 hes.)	(1385250)	(12935)	(1773500)	(30162)	(2756336)	(18660)

Tamanho SAU	HOLANDA Número de exp.	SAU	BELGICA Número de exp.	SAU	LUXEMBURGO Número de exp.	SAU
1-5 hes.	38,1%	9,8%	48,5%	15,8%	31,5%	6,1%
5-10	27,0%	20,0%	26,5%	23,0%	18,4%	10,1%
10-20	23,4%	32,8%	17,7%	29,7%	26,4%	28,7%
20-50	10,6%	30,7%	6,2%	21,3%	21,9%	46,7%
>= 50 hes.	0,9%	6,7%	1,1%	10,2%	1,8%	8,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(exploraçons e 1000 hes.)	(230312)	(2283)	(198706)	(1635)	(10358)	(139)

Tamanho SAU	REINO UNIDO Número de exp.	SAU	IRLANDA Número de exp.	SAU	DINAMARCA Número de exp.	SAU
1-5 hes.	29,5%	2,4%	20,4%	3,6%	18,0%	3,5%
5-10	13,2%	3,0%	23,6%	10,3%	28,1%	12,8%
10-20	16,3%	7,4%	30,0%	24,8%	28,2%	25,3%
20-50	22,4%	22,7%	20,7%	36,3%	22,6%	40,7%
>= 50 hes.	18,7%	64,5%	5,3%	25,0%	3,3%	17,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(exploraçons e 1000 hes.)	(443100)	(14191)	(278500)	(4760)	(193700)	(3050)

Quadro 7.14. (continuaçom)

Tamanho SAU	GRECIA Número de exp.	GRECIA SAU	CEE-10 Número de exp.	CEE-10 SAU
1-5 hes.	75,0%	46,8%	49,5%	11,3%
5-10	19,7%	32,3%	21,0%	13,4%
10-20	4,4%	14,1%	16,3%	20,4%
20-50	0,8%	5,2%	10,1%	27,0%
>= 50 hes.	0,1%	1,6%	3,1%	27,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(exploraçons e 1000 hes.)	(877600)	(3541)	(8147000)	(91356)

Tamanho (Superf. total)	GALIZA Número de exp.	GALIZA Superf. total
1-5 hes.	67,5%	32,3%
5-10	20,6%	28,2%
10-20	9,5%	25,1%
20-50	2,3%	12,2%
>= 50 hes.	0,2%	2,3%
TOTAL	100,0%	100,0%
(exploraçons e 1000 hes.)	(274230)	(1403)

(1) -Os dados para os estados membros da CEE-10 refirem-se às exploraçons com umha SAU >=1 he. . O tamanho das exploraçons e as cifras de superfície estám referidos à SAU.
-As cifras correspondentes a Galiza que oferecemos aqui refirem-se às exploraçons censadas em 1962 com umha superfície total >=1 he. (e inferior a 100 hes., já que seguimos excluíndos aos montes públicos e comunais).
Hai que ter em conta que nas cifras galegas tanto o tamanho das exploraçons como os dados de superfície estám referidos à superfície total (incluíndo o monte baixo e arvorado e as terras improdutivas integradas nestas unidades de produçom).

(2) As cifras galegas correspondem a 1962; as de França a 1963; as de Holanda e Bélgica a 1959; e as de Itália e Grécia a 1961.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-10: EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982., Office des publications officielles des Communautés européennes, Luxemburgo, 1984, pp. 56-57 Elaboraçom própria.
-Para Galiza: INE, Censo agrario de España 1962; elaboraçom própria dacordo com o procedimento que se indica na nota explictiva a este quadro.

Quadro 7.15. Superfície média por exploraçom; comparaçom entre Galiza e os estados membros da CEE-10. 1960 (1)

Dados para os estados da CEE-10.	SAU/exp. (2)
-Reino Unido	32,03 hes.
-Irlanda	17,09 "
-França	17,01 "
-Dinamarca	15,75 "
-Luxemburgo	13,44 "
-Holanda	9,91 "
-Alemanha (R.F.)	9,34 "
-Bélgica	8,23 "
-Itália	6,77 "
-Grécia	4,03 "
CEE-10	11,21 "
-Galiza: Sup.total / exp.(3)	5,12 hes.
-Galiza: SAU / exp.(4)	2,11 "

(1) Ver a nota 2 ao quadro anterior.
(2) É a SAU exploraçom que resulta das cifras do quadro anterior.
(3) Esta é a superfície total por exploraçom que resulta dos dados que figuram no quadro anterior.
(4) Cifra estimada a partir dos dados sobre a utilizaçom da terra que oferece o Censo agrário de 1962. Concretamente essa cifra resulta do quociente: (Sup. lavrada + Prados das exploraçons censadas de 1-100 hes.) / Número de exploraçons de 1-100 hes.

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro anterior, excepto a última cifra que foi obtida segundo se explica na nota 4.

2.1.4. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. I.Análise da estrutura dimensional das exploraçons por províncias.

Nas páginas anteriores cremos ter aclarado suficientemente as características da estrutura das exploraçons existente em Galiza a princípios dos anos 60. O tamanho, a superfície, das exploraçons individuais era aqui, como vimos, mui reduzido; tanto se o consideramos no contexto espanhol, como no ámbito mais amplo da Europa Ocidental. E existiam, ao mesmo tempo, grandes espaços de montes públicos e comunais, que ocupavam ao redor de 1/3 do território.

A realidade, sem embargo, distava de ser uniforme dentro da geografia galega. Por um lado, diferia muito de umhas comarcas a outras a importáncia dos montes comuns, a proporçom da superfície total que estes ocupavam. E

polo outro, ligado em boa parte ao anterior, havia também grandes divergéncias na dimensom, a superfície, das exploraçons individuais.

A continuaçom imo-nos referir a essas diferéncias espaciais; analisando em primeiro lugar a situaçom por províncias, e depois (no epígrafe seguinte) os dados a nível municipal. Em ambos casos, examinamos primeiro o peso dos montes comuns; para centrar-nos logo na estrutura dimensional das exploraçons individuais. A informaçom empírica utilizada procede toda, ao igual que para o conjunto de Galiza, dos resultados do Censo agrário de 1962.

Sem mais preámbulos, iniciamos já o estudo dos dados a nível provincial.

a. A superfície ocupada polos montes públicos e comunais.

Neste aspeito, a proporçom da superfície que ocupavam os montes comuns, havia em 1962 um forte contraste entre as 4 províncias galegas, centrado sobretodo numha oposiçom entre as duas províncias septentrionais e as duas meridionais.

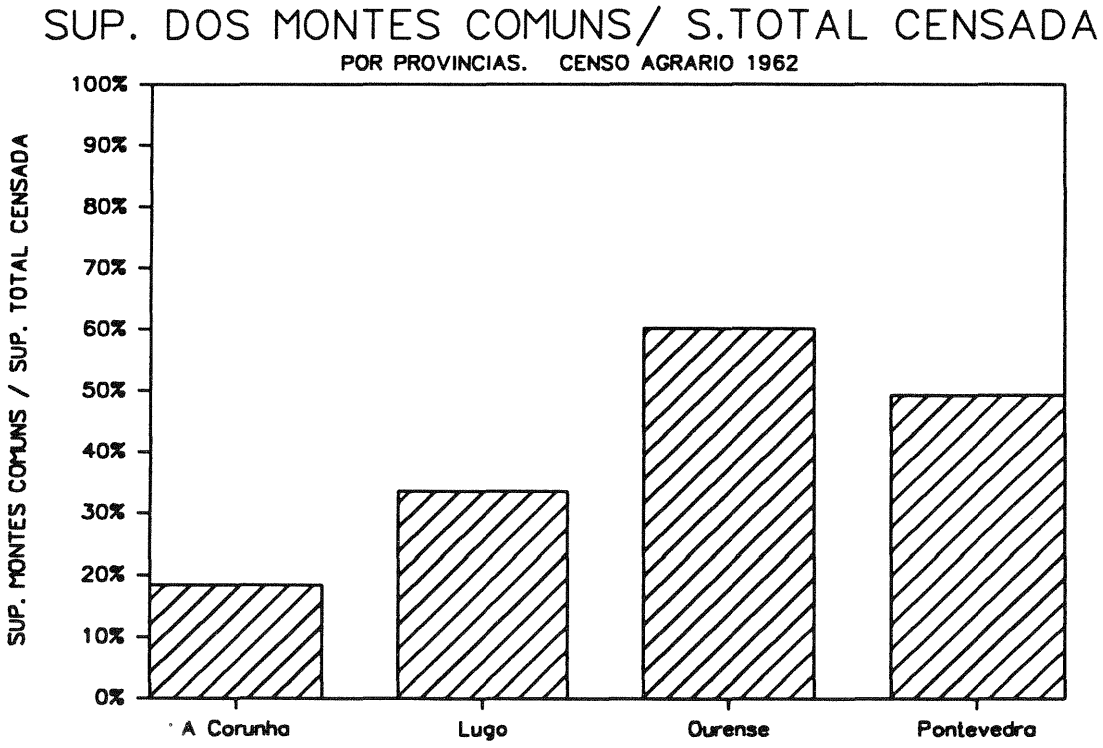
Podemos comprovar isso no **quadro 7.16** e no **gráfico 7.6**, onde figuram as cifras que se obtenhem identificando com montes comuns as exploraçons censadas de tamanho igual ou superior a 100 hes. Dacordo com estas cifras, o peso dos montes comuns era bastante reduzido na província de A Corunha, ocupando aqui só o 18,4% da superfície total censada. Na de Lugo essa proporçom, ainda que claramente superior (33,7% da superfície censada), estava também por baixo da média galega (que era, lembremos, o 39,5%). Em contraposiçom com isso, nas duas províncias meridionais os montes comuns cubriam a metade ou mais das terras censadas em 1962: o 49,3% em Pontevedra, e o 60,3% em Ourense (ver gráfico 7.6).

Essas cifras, como já sinalamos para o conjunto de Galiza, sobreestimam ligeiramente a superfície real dos montes comuns; pero constituem, também a nível provincial, umha boa aproximaçom. Fazendo uns cálculos mais precisos, obtemos que a percentagem da superfície censada que correspondia aos montes públicos e comunais se situava em 1962 nas seguintes cifras: o 17,8% na província de A Corunha, 30,4% em Lugo, 51,3% em Ourense, e 45,2% em

Pontevedra[145]. Como vemos, os valores reduzem-se algo a respeito dos que recolhemos no quadro 7.16 e no gráfico 7.6; pero as diferéncias entre as províncias mantenhem-se sem variaçons significativas.

Resumindo, portanto: as terras de propriedade pública ou colectiva ocupavam nas duas províncias meridionais umha parte mui elevada (ao redor da metade) do território; em contraste com as duas septentrionais, e sobretodo A Corunha, onde a importáncia desses espaços era muito menor.

Gráfico 7.6.



[145] Estas cifras som as que resultam tendo em conta os dados mais precisos sobre a superfície das exploraçons públicas e comunais que oferece o Censo agrário de 1972. Em concreto o procedimento para a sua obtençom foi o seguinte: 1) Calculamos a partir dos resultados do Censo de 1972 a relaçom que em cada província existe entre a superfície das exploraçons públicas e comunais, e a superfície das exploraçons censadas maiores de 100 hes. 2) E aplicamos o quociente assi obtido para cada província à cifra inicial que para 1962 oferecemos no quadro 7.16.

Quadro 7.16. Proporçom da superfície censada que corresponde aos montes públicos e comunais (exploraçons >= 100 hes.). Dados por províncias. Censo agrário de 1962 (as cifras absolutas em hectares)

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a. Total superfície censada..	579316	834006	661254	349422
b. Sup. censada nas explor. >= 100 hes. (montes comuns)	106778	280841	398268	172373
Proporçom da sup. censada que corresponde aos montes comuns (b/a) (%).....	18,4%	33,7%	60,2%	49,3%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

Esse contraste, que encontramos entre umhas e outras províncias a princípios da década de 1960, era um fenómeno bastante recente, posto que tinha a sua origem em mudanças registadas ao longo dos 60 ou 70 anos precedentes. Como expuxemos na introduçom histórica, foi nesse período relativamente próximo quando se produziu o reparto de muitos dos montes comuns, que até entom se conservaram indivisos em toda a geografia galega. E, como também apontamos alí, esses repartos afectárom fundamentalmente à metade septentrional de Galiza, a situada ao norte de umha linha "desembocadura do Ulha--Doçom--Pedrafita"; sendo em cámbio mui escassos na metade meridional. Deste modo, configurou-se umha neta diferenciaçom entre essas duas metades do território galego; diferenciaçom que se reflecte claramente nos dados a nível provincial, ainda que as fronteiras provinciais nom coincidem exactamente com aquela linha divisória.

Visto desde a perspectiva das exploraçons agrárias individuais, o reparto dos montes comuns, alí onde tivo lugar, deu lugar a umha ampliaçom considerável da superfície total destas exploraçons, mediante a incorporaçom de importantes extensons de monte particular.

Assi, as cifras que antes comentamos, referidas à superfície ocupada polos montes comuns nas diversas províncias em 1962, tenhem também a sua leitura desde este outro ponto de vista. Deste modo, podemos dizer que na província de A Corunha as exploraçons individuais repartiam-se mais do 80% do território, e na de Lugo ao redor do 70%[146]; incluíndo essa superfície em ambos casos umha proporçom elevada de monte particular. Nas províncias de Ourense e Pontevedra, em cámbio, o espaço distribuido entre as exploraçons individuais

[146] Essas percentagens som o que resta deduzindo a extensom correspondente aos montes comuns (17,8% na primeira província, e 30,4% na segunda).

estava limitado a tam só o 50%/55% do território; correspondendo-se isto com a escassez de monte particular, incorporado à superfície destas exploraçons[147].

Imos ver de imediato que isso tinha importantes implicaçons sobre a estrutura dimensional das exploraçons configurada numhas e outras províncias.

b. O número e superfície das exploraçons agrárias (individuais).

A estrutura dimensional das exploraçons apresentava também grandes divergéncias provinciais, que se reflectem claramente já no seu tamanho médio, na superfície média/ exploraçom **(ver quadro 7.17 e gráfico 7.7)**. A dimensom mais elevada registava-se na província de Lugo, com umha média de 6,07 hes/ exploraçom; a continuaçom situava-se A Corunha com 3,71 hes, Ourense com 2,80 hes; e por último Pontevedra, onde a extensom média das exploraçons individuais era de só 1,64 hes[148].

Quadro 7.17. Superfície total por exploraçom nas 4 províncias galegas. Média que resulta tomando a totalidade das exploraçons censadas, e superfície média das exploraçons agrárias "propriamente ditas". Censo agrário de 1962

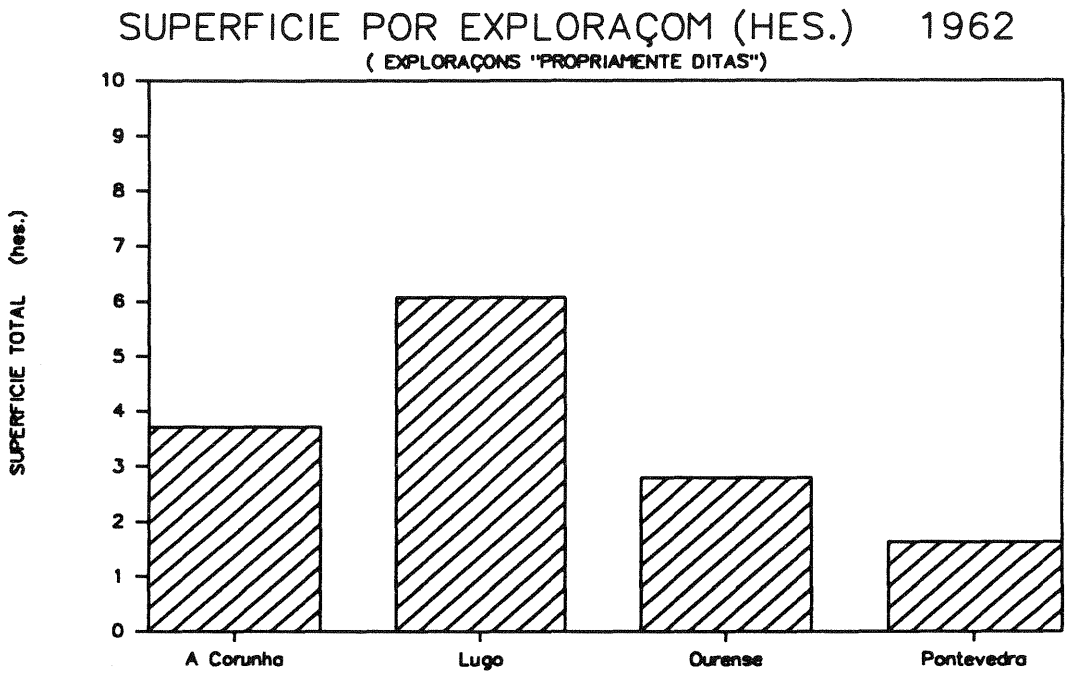
	SUPERFICIE / EXPLORAÇOM (hes.)			
	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Total de unidades censadas	4,55	9,13	7,02	3,23
-Exploraçons agrárias (excluídos montes comuns)	3,71	6,07	2,8	1,64

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

[147] Oferecemos mais adiante a demostraçom empírica dessas afirmaçons (referidas ao diferente peso do monte particular, e à relaçom que isso tem com as diferéncias na extensom total das exploraçons).

[148] Aparte dessas cifras, referidas às exploraçons individuais, no quadro 7.17 oferecemos também a dimensom média que se obtém em cada província para a totalidade de exploraçons censadas (é dizer, incluíndo as maiores de 100 hes). O motivo polo que apresentamos estas outras cifras é para ponher de manifesto o erro ou imprecisom que se comete ao calcular deste modo (sem excluir os montes comuns) o tamanho médio das exploraçons, como fam a prática totalidade dos autores ao analisar os resultados dos Censos agrários.

Gráfico 7.7.



Vemos aí que, **dentro do panorama minifundista que caracterizava globalmente à agricultura galega, as diferéncias provinciais eram de umha magnitude considerável. Tomando os dous casos extremos, a superfície média das exploraçons na província de Lugo era quase 4 vezes superior à que se registava na de Pontevedra.**

Dado que em cada província estám incluídas comarcas com estruturas de exploraçons mui diferentes, fai-se difícil estabelecer um quadro interpretativo ou explicativo dessas divergéncias provínciais. Nom obstante, sendo mui esquemáticos, podemos afirmar que existia umha doble divisom ou oposiçom; cada umha das quais respondia a um tipo de factores distinto:

-Em primeiro lugar, havia umha **oposiçom entre províncias septentrionais e províncias meridionais, sendo a superfície por exploraçom claramente superior nas duas primeiras** (6,07 hes em Lugo e 3,71 em A Corunha; frente a 2,80 em Ourense e 1,64 em Pontevedra). **Esta oposiçom ou contraste tinha a sua origem principalmente** no reparto ou nom dos montes comuns; ou, o que é o mesmo, **na diferente importáncia do monte particular numhas e outras**

províncias. Assi, por exemplo, o feito de que na província de Lugo a superfície/ exploraçom fora muito maior que na de Ourense, devia-se principalmente a que na primeira essa superfície incluia umha elevada proporçom de monte apropriado individualmente, mentres que na segunda a relevância do monte particular era muito menor. E o mesmo podemos dizer da província de A Corunha em relaçom à de Pontevedra.

-Cruzando-se com a anterior divisom norte/ sul, existia também umha **oposiçom entre províncias ocidentais e províncias orientais**; ou, empregando a terminologia habitual, entre províncias costeiras e províncias interiores, correspondendo a estas últimas um tamanho das exploraçons maior. Assi, dentro das províncias septentrionais, a dimensom média das exploraçons era maior em Lugo que em A Corunha; e igual sucedia com Ourense frente a Pontevedra.

Este segundo contraste **explicava-se ou correspondia-se esencialmente com as diferéncias que apresentavam as densidades demográficas na agricultura (densidades que eram maiores nas duas províncias ocidentais).**

Reiteramos de novo que esse quadro interpretativo é sumamente esquemático, e necessitaria de algumhas matizaçons. Pero, ainda assi, cremos que tem grande utilidade; porque serve para ordenar as ideias básicas, sobre as diferéncias espaciais no tamanho das exploraçons e os seus factores explicativos.

Imos examinar agora de forma mais detalhada as características da estrutura dimensional das exploraçons nas 4 províncias, e o contido das diferéncias existentes entre elas. Para isto baseamo-nos nos dados sobre a distribuçom das exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho; dados estes que figuram no **quadro 7.18**, e estám representados nos **gráficos 7.8 e 7.9**.

Quadro 7.18. Distribuçom (em %) das exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho das exploraçons. Dados por províncias 1962

	A CORUNHA		LUGO	
Tamanho (sup. total)	Número de explor.	Sup. total (hes.)	Número de explor.	Sup. total (hes.)
< 1 he.	35,3%	3,7%	18,6%	1,2%
1-5	40,6%	27,4%	38,9%	17,9%
5-10	15,2%	28,6%	23,6%	27,5%
10-20	7,2%	26,1%	14,7%	33,2%
20-50	1,6%	12,0%	4,0%	17,9%
50-100 hes.	0,1%	2,3%	0,2%	2,1%
TOTAL (1)	100,0% (127.317)	100,0% (472.538)	100,0% (91.198)	100,0% (553.165)

Tamanho (sup. total)	OURENSE Número de explor.	OURENSE Sup. total (hes.)	PONTEVEDRA Número de explor.	PONTEVEDRA Sup. total (hes.)
< 1 he.	29,0%	5,4%	52,9%	13,6%
1-5	57,2%	49,8%	40,8%	52,7%
5-10	10,9%	26,8%	5,0%	21,0%
10-20	2,3%	11,1%	1,1%	8,8%
20-50	0,4%	3,8%	0,2%	3,1%
50-100 hes.	0,1%	3,2%	0,0%	0,7%
TOTAL (1)	100,0% (93.855)	100,0% (262.986)	100,0% (108.150)	100,0% (177.049)

(1) Excluídas as exploraçons censadas de superfície >= 100 hes. (que identificamos com montes públicos e comunais).

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

Gráfico 7.8.

DISTRIBUÇOM DAS EXPLORAÇONS POR TAMANHO

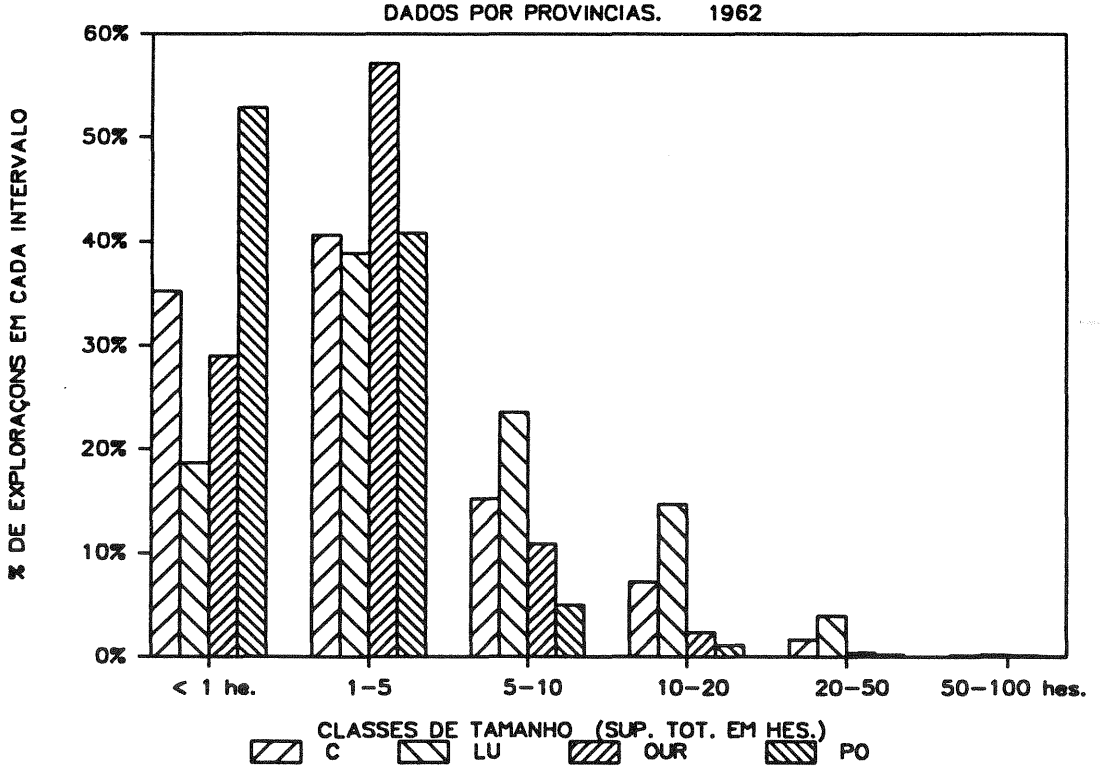
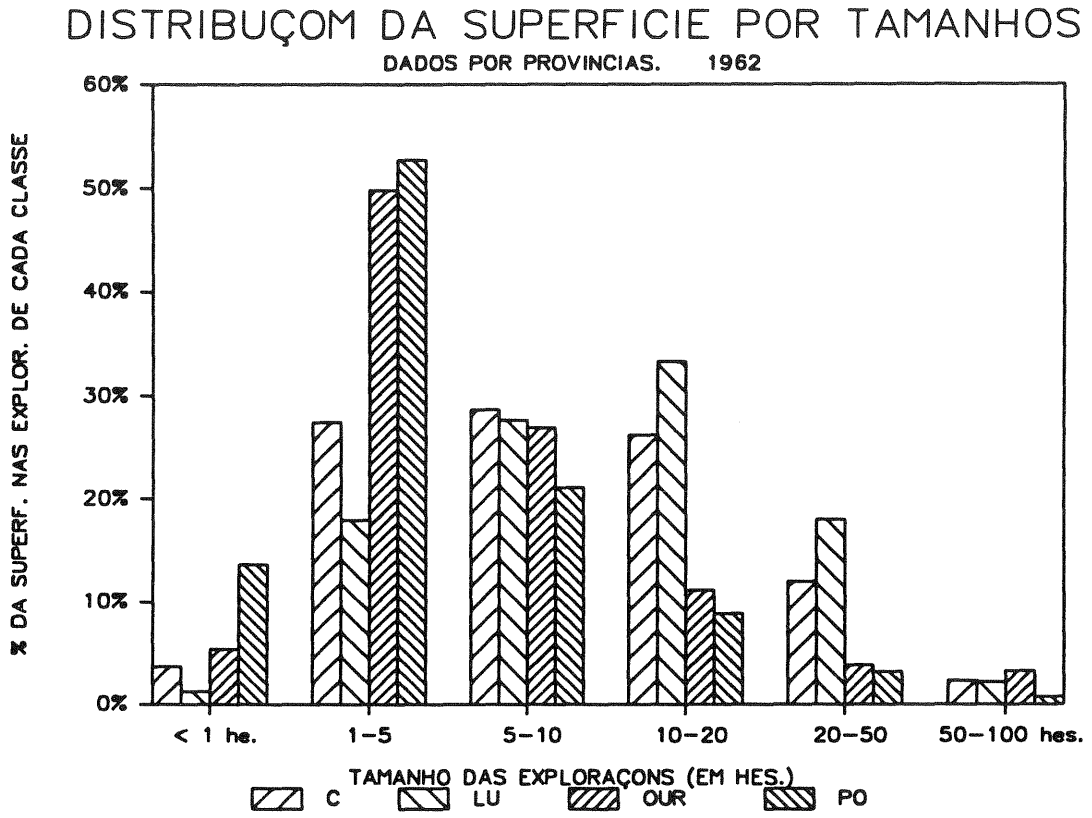


Gráfico 7.9.



Começamos com as duas **províncias meridionais**. A estrutura das exploraçons apresentava nestas duas províncias (Ourense e Pontevedra) umha série de traços comuns, e que as oponhiam em conjunto às duas septentrionais. Estes traços eram:

-O **forte predomínio nestas províncias das exploraçons de tamanho inferior a 5 hes**. Este predomínio era mui acusado em termos numéricos, e também se dava (em menor medida) do ponto de vista da superfície ocupada. Assi, em Ourense o conjunto das exploraçons menores de 5 hes suponhiam o 86,2% do total e ocupavam o 55,2% da superfície total; e em Pontevedra o seu predomínio era ainda mais forte: 93,7% do total de exploraçons, e 66,3% da superfície.

-As unidades de produçom de 5-10 hes tinham umha preséncia que podemos catalogar ainda como relevante; mais importante em Ourense que em Pontevedra. Redondeando as cifras de ambas províncias, estas exploraçons representavam aqui o 5%-10% do total, e repartiam-se o 21%-27% da superfície.

-Em cámbio, era **mui reduzida a preséncia de exploraçons de superfície superior a 10 hes; e em concreto, tinham escassa importáncia as exploraçons médias, de 10-50**

hes. Estas últimas suponhiam unicamente o 2,7% das exploraçons em Ourense e o 1,3% em Pontevedra, ocupando o 14,9% e o 11,9%, respectivamente, da superfície.

Sobre a base desses traços comuns, as estruturas de umha e outra província diferenciavam-se num ponto: a proporçom muito maior de exploraçons de superfície inferior a 1 he em Pontevedra, onde estas unidades eram de feito a categoria predominante em número. Em Ourense, ao contrário, o estrato predominante, tanto em número como em superfície, era o de 1-5 hes (ver quadro 7.18 e gráficos 7.8 e 7.9).

Comparado com as duas províncias anteriores, **a estrutura dimensional das exploraçons era mui diferente na de Lugo**. As diferéncias consistiam concretamente em:

-O **peso muito menor que nesta província tinham as exploraçons de superfície inferior a 5 hes**. Em número suponhiam ainda o 57,5% do total, pero unicamente ocupavam o 19,1% da superfície total.

-Isso iba acompanhado de umha proporçom mais elevada de exploraçons de 5-10 hes (23,6%, frente ao 5%/10% em Pontevedra e Ourense); se bem a percentagem da superfície total ocupada por estas exploraçons era similar que nestas outras províncias.

-O menor peso que em Lugo tinham as unidades inferiores a 5 hes, correspondia-se sobretodo com umha **preséncia mui importante das exploraçons médias, que constituiam de feito aqui o estrato predominante em termos de superfície**. Em concreto, as exploraçons de 10-50 hes, representavam nesta província o 18,7% do total, e repartiam-se o 51,1% das terras. Dentro delas destacavam pola sua importáncia quantitativa as de 10-20 hes: 14,7% das exploraçons, e 33,2% da superfície.

Estes mesmos traços gerais davam-se também, ainda que matizados, na outra província septentrional, A Corunha. Assi, em relaçom às províncias meridionais, a estrutura dimensional das exploraçons caracterizava-se também aqui por: um menor peso relativo das unidades de tamanho inferior a 5 hes; e a importáncia considerável, sobretodo em termos da superfície ocupada, que tinham as exploraçons médias (ver quadro 7.18 e gráficos 7.8 e 7.9). A principal diferéncia desta província a respeito da de Lugo, e o que fazia que nela o tamanho médio das exploraçons fora muito menor, era a preséncia de um estrato muito mais numeroso de unidades menores de 1 he, devido ao peso que aqui tinham as áreas litorais. Portanto, a similitude entre a estrutura das exploraçons nas duas províncias septentrionais, era mais clara ainda se excluímos da de A Corunha as suas comarcas costeiras.

Em definitiva, pois, o minifundismo que em conjunto caracterizava à agricultura galega, aparecia de um modo mui acusado nas duas províncias meridionais. O estrato fundamental era aqui o das exploraçons de 1-5 hes; e ademais, eram mui numerosas as micro-exploraçons de tamanho inferior a 1 he. As duas províncias septentrionais, em cámbio, e concretamente as comarcas interiores destas províncias, apresentavam umha estrutura muito menos minifundista. Aqui tinham um peso mui importante as exploraçons de 10-50 hes, que, ao menos pola sua superfície total, podemos considerar de um tamanho assimilável ao das exploraçons médias que dominavam na estrutura agrária da CEE.

Em rigor, isto último necessita umha importante matizaçom. Porque essas exploraçons de 10-50 hes, e também as de 5-10 hes, incluiam umha elevada proporçom de monte particular; de tal modo que a SAU da que disponhiam era muito menor do que sugire a cifra da sua superfície total[149]. Em conseqüéncia, a maior dimensom das exploraçons na metade septentrional de Galiza era em parte fictícia, se consideramos nom a sua extensom total senom a sua superfície agrária.

Pero, apesar de todo, isso si tinha relevância com vistas ao futuro. Porque umha grande parte dessas terras de monte particular eram susceptíveis de ser roturadas, sobretodo para a produçom de pastos. E portanto, aquelas exploraçons, concentradas na metade norte de Galiza, estavam potenciamente em condiçons de expandir muito a sua SAU, roturando parte do inculto integrado nelas.

Na metade meridional, em cámbio, a situaçom era mui diferente. A superfície total das exploraçons incluia aqui umha parte relativamente reduzida de monte particular; polo que, considerado em termos de SAU, e referindo-nos à situaçom existente em 1962, devemos matizar as afirmaçons sobre o seu menor tamanho. Pero, com vistas ao futuro, isso implicava que as possibilidades de ampliaçom da SAU/ exploraçom, eram nesta àrea do agro galego mui limitadas (ao nom dispór os agricultores de extensons importantes de monte particular, e nom ser possível a roturaçom do abundante monte comum existente no entorno, dada a sua situaçom jurídica). Em conseqüéncia, as exploraçons individuais encontravam-se aqui constrenhidas no seu estreito espaço agrário.

Finalizamos esta análise das divergéncias provinciais na estrutura das exploraçons, recapitulando e ilustrando empiricamente um dos elementos esenciais dessas diferéncias. Na exposiçom vimos, em primeiro lugar, o diferente peso que em 1962 tinham os montes comuns numhas e outras

---

[149] Ver a análise sobre a utilizaçom da terra, que efectuamos no capítulo VIII, e os dados que ali aportamos.

províncias. E depois as divergéncias na estrutura das exploraçons individuais. Pois bem, se contemplamos conjuntamente ambos componentes (montes comuns e exploraçons individuais), **podiam distinguir-se na agricultura galega dous "modelos" ou tipos de estruturas fundiárias (ver quadro 7.19)**:

A. Por umha parte, **o "modelo" da Galiza septentrional**, que se caracterizava por:
   -O peso relativamente reduzido dos montes comuns na superfície total.
   -A importáncia do monte particular, integrado na superfície das exploraçons individuais.
   -E, vinculado em grande medida ao anterior, a preséncia considerável que aqui tinham as exploraçons maiores de 5 hes, e em concreto as exploraçons médias (de 10-50 hes).

B. Frente a isso, na **Galiza meridional** os traços definitórios eram:
   -Os montes comuns continuavam ocupando umha proporçom mui elevada do território.
   -As superfícies de monte particular eram relativamente escassas.
   -E, ligado ao anterior, na estrutura das exploraçons predominavam de forma abrumadora as unidades de pequena e mui pequena dimensom, sendo mui reduzida a preséncia das exploraçons médias.

Em poucas palavras, nesta parte da geografia galega mantinha-se em linhas gerais, a princípios da década de 1960, a "estrutura dual" que no Antigo Regime caracterizava a todo o território (pequenas exploraçons que se repartem um estreito espaço agrário, e grandes extensons de monte comum que ocupam a maior parte da superfície).

Quadro 7.19. Importáncia dos montes comuns e estrutura das exploraçons por províncias; o contraste entre as províncias septentrionais e as meridionais de Galiza. 1962

	Superfície dos montes comuns / Superf. total censada (1)	Sup. monte particular / Sup. total censada (2)	% de explor. >= 5 hes.	Sup. ocupada por explor. de 10-50 hes/ Sup. total censada
A CORUNHA	18,4%	53,3%	24,1%	31,1%
LUGO	33,7%	38,1%	42,5%	33,9%
OURENSE	60,2%	16,7%	13,7%	5,9%
PONTEVEDRA	49,3%	26,0%	6,3%	6,1%

(1) Montes comuns = exploraçons censadas de superfície igual ou superior a 100 hes.
(2) Superfícies de monte ("Tierras pobladas con especies arbóreas forestales" e "Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas) nas exploraçons menores de 100 hes.
Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

2.1.5. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. II. A estrutura dimensional das exploraçons a nível municipal.

Para conhecer com maior detalhe e precisom os contrastes espaciais perfilados nos párrafos anteriores, imos examinar agora os dados sobre a estrutura das exploraçons a nível municipal. A seqüéncia que seguiremos na análise é a mesma que para as cifras por províncias. Assi, em primeiro lugar, veremos qual era a proporçom da superfície total censada que ocupavam os montes comuns. Ou, fazendo a leitura "em negativo" dessas cifras, qué proporçom da superfície total "quedava" para as exploraçons individuais, nas diferentes áreas da geografia galega. Umha vez visto isso, referiremo-nos já ao tamanho, à estrutura dimensional, destas exploraçons individuais.

Como base empírica desta análise elaboramos umha série de mapas, nos que aparecem cartografiados os resultados a nível municipal do Censo agrário de 1962.

a. A percentagem da superfície ocupada polos montes comuns.

Adoptamos aqui a hipótese simplificadora utilizada em toda a exposiçom anterior, identificando com montes comuns as exploraçons censadas de tamanho igual ou superior a 100 hes. Assi, para cada concelho calculamos a proporçom que representava em 1962 a superfície dessas exploraçons sobre a superfície total censada. Os valores deste índice estám cartografiados no **mapa 7.2**.

Compre advertir que, sendo maior o nível de desagregaçom espacial dos dados, som maiores também os riscos de imprecisons derivadas da citada hipótese simplificadora; e portanto, nom devemos atribuir às cifras umha total exactitude. Em todo caso, a imagem que nos oferece esse mapa pode considerar-se como mui aproximada à realidade[150].

---

[150] Ao longo da exposiçom anterior suministramos abundante evidéncia empírica que demostrava a validez em termos gerais dessa identificaçom: montes comuns = exploraçons de tamanho igual ou superior a 100 hes.

Desde outro ponto de vista, podemos tomar como elemento de contraste as estatísticas existentes na actualidade sobre os montes classificados como "vizinhais em mao comum" nos diferentes municípios de Galiza. Pois bem, a distribuçom espacial destes montes coincide de forma bastante aproximada com a que nós obtemos no mapa 7.2, avalando portanto a sua validez.

Dacordo com estas cifras, dos 312 concelhos em que está dividida Galiza[151], havia 59 (o 18,9% do total) nos quais os montes públicos e comunais ocupavam em 1962 menos do 5% da superfície censada, correspondendo isto na maior parte dos casos (concretamente em 41 desses 59 concelhos) a umha auséncia total deste tipo de espaços. Em 74 municípios (o 23,7%), a percentagem da superfície cuberta polos montes comuns situava-se entre o 5% e o 25%. Noutros 81 (o 26,0%) essa cifra estava entre o 25% e o 50%. E por último, havia 75 concelhos (o 24,0%) onde esses montes ocupavam do 50% ao 75% das terras censadas; e 23 (o 7,4%) nos que a proporçom superava o 75%.

A plasmaçom desses dados no plano geográfico confirma o que já temos sinalado: a existéncia de umha neta oposiçom entre a metade septentrional e a metade meridional de Galiza, separadas ambas por umha linha imaginária que iba da desembocadura do Ulha a Doçom, de Doçom a Parado do Sil, e de aqui a Pedrafita. Havia, nom obstante, algumhas comarcas que nom encaixavam nessa divisom inicial; e, por outro lado, dentro de cada umha dessas duas metades existia, à sua vez, umha gradaçom interna no que respeita ao peso concreto dos montes comuns (ver mapa 7.2).

-Nos concelhos situados ao norte da citada linha, os montes comuns ocupavam na imensa maioria dos casos menos do 25% da superfície censada; o que

---

Sobre a superfície actual dos montes vizinhais por concelhos ver:
-MANGAS NAVAS, José Manuel, La propiedad de la tierra en España: los Patrimonios Públicos., Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1984, pp. 141-146.

Hai que sinalar, isso si, que as nossas cifras sobre a superfície total dos montes comuns em 1962 som notavelmente superiores às que resultam para os montes hoje classificados como vizinhais. Isto deve-se em parte a que nessas cifras de 1962 figuram, como já apontamos no texto, umhas 100.000 hes que nom correspondiam a montes públicos e comunais. E o resto da diferéncia (umhas 200.000 hes), explica-se porque as cifras nom correspondem exactamente ao mesmo (nos montes públicos e comunais registados polos Censos agrários estám incluídos espaços diferentes dos montes vizinhais; e também montes que, ainda que tenham esta condiçom, nom fórom todavia classificados como tais).

[151] Em rigor o número de municípios era em 1962 de 315. Sem embargo, em toda esta investigaçom ordenamos a informaçom a nível municipal com referéncia à divisom em 312 concelhos vigente no período mais próximo. Esta divisom sofriu recentemente umha nova modificaçom, ao constituir-se o município de Carinho, segregado do de Ortigueira; de tal modo que hoje (em 1991) hai em Galiza 313 concelhos. Nos dados nom temos em conta esta última variaçom.

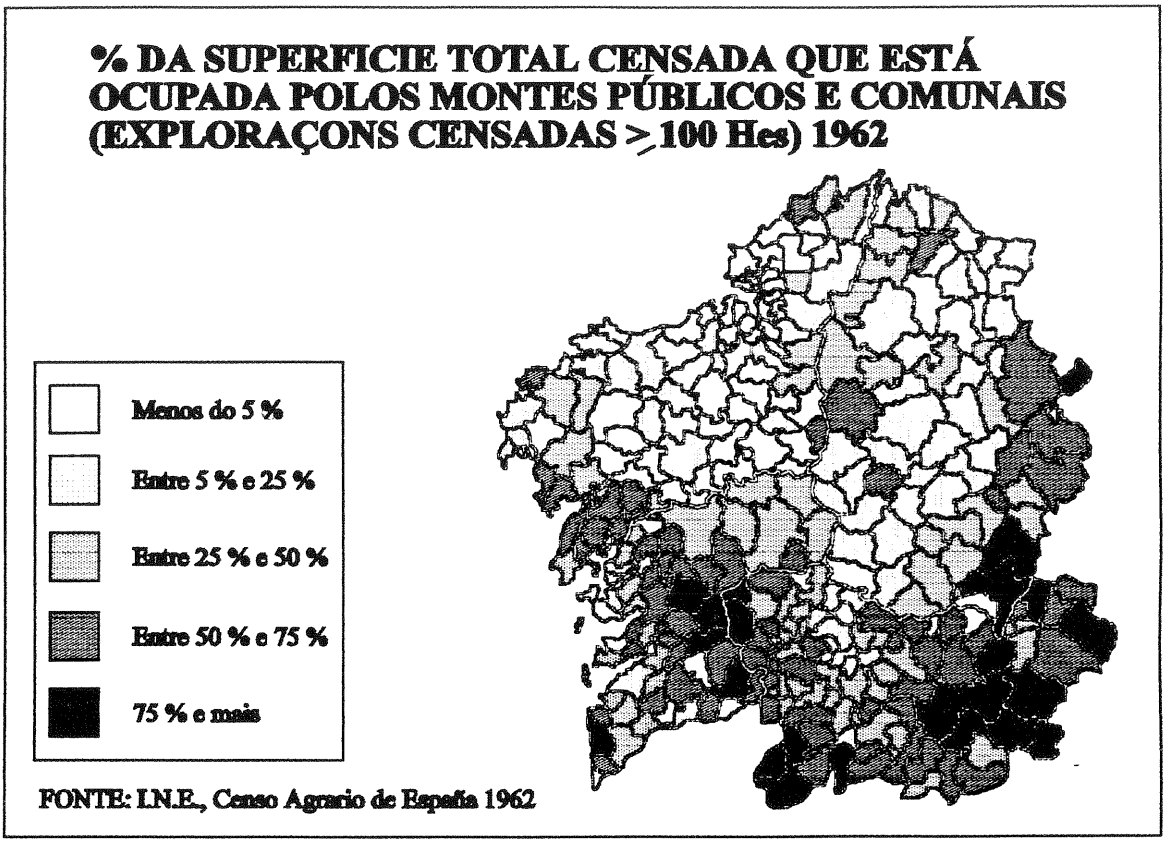
significa, noutras palavras, que nesta área as exploraçons individuais repartiam-se em geral mais do 75% do território. Aqui figurava, por um lado, a quase totalidade da província de A Corunha, onde estes montes estavam completamente ausentes, ou tinham umha preséncia insignificante (menos do 5% das terras censadas em 1962). E, polo outro, o interior da província de Lugo, que registava um peso reduzido destes espaços, pero sem que a sua desapariçom fora completa: na grande maioria dos concelhos desta área geográfica os montes comuns cubriam do 5% ao 25% da superfície censada.

Como excepçons a essa imagem, encontramos algumhas comarcas nesta metade septentrional, nas que esses montes conservavam um elevado peso quantitativo. Os casos mais relevantes eram: a península do Barbança, e a zona central das montanhas orientais de Lugo (concelhos de Fonsagrada, Návia de Suarna, Cervantes); zonas onde ocupavam do 50% ao 75% do território.

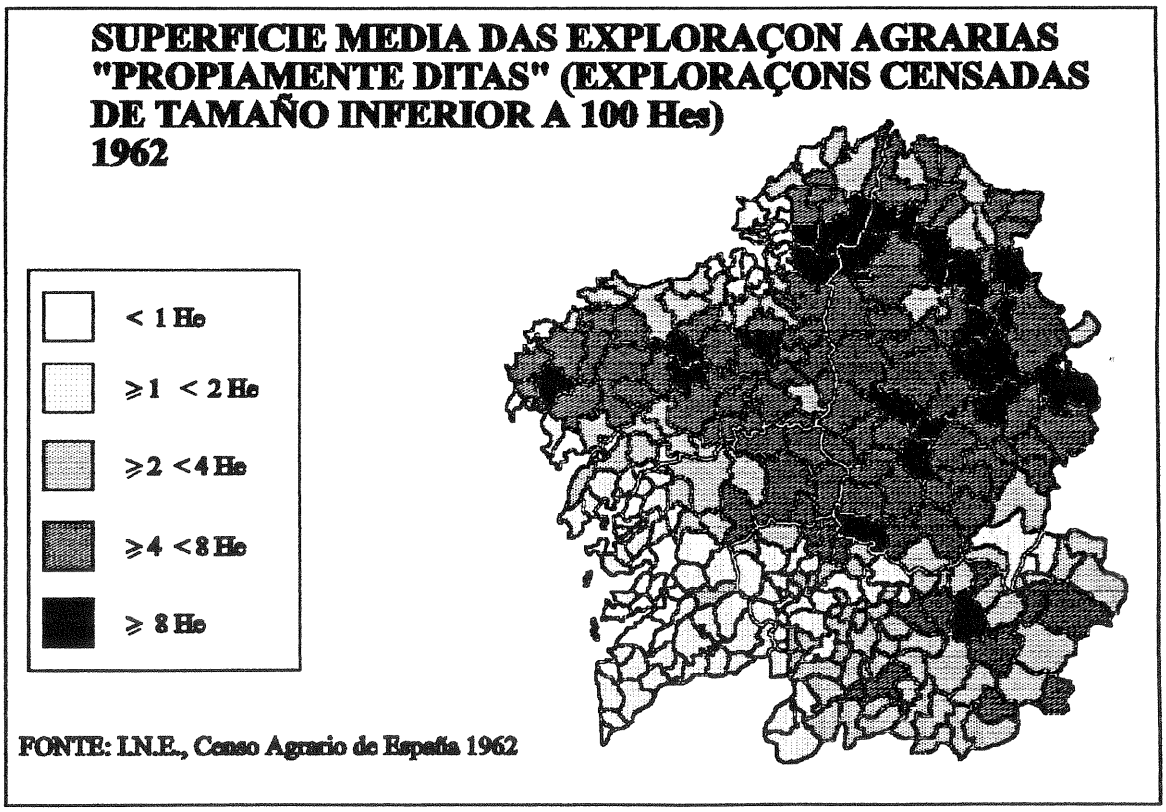
-Ao sul daquela linha os montes públicos e comunais tinham em geral umha preséncia mui importante, cubrindo na maior parte dos concelhos mais da metade da superfície censada. Em concreto isto era assi numha ampla franja que se extendia em forma de U por toda esta metade meridional, e que incluia: a prática totalidade da província de Pontevedra, com a excepçom do seu quadrante nordeste (A Estrada, Silheda, Lalim...); os concelhos ocidentais da província de Ourense (serras de Suído e Aviom), o sudoeste e toda a metade oriental desta província; e, por último, essa franja prolongava-se polo leste até a zona das montanhas orientais na província de Lugo. Dentro desse conjunto geográfico hai que destacar algumhas áreas, nas quais a parte do território ocupada polos montes comuns superava o 75%, quedando portanto reduzidas as exploraçons individuais a menos do 25% do espaço. Isto correspondia-se na maior parte dos casos com comarcas mui montanhosas: serras de Suído e Aviom, serras de Queixa e Sam Mamede, serra do Caurel... (ver mapa 7.2).

Como excepçom relativa, dentro desse panorama da Galiza meridional, estava umha ampla zona que se extendia polo centro da província de Ourense, desde as terras de A Peroxa e Vilamarim no límite com Lugo, até A Limia, e que chegava polo leste a Maceda. Aqui os montes públicos e comunais cubriam em todos os concelhos menos do 50% das terras censadas em 1962, e nalguns deles menos do 25%.

MAPA 7.2.



MAPA 7.3.



b. A estrutura dimensional das exploraçons individuais.

Umha vez que conhecemos para as diferentes áreas da geografia galega que parte da superfície total ocupavam os montes comuns, e portanto que parte do território se distribuia entre as exploraçons individuais, imos analisar agora a estrutura dimensional por municípios destas exploraçons.

Para isto tomamos os dados oferecidos polo Censo agrário de 1962, excluíndo, tanto das cifras de exploraçons como das de superfície, as unidades de tamanho igual ou superior a 100 hes[152]. As cifras resultantes (referidas às exploraçons com terras menores de 100 hes), estám representadas num total de 6 mapas:

-O **mapa 7.3**, no que figura a superfície média dessas exploraçons em cada concelho.

-E os **mapas 7.4 a 7.8**, onde aparece a percentagem que suponhem sobre o total de exploraçons as unidades das diferentes classes de tamanho. Aqui distinguimos em concreto 5 classes de tamanho, elaborando para cada umha delas o mapa correspondente: menores de 1 he, 1-5 hes, 5-10 hes, 10-20 hes, e maiores ou iguais a 20 hes.

Na exposiçom trataremos em primeiro lugar de fixar as ideias esenciais, para entrar depois num exame algo mais detalhado da estrutura das exploraçons nas diferentes áreas de Galiza.

Observando o mapa 7.3 podemos ver que, no que respeita ao tamanho das exploraçons, a agricultura galega aparecia em 1962 dividida em duas grandes metades, separadas por umha linha que, começando polo oeste, iba: de Fisterra a Forcarei, de aqui seguia a Vilamarim e A Peroxa, continuava depois seguindo o curso do rio Sil até Castro Caldelas, e por último remontava em direcçom nordeste até Pedrafita.

-**A zona situada ao norte dessa linha caracterizava-se por que o tamanho médio das exploraçons individuais era aqui em geral superior a 4 hes.** As únicas excepçons estavam representadas polas áreas litorais da província de A Corunha (concelhos costeiros da comarca de Bergantinhos e do Extremo Norocidental, e As Marinhas), onde a superfície média por exploraçom se situava nuns casos entre 2 e 4 hes, noutros entre 1 e 2 hes, e havia algum concelho isolado no que este tamanho era inferior a 1 he. Excluídas estas àreas costeiras, no resto desta metade septentrional a dimensom média das

---

[152] Assimesmo, deduzimos também, ao igual que fixemos nas cifras por províncias e para o conjunto de Galiza, as exploraçons menores de 0,1 hes (já que estas som censadas em 1962, pero nom nos Censos agrários seguintes).

exploraçons era em praticamente todos os municípios maior de 4 hes, sendo o mais freqüente que o seu valor estivera entre 4 e 8 hes.

-Frente a isso, **na zona que quedava ao sul daquela linha**, ainda que existiam divergéncias notáveis entre umhas comarcas e outras no que respeita à situaçom concreta, **o tamanho médio das exploraçons era em quase todos os concelhos inferior a 4 hes.**

Globalmente, pois, no referido à estrutura das exploraçons, encontramos umha ruptura entre a metade septentrional e a metade meridional do agro galego, estando marcada esta ruptura polo límite das 4 hes de superfície por exploraçom.

Agora bem, se examinamos conjuntamente este mapa 7.3 e o mapa 7.2, ao que nos referimos antes, podemos comprovar a estreita relaçom existente entre eles. Isto é, a estreita relaçom entre: o tamanho das exploraçons individuais nas diversas áreas de Galiza, e a proporçom da superfície total que ocupavam essas exploraçons em cada umha das áreas. Assi, a metade septentrional que acabamos de delimitar, onde o tamanho médio das exploraçons era em geral superior a 4 hes, corresponde-se de modo bastante aproximado com a zona na que estas exploraçons se repartiam mais do 75% da superfície total; ou, noutras palavras, com aquela zona em que os montes públicos e comunais ocupavam menos do 25% do território. E, de forma simétrica, a metade meridional, com umha dimensom média das exploraçons individuais inferior em geral a 4 hes, correspondia-se com o conjunto geográfico no que os montes comuns ocupavam, para a maioria das comarcas, mais do 50% da superfície, estando pois distribuído entre aquelas exploraçons menos do 50% do território.

Isso indica-nos que a citada ruptura entre as duas metades da geografia galega, no referido ao tamanho das exploraçons individuais, tinha a sua origem na maior ou menor intensidade alcançada polo processo de individualizaçom dos montes comuns; ou, o que vem sendo equivalente, aquela ruptura estava ligada à maior ou menor importáncia das superfícies de monte particular. Na zona septentrional a superfície das exploraçons incluia umha parte importante de monte apropriado individualmente. Na metade meridional, em cámbio, o monte particular tinha umha preséncia muito menor; sendo esta a causa de que a superfície total média das exploraçons nom superara em quase nengum município as 4 hes. E isto iba acompanhado de um peso mui elevado dos montes públicos e comunais.

Esse factor ao que acabamos referir-nos, a maior ou menor importáncia do monte particular, explicava a ruptura entre as duas metades de Galiza, com a dimensom das 4 hes como límite ou fronteira. Sem embargo, os contrastes espaciais na estrutura das exploraçons nom se limitavam a essa divisom. Dentro

de cada umha dessas grandes zonas havia, à sua vez, diferéncias importantes no tamanho das unidades de produçom, de umhas comarcas a outras. Estas diferéncias tinham a sua origem basicamente nas disparidades existentes nas densidades demográficas agrárias, disparidades ligadas a: 1) o grau variável de intensidade do sistema agrário; 2) e a preséncia importante da pluriactividade das famílias agrárias nalgumhas comarcas.

Imos sinalar pois, com algo mais de detalhe, as características da estrutura das exploraçons e as suas variaçons dentro de cada umha daquelas grandes zonas.

-A metade septentrional (ao norte da linha Fisterra-Forcarei-Vilamarim-Castro Caldelas-Pedrafita).

-Aqui hai que citar em primeiro lugar as áreas costeiras de Bergantinhos, As Marinhas e o Extremo Norocidental. Estas constituíam, como já apontamos, um subconjunto específico dentro desta zona, apresentando umhas exploraçons de menor dimensom que no resto. Concretamente, o tamanho médio destas unidades situava-se aqui: nalguns concelhos (os do litoral da comarca de Bergantinhos e do Extremo Norocidental) entre 2 e 4 hes; e noutros (os do Golfo Artabro) entre 1 e 2 hes. Só em dous municípios (A Corunha e Fene) a superfície média descendia por baixo de 1 he.

Excluídas essas àreas do litoral da província de A Corunha, e algum concelho da Marinha luguesa, no resto desta metade septentrional a dimensom média das exploraçons era em todas as comarcas superior a 4 hes. O que se correspondia com um peso importante das unidades de 5-10 hes, e também das exploraçons médias, de 10-20 hes e maiores de 20 hes (ver mapas 7.6 a 7.8).

-Dentro dessa ampla zona destacavam algumhas àreas concretas, nas que a superfície média por exploraçom superava as 8 hes, e que eram aquelas onde as unidades maiores de 10 hes alcançavam maior importáncia. Figura aqui basicamente umha franja que se extendia polas montanhas septentrionais, desde A Capela e Monfero até Muras, e continuava polo norte da Terra Chá (Abadim, Pastoriça) e a parte oriental da Meseta de Lugo (Pol, Castroverde), até as estribaçons das montanhas orientais (ver mapa 7.3). Compre advertir, de todos modos, que na prática totalidade destes municípios, a superfície por exploraçom situava-se entre 8 e 12 hes. Unicamente no de Muras o tamanho médio era claramente superior a essa cifra (em concreto, 18,20 hes).

-Deixando aparte essas áreas, nas demais comarcas desta zona, que eram a grande maioria, a dimensom média das exploraçons individuais estava no intervalo de 4-8 hes. Esta era a situaçom no Extremo Ocidental e em todo o

interior da província de A Corunha, na imensa maioria dos concelhos da de Lugo, e no nordeste da província de Pontevedra (Lalim, A Golada, Rodeiro).

-A metade meridional.

O traço que definia globalmente a estrutura das exploraçons nesta zona era o forte predomínio numérico das unidades de superfície inferior a 5 hes, e a preséncia relativamente reduzida das exploraçons de 5-10 hes, e das maiores de 10 hes (ver mapas 7.6 a 7.8). Como resultado disso, o tamanho médio por exploraçom estava em quase todos os municípios por baixo das 4 hes.

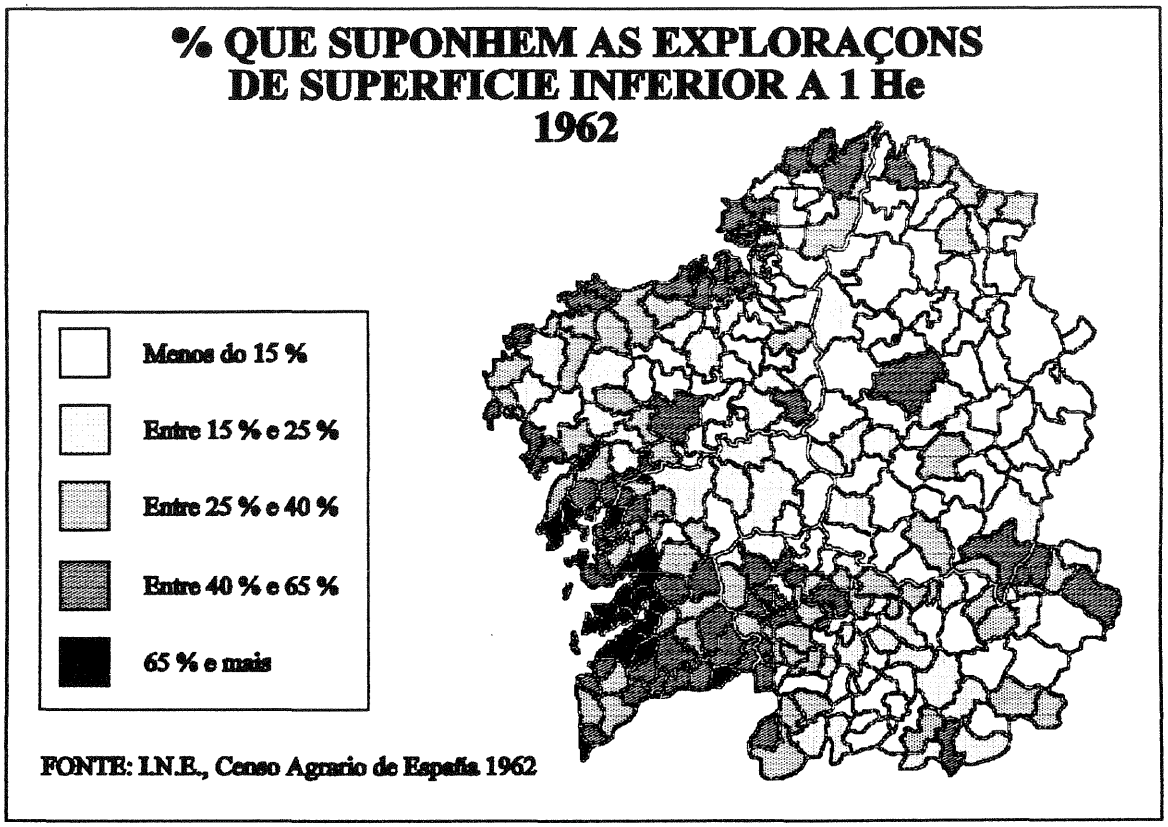
Porém, examinando a situaçom concreta, apareciam claramente diferenciadas dentro desse conjunto duas subáreas:

-Por um lado a subárea ocidental, que incluia toda a franja litoral das Rias Baixas, o Baixo Minho, prolongando-se polo interior da província de Pontevedra e polas comarcas vitícolas dos Ribeiros de Avia e Ourense (quadrante norocidental desta província). Esta era a zona de Galiza com um minifundismo mais acusado; caracterizando-se polo predomínio numérico das exploraçons menores de 1 he, e por umha dimensom média destas unidades inferior sempre às 2 hes. Esses traços apareciam de um modo especialmente agudo nos concelhos situados nas rias de Pontevedra e Vigo, onde esse tamanho médio estava por baixo de 1 he, um valor nom registado em nengumha outra parte do território galego (ver mapa 7.3).

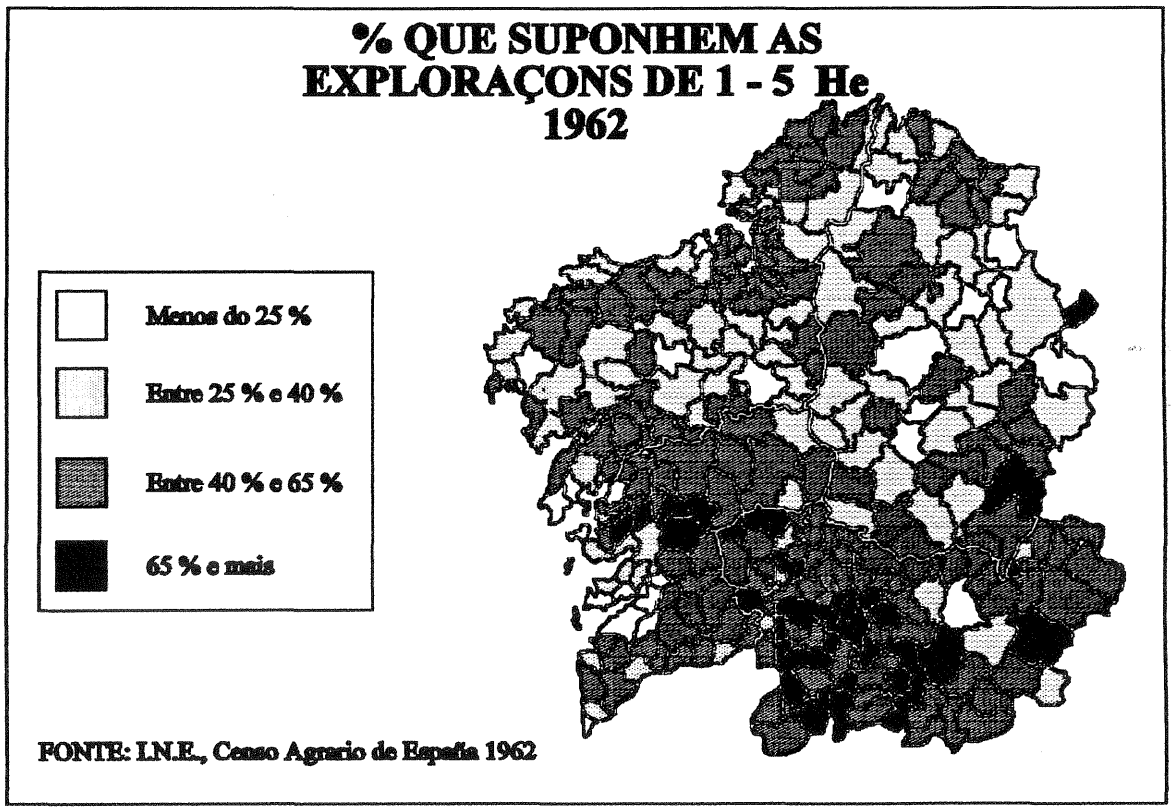
-Por outro lado estava a subárea oriental, que comprendia o resto da província de Ourense (excluído o seu quadrante noroeste). A dimensom média das exploraçons era aqui superior à zona anterior, situando-se na maioria das comarcas entre 2 e 4 hes. Isto correspondia-se com um peso muito menor das micro-exploraçons de menos de 1 he, umha importáncia maior das unidades de 1-5 hes (que eram aqui o estrato predominante), e também a preséncia significativa da categoria de 5-10 hes (praticamente ausente na subárea oriental).

Dentro desta zona destacavam alguns grupos de concelhos, localizados basicamente nas comarcas montanhosas do Extremo Sudoriental, nos quais o tamanho médio das exploraçons individuais superava as 4 hes. Estes municípios constituiam umha excepçom à correlaçom que apontamos antes, entre peso dos montes comuns e dimensom das exploraçons, e à regularidade estatística alí sinalada; posto que aqui os montes públicos e comunais ocupavam mais do 50% do território, e, apesar disso, a superfície média das unidades de produçom individuais era relativamente elevada. A explicaçom hai que busca-la nas suas densidades demográficas especialmente baixas.

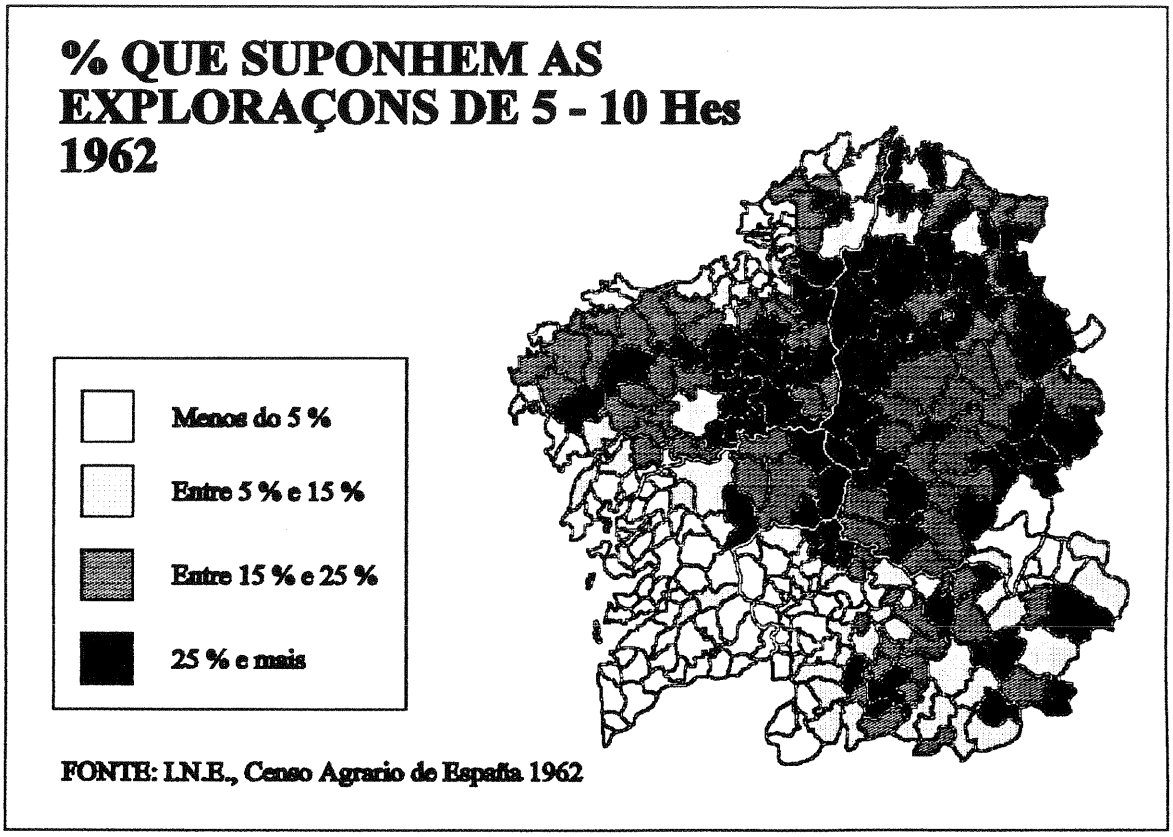
MAPA 7.4.



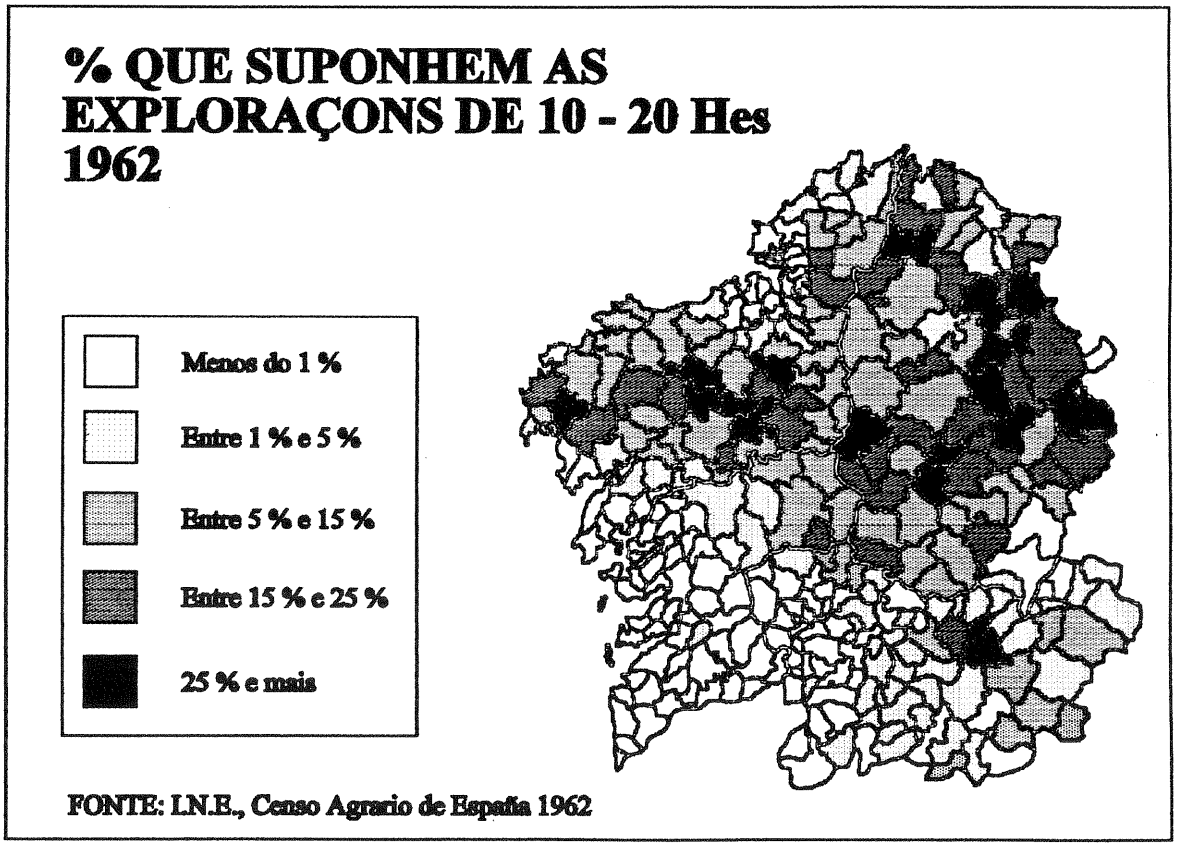
MAPA 7.5.



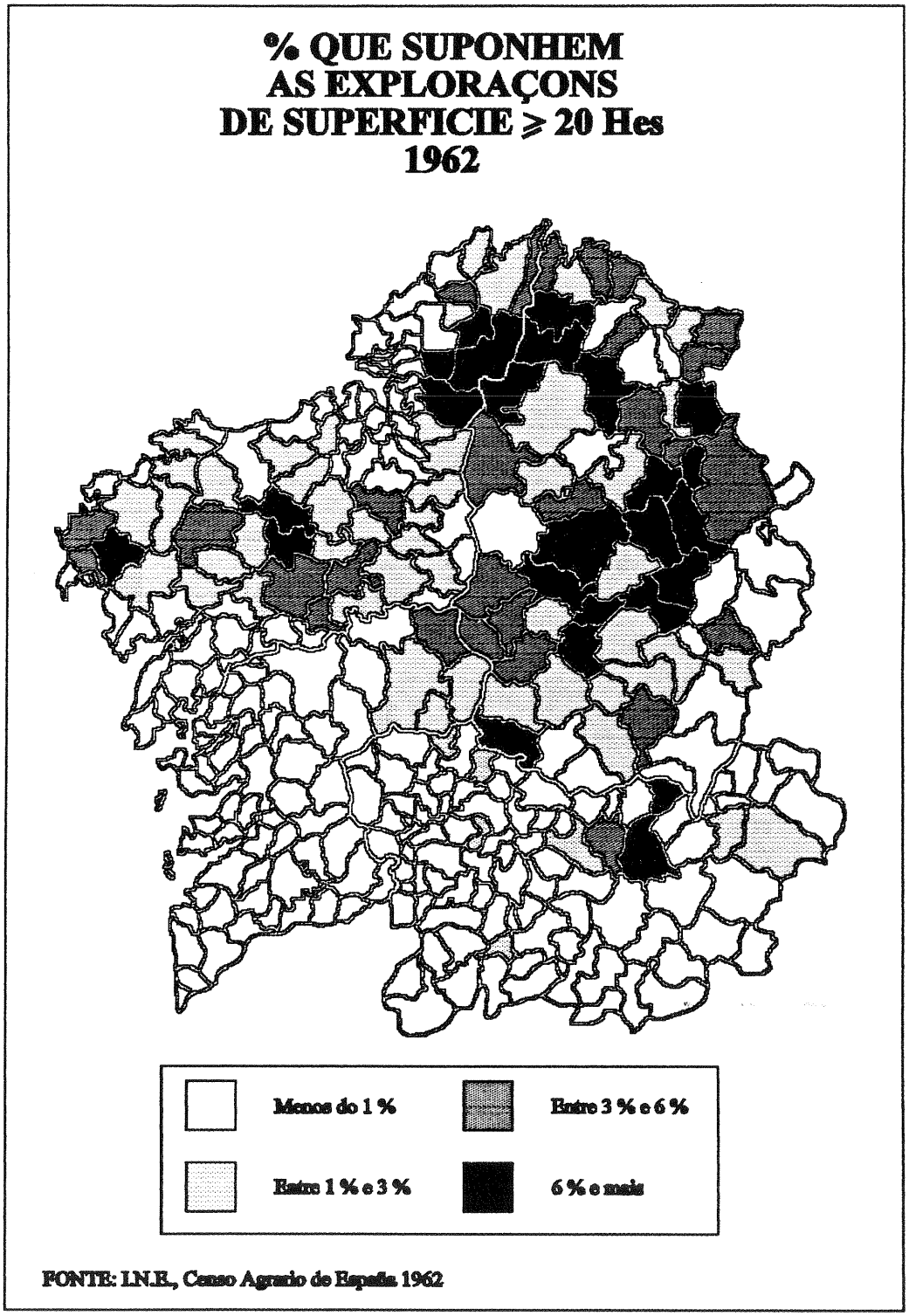
MAPA 7.6.



MAPA 7.7.



MAPA 7.8.


% QUE SUPONHEM
AS EXPLORAÇONS
DE SUPERFICIE ≥ 20 Hes
1962
Menos do 1 %
Entre 1 % e 3 %
Entre 3 % e 6 %
6 % e mais
FONTE: I.N.E., Censo Agrario de España 1962

2.2. A DISTRIBUÇOM DA PROPRIEDADE DA TERRA (1950/1959).

As características esenciais que apresenta a distribuçom da propriedade da terra na agricultura galega no período recente, e concretamente as suas características a meiados deste século, som sobradamente conhecidas: elevado grau de divisom, predomínio abrumador dos pequenos e mui pequenos proprietários. Todos as referéncias que podemos encontrar sobre o tema nas décadas centrais do século, coincidem em destacar esse traço básico, sobretodo quando se efectua a comparaçom com o resto do Estado; Galiza aparecia neste contexto como o exemplo extremo de fragmentaçom da propriedade rústica[153].

Agora bem, sendo isso certo, o ponher o acento exclusivamente nessa característica tem dado lugar a umha imagem estereotipada, que nom só é excessivamente simplista, senom também inexacta. De feito, os poucos autores que se tenhem parado a efectuar umha análise mais pausada da questom matizam notavelmente essa imagem, ponhendo de manifesto: por um lado que, apesar do predomínio da pequena propriedade, os medianos e mesmo grandes proprietários tinham aqui umha preséncia nada desdenhável; e, por outro lado, que essa estrutura da propriedade, ao igual que sucedia para as exploraçons, amostrava dentro da geografia galega fortes divergéncias de umhas comarcas a outras[154].

A continuaçom imos tratar de conhecer, com a maior precisom possível, a distribuçom da propriedade da terra existente em Galiza ao redor de 1950/1960,

---

153 Ver por exemplo os dados e os comentários oferecidos no estudo:
-CONSEJO ECONOMICO SINDICAL NACIONAL. Ponencia no. 2. Desarrollo agrícola, Situación actual de la agricultura., Madrid, 1957, capítulo X: "La propiedad y la empresa agraria."

154 Esses dous feitos, preséncia relativamente importante da mediana e grande propriedade (particular), e existéncia de fortes contrastes espaciais, som destacados na sua referéncia ao tema por Abel Bouhier. Ver:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1117-1133.
Podemos citar também aqui a Jesús García Fernández, que afirma concretamente:
"...la propiedad absentista, e incluso la gran propiedad a escala regional, no ha desaparecido. (...) La burguesía urbana que en el transcurso del siglo pasado invirtió dinero en tierras sigue teniendo en la tierra una fuente de ingresos."
(GARCIA FERNANDEZ, Jesús, Organización del espacio... op. cit., pag. 169).

valendo-nos para isto da informaçom estatística disponível. Assimesmo, examinaremos a relaçom entre essa distribuçom da propriedade e a estrutura das exploraçons.

Começamos a exposiçom referindo-nos às fontes disponíveis para este estudo, e aclarando as características das cifras concretas que utilizaremos.

2.2.1. Precisons sobre os dados estatísticos empregados na análise. As características e limitaçons do "Catastro de Rústica", como fonte para o estudo da propriedade da terra.

As principais fontes disponíveis para conhecer a estrutura da propriedade da terra em Espanha nos séculos XIX e XX, som as estatísticas de carácter fiscal, realizadas em concreto para servir de base à exacçom da "Contribución Territorial Rústica". Estas fontes som, por orde cronológica: os "amillaramientos", e o "Catastro de rústica". Existem outras fontes que podem ser utilizadas para o estudo de determinados tipos de propriedades, ou para profundizar em aspeitos específicos; pero só os "amillaramientos" primeiro e o Catastro depois, oferecem um inventário completo da propriedade rústica e da sua distribuçom[155].

Os "amillaramientos" fórom os documentos estatísticos elaborados inicialmente para servir de base à determinaçom e o cobro da "Contribución Territorial Rústica", imposto este que naceu da reforma tributária de 1845. A característica mais destacada desses documentos, e também a principal origem das suas deficiéncias, era que a informaçom procedia das declaraçons juradas dos proprietários, sem que existira umha comprovaçom e um refrendo cartográfico e planimétrico dessa informaçom literal[156].

---

[155] Umha panorámica das fontes existentes para o estudo da propriedade da terra em Espanha ao longo dos três últimos séculos, e o tipo de informaçom que podemos obter em cada umha delas, pode encontrar-se no trabalho:
-MATA OLMO, Rafael / ROMERO GONZALEZ, Juan, "Fuentes para el estudio de la propiedad agraria en España (siglos XVIII-XX). Balance provisional y análisis crítico.", Agricultura y Sociedad, no. 49, outubro-dezembro 1988, pp. 209-293.

[156] Sobre as características e as limitaçons dos "amillaramientos" consultar por exemplo:
-MATA OLMO, Rafael / ROMERO GONZALEZ, Juan, "Fuentes para el estudio...", op. cit., pp. 231-246.

No plano jurídico-formal, o sistema dos "amillaramientos" estivo vigente até 1906, data na que se implantou em Espanha o sistema do "Catastro Parcelario", disponhendo a realizaçom deste Catastro como base para a exacçom da "Contribución Territorial Rústica". Na prática, sem embargo, a elaboraçom efectiva do Catastro vai ser um processo longo e que passa por numerosas vicissitudes; de tal forma que hai que agardar até bem entrado o século actual, para que esses lavores estejam completados numha parte significativa do território espanhol[157]. A conseqüéncia disso, aos nossos efeitos, é que durante muitas décadas (podemos dizer que até 1940 aproximadamente), a informaçom disponível sobre a distribuçom da propriedade da terra continuou sendo, para a maior parte do território do Estado, a procedente dos "amillaramientos".

No caso concreto de Galiza, a realizaçom do Catastro foi especialmente tardia, posto que os trabalhos nom se iniciárom até a década de 1950, quando já estavam finalizados na maior parte das regions espanholas[158]. Hai que agardar assi a finais dessa década, para contar com dados catastrais para a maior parte (que nom a totalidade) dos municípios galegos. Até esta data (finais dos anos

---

[157] Som já numerosos os estudos publicados sobre a evoluçom histórica do Catastro em Espanha, e as diferentes fases polas que passou a sua elaboraçom. Ao respeito pode consultar-se o resumo do tema e a recopilaçom bibliográfica que se oferece no trabalho:
-PRO RUIZ, Juan, "Materiales para el estudio de la cuestión catastral en España: el siglo XX.", Agricultura y Sociedad, no. 46, janeiro-março 1988, pp. 323-382.
Ver também:
-FERNANDEZ NAVARRETE, Donato, "La evolución histórica de la Contribución Territorial Rústica.", Agricultura y Sociedad, no. 8, pp. 183-209.
-MORELL I MESTRE, Antonio / ORTIZ CASAS, Joaquín, "Situación del Catastro de Rústica en España y propuesta para su reforma.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 130, janeiro-março 1985, pp. 137-155.

[158] Ver: TELLEZ DE LA VEGA, Angel, "El Catastro Rústico en Galicia.", Catastro, no. 4, abril 1990, pp. 45-50.
Isso comprova-se examinando os dados sobre o estado dos trabalhos nos anos 40, que figuram nas memórias publicadas, tanto polo "Servicio de Catastro de la Riqueza Rústica", como polo "Instituto Geográfico y Catastral". Consultar por exemplo:
-PRESIDENCIA DEL GOBIERNO. DIRECCION GENERAL DEL INSTITUTO GEOGRAFICO Y CATASTRAL, Memoria referente a los trabajos realizados en el año 1942., Madrid, 1943.
-MINISTERIO DE AGRICULTURA. INSTITUTO DE ESTUDIOS AGRO-SOCIALES, El parcelamiento de la propiedad rústica en España., Madrid, 1952 (aqui oferecem-se os dados referidos à superfície catastrada nas diferentes províncias do Estado em 1945).

50), a única documentaçom disponível sobre a distribuçom da propriedade rústica seguiu sendo aqui a dos "amillaramientos".

Depois dessas observaçons de carácter geral, podemos passar já a apresentar os dados concretos que utilizaremos na análise. As principais cifras, nas que basearemos em eséncia a nossa exposiçom, procedem do Catastro de Rústica e refirem-se ao 31-12-1959. Ademais, de forma complementária, empregaremos também outros dados correspondentes a umha data anterior, oferecidos por umha fonte mui pouco utilizada: a "Estadística de propietarios de fincas rústicas de España", elaborada nos anos 1947-1951. As cifras desta fonte para as províncias galegas procedem de umha recopilaçom da informaçom dos "amillaramientos".

A continuaçom imos fazer umhas breves precisons sobre as características e o grau de fiabilidade de umhas e outras cifras.

a. Os dados do Catastro de rústica; características gerais. Precisons sobre as cifras concretas que utilizamos na análise.

O Catastro de rústica constitue em Espanha *"la fuente actual por excelencia para el estudio de la estructura de la propiedad agraria."*[159]. Sendo os seus dados os empregados habitualmente nas investigaçons sobre o tema. Válidas e fiáveis em termos gerais, estas cifras apresentam sem embargo umha série de deficiéncias, que compre ter presentes ao proceder à sua análise. Estas limitaçons ou deficiéncias do Catastro tenhem sido sinaladas repetidamente[160], e a sua origem está principalmente em dous feitos: por um lado, o carácter fiscal, e nom jurídico, deste registo estatístico da propriedade rústica; e polo outro, a adopçom do município como unidade de recolhida e organizaçom da informaçom.

---

[159] MATA OLMO, Rafael / ROMERO GONZALEZ, Juan, op. cit., pag. 251.

[160] Ver por exemplo:
-MALEFAKIS, Edward, Reforma agraria y revolución campesina en la España de siglo XX., 4a. edición revisada, Ed. Ariel, Barcelona, 1980, pp. 457-463.
-LOPEZ ONTIVEROS, A., "Notas sobre el Catastro actual como fuente geográfica.", Estudios Geográficos, no. 122, 1971, pp. 119-143.
-MATA OLMO, Rafael / ROMERO GONZALEZ, Juan, op. cit., pp. 261-263.

Concretamente, referindo-nos aos dados que aqui nos interessam (o número e superfície das propriedades), som três as deficiéncias mais importantes das cifras catastrais:

i. Em primeiro lugar, tomando as palavras de E. Malefakis:

"...el Catastro considera cada municipio como una unidad aislada y autosuficiente, y registra la propiedad por municipios. Así ocurre que si un individuo posee tierras en varios municipios, se ve registrado como «propietario» tantas veces como municipios distintos haya que contengan tierras de su propiedad."[161]

Em conseqüéncia, **os dados catastrais** referidos a umha escala superior ao município **multiplicam artificialmente a cifra de proprietários, e exageram o grau de divisom real da propriedade da terra**. A magnitude deste sesgo é maior quanto mais dispersas estejam as parcelas de um mesmo proprietário, e quanto menor seja a extensom dos concelhos.

ii. Outro factor contribue também a que no Catastro apareza sobreestimado o grau de divisom da propriedade da terra, e concretamente a que figure aí inflado o número de propriedades de menor dimensom. A finalidade fiscal deste registo, unido ao feito de que as propriedades mui pequenas (medida a dimensom pola base imponível) estám exentas do pago da contribuçom, fam que sejam freqüentes as fragmentaçons fictícias de propriedades. É dizer, que nas declaraçons aparezam divididas entre diferentes proprietários (membros da mesma família), terras que em realidade formam um único património.

iii. Por último, umha terceira deficiéncia dos dados catastrais deriva-se da falta de actualizaçom da informaçom. A isto contribue tanto a escassa colaboraçom dos interessados, à hora de declarar as variaçons produzidas, como a lentitude do processo administrativo e de incorporaçom das modificaçons[162].

---

[161] MALEFAKIS, Edward, Reforma agraria... op. cit., pag. 42.

[162] Sobre este problema, consultar:
-MORELL I MESTRE, Antonio / ORTIZ CASAS, Joaquín, "Situación del Catastro de Rústica en España y propuesta para su reforma.", op. cit., pag. 146.

Em resumo, pois, os dados do Catastro inflam a cifra de proprietários, sobreestimando a divisom da propriedade da terra; e por outro lado, esses dados "envelhecem" com o passo do tempo, devido à sua falta de actualizaçom.

Ademais, à hora de utilizar essa fonte com fins estatísticos existe outro problema, este de orde prática: nem o "Instituto Geográfico Nacional", nem o "Servicio de Catastro de Rústica" publicam com regularidade dados elaborados para as diferentes escalas geográficas (municipal, provincial,...). Neste ponto, unicamente contamos com algumha recopilaçom da informaçom catastral efectuada para datas concretas[163].

-Precisons sobre os dados concretos que imos utilizar na análise.

As cifras que imos empregar no nosso estudo procedem justamente de umha recopilaçom desse tipo, referida à superfície que estava catastrada a 31-12-1959, e que foi publicada em 1960[164]. Sobre a sua qualidade, hai que sinalar que estes dados nom estám afectados de forma significativa pola terceira das deficiéncias antes apontadas (a falta de actualizaçom), posto que a realizaçom do Catastro em Galiza produziu-se, como dixemos, na década dos 50. Podemos considerar,

---

163 Esta afirmaçom necessita ser matizada para os anos mais recentes. A partir da segunda metade da década dos 80, o "Centro de Gestión Catastral y Cooperación Tributaria" começou a publicar com carácter anual as cifras básicas do Catastro rústico por províncias e Comunidades Autónomas. Os resultados publicados limitam-se, nom obstante, aos dados globais: número total de titulares catastrais, e superfície catastrada. Polo que nom podemos conhecer a evoluçom do número de propriedades por grupos de tamanho, e a distribuçom que estas apresentam na actualidade.

164 Ver: GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución de la propiedad agrícola de España en las diferentes categorías de fincas.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 30, janeiro-março 1960, pp. 7-32 + quadros e gráficos.

Que tenhamos conhecimento, esses som os únicos resultados publicados sobre a distribuçom da propriedade da terra nas 4 províncias galegas. As recopilaçons publicadas nas décadas anteriores para o conjunto do Estado, em Memórias dos organismos encargados do Catastro, nom incluem informaçom referida a Galiza. E para datas posteriores, só existe umha publicaçom de 1964 na que figuram os dados correspondentes à província de Pontevedra:

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. DIRECCION GENERAL DE AGRICULTURA, Mapas provinciales de suelos. Pontevedra., Madrid, 1964, Apéndice 4.

pois, que as cifras reflectem bastante bem a distribuçom da propriedade existente aqui a meiados/ finais desta década.

Essas cifras necessitam, sem embargo, um ajuste ou correcçom; devido a que para umha parte dos municípios galegos o Catastro nom fora ainda realizado a finais de 1959, e portanto a sua superfície nom está incluída nos dados. Concretamente, nessa data faltava por catastrar o 10% aproximadamente do território de Galiza, que correspondia a 19 dos 93 concelhos da província de Ourense, e 26 dos 61 que formavam a de Pontevedra (nas províncias de A Corunha e Lugo os trabalhos si estavam finalizados). Por esta razom, pareceu-nos conveniente efectuar umha correcçom dos resultados publicados, estimando as cifras para a totalidade do território galego. O procedimento que seguimos está exposto no "Anexo metodológico no. 2 ao capítulo VII".

Por outro lado, nesses resultados publicados aparece o número de propriedades de cada classe de tamanho, pero nom a superfície ocupada polas propriedades de cada estrato dimensional. Com o fim de cubrir este vazio, ainda que só seja de modo aproximado, efectuamos também umha estimaçom dessa distribuçom da superfície. O método que utilizamos aparece descrito no "Anexo metodológico" antes citado.

As cifras que se obtenhem para as 4 províncias galegas, umha vez feitos esses cálculos, figuram nos **quadros A.7.2 e A.7.3** do Anexo estatístico.

b. A "Estadística de propietarios de fincas rústicas de España" de 1947-1951.

Como adiantamos antes, utilizaremos os dados desta fonte só com carácter complementário. Por esta razom, e para nom sobrecargar em excesso o texto, levamos a um Anexo[165] as aclaraçons sobre as suas características e grau de fiabilidade. Aqui limitamo-nos a sinalar de forma telegráfica os pontos esenciais:

-Estas cifras procedem de umha recopilaçom ou investigaçom estatística realizada polo "Instituto Nacional de Estadística", recolhendo-se a informaçom por municípios.

-Ainda que este ponto nom está suficientemente precisado nas explicaçons a esta fonte, todo indica que os dados para cada concelho fórom obtidos: a partir do Catastro, ali onde este estava elaborado; ou bem, onde isso nom se produzira, a partir dos "amillaramientos". Para Galiza podemos pois

[165] Trata-se em concreto do "Anexo metodológico no. 1 ao capítulo VII".

considerar esta estatística como umha recopilaçom da informaçom dos "amillaramientos".

-Essa procedéncia das cifras fai que nom podamos atribuir-lhes umha grande precisom. Sem embargo, si constituem umha aproximaçom aceptável à realidade.

Umha vez feitas essas aclaraçons, entramos já no exame dos dados, no exame da estrutura da propriedade da terra existente em Galiza em 1950/1960.

2.2.2. A distribuçom da propriedade da terra no conjunto de Galiza em 1950/1960.

a. As cifras do Catastro de rústica (1959).

No **quadro 7.20** oferecemos os dados sobre a distribuçom da propriedade da terra em Galiza a 31-12-1959, que se obtenhem do Catastro de rústica. Por um lado, figura aí o número de proprietários classificados segundo a extensom da superfície possuída; e, polo outro, a estimaçom da superfície ocupada polas diferentes categorias ou grupos de propriedades. Estes dados estám representados também nos **gráficos 7.10 e 7.11**.

É oportuno precisar que no Catastro estám registadas todas as superfícies rústicas, qualquer que seja a condiçom jurídica do seu proprietário. Portanto, nas cifras que aí reproduzimos figuram nom só as terras de propriedade privada individual ou societária, senom também aquelas de propriedade pública e colectiva. Em termos gerais, cabe pensar que a linha divisória entre umhas e outras unidades que estabelecemos ao falar das exploraçons, era também válida aqui, nos dados referidos às propriedades. É dizer, que as propriedades maiores de 100 hes eram na sua imensa maioria montes públicos e comunais, mentres que as situadas por baixo desse umbral correspondiam na sua prática totalidade a propriedades particulares. Sem embargo, neste caso nom é possível contrastar a precisom dessa hipótese. Por esta razom, examinamos conjuntamente a totalidade das propriedades, sem proceder a separar de entrada os dous tipos de unidades.

Começamos polos dados globais. Dacordo com essas cifras do Catastro corregidas, **a superfície rústica de Galiza estava distribuída a finais de 1959 entre perto de 1.200.000 proprietários** (exactamente 1.192.170), **cada um dos quais possuia umha extensom média de 2,36 hes** (ver quadro 7.20). Este índice sintético ilustra já o elevado grau de divisom que aqui apresentava a

propriedade da terra. A título comparativo, podemos sinalar que no conjunto do Estado a superfície média por proprietário era, segundo a mesma fonte, de 7,14 hes[166]; é dizer, três vezes superior à cifra galega.

A imagem de umha propriedade da terra extraordinariamente dividida no nosso agro, aparece de forma mui acusada se examinamos **o número de propriedades por classes de tamanho**. Aqui encontramo-nos com um predomínio abrumador, nom já das pequenas propriedades (entendendo por isto todas as menores de 10 hes), senom das que A.Bouhier denomina "ultra-pequenas" propriedades, de tamanho inferior a 1 he (ver quadro 7.20 e gráfico 7.10).

Assi, do total de propriedades, o 70,0%, umhas 835.000 em cifras absolutas, eram menores de 1 he. E, ademais, a maioria dessas unidades nom alcançavam as 0,5 hes. Concretamente, estavam por baixo deste límite umhas 654.000, que suponhiam o 54,8% do total.

As propriedades situadas no intervalo de 1-5 hes, que podemos catalogar de "mui pequenas"[167], eram também numerosas: umhas 261.000, representando o 21,9% do total. Em conjunto, mais do 90% dos proprietários (o 91,9% exactamente) possuíam umha extensom inferior a 5 hes.

Vemos, pois, que existia um predomínio numérico aplastante da propriedade de mui pequena dimensom. Hai que ter em conta, é certo, que os dados do Catastro tendem a exagerar a divisom da propriedade rústica, polas razons que explicamos mais atrás: a fragmentaçom artificial das terras de um mesmo proprietário, quando estas se repartem vários municípios; e a divisom fictícia de propriedades com o fim de quedar exentos do pago da contribuçom territorial rústica. Isto, sem embargo, nom afecta à validez da imagem geral e da conclusom principal que se desprende das cifras: o forte predomínio da mui pequena propriedade.

Agora bem, umha vez sentada essa característica principal, compre destacar também o número considerável de unidades que existiam tanto no intervalo de 5-10 hes como no de 10-50 hes. As propriedades de 5-10 hes eram umhas 58.000; e a cifra de propriedades médias, de 10-50 hes, superava as 36.000 (ver quadro 7.20 e gráfico 7.10).

---

166 Ver: GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución de la propiedad agrícola de España...", op. cit.; "Estado número 6" do seu anexo estatístico.

167 Para a atibuçom destes qualificativos, tomamos aqui as mesmas pautas ou límites seguidos no caso das exploraçons, e que coincidem também com os adoptados por Abel Bouhier (ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1117-1133).

Quadro 7.20. Distribuçom da propriedade da terra por classes de tamanho. Número de proprietários e estimaçom da superfície possuída polos proprietários de cada categoria. Galiza 1959

-NUMERO DE PROPRIETARIOS.

Tamanho da propriedade (hes.)	Número de proprietários.	Distribuçom em percentagem.
< 0,5 hes.	653854	54,8%
0,5-1 he.	180818	15,2%
1-5	261054	21,9%
5-10	58257	4,9%
10-50	36328	3,0%
50-100	1189	0,1%
>=100 hes.	670	0,1%
TOTAL	1192170	100,0%

-SUPERFICIE POSSUIDA (Estimaçom).

Tamanho da propriedade (hes.)	Superfície (hes.)	Distribuçom em percentagem.
< 0,5 hes.	130771	4,7%
0,5-1 he.	126572	4,5%
1-5	522110	18,6%
5-10	407798	14,5%
10-50	653903	23,3%
50-100	83203	3,0%
>=100 hes.	884820	31,5%
TOTAL	2809177	100,0%

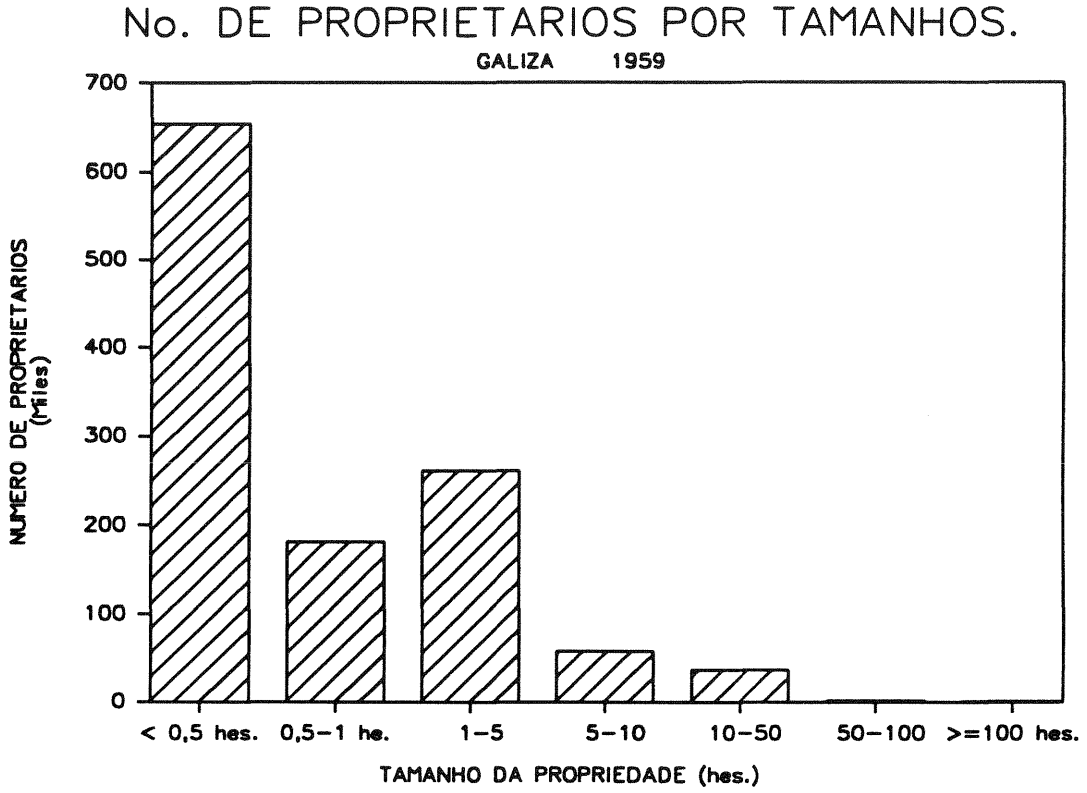
-Superfície média por proprietário	2,36 hes.

Fonte:
-Número de proprietários:
*GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución de la propiedad agrícola de España en las diferentes categorías de fincas.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 30, janeiro-março 1960, Estado no. 3.
*Elaboraçom própria.

-Superfície: Cifras estimadas.

Ver os quadros A.7.2. e A.7.3. no Anexo estatístico, e as explicaçons sobre os cálculos realizados que oferecemos no "Anexo metodológico no. 2 ao capítulo VII".

Gráfico 7.10.



Essa preséncia importante da mediana propriedade aparecia oscurecida, ao analisar os dados em termos relativos, polo grande número de mui pequenas unidades (assi, as de 5-10 hes representavam só o 4,9% do total, e as de 10-50 hes unicamente o 3,0%). E isso explica a escassa atençom que habitualmente se tem prestado a esse feito. Sem embargo, como acabamos de ver, um exame mais pausado das cifras pom claramente de manifesto a relativa importáncia que tinham as propriedades médias (em cifras absolutas).

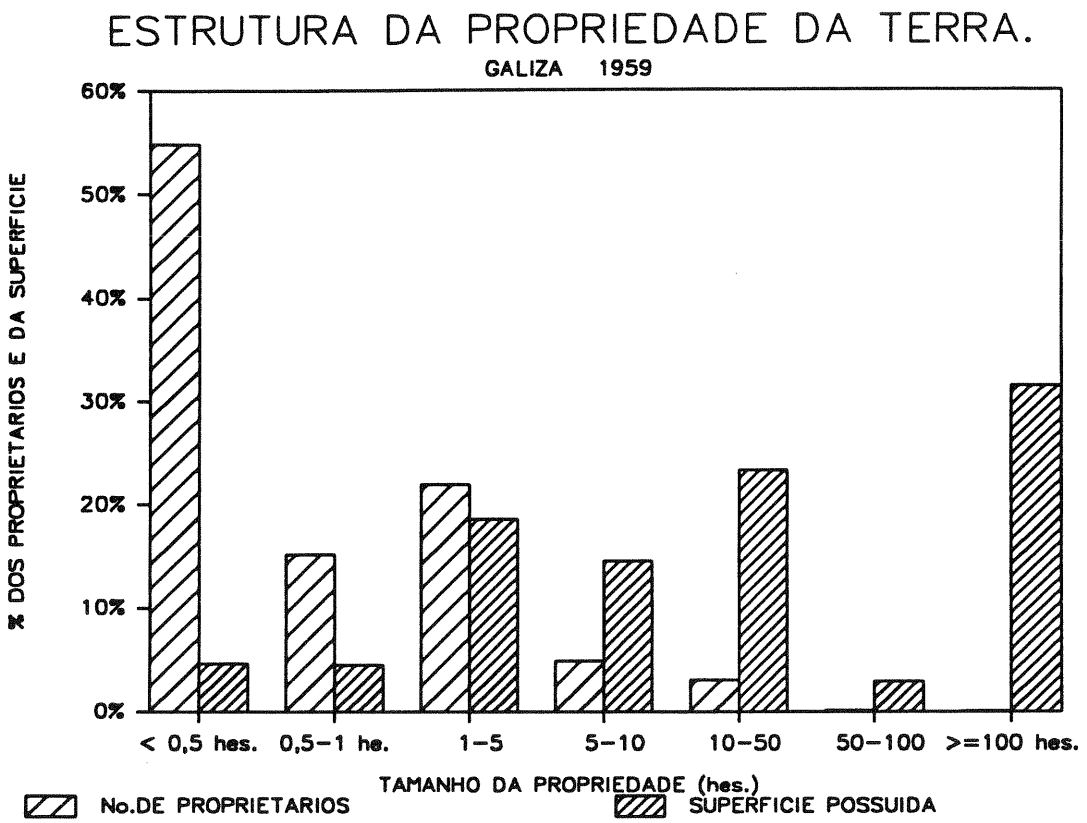
Por encima das 50 hes de tamanho si que o número de propriedades era já mui pequeno, ainda que nom totalmente despreciável: havia em concreto 1.189 no intervalo de 50-100 hes, e 670 que superavam as 100 hes de extensom. Compre apontar, isso si, que dentro deste último grupo figuravam 135 propriedades de dimensom superior às 1.000 hes, e delas 23 superavam as 5.000 hes[168].

Os comentários anteriores referiam-se às cifras de propriedades por classes de tamanho. Se examinamos **a superfície ocupada polos**

[168] Ver as cifras mais desagregadas por classes de tamanho, que oferecemos no quadro A.7.2 do Anexo estatístico.

diferentes grupos ou categorias, podemos comprovar que a situaçom era desde este ponto de vista mui diferente. Isto ve-se de forma imediata no gráfico 7.11, no que representamos as duas distribuçons em termos percentuais (a do número de propriedades, e a da superfície ocupada por elas).

Gráfico 7.11.



Lembramos que este segundo tipo de cifras (as referidas à distribuçom da superfície), procedem de umha estimaçom; e portanto, nom podemos atribuir-lhes a mesma precisom que aos dados sobre o número de proprietários. Pero, ainda deixando umha marge de erro, as conclusons nom oferecem dúvidas:

i. Em primeiro lugar, as propriedades de tamanho superior a 100 hes, que em número eram 670, o 0,1% do total, ocupavam segundo os nossos cálculos umhas 885.000 hes, o 31,5% da superfície imponível no Catastro (ver gráfico 7.11 e quadro 7.20). Este feito nom require, a estas alturas da exposiçom, maiores aclaraçons. A imensa maioria dessas grandes propriedades correspondem-se com montes públicos ou comunais; e mais

concretamente com montes vizinhais em mao comum, ainda que muitos deles apareceram declarados no Catastro como património dos concelhos[169].

Excluídas essas extensons, quedava pois em maos de proprietários particulares algo menos do 70% da superfície imponível; em números redondos ao redor de 2.000.000 de hes. Fixemo-nos agora na distribuçom desta superfície entre os diferentes grupos (ver gráfico 7.11 e quadro 7.20).

ii. Observamos aí que as propriedades de tamanho inferior a 1 he, que em número eram o 70% do total, ocupavam unicamente o 9,2% da superfície imponível. E o conjunto das menores de 5 hes, o 91,9% do total, repartiam-se só o 27,8% das terras.

Ainda a risco de ser reiterativos, é necessário chamar a atençom sobre estes dados. Porque o que nos indicam é que, se os proprietários mui pequenos eram absolutamente predominantes em número, estavam longe de se-lo no que se refire à ocupaçom do território; posto que unicamente possuiam (deixando umha marge de erro) o 25%-30% das terras.

iii. No seguinte intervalo, as propriedades (ainda pequenas) de 5-10 hes, que eram o 5% do total, ocupavam umha parte significativa da superfície: o 14,5%.

iv. E muito mais importante ainda era o peso territorial das propriedades médias. Estas, as de 10-50 hes, repartiam-se umhas 650.000 hes, o que suponhia o 23,3% da superfície total.

v. Por último, a preséncia da grande propriedade particular era em cámbio bastante pequena, ainda que maior do que ocorria para as grandes exploraçons, segundo vimos no seu momento. Concretamente, as propriedades de 50-100 hes, em maos de particulares na sua imensa maioria, ocupavam umhas 80.000-85.000 hes, o 3,0% do total. Se a isto

---

169 Abel Bouhier oferece algumha precisom sobre o carácter dessas grandes propriedades, maiores de 100 hes, baseando-se para isto numha cala dos documentos catastrais. Dacordo com as suas observaçons, a prática totalidade das unidades maiores de 500 hes que figuram no Catastro som montes públicos e comunais. Por baixo deste umbral isso seguia sendo certo pero com matizes: *"...parmi les propriétaires de 100 à 250, et même de 250 à 500 ha figurent d'assez nombreux particuliers."* (BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1119)

De todos modos, esta matizaçom nom afecta substancialmente aos dados sobre a superfície ocupada polas propriedades públicas e comunais; posto que das 885.000 hes correspondentes ao conjunto de propriedades maiores de 100 hes, as de 100 a 500 hes ocupavam menos de 100.000 (ver o quadro A.7.3 do Anexo estatístico).

sumamos as propriedades particulares maiores de 100 hes[170], pode estimar-se em 120.000-150.000 a superfície total das grandes propriedades em maos de particulares.

b. Os dados oferecidos pola "Estadística de propietarios de fincas rústicas de España" de 1947-1951.

Como já indicamos, as cifras que esta estatística oferece para Galiza procedem dos "amillaramientos", posto que na data em que foi realizada nom se iniciara ainda aqui a elaboraçom do Catastro. Apesar disso, e das grandes deficiéncias que se atribuem habitualmente aos "amillaramientos", os dados parecem ter umha fiabilidade mais que aceptável[171]. Imo-nos servir pois destes dados para completar a imagem obtida das cifras catastrais.

Nos quadros de resultados da "Estadística de propietarios de fincas rústicas" diferenciam-se trés tipos de superfícies: "cultivada em regadio", "cultivada em secano", e "montes e pastos"; oferecendo, a nível provincial, a distribuçom da propriedade de cada um desses tipos de terras[172]. Aqui figura, por um lado, a cifra de proprietários classificados segundo a extensom possuída; e, polo outro, a distribuçom da superfície entre as diferentes categorias ou grupos de proprietários. Os dados que resultam para o conjunto de Galiza reproduzimo-los nos **quadros 7.21 a 7.24**. Fazemos a continuaçom um breve recorrido por estas cifras, comentando os aspeitos mais relevantes que aí se observam.

Começando polas cifras globais, o número total de proprietários de fincas rústicas em Galiza a finais da década dos 40 era, dacordo com esta fonte, de 856.300. Daí resultava umha extensom média por proprietário entre 3,40 e 3,10 hes, segundo contabilicemos ou nom nos dados de superfície os terreos improdutivos[173] (ver quadro 7.21).

---

[170] Ver a nota anterior.

[171] Ao menos isto é o que se desprende da comparaçom dos seus resultados com os do Catastro; entre umhas e outras cifras existe umha coeréncia mais que aceptável.

[172] Nom aparece em cámbio nos resultados publicados a estrutura da propriedade referida à superfície total; polo que nom é possível um contraste totalmente preciso com os dados do Catastro.

[173] O que na estatística se denomina "Otras superficies".

Vemos, pois, que o número de proprietários é aqui inferior num 25% aproximadamente aos registados polo Catastro umha década depois; e, correlativamente, o tamanho médio da propriedade é superior num 25%-30%. Esta divergéncia, com ser importante, nom resulta excessiva, se temos em conta a diferente procedéncia da informaçom. E em parte pode explicar-se polo período que média entre a recolhida de uns e outros dados, período durante o qual a cifra de proprietários entre os que se divide a superfície rústica de Galiza, aumentou com toda seguridade[174].

Feita essa aclaraçom, nos quadros 7.22 a 7.24 pode ver-se a distribuçom da propriedade para os trés tipos de superfícies diferenciados nesta estatística (cultivada em regadio, cultivada em secano, montes e pastos).

i. Observamos em primeiro lugar que, do total de proprietários antes sinalado (856.300), os que possuiam terras cultivadas em regadio eram uns 336.000, correspondendo a cada um deles umha média de 0,41 hes. Neste tipo de superfícies predominavam de forma abrumadora as propriedades menores de 1 he, que constituiam o 95% do total e repartiam-se as 3/4 partes das terras (ver quadro 7.22).

   Portanto, as superfícies de cultivo em regadio, de umha extensom globalmente reduzida em Galiza, si registavam um extraordinário grau de divisom da sua propriedade.

ii. Essa divisom era menos intensa, ainda que também mui forte, no caso da superfície cultivada em secano, que ocupava umha parte muito maior do território galego. Concretamente, as 560.000 hes deste tipo de terras estavam repartidas entre uns 675.000 proprietários, o que significa que 8 de cada 10 proprietários de fincas rústicas possuiam algumha finca de cultivo em secano; e extensom média por cada um deles era de 0,83 hes.

   Numericamente, predominavam também aqui os proprietários com menos de 1 he, pero a superfície distribuia-se a partes iguais entre esse grupo e o dos que tinham 1-5 hes. Em cámbio, eram mui poucos os proprietários com mais de 5 hes de terras cultivadas em secano (ver quadro 7.23).

iii. Por último temos as superfícies de monte e pastos, que, segundo esta estatística, ocupavam a finais da década dos 40 mais dos 2/3 do território galego. A distribuçom da sua propriedade apresentava a primeira vista um grau de divisom muito menor que nos casos anteriores; pero isto necessitava ser matizado.

---

[174] Mais adiante, na terceira parte da investigaçom, referimo-nos aos factores que condicionam a evoluçom no tempo do grau de divisom da propriedade da terra. Aí poderám encontrar-se os argumentos em que nos baseamos para fazer essa afirmaçom com relaçom às tendéncias na décadas dos 50.

Em total, as superfícies de monte e pastos repartiam-se entre uns 685.000 proprietários, cada um dos quais possuia umha média de 2,86 hes (ver quadro 7.24). Agora bem, a estrutura da propriedade destas terras oferecia umha imagem dual ou bipolar; na que destacavam os 2.617 proprietários com extensons superiores a 50 hes, e que sumavam um total de 895.000 hes de monte e pastos, o 45,7% da cifra global. Resulta evidente que o que aqui aparece registado som fundamentalmente montes públicos e comunais, ainda que também figurem grandes propriedades florestais de particulares. Ao respeito, parece-nos digno de destacar a similitude dessa cifra, oferecida pola "Estadística de propietarios de fincas rústicas", com as que obtinhamos no Censo agrário de 1962 e no Catastro de rústica. Isto, na nossa opiniom, avala a validez em termos gerais da estatística que estamos comentando.

Excluíndo essas grandes propriedades, as que quedavam eram em eséncia as superfícies de monte e pastos de propriedade particular. E para estas o grau de divisom nom era mui diferente do que víamos para as terras cultivadas em secano. Assi: numericamente eram abrumadora maioria os proprietários que tinham menos de 2 hes de monte e pastos, pero no reparto da superfície era similar a ocupada polas propriedades de 2-5 hes. Em cámbio, os proprietários com mais de 5 hes (e menos de 50) deste tipo de terras eram mui poucos, e possuiam também umha parte reduzida da superfície (ver quadro 7.24).

Em definitiva, pois, esta estatística referida a finais dos anos 40, permite precisar qual era a distribuçom da propriedade da terra para os diferentes tipos de superfícies, completando deste modo o que vimos antes a partir das cifras, mais fiáveis, do Catastro. **Como principais conclusons podemos reter que:1) a divisom da propriedade era especialmente aguda nas terras de aproveitamento mais intensivo (as de cultivo em regadio); 2) nom havia, em cámbio, diferéncias substanciais neste aspeito entre a superfície cultivada em secano e os montes e pastos de propriedade particular.**

Quadro 7.21. Superfície total, número de proprietários de terras, e superfície média por proprietário. Galiza 1950

-Superfície (miles de hes.)	
-Cultivada em regadio.....	137,4
-Cultivada em secano.....	561,1
-Montes e pastos.....	1959,3
-"Otras superficies".....	257,6
-Total	2915,4
-Número de proprietários (miles).....	856,3
-Superfície média por proprietário (hes.).....	3,40

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA, Estadística de propietarios de fincas rústicas de España. Cuaderno cuarto: Resúmenes globales y generales rectificados de las 50 provincias., INE, Madrid, 1951.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.22. Superfície de cultivo em regadio; distribuçom dos proprietários e da superfície por categorias de tamanho da propriedade. Galiza 1950

	CIFRAS ABSOLUTAS (2)		PERCENTAGENS	
Tamanho (1)	Número de propriet.	Superfície (hes.)	Número de propriet.	Superfície
< 1 he.	318768	104248	94,9%	75,8%
1-2 hes	12999	20078	3,9%	14,6%
2-5 hes.	4120	11866	1,2%	8,6%
>= 5 hes.	127	1361	0,0%	1,0%
TOTAL	336014	137553	100,0%	100,0%
Superfície média por proprietário (hes.).....		0,41		

(1) Refire-se à superfície de cultivo em regadio que possue cada proprietário.
(2) Número de proprietários com superfície de cultivo em regadio, e superfície de cultivo em regadio possuída polos de cada categoria.

Fonte: ver quadro anterior.

Quadro 7.23. Superfície de cultivo em secano; distribuçom dos proprietários e da superfície por categorias de tamanho da propriedade. Galiza 1950

Tamanho (1)	CIFRAS ABSOLUTAS (2) Número de propriet.	Superfície (hes.)	PERCENTAGENS Número de propriet.	Superfície
< 1 he.	523373	248978	77,7%	44,4%
1-2 hes	94299	130285	14,0%	23,2%
2-5 hes.	52532	149387	7,8%	26,6%
5-10 hes.	2698	18365	0,4%	3,3%
>= 10 hes.	809	14062	0,1%	2,5%
TOTAL	673711	561077	100,0%	100,0%

Superfície média por proprietário (hes.)..... 0,83

(1) Refire-se à superfície de cultivo em secano que possue cada proprietário.
(2) Número de proprietários com terras de cultivo em secano; e superfície de cultivo em secano possuída polos de cada categoria.

Fonte: ver quadro 7.21.

Quadro 7.24. Superfície de monte e pastos; distribuçom dos proprie--tários e da superfície por categorias de tamanho da propriedade. Galiza 1950

Tamanho (1)	CIFRAS ABSOLUTAS (2) Número de propriet.	Superfície (hes.)	PERCENTAGENS Número de propriet.	Superfície
< 2 hes.	555250	465234	81,0%	23,7%
2-5 hes.	104223	361874	15,2%	18,5%
5-10 hes.	17522	129920	2,6%	6,6%
10-50 hes.	6084	107060	0,9%	5,5%
>= 50 hes.	2617	895182	0,4%	45,7%
TOTAL	685696	1959270	100,0%	100,0%

Superfície média por proprietário (hes.)..... 2,86

(1) Refire-se à superfície de monte e pastos que possue cada proprietário.
(2) Número de proprietários de terras de monte e pastos; e superfície de monte e pastos possuída polos de cada categoria.

Fonte: ver quadro 7.21.

2.2.3. As divergéncias espaciais dentro de Galiza; a estrutura da propriedade da terra por províncias (1959).

Ao igual que sucedia para a estrutura dimensional das exploraçons, a distribuçom da propriedade da terra diferia também notavelmente entre as províncias galegas. O regime de pequena propriedade, que em conjunto caracterizava a Galiza, nom era algo uniforme, senom que apresentava importantes matizes e gradaçons espaciais; e estes reflectiam-se claramente nos dados por províncias. Imos examinar aqui a magnitude e o contido destes contrastes, baseando-nos nas cifras do Catastro de rústica para finais de 1959[175].

Um primeiro indicador, ainda que imperfecto, da situaçom, constitue-o a dimensom média da propriedade em cada província. Aqui observam-se já nitidamente as fortes divergéncias existentes. Assi, esta dimensom alcançava em Lugo as 4,62 hes, o doble da média galega; mentres que em Pontevedra, a província com umha propriedade mais dividida, a superfície média por proprietário era só de 1,37 hes **(ver quadro 7.25)**. Quedavam com valores intermédios, e próximos à média galega, as outras duas províncias: A Corunha (2,09 hes) e Ourense (2,17 hes).

Quadro 7.25. Superfície imponível, número total de proprietários de terras, e superfície média por proprietário. Cifras para as 4 províncias galegas 1950.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Superfície imponível (hes.) .	746190	945067	692894	425026
-Número total de proprietários	357455	204651	319840	310224
-Superfície média por proprietário (hes.)	2,09	4,62	2,17	1,37

Fonte: GARCIA-BADELL Y ABADIA, Gabriel, "La distribución de la propiedad agrícola de España en las diferentes categorías de fincas.", op. cit.
Elaboraçom própria (corregindo a cifra total de superfície e de proprietários nas províncias de Ourense e Pontevedra).

---

175 Para nom sobrecargar em excesso a exposiçom, prescindimos de analisar os dados por províncias oferecidos pola outra fonte vista anteriormente, a "Estadística de propietarios de fincas rústicas" de 1947-51. Estes dados podem encontrar-se nos **quadros A.7.4 a A.7.7 do Anexo estatístico.**

Essas cifras constituem um primeiro índice dos contrastes provínciais. Pero um indicador, como dixemos, imperfecto; porque aí estám contabilizadas conjuntamente as terras de propriedade particular e as grandes unidades de titularidade pública ou colectiva. Para obter umha imagem mais precisa e detalhada da realidade, devemos fixar-nos na distribuçom das propriedades e da superfície por classes de tamanho em cada província **(ver quadro 7.26, e gráficos 7.12 e 7.13)**[176].

Observando estes dados, comprova-se que as diferéncias na estrutura da propriedade tinham um notável paralelismo com as que antes vimos na estrutura das exploraçons. Feito este que reflecte algo que depois analisaremos polo miudo: a correspondéncia que em termos gerais existia a meiados de século no agro galego, entre propriedade e exploraçom.

Assi, **as duas províncias meridionais eram as que registavam umha maior divisom da propriedade da terra**, com um predomínio mais acusado dos patrimónios de mui reduzida extensom; e isto acompanhava-se de um forte peso, em termos da superfície ocupada, das propriedades maiores de 100 hes, é dizer, dos montes públicos e comunais. Nestas duas províncias, Ourense e Pontevedra, a distribuçom da propriedade rústica vinha definida por três características esenciais (ver quadro 7.26, e gráficos 7.12 e 7.13):

i. O marcado predomínio numérico das propriedades de tamanho inferior a 1 he, que constituiam em ambos casos o 75%-80% do total. Estas, ademais, correspondiam na sua grande maioria a unidades menores de 0,5 hes (mais do 60% do total das propriedades nas duas províncias).

ii. A segunda característica era a elevada proporçom da superfície total que ocupavam as propriedades maiores de 100 hes. As cifras concretas que figuram no quadro 7.20 e o gráfico 7.13 devem tomar-se com reservas, já que, como temos insistido, trata-se de estimaçons; e, ao ser reduzido o número de unidades neste grupo, a marge de erro é maior. Pero, ainda assi, os dados nom deixam lugar a dúvidas sobre o peso destas propriedades nas duas províncias. Como tampouco existem dúvidas sobre o tipo de unidades aí registadas: montes vizinhais na sua imensa maioria.

iii. Por último, tinham umha importáncia bastante reduzida nestas províncias as propriedades de 5-10 hes, e sobretodo as de 10-50 hes. Referindo-nos em concreto a este segundo grupo, as propriedades médias suponhiam unicamente o 0,5% do total em Ourense, e o 1,3% em Pontevedra; e ocupavam, respectivamente, o 4,2% e o 16,7% da superfície.

---

[176] Aí figura a distribuçom em termos percentuais; as cifras absolutas reproduzimo-las nos quadros A.7.2 e A.7.3 do Anexo estatístico.

Quadro 7.26. Estrutura da propriedade da terra nas 4 províncias galegas. Distribuçom percentual dos proprietários e da superfície por classes de tamanho da propriedade. 1959.

-DISTRIBUÇOM DOS PROPRIETARIOS POR TAMANHO DA PROPRIEDADE.

Tamanho da propriedade (hes.)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 0,5 hes.	56,3%	28,5%	63,9%	61,2%
0,5-1 he.	12,9%	18,5%	12,5%	18,4%
1-5	21,4%	32,6%	20,6%	16,7%
5-10	5,0%	12,4%	2,4%	2,3%
10-50	4,2%	7,7%	0,5%	1,3%
50-100	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
>= 100 hes.	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	(357.455)	(204.651)	(319.840)	(310.224)

-DISTRIBUÇOM DA SUPERFICIE ENTRE AS PROPRIEDADES DOS DIFERENTES TAMANHOS. (Cifras estimadas)

Tamanho da propriedade (hes.)	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
< 0,5 hes.	5,4%	1,2%	5,9%	8,9%
0,5-1 he.	4,3%	2,8%	4,0%	9,4%
1-5	20,5%	14,1%	19,1%	24,4%
5-10	16,9%	18,9%	7,7%	11,8%
10-50	36,0%	30,2%	4,2%	16,7%
50-100	5,7%	1,7%	1,7%	2,9%
>=100 hes.	11,2%	31,1%	57,4%	26,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(Total hes.)	(746.190)	(945.067)	(692.894)	(425.026)

Fonte: idem quadro 7.20.

Gráfico 7.12.

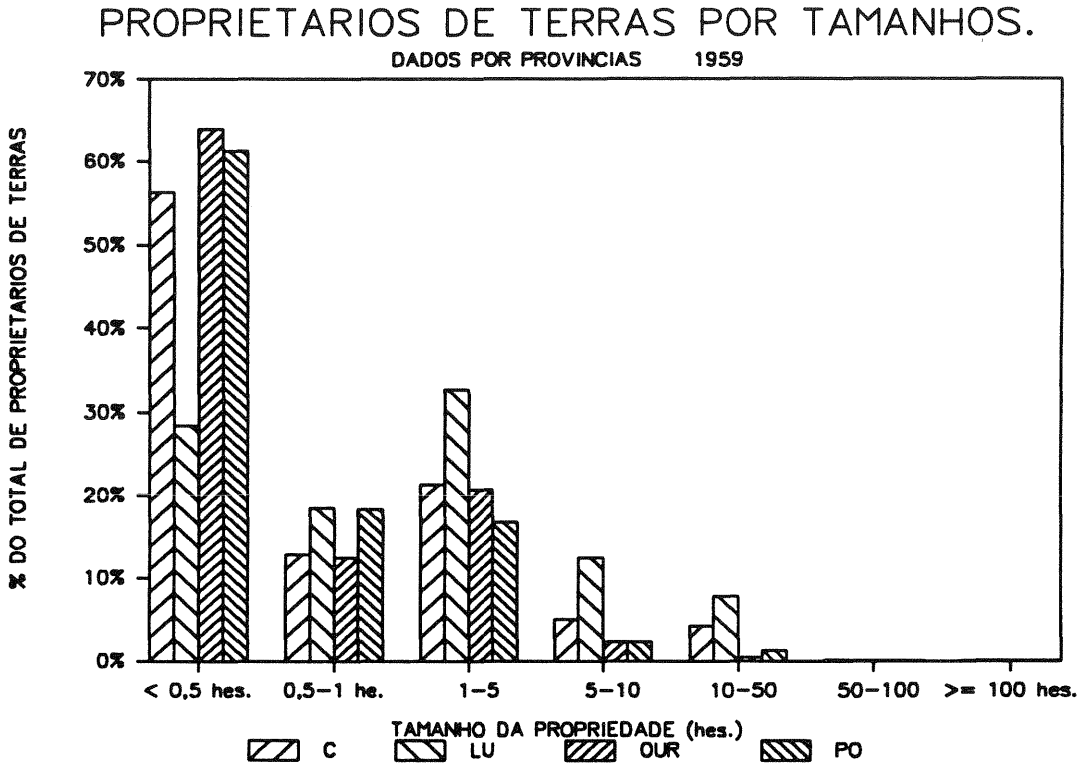
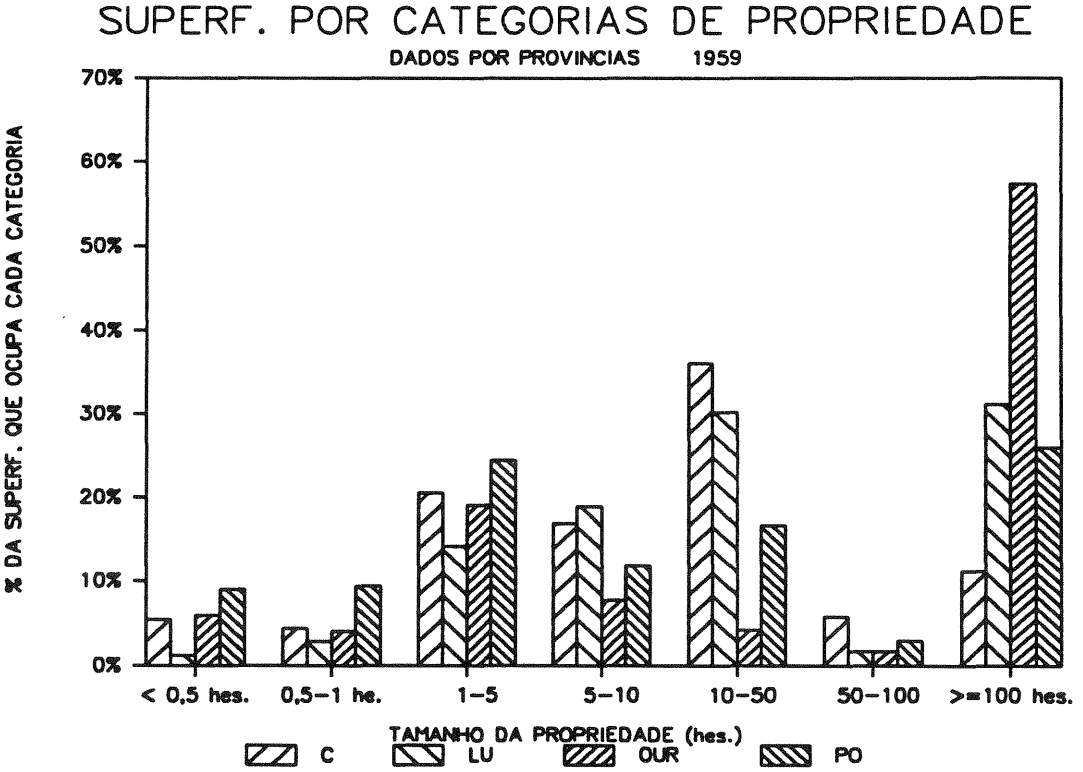


Gráfico 7.13.



Comparado com isso, **a estrutura da propriedade rústica existente nas duas províncias septentrionais** apresentava diferéncias significativas (ver quadro 7.20, e gráficos 7.12 e 7.13):

i. Nestas províncias, e sobretodo na de A Corunha, era muito menor a parte da superfície ocupada polas grandes unidades de propriedade pública ou colectiva, como se recolhe nas cifras referidas às propriedades maiores de 100 hes.

ii. As grandes propriedades particulares, em cámbio, dentro de um peso global reduzido, tinham aqui umha preséncia muito mais importante que nas duas províncias meridionais; destacando de novo neste aspeito A Corunha. Sobre isto chama atençom A. Bouhier, baseando-se numha cala da informaçom do Catastro por municípios[177]. Nos dados a nível provincial que estamos manejando esse feito reflecte-se também: no número comparativamente elevado de propriedades de 50-100 hes e de 100-250 hes que som registadas na província de A Corunha[178]; mentres estavam praticamente ausentes aqui as unidades maiores de 500 hes.

iii. A diferéncia quantitativamente mais relevante nom se referia, sem embargo, às grandes propriedades particulares, senom às propriedades médias (de 10-50 hes), e às de 5-10 hes. A importáncia destas duas categorias de propriedades era mui superior nas províncias septentrionais. Assi, sumando os dous grupos, as propriedades de 5 a 50 hes representavam o 20,1% do total em Lugo, e o 9,2% em A Corunha, frente ao 3%-3,5% nas províncias de Ourense e Pontevedra; e essas propriedades ocupavam nas duas primeiras províncias ao redor do 50% da superfície total, frente ao 10%-25 nas duas meridionais.

iv. O anterior correspondia-se com um peso muito menor nestas duas províncias, e sobretodo em Lugo, das propriedades de tamanho inferior a 1 he. No médio ficavam as (mui pequenas) propriedades de 1-5 hes, as quais, ainda que com matizes, apresentavam um peso bastante uniforme nas 4 províncias.

Em definitiva, pois, **reencontramos na estrutura da propriedade o "corte estrutural" entre a metade septentrional e a metade meridional de Galiza, que viamos ao analisar o tamanho das exploraçons. Corte ou**

---

177 Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1118-1119.

178 Assi, nesta província estavam 608 das 1189 propriedades de 50-100 hes contabilizadas no conjunto de Galiza em 1959; e 186 das 319 de 100-250 hes. Ver as cifras detalhadas reproduzidas nos quadros A.7.2 e A.7.3 do Anexo estatístico.

ruptura marcado polo límite das 5 hes de dimensom. Nas duas províncias meridionais predominava de forma abrumadora a mui pequena propriedade, sendo reduzida a importância das propriedades particulares maiores de 5 hes. Nas duas septentrionais, em cámbio, as propriedades de 5-10 hes, e as de 10-50 hes tinham umha grande relevância, ocupando em conjunto o 50% (aproximadamente) da superfície total.

Até aqui a análise da situaçom por províncias. Para a estrutura da propriedade da terra nom disponhemos de dados a nível municipal recopilados sistematicamente, polo que nom é possível oferecer umha representaçom cartográfica sobre essa estrutura, como a realizada para as exploraçons[179]. E, portanto, nom podemos tampouco efectuar aqui um estudo sistemático da situaçom por concelhos.

De todos modos, si contamos com umha descriçom detalhada sobre o particular, efectuada por Abel Bouhier, que se baseou para isto numha ampla cala nos documentos catastrais a nível municipal[180]. Obviamente nom imos repetir aqui a sua exposiçom. Aos nossos efeitos abonda com sinalar a principal conclusom que se desprende dessa descriçom: as divergéncias que existiam entre umhas e outras comarcas no referido ao tamanho das propriedades, correspondiam-se de forma bastante estreita com as que vimos mais atrás para a estrutura dimensional das exploraçons.

2.2.4. As relaçons entre propriedades e exploraçons; uns primeiros dados sobre este tema.

Várias vezes aludimos já ao paralelismo ou correspondéncia que, em termos gerais, existia em Galiza a princípios dos 60, entre a estrutura das exploraçons e a distribuçom da propriedade da terra. E vimos em concreto como isso se

---

[179] Isto só seria factível para a província de Pontevedra, onde si contamos com dados publicados sobre a distribuçom da propriedade rústica nos diversos municípios a princípios da década dos 60. Ver:
-MINISTERIO DE AGRICULTURA. DIRECCION GENERAL DE AGRICULTURA, Mapas provinciales de suelos. Pontevedra. op. cit., Apéndice 4.

[180] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1117-1133.

manifestava claramente no plano espacial. Agora é o momento de analisar com maior detenimento essa questom: as relaçons entre propriedades e exploraçons.

Com o fim de oferecer umha primeira aproximaçom ao tema, imos comparar a continuaçom as cifras de propriedades e de exploraçons por grupos de tamanho que vimos anteriormente. Isto é, para a distribuçom da propriedade tomamos os dados do Catastro de rústica referidos a 31-12-1959; e para as exploraçons os dados do Censo agrário de 1962.

No apartado seguinte completaremos e precisaremos o estudo das relaçons que existiam entre propriedade e exploraçom, examinando os regimes de tenéncia da terra.

Para começar, no **quadro 7.27** temos reproduzidas as cifras relativas ao número total e a superfície média das propriedades e das exploraçons em Galiza em 1959/1962. Aí podemos ver que: i) o número de exploraçons censadas em 1962 (421.000 em cifras redondas), era aproximadamente 1/3 da cifra de propriedades existentes polas mesmas datas (1.192.000); ii) e, em correspondéncia com isso, a superfície média por exploraçom (5,75 hes), era 2,4 vezes superior à extensom média por proprietário (2,36 hes).

Quadro 7.27. Comparaçom entre a dimensom média da propriedade e da exploraçom. Galiza 1959/1962

	Propriedades (1959)	Exploraçons (1962)
-Número total de unidades.....	1192170	421292
-Superfície média (hes.)	2,36	5,75

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras do Catastro de rústica e do Censo agrário de 1962, respectivamente.
Ver quadros 7.5 e 7.20.

Portanto, a primeira conclusom a destacar é que **a divisom da terra do ponto de vista das unidades de produçom, com ser mui forte, era muito menos intensa que a que se registava na propriedade. Das cifras do quadro anterior deriva-se que cada exploraçom agrária estava constituída, por termo médio, pola agrupaçom das terras de 2,8 proprietários diferentes; resultando assi um tamanho**

médio das unidades de produçom 2,4 vezes superior ao das propriedades[181].

Essa conclusom, que se obtém para o conjunto de Galiza a partir dos dados estatísticos globais, aparece confirmada em estudos referidos a zonas determinadas do nosso agro, e baseados em informaçom de procedéncia diferente. Em concreto, podemos citar aqui o estudo realizado a princípios da década dos 60 para duas parróquias do partido judicial de Negreira, na província de A Corunha, utilizando como base empírica os dados das "Bases de Concentración Parcelaria" e inquéritos directos sobre o terreo[182]. Dacordo com os seus resultados, as 244 hes de SAU que formavam a zona investigada, estavam divididas entre 328 proprietários, cada um dos quais possuia umha média de 0,74 hes. Pola sua parte, o número de exploraçons era de 104 e o seu tamanho médio de 2,35 hes; portanto, cada exploraçom agrupava por termo médio as terras de 3 proprietários diferentes[183].

Os próprios autores do estudo precisam algo mais no texto a imagem geral que se desprende dessas cifras:

"La explotación agrícola (...) está constituída, por lo general, por tierras de diferentes procedencias que suelen ser las del propio empresario, su cónyuge y la de otros familiares que viven en su domicilio o residen en América. Por término medio esta explotación comprende las tierras pertenecientes a cuatro o cinco propietarios diferentes. Tan sólo el

---

181 Este feito nom era específico de Galiza. Tanto no conjunto do Estado como nas diferentes regions espanholas, dava-se a mesma situaçom (menor cifra e maior tamanho médio das exploraçons, comparado com as propriedades); ainda que a relaçom concreta entre umhas e outras cifras variava entre diferentes áreas.

Sobre isto consultar a análise que se oferece no trabalho:

-GARCIA DE OTEYZA, Luis, Estudio sobre el tamaño de la propiedad y de la explotación en la Cuenca del Duero., S.N.C.P.O.R., Madrid, 1963, pp. 37-43.

182 O trabalho ao que nos referimos é:

-GARCIA DE OTEYZA, Luis/ BUENO GOMEZ, Miguel/ CRUZ CONDE, Fernando, Explotaciones agrarias familiares. Contribución a su estudio en la provincia de La Coruña., S.N.C.P.O.R., Madrid, 1963

183 Ver: GARCIA DE OTEYZA, Luis/ BUENO GOMEZ, Miguel/ CRUZ CONDE, Fernando, op. cit., pp. 28 e ss.

15 por 100 de las explotaciones estudiadas de Cabanas y el 22 por 100 de las de Barcala pertenecen exclusivamente a propietarios que son a su vez empresarios; las explotaciones en donde se da este fenómeno son en general explotaciones marginales o «part-time»."[184]

Com isso temos perfilada umha primeira visom global, sobre os vínculos que existiam na agricultura galega entre propriedade e exploraçom. Voltando aos dados estatísticos para o conjunto de Galiza, imos examinar agora a relaçom entre o número de propriedades e de exploraçons nas diferentes classes de tamanho; e também a relaçom entre a superfície ocupada polas propriedades e exploraçons dos diversos grupos. Para facilitar esta comparaçom elaboramos o **quadro 7.28 e os gráficos 7.14 e 7.15**, onde figuram conjuntamente umhas e outras cifras.

Em primeiro lugar, hai que apontar que a superfície total inscrita no Censo agrário de 1962 era inferior em quase 400.000 hes à superfície imponível no Catastro de rústica (ver quadro 7.28). Este feito tem um significado em si mesmo; porque nos indica que umha parte das propriedades catastradas nom estavam integradas em exploraçons agrárias, no sentido amplo em que as define o Censo agrário. Ou, noutras palavras, aquelas 400.000 hes correspondem a propriedades que estavam totalmente desvinculadas da produçom agrária. Aí figuravam com toda probabilidade muitas micro-propriedades abandonadas, e também grandes extensons florestais de propriedade particular[185].

Em qualquer caso, essa diferéncia entre a superfície total imponível e a censada em 1962, deve ter-se presente ao comparar as cifras por classes de tamanho.

Passando a esta comparaçom, observamos que o número de propriedades era superior ao de exploraçons em todas as categorias de dimensom, com a única excepçom, pouco significativa, do grupo de mais de 100 hes. E o mesmo sucedia para a superfície ocupada polas propriedades e exploraçons de cada tamanho: em todos os intervalos, exceptuando o das unidades maiores de 100 hes, a superfície das propriedades superava à ocupada polas exploraçons do mesmo tamanho. Agora bem, sendo isso certo, observa-se também que a magnitude das diferéncias, a relaçom entre o número de exploraçons e o de

---

[184] Ibidem, pag. 33.

[185] Consultar ao respeito a descriçom sobre a utilizaçom da terra nas grandes propriedades particulares, que realiza A. Bouhier baseando-se nos documentos catastrais. (BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1119-1121)

propriedades, variava muito de umhas a outras categorias ou grupos (ver quadro 7.28 e gráficos 7.14 e 7.15).

Quadro 7.28. Comparaçom entre a estrutura da propriedade da terra e a estrutura das exploraçons agrárias. Galiza 1959/1962

-COMPARAÇOM ENTRE O NUMERO DE PROPRIEDADES E DE EXPLORAÇONS POR TAMANHOS

Tamanho (hes.)	A Número de propriedades	B Número de exploraçons	A-B	B/A (%)
< 0,5 hes.	653854	85174	568680	13,0%
0,5-1 he.	180818	61116	119702	33,8%
1-5	261054	184957	76097	70,9%
5-10	58257	56549	1708	97,1%
10-50	36328	32224	4104	88,7%
50-100	1189	500	689	42,1%
>=100 hes.	670	772	-102	115,2%
TOTAL	1192170	421292	770878	35,3%

-COMPARAÇOM ENTRE A SUPERFICIE OCUPADA POLAS PROPRIEDADES E AS EXPLORAÇONS DE CADA TAMANHO.

Tamanho (hes.)	A Superfície das propriedades (hes.)	B Superfície das exploraçons (hes.)	A-B	B/A (%)
< 0,5 hes.	130771	19964	110807	15,3%
0,5-1 he.	126572	42481	84091	33,6%
1-5	522110	452826	69284	86,7%
5-10	407798	395033	12765	96,9%
10-50	653903	523305	130598	80,0%
50-100	83203	32109	51094	38,6%
>=100 hes.	884820	958260	-73440	108,3%
TOTAL	2809177	2424007	385170	86,3%

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras do Catastro de rústica e do Censo agrário de 1962.
Ver quadros 7.5 e 7.20.

Gráfico 7.14.

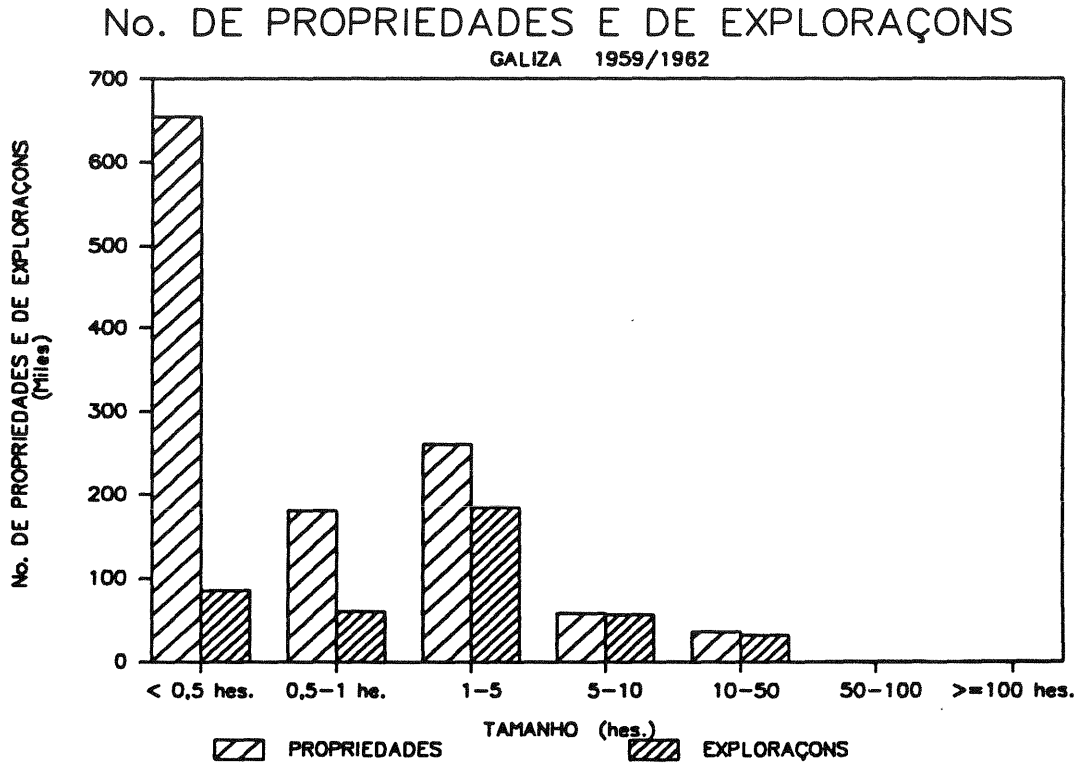
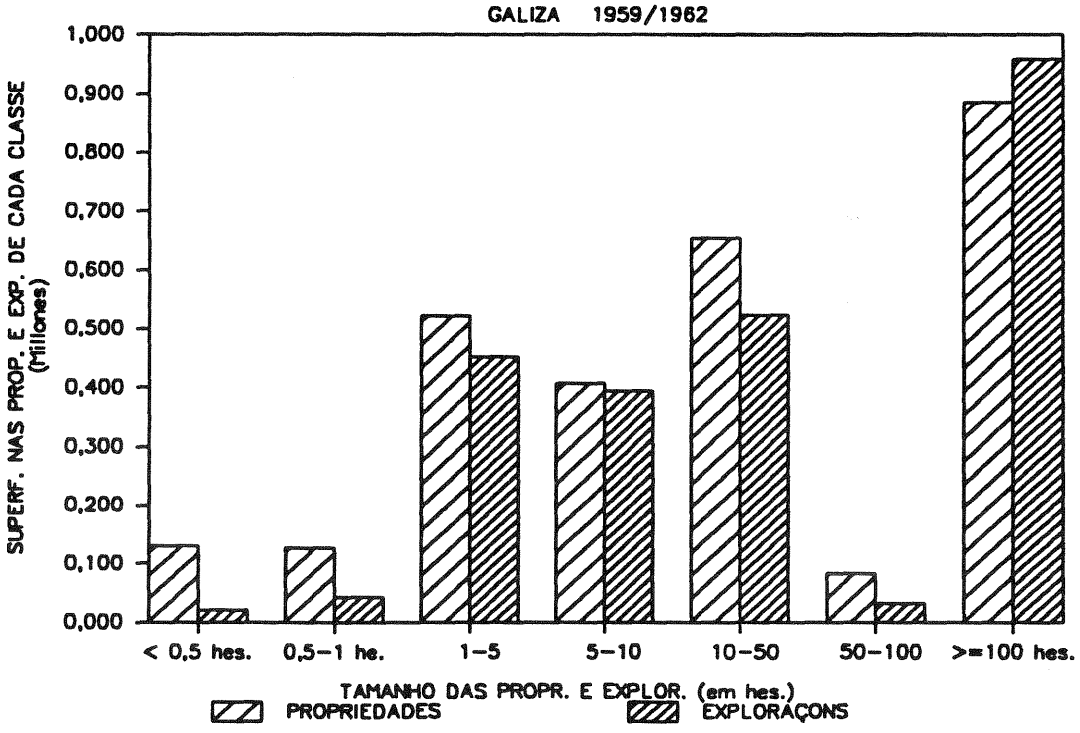


Gráfico 7.15.



A maior diferéncia registava-se nas categorias de tamanho mais reduzido. Assi, o número de exploraçons menores de 0,5 hes suponhia só o 13% do número de propriedades dessa mesma dimensom; em termos absolutos esta última cifra superava à primeira em quase 690.000 unidades.

A medida que ascendemos na escala a diferéncia reduzia-se, tanto em termos absolutos como relativos. Deste modo, a cifra de exploraçons de 0,5-1 he representava o 34% da de propriedades desse tamanho; e no intervalo de 1-5 hes essa relaçom elevava-se ao 71%. Chegando-se à categoria de 5-10 hes, onde o número de exploraçons era praticamente idéntico ao de propriedades; e à de 10-50 hes, onde ambas cifras estavam também mui próximas (o quociente era no primeiro grupo o 97%, e neste segundo o 88%).

Por último, no intervalo de 50-100 hes o número de exploraçons (e também a superfície que ocupavam) voltava ser mui inferior ao das propriedades desse tamanho (o 42,1% destas propriedades e o 38,6% da sua superfície); ainda que as cifras absolutas eram aqui pequenas[186].

Trataremos a continuaçom de interpretar o significado dessas cifras.

-A primeira conclusom que podemos extraer dos dados é que a variaçom esencial que se produzia em Galiza, ao passar das propriedades às exploraçons, consistia numha concentraçom (ou agrupaçom) da superfície (que se manifestava no tamanho médio mui superior das unidades de produçom); e essa concentraçom afectava fundamentalmente às propriedades de menor tamanho. Estas propriedades de dimensom inferior a 1 he, em mui poucos casos constituiam a base de umha exploraçom desse mesmo tamanho; segundo as cifras do quadro 7.28, isso só ocorria para o 13% dos patrimónios menores de 0,5 hes, e o 34% dos de 0,5 a 1 hes. O resto, a imensa maioria, estavam agrupados com outras propriedades numha mesma unidade de produçom. Nuns casos a uniom dava-se com outros patrimónios também mui pequenos, formando assi umha exploraçom algo maior pero ainda por baixo de 1 he. Noutros muitos casos essas "ultra-pequenas" propriedades constituiam um complemento de propriedades de maior tamanho, estando assi integradas em exploraçons de 1-5 hes, de 5-10 hes ou mesmo de 10-50 hes[187].

Em correspondéncia com o anterior, podemos afirmar que a grande maioria dos proprietários de extensons inferiores a 1 he, nom eram agricultores-titulares

---

[186] Deixamos de lado nos nestes comentários a categoria de tamanho superior a 100 hes, onde nom tem muito interesse, nem significado, analisar as relaçons entre propriedade e exploraçom, dado o tipo de propriedades que aí figuram.

[187] Mais adiante, ao examinar os regimes de tenéncia da terra nas exploraçons dos diferentes grupos, veremos dados que avalam esta afirmaçom.

de exploraçom. Concretamente, só uns 150.000 dos mais de 830.000 proprietários deste grupo, estavam nessa situaçom (ver quadro 7.28). Dos mais de 680.000 restantes, umha boa parte eram familiares dos titulares, que residiam e trabalhavam na exploraçom. Pero um elevado número destas propriedades, sem que podamos precisar a sua cifra, pertenciam a persoas que nom trabalhavam na agricultura e que residiam em núcleos urbanos de Galiza ou no exterior; antigos agricultores, ou herdeiros de antigos agricultores, que abandonaram o campo[188].

-O que acabamos de sinalar para as propriedades de tamanho inferior a 1 he era em parte aplicável às de 1-5 hes, pero em muita menor medida. A cifra de propriedades de 1-5 hes era também netamente superior à das exploraçons do mesmo intervalo de dimensom (261.000 frente a 185.000); polo que cabe pensar que umha parte (ao redor do 30%) dessas propriedades, sobretodo aquelas cujo tamanho superava só ligeiramente 1 he, estavam agrupadas com outras numha mesma exploraçom. Sem embargo, neste caso a diferéncia entre as cifras era muito mais moderada que na categoria anterior (a cifra de exploraçons de 1-5 hes suponhia o 71% da de propriedades no mesmo intervalo); de onde se desprende que a maior parte dos patrimónios de 1-5 hes deviam constituir a base de unidades de produçom desse mesmo estrato de tamanho, ainda que freqüentemente estiveram complementadas com terras de outros proprietários.

-Em terceiro lugar, as cifras confirmam algo que constatávamos já ao examinar a estrutura da propriedade e das exploraçons nas diversas províncias galegas: a existéncia de umha correspondéncia bastante estreita entre as propriedades de 5-10 hes e 10-50 hes, e as unidades de produçom destas mesmas categorias de tamanho. A grande similitude entre o número de exploraçons e de propriedades nesses grupos, pom de manifesto que as exploraçons médias (de 10-50 hes) tinham em geral a sua base em propriedades de umha dimensom similar; já pertenceram estas ao próprio agricultor, ou bem a membros doutros grupos sociais, estando cedidas em arrendamento ou aparçaria. E, do mesmo modo, as propriedades de 5-10 hes constituiam em geral a base de unidades de produçom do mesmo intervalo dimensional. Devemos precisar que aquelas eram a base principal (pero nom sempre exclusiva) destas unidades; porque em muitas das exploraçons de 5-10 hes e

---

[188] Isso que se deduze das nossas cifras aparece corroborado pola descriçom que efectua A. Bouhier sobre a "condiçom social" destes mui pequenos proprietários. Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1131-1133.

10-50 hes, a superfície complementava-se ademais com terras correspondentes a propriedades menores de 1 he ou de 1-5 hes[189].

-Quedam-nos por comentar finalmente os dados referidos à categoria de 50-100 hes. O feito de que o número de exploraçons censadas neste grupo fora mui inferior ao das propriedades do mesmo tamanho, dentro sempre de umhas cifras absolutas reduzidas, confirma as observaçons que realiza ao respeito A. Bouhier, tomando como base os documentos catastrais e inquéritos efectuados sobre o terreo. Dacordo com a sua análise, as propriedades particulares de tamanho superior a 50 hes, que pertenciam na sua quase totalidade a membros da alta burguesia ou profissionais liberais, apareciam com freqüência divididas em duas ou mais exploraçons, trabalhadas por arrendatários ou caseiros. Noutros casos, só estava cedida para o seu trabalho umha porçom das terras, reservando-se o dono a maior parte da superfície dessa grande propriedade, que dedicava à produçom florestal[190]. Portanto, a maior parte destas grandes propriedades nom eram a base de exploraçons do mesmo tamanho, senom de umha ou várias exploraçons menores (em geral no intervalo de 10-50 hes); ou bem as suas terras estavam fora da produçom agrária. Pois bem, isso reflecte-se, nos dados que agora comentamos, em que a cifra de exploraçons de 50-100 hes em 1962 suponhia só o 42% do número de propriedades deste tamanho; e umha relaçom similar existia entre a superfície ocupada por umhas e outras (ver quadro 7.28).

Recapitulando a exposiçom anterior, podemos salientar estas **conclusons:**

i. **A forte divisom que apresentava em Galiza a propriedade da terra, via-se notavelmente atemperada ao passar às unidades de produçom, devido a que em cada exploraçom estavam agrupadas por termo médio as terras de 2,8 proprietários.**

ii. **Essas agrupaçons afectavam principalmente às propriedades inferiores a 1 he, e em menor medida também às de 1-5 hes. A resultante era o reforçamento relativo na estrutura das exploraçons, e comparado com a estrutura da propriedade, das categorias de 1-5 hes, e sobretodo as de 5-10 e 10-50 hes. Mentres que a percentagem de exploraçons**

---

[189] De novo remitimo-nos, para a completa justificaçom das nossas afirmaçons, aos dados que depois veremos sobre os regimes de tenéncia.

[190] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1119-1121.

menores de 1 he, era muito menor que a proporçom representada polas propriedades desse tamanho.

Portanto, os mecanismos de cesom das terras tinham como resultante neta umha redistribuçom de superfícies, desde as categorias de propriedades de menor tamanho em favor das exploraçons daqueles grupos intermédios.

iii. Ao lado da tendéncia básica citada, registava-se também outra, ainda que esta tinha umha importáncia quantitativa muito menor: a reasignaçom de superfícies desde as grandes propriedades particulares (maiores de 50 hes), em favor da categoria de exploraçons de 10-50 hes. Fenómeno este que se correspondia com o feito de que muitas dessas grandes propriedades apareciam divididas em duas ou mais exploraçons, trabalhadas em arrendamento ou aparçaria.

Em suma, pois, vemos que, sendo certo que existia umha correspondéncia geral entre a estrutura das exploraçons e a distribuçom da propriedade da terra, a relaçom entre umhas e outras unidades (propriedades e exploraçons), se a examinamos com detenimento, apresentava umha notável complexidade.

-Umha breve referéncia aos dados por províncias.

Isso que constatamos para o conjunto de Galiza cumplia-se também, em termos gerais, para cada umha das 4 províncias. Em todas elas o número de exploraçons era mui inferior ao de proprietários; e, correlativamente, o tamanho médio das unidades de produçom era mui superior ao das propriedades.

Hai que sinalar, nom obstante, que nas cifras concretas havia importantes diferéncias entre as províncias. Nom nos estamos referindo aqui às variaçons que existiam tanto na estrutura da propriedade como na das exploraçons; senom às que se registavam na relaçom entre umha e outra.

Num extremo situava-se a província de Ourense, onde o número de propriedades era 3,4 vezes superior ao de exploraçons; ou, noutras palavras, cada unidade de produçom incluia por termo médio as terras de 3,4 proprietários diferentes. E no outro estava Lugo, onde a cifra média de propriedades por exploraçom baixava a 2,2. No médio quedavam A Corunha e Pontevedra, com uns valores para essa relaçom de 2,8 e 2,9, respectivamente **(ver quadro 7.29)**.

Quadro 7.29. Comparaçom entre a dimensom média das propriedades e das exploraçons em cada umha das 4 províncias galegas. 1959/1962

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
1. Número de proprietários...	357455	204651	319840	310224
2. Número de exploraçons.....	127445	91358	94184	108305
1/2	2,8	2,2	3,4	2,9
3. Superfície média das propriedades (hes.) ..	2,09	4,62	2,17	1,37
4. Superfície média das exploraçons (hes.) ...	4,55	9,13	7,02	3,23
4/3	2,2	2,0	3,2	2,4

Fonte: elaboraçom própria a partir das cifras do Catastro de rústica e do Censo agrário de 1962 oferecidas em quadros anteriores.

Nom dispomos de umha explicaçom acabada para essas divergéncias provinciais, no que respeita ao grau de divisom da propriedade das terras que formavam cada exploraçom. Sem embargo, a título de hipótese, parece-nos digno de destacar a correlaçom que existe entre esse aspeito e os tipos de sistemas herditários predominantes na agricultura de cada umha das províncias. Assi, Ourense, que como acabamos de ver era a província na que a superfície de cada exploraçom aparecia dividida entre um maior número de proprietários, caracterizava-se já desde muito tempo atrás polo predomínio absoluto, em todo o território provincial, do sistema herditário das "partilhas", a partiçom igualitária entre todos os co-herdeiros. E de forma simétrica, Lugo era a província onde tinha mais força e estava mais extendido o sistema da "melhora" (que levava a transmitir a maior parte do património a um dos herdeiros). A correlaçom entre os dous aspeitos cumple-se também para as outras duas províncias, que, com diferéncias entre elas, ocupavam também no referido às características dos sistemas herditários umha posiçom intermédia[191].

---

[191] Em relaçom com este tema, consultar a análise que realizamos no trabalho:
-LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Os sistemas herditários e a problemática da reproduçom das exploraçons na agricultura galega. As transferéncias de capital a cada geraçom ligadas à propriedade da terra.", em:
PUY FRAGA, Pedro (Coord.), Estudios en Homenaje al profesor Carlos G. Otero Díaz., Universidade de Santiago de Compostela. Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago de Compostela, 1991, pp. 233-271.

Isso é coerente, ademais, com umha das conclusons que se obtenhem ao examinar os efeitos dos sistemas herditários sobre a estrutura das exploraçons, na agricultura galega. Dacordo com esta conclusom, o carácter mais ou menos igualitário dos sistemas de transmissom do património, nom se deixa sentir principalmente num maior ou menor tamanho das exploraçons, senom sobretodo numha maior ou menor divisom da propriedade das terras que integram cada exploraçom[192].

Apesar disto, e do sugerente que é a correlaçom, reiteramos que se trata só de umha hipótese explicativa para aquelas divergéncias, e nom de umha explicaçom acabada e firme.

2.3. OS REGIMES DE TENÉNCIA DA TERRA (1950/1962).

Para completar o estudo sobre as estruturas fundiárias que estavam configuradas na agricultura galega a meiados do século actual, imos examinar por último os modos de tenéncia da terra. Com isto, unido ao visto nas páginas anteriores, teremos umha imagem relativamente precisa das relaçons que existiam entre propriedade e exploraçom.

Iniciaremos a nossa exposiçom com umhas breves notas de carácter conceptual, referidas à definiçom dos diferentes regimes de tenéncia, e às perspectivas desde as que pode abordar-se a sua descriçom estatística.

Entrando já na análise propriamente dita, veremos em primeiro lugar a importáncia global que em Galiza tinham os diversos modos de tenéncia da terra a meiados do século XX. Para isto serviremo-nos dos dados oferecidos por várias fontes estatísticas, elaboradas todas elas entre 1950 e 1962.

Conhecidas as cifras globais, passaremos depois a um estudo mais detalhado da situaçom que se registava neste aspeito. Analisando, por um lado, as divergéncias que se constatavam segundo o tamanho das exploraçons; e polo outro, as variaçons existentes, no que respeita aos modos de tenéncia da terra, dentro da geografia galega. Aqui utilizaremos como base empírica as cifras do Censo agrário de 1962, que é, das fontes disponíveis sobre o tema nestes anos, a mais fiável e a que oferece umha informaçom mais completa.

---

[192] Ver o estudo que oferecemos no trabalho citado na nota anterior.

2.3.1. Precisons conceptuais.

a. A definiçom dos diferentes regimes de tenéncia da terra.

Os regimes ou modos de tenéncia da terra definem-se em funçom da relaçom existente entre: o empresário agrário, e o proprietário das terras que formam a sua exploraçom. Assi podemos distinguir, de entrada, duas situaçons:

-A tenéncia directa ou em propriedade: se o empresário é proprietário das terras que trabalha.

-A tenéncia indirecta: quando as terras que integram a exploraçom nom pertencem ao empresário, senom a outra persoa, que lhe cede o direito de uso sobre as mesmas a cámbio de umha contraprestaçom.

Dentro das formas de tenéncia indirecta é habitual, à sua vez, distinguir duas grandes modalidades ou tipos de cesom: o arrendamento e a aparçaria. As diferéncias entre um e outro regime refirem-se a dous aspeitos: a aportaçom do proprietário da terra ao capital da exploraçom, e a forma que adopta a contraprestaçom ou renda. No contrato de arrendamento o proprietário limita-se à cesom da terra, por um período de duraçom variável, a cámbio de umha renda fixa. Na aparçaria, em cámbio, o proprietário, ademais de ceder as terras, participa nos gastos da exploraçom; e a contraprestaçom pagada polo aparceiro consiste numha determinada proporçom do produto[193].

Tenéncia directa, arrendamento e aparçaria; estes som os trés modos de tenéncia da terra diferenciados normalmente nos estudos e nas estatísticas, completando-se a classificaçom nalguns casos com umha quarta rúbrica residual, na que figuram as situaçons que nom encaixam em nengumha das trés categorias citadas.

Esse esquema classificatório, ademais de simple, parece a primeira vista claro. Na prática, sem embargo, a realidade é, na agricultura de qualquer país, muito mais complexa. E isto fai que a fronteira entre os diferentes regimes de tenéncia nom seja sempre nítida, e que nos encontremos numerosas situaçons ou

---

[193] Sobre a conceptualiçom geral dos regimes de tenéncia, consultar por exemplo:
-BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière. Les modes de faire-valoir., INRA, Paris, 1972, pp. 23 e ss.
-SEVILLA GUZMAN, Eduardo / GAMIZ LOPEZ, Antonio, "Estructura espacial de las formas de tenencia de la tierra en España.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 74, janeiro-março 1971, pp. 7-75; pp. 10-13.

modalidades de difícil classificaçom. Assi ocorre, por exemplo, com as cesons de terras efectuadas ao titular da exploraçom por membros da sua família; ou com os contratos de cesom verbais (de familiares ou nom), que podem adoptar formas extremadamente variáveis[194].

Aqui nom pretendemos discutir em detalhe esses e outros problemas. Pero o que si resulta necessário, assumindo que toda classificaçom estatística implica umha simplificaçom da realidade, é aclarar os conceitos concretos adoptados. Imos exponher, pois, as definiçons utilizadas no Censo agrário de 1962, que será, como dixemos, a principal base empírica da análise que efectuamos neste apartado. Na classificaçom oferecida por este Censo diferenciam-se os trés regimes de tenéncia habituais (propriedade, arrendamento e aparçaria), deixando umha quarta rúbrica residual: "Otros regímenes de tenencia". As definiçons som as seguintes[195]:

-*"Tierras en propiedad. Se consideran como tales aquellas sobre las que el empresario o su familia tienen derecho de propiedad, con título escrito o sin él; los patrimonios familiares; y las que han sido explotadas pacífica e ininterrumpidamente por el empresario o su familia durante 30 años como mínimo y sin pago de renta."*

-*"Tierras en arrendamiento. Un empresario lleva en arriendo una tierra si disfruta de los aprovechamientos de la misma mediante el pago de un canon o renta, ya sea en metálico, ya en especie o en ambas cosas a la vez."*

-*"Tierras en aparcería. Son aquellas cedidas temporalmente por el propietario al empresario (aparcero) mediante el pago de un tanto por ciento del producto obtenido o su equivalente en efectivo."*

-*"Otros regímenes de tenencia. Se incluyen en este apartado las tierras no comprendidas en alguno de los regímenes de tenencia anteriores: las explotadas gratuitamente, en fideicomiso, en litigio, en*

---

[194] Em relaçom com estes problemas, ver por exemplo:
-BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière... op. cit., pp. 24-25.

[195] Ver: INE, Primer censo agrario de España 1962. Resúmenes nacionales., INE, Madrid, 1966, pag. XV.

precario, los censos y foros, las tierras comunales, etc."

O principal ponto a destacar nessas definiçons, em relaçom aos conceitos gerais que antes perfilamos, é a inclusom dentro das terras em tenéncia directa de todas as superfícies que som propriedade de membros da família do empresário, já residam e trabalhem na exploraçom ou nom[196]. Isto significa, noutras palavras, que o sujeito em relaçom ao qual se define o modo de tenéncia nom é o empresário-persoa individual, senom a unidade familiar. As terras pertencentes a membros desta unidade, ainda que formem propriedades diferentes e assi figurem registadas no Catastro de rústica, som classificadas polo Censo agrário em tenéncia directa[197].

Por outro lado, o problema mais importante que apresenta a classificaçom do Censo, a efeitos da interpretaçom das cifras, é a ambigüidade ou indeterminaçom da rúbrica "Otros regímenes de tenencia"; posto que esta rúbrica *"engloba tanto formas de cultivo directo como indirecto impidiendo su deslinde."*[198] De todos modos, como depois veremos, as conseqüéncias práticas deste problema para a nossa análise nom som mui relevantes.

b. As duas perspectivas possíveis para a análise estatística dos regimes de tenéncia da terra.

O estudo dos regimes de tenéncia da terra pode efectuar-se desde dous pontos de vista. O primeiro consiste em examinar a distribuçom da superfície

---

196 Posto que sobre isto último nom se fai nengumha especificaçom.

197 Este critério é o empregado habitualmente também nas estatísticas doutros países, ainda que com duas matizaçons: nalguns casos só se consideram em tenéncia directa as terras propriedade de familiares que residem e trabalham na exploraçom; noutros o critério é a gratuidade ou nom da cesom, considerando-se em tenéncia directa as superfícies cedidas gratuitamente por qualquer membro da família.
Sobre isto ver: BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété... op. cit., pag. 24.

198 GOMEZ MENDOZA, Josefina, "Ausencia de un modelo unilineal de evolución de los regímenes de tenencia en el siglo XX.", em:
VARIOS, Estructuras y regímenes de tenencia de la tierra en España., Secretaría General Técnica MAPA, Madrid, 1987, pp. 143-185; pag. 156.

total das exploraçons entre os diferentes modos de tenéncia, fazendo abstracçom das unidades de produçom em que aparece dividida essa superfície. A segunda perspectiva é a análise do reparto das exploraçons agrárias segundo o regime de tenéncia das terras que as formam; o que pode fazer-se classificando-as simplesmente em funçom do regime dominante, ou bem, de forma mais detalhada, distinguindo vários grupos de exploraçons, que recolham as diversas combinaçons de modos de tenéncia diferentes numha mesma unidade de produçom.

Na exposiçom que oferecemos a continuaçom utilizamos dados correspondentes a essas duas perspectivas.

2.3.2. A importância global dos diferentes regimes de tenéncia da terra em Galiza; análise das cifras suministradas por diversas fontes estatísticas para os anos 1950-1962.

a. Panorámica das estatísticas disponíveis.

O melhor documento estatístico com o que contamos para o estudo dos modos de tenéncia da terra nos anos centrais deste século, é, como já foi apontado, o primeiro Censo agrário, realizado em 1962. Sem embargo, disponhemos também de algumhas estatísticas anteriores que oferecem informaçom sobre o tema, elaboradas todas elas na primeira metade da década dos 50. Estas fontes som útiles, porque nos permitem conhecer a importáncia dos diferentes modos de tenéncia a princípios deste decénio de 1950, e ver as tendéncias registadas no período 1950-1962.

Cronologicamente, a primeira estatística sobre os regimes de tenéncia da terra elaborada em Espanha na posguerra, foi a realizada em 1950 polo "Instituto de Estudios Agro-Sociales", recopilando a informaçom suministrada polas "Jefaturas Agronómicas Provinciales". Os seus resultados fórom publicados em 1952 por Luis García de Oteyza[199], e tenhem sido empregados depois em diversos estudos[200].

---

[199] Ver: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro-dezembro 1952, pp. 46-64.

[200] Ver por exemplo: SEVILLA-GUZMAN, Eduardo / GAMIZ LOPEZ, Antonio, "Estructura espacial de las formas de tenencia...", op. cit.

Nestes resultados figuram, para cada província, dous tipos de cifras: a distribuçom por regimes de tenéncia da superfície cultivada; e o número de titulares de exploraçom classificados segundo o modo de tenéncia das terras que trabalham. No que respeita ao seu grau de fiabilidade, a forma na que foi obtida a informaçom fai que as cifras desta fonte nom podam considerar-se como totalmente precisas[201]. Pero existe umha coincidéncia geral em sinalar a validez destes dados em termos gerais[202], em especial se tomamos as cifras relativas, que é o que nós faremos aqui.

Aparte dessa estatística, dedicada especificamente ao tema, hai outras trés, aparecidas entre os anos 1950 e 1956, que oferecem também informaçom sobre os regimes de tenéncia da terra. Trata-se em concreto de: o "Censo de población" de 1950, e as "Encuestas Agropecuarias" de 1953 e 1956. As trés som fontes já utilizadas anteriormente nesta investigaçom, polo que nom é necessário reiterar de novo as suas características gerais (forma de obtençom da informaçom, organismo responsável da sua elaboraçom, etc.).

O tipo de dados que suministram, no aspeito que agora nos ocupa, é nos trés casos o mesmo: o número de titulares de exploraçom distribuídos segundo o modo de tenéncia das terras. Nas "Encuestas Agropecuarias" os titulares som classificados em funçom do modo de tenéncia predominante. Assi, nas cifras distinguem-se os "propietarios cultivadores diectos", os arrendatários, e os aparceiros; disponhendo que, nos casos em que numha mesma exploraçom se combinam terras baixo diferentes regimes, se tenha só em conta o que afecta à

---

201 Cousa esta que advirte o próprio García de Oteyza na publicaçom dos resultados. Ver:
-GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación...", op. cit., pp. 50-51.

202 Esta é por exemplo a opiniom que expressam Sevilla-Guzmán e Gamiz López no trabalho já citado. Ver:
-SEVILLA-GUZMAN, Eduardo / GAMIZ LOPEZ, Antonio, op. cit., pag. 22.
Josefina Gomez Mendoza, pola sua parte, alude à "innegable bondad" desta estatística. Ver:
-GOMEZ MENDOZA, Josefina, "Ausencia de un modelo unilineal...", op. cit., pag. 155.

maior parte da superfície[203]. No "Censo de población" de 1950, em cámbio, a classificaçom é mais detalhada: nela figuram por um lado os grupos de titulares com todas as terras baixo um mesmo regime; e depois outras rúbricas que recolhem as combinaçons de superfícies em regimes diferentes[204].

Resumindo: para os anos 1950-1956 contamos com 4 estatísticas diferentes que oferecem dados sobre a distribuçom dos titulares de exploraçom segundo o modo de tenéncia das terras; e umha destas fontes aporta também dados sobre a superfície em cada regime, referidos em concreto à superfície cultivada. A continuaçom imos examinar o que indicam esses diversos tipos de cifras para o conjunto de Galiza; depois veremos os dados do Censo agrário de 1962. Deste modo poderemos conhecer a importáncia global dos diferentes regimes, e as suas tendéncias no período 1950-1962.

b. A importáncia dos diferentes regimes de tenéncia da terra na agricultura galega nos anos 1950-1956.

No **quadro 7.30** apresentamos as cifras de titulares por modos de tenéncia da terra, oferecidas para Galiza por: a estatística do "Instituto de Estudios Agro-Sociales" de 1950, e as "Encuestas Agropecuarias" de 1953 e 1956[205]. Tendo em conta a diferente procedéncia dos dados, hai que destacar de entrada a sua similitude, e em concreto a proximidade entre as cifras em termos relativos das trés fontes; o que em princípio avala a sua validez aproximada.

Estes dados indicam que entre os titulares de exploraçom galegos, eram claramente maioria os "propietarios cultivadores directos", que representavam o 61,2% do total segundo a primeira fonte, e ao redor do 72% do total dacordo com as "Encuestas Agropecuarias".

---

[203] Ver:
-GONZALEZ GALINDO, Antonio, "Resultado de la Encuesta Agropecuaria 1953.", Revista Sindical de Estadística, no. 34, pag. 3.
-GONZALEZ GALINDO, Antonio, "Encuesta Agropecuaria 1956.", Revista Sindical de Estadística, no. 53, pag. 3.

[204] As rúbricas concretas podem ver-se no quadro 7.31, onde reproduzimos as cifras desta fonte para Galiza.

[205] O detalhe destas cifras para as 4 províncias galegas pode encontrar-se nos **quadros A.7.8 a A.7.11 do Anexo estatístico.**

Sem embargo, como se deduze já dessas cifras, havia também umha proporçom considerável de agricultores que trabalhavam terras pertencentes, na sua totalidade ou maior parte, a outros proprietários. Dentro destes agricultores, o número mais elevado correspondia a arrendatários: um 27,8% do total de titulares segundo os dados de 1950, e ao redor do 20% nas duas "Encuestas Agropecuarias". Pero a cifra de aparceiros, ou caseiros, estava assimesmo longe de ser irrelevante: entre o 8% e o 11% dos titulares, segundo a estatística que tomemos. Em conjunto, e dando-lhe a esses dados um carácter aproximativo, vemos que entre 1/4 e 1/3 dos chefes de exploraçom trabalhavam principal ou exclusivamente terras de propriedade alheia, levadas na maioria dos casos em arrendamento.

Quadro 7.30. Distribuçom dos titulares de exploraçom segundo o regime de tenéncia das terras. Galiza 1950-1956
Panorámica das cifras oferecidas por diferentes fontes estatísticas.

CIFRAS ABSOLUTAS (número de titulares de exploraçom)

	A(1950)	B(1953)	C(1956)
-Proprietários cultivadores directos	254100	279672	405278
-Arrendatários	115600	79646	112473
-Aparceiros	45350	30227	42619
TOTAL	415100	389545	560370

PERCENTAGENS

	A(1950)	B(1953)	C(1956)
-Proprietários cultivadores directos	61,2%	71,8%	72,3%
-Arrendatários	27,8%	20,4%	20,1%
-Aparceiros	10,9%	7,8%	7,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fontes:
A: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro -dezembro 1952, pp. 46-64; pag. 63
B: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1953. (Cifras publicadas na "Revista Sindical de Estadística", no. 34)
C: JUNTA NACIONAL DE HERMANDADES / SERVICIO SINDICAL DE ESTADISTICA, Encuesta agropecuaria de 1956. (Cifras publicadas na "Revista Sindical de Estadística", no. 53)

Para ser mais rigorosos devemos fazer umha precisom. Como já foi sinalado, as cifras oferecidas pola estatística do "Instituto de Estudios Agro-Sociales" refirem-se só à superfície cultivada; e portanto os empresários estám aqui classificados em funçom do modo de tenéncia das terras cultivadas. Este feito, a exclusom dos prados e o monte, leva com toda probabilidade a umha sobreestimaçom nessas cifras do peso dos regimes de tenéncia indirectos[206]. Assi, podemos afirmar que, de incluir a totalidade da superfície, esse peso seria algo inferior, aproximando-se deste modo as cifras às oferecidas polas "Encuestas Agropecuarias".

A precisom anterior nom fai, pois, senom reforçar a coeréncia, a similitude, entre os dados das trés fontes. Estes amostram que **a princípios da década dos 50 a maioria das exploraçons agrárias galegas estavam em maos de agricultores-proprietários. Pero o predomínio destes nom era tam aplastante como sugire a imagem mais extendida. O feito de que ao redor de 1/4 dos agricultores trabalharam todas ou a maior parte das terras em arrendamento ou aparçaria, parece-nos algo digno de ser tido em conta; e matiza a imagem excesivamente monolítica ou arquetípica, do agro galego como umha agricultura de pequenos agricultores-proprietários.**

Nesta panorámica estatística quedam-nos por comentar as cifras suministradas polo "Censo de población" de 1950, que, por nom ser directamente comparáveis com as anteriores, figuram aparte, no **quadro 7.31.** As rúbricas nas que aparecem classificados aqui os titulares de exploraçom nom permitem, como dizemos, umha comparaçom directa destes dados com os das trés fontes precedentes. Pero, ainda assi, constata-se facilmente que a imagem que oferecem da realidade é bastante diferente do que acabamos de ver, sendo muito menor neste caso a presséncia dos modos de tenéncia indirectos.

Assi, dacordo com estas cifras do "Censo de población", o 86,0% dos empresários agrários existentes em Galiza em 1950 eram proprietários de todas as terras da sua exploraçom; o 8,9% levavam todas as superfícies em

---

206 Este sesgo é apontado, por exemplo, no estudo de E. Sevilla-Guzmán e A. Gamiz:

"al considerar para 1950 la superficie cultivable (...) damos un mayor peso al arrendamiento y la aparcería, que lógicamente se concentrarán en la tierra para cultivos." (SEVILLA-GUZMAN, Eduardo / GAMIZ LOPEZ, Antonio, op. cit., pag. 22)

arrendamento; o 1,6% todas em aparçaria; e o 2,8% combinavam terras próprias com outras arrendadas ou em aparçaria (ver quadro 7.31). Globalmente, pois, obtemos que só o 13,5% dos titulares de exploraçom trabalhavam algumha superfície em tenéncia indirecta.

Quadro 7.31. Distribuçom dos titulares de exploraçom segundo o regime de tenéncia das terras. Galiza 1950
Dados oferecidos polo "Censo de población" de 1950.

Regime de tenéncia das terras	Número de empresários	%
-Próprias	302277	86,0%
-Arrendadas	31214	8,9%
-Em aparçaria	5660	1,6%
-Próprias e arrendadas	8358	2,4%
-Próprias e em aparçaria	1386	0,4%
-Nom consta	2529	0,7%
TOTAL	351424	100,0%

Fonte: INE, Censo de población de España 1950; elaboraçom própria.

A notável divergéncia existente entre estes dados e os das trés estatísticas anteriores, obriga a perguntar-se quais merecem maior credibilidade. Em princípio, caberia pensar que som mais fiáveis as cifras do "Censo de población", posto que procedem de umha recolhida directa de informaçom dos próprios agricultores, cousa que nom sucede na estatística elaborada polo "Instituto de Estudios Agro-Sociales", nem tampouco nas "Encuestas Agropecuarias". Sem embargo, hai outro factor que opera em sentido contrário: estas últimas estatísticas tenhem como objectivo principal o conhecimento das estruturas agrárias, e em concreto dos regimes de tenéncia da terra; no "Censo de población", em cámbio, este tipo de informaçom nom só nom constitue a sua finalidade principal, senom que tem um carácter marginal, polo que probavelmente os dados recolhidos sejam mui imprecisos. De feito, esta última impressom confirma-se se contrastamos estes dados com os que oferece 12 anos depois o primeiro Censo agrário. A conclusom que se desprende desta

comparaçom é que o Censo de populaçom de 1950 subestima notavelmente a presência dos regimes de tenência indirectos da terra na agricultura galega[207].

Em resumo: é possível que na estatística do "Instituto de Estudios Agro-Sociales" e nas "Encuestas Agropecuarias", apareza sobreestimada a importância relativa que o arrendamento e a aparçaria tinham em Galiza a princípios da década dos 50; pero esta importância era, com toda seguridade, maior do que sugirem as cifras do Censo de populaçom de 1950. Tendo em conta a evidência empírica disponível, podemos estimar, a título meramente aproximativo, num mínimo do 20% a percentagem de titulares de exploraçom que trabalhavam todas ou a maior parte das terras em tenência indirecta.

Todos os dados que acabamos de comentar referiam-se ao número de agricultores, ou de exploraçons agrárias, classificados segundo o modo de tenência dominante nas suas terras. Das 4 estatísticas disponíveis para os anos 1950-1956, unicamente a elaborada polo "Instituto de Estudios Agro-Sociales" suministra informaçom sobre a superfície explorada em cada regime, informaçom que se refire em concreto à superfície cultivada.

Quadro 7.32. Distribuçom da superfície das exploraçons agrárias por regimes de tenéncia. Galiza 1950

	Superfície (1) (hes.)	%
-Tenéncia directa	407400	67,3%
-Arrendamento	131850	21,8%
-Aparçaria	66350	11,0%
TOTAL	605600	100,0%

(1) As cifras refirem-se à superfície cultivada.

Fonte: GARCIA DE OTEYZA, Luis, "Los regímenes de explotación del suelo nacional.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 1, outubro-dezembro 1952, pp. 46-64; pag. 53

Estas cifras indicam que das 605.600 hes de terras cultivadas existentes em Galiza em 1950, estavam trabalhadas directamente polo seu proprietário o 67,3%; o 21,8% eram levadas em arrendamento, e o 11,0% em aparçaria **(ver**

[207] Contrastar as cifras do quadro 7.31 com as homónimas do Censo agrário de 1962 que reproduzimos no quadro 7.35. De ser certos os dados do Censo de populaçom, resultaria que entre 1950 e 1962 se incrementou em Galiza o peso do arrendamento e a aparçaria; cousa que entra em contradiçom com o que apontam nom só o resto das cifras, senom também outro tipo de evidéncias. Veremos isto último mais adiante.

quadro 7.32). Se temos presentes as matizaçons feitas um pouco mais atrás sobre a validez ou fiabilidade desta estatística; e considerando que as cifras correspondem à superfície cultivada, onde a importância dos regimes de tenéncia indirectos é normalmente maior que para as terras de prados e monte. Tendo todo isto presente, **podemos estimar que da superfície total das exploraçons na agricultura galega em 1950, era trabalhada em propriedade o 75%-80%, o 10%-15% estava em arrendamento, e o 5%-10% em aparçaria.**

Imos ver agora a situaçom que regista em 1962 o primeiro Censo agrário, e as tendéncias que resultam para o período 1950-1962 da comparaçom entre os seus dados e os das estatísticas anteriores.

c. A distribuçom por regimes de tenéncia da superfície total das exploraçons agrárias, segundo o Censo agrário de 1962. As tendéncias registadas no período 1950-1962.

Iniciamos aqui a análise com as cifras referidas à superfície total censada, que reproduzimos no **quadro 7.33**. Estas cifras confirmam em primeiro lugar o predomínio em Galiza das terras trabalhadas em propriedade; assi, das 2.424.007 hes censadas em 1962, o 72,9% estavam em tenéncia directa. Sem embargo, os feitos que nos parecem mais salientáveis nesses dados som outros dous:

-Por um lado, a reduzida proporçom de superfície nos dous principais regimes indirectos: as terras trabalhadas em arrendamento só representavam o 5,6% do total, e as levadas em aparçaria o 3,5%.

-E por outro lado, o elevado volume de superfícies que aparecem classificadas na rúbrica residual "otros regímenes de tenencia": mais de 435.000 hes, suponhendo o 18,0% da superfície censada.

A primeira vista, portanto, a importância do arrendamento e a aparçaria era, segundo o Censo agrário de 1962, muito menor (aproximadamente 1/3) do que indicavam as estatísticas para princípios dos 50. Ainda que o elevado peso dos "outros regimes" fazia difícil precisar a situaçom, ao nom poder conhecer o volume global de terras em tenéncia indirecta.

Agora bem, à hora de interpretar estes dados para 1962, e também à hora de estabelecer comparaçons com as cifras vistas antes, compre ter presente que na superfície registada polo Censo agrário figuram nom só as terras de propriedade particular (que integram as exploraçons agrárias "propriamente

ditas"), senom também as de propriedade pública ou colectiva, que se correspondem com as exploraçons públicas e comunais. Em conseqüência, resulta necessário examinar separadamente os dados sobre os modos de tenéncia num e outro tipo de superfícies; e para a comparaçom com as cifras de 1950-56 devemos reter só os referidos ao primeiro tipo: as terras das exploraçons individuais.

Procedendo desse modo, e em concreto excluíndo nos dados do Censo agrário a superfície das exploraçons censadas maiores de 100 hes, obtenhem-se as cifras reproduzidas no apartado B do quadro 7.33. Aqui podemos ver que **das algo menos de 1.500.000 hes que integravam as exploraçons individuais, estavam em tenéncia directa ao redor de 1.200.000, o 82,3%.** Como sinalamos ao precisar as definiçons censais, nesta rúbrica figuram nom só as terras propriedade do titular da exploraçom, senom também as pertencentes a membros da sua família (residentes ou nom na exploraçom).

Quadro 7.33. Distribuçom da superfície das exploraçons agrárias por regimes de tenéncia. Galiza Censo agrário de 1962

A. TOTAL DE SUPERFICIE CENSADA (nas exploraçons de todos os tamanhos).

	Superfície (hes.)	%
-Tenéncia directa	1766818	72,9%
-Arrendamento	136912	5,6%
-Aparçaria	84790	3,5%
-Outros regimes de tenéncia	435487	18,0%
TOTAL	2424007	100,0%

B. SUPERFICIE CENSADA NAS EXPLORAÇONS DE TAMANHO INFERIOR A 100 HES. (Exploraçons agrárias "propriamente ditas")

	Superfície (hes.)	%
-Tenéncia directa	1206015	82,3%
-Arrendamento	133979	9,1%
-Aparçaria	72781	5,0%
-Outros regimes de tenéncia	52972	3,6%
TOTAL	1465747	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

Em arrendamento eram trabalhadas umhas 134.000 hes, o 9,1% do total; e em aparçaria ao redor de 73.000 hes, o 5,0%. Finalmente, quedavam umhas 53.000 hes, o 3,6% do total, classificadas na rúbrica de "outros regimes de tenéncia"; cifra esta nom despreciável pero si bastante reduzida, sobretodo se a comparamos com a percentagem que representava esta categoria na superfície total censada.

Globalmente, as terras trabalhadas baixo algumha forma de tenéncia indirecta sumavam em 1962 de 207.000 a 260.000 hes, segundo incluamos ou nom aqui os "outros regimes"; suponhendo o 14,1%-17,7% da superfície total das exploraçons individuais.

O contraste dessas cifras com as que ofereciam as estatísticas de princípios dos 50, sugire que durante o período 1950-1962 diminuiu na agricultura galega o volume de terras arrendadas e em aparçaria, aumentando paralelamente o predomínio das trabalhadas em propriedade. As mudanças nom fórom, com toda seguridade, de umha magnitude tam grande como a que se desprende da comparaçom directa entre estes dados do Censo agrário e, por exemplo, os oferecidos pola estatística do "Instituto de Estudios Agro-Sociales" (aumento da superfície em tenéncia directa do 67,3% em 1950 ao 82,3% em 1962, diminuçom da levada em arrendamento do 21,8% ao 9,1%, e da trabalhada em aparçaria desde o 11,0% ao 5,0%). Pero, ainda que de forma menos intensa, as citadas tendéncias si caracterizam a evoluçom neste período.

Em relaçom com isso, aparte do que amostram os dados estatísticos, encontramos as referéncias de alguns autores, baseadas em informaçons recolhidas directamente, que coincidem em sinalar o retrocesso em Galiza dos regimes de tenéncia indirectos durante a década dos 50. Retrocesso este que se deveu principalmente às compras efectuadas por caseiros ou arrendatários da propriedade das terras que vinham trabalhando.

Assi, A. Bouhier refire-se às adquisiçons polos caseiros da propriedade dos lugares que vinham explorando em aparçaria; e descreve como este processo, depois da sua ralentizaçom nos anos da Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial, se reanudou a partir de 1948-1950, continuando até 1960-1962[208]. Pola sua parte, R. Iturra, num estudo referido esta vez a umha àrea concreta de Galiza (a parróquia de Vilatuxe, no nordeste da província de Pontevedra), constata a existéncia de um importante processo de compras de terras por parte dos agricultores nos anos 1940-1960. Estas compras fórom efectuadas a grandes proprietários, que nom eram cultivadores directos, e supuxérom portanto um aumento da superfície trabalhada em propriedade polos agricultores. A sua

---

[208] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1168.

principal fonte de financiamento, segundo afirma o autor, foi o dinheiro obtido na emigraçom a América, ligado isto à oleada migratória transoceánica das décadas dos 40 e 50[209].

Vemos, pois, que **a evidéncia empírica disponível nom deixa lugar a dúvidas, sobre a evoluçom registada nos modos de tenéncia da terra ao longo do decénio dos 50 e primeiros anos 60. Prolongou-se assi neste período a tendéncia constatada no primeiro tércio do século: o progressivo acceso do campesinato à propriedade da terra mediante as compras de terras, processo este que veu complementar a conquista da propriedade que se produzira ao través da redençom foral.**

O resultado dessa evoluçom, como vimos, era que em 1962 o 82,3% da superfície das exploraçons individuais estava em tenéncia directa. De todos modos, a preséncia do arrendamento e a aparçaria era ainda relativamente significativa. Mais de 200.000 hes em termos absolutos, o 14,1% da superfície das exploraçons, é umha cifra modesta pero digna de ser tida em conta.

Imos examinar agora com maior detalhe os regimes de tenéncia da terra nesta data.

2.3.3. Os regimes de tenéncia da terra em 1962; estudo mais detalhado das cifras por categorias de exploraçons.

a. A distribuçom da superfície por modos de tenéncia nas exploraçons das diferentes classes de tamanho.

Aparte das cifras globais já vistas, os resultados do Censo agrário de 1962 permitem-nos conhecer, em primeiro lugar, as variaçons no peso de cada regime de tenéncia segundo o tamanho das exploraçons; ou, dito noutras palavras, a distribuçom por regimes de tenéncia que apresentava a superfície nas diferentes categorias de exploraçons. No **quadro 7.34** oferecemos os dados deste tipo

---

[209] Ver: ITURRA, Raúl, Antropología Económica de la Galicia Rural., Servicio Central de Publicacións. Consellería da Presidencia da Xunta de Galicia, Santiago, 1988, pp. 28-34.

correspondentes ao conjunto de Galiza, separando aqui os montes públicos e comunais (que identificamos com as exploraçons censadas maiores de 100 hes), das exploraçons agrárias individuais. Vejamos o que nos indicam as cifras.

Começando polos montes públicos e comunais, a prática totalidade da superfície repartia-se aqui entre a rúbrica das terras em tenéncia directa (o 58,5% do total), e a de "outros regimes" (o 39,9%). A preséncia tanto do arrendamento como da aparçaria era, em cámbio, praticamente insignificante neste tipo de extensons. Concretamente, da superfície total das exploraçons censadas maiores de 100 hes, só o 0,3% estavam arrendadas, e o 1,3% em aparçaria; e ademais, as terras nestes regimes correspondiam com toda probabilidade a exploraçons individuais (ou societárias) que superavam esse umbral das 100 hes.

Feita essa constataçom, resulta mui difícil, sem embargo, interpretar o significado das citadas cifras; posto que desconhecemos os critérios em base aos quais umha parte dos montes comuns fórom classificados como trabalhados em tenéncia directa polos seus proprietários, mentres outros se incluírom na rúbrica "outros regimes de tenéncia". A confusom que caracterizava a situaçom da propriedade dos montes vizinhais no momento de realizar-se o Censo de 1962, unido às diversas formas de exploraçom ou gestom destas terras (consórcios com o "Patrimonio Forestal del Estado", aproveitamento polos vizinhos), fam difícil saber com que se corresponde aquela diferenciaçom nos regimes de tenéncia; e mesmo cabe duvidar de que a classificaçom responda aqui a algum critério sistemático. Em conseqüéncia, os dados sobre os modos de tenéncia destas terras nom tenhem um significado claro.

Deixamos já de lado os montes comuns, para centrar-nos nas cifras que nos interessam mais directamente: as referidas às exploraçons agrárias individuais, formadas por terras de propriedade particular, onde a classificaçom por modos de tenéncia si tem um significado nítido.

Os dados globais para o conjunto destas exploraçons (as menores de 100 hes) fórom apresentados já anteriormente. Lembremos: o 82,3% da superfície estava em tenéncia directa, o 9,1% em arrendamento, e o 5,0% em aparçaria; quedando o 3,6% das terras na rúbrica de "outros regimes". O que agora queremos examinar é a situaçom, a importáncia dos diferentes modos de tenéncia, segundo o tamanho das exploraçons.

No quadro 7.34 podemos ver que a proporçom da superfície trabalhada em tenéncia directa oscilava em todas as categorias de exploraçons entre o 80% e o 84%. O predomínio deste regime era, pois, geral em todos os tamanhos, sendo as divergéncias de uns grupos a outros bastante reduzidas. No que respeita ao signo concreto das variaçons, nom existia tampouco umha tendéncia mui definida. A proporçom de terras em propriedade registava o seu valor mais baixo nas exploraçons de menor dimensom (o 80,6% nas menores de 1 he), e

tendia globalmente a elevar-se a medida que ascendíamos a grupos de maior tamanho, até alcançar o seu máximo na categoria de 20-50 hes (84,0%). Pero esse aumento nom se dava de modo regular, posto que a percentagem era praticamente idéntica nos intervalos de 1-5 hes, 5-10 e 10-20 hes. Em todo caso, reiteramos, as diferéncias eram de pequena magnitude.

Quadro 7.34. Distribuçom da superfície das exploraçons por regimes de tenéncia; dados para as exploraçons das diferentes classes de tamanho (medido pola sua Sup. Total).
Galiza 1962

I. CIFRAS ABSOLUTAS (hes.)

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Superfície Total	Tenéncia directa	Arrenda-mento	Aparçaria	Outros regimes
< 1 he.	62445	50351	7569	2706	1819
1-5 hes.	452826	373959	44432	17750	16685
5-10 hes.	395033	321956	38558	19906	14613
10-20 hes.	352135	289699	28812	21940	11684
20-50 hes.	171190	143885	12227	9169	5909
50-100 hes.	32118	26165	2381	1310	2262
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	1465747	1206015	133979	72781	52972
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	958260	560803	2933	12009	382515
TOTAL CENSADO	2424007	1766818	136912	84790	435487

II. PERCENTAGENS HORIZONTAIS.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Superfície Total	Tenéncia directa	Arrenda-mento	Aparçaria	Outros regimes
< 1 he.	100,0%	80,6%	12,1%	4,3%	2,9%
1-5 hes.	100,0%	82,6%	9,8%	3,9%	3,7%
5-10 hes.	100,0%	81,5%	9,8%	5,0%	3,7%
10-20 hes.	100,0%	82,3%	8,2%	6,2%	3,3%
20-50 hes.	100,0%	84,0%	7,1%	5,4%	3,5%
50-100 hes.	100,0%	81,5%	7,4%	4,1%	7,0%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	100,0%	82,3%	9,1%	5,0%	3,6%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	100,0%	58,5%	0,3%	1,3%	39,9%
TOTAL CENSADO	100,0%	72,9%	5,6%	3,5%	18,0%

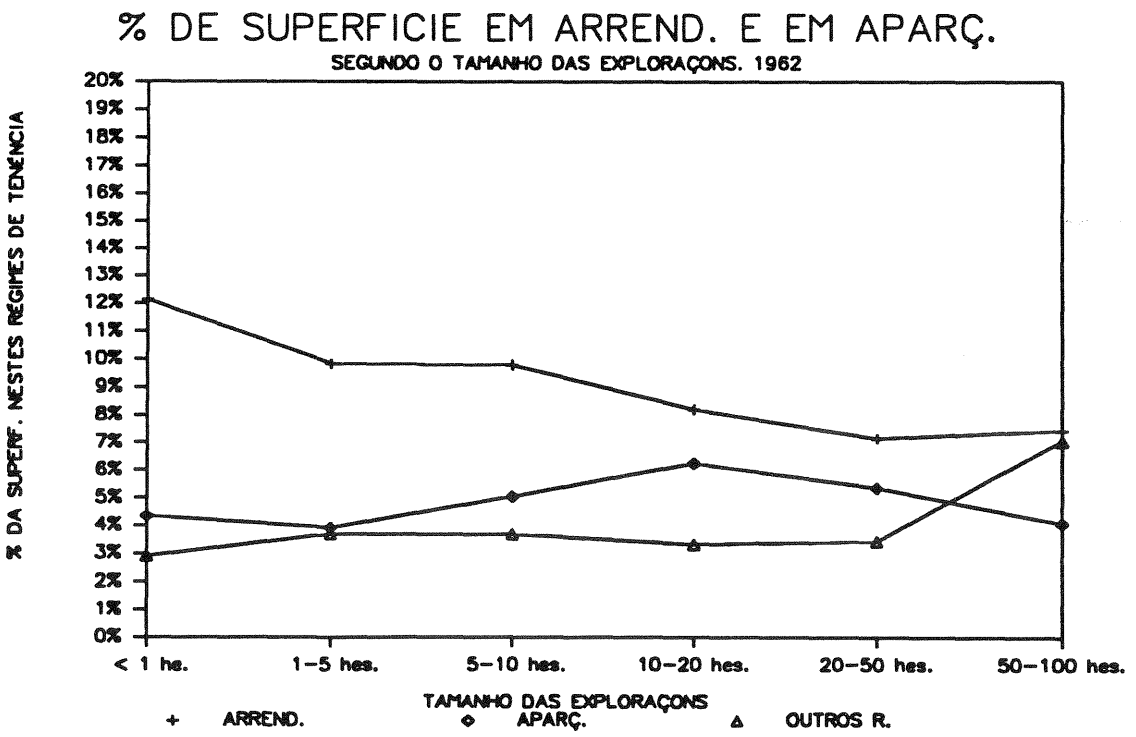
Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

A proporçom de superfície arrendada registava umhas variaçons mais importantes em termos relativos, e seguia umha evoluçom oposta à da tenéncia directa. Assi, o maior peso do arrendamento dava-se nas exploraçons de tamanho inferior a 1 he (12,1% da superfície); e esse peso diminuia de forma regular com o aumento do tamanho, registando o valor mais baixo nas categorias de 20-50 hes (7,1%) e 50-100 hes (7,4%) **(ver quadro 7.34, e gráfico 7.16)**.

No que respeita à importáncia da aparçaria, as diferéncias eram de umha magnitude menor que no caso anterior, e seguiam um curso mui distinto. A percentagem de terras neste regime apresentava umha evoluçom em forma de U invertida, registando os valores mais pequenos nas exploraçons menores de 1 he, de 1-5 hes e de 50-100 hes (em todos estes intervalos a % de superfície em aparçaria estava em torno ao 4%); e o mais elevado nas exploraçons médias, em especial nas do intervalo de 10-20 hes (6,2%).

Simplificando, **podemos afirmar pois que, desses dous regimes de tenéncia indirecta, o arrendamento localizava-se sobretodo nas pequenas e mui pequenas unidades de produçom, mentres que a aparçaria era característica em maior medida das exploraçons médias** (ver gráfico 7.16).

Gráfico 7.16.



Finalmente temos as superfícies classificadas em "outros regimes de tenéncia". O peso desta rúbrica era mui similar em todos os grupos de tamanho, representando sempre ao redor do 3%-3,5% da superfície total. Unicamente no intervalo de maior dimensom, 50-100 hes, a cifra alcançava um valor mui superior (7,0%), o que se deve com toda seguridade a que nesta categoria figurava já um importante número de montes comuns.

Em resumo, as divergéncias existentes entre os diferentes grupos de exploraçons referiam-se a dous aspeitos: o predomínio mais ou menos acusado das terras em tenéncia directa; e sobretodo o peso que dentro das superfícies em tenéncia indirecta tinham o arrendamento e a aparçaria. Na categoria de exploraçons menores de 1 he era onde se registava umha maior proporçom de terras em regimes indirectos, das quais, à sua vez, a grande maioria estavam arrendadas (12,1% do total, frente ao 4,3% em aparçaria). Ao elevar-se nos grupos dimensionais, reduzia-se por um lado ligeiramente a importáncia global dos regimes indirectos; e sobretodo modificava-se a composiçom destes últimos, diminuíndo a preséncia do arrendamento e aumentando a da aparçaria; até chegar às exploraçons médias, onde a superfície num e outro regime era similar (ver quadro 7.34 e gráfico 7.16).

b. A classificaçom das exploraçons segundo o regime de tenéncia das suas terras. A importáncia dos modos de tenéncia mixtos.

O que vimos nos dados anteriores era a importáncia quantitativa, em termos de superfície, que tinham os diversos regimes de tenéncia. Para obter umha imagem mais precisa da realidade, é necessário examinar a classificaçom das exploraçons agrárias em funçom do modo de tenéncia das suas terras.

Nos resultados do Censo agrário de 1962 oferece-se umha classificaçom desse tipo, na que se distinguem em concreto 9 rúbricas ou grupos de exploraçons. As 4 primeiras rúbricas correspondem às unidades de produçom com "modos de tenéncia puros", é dizer, as que tenhem toda a superfície num mesmo regime (em propriedade, em arrendamento, em aparçaria, ou baixo "outros regimes de tenencia"). Os 5 grupos restantes refirem-se às exploraçons formadas por terras em mais de um regime, ou, utilizando o termo habitual,

com "modos de tenéncia mixtos"[210]. Estas exploraçons som distribuídas, segundo o modo de tenéncia dominante, em 4 rúbricas (unidades com mais do 50% das terras em propriedade, com mais do 50% em arrendamento, etc.); quedando umha última categoria, "outros casos", que inclue aquelas unidades nas que nengum regime ocupa mais do 50% da superfície.

As cifras que se obtenhem para o conjunto de Galiza figuram nos **quadros 7.35 e 7.36**, e estám representadas também nos **gráficos 7.17 e 7.18**. Na própria exposiçom iremos precisando os dados concretos que aparezem em cada um destes quadros e gráficos.

Em relaçom com o tema que agora nos ocupa, Jesús García Fernández, apoiando-se nos resultados de diversos estudos comarcais feitos a princípios dos 60, afirmava que em Galiza: *"La explotación directa es dominante; pero rara es la comarca o la unidad de explotación donde la aparcería o el arrendamiento no conserva aún cierta importancia."*[211]

Tomada na sua literalidade, essa afirmaçom nom é certa; pero tem o mérito de chamar a atençom sobre um feito que si confirmam os dados do Censo agrário de 1962: a grande difusom que apresentavam na agricultura galega nessa data os regimes de tenéncia indirectos, e concretamente a elevada proporçom que suponhiam as exploraçons com modos de tenéncia mixtos, as unidades que combinavam terras em propriedade com outras arrendadas ou em aparçaria.

Assi, **das 420.500 exploraçons individuais[212] censadas em 1962 em Galiza, "só" o 60,8% estavam formadas na sua totalidade por terras em tenéncia directa**, terras propriedade do titular ou de membros da sua família. **As restantes unidades, quase o 40% do total, contavam com ao menos umha parte da superfície pertencente a outros proprietários**

---

[210] Em relaçom com esta terminologia, consultar por exemplo:
-BLATIN, D./ BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété... op. cit., pag. 25.

[211] GARCIA FERNANDEZ, Jesús, Organización del espacio... op. cit., pag. 169.

[212] Na exposiçom que oferecemos aqui analisaremos exclusivamente os dados referidos às exploraçons individuais, deixando de lado os correspondentes aos montes públicos e comunais (identificados, a efeitos práticos, com as exploraçons censadas maiores de 100 hes). De todos modos, estes últimos dados podem encontrar-se no quadro 7.36.

(alheios à família do titular), e trabalhada baixo algumha fórmula de cesom[213] (ver quadro 7.35).

Quadro 7.35. Número de exploraçons agrárias classificadas segundo o regime de tenéncia das terras. Galiza 1962

	Número	%
-Exploraçons com todas as terras num regime de tenéncia.		
1. Explor. com todas as terras em propriedade.....	255840	60,8%
2. Explor. com todas as terras em arrendamento....	21984	5,2%
3. Explor. com todas as terras em aparçaria.....	7103	1,7%
4. Explor. com todas as terras em "outros regimes".	4477	1,1%
SUBTOTAL	289404	68,8%
-Exploraçons com terras em mais de um regime.		
5. Mais do 50% das terras em propriedade.....	89589	21,3%
6. Mais do 50% das terras em arrendamento.....	17805	4,2%
7. Mais do 50% das terras em aparçaria.....	7519	1,8%
8. Mais do 50% das terras em "outros regimes"....	6920	1,6%
9. Outros casos (sem nengum regime dominante)....	9283	2,2%
SUBTOTAL	131116	31,2%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	420520	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

Dentro deste 40% de exploraçons, era relativamente reduzida, ainda que nom desdenhável, a cifra das unidades em tenéncia indirecta pura; é dizer, com todas as terras de propriedade alheia e num mesmo regime indirecto. Concretamente, aquelas com toda a superfície em arrendamento constituiam o 5,2% do total; com toda em aparçaria havia um 1,7%; e o 1,1% tinham a totalidade das terras baixo "outros regimes". Sumadas estas três rúbricas, estavam aqui umhas 33.500 exploraçons, o 8,0% do total (ver quadro 7.35).

Muito mais numerosas eram aquelas unidades de produçom com modos de tenéncia mixtos; ou, o que vem ser quase o mesmo, que combinavam superfícies em

---

[213] Incluímos aqui as terras levadas baixo "outros regimes de tenéncia". Excluíndo-as, a percentagem de exploraçons com algumha superfície em tenéncia indirecta (arrendamento ou aparçaria), podia baixar ao 34,2%-38,1% do total (ver quadro 7.35); o qual nom altera de forma significativa a situaçom.

propriedade com outras arrendadas, em aparçaria ou baixo "outros regimes"[214]. Estas exploraçons com modos de tenéncia mixtos superavam as 130.000, e suponhiam o 31,2% das censadas (ver quadro 7.35).

Na sua maior parte (o 21,3% do total de exploraçons), tratava-se aqui de unidades de produçom que tinham mais do 50% da superfície em tenéncia directa; é dizer, que a sua base estava constituída por terras propriedade do titular ou de membros da sua família, pero estas complementavam-se com algumhas parcelas arrendadas ou cedidas baixo outra fórmula.

Isto que nos indicam os dados sobre os modos de tenéncia oferecidos polo Censo agrário de 1962, é coerente com a conclusom que obtivemos antes, ao comparar a estrutura das exploraçons com a distribuçom da propriedade da terra. Constatávamos ali a existéncia de umha enorme cifra de propriedades mui pequenas ou minúsculas, que nom constituiam por si mesmas a base de umha unidade de produçom, senom que tinham que estar agrupadas com outras propriedades na mesma exploraçom. Destas agrupaçons, umha grande parte eram internas à família dos titulares de exploraçom[215], polo que nos dados do Censo agrário sobre os modos de tenéncia nom se manifestavam; aqui todas essas terras (as do titular e as de familiares) apareciam classificadas em tenéncia directa. Pero havia também um elevado número dessas pequenas propriedades (pertencentes em geral a antigos agricultores, ou descendentes de antigos agricultores, que abandonaram o campo), que estavam cedidas, em arrendamento ou baixo outra fórmula, a agricultores alheios à família do proprietário.

Este segundo tipo de situaçom é a que se reflecte na cifra do Censo agrário antes citada, confirmando esta que se tratava de um fenómeno mui freqüente. Assi, o 21,3% das exploraçons (umhas 90.000 em termos absolutos) componhiam-se principalmente das terras propriedade do titular e a sua família, pero estas complementavam-se com algumhas fincas de outros proprietários, cedidas em arrendamento ou baixo outras fórmulas.

Dentro das exploraçons com modos de tenéncia mixtos havia também outras nas que o predomínio correspondia às terras em tenéncia indirecta, ocupando as pertencentes ao titular um lugar secundário. O seu número, ainda que muito

---

[214] Isto último é quase o mesmo, pero nom estritamente equivalente ao anterior. A razom é que entre as unidades com terras em vários regimes figuram também aquelas que as tenhem todas em tenéncia indirecta, pero baixo mais de um regime (por exemplo: umha parte em arrendamento, e o resto em aparçaria).

[215] Ou, noutras palavras, aquelas propriedades "agrupadas" pertenciam a membros da família do titular.

menor que o do grupo anterior, nom era tampouco despreciável. Em concreto, tinhamos aqui: um 4,2% das exploraçons com mais do 50% da superfície em arrendamento, um 1,8% com mais do 50% em aparçaria, e um 1,6% com mais do 50% baixo "outros regimes"[216] (ver quadro 7.35).

Finalmente, estavam as unidades de produçom formadas por terras em vários regimes de tenéncia, sem que nengum deles ocupara mais da metade da superfície. Este grupo residual incluia, segundo o Censo agrário de 1962, o 2,2% das exploraçons individuais (ver quadro 7.35).

Podemos recapitular as cifras anteriores, agrupando as diversas categorias de exploraçons desde duas perspectivas: o modo de tenéncia dominante, e a distinçom modos de tenéncia puros/ modos mixtos:

i. Desde o primeiro ponto de vista, temos que: no 82,1% das exploraçons o regime dominante era a tenéncia directa (60,8% em tenéncia directa pura, e 21,3% com mais do 50% em tenéncia directa); as exploraçons com predomínio do arrendamento ou aparçaria sumavam o 12,9%; com predomínio de "outros regimes de tenéncia" estavam o 2,7%; e finalmente quedava o 2,2% sem nengum regime dominante[217].

ii. Desde a segunda das perspectivas, as exploraçons censadas dividiam-se entre: um 68,8% que tinham todas as terras baixo o mesmo regime de tenéncia, e o 31,2% restante que combinavam superfícies em dous ou mais regimes.

Em suma, estes dados permitem-nos precisar a relaçom que existia na agricultura galega entre propriedade e exploraçom. Neste sentido, amostram que, **se é certo que havia umha correspondéncia geral entre a estrutura de pequenas exploraçons e um regime de pequena propriedade da terra, as relaçons entre umhas e outras (propriedades e exploraçons) eram, sem embargo, muito mais complexas que umha simples identificaçom ou correspondéncia bi-unívoca.**

Como vimos, só 6 de cada 10 exploraçons estavam em tenéncia directa pura; é dizer que só nesta percentagem dos casos existia umha identificaçom

---

[216] Como sinalamos numha nota anterior, nestes grupos podem figurar algumhas exploraçons sem nengumha superfície em tenéncia directa, apesar de que nós na exposiçom assumimos a simplificaçom de que em todos os casos aí registados se combinam terras próprias com outras em regimes diferentes.

[217] Estas cifras obtenhem-se de forma imediata agrupando as correspondentes rúbricas do quadro 7.35.

entre a unidade de produçom e a propriedade fundiária da família[218]. Outro 8% das exploraçons estavam em tenéncia indirecta pura; o qual, ainda que nom seja totalmente preciso, podemos assimilar a casos em que também havia umha correspondéncia entre propriedade e exploraçom, pero aquela pertencia nom ao cultivador directo, senom a outra persoa. E quedavam mais do 30% das exploraçons, que estavam formadas por superfícies em mais de um regime, e portanto de procedéncias diversas; superfícies em parte propriedade do titular da exploraçom, e em parte de propriedade alheia.

O exposto era a situaçom que se registava tomando as cifras globais. Devemos acrescentar ademais que neste aspeito havia importantes divergéncias entre as exploraçons das diferentes categorias de tamanho.

Os dados por classes de tamanho figuram de forma detalhada no **quadro 7.36**, onde pode ver-se a classificaçom das exploraçons de cada intervalo nas 9 rúbricas já comentadas, segundo o regime de tenéncia das suas terras. Para facilitar a análise, efectuamos ademais umha simplificaçom dessa classificaçom, agrupando as 9 rúbricas desde as duas perspectivas vistas antes:

-Por um lado, a distinçom entre exploraçons com modos de tenéncia puros e aquelas com modos de tenéncia mixtos. Estas cifras oferecemo-las no apartado III do quadro 7.36, e estám representadas no **gráfico 7.17**.

-Por outro lado, a distribuçom das exploraçons de cada tamanho segundo o regime de tenéncia dominante (o que ocupa a totalidade ou mais do 50% das terras); dados estes que aparecem no apartado IV do quadro 7.36, e estám representados no **gráfico 7.18**.

A continuaçom imos tratar de resumir as principais conclusons que se obtinham desde um e outro ponto de vista.

-A proporçom de exploraçons com modos de tenéncia puros e modos mixtos, nas diversas categorias de tamanho.

Em primeiro lugar, observa-se que a percentagem de exploraçons com toda a superfície em tenéncia directa seguia umha evoluçom em forma de U. Essa percentagem registava os valores mais elevados na categoria de exploraçons menores de 1 he (67,5% das unidades deste tamanho estavam em tenéncia directa pura), e nas de 50-100 hes (70,2%); mentres que a cifra era claramente

---

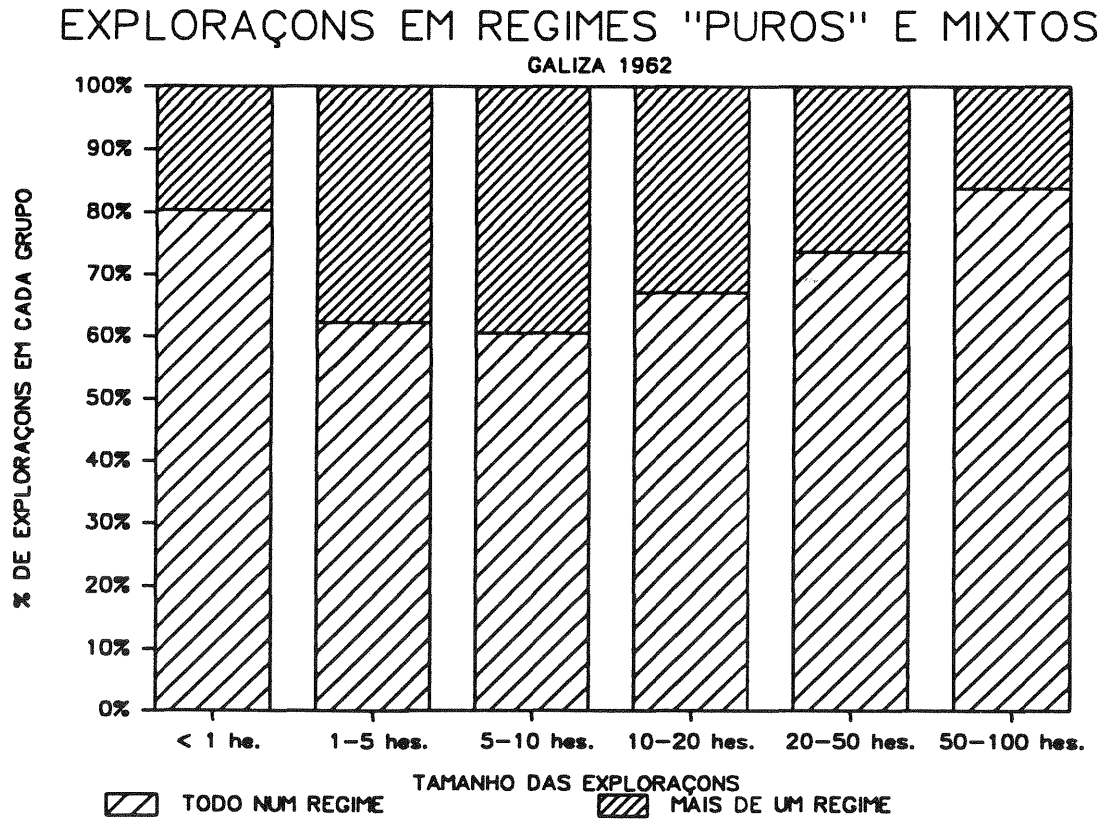
[218] Propriedade esta que, à sua vez, podia agrupar patrimónios individuais diferentes, pertencentes ao titular e membros da sua família.

inferior nos grupos intermédios, e em especial na categoria de 5-10 hes: das exploraçons deste tamanho, só o 53,8% estavam formadas totalmente por terras propriedade do titular e os seus familiares (ver quadro 7.36, apartado II).

Essa mesma evoluçom em forma de U dava-se também para a proporçom de exploraçons em "arrendamento puro", que alcançava as cifras mais elevadas nas categorias de tamanho extremos. Só no caso da "aparçaria pura" a evoluçom era diferente (ver quadro 7.36, apartado II).

Tomando a totalidade de exploraçons com a superfície num único regime de tenéncia, a sua percentagem apresentava o citado perfil em forma de U. Assi, das unidades menores de 1 he, estavam em modos de tenéncia puros o 80,4%; esta proporçom baixava ao 62,2% nas de 1-5 hes, e ao 60,6% nas de 5-10 hes; elevando-se de novo a partir desse tamanho: 67,1% no grupo de 10-20 hes, 73,7% no de 20-50 hes, e 83,8% nas exploraçons de 50-100 hes (ver gráfico 7.17 e quadro 7.36, apartado III). Logicamente, a percentagem de unidades com terras em mais de um regime seguia umha evoluçom simétrica: só estavam aqui o 19,6% das exploraçons menores de 1 he, e o 16,3% das de 50-100 hes, mentres que no grupo de 5-10 hes o 39,4% das exploraçons estavam formadas por superfícies em vários regimes.

Gráfico 7.17.



Ainda que isto nom é totalmente exacto, podemos identificar: exploraçons em modos de tenéncia puros com exploraçons formadas por umha propriedade do mesmo tamanho (já pertenza esta ao titular, ou a outra persoa diferente e alheia à família; no primeiro caso estariamos perante exploraçons em tenéncia directa pura; no segundo perante unidades em tenéncia indirecta pura). Aceitando esta simplificaçom, os dados anteriores ajudam a precisar as relaçons que existiam entre as unidades de produçom e as propriedades; e confirmam o que constatávamos mais atrás, ao comparar a estrutura das exploraçons com a distribuçom da propriedade da terra.

Viamos ali[219] que na estrutura das exploraçons tinham muito menor peso que na distribuçom da propriedade as unidades de tamanho inferior a 1 he, e também as de 50-100 hes. Em cámbio, era maior naquela estrutura o peso relativo das unidades nos intervalos de tamanho intermédios, sobretodo no de 5-10 hes. Parecia pois, e assi o indicamos no seu momento, que ao través dos mecanismos de cesom da terra se operava umha "redistribuçom" de superfícies, desde as categorias de propriedades de tamanho extremo, e em especial desde as propriedades menores de 1 he, em favor dos grupos de exploraçons dos intervalos intermédios (entre 1 e 50 hes).

Pois bem, os dados sobre os modos de tenéncia, que acabamos de comentar, confirmam isso. Neles observamos que eram as exploraçons menores de 1 he e as de 50-100 hes as que com mais freqüéncia se correspondiam com umha propriedade do mesmo tamanho. Em cámbio, isto era muito menos freqüente nas exploraçons de 1-5 hes, 5-10 hes e 10-20 hes. Umha percentagem relativamente elevada das unidades de produçom destes grupos, estavam formadas por terras de diversos proprietários e trabalhadas em regimes de tenéncia diferentes. Na maior parte dos casos estas exploraçons tinham a sua base principal numha propriedade do mesmo intervalo de tamanho, pertencente ao titular da exploraçom; pero esta complementava-se com terras de outra/as propriedade/es, arrendadas ou baixo outra forma de cesom. Este fenómeno reflecte-se na elevada percentagem de unidades de produçom destas categorias com modos de tenéncia mixtos.

-A distribuçom das exploraçons de cada tamanho segundo o modo de tenéncia dominante.

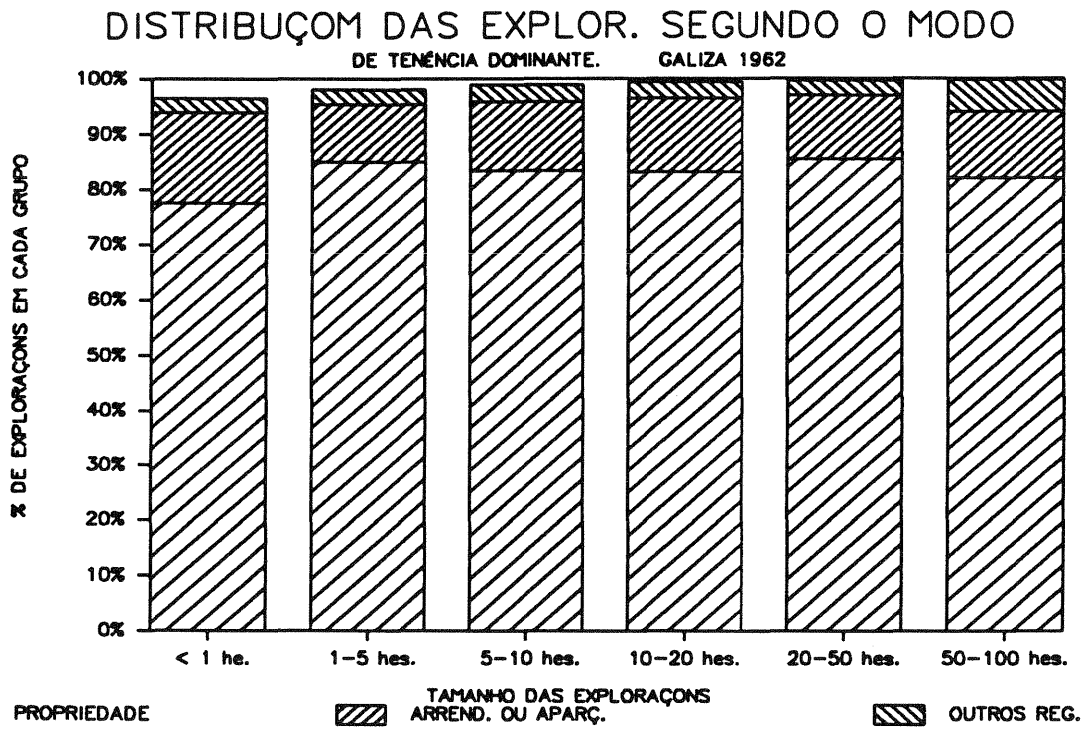
O ponto no que devemos fixar-nos aqui é a proporçom que representavam nas diferentes categorias de tamanho as exploraçons com toda ou a maior parte

---

[219] Ver supra: epígrafe 2.2.4 do presente capítulo.

da sua superfície em tenéncia indirecta (em arrendamento ou aparçaria). Pois bem, neste aspeito constata-se que as diferéncias eram de umha magnitude reduzida, e ademais nom seguiam umha tendéncia regular com o aumento da dimensom das exploraçons (ver gráfico 7.18 e quadro 7.36, apartado IV).

Gráfico 7.18.



Essa percentagem alcançava o seu máximo no grupo das menores de 1 he: o 16,4% das exploraçons deste tamanho estavam compostas total ou principalmente por terras arrendadas ou em aparçaria. A cifra baixava ao 10,3% das exploraçons na categoria de 1-5 hes; e por encima deste tamanho oscilava em todos os grupos ao redor do 12%-13% do total, sem amostrar umha tendéncia regular. Como sinalamos, as variaçons som de pequena magnitude, e nom seguem ademais umha tendéncia definida.

Esta conclusom, que se obtém examinando a distribuçom das exploraçons segundo o modo de tenéncia dominante, coincide com o que vimos antes, ao analisar o reparto da superfície por regimes de tenéncia nas exploraçons das diferentes categorias dimensionais. Como se lembrará, a percentagem de terras em tenéncia indirecta registava o seu valor mais elevado na classe de exploraçons de menos de 1 he, tendendo depois a diminuir a medida que aumentava a dimensom das exploraçons. Pero as diferéncias eram também de magnitude reduzida.

Onde as variaçons eram mais importantes e seguiam umha tendéncia regular, era no referido ao peso respectivo do arrendamento e a aparçaria dentro dos regimes indirectos. Isto constatamo-lo antes nos dados em termos de superfície; e observa-se agora também, ao examinar a percentagem de exploraçons com a maior parte das terras num e outro regime: o peso relativo do arrendamento era muito maior nas categorias de menor tamanho; mentres que a aparçaria alcançava a sua maior importáncia nas exploraçons médias (ver quadro 7.36, apartado II).

Quadro 7.36. Classificaçom das exploraçons agrárias das diferentes categorias de tamanho segundo o regime de tenéncia das terras. Galiza 1962

I. CIFRAS ABSOLUTAS (número de exploraçons em cada grupo)

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Num. total de exploraçons	Exploraçons com toda a superfície em			
		Propried.	Arrend.	Aparçar.	Outros reg.
< 1 he.	146290	98681	14470	2044	2371
1-5 hes.	184957	106986	4689	2123	1323
5-10 hes.	56549	30439	1761	1587	463
10-20 hes.	25941	15261	837	1076	241
20-50 hes.	6283	4122	200	255	56
50-100 hes.	500	351	27	18	23
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	420520	255840	21984	7103	4477
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	772	500	7	18	204
TOTAL CENSADO	421292	256340	21991	7121	4681

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Explor. com terras em mais de um régime de tenéncia				
	Mais do 50% em propr.	> 50% em arrend.	> 50% em aparç.	> 50% em outros reg	Outros casos
< 1 he.	14848	5051	2455	1297	5073
1-5 hes.	50380	8941	3354	3690	3471
5-10 hes.	16735	2626	1070	1290	578
10-20 hes.	6319	984	561	520	142
20-50 hes.	1248	192	75	117	18
50-100 hes.	59	11	4	6	1
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	89589	17805	7519	6920	9283
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	15	3	0	25	0
TOTAL CENSADO	89604	17808	7519	6945	9283

Quadro 7.36. (continuaçom)

II. PERCENTAGENS HORIZONTAIS.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Num. total de exploraçons	Exploraçons com toda a superfície em			
		Propried.	Arrend.	Aparçar.	Outros reg.
< 1 he.	100,0%	67,5%	9,9%	1,4%	1,6%
1-5 hes.	100,0%	57,8%	2,5%	1,1%	0,7%
5-10 hes.	100,0%	53,8%	3,1%	2,8%	0,8%
10-20 hes.	100,0%	58,8%	3,2%	4,1%	0,9%
20-50 hes.	100,0%	65,6%	3,2%	4,1%	0,9%
50-100 hes.	100,0%	70,2%	5,4%	3,6%	4,6%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	100,0%	60,8%	5,2%	1,7%	1,1%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	100,0%	64,8%	0,9%	2,3%	26,4%
TOTAL CENSADO	100,0%	60,8%	5,2%	1,7%	1,1%

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Explor. com terras em mais de um régime de tenéncia				
	Mais do 50% em propr.	> 50% em arrend.	> 50% em aparç.	> 50% em outros reg	Outros casos
< 1 he.	10,1%	3,5%	1,7%	0,9%	3,5%
1-5 hes.	27,2%	4,8%	1,8%	2,0%	1,9%
5-10 hes.	29,6%	4,6%	1,9%	2,3%	1,0%
10-20 hes.	24,4%	3,8%	2,2%	2,0%	0,5%
20-50 hes.	19,9%	3,1%	1,2%	1,9%	0,3%
50-100 hes.	11,8%	2,2%	0,8%	1,2%	0,2%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	21,3%	4,2%	1,8%	1,6%	2,2%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	1,9%	0,4%	0,0%	3,2%	0,0%
TOTAL CENSADO	21,3%	4,2%	1,8%	1,6%	2,2%

Quadro 7.36 (continuaçom)

III. % DE EXPLORAÇONS COM REGIMES DE TENÉNCIA "PUROS" E COM REGIMES MIXTOS.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Exploraçons com todas as terras num único modo de tenéncia	Exploraçons com terras em mais de um regime de tenéncia
< 1 he.	80,4%	19,6%
1-5 hes.	62,2%	37,8%
5-10 hes.	60,6%	39,4%
10-20 hes.	67,1%	32,9%
20-50 hes.	73,7%	26,3%
50-100 hes.	83,8%	16,2%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	68,8%	31,2%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	94,4%	5,6%
TOTAL CENSADO	68,9%	31,1%

IV. CLASSIFICAÇOM DAS EXPLORAÇONS SEGUNDO O MODO DE TENÉNCIA DOMINANTE.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Exploraçons com domínio da tenéncia directa	Exploraçons com domínio do arrendamento ou aparçaria	Exploraçons com domínio dos "outros regimes"
< 1 he.	77,6%	16,4%	2,5%
1-5 hes.	85,1%	10,3%	2,7%
5-10 hes.	83,4%	12,5%	3,1%
10-20 hes.	83,2%	13,3%	2,9%
20-50 hes.	85,5%	11,5%	2,8%
50-100 hes.	82,0%	12,0%	5,8%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	82,1%	12,9%	2,7%
MONTES COMUNS (Explor. >=100 hes.)	66,7%	3,6%	29,7%
TOTAL CENSADO	82,1%	12,9%	2,8%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

-O diferente papel do arrendamento e a aparçaria.

Para concluir esta análise, queremos chamar a atençom sobre um último feito: o papel diferente que na agricultura galega cumpliam os dous principais modos de tenéncia indirectos, arrendamento e aparçaria. Papel ou funcionalidade diferente do ponto de vista da conformaçom das exploraçons, e das relaçons entre propriedades e unidades de produçom.

Este feito é resaltado para o conjunto de Espanha por Eduardo Sevilla-Guzmán e Antonio Gamiz; os quais, analisando também os dados do Censo agrário de 1962, amostram que: o arrendamento se dava principalmente em exploraçons que tinham também terras noutros regimes de tenéncia; mentres que a maior parte da superfície em aparçaria correspondia a unidades de produçom em aparçaria pura[220].

Pois bem, isso mesmo era certo também em Galiza, como pode comprovar-se no **quadro 7.36 bis**. Assi, do total de terras em aparçaria contabilizadas aqui polo Censo agrário de 1962, o 61,7% estava em exploraçons formadas integramente por superfícies neste regime. Em cámbio, das superfícies arrendadas, só o 35,4% pertencia a unidades de produçom em arrendamento puro.

Quadro 7.36 bis. Parte da superfície em arrendamento e em aparçaria que corresponde a exploraçons com todas as terras nesse regime de tenéncia. Galiza 1962

a. Total superfície em arrendamento.....	136912 hes.
b. Superfície das exploraçons com todas as terras em arrendamento.....	48495 hes.
b/a (%)	35,4%
c. Total superfície em aparçaria.....	84790 hes.
d. Superfície das exploraçons com todas as terras em aparçaria.....	52291 hes.
d/c (%)	61,7%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

---

220 Ver: SEVILLA-GUZMAN, Eduardo / GAMIZ LOPEZ, Antonio, "Estructura espacial de las formas de tenencia...", op. cit., pp. 43-53.

Estas cifras ilustram **a diferente funcionalidade que cumpliam no nosso agro os dous regimes:**

-O contrato de aparçaria era umha fórmula de cesom utilizada principalmente para a posta em cultivo de propriedades pertencentes a nom agricultores, entre elas muitas de mediana ou mesmo grande dimensom, dando lugar a exploraçons em aparçaria pura.

-O arrendamento também cumplia em muitos casos a funçom que acabamos de sinalar; e de feito o número de exploraçons em arrendamento puro era superior ao de unidades em aparçaria pura em todas as classes de tamanho (ver quadro 7.36, apartado II). Pero o papel mais freqüente desta fórmula de cesom, era o de permitir que os agricultores-proprietários "redondearam" a sua unidade de produçom, tomando arrendadas algumhas fincas de propriedade alheia.

2.3.4. As divergéncias existentes nos regimes de tenéncia da terra dentro da geografia galega. A situaçom por províncias e a nível municipal (1962).

Finalizada a análise referida ao conjunto de Galiza, passamos a ver qual era a distribuçom da terra por modos de tenéncia nas diferentes àreas da geografia galega. Em primeiro lugar, examinaremos os dados por províncias, para descender depois ao estudo da situaçom a nível municipal. As cifras utilizadas procedem em ambos casos dos resultados do Censo agrário de 1962.

Esta análise vai-nos permitir comprovar os importantes contrastes que neste aspeito existiam dentro da agricultura galega. Se é certo que o predomínio das terras em tenéncia directa caracterizava a praticamente todas as comarcas, a realidade concreta variava, sem embargo, de forma notável de umhas a outras. Encontravam-se assi determinadas zonas onde o arrendamento e a aparçaria tinham umha preséncia mui importante, até o ponto de constituir nalguns municípios os regimes de tenéncia dominantes.

a. Os modos de tenéncia da terra por províncias.

Ao igual que sucedia para o conjunto de Galiza, disponhemos aqui de dous tipos de dados estatísticos, suministrados polo Censo agrário de 1962, que examinaremos sucessivamente. Os primeiros refirem-se à distribuçom da superfície das exploraçons por modos de tenéncia; e os outros à classificaçom das exploraçons agrárias segundo o/os regime/es de tenéncia das suas terras.

Sobre estas **cifras** unicamente é necessária umha aclaraçom: **todas as que veremos a continuaçom correspondem às exploraçons agrárias individuais; é dizer, que estám excluídos das cifras nas 4 províncias os montes públicos e comunais**, ou mais exactamente as exploraçons censadas de tamanho igual ou superior a 100 hes. Esta aclaraçom tem relevância, sobretodo para o primeiro tipo de dados; posto que a inclusom ou nom dos montes comuns afecta de forma considerável à distribuçom que se obtém da superfície por modos de tenéncia a nível provincial[221].

Iniciamos já a análise, começando precisamente por estes dados: os referidos ao volume de superfície por regimes de tenéncia **(ver quadro 7.37 e gráfico 7.19)**.

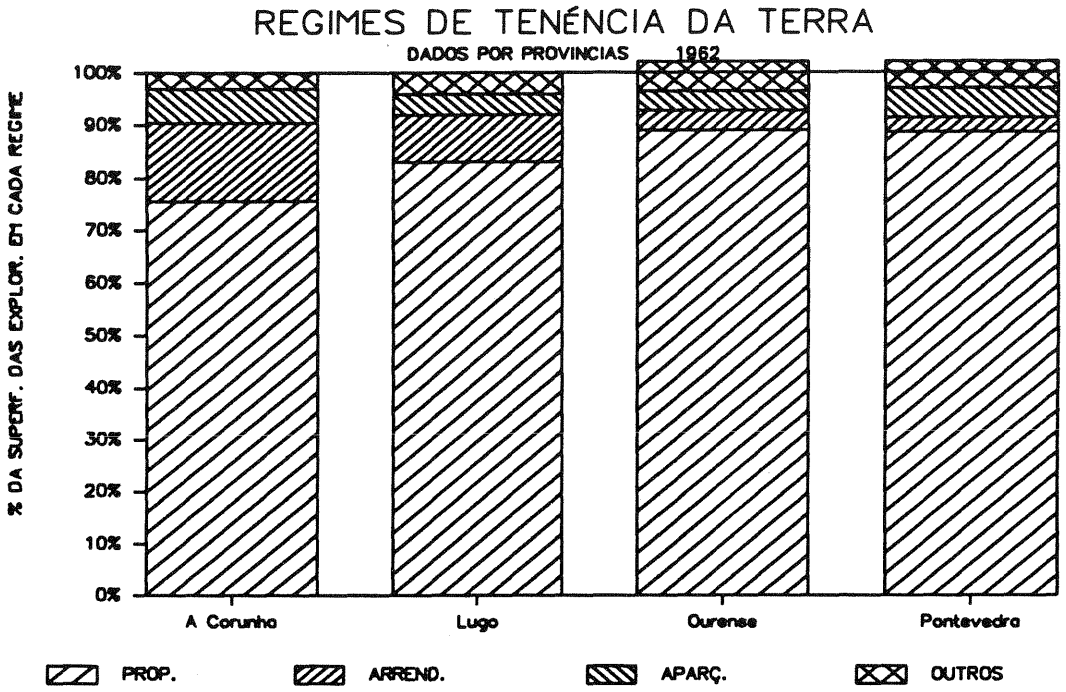
Aqui pode observar-se que nas 4 províncias era claro o predomínio das terras em tenéncia directa, posto que estas representavam em todos os casos mais do 75% da superfície total das exploraçons individuais. A situaçom concreta variava, sem embargo, de forma significativa de umhas províncias a outras. **O domínio das terras trabalhadas em propriedade era especialmente acusado nas duas províncias meridionais: Ourense, onde aquela percentagem alcançava o 88,8%, e Pontevedra, com o 88,5%. A cifra baixava ao 82,9% em Lugo; e registava o seu mínimo na província de A Corunha, na qual estava em tenéncia directa o 75,6% da superfície das exploraçons** (ver gráfico 7.19 e quadro 7.37).

O volume relativo das terras classificadas em "outros regimes de tenéncia", era pequeno e mui similar em todos os casos, oscilando nas 4 províncias entre o 3,1% e o 4,1% da superfície total das exploraçons individuais. Portanto, as diferéncias que acabamos de apontar no referido à percentagem de superfície em cultivo directo, correspondiam-se com a desigual importáncia nas diversas províncias dos regimes de tenéncia indirectos, arrendamento e aparçaria.

---

[221] Isto pode comprovar-se no **quadro A.7.13 do Anexo estatístico**, onde oferecemos estes dados para as exploraçons individuais dos diferentes tamanhos e também para os montes comuns, em cada umha das províncias.

Gráfico 7.19.



Quadro 7.37. Distribuçom da superfície das exploraçons agrárias por regimes de tenéncia nas 4 províncias galegas. 1962 (cifras referidas à superfície das exploraçons agrárias "propriamente ditas") (1)

A. SUPERFICIE EM CADA REGIME (hes.)

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Tenéncia directa	357266	458572	233536	156641
-Arrendamento	70026	49161	9924	4868
-Aparçaria	30660	22528	9688	9905
-Outros regimes de tenéncia	14586	22904	9847	5635
TOTAL	472538	553165	262995	177049

B. DISTRIBUÇOM EM %

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Tenéncia directa	75,6%	82,9%	88,8%	88,5%
-Arrendamento	14,8%	8,9%	3,8%	2,7%
-Aparçaria	6,5%	4,1%	3,7%	5,6%
-Outros regimes de tenéncia	3,1%	4,1%	3,7%	3,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) É dizer, está excluída a superfície das exploraçons censadas de tamanho igual ou superior a 100 hes..
Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

Assi, **o conjunto das superfícies em arrendamento e aparçaria representavam em Ourense unicamente o 7,5% da extensom total das exploraçons individuais, e a cifra era similar em Pontevedra, 8,3%. Frente a isso, a proporçom elevava-se na província de Lugo ao 13,0%, e alcançava na de A Corunha o 21,3%** (ver gráfico 7.19 e quadro 7.37). Existia, pois, neste aspeito um contraste inicial entre as duas províncias meridionais e as duas septentrionais; e dentro destas últimas destacava à sua vez A Corunha, isto é, o quadrante norocidental de Galiza, que constituia a zona com maior difusom dos regimes de tenéncia indirectos.

A imagem necessita, sem embargo, ser matizada para cada um destes dous regimes:

- **A aparçaria tinha um peso relativamente similar nas 4 províncias; e ademais, na medida em que havia diferéncias, estas marcavam um contraste nom entre províncias meridionais e septentrionais, senom entre as duas ocidentais e as duas orientais.** Concretamente, a percentagem de superfície em aparçaria situava-se nas duas primeiras ao redor do 6% (6,5% em A Corunha, e 5,6% em Pontevedra); baixando nas duas orientais a valores em torno ao 4% (4,1% em Lugo, e 3,7% em Ourense).
- **As diferéncias eram muito maiores no que respeita à preséncia do arrendamento, e neste caso a linha divisória principal si se estabelecia entre a metade norte e a metade sul.** O volume de terras em arrendamento era mui reduzido nas duas províncias meridionais, suponhendo unicamente o 2,7% da superfície das exploraçons em Pontevedra, e o 3,8% em Ourense. Em contraposiçom com isso, a cifra subia ao 8,9% em Lugo, e alcançava o 14,8% na província de A Corunha[222].

---

[222] Todas essas cifras refirem-se, como indicamos ao princípio, à superfície das exploraçons agrárias individuais. Se tomamos a totalidade das exploraçons censadas, incluídas as maiores de 100 hes, as cifras variam de modo importante. Dado que a superfície destas unidades maiores de 100 hes se reparte na sua prática totalidade entre a tenéncia directa e os "outros regimes", o resultado de inclui-las é umha notável elevaçom nas 4 províncias do peso dos "outros regimes", mentres que se reduze a proporçom da superfície total correspondente à tenéncia directa, e sobretodo a que corresponde ao arrendamento e aparçaria. Ademais, essas variaçons afectam com desigual intensidade aos dados de cada província, sendo a sua magnitude maior quanto mais grande é a importáncia da superfície ocupada polos montes comuns (as exploraçons censadas maiores de 100 hes).

Essas divergéncias que acabamos de constatar no reparto da superfície por regimes de tenéncia, manifestavam-se também, e de forma mais nítida se cabe, ao examinar a distribuçom das exploraçons segundo o modo de tenéncia das suas terras **(ver quadro 7.38)**.

O predomínio mais acusado da tenéncia directa nas duas províncias meridionais, reflectia-se assi na percentagem muito maior que representavam aqui as exploraçons em tenéncia directa pura. Concretamente, em Ourense o 72,9% das exploraçons estavam formadas por superfícies pertencentes na sua totalidade ao titular e a sua família; e em Pontevedra esta cifra era do 72,0%. Na província de Lugo, em cámbio, a percentagem baixava ao 54,7%; e na de A Corunha era só do 46,8% (ver quadro 7.38).

Paralelamente, nas duas primeiras províncias era mui reduzido o número de exploraçons integradas principal ou exclusivamente por terras em tenéncia indirecta. Em concreto, as unidades de produçom em arrendamento puro ou aparçaria pura suponhiam em Ourense tam só o 1,5% das censadas, e em Pontevedra o 3,3%. E se a elas sumamos aquelas outras que tinham mais do 50% da superfície (pero nom toda) arrendada ou em aparçaria, resultava o 4,4% das exploraçons na primeira província, e o 7,2% na segunda. Frente a isso, nas duas províncias septentrionais a percentagem de exploraçons em tenéncia indirecta pura aumentava fortemente: o 8,3% em Lugo, e o 13,1% em A Corunha. E considerando todas as unidades com mais da metade da superfície em arrendamento ou aparçaria, as cifras ascendiam, respectivamente, ao 14,3% e o 23,3%.

Das diversas categorias de exploraçons diferenciadas nesta classificaçom, queda-nos por comentar finalmente umha mui numerosa na agricultura galega em 1962: a das unidades de produçom com mais do 50% da superfície em tenéncia directa, pero que complementavam esta com terras noutros regimes. As diferéncias provinciais no que respeita à percentagem destas exploraçons eram, em termos relativos, menores que para as categorias precedentes; pero o seu

---

O que aqui queremos destacar, em concreto, é que a contabilizaçom da superfície dos montes comuns dá lugar a umha diminuçom nas 4 províncias do peso dos regimes de tenéncia indirectos; diminuçom que é mais forte nas duas províncias meridionais, posto que os montes comuns ocupam aqui umha parte muito maior da superfície total. Dito noutras palavras, ao examinar os dados referidos à superfície total censada estaremos infravalorando a importáncia que tinham o arrendamento e a aparçaria nas exploraçons agrárias, sobretodo nas duas províncias meridionais. Assi, se tomamos estes dados vemos que a proporçom que corresponde a terras arrendadas ou em aparçaria era: o 17,5% na província de A Corunha (frente ao 21,3% que vimos tomando só as exploraçons individuais); o 9,7% em Lugo (nas exploraçons individuais era o 13,0%); o 3,6% em Ourense (o 7,5% nas explor. individuais); e o 4,5% em Pontevedra (o 8,3% nas explor. individuais). Todas estas cifras figuram no A.7.13 do Anexo estatístico.

peso era também claramente superior nas duas províncias septentrionais: 24,5% do total em A Corunha e 25,8% em Lugo, frente ao 18,2% em Ourense e o 16,4% em Pontevedra (ver quadro 7.38).

Quadro 7.38. Distribuçom das exploraçons agrárias segundo o regime de tenéncia das terras. Dados por províncias 1962

A. CIFRAS ABSOLUTAS (número de exploraçons em cada grupo).

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Exploraçons com todas as terras num regime de tenéncia:				
1. Todo em propriedade.....	59601	49905	68438	77896
2. Todo em arrendamento.....	13696	6117	671	1500
3. Todo em aparçaria.....	2914	1448	740	2001
4. Todo em "outros regimes"...	1479	1339	739	920
SUBTOTAL	77690	58809	70588	82317
-Exploraçons com terras em mais de um regime:				
5. Mais do 50% em propriedade.	31242	23496	17069	17782
6. Mais do 50% em arrendamento	10403	4585	1222	1595
7. Mais do 50% em aparçaria...	2558	882	1528	2551
8. Mais do 50% em "outros regimes".....	1642	2037	1928	1313
9. Outros casos (sem nengum regime dominante)...	3782	1389	1520	2592
SUBTOTAL	49627	32389	23267	25833
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	127317	91198	93855	108150

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
-Exploraçons com todas as terras num regime de tenéncia:				
1. Todo em propriedade.....	46,8%	54,7%	72,9%	72,0%
2. Todo em arrendamento.....	10,8%	6,7%	0,7%	1,4%
3. Todo em aparçaria.....	2,3%	1,6%	0,8%	1,9%
4. Todo em "outros regimes"..	1,2%	1,5%	0,8%	0,9%
SUBTOTAL	61,0%	64,5%	75,2%	76,1%
-Exploraçons com terras em mais de um regime:				
5. Mais do 50% em propriedade.	24,5%	25,8%	18,2%	16,4%
6. Mais do 50% em arrendamento	8,2%	5,0%	1,3%	1,5%
7. Mais do 50% em aparçaria...	2,0%	1,0%	1,6%	2,4%
8. Mais do 50% em "outros regimes".....	1,3%	2,2%	2,1%	1,2%
9. Outros casos (sem nengum regime dominante)...	3,0%	1,5%	1,6%	2,4%
SUBTOTAL	39,0%	35,5%	24,8%	23,9%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962. Elaboraçom própria.

A modo de resumo, podemos concluir que a maior difusom dos regimes de tenéncia indirectos nas províncias de Lugo e sobretodo A Corunha, se correspondia principalmente com umha percentagem muito mais elevada de exploraçons formadas total ou maioritariamente por terras nestes regimes. Pero também era maior nestas províncias a proporçom de exploraçons com algumhas terras arrendadas ou em aparçaria, complementando a superfície em propriedade maioritária.

Globalmente, essas cifras ponhem já de manifesto os importantes contrastes espaciais que existiam dentro da geografia galega, no referido aos modos de tenéncia da terra; de tal modo que a imagem difundida habitualmente, de umha estrutura agrária de agricultores-proprietários, devia ser notavelmente matizada no plano espacial. Esta imagem era válida em linhas gerais para a metade meridional de Galiza; pero aplicada à metade septentrional, e sobretodo ao quadrante noroeste, constituia umha simplificaçom excessiva. Como acabamos de ver, na província de A Corunha em 1962 menos da metade das exploraçons estavam em tenéncia directa pura, quedando aproximadamente 1/4 que tinham algumhas terras arrendadas, e o 1/4 restante nas que a totalidade ou a maior parte da superfície nom pertencia ao titular da exploraçom, estando trabalhada em arrendamento ou aparçaria.

Para conhecer melhor a estrutura espacial dos modos de tenéncia da terra, imos analisar agora os dados a nível municipal.

b. A distribuçom da terra por regimes de tenéncia a nível municipal.

Os dados necessitam aqui algumhas precisons prévias. A única informaçom que o Censo agrário de 1962 oferece a nível municipal, refire-se à distribuçom por regimes de tenéncia da superfície total censada. Portanto, neste caso nom é possível separar, como fixemos nos dados por províncias, os montes comuns das exploraçons individuais, e conhecer especificamente os modos de tenéncia da terra nestas últimas.

A efeitos práticos, a inclusom dos montes comuns dá lugar a um primeiro problema, devido à forma irregular na que fórom classificadas estas superfícies. Como sinalamos mais atrás, umha parte das mesmas aparecem classificadas em tenéncia directa, e o resto na rúbrica "outros regimes de tenéncia"; sem que esta distinçom pareza responder a nengum critério sistemático. Essas irregularidades

ou oscilaçons deixam-se sentir com força nas cifras globais por municípios. Assi, encontramos fortes variaçons de uns concelhos a outros na percentagem da superfície total trabalhada em propriedade, que se correspondem com oscilaçons simétricas no peso dos "outros regimes de tenéncia".

Em vista disso, decidimos prescindir na análise dos dados correspondentes a essas duas rúbricas, e reter unicamente os referidos à proporçom da superfície em arrendamento e em aparçaria. A partir destes dados elaboramos três mapas:

-O **mapa 7.9**, onde está representada a percentagem que suponhiam, sobre a superfície total censada em cada concelho, o conjunto das terras arrendadas e em aparçaria[223].

-O **mapa 7.10**, no que figura a percentagem de superfície em arrendamento.

-O **mapa 7.11**, onde aparecem as cifras correspondentes à aparçaria.

Para interpretar correctamente os dados aí cartografiados, devemos ter presente que **as percentagens estám calculadas sobre a superfície total censada em cada município**. Estas cifras informam-nos assi da parte do território municipal que estava nos citados regimes. Sem embargo, nom recolhem com precisom **a importáncia que tinham o arrendamento e a aparçaria nas exploraçons individuais das diversas zonas**. A inclusom no denominador da superfície dos montes comuns fai que **apareza subestimada** essa importáncia; e esta subestimaçom é mais forte quanto maior era a extensom ocupada polos montes comuns. Em linhas gerais, este sesgo afecta sobretodo à metade meridional de Galiza; e assi, se o peso do arrendamento e a aparçaria era já claramente menor nas exploraçons desta zona (como vimos nas cifras por províncias), isto aparece exagerado nos dados que agora imos comentar[224].

Começamos polo mapa 7.9, onde figura, como dixemos, a proporçom que suponhiam em cada concelho o conjunto de terras arrendadas e em aparçaria. Podemos observar aí que estes regimes de tenéncia indirectos registavam umha distribuçom geográfica mui definida, concentrando-se a sua preséncia basicamente na zona situada ao norte de umha linha que, em forma de V, seguia o traçado: Vimianço-A Estrada-Lalim-Carvalhedo-Pedrafita.

-Ao sul desta linha o peso das terras em tenéncia indirecta era mui reduzido, nom alcançando na grande maioria dos municípios o 5% da superfície

---

[223] Este mapa pode considerar-se como o negativo da fotografia que recolhera o peso nas diversas áreas da superfície em tenéncia directa (fazendo abstracçom do problema que introduze a rúbrica dos "outros regimes").

[224] Sobre isto ver as cifras a nível provincial que oferecemos no quadro A.7.13 do Anexo estatístico.

censada. Como excepçons a esta afirmaçom hai que citar algumhas áreas concretas; principalmente: a península do Salnés, umha parte dos concelhos do Baixo Minho, e umha série de municípios da província de Ourense que formavam umha linha contínua desde Celanova a Maceda e Montederramo. Em todos estes casos aquela percentagem superava o 5%; pero seguia sendo, nom obstante, reduzida: entre o 5% e o 10%, ou ligeiramente por encima do 10% nalguns concelhos isolados [por exemplo: Rairiz de Veiga (10,4%), Porqueira (11,8%), Junqueira de Ambia (10,2%)]. Unicamente havia nesta metade sul da geografia galega um município no que o peso das terras em tenéncia indirecta era mui elevado; tratava-se de Melom, onde da superfície total censada o 44,8% estava arrendada ou em aparçaria[225].

Com esses ligeiros matizes, a Galiza meridional caracterizava-se por umha preséncia mui escassa dos regimes de tenéncia indirectos, pertencendo, pois, a imensa maioria da superfície das exploraçons aos agricultores cultivadores directos (e membros da sua família). Compre recalcar, isso si, que essa característica aparecia agudizada nestas cifras, devido à inclusom nelas dos montes comuns.

-Em contraste com isso, nos concelhos situados ao norte daquela linha, a percentagem de terras arrendadas ou em aparçaria superava na prática totalidade dos casos o 5% da superfície censada, e alcançava nalgumhas comarcas valores relativamente elevados.

*Dentro desta extensa zona destacava especialmente umha área, que se extendia de forma contínua desde as Marinhas até o Ulha polo interior da província de A Corunha. Concretamente, este conjunto arrancava dos municípios de Sada e Oleiros, no entorno da capital provincial; iba ensanchando-se a medida que nos moviamos para o sul, chegando polo oeste até Ordes e Oroso, e polo leste a Sobrado e Curtis; e prolongava-se polo sul até as terras de Melide e Arçua. Nesta àrea, a percentagem da superfície trabalhada em arrendamento ou aparçaria superava em todos os concelhos o 30%. E havia 6 municípios onde estava por encima do 50%: Betanços (52,8%), Boimorto (54,2%), Abegondo (55,3%), Cesuras (57,3%), Mesia (58,3%), e finalmente Vilasantar (63,3%). Esta área, e em especial os 6 concelhos que acabamos de citar, constituia pois o que podemos denominar a "Galiza dos arrendatários e caseiros", ou, o que vem ser o mesmo, a dos proprietários nom agricultores; umha realidade minoritária, frente à Galiza

---

225 As cifras eram concretamente: 0,8% da superfície em arrendamento, e 44,1% em aparçaria.

dos proprietários cultivadores directos, pero que nom por isso pode ser ignorada.

Globalmente, havia em 1962 um total de 25 concelhos, onde aquela cifra superava o 30%; todos eles localizavam-se no àrea descrita ou nas proximidades, com duas únicas excepçons: o caso já citado de Melom, e o de As Nogais na província de Lugo.

*Com percentagens situadas entre o 20% e o 30% encontravam-se outros 24 municípios, localizados na sua maioria de forma adjacente aos anteriores, e sobretodo na franja costeira do Golfo Artabro, prolongando-se no norte para o interior (Somoças, As Pontes, Ourol).

*Em 52 concelhos as superfícies arrendadas ou em aparçaria suponhiam do 10% ao 20% do total. Umha parte deles ubicavam-se ao redor da área antes descrita, tanto polo oeste (a comarca de Bergantinhos), como polo sul. Pero estes valores, 10%-20%, caracterizavam sobretodo a umha ampla zona que se extendia polo extremo norte da província de A Corunha (Ortigueira, Manhom), e por todo o tércio septentrional da de Lugo, incluíndo aqui A Marinha e a maior parte da Terra Cha.

*Finalmente, ao sul e ao oeste das áreas descritas extendia-se umha ampla franja onde essa percentagem estava entre o 5% e o 10% (ver mapa 7.9).

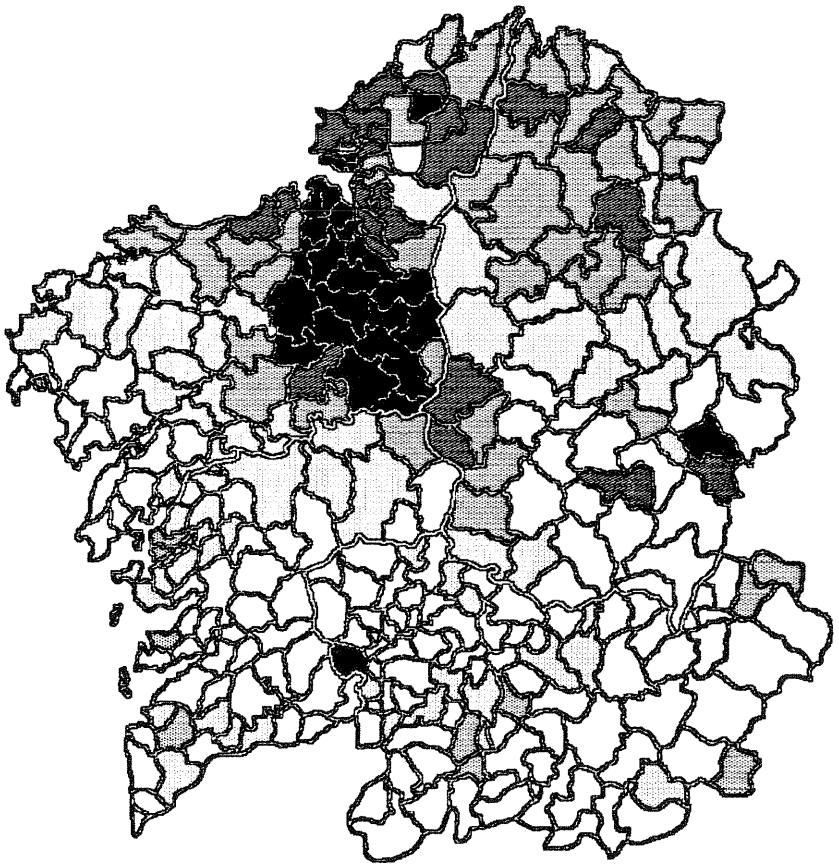
Nos mapas 7.10 e 7.11 pode ver-se de forma separada a parte da superfície censada que ocupavam, respectivamente, o arrendamento e a aparçaria. Podemos comprovar aqui que as zonas com maior preséncia de um e outro regime estavam também mui definidas, formando dous subconjuntos adjacentes.

-O arrendamento registava a sua maior importáncia em duas áreas, ubicadas ambas no tércio septentrional de Galiza: por um lado, a comarca de As Marinhas e o interior da província de A Corunha situado para o sul, até o Tambre; e polo outro, o tércio norte da província de Lugo. No primeiro caso, a percentagem da superfície em arrendamento superava em geral o 20%, alcançando em bastantes concelhos mais do 30%, e nalguns mais do 50%. Na segunda área essa cifra estava em geral ente o 10% e o 20% (ver mapa 7.10).

-A aparçaria, pola sua parte, tinha o seu maior peso numha franja situada ao sul das áreas descritas. Destacava em especial a zona, situada entre o Tambre e o Ulha, que comprendia desde O Pino e Frades até Melide e Santiso; prolongando-se na província de Lugo (Palas de Rei, Antas de Ulha e Monterroso). Aqui as terras em aparçaria suponhiam na maioria dos concelhos mais do 20% da superfície censada, chegando nalguns (Melide, Boimorto e Arçua) ao 40% (ver mapa 7.11).

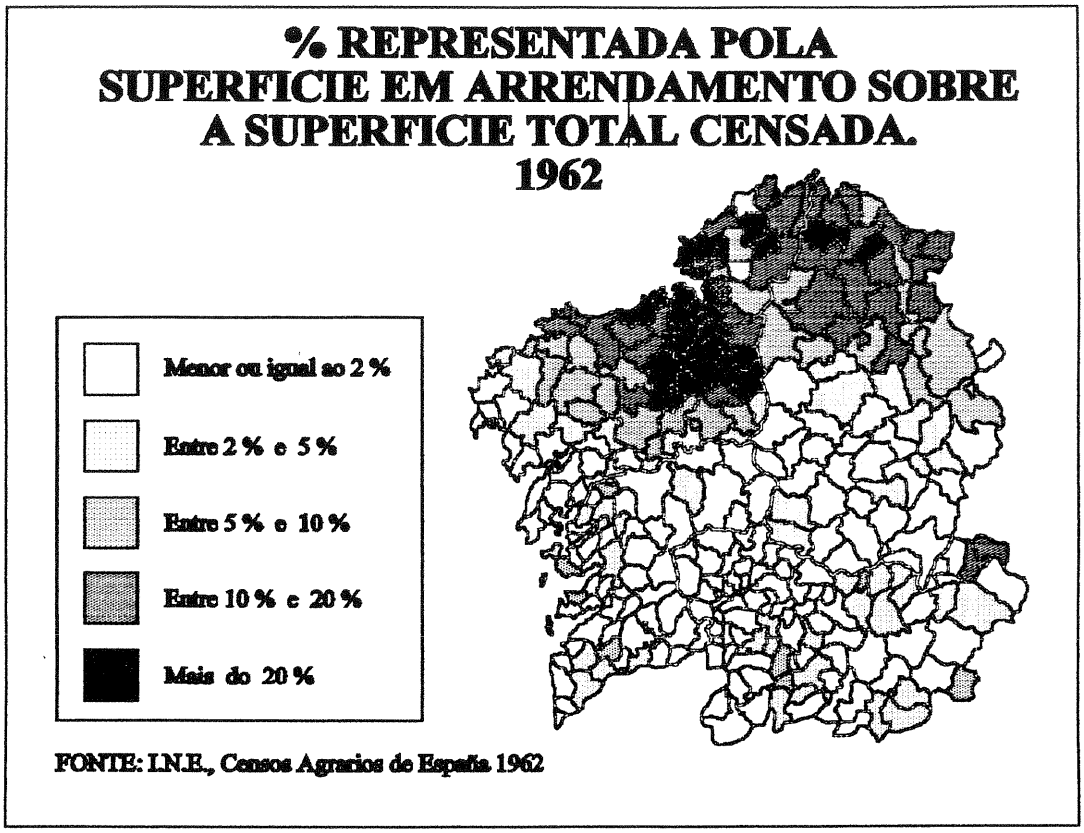
MAPA 7.9.

(SUPERFICIE EN ARRENDAMENTO + SUPERFICIE EM APARÇARIA) / SUPERFICIE TOTAL CENSADA (%) 1962

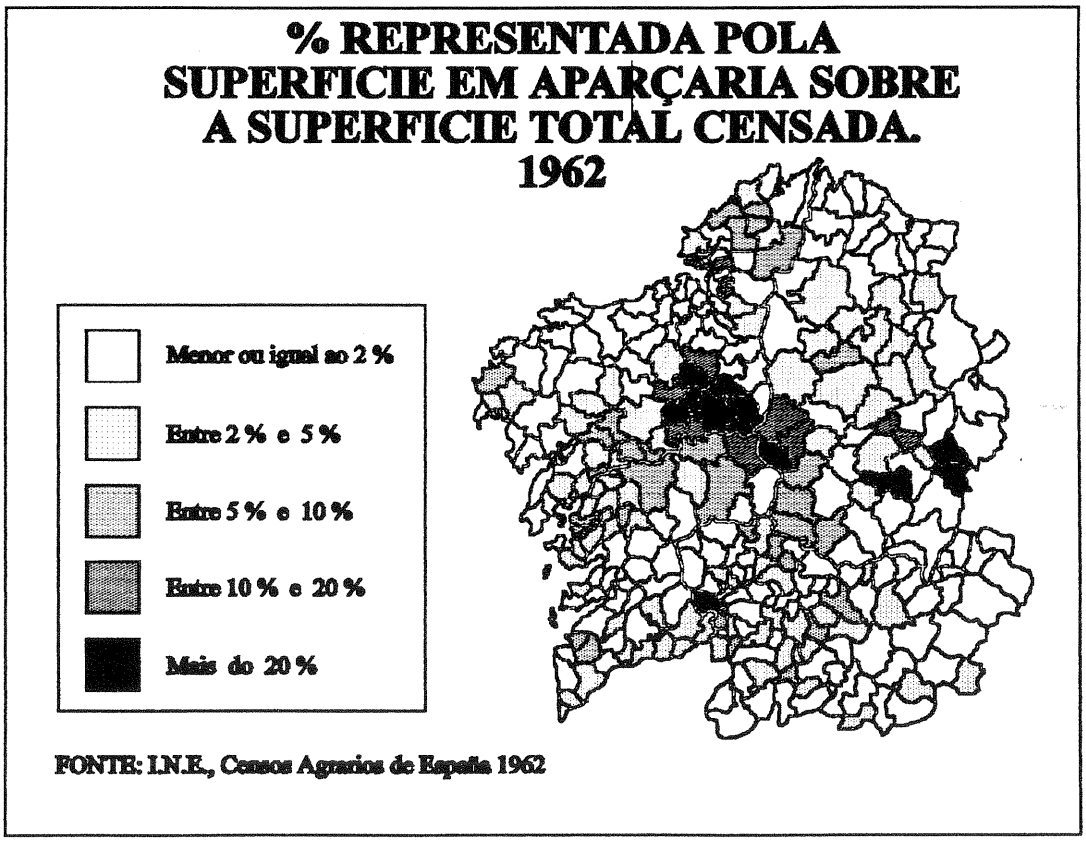


FONTE: I.N.E., Censo Agrario de España 1962

MAPA 7.10.



MAPA 7.11.



3. AS MUDANÇAS OPERADAS NA ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EXPLORAÇONS E NOS REGIMES DE TENENCIA DA TERRA, AO LONGO DAS TRES ULTIMAS DECADAS (1962-1989).

Nas páginas anteriores examinamos com detalhe as características das estruturas fundiárias que estavam configuradas na agricultura galega a princípios da década dos 60. Esta data, como sabemos, corresponde-se aproximadamente com os anos nos que o número de activos agrários alcançou em Galiza a cifra mais elevada de toda a história, depois do seu crescimento praticamente ininterrompido nos decénios precedentes. E, em coeréncia com isso, esta é também a data na que a cifra de exploraçons agrárias regista o seu máximo histórico.

A situaçom no plano demográfico experimentou a partir daí modificaçons substanciais; produzindo-se ao longo das três últimas décadas um contínuo e acelerado descenso do volume de activos na agricultura. Em concreto, na primeira parte desta investigaçom constatamos como essa diminuçom se inícia já nos anos 50; pero é na década dos 60 quando se intensifica e começa a alcançar taxas elevadas. A caída prossegue depois a um forte ritmo até a actualidade, tam só com umha breve interrupçom na primeira metade dos 80. O resultado foi que nos aproximadamente últimos 30 anos (de 1960 a 1990), a populaçom activa agrária reduziu-se em Galiza num 75% em cifras redondas[226]; umha caída esta que é, em conjunto, claramente mais forte que a registada, durante este mesmo período, na CEE[227].

Tendo isso em conta, parece obrigado, e cremos que de grande interesse, perguntar-se polas possíveis mudanças operadas ao longo destas décadas naquelas estruturas fundiárias; e em especial polas possíveis mudanças no número e a superfície das exploraçons agrárias. A forte reduçom do número de activos na agricultura, e portanto da pressom demográfica sobre a terra, foi

---

[226] Em concreto, tomando os dados oferecidos polos Censos de populaçom, obtemos que o número de activos no sector agricultura e pesca se reduziu no período 1960-1991: num 76,4% se utilizamos as cifras referidas unicamente aos activos masculinos; e num 73,2% se consideramos a populaçom activa de ambos sexos (ver quadro A.1.2 do Anexo estatístico).

[227] Assi, no capítulo IV vimos que a taxa de diminuçom nos 20 anos que vam de 1960 a 1980, é em Galiza ligeiramente superior à média da CEE-10 (-4,2% anual, frente a -3,9% anual). E no capítulo VI pudemos constatar que a caída operada no período 1976-1993 alcança no nosso caso um ritmo notavelmente maior: -3,99% anual, frente a -3,15% anual na CEE. Ver supra: quadros 4.11 e 6.27.

acompanhada de um processo paralelo de desapariçom e concentraçom de exploraçons, de umha diminuçom do número de unidades produtivas e um incremento da sua superfície média ?. Que modificaçons se produzírom ao mesmo tempo nas relaçons entre propriedade e exploraçom; ou, o que é o seu reflexo, nos regimes de tenéncia da terra ?.

A continuaçom imos tratar de responder a essas perguntas, baseando-nos para isto no exame dos dados estatísticos disponíveis. Num primeiro apartado estudaremos a evoluçom registada pola estrutura dimensional das exploraçons, as variaçons que se produzírom no número e superfície das exploraçons agrárias por classes de tamanho. Depois, num segundo apartado, veremos as mudanças que tivérom lugar nos regimes de tenéncia da terra, na distribuçom por modos de tenéncia das superfícies que integram as unidades de produçom.

As cifras que empregamos neste estudo procedem em ambos casos das mesmas fontes estatísticas: os Censos agrários de 1962, 1972, 1982, e 1989. Ademais, teremos também em conta, ainda que de um modo mui secundário, os dados oferecidos pola "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987. Portanto, o período concreto ao que se vai referir o nosso estudo é o de 1962-1989.

A análise que oferecemos aqui é fundamentalmente de carácter estatístico-descritiva. O seu objectivo é conhecer, com a maior precisom possível, a evoluçom que se registou naqueles dous aspeitos, as variaçons que se desprendem da comparaçom das cifras dos sucessivos Censos agrários. Um passo posterior será estudar os mecanismos condicionantes, e os factores explicativos, dessa evoluçom. Pero sobre isto nom profundizaremos neste capítulo; posto que será o objecto da terceira parte desta investigaçom.

O carácter esencialmente estatístico-descritivo que tem aqui a nossa análise, fai que devamos prestar umha grande atençom ao tipo concreto de dados utilizados (os oferecidos polos sucessivos Censos agrários); as suas características e fiabilidade. Posto que só assi poderemos alcançar conclusons relativamente sólidas. Isto fai que a exposiçom que oferecemos a continuaçom seja nalgumhas partes engorrosa. Pero, como indicamos, trata-se de algo inevitável, se pretendemos nom limitar-nos a recolher os resultados que se desprendem de um exame inicial das cifras, e aspiramos a conhecer melhor a evoluçom que tivo lugar realmente.

3.1. O PROCESSO DE CONCENTRAÇOM DAS TERRAS ENTRE AS EXPLORAÇONS AGRARIAS. A EVOLUÇOM DO NUMERO E A SUPERFICIE (TAMANHO) DAS EXPLORAÇONS NO PERIODO 1962-1989.

3.1.1. Notas introdutórias. Contextualizaçom histórica do problema.

Como antes pudemos comprovar, a estrutura agrária que estava vigente em Galiza em 1962, caracterizava-se globalmente pola reduzida base territorial das exploraçons, ainda que as gradaçons ou diferéncias comarcais eram mui importantes. A esta característica das estruturas fundiárias havia que unir outra, nom analisada de forma pormenorizada no nosso estudo: o elevado grau de parcelamento que apresentava a superfície de cada exploraçom, que aparecia dividida num elevado número de parcelas de mui pequena extensom. Estes dous traços, pequeno tamanho das unidades de produçom e forte parcelamento interno das terras, que marcavam as estruturas configuradas no Antigo Regime, seguiam aqui plenamente vigentes a princípios da década de 1960.

A permanéncia dessas estruturas ao longo desse amplo período, contrasta com as tendéncias registadas noutros espaços agrários do nosso entorno; pero é algo que estava em consonáncia com a grande estabilidade que no nosso caso amostrou, durante todo esse período, o sistema agrário tradicional.

No contexto deste sistema, aqueles dous elementos nom constituiam um problema ou um obstáculo, senom que eram algo funcional, coerente, com as características globais e com a lógica interna do sistema agrário. Em particular, esses traços das estruturas fundiárias apresentavam umha estreita relaçom, e umha coeréncia, com outras duas características esenciais do sistema agrário: as elevadas densidades demográficas na agricultura, a abundáncia de mao de obra; e a rudimentariedade dos instrumentos de trabalho. Por um lado, a permanéncia de altas densidades de mao de obra na agricultura, impossibilitava que se produzira um aumento da superfície média das unidades de produçom, por médio de um processo "espontáneo" de desapariçom e concentraçom de exploraçons. Ao mesmo tempo, a abundáncia de mao de obra desestimulava a introduçom de novos instrumentos de trabalho; introduçom que se via ademais mui limitada pola escassez de numerário por parte das famílias agrárias, e também pola prática auséncia de um processo de industrializaçom que pudera permitir ofertar novos inputs para a agricultura. Finalmente, dada a tecnologia existente, a pequena superfície e o parcelamento das exploraçons nom suponhiam problemas, senom dous elementos coerentes com o resto do sistema agrário. A tecnologia, e em concreto os instrumentos de trabalho disponíveis,

determinavam um límite relativamente baixo à extensom máxima que podia trabalhar umha família; de tal modo que a superfície das exploraçons, sendo mui pequena, estava acorde em geral com as possibilidades de trabalho da unidade familiar. E, por outra parte, com esses instrumentos, o parcelamento das terras (dentro de certos límites) nom era tampouco um problema, posto que nom obstaculizava a sua utilizaçom.

Reiteramos, pois, que estas características das estruturas fundiárias eram coerentes com os demais traços definitórios, e com a lógica interna, do sistema agrário tradicional. Na medida em que este sistema se mantivo em Galiza, sem alteraçons substanciais no seu núcleo básico, até meiados do século actual, a permanéncia daquelas estruturas foi algo também coerente.

É certo que na literatura podemos encontrar já desde as décadas centrais do século XIX, abundantes referéncias ao "minifúndio" considerado como um problema, como um dos problemas fundamentais da agricultura galega. R. Villares tem analisado esta apariçom do "minifundio como problema" no contexto da segunda metade do XIX; resaltando acertadamente o carácter historicamente determinado que tem este feito, o juiço ou valoraçom negativa do pequeno tamanho das exploraçons[228]. Esta valoraçom negativa surge ao considerar as necessidades de desenvolvimento de umha agricultura moderna, orientada ao mercado e com maiores níveis de produtividade por trabalhador. Desde a perspectiva dessa necessária transformaçom, a reduzida superfície das exploraçons aparecia para os estudosos como um dos problemas esenciais a resolver.

Agora bem, o que nós queremos destacar aqui é que, se o "minifúndio" era visto já como um problema polos estudosos, nom o era assi desde a perspectiva da lógica interna do sistema agrário, na medida em que este se mantinha sem modificaçons substanciais nos seus traços básicos. De forma mais explícita, podemos afirmar que:

-Ao manter-se sem transformaçons substanciais os instrumentos de trabalho utilizados e as condiçons produtivas, a pequena superfície por exploraçom era um elemento coerente. Este tamanho, sendo mui reduzido, seguia

---

[228] Aparte da que é a obra mais conhecida deste autor (VILLARES, R., La propiedad de la tierra ... op. cit.), tem aqui um grande interesse o seu trabalho:

-VILLARES, Ramón, "Minifundio. Introducción histórica.", em: Gran Enciclopedia Gallega, Tomo XXI , pp. 69-72.

estando acorde em geral com a superfície máxima que podia trabalhar umha família[229]. E o mesmo pode afirmar-se para o parcelamento das terras[230].

-Se a ampliaçom da superfície por exploraçom nom aparecia como algo necesário, isto nom era tampouco possível, na medida em que as densidades demográficas na agricultura permaneciam elevadas, e mesmo continuárom aumentando ao longo de todo o século XIX e primeira metade do XX.

Todo isso mantém a sua validez até meiados deste século; até finais dos 50, por ponher umha data de referéncia.

Nos últimos 30 anos, sem embargo, a agricultura galega experimentou profundas mudanças, que supuxérom a alteraçom ou a ruptura da base mesma do sistema agrário tradicional, a posta em crise definitiva deste sistema. Entre essas mudanças devemos destacar, pola sua relaçom com o tema que nos ocupa, as que afectárom ao volume de mao de obra e aos médios de trabalho.

Como já vimos, nestas décadas produze-se em Galiza umha forte reduçom da populaçom activa agrária. Paralelamente, vinculado em parte ao anterior e também à crescente integraçom mercantil das exploraçons, tem lugar a introduçom em grandes quantidades na agricultura de inputs correntes e bens de capital fixo de origem industrial[231]. Em poucas palavras, e expressando-o de um modo mui esquemático, **regista-se neste período um intenso processo de substituçom de trabalho por capital, em consonáncia com o que som as tendéncias gerais na agricultura da Europa Ocidental.**

---

[229] Em relaçom com isto pode consultar-se o documentado estudo que efectua A. Bouhier, sobre as necessidades de trabalho por hectare, referido às condiçons produtivas que existiam na agricultura galega a finais da década dos 50. Ver:
-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1078-1107.

[230] Umha prova clara de que este parcelamento nom constituia um problema dentro da lógica interna do sistema tradicional, e de que esta lógica seguia ainda plenamente vigente nas décadas de 1940 e 1950, oferece-a a forma em que os agricultores efectuárom nestes anos as partiçons dos montes comuns: a pulverizaçom parcelária destas superfícies, à que conduziu esse processo.

[231] Sobre as mudanças operadas neste aspeito e também na composiçom e destino da produçom, contamos já com estudos, que recolhem e elaboram as séries estatísticas referidas à evoluçom das principais macro-magnitudes do sector agrário. Ver por exemplo:
-COLINO, Xosé / PÉREZ TOURIÑO, Emilio, Economía campesiña e capital. A evolución da agricultura galega 1960-1980., Ed. Galaxia, Vigo, 1983.

Agora bem, como conseqüência dessas mudanças, as estruturas fundiárias herdadas do passado, que se caracterizavam pola pequena dimensom das exploraçons e o elevado parcelamento das terras, deixam de ser funcionais, deixam de estar em coeréncia com os restantes elementos das condiçons produtivas no sector agrário. A realizaçom de profundas transformaçons nestas estruturas convirte-se assi em algo necessário, para lograr a transformaçom global do sistema agrário; e também em algo que é possível, ao contrário do que sucedia anteriormente.

-Dixemos em primeiro lugar que essas transformaçons se fam necessárias; porque a pequena superfície das exploraçons e o forte parcelamento das terras, som agora um obstáculo á introduçom e utilizaçom rentável dos novos médios de trabalho de origem industrial, e em particular da maquinária. O emprego em condiçons rentáveis dos médios de trabalho mecánicos, exigia um aumento da base territorial das unidades de produçom, e também a concentraçom das terras de cada exploraçom em parcelas de maior tamanho. Num plano global, estas transformaçons das estruturas fundiárias constituiam um elemento central do processo de cámbio no sector agrário; um elemento que condicionava a introduçom da nova tecnologia disponível, e a medida na que esta introduçom se traduze num aumento da produtividade do trabalho na agricultura, num incremento do VAB/activo.

-Ao mesmo tempo que necessária, a reforma das estruturas fundiárias fai-se agora possível. Deixamos de lado o que se refire ao parcelamento das terras e a sua soluçom[232], centrando-nos no aspeito que nos interessa aqui: a estrutura dimensional das exploraçons, a superfície total das unidades de produçom. Pois bem, dada a estreita vinculaçom que em princípio existe

---

[232] Ao início desta segunda parte da investigaçom, ao delimitar o que era aqui o nosso objecto de estudo, já sinalamos que este aspeito nom seria tratado em detalhe. Limitaremos a apontar de passada que para corregir este problema na agricultura espanhola, aplicou-se desde meiados da década dos 50 a política de concentraçom parcelária. A magnitude das actuaçons desta política em Galiza foi, sem embargo, bastante limitada; de tal modo que na actualidade o problema do elevado parcelamento das terras persiste na maior parte do nosso território.

Sobre isto consultar por exemplo o trabalho:

-ORJALES PITA, Mario, "A concentración parcelaria e as estructuras agrarias.", em: VARIOS, I Xornadas agrarias galegas., Servicio de Publicaciones del M.A.P.A., Madrid, 1984, pp. 243-253.

entre a dinámica demográfica e a evoluçom da estrutura das exploraçons, a forte reduçom que experimenta nestas décadas o número de activos na agricultura galega, possibilitava que se produzira umha diminuçom do número de unidades de produçom e umha ampliaçom da sua superfície média. Essa reduçom da populaçom activa agrária deveria conduzir à desapariçom de umha boa parte das exploraçons, e à incorporaçom das superfícies que estas ocupavam a outras unidades, agrandando assi o seu tamanho. Esta é a via normal mediante a qual a estrutura das exploraçons se adapta a um volume de mao de obra em descenso, e o que marca as tendéncias nos países do nosso entorno ao longo das últimas décadas: a reduçom do número de unidades produtivas, e a redistribuçom da superfície entre as exploraçons supervivintes; isto é, a concentraçom das terras entre as exploraçons agrárias[233].

As notas que acabamos de exponher som extremadamente simples, e nom tenhem maiores pretensons. Em particular, nom pretendemos oferecer com isso, nem muito menos, umha interpretaçom das mudanças gerais experimentadas pola agricultura galega nos três últimos decénios. Sem embargo, cremos que som de utilidade para situar melhor, e contextualizar historicamente, a questom que analisamos a continuaçom: a evoluçom do número e superfície das exploraçons agrárias em Galiza ao longo do período 1962-1989. Convertida em necessária e, ao mesmo tempo, em possível umha transformaçom significativa na estrutura dimensional das exploraçons, em que medida se produziu esta realmente ?. Esta é a pergunta básica que imos tratar de responder.

---

[233] Habitualmente, o termo empregado para referir-se a esses processos é o de "desapariçom e concentraçom de exploraçons". Sem embargo, essa expressom, "concentraçom de exploraçons", ao igual que sinalamos no seu lugar para o termo "dimensom das exploraçons", é imprecisa; porque nom especifica a que elemento ou aspeito das unidades de produçom se refire a concentraçom (a produçom, o capital total,...). Por este motivo, no nosso caso, em que o que nos interessa é a base territorial, a superfície, parece-nos mais preciso falar nom de concentraçom de exploraçons, senom de "concentraçom das terras entre as exploraçons". Daí que seja este o termo que figura, ao princípio, no rótulo do apartado.

Sobre esta questom terminológica ver:

-LAURENT, C. / VIAU, C., La concentration des terres dans les exploitations agricoles entre 1955 et 1963. op. cit., pag. 11.

3.1.2. Os dados estatísticos utilizados na análise. Precisons sobre a comparabilidade e a validez das cifras oferecidas polos sucessivos Censos agrários e a EEEA de 1987.

Tal como adiantamos, o nosso estudo vai-se basear aqui nas cifras oferecidas polos 4 Censos agrários realizados até agora em Espanha (em 1962, 1972, 1982 e 1989). Ademais, completando a série estatística, servimo-nos também dos dados suministrados pola "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987. A partir destas cifras, podemos calcular a evoluçom operada nos diversos períodos intercensais; tanto as variaçons globais (no número total de exploraçons e na superfície média por exploraçom), como as modificaçons registadas na distribuçom das exploraçons e da superfície por classes de tamanho.

O procedimento é, como vemos, sumamente simples. Agora bem, a validez dos resultados que se obtenhem depende de dous aspeitos: o primeiro é a comparabilidade ou homogeneidade dos dados oferecidos por essas estatísticas para as diferentes datas, em que medida correspondem estes dados às mesmas definiçons e metodologia; o segundo aspeito a ter em conta é o grau de fiabilidade das cifras. Dada a relevância que isto tem dentro de umha análise empírica como esta, devemos começar aclarando essas duas questons.

De entrada, podemos antecipar que o problema se planteja de forma diferente para os Censos agrários e para a EEEA de 1987. Por esta razom dividimos a exposiçom em duas partes: primeiro referiremo-nos à questom da homogeneidade e fiabilidade dos dados suministrados polos 4 Censos agrários; e depois, de forma muito mais breve, veremos em que medida é possível a comparaçom entre as cifras da EEEA de 1987 e as dos Censos agrários imediatamente anterior e posterior (os de 1982 e 1989, respectivamente).

a. A homogeneidade e fiabilidade dos dados sobre o número e a superfície total das exploraçons, que som oferecidos polos Censos agrários de 1962, 1972, 1982 e 1989.

a1. Metodologia e definiçons empregadas.

Do ponto de vista metodológico, estes 4 Censos agrários som estatísticas da mesma natureza, baseadas numha recolhida directa de informaçom para todas as

exploraçons existentes na data de referéncia. Neste aspeito, portanto, a comparaçom das suas cifras nom planteja dificuldades.

Tampouco encontramos problemas importantes de homogeneidade no que respeita aos conceitos utilizados, porque estes som mui similares nos 4 censos. Em concreto, som dous os pontos nos que temos que fixar aqui a nossa atençom: a definiçom de exploraçom agrária, e mais especificamente a definiçom de "exploraçom agrária com terras"[234]; e o conceito de superfície ao que corresponde o tamanho das exploraçons.

Comecemos polo primeiro. Antes analisamos em detalhe a **definiçom de exploraçom agrária (com terras)** estabelecida no Censo agrário de 1962, destacando como principal conclusom a sua grande amplitude. Esta amplitude aparecia já no conceito geral de exploraçom agrária adoptado formalmente; pero via-se reforçada ainda mais ao examinar o procedimento seguido, e os critérios empregados na prática, para elaborar o directório de titulares de exploraçom.

Pois bem, nos três Censos agrários realizados posteriormente, essa definiçom de exploraçom mantem-se sem modificaçons importantes. Encontramos, isso si, algumhas variaçons em aspeitos secundários, e a introduçom de algumhas precisons adicionais que venhem explicitar cousas que em 1962 estavam só implícitas.

Um exemplo do primeiro tipo de mudanças é que, se no Censo de 1962 se falava de "unidad técnico-económica de la que se obtienen producciones agrícolas, forestales, ganaderas o mixtas", nas definiçons adoptadas nos três censos posteriores substitue-se isto último por "producciones agrarias". Pero isto semelha-nos que é umha variaçom puramente nominal, sem conseqüéncias práticas.

O segundo tipo de modificaçons que citamos, introduzem-se nos dous últimos Censos, os de 1982 e 1989. Assi, no Censo de 1982, depois de definir a exploraçom agrária como "la unidad técnico-económica de la que se obtienen productos agrarios bajo la responsabilidad de un empresario", acrescentam-se as seguintes precisons, que nom figuravam nos censos precedentes:

> *"Por excepción se censará también las tierras utilizadas anteriormente con fines agrarios, y que continuando con vocación agraria no han sido explotadas durante el período de referencia censal. Asimismo, se censarán las tierras no*

---

[234] Como sinalamos ao analisar os dados de 1962, fazemos abstracçom das "exploraçons sem terras".

labradas aún en el caso de que su único aprovechamiento fuera la caza.

No se considerarán como censables los terrenos parcelados que en el día de la entrevista estén urbanizados o se hayan iniciado los trabajos de urbanización."[235]

Pola sua parte, na definiçom estabelecida no Censo agrário de 1989 mantenhem-se as precisons anteriores, e sinala-se ademais que: *"También se censarán las explotaciones exclusivamente forestales."*[236]

Agora bem, todas essas precisons nom suponhem na prática nengumha modificaçom em relaçom ao conceito empregado nos dous censos anteriores, e em concreto no de 1962. O único que sucede é que se sinalam explicitamente cousas que em 1962 nom apareciam expressamente na definiçom, pero que si se desprendiam dos critérios utilizados para elaborar o directório dos titulares de exploraçom: nas cifras figuram censadas como exploraçons agrárias extensons exclusivamente florestais, e mesmo terreos ou propriedades abandonadas.

Em definitiva, pois, no que respeita às definiçons utilizadas, podemos afirmar que as cifras de exploraçons agrárias oferecidas polos 4 censos som perfectamente comparáveis.

A única variaçom que si tivo efeitos práticos consiste em que no Censo de 1972 e posteriores som excluídas da definiçom de "exploraçom agrária com terras" aquelas cuja superfície total é inferior a 0,1 hes, límite nom estabelecido no primeiro Censo agrário. Sem embargo, este problema é fácil de subsanar, deduzindo estas unidades das cifras de 1962, como assi fixemos.

Tampouco se plantejam problemas no que se refire ao conceito de superfície ao que correspondem os dados sobre o tamanho das exploraçons. Os 4 censos agrários oferecem nos seus quadros de resultados a distribuçom das exploraçons por grupos de tamanho referidos à superfície total. Estes serám os dados que utilizemos para ver a evoluçom entre 1962 e 1989.

---

[235] INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Resultados por comunidades autónomas pluriprovinciales. Galicia., INE, Madrid, 1985, "Notas metodológicas", pag. X.

[236] INE, Censo Agrario 1989. Proyecto., INE, Madrid, 1989, pag. 15.

Resumindo: do ponto de vista da metodologia e definiçons utilizadas, as cifras dos 4 Censos agrários podem considerar-se homogéneas.

Os problemas que apresentam estes dados nom se refirem à sua homogeneidade, senom à sua fiabilidade ou veracidade. Neste aspeito, ao comparar os resultados dos sucessivos Censos agrários, encontramo-nos com algumhas oscilaçons que som pouco ou nada plausíveis, que só podem explicar-se por irregularidades ou deficiéncias ao efectuar na prática o registo estatístico. E, por outro lado, num plano mais geral, surge umha interrogante: em que medida os Censos agrários realizados em Espanha, dadas as definiçons adoptadas, som umha fonte estatística adeqüada para recolher as mudanças ao longo do tempo no número e superfície das exploraçons; em que medida as suas cifras registam as mudanças ocorridas realmente.

A aclarar essas duas questons dedicamos as seguintes páginas.

a2. As deficiéncias no registo estatístico efectuado polos sucessivos Censos agrários.

-As oscilaçons da superfície total censada.

Como vimos no seu momento, a superfície total registada polo Censo agrário de 1962 era em Galiza notavelmente inferior à superfície geográfica; o que significa que umha parte do território quedou sem censar. Ademais, a relaçom entre umha e outra superfície, o grau de cobertura das cifras, variava muito segundo as províncias (e ainda mais a nível municipal).

Nos trés Censos agrários elaborados com posterioridade mantem-se a mesma situaçom em termos gerais: em todos eles a superfície censada é claramente inferior à geográfica. Pero, para além disso, o volume concreto de superfície censada experimenta variaçons de um censo a outro. Algumhas destas variaçons podem atribuir-se a mudanças reais, ou ao menos correspondem-se com tendéncias que som plausíveis. Noutros casos, sem embargo, as fluctuaçons que se desprendem das cifras censais dificilmente podem reflexar fenómenos reais; a sua única explicaçom possível é a existéncia de irregularidades no registo estatístico efectuado polos sucessivos censos, a existéncia de deficiéncias e oscilaçons no que respeita ao grau de exaustividade deste registo.

Tomando os resultados referidos ao conjunto de Galiza, essas oscilaçons irregulares da superfície censada, atribuíveis só a deficiéncias estatísticas, nom

som mui importantes[237]. Pero o problema adquire maior relevância a medida que descendemos a unidades geográficas de menor dimensom, em particular nos dados a nível municipal. Assi, ao comparar as cifras oferecidas por dous censos agrários sucessivos, nalguns concelhos encontramo-nos com variaçons mui fortes da superfície censada, de um e outro signo; variaçons que se acompanham de umha evoluçom do número de exploraçons dificilmente creível: um aumento do número de unidades produtivas em todos os intervalos de tamanho, ou, ao contrário, um descenso mui forte desse número em todos os intervalos.

Disso desprende-se a necessidade de tomar com precauçom as mudanças que se obtenhem destes dados; em especial, insistimos, ao descender à evoluçom por províncias e sobretodo por municípios.

-A evoluçom da cifra de exploraçons de superfície inferior a 1 he.

Aparte do que acabamos de apontar (as fluctuaçons irregulares da superfície total censada), hai outro fenómeno que se observa nos dados censais, e que só pode explicar-se por irregularidades no registo estatístico. Referimo-nos ao aumento do número de exploraçons de superfície inferior a 1 he, que se constata nos dous últimos períodos intercensais.

A cifra destas exploraçons reduze-se numha quantia importante entre o Censo agrário de 1962 e o de 1972; pero a partir de aqui regista um incremento contínuo, primeiro no período 1972-1982, e depois também entre o Censo de 1982 e o de 1989. Esta multiplicaçom das unidades de menor tamanho, nos dous últimos períodos intercensais, nom responde, segundo todos os indícios, a nengum fenómeno real. Em concreto, nom pode atribuir-se isso a umha expansom da agricultura a tempo parcial nas áreas próximas aos núcleos urbano-industriais. Esta interpretaçom, na que poderia pensar-se em princípio, ve-se desmentida polos dados; porque o aumento do número destas exploraçons nom se limita a essas áreas, senom que se produze por toda a geografia galega.

Por outra parte, essa evoluçom nom se explica tampouco por modificaçons no conceito de exploraçom agrária nos Censos de 1982 e 1989. Como sinalamos mais atrás, este conceito é mui amplo nos 4 censos, pero nom experimenta alteraçons significativas entre uns e outros.

Portanto, a citada evoluçom só pode explicar-se por irregularidades no registo estatístico efectuado polos dous últimos censos agrários; irregularidades

---

[237] Mais adiante veremos a evoluçom concreta destas cifras.

que levárom a um "inflamento" ou multiplicaçom artificial da cifra de exploraçons de menor tamanho.

Em realidade, a razom de fondo que deu lugar a esse aumento artificial, ou ao menos a que o fixo possível, hai que busca-la na definiçom excessivamente ampla de "exploraçom agrária" utilizada até agora nos censos. Ao examinar os resultados do primeiro deles, o realizado em 1962, puxemos de manifesto como essa definiçom excessivamente ampla, fazia que apareceram registadas como exploraçons agrárias dous tipos de extensons nas que nom era efectuado nengum trabalho ou actividade humana, e que portanto dificilmente podiam considerar-se "unidades técnico-económicas de produçom". Tratava-se, por um lado, de extensons de terreo exclusivamente florestais, sobretodo de grande dimensom; e polo outro, de propriedades abandonadas, em geral de pequeno ou mui pequeno tamanho. Pois bem, ao manter-se essa definiçom tam ampla de "exploraçom" nos censos agrários posteriores, a importáncia quantitativa do último fenómeno (o registo de propriedades abandonadas) foi aumentando com o passo do tempo.

Deste modo, o incremento da cifra de exploraçons menores de 1 he, que se constata nos Censos de 1982 e 1989, deve-se esencialmente a isso: a inclusom aqui de muitas pequenas propriedades abandonadas. Estas correspondem-se com antigas micro-exploraçons hoje desaparecidas; ou bem com partes de antigas exploraçons, cujas terras (abandonadas) forom divididas entre os herdeiros do antigo titular. Neste sentido, a aparente multiplicaçom das micro-exploraçons o que reflecte realmente é, em boa medida, a divisom herditária de propriedades correspondentes a exploraçons desaparecidas.

Ao longo da exposiçom posterior aportaremos indícios e informaçons empíricas que avalam as afirmaçons que acabamos de efectuar. Aqui queremos resaltar a conseqüéncia que disso se deriva, a efeitos práticos: **ao analisar as mudanças ocorridas no número e superfície das exploraçons, é conveniente excluir dos dados as unidades menores de 1 he, já que a sua evoluçom irregular deforma as tendéncias das cifras globais.**

a3. A adeqüaçom dos Censos agrários, como fonte para o estudo das variaçons no número e superfície das exploraçons.

As precisons anteriores conduzem-nos a umha questom de carácter mais global: em que medida os censos agrários, tendo em conta as definiçons que utilizam, som umha fonte adeqüada para estudar as mudanças experimentadas polo número e superfície das exploraçons ao longo das últimas décadas ?. Ou,

noutras palavras, em que medida as cifras destes censos recolhem as variaçons ocorridas realmente no número e superfície das exploraçons.

Neste aspeito, hai que sinalar que os dados apresentam grandes deficiéncias, devidas nom a irregularidades do registo, senom às proprias opçons metodológicas adoptadas, e em concreto à definiçom extremadamente ampla de exploraçom agrária.

Em relaçom com isso, Luis J. Garrido e Juan Jesús González indicam que: *"Conviene empezar aclarando, por tanto, que el Censo Agrario no debe ser considerado tanto un censo de explotaciones (si nos atenemos a su propia definición, así como a los argumentos que iremos aportando) como un censo de titulares de fincas rústicas, una parte de las cuales no constituyen por si mismas «unidades técnico-económicas»..."*[238]. Esta afirmaçom coincide em termos gerais com as conclusons que nós obtivemos anteriormente, no sentido de que nos censos agrários, aparte do que som propriamente unidades de produçom agrária, figuram registadas como exploraçons extensons de terreo exclusivamente florestais e também superfícies abandonadas, propriedades que nom som objecto de nengum aproveitamento agrário.

Num plano diacrónico, à hora de recolher as variaçons produzidas nas últimas décadas, isso tem umha conseqüéncia esencial: **os censos agrários continuam registando como exploraçons a muitas antigas unidades de produçom, que em realidade desaparecérom completamente como tais; ou a unidades que quedárom reduzidas a umha actividade mui pequena, e que tenhem a maior parte das suas terras abandonadas.** Antes sinalamos como isto dava lugar em Galiza a um aumento artificial do número de exploraçons menores de 1 he nos períodos intercensais 1972-1982 e 1982-1989. Pero esse sesgo, ainda que seja em menor medida, dá-se também noutros grupos de tamanho superior, subestimando os censos a desapariçom de exploraçons nestas categorias.

Isto último é algo que sugirem as definiçons empregadas. E, como veremos no seu lugar, confirma-se ao analisar com detenimento as cifras: **os censos agrários subestimam o volume de exploraçons desaparecidas, em particular nos grupos de menor tamanho, devido a que seguem contabilizando muitas**

---

238 GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación y el paro agrarios.", Agricultura y Sociedad, no. 54, janeiro-março 1990, pag. 85.

unidades que deixárom de existir, e que actualmente som em realidade propriedades abandonadas.

Cabe perguntar-se aqui se os resultados destes censos nom podem estar afectados também por outro tipo de deficiéncia ou sesgo: que continuem registando-se como exploraçons independentes extensons de terreo que correspondem a exploraçons desaparecidas, pero que nom estám abandonadas, senom que fórom incorporadas a outras unidades de produçom. No caso de que isto se dera em proporçons importantes, as cifras subestimariam nom só a desapariçom de exploraçons, senom também a concentraçom da terra noutras unidades operada paralelamente.

Alguns autores aludem à existéncia de deficiéncias deste tipo, ainda que nom se correspondem exactamente com o fenómeno que sinalamos. Em concreto, afirma-se que os censos agrários registam às vezes como exploraçons diferentes, propriedades pertencentes a distintos membros de umha família, que em realidade formam parte de umha mesma unidade de produçom[239]. A isso podemos acrescentar alguns indícios indirectos, que sugirem que essas divisons fictícias de exploraçons pudérom dar-se efectivamente nestas cifras. Tanto o fraccionamento artificial de terras que formavam já umha única exploraçom; como o continuar censando como exploraçons independentes extensons que ao longo do período analisado se integrárom noutra unidade de produçom[240].

---

[239] Ver por exemplo:
-GARRIDO, Luis J. / GONZALEZ, Juan Jesús, "La estimación de la ocupación...", op. cit., pp. 84-85.

[240] Podemos considerar um indício indirecto da possível existéncia dessas deficiéncias, o feito de que na definiçom de exploraçom agrária estabelecida para o Censo agrário de 1989 se introduzam as seguintes precisons, que nom apareciam nos censos anteriores:
"Se censará como una sola explotación, siempre que exista una gestión única y una unidad técnico-económica:
-Una explotación que se haya repartido a nombre de varias personas por razones fiscales o de otro tipo.
-Dos o más explotaciones, que constituían anteriormente explotaciones independientes y que se hayan integrado bajo la dirección de un solo titular." (INE, Censo Agrario 1989. Proyecto. op. cit., pag. 15.)

Sem embargo, a evidéncia empírica directa ou indirecta da que pudemos disponher, fai-nos pensar que, no caso concreto da agricultura galega, este segundo tipo de deficiéncia dos dados censais tem umha relevância bastante pequena; e, desde logo, é muito menos freqüente que a primeira que sinalamos (o continuar registando como exploraçons extensons de terreo que som em realidade propriedades abandonadas)[241].

Reiteramos pois que este último é o principal problema ou defecto que apresentam os censos agrários, como base para conhecer a evoluçom do número

---

Como dixemos, cabe pensar que a introduçom destas precisons pode responder a um conhecimento ou suspeita, por parte dos responsáveis do disenho do Censo agrário, de que nos censos anteriores se produzia a divisom artificial de algumhas exploraçons.

[241] A evidéncia empírica á que aludimos é de duas classes:

-Por umha parte, constatamos que a inclusom no Censo agrário de 1989 das precisons às que aludimos na nota anterior nom deu lugar a umha modificaçom das tendéncias observadas nos períodos intercensais precedentes. Em concreto, nom se regista entre o Censo de 1982 e este de 1989 umha concentraçom de exploraçons mais importante que nos períodos anteriores.

-Mais sólido é o segundo tipo de evidéncia empírica, ainda que se refire só a umha parróquia e nom é portanto representativa do conjunto da agricultura galega. A parróquia à que aludimos é a de Toubes situada no município de A Peroxa, na província de Ourense. E a análise que efectuamos consistiu no seguinte: tomamos as fichas individuais para cada exploraçom que figuravam no Directório de titulares de exploraçom de 1981, que serviu de base à realizaçom do Censo agrário de 1982, e no Directório de 1985, elaborado para servir de base à "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987; a partir desse material efectuamos um seguimento individual da evoluçom das exploraçons entre 1981 e 1985, e contrastamos o que figurava neste último Directório com a realidade. Para isto último valemo-nos do nosso conhecimento directo e de inquéritos sobre o terreo. Pois bem, o que constatamos foi que nas fichas figuravam algumhas exploraçons que já desapareceram, e sobretodo muitas nas quais a actividade era mínima. Em concreto, havia aqui várias nas quais só quedavam residindo na exploraçom persoas já jubiladas, e a sua actividade limitava-se ao cultivo de algumhas das fincas mais próximas à casa. E outros casos nos que nengumha persoa residia já de forma permanente na casa; esta só era ocupada os fins de semana polos descendentes do antigo titular, que cultivavam algumha finca. Pero o que devemos destacar aqui é que, das restantes terras que formavam essas exploraçons, a prática totalidade estavam abandonadas; mui poucas parcelas foram incorporadas a outras unidades, eram trabalhadas por agricultores vizinhos.

e superfície total das exploraçons. Ao examinar as cifras deveremos ter isto presente; e tratar de efectuar os ajustes e correcçons oportunas.

b. A comparabilidade das cifras, sobre o número e a SAU das exploraçons, que oferecem os Censos agrários de 1982 e 1989, e a EEEA de 1987.

Nos resultados dos Censos agrários de 1982 e 1989, ademais da classificaçom das exploraçons censadas segundo a sua superfície total, oferece-se também a sua distribuçom por classes de tamanho em funçom da superfície agrária utilizada (SAU). Assi, para o período 1982-1989 podemos analisar a evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons em termos de SAU, baseando-nos para isto na comparaçom das cifras desses dous censos. Esta comparaçom nom planteja problemas importantes no que respeita à homogeneidade dos dados; e, polo que se refire à sua fiabilidade, é aplicável o que acabamos de exponher para as cifras sobre o número e superfície total das exploraçons.

Agora bem, aparte desses dous censos agrários, contamos nestes anos com outra estatística que suministra também dados sobre o número e a SAU das exploraçons por classes de tamanho: a "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987. Esta estatística é do mesmo tipo que os censos, com a diferéncia de que os dados nom procedem aqui de umha recolhida exaustiva de informaçom, senom de um inquérito realizado a umha amostra de exploraçons[242]. Parece pois interessante incluir esta fonte no nosso estudo, podendo assi conhecer a evoluçom registada nos subperíodos 1982-1987 e 1987-1989.

A comparaçom directa entre as cifras dos censos agrários e as da EEEA de 1987 nom é sem embargo possível, devido a que a definiçom de "exploraçom agrária" é nesta estatística muito menos ampla, seguindo nisto as directrizes gerais marcadas no programa comunitário do que forma parte. Concretamente, a

---

[242] Sobre este aspeito consultar:

-INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia., INE, Madrid, 1989, pp. XXX-XXXVIII.

populaçom objecto de estudo está constituída aqui polas exploraçons que cumpliam ao menos umha destas três condiçons[243]:

a. Aquelas com umha SAU igual ou superior a 1 he.

b. Aquelas que, sem alcançar o límite anterior, tinham ao menos 0,2 hes de SAU ocupadas por cultivos hortícolas, frutais de regadio ou invernadeiros.

c. Aquelas que, nom alcançando os límites citados, tivérom no Censo agrário de 1982 umha marge bruta igual ou superior a 0,75 Unidades de Dimensom Europeia (UDE).

Para que estas cifras de 1987 sejam comparáveis com as dos censos agrários de 1982 e 1989, é necessário buscar um límite mínimo de dimensom comum, e excluir nas três datas as exploraçons que estám por baixo desse umbral. Em concreto o que nós fixemos foi excluir nos três casos as unidades com umha SAU inferior a 1 he. Deste modo, no seu momento veremos a evoluçom nos subperíodos 1982-1987 e 1987-1989 da cifra de exploraçons com 1 he e mais de SAU.

Agora imos iniciar já a análise das cifras, tratando assi de responder à interrogante que nos plantejamos ao princípio: em que medida se produziu, ao longo das três últimas décadas em Galiza, um processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons de magnitude significativa ?; em que medida a forte reduçom da populaçom activa agrária permitiu, ou foi acompanhada de, umha diminuçom do número de exploraçons e umha ampliaçom da sua superfície média ?.

Em primeiro lugar, examinaremos a evoluçom do número e a superfície das exploraçons entre 1962 e 1989, utilizando aqui as cifras referidas á superfície total das unidades de produçom (epígrafe 3.1.3).

Depois, e de forma mais breve, veremos a evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons em termos de SAU no período 1982-1989 (epígrafe 3.1.4).

---

[243] Ver: INE, Encuesta sobre la Estructura... op. cit., pp. XI-XII.

3.1.3. A evoluçom do número e a superfície das exploraçons por classes de tamanho, que se produziu em Galiza no período 1962-1989.

Ao igual que fixemos na análise da situaçom existente em 1962, para estudar a evoluçom registada no período 1962-1989, devemos separar de entrada nas cifras os montes comuns das exploraçons agrárias individuais. Devemos separar estes dous tipos de unidades, e centrar a nossa atençom nestas últimas (as exploraçons "propriamente ditas", formadas por superfícies de propriedade privada individual ou societária); porque só para elas tem sentido examinar as mudanças na sua estrutura dimensional, no seu número e superfície. No caso dos montes comuns, trata-se de extensons situadas à margem do mercado de terras, e mais globalmente, à margem dos processos de desapariçom de exploraçons e de mobilidade da terra entre unidades de produçom.

Por esta razom, na análise partimos de diferenciar os dous tipos de unidades; adoptando a efeitos práticos o critério delimitador que vinhemos utilizando ao longo da investigaçom: identificamos com montes comuns as exploraçons censadas de superfície total igual ou superior a 100 hes.

Iniciamos aqui a exposiçom com dous epígrafes que podem considerar-se accesórios: o primeiro referido à evoluçom que experimentou a superfície total censada ao longo do período 1962-1989; e o segundo relativo à evoluçom que registárom, nos sucessivos Censos agrários, as cifras referidas aos montes públicos e comunais. Será depois disso quando entremos no que constitue o núcleo do nosso estudo, e aquelo no que se centra a nossa atençom: o exame das mudanças operadas no número e a superfície das exploraçons "propriamente ditas".

a. A evoluçom da superfície total censada.

No **quadro 7.39** pode ver-se a evoluçom da superfície total que foi registada em Galiza polos sucessivos Censos agrários, distinguindo a que corresponde aos montes comuns e às exploraçons individuais.

No conjunto do período 1962-1989 essa superfície reduziu-se numhas 207.000 hes, o 8,5% da censada em 1962. A diminuçom registou-se tanto para as terras ocupadas polas exploraçons individuais, como para as dos montes comuns, ainda que foi muito mais forte nestes últimos: a superfície censada em montes comuns (exploraçons maiores de 100 hes) descendeu em 124.500 hes, o 13,0% da sua cifra em 1962; mentres que a registada em exploraçons

individuais fixo-o em 83.300 hes, o 5,6% do seu volume inicial (ver quadro 7.39).

Essa variaçom entre as datas inicial e final agacha, sem embargo, evoluçons diversas nos sucessivos períodos intercensais. Imo-nos referir pois a cada um destes períodos, fazendo algumhas consideraçons sobre a veracidade, ou ao menos a plausibilidade, das variaçons que neles registam as cifras.

Quadro 7.39. Evoluçom da superfície total censada em Galiza. Censos agrários de 1962, 1972, 1982 e 1989.

	Superfície censada (hes)			
	1962	1972	1982	1989
-Exploraçons agrárias (1)	1465747	1530192	1410021	1383457
-Montes comuns(1)	958260	926400	831937	833680
-Total superfície censada (2)	2424007	2456592	2241958	2217137

	Variaçom (hes)			
	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Exploraçons agrárias (1)	64445	-120171	-26564	-82290
-Montes comuns(1)	-31860	-94463	1743	-124580
-Total superfície censada (2)	32585	-214634	-24821	-206870

	Variaçom em percentagem			
	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Exploraçons agrárias (1)	4,4%	-7,9%	-1,9%	-5,6%
-Montes comuns(1)	-3,3%	-10,2%	0,2%	-13,0%
-Total superfície censada (2)	1,3%	-8,7%	-1,1%	-8,5%

(1) Identificamos aqui com montes comuns as exploraçons censadas de superfície igual ou superior a 100 hes, e com exploraçons agrárias (individuais ou exploraçons "propriamente ditas" as menores de 100 hes).
(2) O total refire-se nas três datas às exploraçons com terras de superfície >= 0,1 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

No **primeiro período intercensal, 1962-1972**, constata-se um ligeiro incremento da superfície total censada (+32.600 hes, +1,3% em termos relativos); que, à sua vez, é resultado de umha diminuçom para os montes comuns (-32.000 hes, -3,3%), mais que compensada polo aumento da superfície ocupada polas exploraçons individuais (+64.500 hes, +4,4%).

Na nossa opiniom, essas variaçons podem responder em parte a fenómenos reais. Em concreto, o feito de que se reduza a superfície cuberta polos montes comuns, aumentando paralelamente a censada nas exploraçons individuais, poderia explicar-se pola partiçom na década dos 60 de alguns espaços comunais; fenómeno este que se produziu efectivamente. Como vimos na introduçom histórica a este capítulo, ainda que o fundamental do processo tivo lugar antes de 1962, contamos com referéncias para algumhas comarcas, que aludem a repartos de montes vizinhais ou montes de varas efectuados a meiados ou finais dos 60.

Agora bem, isso só permitiria explicar umha parte das variaçons. Porque o que se observa, entre o Censo de 1962 e o de 1972, é um incremento da superfície das exploraçons individuais superior à perdida polos montes comuns, elevando-se assi o total censado. Isto só pode explicar-se por razons de tipo estatístico, em concreto por umha contabilizaçom mais exaustiva das exploraçons agrárias no censo de 1972[244].

No **período intercensal 1972-1982** produze-se, por um lado, umha diminuçom da superfície censada em montes comuns muito mais forte que no decénio anterior (-10,2%, frente a -3,3%). E ao mesmo tempo, a censada em exploraçons individuais experimenta também agora umha caída importante (-7,9%). Isto fai que, globalmente, a superfície total censada se reduza entre 1972 e 1982 numhas 215.000 hes, um 8,7% em termos relativos (ver quadro 7.39).

Sobre o primeiro dos fenómenos citados, devemos precisar que em realidade o descenso nom corresponde aos montes comuns, cuja superfície total se mantém práticamente invariável, senom a umha diminuçom da superfície censada em exploraçons maiores de 100 hes de propriedade particular. A isto

---

[244] A impressom de que se trata de um fenómeno devido às estatísticas aparece avalada polo feito de que também para o conjunto do Estado a superfície total censada aumentou entre 1962 e 1972. Isto sugire que no segundo censo agrário se produziu em todo o território espanhol umha melhora da exaustividade no registo das exploraçons. Consultar ao respeito:
-GARCIA FERRANDO, Manuel / BRIZ ESCRIBANO, Julián, "Cambios en la estructura agraria española durante el período censal 1962-1982.", Revista de Estudios Agro-Sociales, no. 138, outubro-dezembro 1986, pp. 13-14.

nom cabe atribuir-lhe, na nossa opiniom, nengum significado prático. O que sucedeu foi que umha parte das grandes extensons florestais de propriedade particular registadas no Censo agrário de 1972, deixam de está-lo no Censo de 1982; pero isto nom cremos que responda a nengumha mudança ocorrida na situaçom real destas terras.

Diferente é o que sucede com a segunda das variaçons que indicam as cifras: a reduçom da superfície ocupada polas exploraçons agrárias individuais (as menores de 100 hes). Esta reduçom é coerente com o que apontam outros dados, sobre as mudanças experimentadas pola estrutura dimensional das exploraçons neste período; e reflecte com toda seguridade umha tendéncia real. Em concreto, dous som os fenómenos com os que se corresponde esse descenso: as perdas de terreos agrários devidas ao crescimento urbano e à conseguinte expansom dos usos urbanos e industriais do solo; e, o mais importante do ponto de vista quantitativo, o abandono de superfícies deixadas livres polas exploraçons desaparecidas. Como veremos mais adiante, neste período 1972-1982 produziu-se umha intensificaçom da desapariçom de exploraçons, e a maior parte das terras que formavam estas unidades quedárom abandonadas. Esta é a principal causa da diminuçom que se constata na superfície total ocupada polas exploraçons.

No **último período intercensal, 1982-1989**, prossegue o descenso da superfície ocupada polas exploraçons individuais, sendo aplicáveis as observaçons anteriores sobre a plausibilidade e o significado desta variaçom. Hai que apontar, nom obstante, que o ritmo ao que se produze esta diminuçom é, segundo as cifras, muito menor que no período anterior[245]; cousa que duvidamos muito que responda à realidade.

Por outra parte, neste último período intercensal a superfície registada em montes comuns mantem-se praticamente constante (exactamente, aumenta num 0,2% entre o Censo de 1982 e o de 1989).

Recapitulando, temos pois as seguintes **tendéncias:**

i. No que respeita à superfície ocupada polas exploraçons agrárias individuais:

-Esta superfície aumentou entre 1962 e 1972; o qual pudo dever-se em parte ao reparto de alguns montes comuns, pero na sua maioria é conseqüéncia de um

---

[245] Assi, no quadro 7.39 pode ver-se que a superfície censada em exploraçons individuais se reduze no período 1982-89 em só o 1,9%, frente ao 7,9% entre 1972 e 1982. Tomando cifras estritamente comparáveis (dada a diferente duraçom desses períodos), a taxa de variaçom acumulativa anual é, respectivamente, do -0,27%, e o -0,81%.

registo estatístico mais exaustivo das exploraçons no Censo de 1972.

-Nos dous seguintes períodos intercensais essa superfície experimenta um contínuo retrocesso; tendéncia que, sem dúvida, se corresponde com a realidade.

ii. Polo que se refire à evoluçom da extensom censada em exploraçons maiores de 100 hes, esta diminue nos dous primeiros períodos, e em especial entre 1972 e 1982; permanecendo estável no último. As variaçons neste caso nom respondem na sua maior parte a nengumha mudança real.

Precisamente, antes de entrar num estudo detalhado referido às exploraçons individuais, imos comentar brevemente os dados que os sucessivos Censos agrários oferecem sobre o número e a superfície dos montes comuns.

b. A evoluçom das cifras referidas ao número e superfície dos montes comuns por classes de tamanho.

No **quadro 7.40** reproduzimos as cifras que se obtenhem nos 4 Censos agrários para as unidades que, numha primeira aproximaçom, identificamos com os montes comuns: as exploraçons censadas de superfície igual ou superior a 100 hes. Figura aí, para cada data: o número, a superfície total, e a superfície média destas unidades.

O feito mais destacado que se observa nestes dados, e o que merece algumha aclaraçom, é a forte variaçom registada entre o Censo agrário de 1972 e o de 1982.

No primeiro Censo agrário, o realizado em 1962, foram registadas em Galiza 772 exploraçons maiores de 100 hes, que ocupavam umha extensom total de 958.260 hes. Resultava assi umha superfície média de 1.241,3 hes; o que nos apresentava aos montes comuns como unidades de mui elevado tamanho. Essas cifras mantenhem-se sem modificaçons substanciais no Censo agrário de 1972 (828 exploraçons maiores de 100 hes, umha superfície total de 926.400 hes, e umha dimensom média de 1118,8 hes). Pero no Censo de 1982, em cámbio, as cifras variam de modo mui importante. Assi, das 828 unidades registadas em 1972 passa-se em 1982 a 1.793; ao mesmo tempo que a extensom total ocupada por estas exploraçons maiores de 100 hes diminue em quase 100.000 hes (de 926.400 a 832.000). Desta forma, ainda que seguimos estando perante unidades de elevada dimensom média, esta dimensom baixa de 1118,8 hes em 1972 a 464,0 hes em 1982. Finalmente, esses dados de 1982 mantenhem-se sem

modificaçons relevantes no último Censo efectuado, o de 1989 (ver quadro 7.40).

Quadro 7.40. Evoluçom do número e a superfície ocupada polos montes comuns (identificados com as exploraçons censadas >=100 hes). Galiza 1962, 1972, 1982 e 1989.

	1962	1972	1982	1989
-Número de exploraçons >= 100 hes	772	828	1793	2012
-Superfície ocupada (hes)	958260	926400	831937	833680
-Superfície/exploraçom (hes)	1241,3	1118,8	464,0	414,4

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

A questom que devemos aclarar aqui refire-se, pois, às variaçons que se constatam entre 1972 e 1982. Duas som em concreto as perguntas que se plantejam: respondem essas variaçons (que se constatam para as exploraçons maiores de 100 hes) a mudanças registadas efectivamente nos dados relativos aos montes comuns ?; e, em caso afirmativo, com que fenómenos se correspondem estas mudanças ?.

A resposta á primeira interrogante temo-la no **quadro 7.41**, onde recolhemos as cifras referidas às exploraçons públicas e comunais, que oferecem os Censos de 1972 e 1982[246]. Aqui podemos observar, em primeiro lugar, que a superfície total ocupada por estas unidades é mui similar nas duas datas (827.033 hes em 1972, e 818.775 hes em 1982). Portanto, a reduçom que experimentou entre estes dous censos a superfície total das exploraçons maiores de 100 hes, nom se deveu aos montes comuns, senom às extensons de propriedade particular incluidas aí; umha parte destas grandes unidades florestais de propriedade particular, que foram censadas em 1962 e 1972, quedárom excluídas em 1982.

---

[246] Nos resultados do censo agrário de 1989 figuram também este tipo de dados, a distribuçom das exploraçons censadas segundo a condiçom jurídica do empresário. Sem embargo, entre as rúbricas diferenciadas nom está, ao contrário que nos dous censos anteriores, a que corresponde aos empresários "comunais". Este tipo de situaçom aparece em 1989 englobada dentro do conjunto residual "Otra condición jurídica". Como conseqüência disso, nom é possível obter neste último censo dados sobre o número e superfície das exploraçons públicas e comunais, comparáveis com os do 1972 e 1982. Este é o motivo de que no quadro 7.41 só aparezam as cifras para estas duas datas.

Mantendo-se, pois, estável a sua superfície total, o que si se produze é um forte aumento do número de exploraçons públicas e comunais, e umha diminuçom paralela do seu tamanho médio. Assi, as 1.188 exploraçons deste tipo censadas em 1972 convirtem-se no Censo de 1982 em 2.965; e a sua dimensom média baixa de 696,2 hes a 276,1 hes. O processo de fragmentaçom que isso sugire aprecia-se com claridade na evoluçom por intervalos de tamanho: diminue fortemente o número e a superfície das exploraçons públicas e comunais de maior tamanho (aquelas por encima das 1000 hes), e aumentam as cifras em todos os intervalos por baixo das 1000 hes (ver quadro 7.41).

Quadro 7.41. Evoluçom do número e superfície das exploraçons públicas e comunais por classes de tamanho. Galiza 1972-1982.

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons (*)			Superfície (hes) (*)		
	1972	1982	Variaçom	1972	1982	Variaçom
< 1 he.	48	35	-13	21	20	-1
1-5	102	143	41	268	396	128
5-10	68	102	34	477	698	221
10-20	79	196	117	1105	2629	1524
20-50	128	426	298	4018	13611	9593
50-100	109	447	338	7723	31862	24139
TOTAL <100 hes	534	1349	815	13612	49216	35604
100-200	125	638	513	17669	87363	69694
200-300	80	300	220	19337	72366	53029
300-500	110	282	172	41709	107761	66052
500-1000	124	232	108	90488	160282	69794
>= 1000 hes.	214	164	-50	644218	341787	-302431
TOTAL >=100 hes	653	1616	963	813421	769559	-43862
TOTAL	1188	2965	1777	827033	818775	-8258

(*) Nestas cifras figuram agrupadas as exploraçons censadas nas que o empresário é umha "Entidad pública", e aquelas nas que o empresário é "Comunal".

Fonte: INE, Censos agrarios de España de 1972 e 1982.
Elaboraçom própria.

Vaiamos agora com a segunda interrogante: os factores explicativos dessas variaçons que registam as cifras.

As variaçons correspondem-se efectivamente com mudanças reais, ainda que estas nom afectárom propriamente à estrutura dimensional dos montes

comuns, senom à situaçom da sua propriedade do ponto de vista jurídico. Em concreto, a aparente fragmentaçom destas unidades, que amostram os dados, é conseqüéncia ou reflexo do processo de devoluçom da propriedade dos montes vizinhais às comunidades rurais; processo este que se iniciou a princípios da década dos 70, e que se concentrou quantitativamente no período que média entre o Censo de 1972 e o de 1982[247], ainda que nom estava nesta última data totalmente completado.

A anterior adscriçom da titularidade dos montes vizinhais aos municípios, fazia que apareceram inscritos como umha única propriedade e umha única exploraçom superfícies que em realidade constituiam patrimónios diferentes, pertencentes a distintas entidades vizinhais. Esta situaçom é a que reflexam as cifras dos Censos agrários de 1962 e 1972; sobreestimando pois essas cifras o tamanho real destes montes.

Essa "concentraçom artificial" dos montes vizinhais, desfai-se ao ser estes devoltos às comunidades proprietárias tradicionais. Isto é o que se constata entre 1972 e 1982; e os dados deste último Censo nom fam, pois, senom recolher de forma muito mais próxima à realidade a estrutura dimensional dos montes vizinhais.

A redistribuçom de superfícies que se opera entre os Censos de 1972 e 1982, aprecia-se com maior claridade se separamos nas cifras as exploraçons públicas das comunais, tal como fazemos no **quadro 7.42**. Vemos assi que a superfície ocupada polas exploraçons cujo empresário é umha entidade pública, se reduziu neste período em perto de 450.000 hes, aumentando paralelamente numhas 440.000 hes a registada em exploraçons comunais. Essa transferéncia de superfícies de umha a outra categoria, foi acompanhada de umha diminuçom do número de unidades públicas em 328, e um incremento da cifra das comunais em 2.159 (ver quadro 7.42). Isto indica-nos que com a devoluçom dos montes vizinhais, "desaparecérom" 328 exploraçons de entidades públicas, registadas a nome dos concelhos; e cada umha delas dividiu-se por termo médio em 5,7 montes comunais.

Hai que destacar, nom obstante, que apesar dessa fragmentaçom, a imensa maioria das superfícies dos montes públicos e comunais segue correspondendo em 1982 a unidades de tamanho superior a 100 hes. Em concreto, estám aqui 770.000 das 819.000 hes ocupadas por estas extensons, o 94% (ver quadro 7.41).

---

[247] Umha referéncia a este processo de devoluçom dos montes vizinhais, e ao seu quadro ou soporte no plano jurídico, pode encontrar-se no trabalho:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro,
"Aproximaçom...", op. cit., pp. 175-183.

Quadro 7.42. Evoluçom do número e a superfície ocupada polas exploraçons públicas e comunais. Galiza 1972-1982.

	1972	1982	Variaçom
-NUMERO DE EXPLORAÇONS:			
-Explor. com empresário "Entidad pública"	849	467	-382
-Explor. com empresário "Comunal"	339	2498	2159
-Total explor. públicas e comunais	1188	2965	1777
-SUPERFICIE OCUPADA (hes):			
-Explor. com empresário "Entidad pública"	702849	254105	-448744
-Explor. com empresário "Comunal"	124184	564671	440487
-Total explor. públicas e comunais	827033	818776	-8257

Fonte: INE, Censos agrarios de 1972 e 1982.
Elaboraçom própria.

-A superfície ocupada na actualidade polos diversos tipos de montes públicos e comunais.

Finalizamos a nossa referéncia aos montes públicos e comunais, com umhas precisons sobre o peso territorial que estes tenhem na actualidade em Galiza, e o tipo concreto de superfícies que figuram aqui.

O Censo agrário de 1982[248] contabilizou em Galiza 2.965 exploraçons públicas e comunais, que ocupavam um total de 818.776 hes. Esta cifra supom o 36,5% da superfície total censada nesta data, e o 27,8% da superfície geográfica.

Dessa extensom total, havia 254.105 hes, o 31,0%, em unidades com empresário entidade pública; correspondendo as restantes 564.671, o 69,0%, a exploraçons comunais (ver quadro 7.42).

De modo mais preciso, podemos afirmar que essas exploraçons com empresário "comunal", que regista o Censo agrário de 1982, som em concreto montes vizinhais. De feito, resulta digno de destacar a identidade quase exacta que se observa entre essas cifras do Censo agrário, e as referidas aos montes

---

[248] Tomamos este censo e nom o mais recente de 1989 devido a que, como explicamos numha nota anterior, nos resultados deste último nom se oferecem as cifras correspondentes às exploraçons com empresário comunal.

vizinhais em mao comum que estavam classificados positivamente (é dizer que lhes fora reconhecida essa condiçom) a 31-12-1981. Estes montes eram 2.321, e ocupavam um total de 564.447 hes **(ver quadro 7.43)**; cifras práticamente idénticas às das exploraçons comunais censadas em 1982: 2.498 unidades e 564.671 hes.

Quadro 7.43. Montes classificados como vizinhais em mao comum, montes do Estado, e montes de utilidade pública pertencentes às entidades locais. Galiza 1980/1983.

	Número de montes	Superfície (hes)
-Montes vizinhais em mao comum classificados a 31-12-1981.	2321	564447
-Montes catalogados de utilidade pública pertencentes às entidades locais (1980)	161	50487
-Montes do Estado catalogados de Utilidade Pública (1983).	21	1164

Fonte: MANGAS NAVAS, José Manuel, La propiedad de la tierra en España: los Patrimonios Públicos., Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios, Madrid, 1984, pp. 141, 217-218, 335-336. (as cifras procedem originalmente de estatísticas do ICONA).

Nom se observa, em cámbio, a mesma proximidade entre as cifras de exploraçons públicas registadas no Censo agrário, e as correspondentes aos montes de propriedade pública, que oferece para essa data o ICONA. Assi, sumando os montes do Estado e os pertencentes a entidades locais, o seu número em Galiza era em 1980/1983 de 182 unidades, que cubriam em total umhas 51.500 hes ((ver quadro 7.43). Frente a isso, as exploraçons com empresário "Entidad pública" contabilizadas no Censo agrário de 1982, ocupavam ao redor de 254.000 hes. Hai, pois, umha diferéncia superior às 200.000 hes, para as que nom resulta claro por esses dados a que tipo de propriedades correspondem.

Nom obstante, e sem pretender ser aqui totalmente exactos, cremos poder oferecer umha resposta a essa questom. A nossa opiniom é que a maioria dessas 200.000 hes correspondem a superfícies que historicamente eram montes vizinhais, e que em 1982 estavam ainda pendentes de catalogar. De feito, o processo de restituçom da propriedade vizinhal continuou ao longo da década

dos 80, e assi a 31-12-1985 a superfície dos montes vizinhais classificados elevava-se já a 639.057 hes[249], 75.000 hes mais que a finais de 1981.

Em definitiva, **na actualidade os montes públicos e comunais continuam ocupando em Galiza umha parte considerável do território: perto de 820.000 hes, o 27,8% da superfície galega. E dessa extensom a imensa maioria corresponde a montes vizinhais.**

A partir de aqui deixamos já de lado estas superfícies, para centrar-nos no que realmente nos interessa: as mudanças experimentadas pola estrutura dimensional das exploraçons individuais.

c. As mudanças no número e a superfície das exploraçons agrárias (individuais). A escassa entidade do processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons, que se produziu na agricultura galega durante o período 1962-1989.

Sendo a terra um bem limitado, o redimensionamento da base territorial das exploraçons, com a constituçom de unidades de maior superfície, só pode operar-se por umha via: a desapariçom de umha parte das exploraçons, e a transferéncia das superfícies que estas ocupavam a outras unidades de produçom, ampliando assi estas a sua dimensom[250]. Na prática, este é o processo que marca as tendéncias gerais registadas neste aspeito nos países da Europa Ocidental ao longo do período posterior à segunda guerra mundial[251]. Trata-se do mecanismo que permitiu o ajuste da estrutura das exploraçons às necessidades derivadas das novas técnicas de produçom disponíveis; e também,

---

[249] Dados da "Conselleria de Agricultura" da "Xunta de Galicia", tomados da obra: -BALBOA, Xesús, O monte en Galicia. op. cit., pag. 290.

[250] Estamos referindo-nos aqui ao caso de espaços agrários nos que a terra está apropriada na sua totalidade desde muito tempo atrás, como sucede na Europa Ocidental. A afirmaçom que fazemos no texto nom seria aplicável em áreas geográficas nas que existam grandes extensons de terras livres, como ocorreu nos países de "nova colonizaçom" (Estados Unidos, Austrália,...).

[251] Mais adiante, no epígrafe 5 deste apartado, oferecemos as cifras sobre a evoluçom registada nestes países, em concreto nos estados membros da CEE-10.

desde outro ponto de vista, o mecanismo de adaptaçom dessa estrutura a um volume de emprego agrário em forte descenso. Neste período desaparecem umha boa parte das exploraçons, sobretodo nos grupos de menor tamanho; e as superfícies assi liberadas[252] som incorporadas a outras unidades de produçom, bem seja ao través da compra-venda no mercado de terras, ou do arrendamento.

Esses fenómenos reflectem-se nos dados estatísticos em dous tipos de mudanças:

-Nas cifras globais produze-se umha diminuçom do número total de exploraçons, e (dada a estabilidade aproximada ou o descenso muito menor da superfície total) um aumento paralelo da superfície média por exploraçom.

-Ao mesmo tempo, modifica-se a distribuçom das exploraçons por classes de tamanho, reduzindo-se o número e a percentagem de unidades de pequena dimensom, e aumentando a cifra e a proporçom de exploraçons por encima de certo tamanho. Isto mesmo regista-se nas cifras de superfície por categorias: a concentraçom das terras manifesta-se numha redistribuçom da superfície em favor dos grupos de tamanho superior; aumenta tanto o volume como a proporçom da superfície ocupada polas unidades que superam certo umbral.

Em conseqüéncia, para conhecer a magnitude e as características das mudanças que experimentou em Galiza a estrutura dimensional das exploraçons ao longo do período 1962-1989, devemos examinar esses dous tipos de cifras: a evoluçom do número total de exploraçons e da sua superfície média; e as variaçons na distribuçom das exploraçons por grupos de tamanho. Isto é o que imos fazer a continuaçom. Todos os dados que empregamos neste estudo refirem-se às exploraçons censadas de superfície total inferior a 100 hes (as que assimilamos com exploraçons "propriamente ditas").

---

[252] Empregamos aqui o termo "superfícies liberadas" para designar as terras que deixam livres as exploraçons desaparecidas, e que quedam, em princípio, disponíveis para ser mobilizadas por outras unidades de produçom. Em relaçom com esta terminologia consultar:

-COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, Surfaces agricoles pouvant être mobilisées pour une réforme de structure., Informations internes sur l'agriculture, no. 77, Bruselas, agosto 1971.

c1. A evoluçom do número total de exploraçons e da superfície média por exploraçom.

A análise destas cifras globais permite-nos estabelecer já com claridade umha primeira, e fundamental, conclusom: **as mudanças experimentadas pola estrutura dimensional das exploraçons em Galiza ao longo das três últimas décadas fórom, segundo os Censos agrários, extremadamente pequenas. A evoluçom registada estivo acorde com as tendéncias gerais observadas nos países do nosso entorno, produzindo-se umha desapariçom e concentraçom de exploraçons. Pero a magnitude ou intensidade deste processo foi aqui mui reduzida.**

O primeiro feito a salientar é a **lentitude da desapariçom de exploraçons**. O número total de exploraçons diminuiu em Galiza de 420.520 em 1962 a 356.900 em 1989, o que supom em termos relativos umha reduçom de unicamente o 15,1% em 27 anos **(ver quadro 7.44)**. Estas cifras indicam-nos que a desapariçom de exploraçons, e a conseguinte liberaçom de superfícies, foi aqui mui lenta.

Foi mui lenta, em primeiro lugar, se a comparamos com a registada nos países do nosso entorno, tal como veremos em detalhe mais adiante. E essa desapariçom resulta também de mui escassa magnitude, comparada com a diminuçom que experimentou a populaçom activa agrária em Galiza durante este mesmo período. Isto último deduze-se claramente dos resultados que obtivemos na primeira parte desta investigaçom; e será analisado com detenimento no capítulo IX.

Ademais, o outro feito a destacar é que **essa lenta desapariçom de exploraçons, foi acompanhada de umha diminuçom da superfície total ocupada polas unidades de produçom**: de 1.465.700 hes em 1962 a 1.383.500 em 1989, umha variaçom do -5,6% (ver quadro 7.44). Este descenso pode atribuir-se em parte às perdas de território agrário, como conseqüéncia da expansom dos usos urbanos e industriais do solo. Pero, de um modo mais geral, o que isso sugire é que das superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas, umha elevada proporçom nom fórom incorporadas a outras unidades productivas, senom que quedárom desvinculadas da produçom agrária, abandonadas ou destinadas a usos nom agrários.

Como resultado do anterior (lenta diminuçom do número de exploraçons, e descenso da superfície total ocupada por estas), **a superfície média por exploraçom experimentou um incremento praticamente insignificante. Em concreto, este tamanho médio passou de 3,49 hes em 1962 a 3,88 hes em 1989; um aumento,**

pois, de unicamente 0,39 hes, o 11,2% em termos relativos, num período de 27 anos (ver quadro 7.44).

Quadro 7.44. Evoluçom do número total de exploraçons individuais e da superfície média por exploraçom (*) Galiza 1962-1989.

	1962	1972	1982	1989
-Número de exploraçons	420520	385004	358643	356874
-Superfície total (hes).	1465747	1530192	1410021	1383457
-Superfície / exploraçom (hes).	3,49	3,97	3,93	3,88

VARIAÇOM EM CIFRAS ABSOLUTAS:

	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Número de exploraçons	-35516	-26361	-1769	-63646
-Superfície total (hes).	64445	-120171	-26564	-82290
-Superfície / exploraçom (hes).	0,49	-0,04	-0,05	0,39

VARIAÇOM EM PERCENTAGEM:

	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Número de exploraçons	-8,4%	-6,8%	-0,5%	-15,1%
-Superfície total	4,4%	-7,9%	-1,9%	-5,6%
-Superfície / exploraçom	14,0%	-1,1%	-1,4%	11,2%

TAXAS DE VARIAÇOM ACUMULATIVA ANUAL:

	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Número de exploraçons	-0,88%	-0,71%	-0,07%	-0,61%
-Superfície total	0,43%	-0,81%	-0,27%	-0,21%
-Superfície / exploraçom	1,32%	-0,11%	-0,20%	0,39%

(*) As cifras refirem-se às exploraçons com terras de tamanho inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

Ordenando estas constataçons iniciais dacordo com um primeiro esquema de razoamento, podemos expressar as conclusons anteriores nestes termos:

-O processo de concentraçom das terras entre as exploraçons, com a conseguinte ampliaçom da superfície média por unidade produtiva, foi em Galiza mui pouco relevante. De tal modo que o tamanho médio das exploraçons em 1989 é praticamente idéntico ao que existia em 1962.

-A principal causa disso estivo na escassa desapariçom de exploraçons, e, como conseqüência, o pequeno volume de superfícies que forom liberadas e quedárom disponíveis para a ampliaçom doutras unidades.

-A esse factor uniu-se ademais outro, de menor importância quantitativa segundo estes dados, pero que reduziu ainda mais a magnitude das transformaçons: das escassas terras liberadas, umha grande parte delas nom passárom a outras exploraçons, senom que ficárom abandonadas.

Todo isso referia-se às variaçons registadas no conjunto do período 1962-1989. No plano temporal, a evoluçom difire notavelmente entre os três períodos intercensais aqui incluídos. E as tendéncias que nos amostram as cifras som neste aspeito bastante surprendentes.

Dacordo com estes dados, as mudanças mais importantes tivérom lugar no primeiro período intercensal, 1962-1972. Nestes 10 anos o número de exploraçons diminuiu num 8,4%, a superfície total censada aumentou num 4,4%; e, como resultado disso, a extensom média por exploraçom elevou-se num 14,0%, de 3,49 hes em 1962 a 3,97 hes em 1972 (ver quadro 7.44). Os dados sugirem, pois, que neste primeiro período intercensal se produziu umha desapariçom de exploraçons de intensidade moderada, acompanhada de umha mobilizaçom das terras assi liberadas para a ampliaçom doutras unidades de produçom; dando lugar isto a um incremento paralelo (também moderado) da superfície média por exploraçom.

Nos dous seguintes períodos intercensais, sem embargo, essas mudanças, longe de acelerar-se como caberia agardar a priori[253], sofrem umha ralentizaçom até cesar quase por completo. Por um lado, frea-se fortemente o processo de desapariçom de exploraçons, a diminuçom do número de exploraçons: a taxa de variaçom acumulativa anual, que era do -0,88% no período 1962-1972, baixa ao -0,71% anual entre 1972 e 1982, e a unicamente o -0,07% anual entre 1982 e 1989. Neste último período intercensal a cifra total de exploraçons mantem-se, pois, praticamente constante. Ademais, a superfície total censada experimenta agora, nos dous períodos, umha reduçom maior que a registada polo número de exploraçons. Como conseqüência disso, a superfície média por exploraçom nom se amplia em absoluto, e mesmo sofre em ambos períodos um ligeiro descenso: de 3,97 hes em 1972, a 3,93 hes em 1982, e finalmente 3,88 hes no Censo de 1989 (ver quadro 7.44).

---

253 Referimo-nos aqui ao que caberia agardar a priori, tendo em conta: a evoluçom registada em Galiza pola populaçom activa agrária ao longo destas décadas; e a relaçom que se constata normalmente, noutros países, entre a dinámica da populaçom activa agrária e a evoluçom do número de exploraçons. Para mais detalhes sobre este tema ver a análise que efectuamos mais adiante, no capítulo IX.

Vemos, portanto, que as mudanças parecem ralentizar-se a partir de 1972, até cesar quase totalmente no último período intercensal, 1982-1989.

Agora bem, as cifras anteriores estám fortemente influídas pola evoluçom irregular e nada plausível, que registam nos Censos agrários as exploraçons de superfície inferior a 1 he. O número destas exploraçons, depois de sofrir um importante descenso entre 1962 e 1972, aumenta nos dous períodos intercensais seguintes, 1972-1982 e 1982-1989. E esta evoluçom irregular deforma as tendéncias resultantes para o total de exploraçons censadas.

Por este motivo, parecem-nos mais fiáveis as cifras que se obtenhem excluíndo a essas unidades de menor tamanho, e limitando-nos às exploraçons de superfície igual ou superior a 1 he. Estas cifras podem ver-se no **quadro 7.45**, e a elas referimo-nos a continuaçom.

-A evoluçom do número total e a superfície média das exploraçons maiores de 1 he.

No que respeita à magnitude das mudanças operadas no conjunto do período 1962-1989, as conclusons som aqui mui similares às que antes obtinhamos, tomando a totalidade das unidades censadas. O número total de exploraçons maiores de 1 he reduziu-se nestes 27 anos num 18,4%; a superfície total ocupada por estas exploraçons diminuiu no mesmo período num 5,6%. E, como resultado dessas variaçons, a superfície média por exploraçom incrementou-se num 15,6%, um aumento percentual mui próximo ao visto anteriormente nas cifras globais (11,2%). Concretamente, o tamanho médio das unidades maiores de 1 he passou de 5,12 hes em 1962 a 5,92 hes em 1989 (ver quadro 7.45).

Podemos, portanto, reiterar aqui o diagnóstico global efectuado antes. A magnitude da evoluçom estrutural registada na agricultura galega ao longo das trés últimas décadas, foi mui pequena. E, no que respeita aos factores explicativos, isso deveu-se principalmente à lentitude da desapariçom de exploraçons; ao que se uniu, como um segundo factor, a reduzida mobilidade das terras liberadas polas exploraçons desaparecidas, de tal modo que umha grande parte dessas terras quedárom abandonadas.

Nom se mantenhem, em cámbio, as conclusons que obtinhamos antes no que respeita às tendéncias temporais, à evoluçom nos diferentes períodos intercensais. A imagem que resulta ao excluir as unidades menores de 1 he é mui distinta, e em termos gerais podemos dizer também que é muito mais plausível, que a que vimos anteriormente.

Quadro 7.45. Evoluçom do número e a superfície média das exploraçons individuais de tamanho >= 1 he. Galiza 1962-1989.

	1962	1972	1982	1989
-Número de exploraçons	274230	275944	237072	223803
-Superfície total (hes).	1403302	1479200	1357533	1324453
-Superfície / exploraçom (hes).	5,12	5,36	5,73	5,92

VARIAÇOM EM CIFRAS ABSOLUTAS:

	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Número de exploraçons	1714	-38872	-13269	-50427
-Superfície total (hes).	75898	-121667	-33080	-78849
-Superfície / exploraçom (hes).	0,24	0,37	0,19	0,80

VARIAÇOM EM PERCENTAGEM:

	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Número de exploraçons	0,6%	-14,1%	-5,6%	-18,4%
-Superfície total	5,4%	-8,2%	-2,4%	-5,6%
-Superfície / exploraçom	4,8%	6,8%	3,3%	15,6%

TAXAS DE VARIAÇOM ACUMULATIVA ANUAL:

	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
-Número de exploraçons	0,06%	-1,51%	-0,82%	-0,75%
-Superfície total	0,53%	-0,85%	-0,35%	-0,21%
-Superfície / exploraçom	0,47%	0,66%	0,47%	0,54%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

Para o **primeiro período intercensal, 1962-1972**, os dados amostram umha grande estabilidade do número e a superfície das exploraçons maiores de 1 he. A cifra total destas unidades mantem-se neste período estável, e mesmo experimenta um ligeiríssimo incremento (+0,6% nos 10 anos). Simultaneamente, a superfície ocupada por elas aumenta de forma mais clara (+5,4%). E isto fai que a superfície média por exploraçom registe um pequeno aumento, num 4,8% (ver quadro 7.45).

Do indicado por esses dados, hai que tomar com muitas reservas o que se refire à ampliaçom da superfície total censada; porque esta ampliaçom, como já sinalamos ao princípio, deve-se, ao menos em parte, a variaçons puramente estatísticas. Deixando de lado estas variaçons, as cifras ponhem de manifesto ou reflectem dous feitos esenciais, que veremos melhor ao analisar a evoluçom por classes de tamanho:

-O mais importante é que na década dos 60 nom tivo nengumha relevância a desapariçom de exploraçons por encima do umbral de 1 he. Na medida em que essa desapariçom se produziu, afectou unicamente a unidades de tamanho inferior a 1 he.

-O outro fenómeno que se reflecte nessas cifras é a existéncia de um processo, de mui pequena magnitude, de concentraçom de superfícies procedentes de unidades menores de 1 he, desaparecidas no período, em favor de exploraçons de dimensom superior a esse límite.

Em qualquer caso, à margem disto último, a conclusom fundamental a destacar neste período intercensal, é a grande estabilidade que apresenta o número e a superfície das exploraçons maiores de 1 he.

As tendéncias modificam-se de forma significativa no **período 1972-1982**, isto é, na década dos 70. A desapariçom afecta agora de forma clara às exploraçons por encima de 1 he, diminuíndo o seu número nestes 10 anos num 14,1%. Isso, sem embargo, nom vai acompanhado de umha mobilizaçom das terras assi liberadas para ampliar outras unidades de produçom. Ao menos isto é o que indica a diminuçom num 8,2% que regista a superfície total censada. A conseqüéncia é que a superfície média por exploraçom aumenta, pero numha quantia mui pequena[254]: +6,8% (ver quadro 7.45).

Por último, para o **período 1982-1989**, a evoluçom que se desprende destes dados vem definida por dous traços:

-Por um lado, produze-se um forte freo do processo de desapariçom de exploraçons. Assi, o número total de unidades maiores de 1 he diminue nestes 7 anos a umha taxa acumulativa anual do -0,82%, a metade aproximadamente da registada no período 1972-1982, que era do -1,51%.

---

[254] Aqui é oportuno que distingamos dous fenómenos que habitualmente som assimilados, ao menos de forma implícita, pero que constituem cousas conceptualmente diferentes: o aumento, em termos estatísticos, da superfície média por exploraçom; e a existéncia de um processo de redimensionamento da base territorial das exploraçons, de um processo de ampliaçom de algumhas unidades mediante a incorporaçom de terras liberadas polas exploraçons desaparecidas. O primeiro fenómeno citado corresponde-se tam só com a variaçom de umha média estatística. E, o que nos interessa resaltar aqui, essa superfície média pode aumentar sem que se produza em absoluto o segundo dos fenómenos, o que em rigor podemos denominar "processo de concentraçom das terras entre as exploraçons". Isso é o que sucede em concreto no suposto de que desaparezam unidades de pequena dimensom, e as suas terras fiquem abandonadas. O simples feito de que se eliminem exploraçons de tamanho inferior à média fai esta superfície média se eleve, ainda que as unidades supervivintes nom se agrandem.

-Ao mesmo tempo, mantem-se a outra característica que marcava as tendéncias no período anterior: a diminuçom do número de exploraçons está acompanhada de umha reduçom significativa da superfície total censada. O qual sugire, como indicamos antes, que umha grande parte das terras liberadas polas unidades desaparecidas quedárom abandonadas.

A confluéncia destes dous fenómenos (persisténcia da escassa mobilidade das terras liberadas, e freo da desapariçom de exploraçons), leva a que a superfície média por exploraçom experimente um aumento mais débil ainda do constatado no período 1972-1982. Concretamente, o seu ritmo de crescimento anual é entre 1982 e 1989 do 0,47%, frente ao 0,66% no período anterior (ver quadro 7.45).

Em definitiva, no que respeita às tendéncias ao longo dos 27 anos, de 1962 a 1989, as cifras dos censos agrários referidas às exploraçons maiores de 1 he sugirem três conclusons:

i. Na década dos 60 o número de exploraçons por encima desse tamanho permaneceu estável. A sua desapariçom nom se iniciou de forma clara até os anos 70, registando neste decénio um ritmo moderado.

ii. Na década dos 80, essa desapariçom, em vez de acelerar-se como em princípio haveria que agardar, experimenta umha notável ralentizaçom.

iii. Desde o seu início nos anos 70, a desapariçom de exploraçons foi sempre acompanhada do abandono de grande parte das terras liberadas; polo que nom conduziu a um incremento paralelo do tamanho médio das unidades produtivas.

O resultado final dessas tendéncias foi que a superfície média/ exploraçom nom se incrementou praticamente ao longo das 3 últimas décadas.

Para conhecer com maior detalhe a evoluçom registada no conjunto do período 1962-1989, e em cada um dos períodos intercensais, imos analisar agora as variaçons que se produzírom na distribuçom das exploraçons e da superfície por classes de tamanho.

c2. A evoluçom do número e a superfície das exploraçons por classes de tamanho.

No **quadro 7.46** reproduzimos as cifras de exploraçons e de superfície por grupos de tamanho, que oferecem para Galiza os sucessivos censos agrários. Figura aí, por um lado, a evoluçom do número de exploraçons censadas nas diferentes categorias; e, polo outro, a evoluçom da superfície ocupada polas unidades de cada estrato.

Em primeiro lugar, imos examinar as mudanças operadas no conjunto dos 27 anos, as variaçons que se observam comparando a estrutura das exploraçons existente em 1962 com a que encontramos em 1989. Depois referiremo-nos à evoluçom registada em cada um dos três períodos intercensais.

-As variaçons que experimentou a estrutura dimensional das exploraçons no conjunto do período 1962-1989.

As mudanças que se constatam neste período em Galiza estám acorde, em linhas gerais, com as tendéncias que acompanham habitualmente ao processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons; tendéncias estas que nas três últimas décadas encontramos em todos os países da Europa Ocidental.

Como é sabido, esse processo tem dous componentes: a desapariçom de umha parte das exploraçons, desapariçom que se concentra naquelas unidades de pequeno tamanho, e que em geral é mais intensa quanto menor é a dimensom; e, como segunda componente, está a incorporaçom das superfícies assi liberadas a outras exploraçons, que ampliam deste modo a sua base territorial. O resultado, ou o reflexo estatístico, dessas mudanças é que: diminue o número de exploraçons em todas as categorias inferiores a certa dimensom; e aumenta esse número em todos os estratos situados por encima desse umbral. Precisando mais, podemos acrescentar que em geral: a diminuçom é mais forte quanto menor o tamanho das exploraçons; e o incremento é de maior magnitude relativa, quanto mais elevada é a dimensom[255]. Essas mesmas tendéncias registam-se na evoluçom da superfície ocupada polos diversos grupos.

Pois bem, como dixemos, as variaçons que se produzírom em Galiza entre 1962 e 1989, ajustam-se em linhas gerais a essas pautas. Concretamente, **o número de exploraçons diminuiu aqui, nesses 27 anos, em todos os grupos com umha superfície total inferior a 10 hes; a cifra mantivo-se aproximadamente constante no estrato de 10-20 hes; e aumentou o número de unidades produtivas nas categorias de tamanho por encima das 20**

---

[255] Sobre estas tendéncias, e a sua verificaçom em concreto nos estados membros da CEE-9, consultar por exemplo:
-EUROPEAN COMMUNITIES COMMISSION, Factors influencing ownership, tenancy, mobility and use of farmland in the member states of the European Community., Luxemburgo, 1982, pp. 13 e ss.

hes. Ademais, e salvo algumha excepçom, a diminuçom foi mais intensa quanto menor o tamanho, e o incremento mais forte, em termos relativos, quanto maior a dimensom **(ver quadro 7.47)**.

Ainda que nom é estritamente equivalente ao anterior[256], podemos afirmar pois que na agricultura galega a desapariçom de exploraçons afectou neste período às unidades de tamanho inferior a 10 hes; e a mobilizaçom das terras assi liberadas, na medida em que se produziu, levou a um reforçamento dos grupos de tamanho por encima das 20 hes, aumentando o número e a superfície ocupada polas exploraçons destes grupos.

Se suponhemos que as ampliaçons levam a um ascenso das unidades produtivas "de escalom em escalom", é dizer, que por exemplo as exploraçons que se incorporam nesse período ao grupo de 20-50 hes procedem do intervalo imediatamente inferior (10-20 hes); adoptando esse suposto simplificador, fai-se possível detalhar algo mais o contido das mudanças que essas cifras indicam. Por um lado, como sinalamos, registou-se umha desapariçom de unidades produtivas em todos os grupos de dimensom inferior a 10 hes. E, polo outro, as terras assi liberadas permitírom a ampliaçom doutras exploraçons. Disto beneficiárom-se em concreto: um certo número de exploraçons que partiam de umha extensom situada entre 5 e 10 hes, e que graças à ampliaçom passam ao intervalo de 10-20 hes; umha cifra similar de unidades que passam de ter 10-20 hes em 1962 a contar com 20-50 hes em 1989; e finalmente algumhas exploraçons, muitas menos, que de um tamanho de 20-50 hes passam a ter 50-100 hes (ver as cifras do quadro 7.47).

Resumindo: numha primeira aproximaçom, os dados indicam que durante este período se produziu efectivamente em Galiza um processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons.

---

[256] Em concreto, nom é exacto identificar diminuçom da cifra de exploraçons de um determinado tamanho, com desapariçom de exploraçons desse grupo. O motivo está em que as variaçons das cifras entre dous censos, som a resultante neta de diversos movimentos (desapariçom de unidades, ampliaçom de outras, com o conseguinte traslado a outra classe de tamanho, ...). Assi, o descenso do número de exploraçons numha classe pode dever-se, total ou parcialmente, nom á sua desapariçom, senom a que essas unidades ampliárom a sua superfície, e passárom a um intervalo de tamanho superior.

Esta precisom é extensível a boa parte dos comentários que efectuamos nos párrafos seguintes, onde nos referimos às variaçons registadas polas cifras entre 1962 e 1989, assimilando-as aos fluxos de desapariçom e concentraçom de exploraçons que "estám detrás" delas. Advertimos pois que essa assimilaçom nom é exacta, e adiantamos que na terceira parte da investigaçom veremos com maior precisom esses processos ou fluxos.

Agora bem, a questom que compre precisar é a magnitude que alcançárom essas mudanças. Para isto, devemos examinar mais detidamente as variaçons experimentadas polo número e a superfície das exploraçons nas diversas classes de tamanho.

Quadro 7.46. Evoluçom do número de exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho (*). Galiza 1962-1989.

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	146290	109060	121571	133071
1-5	184957	178898	151442	142682
5-10	56549	59186	49623	45155
10-20	25941	29992	26718	26252
20-50	6283	7354	8251	8510
50-100	500	514	1038	1204
TOTAL	420520	385004	358643	356874

Tamanho (sup. total)	Superfície total (hes.)			
	1962	1972	1982	1989
< 1 he.	62445	50992	52488	59004
1-5	452826	434805	359399	338656
5-10	395033	411047	342302	313764
10-20	352135	403190	360173	357434
20-50	171170	196144	226432	232936
50-100	32109	34014	69227	81663
TOTAL	1465747	1530192	1410021	1383457

(*) As cifras refirem-se às exploraçons com terras de superfície total inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

Quadro 7.47. Variaçom do número de exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho no conjunto do período 1962-1989.

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons		Superfície	
	Variaçom em número	Variaçom em %	Variaçom em hes.	Variaçom em %
< 1 he.	-13219	-9,0%	-3441	-5,5%
1-5	-42275	-22,9%	-114170	-25,2%
5-10	-11394	-20,1%	-81269	-20,6%
10-20	311	1,2%	5299	1,5%
20-50	2227	35,4%	61766	36,1%
50-100	704	140,8%	49554	154,3%
TOTAL	-63646	-15,1%	-82290	-5,6%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962 e 1989.
Elaboraçom própria.

Começando polo fondo da escala, podemos observar, em primeiro lugar, que a diminuçom da cifra de exploraçons de pequeno e mui pequeno tamanho, foi de umha magnitude mui modesta. Isto é, a desapariçom de exploraçons, que como sinalamos afectou aos grupos por baixo das 10 hes, tivo umha intensidade reduzida.

Dentro destes grupos, resulta especialmente chamativa a evoluçom registada polas unidades menores de 1 he; posto que o seu número diminuiu entre 1962 e 1989 unicamente num 9%, um descenso mui inferior ao que se obtém para as classes de 1-5 hes e 5-10 hes (ver quadro 7.47). A priori, essa maior estabilidade das exploraçons mais pequenas poderia responder à realidade, sendo a sua causa o predomínio nesta categoria das unidades trabalhadas a tempo parcial, por famílias que tenhem a sua principal fonte de ingressos noutras actividades. Sem embargo, como depois comprovaremos, essa interpretaçom ve-se desmentida se analisamos a evoluçom em cada um dos períodos intercensais, e se descendemos a um estudo das cifras para as diversas áreas da geografia galega. A aparente estabilidade destas exploraçons no período 1962-1989, deve-se em realidade a factores estatísticos, concretamente ao inflamento do seu número nos Censos agrários de 1982 e 1989.

Isso referia-se às unidades menores de 1 he. Pero tampouco nos grupos de tamanho imediatamente superiores a desapariçom de exploraçons alcançou umha intensidade importante. A mais forte registou-se para as de 1-5 hes, cuja cifra se reduziu (em 27 anos) num 22,9%; e a diminuçom foi similar, em termos relativos, na classe de 5-10 hes: -20,1%.

Em definitiva, encontramo-nos aqui com o primeiro dos traços que destacamos já ao analisar os dados globais: a **escassa magnitude que em**

Galiza tivo a desapariçom de exploraçons. Nas cifras por classes de tamanho, isso corresponde-se em concreto com umha escassa desapariçom, umha notável estabilidade, das pequenas e mui pequenas exploraçons.

Esse fenómeno tem umha conseqüência, ou corolário: o volume de superfícies liberadas, que quedárom disponíveis em princípio para ampliar outras exploraçons, foi mui reduzido. Nos dados que estamos manejando, isto reflecte-se na pequena quantia das terras "perdidas" polas categorias de exploraçons menores de 10 hes, a pequena diminuçom que experimentou a superfície ocupada polas unidades deste tamanho. Convém precisar que esta diminuçom nom pode identificar-se em rigor com o volume de superfícies liberadas[257]; pero si constitue um indicador aproximado da magnitude do processo de liberaçom de terras. Pois bem, no quadro 7.47 podemos ver que a superfície ocupada polas exploraçons menores de 10 hes reduziu-se entre 1962 e 1989 em algo menos de 200.000 hes, cifra que supom unicamente o 13,6% da superfície total ocupada polas exploraçons individuais ao início do período.

O volume de superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas foi, portanto, mui pequeno. E este constitue o primeiro e o principal factor, que limitou as mudanças estruturais no agro galego.

Sem embargo, ao examinar os dados globais sinalamos como **a esse factor se uniu outro, que restringiu ainda mais a magnitude das transformaçons: das terras liberadas, só umha parte foi transferida a outras exploraçons, e serviu assi para a ampliaçom das unidades supervivintes, quedando o resto dessas terras abandonadas**. Este segundo fenómeno, a escassa mobilidade das superfícies liberadas, detecta-se também com nitidez nas cifras que agora estamos analisando.

Assi, no quadro 7.47 podemos observar que a superfície "ganhada" polas categorias de exploraçons maiores de 10 hes no período 1962-1989, suma em total umhas 115.000 hes; cifra esta que supom algo menos do 60% das 200.000 hes perdidas ("liberadas") polas unidades menores de 10 hes. O resto destas terras, umhas 82.000 hes, quedárom abandonadas ou passárom a usos nom

---

257 Em concreto, a citada diminuçom sobreestima o volume neto de superfícies liberadas. Aqui som aplicáveis as observaçons que fixemos na anterior nota ao pé de página (sobre a relaçom entre a diminuçom do número de exploraçons numha categoria e a desapariçom de unidades desse grupo).

agrários; traduzindo-se isto numha reduçom da superfície total ocupada polas exploraçons agrárias.

Como conseqüéncia desses dous fenómenos (reduzida quantia de terras liberadas, e abandono de grande parte delas), o incremento que registou o número de exploraçons de tamanho superior a 10 hes foi extremadamente pequeno. Este é o outro traço a destacar das variaçons que se constatam entre 1962 e 1989. Concretamente, a cifra de exploraçons de 10-20 hes aumentou neste período num 1,2%; nas de 20-50 hes o aumento foi do 35,4%; e nas de 50-100 hes do 140,8%. Estes incrementos relativos podem parecer importantes; pero em termos absolutos som extremadamente reduzidos. Abonda com dizer que o número total de exploraçons maiores de 10 hes se elevou unicamente numhas 3.200 ao longo dos 27 anos. E o mesmo pode afirmar-se para as variaçons da superfície ocupada por essas categorias: o aumento desta superfície, a concentraçom das terras em favor dos grupos de maior tamanho, foi sumamente pequena (ver as cifras do quadro 7.47).

Em definitiva, a magnitude das transformaçons estruturais operadas numha agricultura, reflecte-se: por um lado, na percentagem das pequenas exploraçons que desaparecem; e, polo outro, na quantia em que aumenta a cifra de exploraçons que superam certo tamanho (no nosso caso as 10 hes). Mirando a distribuçom da superfície por grupos de tamanho, essas transformaçons expressam-se numha "redistribuçom" das terras, desde as categorias de menor dimensom em favor de aquelas de mediano ou grande tamanho. No caso da agricultura galega, o que vemos ao examinar este tipo de dados, é que a reestruturaçom operada ao longo das três últimas décadas foi mui pequena.

Isto pode apreciar-se com mais nitidez, se cabe, nos **gráficos 7.20 e 7.21**. No primeiro figura o número de exploraçons censadas em cada classe de tamanho em 1962 e 1989. E no segundo está representado o volume da superfície ocupada polas unidades de cada grupo nas duas datas. Aqui constata-se já a simple vista a escassa magnitude das mudanças estruturais que se produzírom nestas décadas.

O resultado que se derivou de todo isso foi que a estrutura dimensional das exploraçons segue apresentando em 1989 um perfil mui similar, quase idéntico, ao que tinha 27 anos antes. A grande estabilidade que amostra essa estrutura, a sua prática "congelaçom" poderiamos dizer, constata-se claramente nos dous gráficos que acabamos de citar, referidos às cifras em termos absolutos. E isto mesmo comprova-se também se tomamos a estrutura em termos percentuais, a distribuçom percentual do número de exploraçons e da superfície por classes de tamanho **(ver quadro 7.48)**.

Gráfico 7.20.

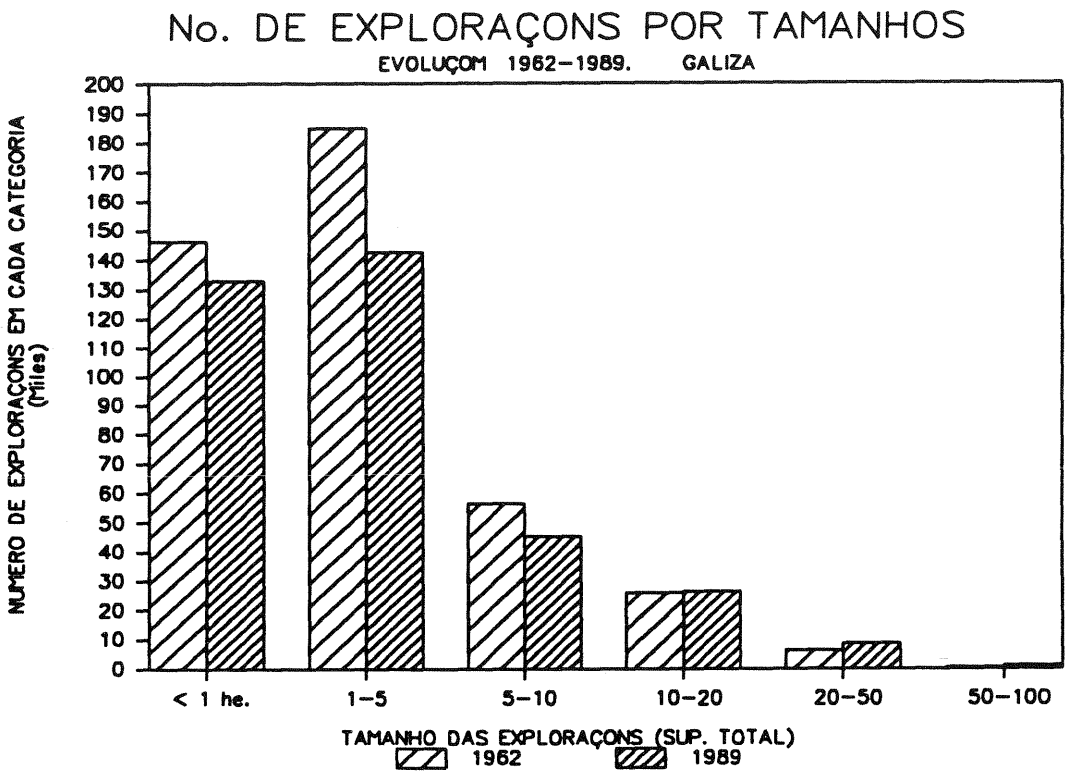
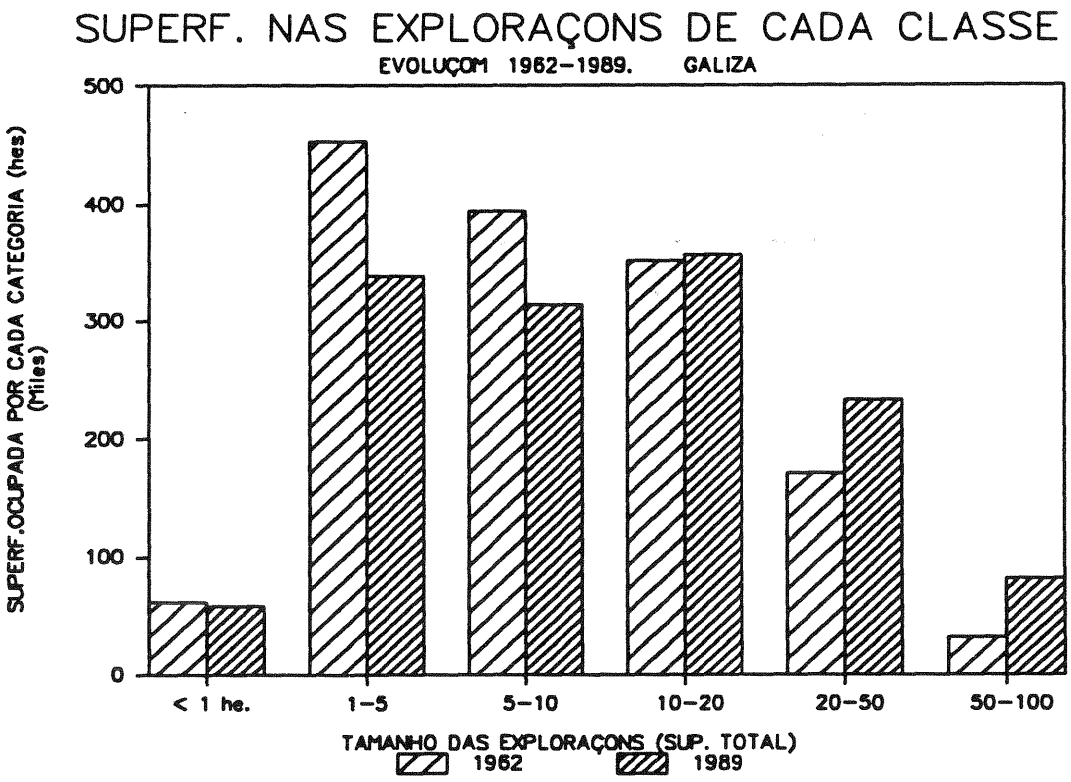


Gráfico 7.21.



Podemos observar assi que **em 1989, é dizer na actualidade, a agricultura galega continua registando um forte predomínio das exploraçons de pequena e mui pequena superfície, numhas proporçons que som quase idénticas às de três décadas antes**. Em concreto, as exploraçons menores de 1 he suponhem em 1989 o 37,3% do total de unidades censadas, percentagem esta que é mesmo superior à que se constatava em 1962 (34,8%). Aqui devemos ter presentes, nom obstante, as adverténcias feitas sobre o inflamento das cifras correspondentes a este grupo, no último Censo agrário. Mais significativo resulta o dado de que as exploraçons de 1-5 hes, aquelas onde se produziu umha maior desapariçom ao longo dessas décadas, representam na actualidade o 40,0% do total, só ligeiramente inferior ao 44,0% que suponhiam em 1962 (ver quadro 7.48).

Deste modo, das unidades censadas em 1989, o 77,3% nom alcançam as 5 hes de superfície total. E se a elas unimos as de 5-10 hes, temos que as exploraçons menores de 10 hes, as que vimos qualificando como pequenas ou mui pequenas, suponhem nesta data o 90,0% do total. Tanto umha como outra cifra som quase iguais às que se davam em 1962 (78,8% e 92,2%, respectivamente).

Disso desprende-se, obviamente, que as exploraçons de mediana e grande superfície continuam sendo na actualidade absolutamente minoritárias em número. Em concreto, as exploraçons médias, de 10-50 hes, vírom aumentar o seu número e a sua proporçom sobre o total, pero numha quantia mui pouco relevante: do 7,7% em 1962 ao 9,8% em 1989. E polo que respeita às maiores de 50 hes, concretamente as de 50-100 hes, a sua cifra segue sendo nesta última data quase despreciável (o 0,3% do total)[258].

Em resumo: mantem-se na actualidade o acusado predomínio das pequenas exploraçons, que caracterizou tradicionalmente à agricultura galega; e essa "estrutura minifundista" mantem-se ademais sem variaçons significativas, a respeito da realidade existente a princípios da década dos 60.

Os dados que acabamos de comentar referiam-se à distribuçom das exploraçons por grupos de tamanho. O panorama, ao igual que sucedia em 1962, é bastante diferente se nos fixamos na superfície ocupada polas unidades de cada estrato. Por um lado, encontramo-nos com que o peso das exploraçons

---

[258] Ademais, umha boa parte do incremento que se constata neste grupo entre 1962 e 1989, deve-se em realidade ao registo aqui de montes vizinhais, que antes apareciam agrupados em "exploraçons" municipais maiores de 100 hes. Lembrar aqui o que vimos ao analisar a evoluçom das cifras correspondentes às exploraçons públicas e comunais.

menores de 1 he é, desde este ponto de vista, mui pequeno; e, em cámbio, tenhem um peso territorial considerável as exploraçons médias, matizando assi aquela imagem minifundista.

Agora bem, o que aqui compre destacar é que tampouco desde esta perspectiva se produzírom mudanças importantes no período 1962-1989. Portanto, **se na actualidade existe um estrato de exploraçons médias com um peso notável em termos da superfície que ocupam, isto nom é fruto das transformaçons ocorridas durante as três últimas décadas, senom que reflexa um fenómeno configurado já nas estruturas tradicionais. A parte da superfície total ocupada por estas exploraçons, de 10-50 hes, aumentou nestas décadas, pero numha quantia mui pequena: do 35,7% em 1962 ao 42,6% em 1989** (ver quadro 7.48).

Quadro 7.48. Distribuçom percentual do número de exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho em 1962 e 1989.

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons		Superfície	
	1962	1989	1962	1989
< 1 he.	34,8%	37,3%	4,3%	4,3%
1-5	44,0%	40,0%	30,9%	24,5%
5-10	13,4%	12,7%	27,0%	22,7%
10-20	6,2%	7,4%	24,0%	25,8%
20-50	1,5%	2,4%	11,7%	16,8%
50-100	0,1%	0,3%	2,2%	5,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962 e 1989.
Elaboraçom própria.

Umha vez que conhecemos as (escassas) transformaçons que tivérom lugar no conjunto do período 1962-1989, imos analisar agora brevemente a evoluçom registada em cada um dos três períodos intercensais. As cifras estám recolhidas no **quadro 7.49**, onde figura, para cada período, a variaçom experimentada polo número de exploraçons e pola superfície nos diversos grupos de tamanho. Ademais, tendo em conta a diferente duraçom dos períodos intercensais, e com o fim de obter dados estritamente comparáveis, calculamos também as correspondentes taxas de variaçom acumulativa anual. Estas taxas estám reproduzidas no **quadro 7.49 bis**. Para facilitar a comparaçom entre os

três períodos, elaboramos finalmente o **gráfico 7.22**, no que representamos as taxas de variaçom anual do número de exploraçons de cada classe de tamanho, em cada umha das etapas.

-A evoluçom no período intercensal 1962-1972.

As tendéncias que os dados registam neste primeiro período, venhem definidas por dous traços esenciais:

i. Por umha parte, a desapariçom de exploraçons afecta nestes anos de forma exclusiva, ou quase exclusiva, às unidades de tamanho inferior a 1 he, alcançando nesta categoria umha intensidade apreciável.

ii. Isso vai acompanhado de um reforçamento de todos os grupos de exploraçons maiores de 5 hes, e em especial das exploraçons médias (as de 10-50 hes).

Em concreto, o número de unidades com superfície inferior a 1 he reduziu-se durante estes 10 anos num 25,4%, percentagem que pode considerar-se relevante. Também diminuiu a cifra das de 1-5 hes, pero numha quantia já mui pequena (-3,3%). Por encima das 5 hes o número de exploraçons aumentou em todos os intervalos; se bem, o incremento foi mui débil para as de 5-10 hes (+4,7%), e praticamente insignificante para as de maior dimensom, as de 50-100 hes (+2,8%, o que supom um aumento em termos absolutos de tam só 14 exploraçons). Os únicos aumentos significativos dam-se nas categorias de exploraçons médias: +15,6% nas de 10-20 hes, e +17,0% nas de 20-50 hes (ver quadro 7.49).

Os dados sugirem, pois, que na década dos 60 desaparecérom umha boa parte das micro-exploraçons existentes no agro galego em 1962. E que as terras liberadas por elas fórom incorporadas a outras unidades de produçom, levando isto a umha concentraçom de exploraçons em favor dos estratos de dimensom média[259]. As mudanças fórom de umha magnitude global reduzida, devido ao escasso volume de terras liberadas. Pero, partindo dessa forte limitaçom, o que si semelha que se

[259] Em concreto, dacordo com as cifras, a incorporaçom dessas superfícies permite que: um certo número de unidades que em 1962 tinham 1-5 hes passem em 1972 a ter entre 5 e 10 hes; e que outras ascendam deste grupo ao de 10-20 hes, ou deste ao de 20-50 hes (suponhendo sempre que os movimentos se dam "de escalom em escalom").

produziu neste período foi a mobilizaçom dessas terras para a ampliaçom doutras exploraçons.

Agora bem, se analisamos mais detidamente as cifras, podemos observar que a superfície "ganhada" polas categorias de exploraçons maiores de 5 hes (umhas 94.000 hes), é mui superior à extensom "liberada" polas unidades menores de 5 hes (menos de 30.000 hes). Isto indica-nos que o aumento no número daquelas exploraçons, que se constata entre os Censos de 1962 e 1972, só numha pequena parte pode atribuir-se à ampliaçom de exploraçons mediante as terras liberadas. O resto do incremento, a sua maior parte, tem a sua origem em fenómenos puramente estatísticos: o registo mais exaustivo das unidades desse tamanho que efectua o Censo de 1972.

Portanto, as transformaçons realmente operadas forom de umha entidade inferior ainda ao que sugirem inicialmente os dados.

Quadro 7.49. Variaçom do número de exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho nos períodos intercensais 1962-72, 1972-82, e 1982-89. Galiza

A. VARIAÇOM DO NUMERO DE EXPLORAÇONS.

Tamanho	Variaçom em número			Taxa de var. intercensal		
(sup. total)	1962-72	1972-82	1982-89	1962-72	1972-82	1982-89
< 1 he.	-37230	12511	11500	-25,4%	11,5%	9,5%
1-5	-6059	-27456	-8760	-3,3%	-15,3%	-5,8%
5-10	2637	-9563	-4468	4,7%	-16,2%	-9,0%
10-20	4051	-3274	-466	15,6%	-10,9%	-1,7%
20-50	1071	897	259	17,0%	12,2%	3,1%
50-100	14	524	166	2,8%	101,9%	16,0%
TOTAL	-35516	-26361	-1769	-8,4%	-6,8%	-0,5%

B. VARIAÇOM DA SUPERFICIE TOTAL NAS EXPLORAÇONS DE CADA TAMANHO.

Tamanho	Em termos absolutos (hes)			Taxa de var. intercensal		
(sup. total)	1962-72	1972-82	1982-89	1962-72	1972-82	1982-89
< 1 he.	-11453	1496	6516	-18,3%	2,9%	12,4%
1-5	-18021	-75406	-20743	-4,0%	-17,3%	-5,8%
5-10	16014	-68745	-28538	4,1%	-16,7%	-8,3%
10-20	51055	-43017	-2739	14,5%	-10,7%	-0,8%
20-50	24974	30288	6504	14,6%	15,4%	2,9%
50-100	1905	35213	12436	5,9%	103,5%	18,0%
TOTAL	64445	-120171	-26564	4,4%	-7,9%	-1,9%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.49 bis. Taxas de variaçom acumulativa anual do número de exploraçons e da superfície censada por classes de tamanho nos períodos intercensais 1962-72, 1972-82 e 1982-89. Galiza.

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons			Superfície total censada		
	1962-72	1972-82	1982-89	1962-72	1972-82	1982-89
< 1 he.	-2,89%	1,09%	1,30%	-2,01%	0,29%	1,69%
1-5	-0,33%	-1,65%	-0,85%	-0,41%	-1,89%	-0,85%
5-10	0,46%	-1,75%	-1,34%	0,40%	-1,81%	-1,24%
10-20	1,46%	-1,15%	-0,25%	1,36%	-1,12%	-0,11%
20-50	1,59%	1,16%	0,44%	1,37%	1,45%	0,41%
50-100	0,28%	7,28%	2,14%	0,58%	7,36%	2,39%
TOTAL	-0,88%	-0,71%	-0,07%	0,43%	-0,81%	-0,27%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

-A evoluçom no período intercensal 1972-1982.

Neste período devemos referir-nos, em primeiro lugar, à evoluçom surprendente que registam as exploraçons menores de 1 he. O número destas exploraçons aumenta entre o Censo de 1972 e o de 1982 num 11,5%; o que contrasta de forma acusada com a sua forte diminuçom na década anterior, e resulta, já de entrada, pouco plausível. A impressom inicial de que estamos perante um fenómeno puramente estatístico, ve-se avalada ao descender a um exame mais detalhado das cifras.

Assi, se analisamos os dados por classes de tamanho de forma mais desagregada, encontramo-nos com que o incremento mais forte em termos relativos correspondeu aqui às exploraçons de 0,1 a 0,2 hes, cujo número se elevou num 54,0%; nas de 0,2 a 0,5 hes o aumento foi do 16,2%; e para as de 0,5 a 1 he a cifra experimentou já umha reduçom, ainda que pouco relevante (-1,5%)[260].

Mais significativa resulta ainda a análise da evoluçom nas diferentes áreas da geografia galega. A priori, a multiplicaçom das micro-exploraçons poderia

---

[260] Estas cifras estám calculadas a partir dos quadros de resultados dos Censos agrários. Prescindimos de reproduzir aqui estes dados mais desagregados por grupos de tamanho, para nom sobrecargar mais o texto com quadros estatísticos.

dever-se a umha expansom da agricultura a tempo parcial. De ser isto assi, caberia discutir em que medida estamos perante a criaçom de verdadeiras unidades de produçom agrária, pero em todo caso os dados reflexariam um fenómeno real. Agora bem, nesse suposto o aumento deveria concentrar-se naquelas zonas de Galiza com maior nível de urbanizaçom e industrializaçom, cousa esta que nom sucede na prática.

Para precisar esta questom utilizamos em concreto os dados comarcais, referidos às comarcas delimitadas polo Ministério de Agricultura[261]. Pois bem, estes dados ponhem de manifesto que o incremento do número de exploraçons menores de 1 he entre os Censos de 1972 e 1982, nom é algo localizado em certas áreas, senom que se regista na maior parte do território galego. Concretamente, isso produze-se em 11 das 15 comarcas nas que aparece dividida Galiza. Ademais, a magnitude relativa do incremento nom amostra umha correlaçom positiva com o grau de urbanizaçom e industrializaçom das comarcas, sucedendo mais bem o contrário. Assi, na comarca "Litoral" da província de Pontevedra, que é aquela com maior difusom da agricultura a tempo parcial, o número de exploraçons menores de 1 he só aumentou num 0,9% ; e na denominada "Septentrional" de A Corunha (que inclue a zona do Golfo Artabro), o incremento foi do 4,7%. Em cámbio, constatam-se aumentos mui fortes, os mais fortes, nas comarcas: "Terra Chá" (+74,4%), "Montanha" (+62,4%), e "Sul" (140,6%), da província de Lugo; na de "O Barco" em Ourense (+52,6%); e na chamada "Montanha" de Pontevedra (+40,2%). Todas elas, como vemos, som comarcas rurais do interior, e mesmo figuram aí as zonas de montanha, as de menores densidades demográficas de toda Galiza.

Cremos que nom é necessário alongar mais a argumentaçom, nem aportar outro tipo de evidéncia empírica, para avalar a afirmaçom de que se trata de umha variaçom puramente estatística, como vinhemos já sinalando.

---

[261] Sobre esta delimitaçom comarcal consultar:

-MINISTERIO DE AGRICULTURA. SECRETARIA GENERAL TECNICA, Tipificación de las comarcas agrarias españolas., Servicio de Publicaciones Agrarias, Madrid, 1978.

Para 1982 estas cifras comarcais estám publicadas entre os resultados do Censo agrário, nos mesmos fascículos nos que aparecem os dados por municípios. Nom ocorre o mesmo nos censos precedentes, polo que para obter essas cifras para 1972 tivemos que efectuar um laborioso processo de agregaçom dos dados municipais.

A razom de afrontar esses cálculos foi que nos resultados por concelhos do Censo de 1982 figuram agrupadas numha única rúbrica todas as exploraçons menores de 5 hes; polo que nom é possível conhecer aqui a evoluçom no período 1972-1982 das unidades inferiores a 1 he.

Deixamos já de lado essa categoria (as menores de 1 he), para fixar-nos na evoluçom experimentada polos restantes grupos de exploraçons. **As tendências que se observam aqui no período 1972-1982, difirem muito das que víamos para o anterior período intercensal, e caracterizam-se por dous feitos:**

- **Em primeiro lugar, intensifica-se muito a desapariçom de exploraçons; e este processo, que na década dos 60 afectava quase em exclusiva às unidades menores de 1 he, extende-se agora a todos os grupos de dimensom inferior a 20 hes** (ver quadro 7.49 e gráfico 7.22). Isso fai que se incremente fortemente o volume de superfícies liberadas, que quedam disponíveis em princípio para ampliar outras exploraçons. Em concreto, se tomamos a superfície perdida polos grupos de tamanho onde diminue o número de exploraçons, obtemos que o volume de terras liberadas no período 1972-1982 foi de umhas 187.000 hes, frente às menos de 30.000 hes dos 10 anos anteriores.
- **A segunda nota que define a evoluçom neste período, consiste em que a citada desapariçom de exploraçons nom vai acompanhada, sem embargo, de um processo paralelo de concentraçom das terras em favor das classes de maior dimensom.** A cifra de exploraçons eleva-se nos grupos de tamanho superior a 20 hes, pero fai-no numha quantia mui pequena: as de 20-50 hes aumentam só num 12,2% (897 exploraçons, em termos absolutos), e nas de 50-100 hes o incremento é de só 500 unidades, apesar de que isto supom duplicar o seu número[262].

Portanto, na década dos 70 a desapariçom de exploraçons adquire umha intensidade significativa, mas isto traduze-se esencialmente num abandono de superfícies. Deste modo, o redimensionamento das unidades de produçom é insignificante.

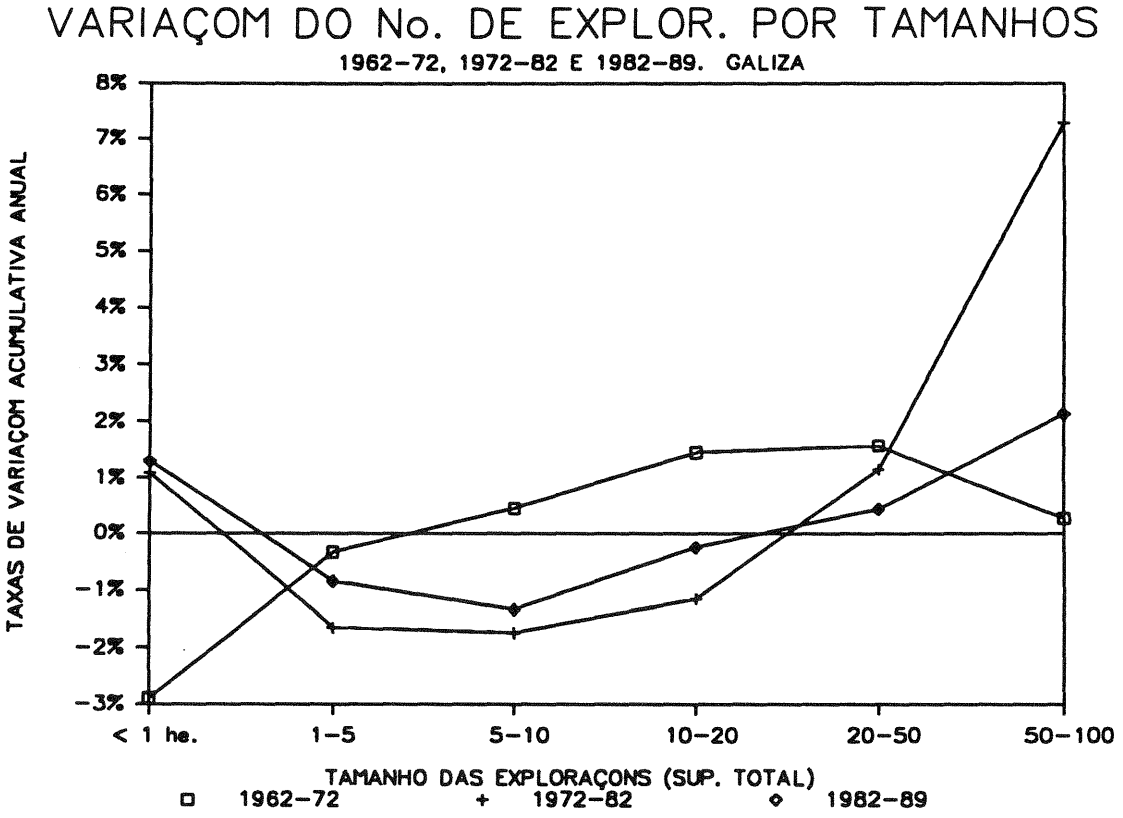
---

[262] Devemos acrescentar ainda que boa parte desse aumento se corresponde em realidade com o registo nestes grupos em 1982 de muitos montes vizinhais, que no Censo de 1972 apareciam integrados em exploraçons municipais maiores de 100 hes. Isto explica aproximadamente 1/3 do incremento no grupo de 20-50 hes, e 1/2 do constatado na classe 50-100 hes. Portanto, a concentraçom de exploraçons operada realmente é muito menor ainda do que indicam as cifras do quadro 7.49.

-A evoluçom no período intercensal 1982-1989.

O perfil geral que apresenta a dinámica por grupos de tamanho neste último período intercensal, é mui similar ao que acabamos de descrever para o período 1972-1982. Isto percibe-se de modo imediato no gráfico 7.22, onde podemos ver que as curvas correspondentes a estes dous períodos tenhem um traçado paralelo.

Gráfico 7.22.



Para começar, entre os Censos de 1982 e 1989 aumenta de novo a cifra de exploraçons menores de 1 he, e mesmo o fai a maior ritmo que no período anterior: +1,30% anual, frente ao +1,09% anual registado entre 1972 e 1982 (ver quadro 7.49 bis). Prossegue, pois, a multiplicaçom fictícia destas unidades nos dados censais.

Excluíndo essa categoria, e centrando-nos nas exploraçons de superfície igual ou superior a 1 he, encontramo-nos com umhas tendéncias que som, assimesmo, idénticas às do período 1972-1982:

i. O número de exploraçons diminue, entre 1982 e 1989, em todos os grupos de dimensom menores de 20 hes.

ii. Aumenta essa cifra nas classes de 20-50 hes e 50-100 hes.

iii. E ademais, também se mantém a terceira característica do período anterior: o incremento do número de exploraçons nestas últimos categorias, nom está em consonáncia com o que seria possível dado o volume de terras liberadas. Ou, noutros termos, das superfícies liberadas, só umha pequena proporçom vai ampliar outras exploraçons.

A diferéncia entre os dous períodos refire-se à magnitude das mudanças, magnitude que é agora ainda menor.

Assi, por um lado, ralentiza-se a desapariçom de exploraçons em todos os intervalos por baixo das 20 hes: no de 1-5 hes a taxa de variaçom anual passa de -1,65% nos anos 1972-1982, a -0,85% no período 1982-1989; no grupo de 5-10 hes essa taxa diminue de -1,75% a -1,34%; e por último no de 10-20 hes a taxa reduze-se de -1,15% a -0,25% (ver quadro 7.49 bis).

E, por outra parte, também se ralentiza o incremento do número de exploraçons nas classes de maior tamanho: as de 20-50 hes aumentam a um ritmo anual do 0,44%, frente ao 1,16% anual do período 1972-1982; e nas de 50-100 hes os valores som, respectivamente, do 2,14% e o 7,28%. O freo que experimenta a desapariçom de exploraçons, e portanto a liberaçom de superfícies, unido ao feito de que continua a escassa mobilidades destas terras, levam a que a concentraçom em favor dos grupos de maior dimensom se volva no período 1982-1989 ainda mais insignificante que nos anos precedentes. Neste sentido as cifras absolutas som mais expressivas que as taxas que comentamos: o número de exploraçons por encima de 20 hes incrementou-se entre 1982 e 1989 em tam só 425 unidades (ver quadro 7.49).

Portanto, no último período intercensal mantenhem-se as mesmas tendéncias gerais que no período 1972-1982. Pero a magnitude das transformaçons fai-se, sempre dacordo com as cifras dos Censos agrários, ainda mais insignificante.

d. A evoluçom do número de exploraçons com gado bovino por grupos de tamanho, ao longo do período 1962-1989.

As cifras analisadas nas páginas anteriores conduzem-nos, como vimos, a umha conclusom esencial: as mudanças experimentadas pola estrutura dimensional das exploraçons ao longo das três últimas décadas, fórom na agricultura galega extremadamente reduzidas. Durante todos estes anos essa estrutura mantivo umha enorme estabilidade. Isto pom-se de manifesto na

evoluçom do número total de exploraçons e da sua superfície média. E reflecte-se também na evoluçom do número de unidades e da superfície por classes de tamanho.

Agora bem, essas cifras que estivemos examinando correspondem ao total de exploraçons registadas nos sucessivos censos agrários. E, como explicamos no epígrafe 3.1.2, existem motivos para duvidar da fiabilidade desses dados, da medida na que estes recolhem adeqüadamente as mudanças que se produzírom na realidade.

As deficiéncias tenhem a sua origem na excessiva amplitude do conceito de "exploraçom agrária" que é empregado nestes censos; o que leva a que (em cada data) se registem como exploraçons, nom só unidades produtivas de mui pequena dimensom, senom também muitas extensons exclusivamente florestais, e mesmo propriedades abandonadas. Num plano dinámico, ou diacrónico, a conseqüéncia que isso tem é que essas cifras subestimam, com toda probabilidade, a desapariçom de exploraçons efectivamente ocorrida, ao continuar censando como exploraçons a unidades que em realidade já desaparecérom, a extensons de terreo que se correspondem com antigas exploraçons ou partes de antigas exploraçons, hoje totalmente abandonadas.

De um modo mais geral, cabe pensar que essa definiçom tam ampla fai que sigam censando-se muitas unidades de produçom que tenhem umha actividade mui reduzida; unidades nas que o trabalho quedou limitado a algumha parcela, mentres a maior parte das suas terras estám abandonadas. Este tipo de situaçons som mui freqüentes em dous supostos: as exploraçons nas que os membros da família accedérom a um emprego noutra actividade nas proximidades, onde tenhem a sua dedicaçom principal; e as que podemos denominar "exploraçons de jubilados", aquelas que estám em maos de titulares de idade avançada que nom contam com familiares jovens residindo e trabalhando com eles, e que carecem de perspectivas de sucessom. Tanto num como noutro caso, estamos perante exploraçons nas que a actividade nom desapareceu ainda por completo; pero que estám em franco declive, e cuja entidade como unidades de produçom é já mui escassa. A questom de onde estabelecer a fronteira que marca a desapariçom de umha exploraçom, nom é fácil de resolver; porque na maior parte dos casos isto nom se produze de forma brusca, num determinado momento do tempo, senom que se efectua mediante um processo gradual de declive, e um abandono progressivo do trabalho das terras. Pero, em qualquer caso, parece conveniente que situaçons como as descritas se podam separar do que som "verdadeiras" exploraçons, com umha mínima entidade produtiva.

Em resumo, **todo aponta a que os dados que estivemos vendo tendem a exagerar a estabilidade da estrutura dimensional das exploraçons ao longo das três últimas décadas, ao subestimar o volume de unidades**

desaparecidas durante este período. Para corregir estas deficiências, e obter umha melhor aproximaçom às mudanças ocorridas realmente, devemos analisar a evoluçom que se constata tomando um conceito mais restritivo de "exploraçom agrária". Isto é o que tratamos de fazer a continuaçom.

A opçom concreta que adoptamos aqui consiste em limitar-nos às exploraçons censadas que contam com gado bovino; examinando assi a evoluçom que registou o número destas exploraçons, classificadas segundo a sua superfície total, entre 1962 e 1989. Este conjunto, as exploraçons bovinas, nom pode identificar-se estritamente com as "verdadeiras" exploraçons; e nom pretendemos atribuir aos dados este significado. O motivo disto é que podem existir unidades de importante dimensom económica, que, por estar especializadas noutras produçons, carecem de gado bovino. Sem embargo, o que si nos oferecem estas cifras é umha aproximaçom às tendéncias experimentadas polo número de exploraçons de certa entidade produtiva.

O critério ou requisito que estabelecemos (a preséncia de ao menos umha cabeça de gado bovino), garantiza que das cifras quedam excluídas aquelas unidades censadas que som em realidade extensons de terra abandonadas ou com mui escassa actividade. E, por outra parte, podemos afirmar que, na realidade da agricultura galega, esse conjunto inclue a grande maioria das exploraçons agrárias com certa entidade produtiva. Em apoio desta última afirmaçom podem aportar-se dous tipos de evidéncias empíricas:

-Em primeiro lugar, as cifras que oferece o Censo agrário de 1962, onde se comprova que a prática totalidade das exploraçons censadas de certa extensom tinham gado bovino. Concretamente, do total de unidades registadas nesta data, contavam com algumha cabeça de gado bovino o 67,7%; pero esta cifra estava mui condicionada polo baixo valor dessa percentagem nas menores de 1 he (aqui tinham gado bovino tam só o 32,8% das exploraçons). No grupo de 1-5 hes a cifra superava já o 80%; e entre as maiores de 5 hes essa percentagem oscilava ao redor do 93%-96% **(ver quadro 7.50 bis)**.

-O outro tipo de informaçom é o que sabemos sobre a orientaçom produtiva das mudanças que registou a agricultura galega a partir daí, durante as três últimas décadas. Nas exploraçons agrárias com terras, as transformaçons estivérom marcadas pola crescente especializaçom nas produçons bovinas,

em especial o leite. A importância doutras linhas de especializaçom foi globalmente mui pequena[263].

Em conseqüência, no caso das exploraçons que se desprendérom do seu gado bovino durante as últimas décadas, isto pode considerar-se que respondeu na imensa maioria dos casos, nom a umha especializaçom noutros produtos, senom à forte reduçom da actividade realizada na exploraçom. Ainda a risco de simplificar, podemos dizer que o abandono do gado bovino é em Galiza, a maioria das vezes, um indício da virtual desapariçom da exploraçom; ou, ao menos, um indício de que o trabalho quedou reduzido nessa unidade a níveis mui baixos, estando a maior parte das suas terras abandonadas.

Baixo essas premissas, passamos já a examinar a evoluçom que experimentou o número de exploraçons bovinas por grupos de tamanho ao longo dos anos 1962-1989.

d1. As variaçons registadas no conjunto do período 1962-1989.

No **quadro 7.50** recolhemos as cifras de exploraçons bovinas classificadas segundo a sua superfície total, que oferecem os sucessivos censos agrários; e calculamos as variaçons produzidas entre as duas datas extremas, 1962 e 1989. Estas variaçons ficam de manifesto também no **gráfico 7.23**, onde figura o número dessas exploraçons em cada grupo de tamanho existentes numha e outra data. Finalmente, no **gráfico 7.24** representamos a variaçom percentual registada polas exploraçons bovinas de cada grupo; ao que unimos, a efeitos comparativos, as cifras análogas que se obtinham para o total de unidades censadas.

De entrada, observamos que as tendéncias gerais por classes de tamanho, som aqui similares às constatadas para a totalidade de exploraçons censadas. Em concreto, o número de exploraçons bovinas diminuiu no período 1962-1989 em todos os estratos com umha superfície inferior a 20 hes; e aumentou nos situados por encima deste umbral. A cifra das 20 hes marca pois o límite de

---

263 Unicamente cabe citar aqui a relevância para algumhas áreas concretas de Galiza doutras especializaçons: a pataca, em partes da Limia e de Bergantinhos; o vinho, nas áreas vitícolas tradicionais; e os cultivos hortícolas, na franja costeira e alguns vales abrigados do interior. A isso hai que acrescentar o surgimento do subsector da gadaria intensiva (avícola e porcina), baseado em unidades de produçom sem terras, e nom transformaçom das exploraçons com terras tradicionais.

dimensom por baixo do qual desaparecérom exploraçons neste conjunto; algo análogo ao que sucedia para o total de unidades censadas[264].

Quadro 7.50. Evoluçom do número de exploraçons com gado bovino, por classes de tamanho segundo a sua superfície total. Galiza 1962-1989.

I. VARIAÇOM REGISTADA NO CONJUNTO DO PERIODO 1962-89.

Tamanho (sup. total)	Número de exploraçons em cada censo				Variaçom no conjunto do período 1962-89	
	1962	1972	1982	1989	No.	%
< 1 he.	47954	32053	26481	17155	-30799	-64,2%
1-5	151308	128295	85100	58999	-92309	-61,0%
5-10	54008	53865	39847	31858	-22150	-41,0%
10-20	24935	28144	23388	21987	-2948	-11,8%
20-100	6245	6968	7569	7422	1177	18,8%
>=100	39	50	86	82	43	110,3%
TOTAL	284489	249375	182471	137503	-146986	-51,7%

II. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL DAS EXPLORAÇONS POR GRUPOS DE TAMANHO EM 1962 E 1989.

Tamanho (sup. total)	1962	1989
< 1 he.	16,9%	12,5%
1-5	53,2%	42,9%
5-10	19,0%	23,2%
10-20	8,8%	16,0%
20-100	2,2%	5,4%
>=100	0,0%	0,1%
TOTAL	100,0%	100,0%

III. VARIAÇOM EM CADA PERIODO INTERCENSAL.

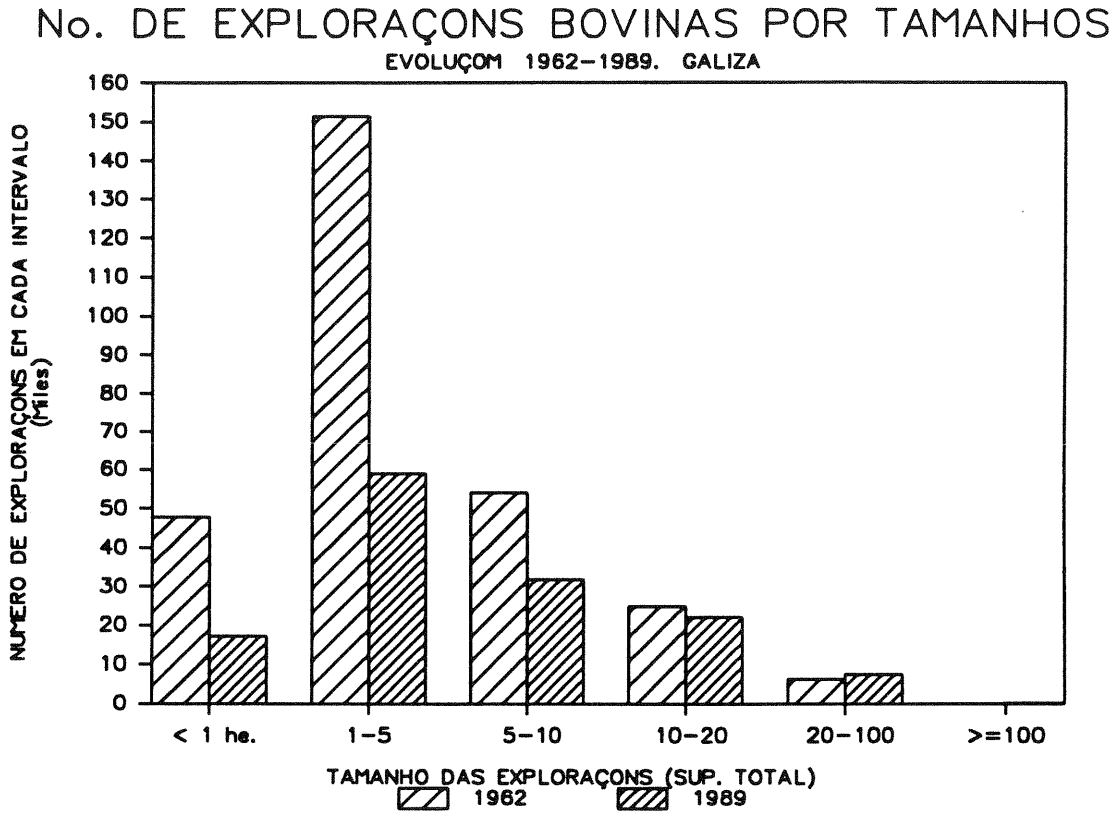
Tamanho (sup. total)	Taxa de variaçom acumulativa anual			
	1962-72	1972-82	1982-89	1962-89
< 1 he.	-3,9%	-1,9%	-6,0%	-3,7%
1-5	-1,6%	-4,0%	-5,1%	-3,4%
5-10	0,0%	-3,0%	-3,1%	-1,9%
10-20	1,2%	-1,8%	-0,9%	-0,5%
20-100	1,1%	0,8%	-0,3%	0,6%
>=100	2,5%	5,6%	-0,7%	2,8%
TOTAL	-1,3%	-3,1%	-4,0%	-2,7%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

---

[264] A única diferéncia consiste em que neste caso a diminuçom afecta às menores de 10 hes, mantendo-se estável o número no grupo 10-20 hes.

Gráfico 7.23.



Agora bem, se o signo e o perfil das variaçons é similar, nom sucede o mesmo com a sua magnitude. Neste aspeito encontramo-nos com umha diferéncia esencial: **a desapariçom que se registou no caso das exploraçons bovinas, em especial nas categorias de menor tamanho, foi de umha intensidade muito maior que a que vimos antes (tomando o total de unidades censadas).**

Assi, **o número total de exploraçons com gado bovino reduziu-se em Galiza aproximadamente à metade nestes 27 anos**. Concretamente, a sua cifra passou de 284.500 em 1962 a 137.500 no Censo agrário de 1989, o que supom umha diminuçom do 51,7% (ver quadro 7.50). Isto contrasta de forma acusada com o descenso experimentado polo total de unidades censadas, que como vimos antes foi de só o 15,1%. Deste modo, se a começos do período o 67,7% das exploraçons censadas tinham gado bovino, em 1989 a percentagem baixara ao 38,5%.

Expressando os feitos noutros termos, as cifras indicam que durante esse período desaparecérom do sector umhas 147.000 exploraçons bovinas, é dizer que estas desfixérom-se deste tipo de gado. Pero dessa cifra, tam só umhas

63.500 unidades deixárom de ser censadas; o resto continuárom sendo registadas como exploraçons nos censos agrários. Daí a grande estabilidade que se observa no número total de unidades censadas.

Por tamanhos, a desapariçom de exploraçons bovinas[265] foi mui intensa em todos os estratos com umha superfície inferior a 10 hes. As menores de 1 he virom reduzir-se o seu número num 64,2% entre 1962 e 1989; no grupo de 1-5 hes a caída foi do 61,0%; e no de 5-10 hes alcançou o 41,2%. Por último, diminuiu também essa cifra na classe de 10-20 hes, ainda que já numha quantia muito menor: -11,8% (ver quadro 7.50). Vemos, pois, que a desapariçom de exploraçons bovinas alcançou umha magnitude considerável, e esta foi maior quanto mais pequena a sua base territorial.

Essas taxas de diminuçom som em todos os casos mui superiores às que se registam para o total de exploraçons censadas em cada grupo. E, dentro deste panorama geral, as diferéncias som especialmente acusadas nas classes de menor tamanho **(ver quadro 7.50 bis e gráfico 7.24)**.

Assi, ao mesmo tempo que o número de exploraçons bovinas de superfície inferior a 1 he se reduziu num 64,2%, o total de unidades censadas neste intervalo tam só baixou num 9,0%. Na categoria de 1-5 hes as cifras som, respectivamente, -61,0% e -22,9%; na de 5-10 hes as percentagens som -41,0% e -20,1%. Finalmente, mentres as exploraçons com gado bovino de 10-20 hes diminuem num 11,8%, o total das censadas neste grupo mantem-se constante (+1,2% de variaçom entre 1962 e 1989).

Desses dados desprende-se que durante as três últimas décadas, umha grande parte das exploraçons bovinas de pequena superfície existentes em 1962, desaparecérom do sector, quedárom sem este tipo de gado. Pero a maioria destas unidades ou extensons de terreo, continuárom sendo registadas como exploraçons nos sucessivos censos agrários. Deste modo, as cifras de exploraçons censadas incluem umha proporçom cada vez maior de unidades que carecem de gado bovino[266], explicando isto a estabilidade do seu número. Para poder chegar a conclusons firmes sobre a situaçom real destas exploraçons (as

---

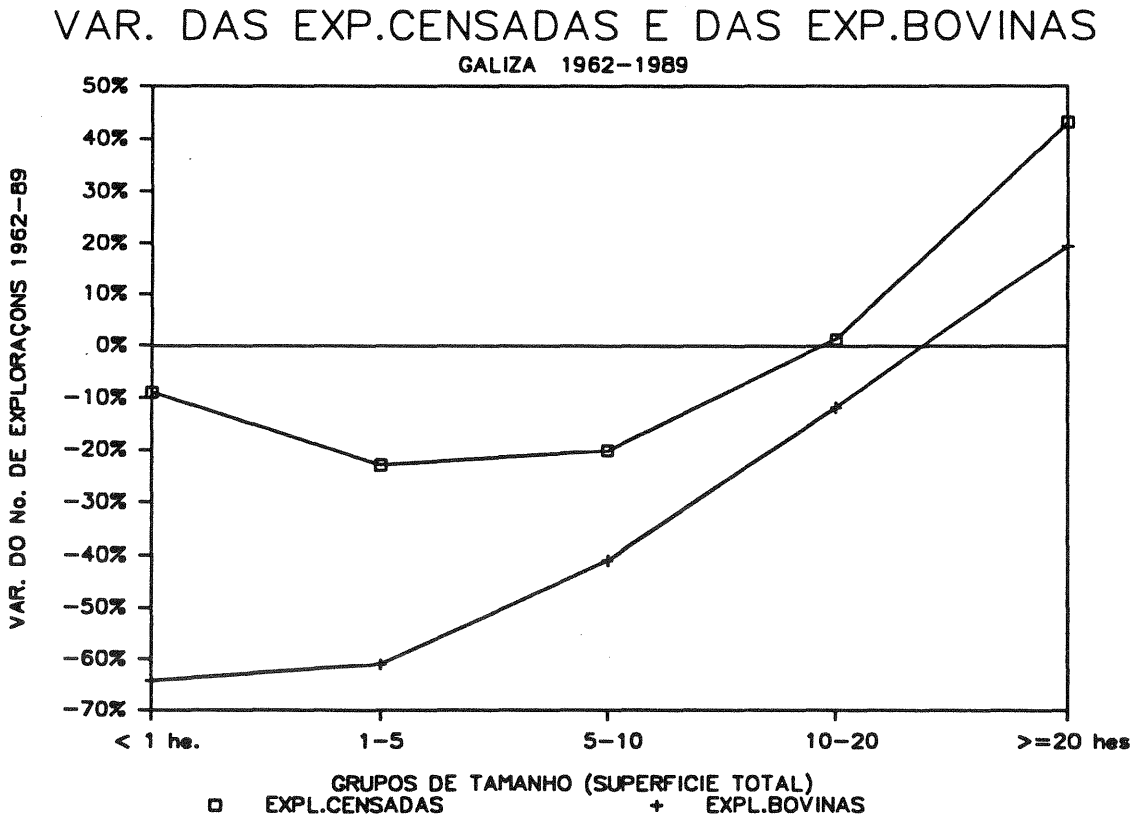
[265] Apesar de que isto já está implícito nos comentários anteriores, quiçás seja conveniente precisar o significado que aqui tem o termo "desapariçom". O que reflectem essas cifras é o número de exploraçons que desaparecem do subsector bovino, que deixam de contar com este tipo de gado. Isso pode responder á desapariçom da exploraçom como unidade de produçom; pero também pode ser conseqüéncia da sua especializaçom noutras produçons.

[266] No apartado II do quadro 7.50 bis podemos ver como a proporçom das exploraçons censadas que tenhem gado bovino, se reduziu fortemente entre 1962 e 1989 em todos estes grupos de tamanho por baixo das 20 hes.

que quedárom sem gado bovino), seria necessário analisar detalhadamente as suas características (utilizaçom da terra, preséncia ou nom de certos médios de produçom, idade e actividade económica do que figura como titular da exploraçom e dos seus familiares,...). Sem embargo, como indicamos antes, conhecendo as características gerais da agricultura galega, e a orientaçom produtiva das transformaçons operadas nas últimas décadas, cremos que se pode afirmar que o abandono do gado bovino responde na maior parte dos casos a um abandono efectivo, ou ao menos a um forte declive, da exploraçom. E portanto, a maioria destas exploraçons (que quedam sem nengumha cabeça desse gado, pero continuam sendo censadas) som em realidade unidades desaparecidas, ou com mui escassa actividade, que tenhem a maior parte das suas terras abandonadas.

Em todo caso, no que respeita a este primeiro ponto, vemos que a desapariçom de exploraçons no sector da gadaria bovina, alcançou no período 1962-1989 umha intensidade considerável, muito maior que a registada nas cifras totais de unidades censadas. O número dessas exploraçons reduziu-se ao longo dos 27 anos num 51,7%, percentagem esta que resulta muito mais acorde com a diminuçom experimentada no mesmo período pola populaçom ocupada na agricultura galega.

Gráfico 7.24.



Quadro 7.50 bis. Comparaçom entre a variaçom do número de exploraçons censadas e do número de exploraçons bovinas por grupos de tamanho. Galiza 1962-89.

I. VARIAÇOM DO NUMERO DE EXPLORAÇONS POR GRUPOS DE TAMANHO 1962-89.

Tamanho (sup. total)	Total exploraçons censadas	Exploraçons com gado bovino
< 1 he.	-9,0%	-64,2%
1-5	-22,9%	-61,0%
5-10	-20,1%	-41,0%
10-20	1,2%	-11,8%
>=20 hes	43,2%	19,4%
TOTAL	-15,1%	-51,7%

II. PROPORÇOM QUE REPRESENTAM AS EXPLORAÇONS COM GADO BOVINO SOBRE O TOTAL DE EXPLORAÇONS CENSADAS EM CADA TAMANHO. 1962 E 1989

Tamanho (sup. total)	1962	1989
< 1 he.	32,8%	12,9%
1-5	81,8%	41,3%
5-10	95,5%	70,6%
10-20	96,1%	83,8%
>=20 hes	92,6%	77,2%
TOTAL	67,7%	38,5%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962 e 1989.
Elaboraçom própria.

Todo isso referia-se ao primeiro componente das transformaçons na estrutura dimensional das exploraçons: a desapariçom de unidades produtivas. O segundo componente ou factor condicionante dessas transformaçons é a medida na que citada desapariçom vai acompanhada de umha transferéncia das terras liberadas a outras exploraçons, possibilitando assi o incremento do número de unidades que superam certa dimensom. Pois bem, neste aspeito som plenamente aplicáveis ao sector bovino, as conclusons que antes obtivemos para o total de exploraçons censadas: o redimensionamento de unidades produtivas, com o conseguinte reforçamento dos estratos de medianas e grandes exploraçons, foi neste sector extremadamente pequeno, menor ainda que o constatado naqueles outros dados.

Durante o período 1962-1989 aumentou o número de exploraçons bovinas de superfície maior a 20 hes, pero fixo-o numha quantia praticamente despreciável: 1.177 unidades incorporárom-se ao grupo de 20-100 hes, e 43 ao

das maiores de 100 hes (ver quadro 7.50). Aqui nom disponhemos de dados sobre a variaçom da superfície ocupada polas diferentes classes de tamanho. Pero resulta fácil percibir que esse incremento na cifra de exploraçons maiores de 20 hes é insignificante, se o comparamos com as 147.000 exploraçons bovinas que desaparecérom, e com o volume de terras liberadas, ou potencialmente liberadas, por elas.

A intensa desapariçom de exploraçons que se produziu no sector da gadaria bovina nom foi, pois, acompanhada de umha ampliaçom da base territorial das que sobrevivem, senom que a superfície destas permaneceu quase totalmente "congelada". Deste modo, o resultado daquela desapariçom foi um retrocesso paralelo da superfície total ocupada polas unidades deste sector.

Isto último trouxo como conseqüência que as mudanças na distribuçom percentual das exploraçons bovinas por classes de tamanho, foram bastante modestas, tal como se comprova no **apartado II do quadro 7.50**. Parece-nos importante recalcar este feito: entre 1962 e 1989 desaparecérom mais da metade das exploraçons no sector bovino, concentrando-se este processo naquelas de menor base territorial; apesar disso, sem embargo, ao nom produzir-se simultaneamente umha ampliaçom da superfície das exploraçons que se mantenhem, e permanecer assi praticamente constante a cifra de unidades de mediana e grande dimensom, a estrutura relativa por grupos de tamanho segue apresentando em 1989 um perfil nom mui diferente do que existia a começos dos anos 60, com um forte predomínio das pequenas e mui pequenas exploraçons[267]. É esta umha experiéncia do passado recente que deveria ter-se mui em conta na actualidade, ao discutir as medidas para a reestruturaçom deste sector. A lecçom que nos ensina é que **a desapariçom das pequenas exploraçons, se nom vai acompanhada de umha transferência das terras liberadas a outras unidades, conduze a um sector bovino de menor dimensom global (que ocupa umha menor superfície total), pero com umha estrutura interna nom mui distinta; e portanto com uns problemas ou deficiéncias estruturais similares.**

---

[267] Aqui é interessante distinguir entre: a concentraçom relativa (aumento da proporçom de exploraçons maiores de certo tamanho), e a concentraçom absoluta (incremento do número de exploraçons que superam certa dimensom). A primeira pode produzir-se sem que tenha lugar esta última, como fruto simplesmente da desapariçom de pequenas exploraçons; pero neste caso essa concentraçom relativa será necessariamente lenta. Isto foi exactamente o que sucedeu no sector bovino galego ao longo das três últimas décadas.

Deixando de lado estas últimas consideraçons, interessa-nos voltar finalmente ao que constitue aqui o nosso objectivo principal: a caracterizaçom das mudanças operadas no número e superfície das exploraçons ao longo do período 1962-1989, suponhendo que o desfazer-se do gado bovino é, na agricultura galega, um indício de que a unidade de produçom desapareceu virtualmente como tal. Se aceitamos este suposto, podemos resumir assi a imagem que dessas mudanças nos oferecem as cifras anteriores:

i. Dacordo com estes dados, a desapariçom de exploraçons registada durante as três últimas décadas foi bastante intensa. E, em conseqüência, também foi considerável o volume de superfícies liberadas, ou potencialmente liberadas[268], por essas exploraçons.

ii. Sem embargo, a concentraçom das terras em favor dos grupos de maior tamanho, com o aumento conseguinte do número de exploraçons de mediana ou grande superfície, foi praticamente insignificante. A causa disto, e o que aparece agora como o principal factor limitativo destas transformaçons, é a escassa mobilidade daquelas terras liberadas ou potencialmente liberadas. Só umha proporçom extremadamente pequena destas superfícies foi transferida (via compra-venda ou cesom) a outras exploraçons. As restantes superfícies liberadas, que alcançam agora um volume considerável, quedárom abandonadas ou semi-abandonadas; distinguindo-se aqui dous tipos de situaçons:

-Umha parte destas superfícies corresponde a exploraçons que deixárom de ser registadas nos censos agrários. Polo que se pode afirmar de forma estrita que se produziu a liberaçom das terras, seguida do seu abandono.

-Pero muitas outras continuárom sendo censadas como exploraçons agrárias; apesar de tratar-se nuns casos de extensons de terreo abandonadas, e noutros de unidades com escassa actividade. Para diferencia-lo analiticamente do suposto anterior, podemos referir-nos a esta situaçom nom como um **bloqueio da mobilidade das terras**, senom **um freo ou bloqueio da sua liberaçom efectiva**. Na terceira parte da investigaçom trataremos de precisar os factores que explicam um e outro fenómeno[269].

---

[268] Empregamos aqui este termo, superfícies "potencialmente lieradas", para referir-nos às terras daquelas unidades que desaparecérom completamente ou que quedárom limitadas a umha actividade mui pequena, de tal modo que cabe falar da sua "virtual" morte como unidades de produçom.

[269] O problema da liberaçom de superfícies estudamo-lo no capítulo IX, examinando a relaçom entre a diminuçom da mao de obra agrária e a desapariçom de exploraçons. E a questom da mobilidade das terras liberadas é analisada no capítulo X e seguintes.

Comparado com o viamos nas outras cifras (referidas à evoluçom do total de unidades censadas), observamos que:

a. A imagem que obtemos agora, ao tomar um conceito mais restritivo de "exploraçom agrária", difire muito no que respeita à intensidade alcançada pola desapariçom de exploraçons. Essa intensidade é aqui muito maior.

b. Pero a imagem permanece inalterada no que se refire ao agrandamento ou ampliaçom da superfície das exploraçons supervivintes. Este processo foi, também dacordo com estas cifras, insignificante.

Ou, expressando isto noutros termos, podemos afirmar que:

a. Os dous tipos de dados coincidem no resultado final da evoluçom: o forte descenso da mao de obra agrária nom levou a umha concentraçom paralela das terras num menor número de exploraçons, com o aumento conseguinte na cifra de unidades de mediana e grande superfície.

b. A diferéncia entre as conclusons que se derivam de uns e outros dados, refire-se aos factores explicativos desta auséncia de transformaçons. Guiando-nos polas primeiras cifras (as correspondentes ao total de unidades censadas), o principal obstáculo às transformaçons foi a escassa desapariçom de exploraçons, que impediu toda reestruturaçom significativa. Em cámbio, se tomamos um conceito mais restritivo de "exploraçom agrária" (limitando-nos a aquelas que contam com gado bovino), obtemos umha imagem distinta: a forte reduçom da mao de obra agrária levou a umha desapariçom também intensa de exploraçons, e portanto a umha importante liberaçom de superfícies; pero o bloqueio na mobilidade destas terras, fixo que isso se traduzira num abandono ou semi-abandono de importantes extensons de terreo, permanecendo "congelada" a superfície das unidades supervivintes.

d2. A evoluçom do número de exploraçons bovinas por tamanhos, nos diversos períodos intercensais.

Também neste aspeito (a evoluçom ao longo do tempo), se constatam importantes diferéncias com o que se obtinha para o total de unidades censadas. As tendéncias registadas para as exploraçons bovinas podem resumir-se aqui em duas notas: ao longo das trés últimas décadas produziu-se um aceleramento contínuo no ritmo global de desapariçom destas exploraçons; e, simultaneamente, elevou-se também de forma ininterrumpida o tamanho das unidades afectadas por esse processo **(ver apartado III do quadro 7.50)**.

No primeiro período intercensal, 1962-1972, as variaçons fórom bastante pequenas: o número total de exploraçons com gado bovino reduziu-se a umha taxa acumulativa anual do 1,3%; e esta diminuçom afectou só aos grupos de superfície inferior a 5 hes.

No período 1972-1982 o ritmo global de diminuçom fixo mais que duplicar-se, alcançando o 3,1% anual. E, ao mesmo tempo, elevou-se notavelmente o tamanho das exploraçons afectadas por esse processo: ademais de prosseguir ou acelerar-se a desapariçom das menores de 5 hes, o processo extende-se agora, e com taxas importantes, às categorias de 5-10 hes e 10-20 hes.

Finalmente, no último período intercensal, 1982-1989, intensifica-se ainda mais a desapariçom de exploraçons bovinas, reduzindo-se o seu número total a umha taxa do 4,0% anual. O outro traço definitório das tendéncias nestes anos, consiste em que a cifra destas unidades diminue em todos os grupos de tamanho. Por um lado, acelera-se a desapariçom nos de superfície inferior a 10 hes; e, polo outro, o processo alcança ademais aos grupos maiores de 20 hes, onde o número aumentava ligeiramente nas décadas precedentes (ver apartado III do quadro 7.50).

O ritmo de desapariçom destas exploraçons é claramente superior nos trés períodos ao registado para o total de unidades censadas. Pero, dentro desse panorama geral, o contraste é especialmente acusado para o último deles, 1982-1989: a diminuçom do total de exploraçons censadas apresentava aqui umha ralentizaçom, mentres que no caso das exploraçons bovinas a tendéncia é justamente a contrária, acelerando-se a caída. Se temos em conta a evoluçom que experimenta a populaçom ocupada na agricultura galega, e a relaçom que normalmente existe entre esta dinámica demográfica e a desapariçom de exploraçons, semelha evidente que o indicado por estas últimas cifras (as do sector bovino) é mais plausível, corresponde-se muito melhor com o que a priori caberia agardar.

d3. As mudanças operadas na distribuçom da cabana bovina por categorias de exploraçons; o forte aumento da cabana nos grupos de maior superfície.

Para completar o estudo referido ao sector bovino, que realizamos nestas páginas, imos examinar umha última questom: a evoluçom que registou o número de animais detentado polos diferentes grupos de exploraçons, as mudanças que se produzírom na distribuçom da cabana bovina por categorias de exploraçons. Este tema sae-se do que é aqui o objecto central da nossa investigaçom: as modificaçons na base territorial das unidades de produçom, no tamanho destas unidades em termos de superfície. Pero, apesar disso, a questom tem um grande interesse desde esta perspectiva. Porque, como imos comprovar, a sua análise permite-nos obter umha visom de conjunto sobre a reestruturaçom que se operou durante as três últimas décadas na gadaria bovina galega; podendo assi ubicar dentro deste processo global o que se refire em concreto à evoluçom da base territorial das exploraçons.

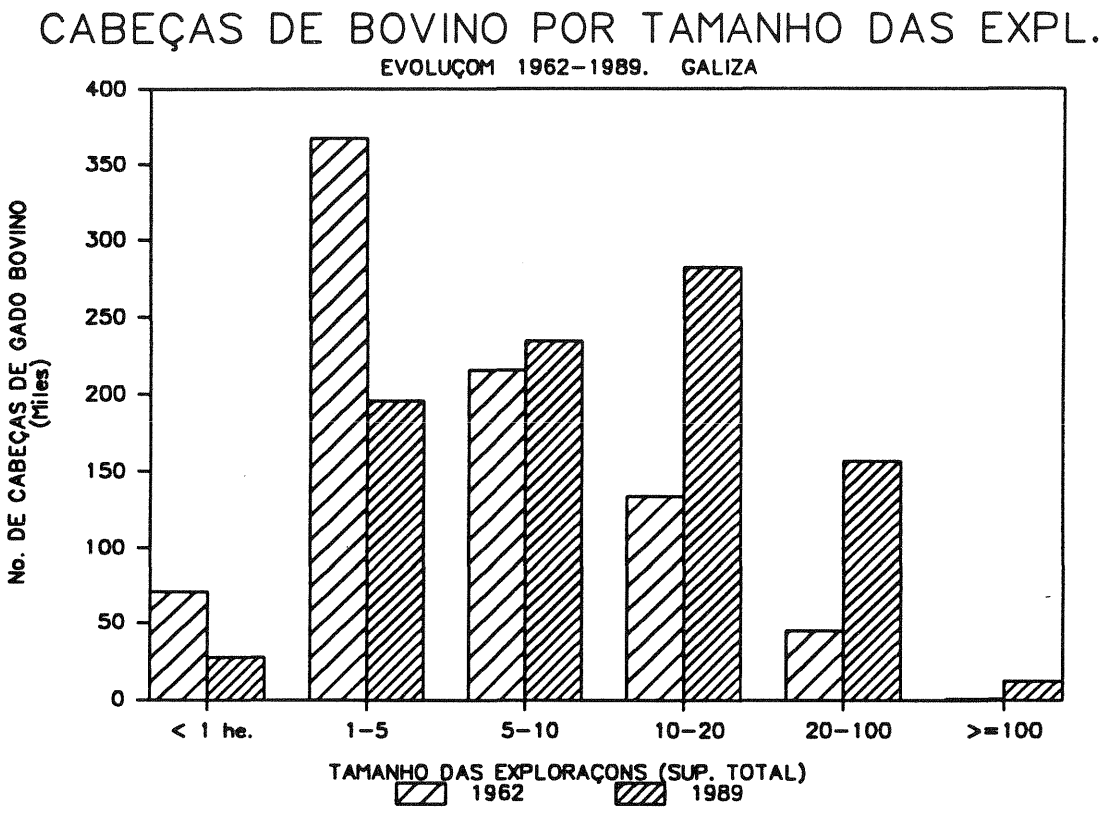
No **quadro 7.51** recolhemos essas cifras: a evoluçom do número de cabeças de gado bovino por categorias de exploraçons (classificadas segundo a sua superfície total), que registam os censos agrários para o período 1962-1989. Para facilitar a percepçom das tendéncias básicas, no **gráfico 7.25** representamos a situaçom nas datas inicial e final, a distribuçom da cabana bovina (em cifras absolutas) por categorias de exploraçons existente em 1962 e em 1989.

Quadro 7.51. Evoluçom do número de cabeças de gado bovino nas diferente categorias de exploraçons. Galiza 1962-1989.

Tamanho (sup. total)	No. de cabeças de gado bovino nas exploraçons de cada categoria (*)				Variaçom no conjunto do período 1962-89	
	1962	1972	1982	1989	No.	%
< 1 he.	70842	46778	39876	27586	-43256	-61,1%
1-5	367373	333485	243301	195720	-171653	-46,7%
5-10	215400	254452	224717	234091	18691	8,7%
10-20	133521	194456	207345	281882	148361	111,1%
20-100	44576	75923	105473	156482	111906	251,0%
>=100	941	4735	7685	12037	11096	1179,2%
TOTAL	832653	909829	828397	907798	75145	9,0%
-No. de cabeças/ exploraçom	2,9	3,6	4,5	6,6	3,7	125,6%

(*) Nos quatro censos agrários estas cifras incluem a totalidade de cabeças de gado bovino (de todas as idades).
Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

Gráfico 7.25.



Umha observaçom superficial deste gráfico indica-nos já que as transformaçons fórom aqui, ao contrário do que sucedia para a base territorial, relativamente importantes. Em concreto, vemos que, simultaneamente com a desapariçom de muitas pequenas exploraçons, produziu-se um forte crescimento da cabana bovina detentada polas unidades de mediana e grande superfície, umha significativa concentraçom[270] da cabana em benefício destes grupos.

Globalmente, o volume total desta cabana mantivo-se ao longo das três décadas estável, ou com umha ligeira tendência crescente. Assi, o número de cabeças de gado bovino aumentou entre o Censo agrário de 1962 e o de 1989 num 9,0%. Isto sucedeu ao mesmo tempo que a cifra de exploraçons no sector se reduzia, como antes vimos, num 51,7%. O resultado foi que se produziu um forte incremento, em termos relativos, do número médio de cabeças por exploraçom: este passou de 2,9 em 1962, a 6,6 em 1989, o que supom um aumento do 125,6%; ou, dito noutras palavras, essa cifra multiplicou-se nos 27

---

[270] Concentraçom em termos absolutos e nom só relativos, recolhendo a distinçom estabelecida numha nota anterior.

anos por 2,3 (ver quadro 7.51). Estes dados amostram que a desapariçom de exploraçons bovinas, estivo acompanhada de umha importante expansom da cabana nas unidades que permanecem no sector; feito este que possibilitou o mantenimento do número total de cabeças, e fixo que se elevara de forma considerável a cabana média por exploraçom.

A reestruturaçom operada aprecia-se melhor se analisamos a variaçom das cifras por classes de tamanho, a variaçom do número de animais possuído polas diversas categorias de exploraçons (ver quadro 7.51 e gráfico 7.25). Em primeiro lugar, observa-se aqui um forte descenso nos grupos de superfície inferior a 5 hes: a cabana bovina situada em unidades menores de 1 he reduziu-se entre 1962 e 1989 num 61,1%; e nas de 1-5 hes a caída foi do 46,7%. Entre os dous grupos, a diminuçom alcançou umhas 215.000 cabeças.

Nas exploraçons de 5-10 hes a cifra de animais experimentou já um ligeiro aumento no período (+8,7%). E nas de superfície maior a 10 hes produziu-se um forte incremento, tanto em termos absolutos como relativos. Em conjunto, a cabana bovina possuída polas unidades maiores de 10 hes aumentou, entre 1962 e 1989, em mais de 270.000 cabeças; concentrando-se esta expansom nas de 10-20 hes (+148.000), e nas de 20-100 hes (+112.000). Expressado em termos percentuais, o aumento foi nestas categorias do 111,1%, e 251,0%, respectivamente. Por último, o número de animais bovinos detentado por exploraçons maiores de 100 hes multiplicou-se quase por 13 nestes anos. Pero este incremento espectacular em termos relativos, é conseqüência da cifra extremadamente reduzida na data inicial (941 cabeças em 1962). De tal modo que o aumento absoluto da cabana nestas grandes exploraçons foi só de 11.000 cabeças; e, apesar do que esta expansom poda ter de significativa como fenómeno qualitativo, estas exploraçons possuem em 1989 tam só o 1,3% da cabana bovina galega.

Em síntese, vemos pois que a distribuçom da cabana bovina experimentou em Galiza umha importante transformaçom ao longo das três últimas décadas: por um lado, a desapariçom do sector de grande parte das pequenas exploraçons, fixo que se reduzira muito o volume e a percentagem do censo situado em unidades menores de 1 he e de 1-5 hes; ao mesmo tempo, registou-se um forte aumento da cabana bovina nas exploraçons de superfície maior a 5 hes, especialmente nos grupos de 10-20 hes e 20-100 hes. Isto último levou a que o número total de cabeças permanecera aproximadamente constante, e a que se incrementara de forma considerável a proporçom das mesmas que estám em unidades de mediana ou grande extensom.

Agora bem, aqui é importante precisar os mecanismos ao través dos quais se levou a cabo essa reestruturaçom. E para isto, devemos ponher em relaçom as mudanças que se constatam na distribuçom da cabana bovina, com o que antes vimos sobre a evoluçom do número e a superfície das exploraçons.

O feito esencial a destacar é que a forte expansom do censo bovino nos grupos de mediana e grande superfície, nom se corresponde com um aumento do número de unidades e da superfície global nestas categorias. Essa expansom produziu-se apesar de nom ter lugar umha concentraçom das exploraçons e da superfície em favor destes grupos. Exponhendo-o nuns termos mais explícitos: o considerável incremento da cifra de cabeças bovinas que estám em exploraçons maiores de 20 hes, operou-se sobre um número de unidades de produçom que se mantivo praticamente invariável ao longo do período 1962-1989, e portanto também sobre umha superfície total (ocupada por estas unidades) que nom aumentou de forma significativa. E se descendemos ao grupo imediatamente inferior, temos que a cabana situada em unidades de 10-20 hes fixo mais que duplicar-se entre 1962 e 1989, apesar de que o número de exploraçons bovinas nesta categoria se reduziu num 11,4%, com a diminuçom conseguinte da superfície global ocupada por elas. Disso desprende-se que o forte crescimento do censo bovino nestas categorias, baseou-se de forma quase exclusiva num aumento da densidade gadeira, do número de animais por hectare.

Numha visom global, a reestruturaçom que ao longo destas décadas se produziu na gadaria bovina galega, na distribuçom da cabana por categorias de exploraçons, é em realidade o resultado de dous processos diferentes, e podemos dizer que independentes entre si:

-De um lado, desaparecérom do sector umha grande parte das unidades de pequena superfície existentes em 1962; sem que isto levara a umha ampliaçom da base territorial das exploraçons que sobrevivem, nem portanto a umha concentraçom das terras em favor das categorias de mediana e grande extensom. As superfícies daquelas unidades quedárom na sua prática totalidade desmobilizadas a efeitos produtivos, ao menos para o sector bovino. E deste modo, a desapariçom da metade das exploraçons foi acompanhada de umha "congelaçom" da base territorial das que sobrevivem, e de um forte retrocesso da superfície global ocupada polas unidades deste sector.

-Simultaneamente, tivo lugar umha importante intensificaçom gadeira nas exploraçons que se mantenhem no sector, incrementando-se aqui de forma considerável o número de cabeças de bovino por hectare de superfície total. Isto foi o que possibilitou que se mantivera ou aumentara ligeiramente o volume global da cabana, apesar de reduzir-se muito a superfície global ocupada polas exploraçons do sector; e o que permitiu o forte incremento do censo nas categorias de mediana e grande superfície.

Em definitiva: **a reestruturaçom da gadaria bovina operou-se em Galiza, sem que existira um redimensionamento da base territorial das exploraçons; apesar desta limitaçom, o processo alcançou umha dimensom relativamente importante, graças à intensificaçom gadeira realizada sobre as terras das que disponhia já cada unidade de produçom. Esta intensificaçom foi o pilar no que se baseárom, de modo quase exclusivo, as transformaçons.**

Para completar a imagem, devemos tratar de precisar brevemente a magnitude e o contido concreto dessa intensificaçom gadeira.

Começamos polo relativo à magnitude da intensificaçom. Aqui nom contamos com as cifras referidas à evoluçom da superfície ocupada polas exploraçons bovinas dos diversos grupos; e portanto, nom é possível calcular a evoluçom da carga gadeira, do número de cabeças de bovino/ hectare, nas unidades dos diferentes tamanhos. Sem embargo, si podemos obter um indicador bastante preciso ao respeito, calculando o número de cabeças/ exploraçom que resulta, nas sucessivas datas, para as unidades de cada grupo. As variaçons deste índice podemos considerar que reflectem modificaçons da carga gadeira/he[271].

Estas cifras podem ver-se no **quadro 7.51 bis**. A sua análise permite-nos conhecer melhor **a magnitude da intensificaçom gadeira operada ao longo das três últimas décadas, e as diferéncias neste aspeito segundo o tamanho das exploraçons:**

i. Em primeiro lugar, observamos que essa intensificaçom foi escassa nas unidades de superfície inferior a 5 hes que sobrevivírom no sector. Especificando mais, o proceso foi mui modesto nas de 1-5 hes (o número de cabeças por exploraçom passou aqui de 2,4 em 1962 a 3,3 em 1989, um aumento do 36,6%); e quase inexistente nas menores de 1 he (a cifra média

---

[271] Parece bastante plausível suponher que a superfície/ exploraçom em cada grupo (por exemplo para as unidades de 5-10 hes), se mantém aproximadamente constante nos sucessivos censos agrários. E aceitando esse suposto, as variaçons do número de animais/ exploraçom para as unidades de um intervalo, correspondem-se com umha variaçom idéntica em termos percentuais do número de animais/ hectare.

de cabeças por exploraçom passou neste caso de 1,5 a 1,6, o que supom um incremento do 8,9%)[272].

Quadro 7.51 bis. Número médio de cabeças de bovino / exploraçom nas unidades dos diferentes grupos de tamanho. Evoluçom 1962-1989.

Tamanho (sup. total)	No. de cabeças/exploraçom				Variaçom no conjunto do período 1962-89	
	1962	1972	1982	1989	No.	%
< 1 he.	1,5	1,5	1,5	1,6	0,1	8,9%
1-5	2,4	2,6	2,9	3,3	0,9	36,6%
5-10	4,0	4,7	5,6	7,3	3,4	84,2%
10-20	5,4	6,9	8,9	12,8	7,5	139,4%
20-100	7,1	10,9	13,9	21,1	13,9	195,4%
>=100 hes	24,1	94,7	89,4	146,8	122,7	508,4%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

ii. O processo de intensificaçom centrou-se nos grupos de exploraçons maiores de 5 hes. Esta superfície (5 hes) parece marcar o umbral mínimo de tamanho, por encima do qual as exploraçons bovinas experimentárom um importante dinamismo. Dentro deste conjunto, á sua vez, o incremento da carga gadeira/he foi mais forte, em termos relativos, quanto maior a superfície total das exploraçons.

Assi, no grupo de 5-10 hes o número médio de cabeças de bovino por exploraçom, e podemos dizer também a cifra média de cabeças por hectare[273], aumentou entre 1962 e 1989 num 84,2%. Nas de 10-20 hes este incremento foi do 139,4%; é dizer, que a densidade de gado bovino por hectare multiplicou-se nestas exploraçons por 2,4. Nas de 20-100 hes esta densidade multiplicou-se aproximadamente por 3 (o aumento foi do 195,4%). Finalmente, nas exploraçons bovinas de superfície maior a 100 hes, que partiam de umha densidade gadeira mui baixa, esta multiplicou-se ao longo dos 27 anos por 6 (exactamente, incrementou-se num 508,4%).

---

[272] Ademais, sendo rigorosos, hai que ter em conta que nestes grupos desaparecérom durante o período ao redor da metade das exploraçons existentes em 1962. Deste modo, o aumento registado no número médio de animais por exploraçom pode dever-se aqui, nom a um incremento da cabana nas unidades supervivintes, senom ao feito de que as exploraçons desaparecidas tinham umha cifra de cabeças mui pequena.

[273] Ver as precisons efectuadas na penúltima nota.

Essa elevaçom da densidade ou carga gadeira, deu lugar nestes grupos a aumentos importantes, em termos absolutos, do número de cabeças possuído por cada unidade de produçom, tal como podemos comprovar no quadro 7.51 bis. Concretamente: as exploraçons bovinas com superfície de 5-10 hes passárom de umha cabana média de 4,0 cabeças em 1962, a 7,3 em 1989; nas de 10-20 hes essa cifra elevou-se de 5,4 a 12,8 animais/ exploraçom; nas de 20-100 hes passou de 7,1 a 21,1; e por último nas exploraçons bovinas maiores de 100 hes a cabana média aumentou de 24,1 a 146,8 cabeças.

Por outra parte, como já indicamos, essa intensificaçom gadeira é a que explica na sua quase totalidade a expansom que experimentou a cabana bovina detentada por estas categorias de exploraçons[274].

iii. O último ponto a destacar, em relaçom com estas cifras, refire-se à cronologia desse processo de intensificaçom. Neste sentido, os dados procedentes dos censos agrários, que estám reproduzidos no quadro 7.51 bis, conduzem a duas conclusons:

a) A primeira é que esse processo se deu ao longo dos três períodos intercensais aqui estudados; é dizer, que a intensificaçom bovina se iniciou já na década dos 60, e continua até a actualidade.

b) A segunda conclusom é que, dentro dessa tendéncia geral, o processo acelerou-se notavelmente na etapa mais recente, no período 1982-1989; sendo estes os anos nos que as mudanças alcançam, com diferéncia, a sua maior magnitude.

Para concluir, queda-nos por precisar o contido concreto dessas mudanças, o contido concreto desse processo de intensificaçom gadeira. Acabamos de ver que, dada a ausência de umha ampliaçom da base territorial das exploraçons, os agricultores que se mantivérom no sector bovino, só pudérom aumentar a sua cabana mediante o incremento da densidade gadeira nas terras das que já disponhiam.

Agora bem, as cifras que estivemos analisando referiam-se exactamente ao índice: "número de cabeças de bovino/ hectare de **superfície total**". E o

---

274 A evoluçom precisa em cada grupo pode ver-se, examinando simultaneamente: a variaçom do número de animais por exploraçom (que figura no quadro 7.51 bis); e a variaçom da cifra de exploraçons nesse grupo (que aparece no quadro 7.50). Assi, tomando por exemplo a categoria de 20-100 hes, podemos comprovar que o aumento registado pola cabana bovina neste grupo (que foi do 251,0% entre 1962 e 1989), se deveu: a um incremento da cifra de exploraçons em só um 18,8%; e a umha elevaçom do número de animais/exploraçom num 195,4%. Seguindo o mesmo esquema pode-se ir caracterizando a dinámica nas restantes categorias.

que vinhemos denominando "intensificaçom gadeira" aludia à elevaçom desse índice. Resulta fácil dar-se conta de que a evoluçom deste quociente depende em realidade de, ou pode descomponher-se analiticamente em, dous elementos: a variaçom da relaçom "Superfície Agrária Utilizada/ Superfície Total", ou de forma mais concreta o rátio "Superfície forrageira/ Superfície Total"; e a evoluçom da carga gadeira por hectare de SAU ou de superfície forrageira.

Portanto, o aumento que registam os dados anteriores para o primeiro índice, o que designamos como processo de intensificaçom gadeira, pudo operar-se ao través destas duas vias:

i. Mediante umha transformaçom no uso das terras dentro das exploraçons, que levara à ampliaçom da superfície forrageira. Bem fora isto a costa das terras a monte (roturando parte destas terras); ou dedicando à produçom de forrages, superfícies antes ocupadas por outros cultivos.

ii. A outra via possível foi o aumento da carga gadeira por hectare de superfície forrageira. Isto pode lograr-se até certo ponto melhorando o aproveitamento destas terras, elevando a sua produtividade. Pero em boa medida, o citado aumento teria que impliar a necessidade de recurrir à compra de alimentos para o gado de origem externa à exploraçom.

Polo momento, limitamo-nos aqui a deixar o tema plantejado, sem entrar a estudar que foi o que sucedeu realmente, em que medida as mudanças se produzirom por umha ou outra via.

Podemos sinalar, isso si, que a priori na agricultura galega existia um grande campo potencial para o primeiro tipo de transformaçons: a ampliaçom da SAU, e em concreto da superfície forrageira das exploraçons, por médio da roturaçom de terras a monte. Dentro da superfície total das exploraçons individuais, a proporçom que correspondia à SAU era aqui a princípios dos 60 relativamente pequena. Ou, dito noutras palavras, essa superfície total incluia umha percentagem elevada de terras de monte particular, das quais umha grande parte eram susceptíveis de ser roturadas e dedicadas a pastos. Portanto, sem variar a sua extensom total, as unidades de produçom disponhiam de umha importante reserva potencial para ampliar a sua superfície agrária.

No seguinte capítulo, o número VIII, analisaremos em que medida essa expansom potencialmente possível da SAU a costa das terras a monte, foi aproveitada ao longo das três últimas décadas. Ou se, polo contrário, isso nom foi assi; e portanto, a intensificaçom que constatamos para a gadaria bovina, tivo que operar-se em grande medida a costa de umha crescente dependéncia por parte das exploraçons da compra de alimentos para o gado. Com a precisom deste aspeito, poderemos completar a imagem sobre a forma na que se operou a reestruturaçom da gadaria bovina galega.

Aqui, e voltando ao tema central da nossa investigaçom, temos que reiterar a conclusom esencial obtida antes: essa reestruturaçom estivo marcada por umha limitaçom de base, que foi a auséncia de um redimensionamento na base territorial, na superfície total, das exploraçons.

3.1.4. A evoluçom do número e a SAU das exploraçons por classes de tamanho no período 1982-1989.

Todos os dados que estivemos vendo referiam-se à evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons em termos de superfície total. As unidades de produçom apareciam classificadas aí segundo a extensom total das suas terras (incluído o monte e os terreos improdutivos), e a este conceito correspondiam as cifras de superfície.

Aparte desses dados, os dous últimos censos agrários oferecem também a distribuçom das exploraçons segundo a sua SAU (Superfície Agrária Utilizada). Este conceito de superfície é o mais relevante do ponto de vista agrário, e o utilizado habitualmente nas estatísticas doutros países, em concreto nas disponíveis para os estados membros da CEE. Por este motivo, imos analisar agora estas cifras: a evoluçom que experimentou em Galiza o número e a SAU das exploraçons por tamanhos, no período 1982-1989.

De entrada, compre sinalar que a evoluçom neste caso depende, ou é o resultado, de duas classes diferentes de processos:

i. Os primeiros som os que afectam ao número e superfície total das unidades de produçom: a desapariçom de exploraçons, e as transferéncias de terras entre unidades produtivas (via compra-vendas ou cesons).

ii. Pero, ademais disso, as variaçons também podem resultar aqui de mudanças na utilizaçom das terras dentro de cada exploraçom (sem que varie a sua superfície total): a ampliaçom da SAU, mediante a posta em cultivo de superfícies florestais ou improdutivas; e, em sentido contrário, a reduçom da SAU polo abandono de parte das terras antes trabalhadas (sem que a exploraçom se desprende delas).

Para a agricultura galega, comprovamos já nas páginas anteriores que as transformaçons operadas ao través da primeira das vias, fórom nas 3 últimas décadas praticamente nulas. Portanto, se na estrutura dimensional em termos de SAU observamos modificaçons mais importantes, haverá que atribuir isto ao segundo tipo de fenómenos citados. Em todo caso, ao analisar estas cifras devemos tratar de dilucidar em que medida as variaçons som atribuíveis a um ou outro tipo de processos.

Quadro 7.52. Evoluçom do número, a SAU e a superfície total das exploraçons, classificadas segundo o seu tamanho em termos de SAU. Galiza 1982-1989.

A. NUMERO DE EXPLORAÇONS.

Tamanho SAU	No. de exploraçons 1982	1989	Variaçom 1982-1989 Em número	Em %
< 1 he.	175277	184781	9504	5,4%
1-5 hes	141610	109206	-32404	-22,9%
5-10	23261	23558	297	1,3%
10-20	5536	8518	2982	53,9%
20-50	832	1357	525	63,1%
>=50 hes	139	234	95	68,3%
TOTAL EXPLORAÇONS COM SAU	346655	327654	-19001	-5,5%
EXPLORAÇONS SEM SAU	13781	31232	17451	126,6%
TOTAL EXPLORAÇONS COM TERRAS	360436	358886	-1550	-0,4%

B. SUPERFICIE AGRARIA UTILIZADA.

Tamanho SAU	SAU (hes) 1982	1989	Variaçom 1982-1989 hes	Em %
< 1 he.	71383	68952	-2431	-3,4%
1-5 hes	316976	249541	-67435	-21,3%
5-10	154287	160040	5753	3,7%
10-20	71219	111591	40372	56,7%
20-50	22276	35570	13294	59,7%
>=50 hes	18883	49347	30464	161,3%
TOTAL EXPLORAÇONS COM SAU	655024	675041	20017	3,1%
EXPLORAÇONS SEM SAU	0	0	---	---
TOTAL EXPLORAÇONS COM TERRAS	655024	675041	20017	3,1%

C. SUPERFICIE TOTAL.

Tamanho SAU	Superf. total (hes) 1982	1989	Variaçom 1982-1989 hes	Em %
< 1 he.	172296	205139	32843	19,1%
1-5 hes	733396	563000	-170396	-23,2%
5-10	313480	296130	-17350	-5,5%
10-20	126521	182664	56143	44,4%
20-50	54532	66002	11470	21,0%
>=50 hes	56675	93604	36929	65,2%
TOTAL EXPLORAÇONS COM SAU	1456900	1406539	-50361	-3,5%
EXPLORAÇONS SEM SAU	785059	810603	25544	3,3%
TOTAL EXPLORAÇONS COM TERRAS	2241959	2217142	-24817	-1,1%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

No **quadro 7.52** reproduzimos os dados que nos oferecem os Censos agrários de 1982 e 1989. Como pode ver-se, figuram aí três tipos de informaçom: em primeiro lugar, o número de exploraçons classificadas em funçom da sua SAU; em segundo lugar, a SAU ocupada polas unidades de cada estrato; e por último, recolhemos também a superfície total (incluídas terras a monte e improdutivas), que está integrada nas exploraçons de cada um dos grupos. Este último tipo de cifras tem aqui umha finalidade meramente auxiliar; a sua utilidade poderá comprovar-se ao longo da exposiçom.

Ao ser 1982 o primeiro ano para o que dispomos destes dados, começaremos analisando a estrutura dimensional das exploraçons em termos de SAU, que se registava nesta data. Depois examinaremos a evoluçom que se produziu no período 1982-1989.

a. A distribuçom das exploraçons e da SAU por classes de tamanho em 1982.

O primeiro que podemos observar no quadro 7.52 é que, das "exploraçons com terras" registadas no Censo agrário de 1982, um certo número delas careciam por completo de SAU; é dizer, que se tratava de unidades formadas exclusivamente por superfícies de monte ou improdutivas. O seu número ascendia em concreto a 13.781, o que supom o 3,8% do total das exploraçons com terras censadas neste ano; e ocupavam umhas 785.000 hes, o 35,0% da superfície total censada.

A similitude desta última cifra com a extensom ocupada neste Censo polas exploraçons públicas e comunais[275], sugire que entre os dous conjuntos existe umha correspondéncia bastante estreita. Isto confirma-se, em linhas gerais, ao examinar de forma mais detida os quadros de resultados, ainda que com algum matiz. Em realidade, encontramo-nos com que o conjunto das exploraçons sem SAU, inclue dous tipos de unidades: por umha parte figuram aqui grandes "exploraçons" exclusivamente florestais, na sua imensa maioria de titularidade pública ou comunal; e, ao lado delas, aparece um grupo muito mais numeroso, pero que ocupa umha superfície mui reduzida, de unidades pequenas ou mui

[275] Ver os dados oferecidos mais atrás, no quadro 7.42.

pequenas, que som com toda probabilidade propriedades (particulares) abandonadas[276].

Estes dados venhem, pois, a ilustrar e avalar algo que estivemos sinalando em toda a exposiçom anterior: que os censos agrários, aparte de incluir nas suas cifras as grandes extensons florestais, registam como exploraçons muitas extensons de terreo sem nengumha actividade produtiva, que se correspondem com pequenas propriedades abandonadas. Dizemos que avalam a veracidade deste fenómeno, ainda que nom reflectem toda a sua magnitude. O número de exploraçons desaparecidas, sem nengumha ou quase nengumha actividade, e que som censadas em 1982, é com toda seguridade mui superior às 13.781 exploraçons sem SAU. O que sucede é que muitas delas, apesar de nom ser objecto de nengumha actividade, contavam com terras classificadas dentro da SAU.

Nom nos extendemos mais sobre esse tema, suficientemente argumentado ao longo dos epígrafes precedentes. Deixamos pois de lado as exploraçons sem SAU, para centrar-nos no conjunto que nos interessa neste ponto: as exploraçons que si contavam com algumha superfície deste tipo, terras lavradas e/ou prados e pastizais. Globalmente, o número destas exploraçons era em 1982 de 346.655, e entre elas repartiam-se umha SAU global de 655.024 hes. Se a isto lhe sumamos as terras a monte e improdutivas que estavam integradas nessas mesmas unidades de produçom, obtemos que estas disponhiam de umha superfície total de 1.456.900 hes (ver quadro 7.52).

Essas cifras ponhem de manifesto que em 1982 continuava tendo toda a sua vigéncia, a que era umha das características básicas das estruturas fundiárias tradicionais configuradas na agricultura galega: a enorme estreiteza do espaço agrário, da superfície agrária utilizada. Fai um pouco, ao final da análise referida à gadaria bovina, deixamos aberta a questom sobre as possíveis mudanças produzidas neste aspeito ao longo das três últimas décadas. Questom que, como antecipamos alí, será abordada com detenimento no próximo capítulo. Pero em todo caso, os dados que acabamos de citar para 1982 amostram já que, de produzir-se essas mudanças nos decénios imediatamente anteriores (as décadas dos 60 e 70), estas nom alterárom a situaçom de modo substancial.

---

[276] Assi, as 13.781 exploraçons sem SAU censadas em 1982 distribuiam-se do seguinte modo: ao redor da metade (umhas 6.600) tinham umha superfície total inferior a 1 he; e outras 3.500 estavam no intervalo de 1-5 hes; no outro extremo, havia umhas 2.000 maiores de 50 hes (as grandes unidades florestais. O número de exploraçons sem SAU, e o seu peso relativo, era em cámbio bastante pequeno nos grupos de 5 a 50 hes.

Assi, as 655.024 hes ocupadas pola SAU representavam unicamente o 29,2% da superfície total censada em 1982 (2.241.959 hes), e o 22,2% da superfície geográfica de Galiza (2.948.000 hes)[277]. E o que resulta aqui mais relevante aos nossos efeitos: limitando-nos às exploraçons com SAU, aquelas 655.024 hes suponhiam tam só o 45,0% da superfície total destas unidades (1.456.900 hes); o restante 55,0% destas terras correspondiam a monte e superfícies improdutivas.

Dada esta estreiteza do espaço agrário, o tamanho das exploraçons em termos de SAU era em 1982 mui pequeno, muito menor ainda do, já reduzido, que se obtinha tomando o total das terras de cada unidade de produçom. Em concreto, a SAU média por exploraçom era nesta data de unicamente 1,89 hes. E isto reflecte-se na estrutura por intervalos dimensionais, onde o predomínio das exploraçons de pequena e mui pequena extensom resultava nestas cifras abrumador (no **quadro 7.52 bis** pode ver-se a distribuçom percentual das unidades e da SAU por grupos de tamanho).

Assi, a metade das exploraçons (exactamente o 50,6%) tinham umha SAU inferior a 1 he; e outro 40,9% figuravam com 1-5 hes; em conjunto, o 91,5% nom alcançavam as 5 hes de SAU. Frente a isso, as unidades do grupo 5-10 hes suponhiam já umha percentagem reduzida (o 6,7% do total), ainda que o seu número absoluto era importante (mais de 23.000). E as categorias que vinhemos designando como de dimensom média (as de 10-50 hes), se referimos esta dimensom à SAU eram um colectivo mui reduzido: em cifras absolutas algo menos de 6.500 exploraçons, o 1,8% do total. Por último, a preséncia de exploraçons com umha SAU igual ou superior a 50 hes era totalmente insignificante: o Censo de 1982 unicamente regista aqui 139 unidades de produçom (ver quadros 7.52 e 7.52 bis).

Neste caso, ademais, ao contrário do que sucedia na estrutura dimensional referida à superfície total, o predomínio acusado dos grupos de pequeno e mui pequeno tamanho, mantem-se também na distribuçom da superfície (da SAU neste caso) por categorias. Assi, as unidades com menos de 5 hes de SAU ocupavam em 1982 o 59,3% do total destas terras; e se consideramos o conjunto das exploraçons menores de 10 hes, que som as que se englobam habitualmente baixo o rótulo de "pequenas", estas repartiam-se o 82,9% da SAU global. As categorias de dimensom média, 10-50 hes, tinham aqui em cámbio um peso mui limitado: 14,3% da SAU. E o das grandes exploraçons resultava praticamente despreciável: o 2,9% da SAU global (ver quadro 7.52 bis).

---

[277] Esta cifra é pertinente, porque cabe pensar que as terras que quedárom fora do ambito do censo agrário som na sua imensa maioria de uso florestal ou improdutivas.

Quadro 7.52 bis. Distribuçom percentual do número e a SAU das explora-çons, classificadas segundo o seu tamanho em termos de SAU (*) . Evoluçom 1982-1989. Galiza

Tamanho SAU	Número de exploraçons 1982	Número de exploraçons 1989	SAU 1982	SAU 1989
< 1 he	50,6%	56,4%	10,9%	10,2%
1-5 hes	40,9%	33,3%	48,4%	37,0%
5-10	6,7%	7,2%	23,6%	23,7%
10-20	1,6%	2,6%	10,9%	16,5%
20-50	0,2%	0,4%	3,4%	5,3%
>=50 hes	0,0%	0,1%	2,9%	7,3%
TOTAL	100,0% (346655)	100,0% (327654)	100,0% (655024	100,0% (675041)

(*) Referido à totalidade de exploraçons com SAU (sem nengum límite mínimo de tamanho).

Fonte: INE, Censos agrarios de 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

Em definitiva: **se medimos o tamanho da base territorial das exploraçons polo conceito que é mais relevante a efeitos agrários, a suma das terras lavradas e os prados e pastizais, encontramo-nos na agricultura galega com um minifundismo muito mais acusado ainda do que indicavam as cifras que vinhemos manejando até agora, que se referiam à superfície total.** Este feito já o apontamos ao analisar a estrutura das exploraçons existente em 1962; pero é agora quando podemos constatar de forma mais precisa a situaçom, ao ser o Censo agrário de 1982 o primeiro que suministra a distribuçom por classes de tamanho referida à SAU.

Imos examinar a continuaçom as mudanças que se produzírom nesta estrutura dimensional entre 1982 e 1989.

b. A evoluçom do número e a SAU das exploraçons por grupos de tamanho no período intercensal 1982-1989.

Inicialmente, devemos lembrar aqui a evoluçom que se observava neste período, tomando as cifras de exploraçons distribuídas segundo a sua superfície total. Como constatamos no seu momento, as variaçons registadas nestas cifras entre 1982 e 1989, fórom extremadamente reduzidas. Por umha parte, a

desapariçom de exploraçons é mui pouco relevante, observando-se mesmo umha considerável ralentizaçom do processo em comparaçom com o anterior período intercensal, 1972-1982. Ademais, na medida em que desaparecérom algumhas exploraçons, as superfícies assi liberadas nom fórom transferidas a outras unidades produtivas, senom que essas terras quedárom desmobilizadas do ponto de vista da produçom agrária; deste modo, a superfície total censada registou umha diminuçom paralela ao descenso do número de exploraçons. O resultado foi que a superfície média por exploraçom permaneceu praticamente inalterada entre 1982 e 1989; e o mesmo sucedeu com a distribuçom das exploraçons e da superfície por grupos de tamanho.

Tendo isso como telom de fondo, vejamos a evoluçom que registou a estrutura dimensional das exploraçons em termos de SAU, as variaçons que se produzírom no número e a SAU das exploraçons por classes de tamanho. Estas variaçons estám recolhidas nos **quadros 7.52 e 7.53**; ademais, para facilitar a sua percepçom, elaboramos os **gráficos 7.26 e 7.27**. Começamos analisando os dados globais: a evoluçom do número total de exploraçons, da SAU, e da SAU média por unidade de produçom.

O primeiro feito a destacar é que a desapariçom de exploraçons foi neste conjunto maior da que se registava para o total de unidades censadas. Assi, mentres a cifra total de exploraçons com terras diminuiu só num 0,4% entre o Censo de 1982 e o de 1989, o número de exploraçons com SAU reduziu-se num 5,5% (ver quadro 7.52).

Esta diferéncia explica-se polo aumento na cifra de exploraçons sem SAU que som contabilizadas nos dados censais. O número destas unidades, formadas exclusivamente por terras a monte e improdutivas, passou de 13.781 em 1982, o que suponhia o 3,8% das exploraçons com terras censadas nesta data, a 31.322 em 1989, o 8,7% das exploraçons registadas neste último Censo (ver quadro 7.52). O que isto indica, fazendo umha interpretaçom simplificada, é o seguinte: umhas 17.500 exploraçons que em 1982 tinham algumhas terras lavradas e/ou prados, e que figuravam portanto entre as exploraçons com SAU, fórom completamente abandonadas nos anos seguintes, quedando toda a sua superfície a ermo ou convertida em monte; apesar disso, sem embargo, estas extensons continuam censadas em 1989 entre as exploraçons agrárias. Estes dados ratificam o que já temos apontado: que os censos agrários subestimam a desapariçom de exploraçons, ao seguir registando a muitas unidades que na prática desaparecérom, quedando reduzidas à condiçom de propriedades abandonadas. Este sesgo corrige-se em parte ao limitar-nos às exploraçons com SAU; daí que a desapariçom seja aqui de maior magnitude.

Essa é a primeira nota que define as mudanças na estrutura dimensional em termos de SAU: a maior importáncia da desapariçom de exploraçons. Mais salientável ainda parece-nos o segundo fenómeno que se observa aqui: essa

desapariçom de exploraçons vai acompanhada de umha ampliaçom da SAU nas unidades supervivintes, produzindo-se deste modo um aumento paralelo da SAU média por exploraçom. Assi, ao mesmo tempo que o número de exploraçons com SAU diminuiu num 5,5%, o volume global desta superfície incrementou-se num 3,1%; e como resultado disto, a SAU/ exploraçom elevou-se de 1,89 hes em 1989 a 2,06 hes em 1989, um aumento do 9,0% em 7 anos (ver quadro 7.53).

Quadro 7.53. Evoluçom do número total de exploraçons, a SAU/exploraçom, e a superfície total/exploraçom (cifras referidas às exploraçons com SAU). Galiza 1982-1989.

			Variaçom 1982-89	
	1982	1989	Cifras absolutas	Em %
-Número de exploraçons	346655	327654	-19001	-5,5%
-Superfície agrária utilizada (hes)	655024	675041	20017	3,1%
-Superfície total (hes)	1456900	1406539	-50361	-3,5%
- SAU / exploraçom (hes)	1,89	2,06	0,17	9,0%
-Superfície total/exploraçom (hes)	4,20	4,29	0,09	2,1%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

As transformaçons fórom em realidade de umha magnitude superior ao que sugirem os dados anteriores, já que estes estám mui influídos pola evoluçom irregular registada na categoria de menor tamanho. A cifra de exploraçons com SAU inferior a 1 he incrementou-se num 5,4% entre os Censos agrários de 1982 e 1989, distorsionando isto as tendéncias nos dados globais. Deste modo, se excluímos esse grupo e vemos a evoluçom para as unidades com umha SAU igual ou superior a 1 he, constatamos umhas variaçons de muita maior entidade:

-O número total de exploraçons diminuiu neste conjunto num 16,6% entre 1982 e 1989; um ritmo de desapariçom que podemos considerar bastante intenso (umha taxa anual próxima ao 2,5%).

-Simultaneamente, a SAU global ocupada por essas unidades incrementou-se num 3,8%. Este é o feito que resulta mais novedoso, comparado com o que sucedia nas cifras referidas à superfície total, e portanto o que mais devemos salientar aqui: a desapariçom de exploraçons vai acompanhada de um agrandamento da SAU nas unidades que permanecem vivas, fazendo assi que aumente ligeiramente o volume global desta superfície.

-O resultado dessas mudanças é que a SAU média por exploraçom aumentou neste conjunto de 3,41 hes em 1982 a 4,24 hes em 1989. Isto supom um

aumento do 24,6% em 7 anos, que, sem ser espectacular, si hai que catalogar de importante.

O processo de reestruturaçom que esses dados sugirem manifesta-se claramente na evoluçom do número de exploraçons e da SAU por classes de tamanho. Deixando de lado, polos motivos antes citados, a categoria das menores de 1 he, observamos aqui estas tendéncias (ver quadro 7.52 e gráficos 7.26 e 7.27):

i. Por um lado, regista-se umha diminuçom considerável do número de exploraçons de 1-5 hes. O processo de desapariçom limita-se a este grupo, pero alcança nele umha notável intensidade: a cifra destas unidades reduziu-se num 22,9% entre 1982 e 1989.

ii. Essa desapariçom acompanha-se de umha concentraçom de exploraçons e da SAU em favor dos grupos maiores de 10 hes, de um incremento do número de unidades nestas categorias. Indo por orde: a cifra de exploraçons de 5-10 hes mantem-se aproximadamente constante (aumenta em só o 1,3%); e incrementa-se esta cifra claramente nas categorias por encima de 10 hes, em especial na de 10-20 hes (o número de exploraçons eleva-se aqui numhas 3.000, o que supom em termos relativos um aumento do 53,9%). Isto último implica um aumento da SAU ocupada por estas categorias, de umha quantia superior ao volume de SAU "liberada" polas unidades de 1-5 hes que desaparecérom (ver gráfico 7.27).

Gráfico 7.26.

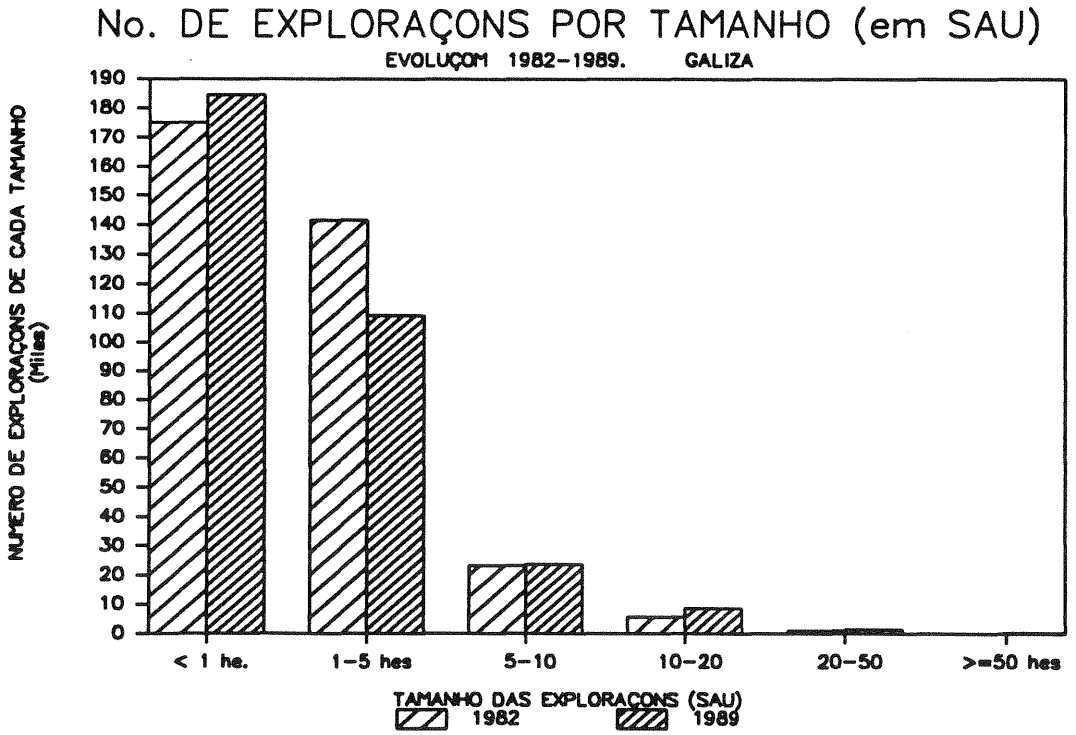
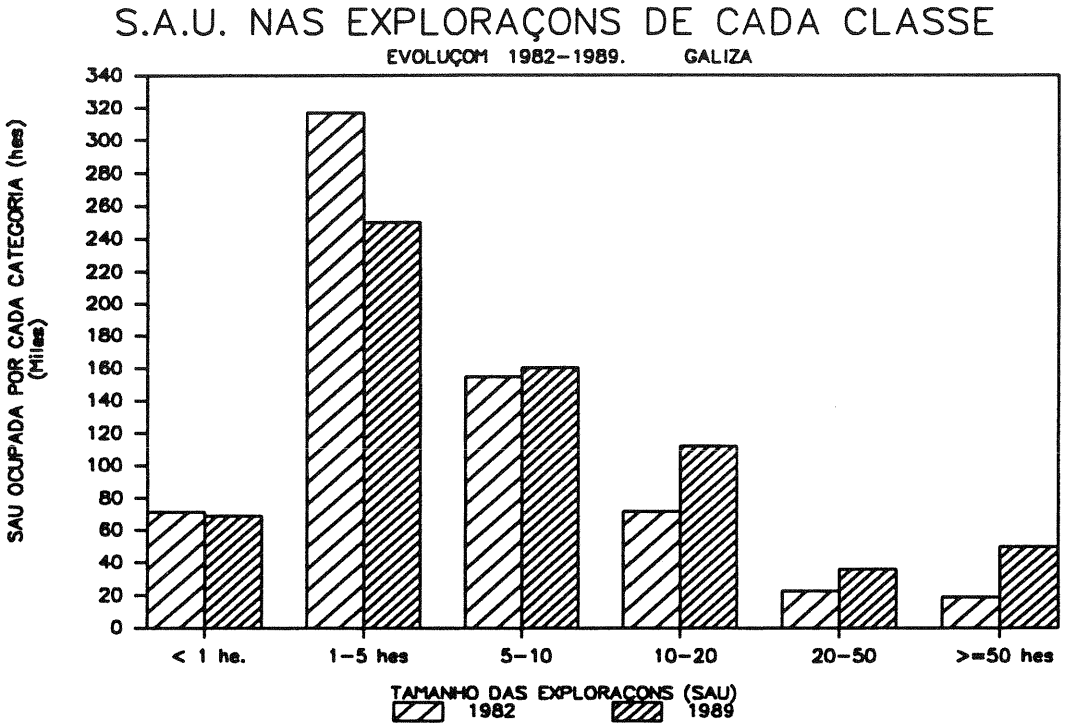


Gráfico 7.27.



Em resumo: **a estrutura dimensional das exploraçons em termos de SAU experimentou no período 1982-1989 umhas transformaçons que, sem ser espectaculares, si tenhem umha entidade nom despreciável. Sobretodo compre salientar que se produziu a ampliaçom da SAU numha parte das exploraçons, aumentando assi a cifra das que superam as 10 hes de extensom.**

Agora bem, umha vez que constatamos essas mudanças, é importante precisar os mecanismos ao través dos quais se produzírom. Umha leitura inicial dos dados que figuram no quadro 7.52 e que representamos nos gráficos 7.26 e 7.27, poderia sugerir a seguinte interpretaçom: no período 1982-1989 desaparecérom umha parte das exploraçons de 1-5 hes; e as terras cultivadas e de prados liberadas por essas unidades desaparecidas, fórom transferidas a outras exploraçons, permitindo isto a ampliaçom da SAU em muitas das unidades supervivintes.

Esta leitura das cifras, sem embargo, responde, por expressa-lo de um modo gráfico, a umha "ilusom óptica". Na realidade, como constatamos anteriormente neste estudo, a mobilidade da terra entre as exploraçons (via compra-vendas e cesons) que se registou na agricultura galega durante as três últimas décadas, foi mui escassa. E, em concreto, para o período 1982-1989

vimos antes que essa mobilidade foi insignificante. Isto manifestava-se no feito de que a desapariçom de exploraçons, nom iba associada a umha ampliaçom da superfície total das unidades supervivintes.

Portanto, **o agrandamento da SAU numha parte das exploraçons, que nos amostram as cifras, nom se deveu à incorporaçom das terras que fórom liberadas polas unidades desaparecidas. Essa ampliaçom da SAU tivo a sua origem em transformaçons internas, dentro da superfície total da que disponhiam já essas exploraçons: a roturaçom de algumhas das terras de monte particular que formavam parte destas unidades de produçom.**

Assi, as mudanças na estrutura dimensional em termos de SAU, as variaçons constatadas para o período 1982-1989 no número e a SAU das exploraçons por tamanhos, som em realidade a resultante de dous processos independentes:

-Por um lado, desaparecem umha parte das exploraçons, concretamente das que tinham 1-5 hes de SAU. Pero as superfícies liberadas por elas nom som transferidas a outras unidades de produçom, senom que ficam na sua imensa maioria abandonadas.

-Ao mesmo tempo, nalgumhas das exploraçons que se mantenhem, os agricultores levam a cabo umha ampliaçom da SAU, roturando parte das terras de monte particular das que disponhiam. Isto fai que na classificaçom das exploraçons por tamanhos referida à SAU, um certo número delas ascendam a um intervalo ou categoria superior.

A preséncia destes dous processos diferentes aparece de forma nítida, ao introduzir na análise as cifras referidas à superfície total que ocupam essas exploraçons. Isto pode comprovar-se no quadro 7.53:

-Vemos aqui como a diminuçom do número de exploraçons com SAU num 5,5% entre 1982 e 1989, foi acompanhada de umha reduçom paralela (num 3,5%) da superfície total integrada nestas exploraçons. Como resultado disso, a superfície total/ exploraçom mantivo-se neste conjunto praticamente inalterada: 4,20 hes em 1982 e 4,29 hes em 1989.

-Simultaneamente, nas exploraçons que seguem vivas, produziu-se umha ampliaçom da SAU a costa das terras a monte. Isto manifesta-se em que, mentres a superfície total ocupada polas exploraçons com SAU diminuiu de 1.456.900 hes a 1.406.539 hes, a SAU aumentou de 655.024 hes a 675.041 hes. Deste modo, o rátio "SAU/ Superfície total" elevou-se aqui do 45,0% em 1982 ao 48,0% em 1989. E este é o principal factor explicativo de que a SAU/ exploraçom experimentara o incremento constatado mais atrás.

Em definitiva:

i. Como vimos já no epígrafe anterior, a base territorial das exploraçons mantivo-se em Galiza praticamente "congelada" ao longo das três últimas décadas. Em todo este período, as transformaçons efectuadas por médio da mobilidade das terras entre exploraçons, fórom insignificantes.

ii. Apesar dessa limitaçom, muitas exploraçons pudérom ampliar a superfície agrária da que disponhem, mediante a roturaçom de parte das suas terras de monte particular.

Em páginas precedentes aludimos ao grande campo potencial que existia na agricultura galega para este último tipo de mudanças (o aumento da SAU a costa do monte particular). Polo visto agora, podemos afirmar já que estas mudanças se produzirom efectivamente, ao menos no período 1982-1989. Queda por conhecer, sem embargo, que foi o que sucedeu neste aspeito durante as duas décadas anteriores; e sobretodo, queda por aclarar a magnitude do processo em relaçom ao potencialmente possível, é dizer, que parte das terras de monte particular susceptíveis de um uso agrário, fórom efectivamente roturadas. Este será o tema que abordemos no capítulo VIII.

c. A evoluçom do número e a SAU das exploraçons por grupos de tamanho nos subperíodos 1982-1987 e 1987-1989.

Para completar o estudo sobre a evoluçom do número e a SAU das exploraçons entre 1982 e 1989, devemos introduzir nesta série temporal as cifras que suministra a "Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas" de 1987. Isto tem para nós um duplo interesse:

-O primeiro é poder contrastar em que medida estas cifras som coerentes com as oferecidas polos Censos agrários de 1982 e 1989. A EEEA de 1987 é a primeira estatística das suas características (baseada num inquérito por sondagem, e nom num reconto exaustivo) que se realiza em Espanha, e no futuro deverá repetir-se de forma periódica. Por esta razom, parece-nos importante precisar a qualidade que tenhem as suas estimaçons, no caso concreto da agricultura galega.

-Em segundo lugar, sempre que a resposta a essa primeira questom seja afirmativa, as cifras da EEEA de 1987 permitem conhecer com umha maior desagregaçom temporal as mudanças operadas ao longo dos últimos anos; vendo em concreto as diferéncias existentes entre os subperíodos 1982-1987 e 1987-1989.

Como indicamos no seu momento, os resultados globais da EEEA de 1987 nom som directamente comparáveis com os dos censos agrários; pero podemos obter cifras que si som conceptualmente homogéneas, limitando-nos nas três datas às exploraçons com 1 he e mais de SAU[278]. Estas cifras estám reproduzidas nos **quadros 7.54 e 7.54 bis**. No primeiro figura o número de exploraçons e a SAU por grupos de tamanho em 1982, 1987 e 1989, asi como as variaçons que resultam para os subperíodos 1982-1987 e 1987-1989. No quadro 7.54 bis recolhemos a evoluçom dos dados globais (número total de exploraçons, SAU global, e SAU/ exploraçom; todo isto referido sempre às unidades com 1 he ou mais de SAU).

Da observaçom desses quadros deriva-se umha conclusom esencial: os resultados que para Galiza oferece a EEEA de 1987, nom som coerentes com as cifras suministradas polos Censos agrários de 1982 e 1989. Essa estatística incurriu numha sobreestimaçom do número de exploraçons em todos os grupos de tamanho, especialmente nos situados entre 10 e 50 hes; e sobreestimou de forma paralela a SAU ocupada por essas categorias de exploraçons. Isto que afirmamos pom-se claramente de manifesto ao analisar as variaçons que se obtenhem, a partir dessas cifras, para os subperíodos 1982-1987 e 1987-1989. As tendéncias com as que nos encontramos aqui som pouco ou nada plausíveis.

Assi, para o primeiro dos intervalos temporais, obtemos o seguinte: o número de exploraçons com 1 he ou mais de SAU diminue unicamente num 0,5% (em 5 anos); e isso vai acompanhado de um incremento considerável do volume global de SAU (+16,3%); o resultado é umha elevaçom da SAU/ exploraçom num 17,0%. Essas tendéncias invirtem-se totalmente no subperíodo 1987-1989: as cifras indicam aqui umha forte reduçom do número de exploraçons (-16,2%, em 2 anos), e, simultáneamente, um descenso também importante da SAU global (-10,7%) (ver quadro 7.54 bis).

A evoluçom que resulta para umha e outra etapa percebe-se como maior detalhe fixando-nos nas variaçons por grupos de tamanho (ver quadro 7.54). Se nos guiamos polo que estes dados indicam, teriamos a seguinte imagem sobre o contido das mudanças operadas ao longo destes anos:

-1982-1987. Entre estas duas datas permaneceu praticamente estável o número de exploraçons; a desapariçom de unidades produtivas foi em todas as classes de tamanho insignificante. E, ao mesmo tempo, tivo lugar um forte processo de roturaçons de terras de monte particular. Este processo fixo que a SAU global aumentara em quase 100.000 hes (de 583.641 hes em 1982 a 678.867 hes em 1987); e levou a que muitas exploraçons ampliaram a

---

[278] Sobre esta questom conceptual, ver as explicaçons que oferecemos mais atrás, no epígrafe 3.1.2 deste capítulo.

dimensom da sua SAU, ascendendo a um grupo de tamanho superior. Estas mudanças reflectem-se num considerável incremento da cifra de exploraçons e da SAU, em todos os grupos por encima das 5 hes (ver quadro 7.54).

-1987-1989. As tendéncias descritas para os anos anteriores invirtem-se, segundo os dados, neste último biénio. Por um lado, desaparece agora umha proporçom importante das exploraçons, afectando ademais este processo a todas as categorias por baixo das 50 hes. E, o outro traço definitório da evoluçom aparente nestes anos, é que a SAU liberada polas citadas exploraçons queda na sua quase totalidade abandonada; ademais de frenar-se totalmente as roturaçons de terras de monte nas unidades supervivintes. Deste modo, a SAU global, depois do forte aumento anterior, reduze-se agora de 678.867 hes em 1987 a 606.089 hes em 1989. E diminue o número de exploraçons e a SAU em todas as categorias, com a única excepçom das maiores de 50 hes (ver quadro 7.54).

Quadro 7.54. Evoluçom do número e a SAU das exploraçons por classes de tamanho (cifras referidas às exploraçons com umha SAU igual ou superior a 1 he). Galiza 1982-1987-1989.

A. NUMERO DE EXPLORAÇONS.

Tamanho SAU	Número de exploraçons 1982	1987	1989	Variaçom em % 1982-87	1987-89	1982-89
1-5 hes	141610	129649	109206	-8,4%	-15,8%	-22,9%
5-10	23261	28094	23558	20,8%	-16,1%	1,3%
10-20	5536	10738	8518	94,0%	-20,7%	53,9%
20-50	832	1795	1357	115,7%	-24,4%	63,1%
>=50 hes	139	172	234	23,7%	36,0%	68,3%
TOTAL	171378	170448	142873	-0,5%	-16,2%	-16,6%

B. SUPERFICIE AGRARIA UTILIZADA.

Tamanho SAU	SAU (hes) 1982	1987	1989	Variaçom em % 1982-87	1987-89	1982-89
1-5 hes	316976	285955	249541	-9,8%	-12,7%	-21,3%
5-10	154287	189348	160040	22,7%	-15,5%	3,7%
10-20	71219	141125	111591	98,2%	-20,9%	56,7%
20-50	22276	46150	35570	107,2%	-22,9%	59,7%
>=50 hes	18883	16289	49347	-13,7%	202,9%	161,3%
TOTAL	583641	678867	606089	16,3%	-10,7%	3,8%

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1982 e 1989.
INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.54 bis. Evoluçom do número de exploraçons, a SAU, e a SAU / exploraçom (cifras referidas às exploraçons com umha SAU >= 1 he). Galiza 1982-1987-1989.

CIFRAS EM CADA UMHA DAS DATAS:

	1982	1987	1989
-Número de exploraçons	171378	170448	142873
-Superfície agrária utilizada (hes)	583641	678867	606089
- SAU / exploraçom (hes)	3,41	3,98	4,24

VARIAÇOM EM CADA PERIODO (em %)

	1982-87	1987-89	1982-89
-Número de exploraçons	-0,5%	-16,2%	-16,6%
-Superfície agrária utilizada (hes)	16,3%	-10,7%	3,8%
- SAU / exploraçom (hes)	17,0%	6,5%	24,6%

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1982 e 1989.
INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987.
Elaboraçom própria.

Até aqui a descriçom das mudanças que se deduzem das cifras. Parece evidente que estas nom podem responder a fenómenos reais. Ademais de observar-se tendéncias contrapostas nos dous subperíodos, nom existe nengum factor que poda explicar essas diferéncias entre ambos.

Em conseqüéncia, podemos afirmar que nas estimaçons da EEEA de 1987 para Galiza, aparece sobrevalorado o número de exploraçons em todas as categorias de tamanho, e em especial o das situadas entre 10 e 50 hes. Este sesgo nom altera de modo substancial a imagem sobre a estrutura das exploraçons existente na agricultura galega; pero constata-se claramente ao comparar essas cifras com as dos Censos agrários de 1982 e 1989.

Recapitulaçom sobre as conclusons obtidas na análise anterior; a evoluçom do número e a superfície das exploraçons que se registou em Galiza no período 1962-1989.

Sintetizando os resultados que obtivemos ao longo das páginas anteriores (nos epígrafes 3.1.3 e 3.1.4), podemos estabelecer trés conclusons esenciais:

i. Se tomamos o total de unidades censadas nos sucessivos censos agrários, encontramo-nos com que a estrutura dimensional das exploraçons

permaneceu em Galiza praticamente "congelada" ao longo das três últimas décadas. Deste modo, o número de exploraçons e a sua distribuçom por classes de tamanho (referido à superfície total), é em 1989 quase idéntico ao existente em 1962.

ii. As conclusons modificam-se em parte ao utilizar umha definiçom mais restritiva (e parece que mais adeqüada) de "exploraçom agrária", eliminando das cifras aquelas unidades abandonadas ou com mui escassa actividade. Neste caso, obtemos que se produziu a desapariçom de umha elevada percentagem das exploraçons que existiam em 1962; pero isso nom levou à ampliaçom da base territorial das unidades supervivintes, senom que se traduziu no abandono ou semi-abandono de um importante volume de terras, permanecendo a superfície total dessas unidades supervivintes praticamente invariável.

iii. Apesar da ausência de um agrandamento da superfície total das exploraçons, muitas delas pudérom ampliar a sua superfície agrária, roturando parte das terras de monte particular das que disponhiam. Ao menos as cifras referidas ao período 1982-1989 indicam que isto último si tivo lugar. Pero, do ponto de vista desta investigaçom, compre resaltar que se trata aqui nom de mudanças operadas ao través da mobilidade da terra entre exploraçons, senom de transformaçons internas, no uso das superfícies com as que contava já cada unidade de produçom. E, por outro lado, as mudanças que se realizárom ao través desta via (no que respeita à ampliaçom da SAU/ exploraçom), nom passárom de ser globalmente mui modestas.

3.1.5. As variaçons que experimentou a estrutura dimensional das exploraçons durante as três últimas décadas. Comparaçom das tendéncias que constatamos em Galiza, com as que se registárom em Espanha e na CEE.

Para poder valorar melhor a evoluçom da estrutura das exploraçons que constatamos durante as três últimas décadas em Galiza, imos examinar agora a sua relaçom com as tendéncias registadas nos espaços agrários do nosso entorno; concretamente, no conjunto da agricultura espanhola, por um lado, e nos estados membros da CEE-10, polo outro.

Como elemento de referéncia, é oportuno lembrar aqui os resultados que obtivemos na primeira parte da investigaçom, ao analisar o ritmo de diminuçom

da populaçom activa (ou ocupada) na agricultura. Vimos alí que nos anos 60 essa diminuçom foi em Galiza algo menos intensa que na CEE-10; pero a situaçom invertiu-se na década dos 70, ao acelerar-se no agro galego o descenso, mentres se ralentizava na agricultura comunitária. Deste modo, no conjunto do período 1960-1980, o número de activos agrários reduziu-se em Galiza a umha taxa acumulativa anual do -4,2%, superior à taxa média na CEE-10, que foi do -3,9%[279]. Esta situaçom mantem-se nos últimos anos; em concreto, no período 1976-1993 a populaçom ocupada agrária diminuiu em Galiza a umha taxa acumulativa anual do -3,99%, frente ao -3,15% anual registado na CEE-12[280]. Assi, no conjunto das três últimas décadas, o número de ocupados na agricultura galega experimentou um descenso nom só comparável, senom claramente superior, ao que tivo lugar na agricultura comunitária.

Tendo como fondo essas tendéncias no plano demográfico, imos ver agora o que sucedeu com a estrutura dimensional das exploraçons; se as mudanças registadas neste aspeito em Galiza, fórom também mais fortes ou ao menos comparáveis às que se produzírom na CEE. Ademais, analisamos também a relaçom dessas mudanças com as que se operárom no conjunto da agricultura espanhola.

Como sempre que se efectua um estudo comparado, aqui é importante aclarar as características concretas das cifras que utilizamos para os diversos espaços; já que isto pode afectar às conclusons que se obtenhem. Começamos, pois, precisando brevemente este ponto.

Para os países da CEE-10, os dados que oferecemos refirem-se em todo o período (1960-1987) à evoluçom do número de exploraçons com 1 he ou mais de SAU, e do seu tamanho em termos deste conceito de superfície (a SAU). Para Galiza e Espanha, sem embargo, só contamos com este tipo de cifras a partir de 1982; nas duas décadas anteriores a única informaçom disponível refire-se à evoluçom das exploraçons classificadas segundo a sua superfície total. Por este motivo, dividiremos a nossa análise em duas partes:

a. Em primeiro lugar examinamos as tendéncias no período 1960-1982, tomando: para a CEE-10 as cifras citadas (correspondentes às unidades com 1 he ou mais de SAU, e ao seu tamanho em termos de SAU); mentres que para Galiza e Espanha, os dados refirem-se à evoluçom do número de exploraçons com 1 he ou mais de **superfície total**, e do seu tamanho em termos deste mesmo conceito de superfície.

---

[279] Ver supra: quadro 4.11 no capítulo IV, e os comentários correspondentes.

[280] Ver supra: quadro 6.27 no capítulo VI.

Aqui devemos ter presente que estes últimos dados nom som estritamente comparáveis com os comunitários. Em concreto, ao responder a umha definiçom mais ampla de "exploraçom agrária", as cifras galegas (e cabe pensar que também as do conjunto do Estado), subestimam com toda probabilidade a intensidade relativa da desapariçom de exploraçons. Na análise teremos isto em conta, tratando de dilucidar em que medida essa divergéncia afecta às conclusons.

b. Depois estudamos as variaçons registadas entre 1982 e 1987 (1989 no caso de Galiza), período este no que já dispomos em Galiza e Espanha de cifras conceptualmente homogéneas com as da CEE.

a. As variaçons no número e a superfície das exploraçons agrárias ao longo do período 1960-1982. CEE-10, Espanha e Galiza.

a1. As tendéncias registadas nos estados membros da CEE-10.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, produziu-se em toda a Europa Ocidental umha forte intensificaçom das transformaçons na estrutura agrária. O processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons generalizou-se nestas décadas a todos os países, e as mudanças alcançárom umha magnitude mui superior à de qualquer etapa anterior.

Em muitos destes países, a diminuçom do número de exploraçons começara já no primeiro tércio do século XX, ou em datas anteriores (desde meiados ou finais do século XIX). Pero o ritmo dessa diminuçom mantinha-se em geral a níveis bastante moderados; e, por outro lado, esse descenso nom era nestes anos comum a todos os estados da zona.

Depois de um período marcado pola relativa estabilidade da estrutura das exploraçons, que se extende ao longo do decénio dos 30 e os anos da Segunda Guerra Mundial, nas décadas da posguerra as transformaçons experimentárom umha forte intensificaçom. A reduçom da cifra de exploraçons agrárias

geralizou-se a todos os países; e naqueles casos em que essa tendéncia vinha já de atrás, a caída acelerou-se de forma notável[281].

Deste modo, no decénio 1950-1960 o número de exploraçons agrárias diminue já, e a taxas significativas, na imensa maioria dos países da Europa Ocidental. E em concreto, esta tendéncia regista-se na prática totalidade dos estados que formam a CEE-10; as únicas excepçons som Itália e Grécia, onde a cifra de unidades produtivas na agricultura aumenta ligeiramente[282]. As mudanças intensificam-se ainda mais desde princípios dos anos 60, período ao que correspondem os dados que imos examinar aqui.

-As transformaçons experimentadas pola estrutura das exploraçons no conjunto da CEE-10 no período 1960-1982.

Iniciamos a exposiçom referindo-nos às tendéncias que se observam na CEE-10, considerada globalmente. Nos 22 anos que vam de 1960 a 1982, o número total de exploraçons agrárias reduziu-se na CEE-10 num 35,3%; isto é, desaparecérom algo mais de 1/3 das unidades produtivas existentes inicialmente. Ao mesmo tempo, o volume global de SAU permaneceu praticamente constante, diminuindo tam só num 2,7%. Como conseqüéncia disso, a SAU média por exploraçom experimentou nestas décadas um importante aumento: passou de 11,2 hes em 1960 a 16,9 hes em 1982, o que supom um incremento percentual do 50,4% **(ver quadro 7.55)**.

---

281 Em relaçom com isto consultar por exemplo:
-RENBORG, Ulf, "Tendencies towards concentration and specialisation in agriculture.", em:
PAPI, Ugo / NUNN, Charles, Economic Problems of Agriculture in Industrial Societies., Mac Millan-St.Martin's Press, New York, 1969, pp. 216 e ss.
Sobre as tendéncias registadas no caso concreto de França ver:
-LAURENT, C./ VIAU, C., La concentration des terres dans les exploitations agricoles... op. cit., pag. 10.

282 Ver a recopilaçom estatística e os informes por países, que se oferecem, para todos os estados membros da OCDE, no estudo:
-OCDE, Les faibles revenus dans l'agriculture. Nature des problèmes et recherche de solution., OCDE, Paris, 1964; em especial páginas 31-38, e anexo estatístico nas páginas 75-79.

Estas cifras globais indicam-nos já que na agricultura comunitária se produziu umha desapariçom de exploraçons de magnitude considerável; e que isso foi acompanhado paralelamente de umha ampliaçom da superfície das unidades supervivintes, de umha transferéncia das terras liberadas polas exploraçons desaparecidas a outras unidades de produçom[283]. O resultado foi que o número de exploraçons diminuiu em algo mais de 1/3, e a SAU/ exploraçom aumentou ao mesmo tempo num 50%.

Quadro 7.55. Evoluçom do número e superfície das exploraçons agrárias por classes de tamanho na CEE-10 no período 1960-82 (1)

Tamanho SAU	Número de exploraçons 1960	1982	Variaçom em %	Superfície agrária utilizada miles de hes 1960	1982	Variaçom em %
1-5 hes	4030000	2387377	-40,8%	10297,0	5785,4	-43,8%
5-10	1712000	883037	-48,4%	12259,0	6280,9	-48,8%
10-20	1329000	806274	-39,3%	18724,0	11591,9	-38,1%
20-50	820000	842352	2,7%	24561,0	26291,2	7,0%
>= 50 hes	256000	350629	37,0%	25516,0	38900,1	52,5%
TOTAL	8147000	5269669	-35,3%	91357,0	88849,5	-2,7%
SAU / exploraçom (hes)				11,21	16,86	50,4%

(1) Os dados refirem-se às exploraçons com umha SAU >= 1 he.

Fonte: EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982., Luxemburgo, 1984.
COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, La situation de l'agriculture dans la Communauté. Rapport 1985., Luxemburgo, 1986.
Elaboraçom própria.

O contido das transformaçons operadas, aprecia-se melhor se analisamos as variaçons que se registárom (no número de exploraçons e na SAU) por classes de tamanho. Aqui podemos constatar as seguintes tendéncias (ver quadro 7.55):

---

[283] Neste ponto é necessária umha precisom. Ao referir-se os dados à SAU, cabe a posibilidade de que a ampliaçom do tamanho de algumhas exploraçons se deva nom à incorporaçom de superfícies (mediante a compra ou o arrendamento), senom à roturaçom de terras que estavam sem aproveitar. De feito, vimos que isto foi o que sucedeu em Galiza. Sem embargo, polas referéncias das que dispomos, este tipo de processo nom tivo nos países da CEE-10 umha entidade significativa. E, portanto, o redimensionamento das exploraçons que reflectem essas cifras hai que atribui-lo integramente, ou esencialmente, à mobilidade da terra entre exploraçons; à transferéncia das terras liberadas polas exploraçons desaparecidas a outras unidades de produçom.

i. A desapariçom de exploraçons afectou na CEE-10 a todas as categorias de dimensom inferior a 20 hes. E nos trés grupos aqui incluídos (1-5 hes, 5-10 hes e 10-20 hes), o processo tivo umha intensidade relativamente próxima. Assi, o número de exploraçons destes categorias reduziu-se nos trés casos numha percentagem situada entre o 40% e o 50%.

ii. A concentraçom das terras, que se produziu simultaneamente, beneficiou de forma quase exclusiva ao estrato de maior dimensom. Registou-se assi um importante aumento da cifra de exploraçons maiores de 50 hes, permanecendo praticamente constante o número das de 20-50 hes.

Portanto, os traços básicos que definem a reestruturaçom levada a cabo nestas décadas som: a desapariçom de umha grande parte das unidades menores de 20 hes; e o incremento no número das que superam as 50 hes de SAU.

Todo isso referia-se às variaçons que se produzírom no conjunto do período 1960-1982. Examinando as tendéncias ao longo destes anos, som dous os aspeitos a sinalar:

-As transformaçons alcançárom o seu maior ritmo na década dos 60 e primeira metade dos 70. A partir de meiados deste decénio, essas mudanças sofrírom na CEE umha clara ralentizaçom, conseqüéncia dos efeitos da crise económica[284]. Como vimos na primeira parte da investigaçom, a crise freou o éxodo agrário e a reduçom da mao de obra no sector; e isto repercutiu sobre a taxa de desapariçom de exploraçons. A inflexom reflecte-se já nas cifras por decénios; e assi a taxa de variaçom anual do número de exploraçons na CEE-10, passou do -2,1% no decénio 1960-1970, ao -1,8% no período 1970-1982 **(ver quadro 7.57)**.

-O outro feito a destacar, referido também às tendéncias temporais, é a elevaçom progressiva do umbral de tamanho por baixo do qual diminue a cifra de exploraçons. Antes vimos que, comparando os dados correspondentes às datas extremas (1960 e 1982), esse umbral situa-se para o conjunto da CEE-10 nas 20 hes. Sem embargo, se analisamos a evoluçom

---

[284] Sobre isto consultar por exemplo:

-ARNALTE, Eladio / AVELLA, Lorenzo / ROCA, Amparo, "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", Agricultura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 257-258.

dentro deste período, podemos constatar que isso foi variando, elevando-se com o passo do tempo esse límite[285].

-A evoluçom registada nos diferentes estados membros da CEE-10.

Em todos os países membros da CEE-10, a estrutura das exploraçons experimentou no período 1960-1982 as mesmas tendéncias básicas que constatamos para o conjunto:

-Nas cifras globais reduze-se o número de exploraçons e aumenta a sua superfície média.

-Por grupos de tamanho, observa-se umha diminuçom da cifra de exploraçons em todas as categorias inferiores a determinado umbral, e um incremento dessa cifra nas classes que superam esse límite.

Agora bem, se as tendéncias básicas som análogas nos 10 países, nom sucede o mesmo com a magnitude e características concretas das transformaçons. Estas difirem muito entre uns e outros estados:

-Por umha parte, existem divergéncias mui fortes no que respeita à magnitude das mudanças. A intensidade alcançada pola desapariçom de exploraçons foi mui diferente nos distintos países. E a isto unírom-se, ainda que com umha menor relevância quantitativa, as diferéncias na evoluçom do volume global da SAU (dado este que reflecte a medida na que as terras liberadas fórom transferidas a outras exploraçons, ou bem se traduzírom em perdas de território agrário). Como resultado destes dous tipos de factores, observam-se grandes divergéncias na magnitude da reestruturaçom operada, medida polo indicador mais adeqüado: o aumento, em termos relativos, da superfície média por exploraçom.

-Por outra parte, encontramos também importantes diferéncias no que se refire à dinámica por grupos de tamanho. Sinalamos antes que em todos os países diminuiu o número de exploraçons nos grupos inferiores a certo umbral, aumentando nos que estám por encima dele. A dimensom concreta na que se situa este límite varia, sem embargo, de modo considerável entre uns estados comunitários e outros.

---

[285] Ver os dados detalhados por países e subperíodos que se oferecem no trabalho: -WEINSCHENCK, Günther / KEMPER, Jutta, "Les politiques agricoles et leur impact régional en Europe de l'Ouest.", Economie Rurale, no. 150-151, julho-setembro 1982, pp. 67-79, em especial quadro 4 na página 78.

Esta segunda questom tem, aos efeitos do nosso estudo, umha relevância secundária, polo que nom nos extenderemos muito ao respeito. No **quadro 7.58** oferecemos os dados sobre a dinámica por classes de tamanho, que se registou em cada um dos estados membros da CEE-10 no período 1960-1982. Aqui podemos comprovar as grandes divergéncias existentes. Assi, em Grécia a desapariçom de exploraçons só afectou neste período às menores de 10 hes, aumentando a cifra de unidades produtivas em todos os estratos por encima deste límite. No extremo oposto temos ao Reino Unido, onde o número de exploraçons diminuiu em todos os grupos de tamanho distinguidos nesse quadro, incluído o das maiores de 50 hes; a desapariçom afectou aqui a todas as categorias de exploraçons por baixo das 120 hes, incrementando-se só a cifra das que superam este umbral[286]. Deixando de lado esses dous casos extremos, na maior parte dos países que integram a CEE-10 o límite situou-se nas 20 hes ou bem nas 50 hes.

Em conjunto, neste aspeito constata-se umha estreita correlaçom, entre o nível ao que se situa esse umbral em cada país e as características da sua estrutura agrária no ponto de partida. Quanto maior era a superfície média por exploraçom em 1960, maior foi também a dimensom por baixo da qual desaparecérom unidades produtivas no período 1960-1982.

Do ponto de vista do nosso estudo, tem umha maior relevância a primeira das questons que citamos antes: a magnitude que alcançárom as transformaçons nos diversos estados. Esta magnitude aparece recolhida no **quadro 7.56**, onde figura para cada país e referido ao período 1960-1982: a variaçom percentual do número total de exploraçons, a variaçom do volume global de SAU, e o aumento percentual da SAU média por exploraçom. Com o fim de facilitar a percepçom imediata desses dados, nos **gráficos 7.28 e 7.29** representamos, respectivamente, os valores do primeiro índice (diminuçom, em %, da cifra de exploraçons), e os do terceiro (incremento, em %, da SAU/ exploraçom).

Essas cifras ponhem de manifesto o que adiantamos mais atrás: que a entidade das mudanças foi mui diferente nuns e outros estados. Assi, no que respeita à reduçom do número de exploraçons, temos: num extremo a Bélgica e Luxemburgo, países nos quais ao longo destas duas décadas desaparecérom mais do 55% das unidades de produçom agrárias existentes em 1960; mentres que em Grécia, que representa o extremo oposto, essa percentagem nom chegou ao 20%. E os contrastes som ainda mais fortes se nos fixamos no que é o índice

---

[286] Consultar:

-EUROPEAN COMMUNITIES-COMMISSION, Factors influencing ownership, tenancy, mobility and use of farmland... op. cit., pp. 16-17.

mais significativo, o aumento da SAU média por exploraçom. Frente a estados onde esse tamanho médio quase se duplicou ou fixo mais que duplicar-se entre 1960 e 1982, como sucedeu em Bélgica, Luxemburgo e o Reino Unido, na agricultura italiana, em cámbio, o seu aumento foi inferior ao 20%.

Quadro 7.56. Evoluçom registada polo número de exploraçons, a Superfície Agrária Utilizada, e a SAU média por exploraçom nos estados membros da CEE-10, Espanha e Galiza. (% de variaçom no conjunto do período 1960-82) (1).

	Número de exploraçons	Superfície agrária util.	SAU / exploraçom
-Luxemburgo	-59,1%	-8,8%	123,0%
-Bélgica (2)	-56,1%	-14,7%	94,2%
-Holanda (2)	-46,0%	-12,5%	62,1%
-Reino Unido	-45,0%	19,3%	116,8%
-Alemanha (R.F.)	-44,8%	-6,9%	68,7%
-Dinamarca	-43,3%	-5,3%	66,9%
-França (2)	-39,2%	-3,1%	59,3%
-Itália (2)	-30,1%	-17,4%	18,2%
-Irlanda (2)	-20,6%	5,8%	33,3%
-Grécia (2)	-19,3%	7,0%	32,8%
-TOTAL CEE-10	-35,3%	-2,7%	50,4%
-Espanha (3)	-14,7%	-0,7%	16,5%
-Galiza (3)	-13,5%	-3,3%	11,9%

(1) Dados referidos às exploraçons com umha SAU >= 1 he, excepto no caso de Espanha e Galiza em que se refirem às exploraçons com umha Superfície Total >= 1 he.
As cifras sobre a evoluçom da superfície global e da superfície por exploraçom no caso de Espanha e Galiza correspondem à superfície total.

(2) O período ao que se refirem as cifras nestes países som: em Bélgica e Holanda, 1959-82; em França, 1963-82; em Itália, 1961-82; em Irlanda, 1960-83; em Grécia, 1961-83.

(3) As cifras correspondem aqui ao período 1962-82.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-10:
EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982.
COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, La situation de l'agriculture dans la Communauté. Rapport 1985.
-Para Espanha e Galiza: INE, Censos agrarios de 1962 e 1982.
Elaboraçom própria.

Atendendo ao que nos indicam esses dados, podemos dividir os estados membros da CEE-10 em 3 grandes grupos (ver quadro 7.56):

i. O primeiro está integrado por Bélgica e Luxemburgo, países estes que fórom os que registárom umha transformaçom mais intensa da estrutura das exploraçons. Em concreto, o número de unidades produtivas diminuiu aqui no período 1960-1982 num 56%-59%; e a sua superfície média incrementou-se ao mesmo tempo num 94,2% em Bélgica, e num 123,0% em Luxemburgo.

ii. O segundo grupo é o mais numeroso, posto que nele incluimos a 5 estados: Holanda, Reino Unido, R.F. de Alemanha, Dinamarca e França. Em todos eles produzírom-se umhas mudanças que, no ámbito comunitário, podemos caracterizar como de intensidade média-alta.

Assi, o número total de exploraçons reduziu-se nestes 5 países numha percentagem situada entre o 39% e o 46% das unidades existentes em 1960. E o incremento percentual da SAU média por exploraçom foi também similar em quase todos eles, oscilando entre o 60% e o 70%. As tendéncias registadas nestes países, e também nos do primeiro grupo, completam-se com um descenso do volume global de SAU, que é sem embargo bastante pequeno. Unicamente em Bélgica e Holanda a contracçom da SAU alcançou umha cifra mais elevada, vinculando-se isto probavelmente com as altas densidades demográficas destes países, e a forte pressom exercida neles polos usos urbanos e industriais do solo[287].

A tendéncia à reduçom da SAU tem a sua excepçom, segundo estes dados, no Reino Unido, onde o seu volume aumentou em quase o 20% entre 1960 e 1982. E isto fai que, reduzindo-se a cifra de exploraçons num 45%, o incremento da SAU/exploraçom supere neste estado o 115%[288].

iii. Finalmente, quedam três países nos que as transformaçons experimentadas pola estrutura das exploraçons fórom de umha magnitude pequena,

---

[287] Umha análise detalhada das tendéncias observadas na evoluçom dos usos da terra, e dos seus factores explicativos, para os países da OCDE pode encontrar-se no estudo:
-OCDE, L'agriculture face aux politiques d'utilisation du sol., OCDE, Paris, 1976, em especial pp. 5-60.

[288] No quadro deste estudo nom podemos extender-nos numha referéncia pormenorizada a cada um dos países. Sem embargo, devemos sinalar que este forte aumento da SAU que as cifras indicam para o Reino Unido nom parece responder a um fenómeno real. A sua origem está numha ruptura das estatísticas, que tivo lugar em 1970 e que levou a um registo mais amplo da SAU.

claramente inferior à média comunitária. Trata-se de Itália, Irlanda e Grécia.

Nos três casos, o número de exploraçons reduziu-se numha percentagem mui inferior à registada nos restantes estados membros: em Itália desaparecérom só o 30,1% das unidades existentes em 1960, e em Irlanda e Grécia esta cifra situa-se ao redor do 20%. Na agricultura italiana, ademais, a débil desapariçom de exploraçons acompanhou-se de umha importante contracçom da SAU global (-17,4%); fazendo assi que a SAU média por exploraçom aumentara só num 18,2%. Os dados sugirem, pois, que neste país a desapariçom de unidades produtivas foi associada à desmobilizaçom produtiva de grande parte das terras liberadas; de tal modo que o redimensionamento operado foi de mui escassa entidade. Em Irlanda e Grécia, pola sua parte, a SAU/ exploraçom incrementou-se em ao redor dum 33% nos 22 anos.

Adoptando umha visom de conjunto, resulta digno de salientar que os três países comunitários onde a evoluçom estrutural, e em concreto a desapariçom de exploraçons, foi menos intensa, estám situados todos eles na periféria da CEE; na periféria geográfica, e também, o que é mais relevante, na periféria económica. Trata-se assi dos três estados membros da CEE-10 que tenhem um menor nível de desenvolvimento económico (medido este, por exemplo, ao través do PIB por habitante); e aqueles que registam um maior peso relativo do emprego agrário[289].

Essa constataçom leva imediatamente a pensar num quadro interpretativo mui simples, que permitiria explicar a lentitude da desapariçom de exploraçons nestes países. A base da explicaçom estaria no mantenimento nestes países de um "excesso de populaçom activa agrária", ou melhor no baixo ritmo de reduçom da PAA durante o período estudado. O razoamento semelha em princípio singelo, e também plausível: o baixo nível relativo de desenvolvimento e o peso comparativamente pequeno dos sectores nom agrários, fai que a geraçom de empregos extra-agrários seja nestes países menor que nos espaços mais desenvolvidos; e, ao depender o ritmo do éxodo agrário principalmente das oportunidades de emprego alternativo nos outros sectores, isso leva a que a mao de obra agrária diminua nos países periféricos a menores taxas que naqueles

---

[289] Tomando em concreto a situaçom a finais do período que estamos analisando neste epígrafe, temos que em 1980 a percentagem representada polo emprego agrário no emprego total alcançava o 30,3% em Grécia, o 18,3% em Irlanda, e o 14,3% em Itália; mentres que nos restantes estados membros da CEE-10 essa cifra oscilava entre o 2,5% e o 9% (cifras tomadas da publicaçom: COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991).

com um maior nível de desenvolvimento. Esta seria, pois, a causa da lentitude da desapariçom de exploraçons nos três estados antes citados, e o principal obstáculo às mudanças estruturais na sua agricultura.

Esse hipotético quadro interpretativo tem um interesse directo para o nosso estudo, porque também é aplicado de modo habitual com referéncia à agricultura galega.

Agora bem, limitando-nos aqui a aqueles países membros da CEE-10, temos que sinalar que esse argumento, se a priori parece plausível, nom é confirmado sem embargo polos dados empíricos. A diminuçom do emprego agrário no período 1960-1980, alcançou em Itália um ritmo similar á média comunitária; e nos casos de Grécia e Irlanda, ainda que esse ritmo foi algo menor, a diferéncia é mui inferior à observada na evoluçom da cifra de exploraçons[290]. Portanto, a baixa intensidade da desapariçom de exploraçons nom pode atribuir-se, polo menos em exclusiva, á dinámica do emprego agrário. No capítulo IX trataremos de oferecer algumha luz adicional sobre esta questom.

a2. As variaçons operadas em Espanha no número e superfície das exploraçons agrárias 1962-1982.

A evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons em Espanha, seguiu também nestas décadas as mesmas tendéncias básicas que constatamos em todos os países da CEE-10: globalmente, produziu-se umha reduçom do número de unidades produtivas, e umha elevaçom da sua superfície média; e na dinámica por grupos de tamanho, diminuiu a cifra de exploraçons por baixo de certo umbral, aumentando nas categorias de dimensom superiores a esse límite.

Sem embargo, se o comparamos com o ocorrido na CEE-10, a magnitude das transformaçons foi na agricultura espanhola mui pequena. Esta é a conclusom fundamental que se desprende da análise dos dados estatísticos, como pode comprovar-se no quadro 7.56 e nos gráficos 7.28 e 7.29.

Assi, o número total de exploraçons diminuiu em Espanha, entre 1962 e 1982, tam só num 14,7%, descenso este que supom menos da metade do registado no conjunto da CEE-10 (-35,3%), e também é inferior ao de todos os estados membros.

A escassa intensidade da desapariçom de exploraçons, fixo que no caso espanhol a superfície média por unidade de produçom aumentara numha quantia

---

[290] Ver supra: quadro 4.11 no capítulo IV.

mui pequena. Digamos, para completar a imagem, que o volume global de superfície censada permaneceu aqui estável (no período 1962-1982 diminuiu só num 0,7%); o que sugire que as terras liberadas polas exploraçons desaparecidas, fórom na sua grande maioria mobilizadas para a ampliaçom de outras unidades. Apesar disto, sem embargo, e dada a reduzida entidade do processo de desapariçom, a superfície média por exploraçom incrementou-se unicamente num 16,5% ao longo dos 20 anos. Este aumento percentual representa aproximadamente 1/3 do que se produziu na CEE-10 (+50,4%); e está também mui por baixo do registado em todos os países comunitários. Tam só a evoluçom italiana (com um aumento do 18,2%) se aproxima neste aspeito à espanhola (ver gráficos 7.28 e 7.29).

Em resumo, pois, temos que o incremento da superfície média por exploraçom foi na agricultura espanhola mui modesto; e isto deveu-se à pouca intensidade alcançada aqui pola desapariçom de exploraçons.

Essa é a imagem que se obtém a partir dos dados estatísticos disponíveis (os oferecidos polos Censos agrários). Para ser precisos devemos lembrar que, como indicamos ao princípio, as cifras utilizadas nessa comparaçom nom som estritamente homogéneas: na CEE-10 estas refirem-se à evoluçom das exploraçons com 1 he ou mais de SAU; mentres que em Espanha as cifras para este período (1962-1982), correspondem à evoluçom das exploraçons com 1 he ou mais de superfície total. Dada a maior amplitude deste último conceito, é mais que probável que aí apareza subestimada a magnitude relativa da desapariçom de exploraçons ocorrida realmente no caso espanhol. Porque muitas unidades que carecem completamente de SAU, por nom estar trabalhadas, continuarám sendo censadas.

De todos modos, nom parece que essa precisom afecte à validez geral da conclusom que obtivemos das cifras: a reduzida entidade das transformaçons estruturais na agricultura espanhola, em comparaçom com as tendéncias no ámbito comunitário. Ao menos isto é o que sugirem também outras informaçons e indícios. Como sinala Consuelo Varela: *"Esta evolución relativamente escasa de la estructura de las fincas en España parece coherente no sólo con un mercado de tierras de poca movilidad, sino también con una proporción baja de superficie arrendada (13% en 1982) y una evolución baja de la misma, que para el mismo período de 1962 a 1982 sólo aumentó un 7%. Es decir, según estas medidas agregadas, podríamos llegar a afirmar que en España nos encontramos, a primera vista, frente a un mercado de tierras poco activo, de escasa movilidad, y con un nivel de arrendamientos bajo.*

Factores estos que se acompañan con una evolución estructural lenta..."[291].

Sentada pois a conclusom esencial (a reduzida magnitude global das mudanças), podemos acrescentar algumhas notas adicionais sobre a evoluçom do número e superfície das exploraçons que se registou em Espanha entre 1962 e 1982 (sempre segundo os censos agrários).

O primeiro aspeito a comentar refire-se às tendéncias observadas no plano temporal, ao contido das mudanças em cada um dos períodos intercensais aí incluídos. Em relaçom com isto, podemos salientar estes feitos (ver quadro 7.57):

-O ritmo comparado das mudanças em Espanha, foi especialmente lento na década dos 60. Assi, no período 1962-1972 o número total de exploraçons agrárias diminuiu aqui a umha taxa anual do 0,6%, menos de 1/3 da registada na CEE-10 (-2,1%).

-No período intercensal 1972-1982 as mudanças, e em concreto a desapariçom de exploraçons, acelerárom-se algo em Espanha[292], ao mesmo tempo que se ralentizavam na CEE. Apesar disto, sem embargo, a taxa de anual de reduçom da cifra de exploraçons, continuou sendo na agricultura espanhola mui inferior à média comunitária (-1,0%, frente a -1,8% na CEE-10).

Polo que respeita á dinámica por classes de tamanho, em Espanha, tomando as variaçons no conjunto do período 1962-1982, encontramo-nos com o

---

[291] VARELA ORTEGA, Consuelo, "El mercado de la tierra en España: estructura y funcionamiento.", em:
VARELA ORTEGA, Consuelo (coord.), El mercado y los precios de la tierra: funcionamiento y mecanismos de intervención., MAPA-S.G.T., Madrid, 1988, pp. 235-236.

[292] Isto nom coincide com a evoluçom que recolhem outras análises dos resultados dos censos agrários, onde se constata justamente o contrário: que a desapariçom de exploraçons foi mais intensa no primeiro período intercensal (consultar por exemplo: SAN JUAN MESONADA, Carlos / ROMO LAGUNAS, María Jesús, "Evolución intercensal de las explotaciones agrarias (1962-1972-1982).", Agricultura y Sociedad , no. 44, julho-setembro 1987, pp. 137-169). Por esta razom, pode ser conveniente umha explicaçom.

As tendéncias que nós sinalamos refirem-se à variaçom do número de exploraçons com 1 he ou mais de superfície total. Se incluimos a totalidade das unidades censadas, observa-se efectivamente o que se aponta nessas análises. A origem desta diferéncia está na evoluçom irregular que os censos agrários registam para as unidades de menor tamanho (ao igual que sucedia no caso concreto de Galiza).

seguinte: a desapariçom de exploraçons afectou a todos os grupos com umha dimensom (umha superfície total) inferior a 50 hes; aumentando o número de unidades na categoria das maiores de 50 hes (ver quadro 7.58).

Quadro 7.57. Evoluçom do número de exploraçons e da SAU nos estados membros da CEE-10, Espanha e Galiza.
(Taxas de variaçom acumulativa anual em cada período) (1)

	Número de exploraçons		Superfície agrária utilizada	
	1960-70	1970-82	1960-70	1970-82
-Alemanha (R.F.)	-2,4%	-2,9%	-0,2%	-0,4%
-França (2)	-3,1%	-2,3%	-0,2%	-0,2%
-Itália (2)	-2,2%	-1,3%	-1,1%	-0,8%
-Holanda (2)	-3,0%	-2,3%	-0,6%	-0,5%
-Bélgica (2)	-3,8%	-3,3%	-0,7%	-0,7%
-Luxemburgo	-3,9%	-4,0%	-0,3%	-0,5%
-Reino Unido	-3,5%	-2,0%	2,2%	-0,4%
-Irlanda (2)	-0,4%	-1,4%	-0,1%	0,5%
-Dinamarca	-3,0%	-2,2%	-0,3%	-0,2%
-Grécia (2)	-0,8%	-1,1%	-0,2%	0,7%
-TOTAL CEE-10	-2,1%	-1,8%	0,1%	-0,3%
-Espanha (3)	-0,6%	-1,0%	0,2%	-0,3%
-Galiza (3)	0,1%	-1,5%	0,5%	-0,9%

(1) Dados referidos às exploraçons com umha SAU >= 1 he, excepto no caso de Espanha e Galiza em que se refirem às exploraçons com umha Superfície Total >= 1 he.
As cifras de superfície em Espanha e Galiza correspondem à superfície total ocupada polas exploraçons, e nom à SAU.

(2) O primeiro período nestes países é: em França, 1963-70; em Itália, 1961-70; em Holanda e Bélgica, 1959-70; e em Grécia, 1961-71. O segundo período é: em Irlanda, 1970-83; e em Grécia, 1971-83.

(3) Os dous períodos som aqui: 1962-72 e 1972-82.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-10:
EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982.
COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, La situation de l'agriculture dans la Communauté. Rapport 1985.
-Para Espanha e Galiza: INE, Censos agrarios de 1962 e 1982.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.58. Variaçom do número de exploraçons agrárias por classes de tamanho. Estados membros da CEE-10, Espanha e Galiza. (% de variaçom no conjunto do período 1960-82) (1)

Tamanho SAU	R.F.A.	França	Itália	Holanda	Bélgica	Luxemburgo
1-5 hes	-60,6%	-53,1%	-30,2%	-66,4%	-74,6%	-77,5%
5-10	-59,0%	-60,9%	-38,6%	-60,4%	-68,1%	-76,8%
10-20	-39,9%	-52,8%	-27,5%	-34,8%	-34,9%	-78,2%
20-50	43,0%	-6,6%	-1,5%	26,7%	54,6%	-29,7%
>= 50 hes	105,4%	56,4%	14,8%	102,9%	84,7%	374,3%
TOTAL	-44,8%	-39,2%	-30,1%	-46,0%	-56,1%	-59,1%

Tamanho SAU	R. Unido	Irlanda	Dinamarca	Grécia
1-5 hes	-77,9%	-39,9%	-66,3%	-26,5%
5-10	-48,7%	-48,5%	-66,0%	-13,8%
10-20	-46,7%	-21,3%	-48,4%	37,5%
20-50	-33,9%	17,2%	-11,0%	165,5%
>= 50 hes	-2,1%	34,0%	98,7%	445,7%
TOTAL	-45,0%	-20,6%	-48,3%	-19,3%

Tamanho SAU	CEE-10	Espanha (2)	Galiza (2)
1-5 hes	-40,8%	-14,6%	-18,1%
5-10	-48,4%	-19,9%	-12,2%
10-20	-39,3%	-19,6%	3,0%
20-50	2,7%	-14,2%	31,3%
>= 50 hes	37,0%	18,0%	107,6%
TOTAL	-35,3%	-14,7%	-13,5%

(1) O período concreto ao que correspondem as cifras é nalguns países ligeiramente diferente; ver as notas ao quadro 7.56.

(2) Para Espanha e Galiza o tamanho das exploraçons refire-se à sua superfície total.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-10:
EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982.
COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, La situation de l'agriculture dans la Communauté. Rapport 1985.
-Para Espanha e Galiza: INE, Censos agrarios de 1962 e 1982.
Elaboraçom própria.

a3. A evoluçom experimentada pola estrutura das exploraçons em Galiza no período 1962-1982; comparaçom com as tendéncias observadas na CEE e em Espanha.

Umha vez perfiladas as tendéncias que se registárom nos estados membros da CEE-10 e em Espanha, agora é o momento de examinar como se situa nesse contexto a evoluçom que constatamos na agricultura galega. As cifras ou índices estatísticos utilizados para esta comparaçom podem ver-se nos quadros 7.56 a 7.58 (reproduzidos anteriormente), e nos gráficos 7.28 e 7.29.

-Comparaçom com as tendéncias registadas na CEE-10.

A observaçom dos dados conduze-nos aqui a umha conclusom básica: **as mudanças experimentadas pola estrutura das exploraçons em Galiza durante o período 1962-1982 fórom sumamente limitadas, mui inferiores às que se produzírom na CEE-10 e em qualquer dos seus estados membros.**

Como temos sinalado, o indicador que melhor reflecte a magnitude dessas mudanças, e o mais adeqüado para realizar comparaçons, é o aumento percentual da **superfície média por exploraçom.** Pois bem, em Galiza **essa superfície média incrementou-se entre 1962 e 1982 tam só num 11,9%, o que supom menos de 1/4 do aumento registado na CEE-10 (+50,4%).** O contraste é especialmente acusado em relaçom com os países do centro e norte da CEE, que registárom umha elevaçom deste tamanho médio 5, 6 ou mais vezes superior à que produziu na agricultura galega. Pero mesmo em comparaçom com os países da periféria comunitária, o redimensionamento foi aqui mui pequeno. Assi, em Irlanda ou em Grécia o aumento da superfície média por exploraçom foi 3 vezes superior ao registado em Galiza. Unicamente em Itália a cifra é relativamente próxima à constatada aqui (ver gráfico 7.29 e quadro 7.56).

A evoluçom galega aparece-nos, portanto, como bastante específica dentro do ámbito comunitário, distinguindo-se polo forte imobilismo que apresenta a superfície média por exploraçom.

O principal factor explicativo desse imobilismo, e o aspeito no que se dam as maiores diferéncias com a CEE, está, segundo estes dados, na lentitude que amostrou aqui a desapariçom de exploraçons. O número total de unidades produtivas reduziu-se na agricultura galega entre 1962 e 1982 tam só num

13,5%, o que representa pouco mais de 1/3 da caída registada na CEE-10 (-35,3%).

Gráfico 7.28.

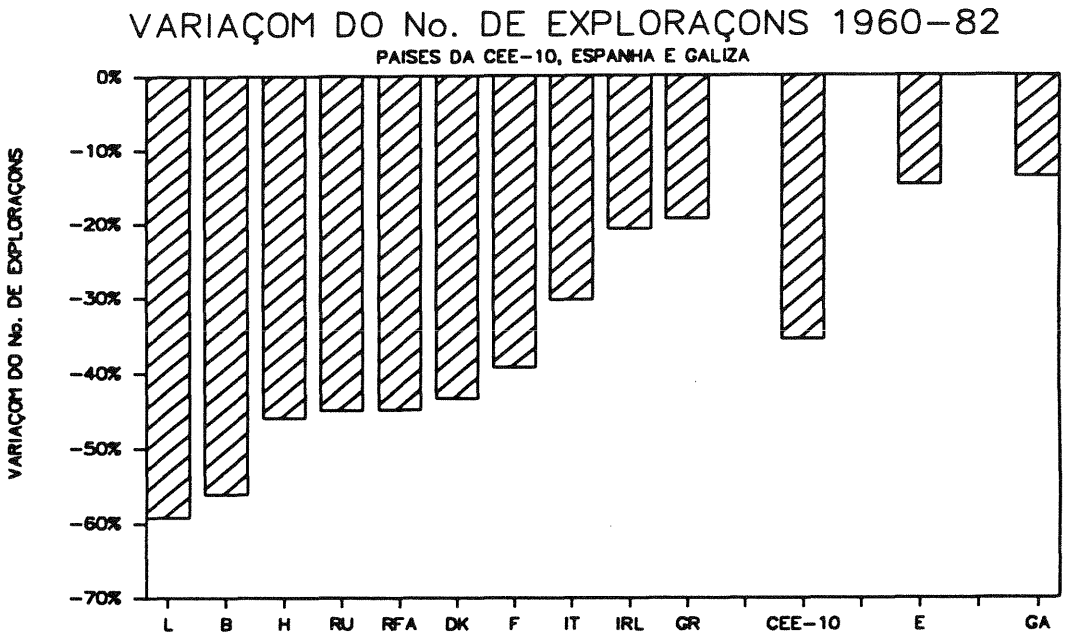
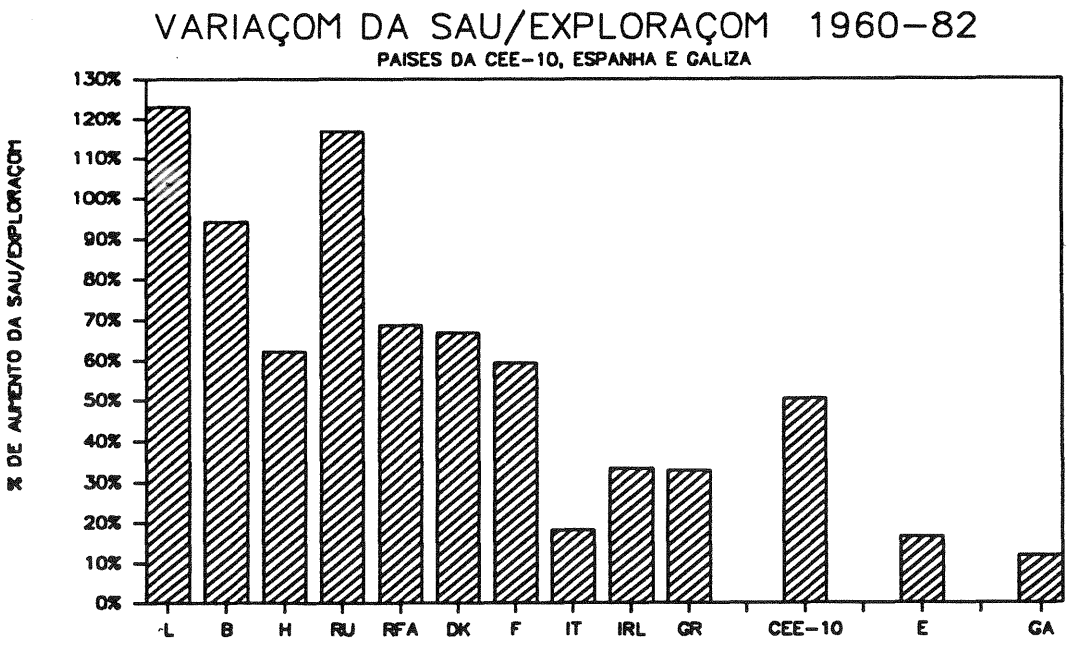


Gráfico 7.29.



A isso uniu-se ademais um segundo factor, ainda que a sua importáncia quantitativa é dacordo com estas cifras muito menor: a reduzida mobilidade que em Galiza apresentam as terras liberadas, o feito de que a maior parte destas terras nom fórom aqui transferidas a outras exploraçons, senom que quedárom desmobilizadas para a produçom agrária. Isto reflecte-se na evoluçom da superfície global integrada em exploraçons agrárias, que experimentou em Galiza umha reduçom ligeiramente superior à registada na CEE-10 (-3,3%, frente a -2,7%).

Devemos reiterar, sem embargo, que a especificidade fundamental da evoluçom galega no ámbito comunitário foi, segundo estes dados, a escassa intensidade da desapariçom de exploraçons. Esta intensidade foi 3 ou 4 vezes inferior, segundo os casos, à que se produziu nos países do centro e norte da CEE. E nos países da periféria comunitária, ainda que as tendéncias estám mais próximas às observadas em Galiza, a magnitude desse processo foi também claramente superior: nestas duas décadas a cifra de exploraçons reduziu-se num 30% em Itália, e em ao redor do 20% em Irlanda e Grécia, frente ao -13,5% registado aqui (ver gráfico 7.28 e quadro 7.56).

Essas afirmaçons referiam-se às mudanças ocorridas no conjunto do período 1962-1982. Como podemos comprovar no quadro 7.57, a situaçom nom é a mesma nas duas décadas aí incluídas:

i. No decénio 1962-1972, a evoluçom galega foi especialmente singular no contexto comunitário, e o seu elemento distintivo foi a grande estabilidade do número de exploraçons. Mentres na CEE-10 esse número se reduzia a umha taxa anual do 2,1%, e na maioria dos seus estados membros o fazia a umha taxa superior ao 3%, na agricultura galega, em cámbio, a cifra de unidades produtivas permaneceu estável e mesmo aumentou ligeiramente (+0,1% anual). É dizer, que na década em que a desapariçom de exploraçons alcançou na CEE a máxima intensidade, o processo nom se iniciara ainda de forma clara no nosso agro.

ii. Essas tendéncias modificam-se notavelmente nos anos 70. Nesta década, ao mesmo tempo que a desapariçom de exploraçons se ralentizava na CEE, o processo arrancou em Galiza e fixo-o a um ritmo que, sem ser forte, si é significativo. Deste modo, no período 1972-1982 o número de exploraçons diminuiu aqui a umha taxa anual do 1,5%, que é inferior à registada na CEE-10 (-1,8%) e na maioria dos seus estados membros, pero similar ou algo superior à de Itália, Irlanda e Grécia (ver quadro 7.57).

O que sucedeu, sem embargo, é que essa desapariçom de exploraçons nom foi acompanhada na agricultura galega de umha transferéncia das terras liberadas a outras unidades produtivas, senom que a imensa maioria dessas terras quedárom desmobilizadas a efeitos agrários. Essa escassa mobilidade

das terras constitue-se agora noutro factor que limita a ampliaçom da superfície média das exploraçons, e no principal elemento diferencial em relaçom à CEE.

Assi, se a comparamos com as tendéncias no conjunto da CEE-10, a evoluçom que se produze em Galiza no período 1972-1982 diferencia-se por:

-Um ritmo de reduçom da cifra de exploraçons algo menor (-1,5% anual, frente a -1,8%).

-E um retrocesso mais forte do volume total de superfície (-0,9% anual, frente ao -0,3% anual na CEE) (ver quadro 7.57).

Os resultados que acabamos de exponher som os que se obtenhem, tomando em Galiza os dados referidos ao total de exploraçons censadas (excluídas as de superfície total inferior a 1 he). Como vimos no seu momento, estas cifras subestimam com toda seguridade, e de forma notável, a desapariçom de exploraçons ocorrida realmente na nossa agricultura, devido à grande amplitude da definiçom de "exploraçom agrária" aí adoptada. Esta subestimaçom produze-se também em comparaçom com as cifras da CEE-10, posto que estas correspondem a um conceito mais restritivo de exploraçom: as unidades que contam ao menos com 1 he de SAU.

Por esse motivo, devemos perguntar-nos em que medida se modificam as conclusons desta análise comparada, no caso de utilizar para Galiza dados referidos a umha definiçom de "exploraçom agrária" mais restritiva (e mais próxima à empregada nas estatísticas comunitárias). Em concreto, imos tomar aqui a evoluçom que obtinhamos para as exploraçons com gado bovino. Comparando esta evoluçom com as cifras da CEE-10 que estivemos vendo, os resultados aos que chegamos som os seguintes[293]:

i. As conclusons anteriores modificam-se notavelmente no que respeita à intensidade relativa da desapariçom de exploraçons, que com estes dados seria em Galiza similar à registada no ámbito comunitário. Concretemente, o número total de exploraçons bovinas reduziu-se na agricultura galega entre 1962 e 1982 num 35,9%[294], percentagem esta que é praticamente idéntica à diminuçom experimentada na CEE-10 polas unidades de 1 he ou mais de SAU (-35,3%). Fazendo a comparaçom com os diversos países comunitários, essa desapariçom de exploraçons seria maior que a que se produziu nos estados da periféria comunitária; ainda que continuaria sendo

---

[293] Os dados sobre a variaçom do número de exploraçons bovinas em Galiza no período aqui considerado (1962-82) podem ver-se mais atrás, no quadro 7.50.

[294] Ver supra: quadro 7.50.

netamente inferior à constatada nos países do centro e norte da CEE (ver quadro 7.56).

ii. Apesar dessa modificaçom, manteria-se sem embargo a conclusom estabelecida antes, no que se refire à magnitude do redimensionamento operado, ao aumento da superfície média por exploraçom: este aumento continuaria sendo na agricultura galega muito menor que na CEE. O motivo disto é que aquela desapariçom de exploraçons nom levou no nosso caso a umha ampliaçom da superfície das unidades supervivintes, senom à desmobilizaçom produtiva da imensa maioria das terras liberadas. E, como conseqüência disso, a diminuçom do número de exploraçons acompanhou-se aqui de um forte retrocesso da superfície total integrada em unidades de produçom, elevando-se mui pouco a superfície média por exploraçom.

iii. Assi, a evoluçom comparada registada em Galiza estaria definida neste caso polos seguintes traços: umha desapariçom de exploraçons de magnitude similar à que se produziu no conjunto da CEE-10; e umha reduçom da superfície total ocupada polas exploraçons, mui superior à que tivo lugar nesse ámbito. Como resultado, o incremento da superfície média por exploraçom seguiria sendo muito menor da que tivo lugar na CEE.

Podemos expressar isso mesmo noutras palavras:

-Tomando para Galiza a imagem das mudanças que nos oferecem estas outras cifras, reafirma-se a conclusom esencial: a ampliaçom da superfície/ exploraçom foi aqui, durante o período 1962-1982, mui inferior à registada no ámbito comunitário.

-Onde se modifica a imagem é no referido aos factores explicativos dessa diferéncia. O principal freo às transformaçons nom estaria neste caso no ritmo de desapariçom das unidades de produçom, que seria análogo ao constatado na CEE. O freo às mudanças, e a principal diferéncia em relaçom com a CEE, estaria na escassa mobilidade das terras liberadas, que levou ao abandono da maior parte destas terras.

Estes som os resultados aos que chegamos utilizando para o agro galego os dados referidos às exploraçons com gado bovino; e comparando isso com a evoluçom experimentada na CEE polas exploraçons com 1 he ou mais de SAU. Para ser precisos, temos que advertir que as cifras nom som tampouco neste caso estritamente homogéneas. E o mais probável é que incurramos aqui no sesgo contrário ao que sofriam o primeiro tipo de dados: sobreestimar a magnitude relativa da desapariçom de exploraçons em Galiza.

Assi, no caso de que pudéramos disponher para o nosso agro de dados homogéneos com os da CEE[295], cremos que os resultados da comparaçom

[295] Referidos à evoluçom das exploraçons com 1 he ou mais de SAU.

seriam intermédios entre as duas images alternativas que obtivemos nos párrafos anteriores. Mantendo-se a conclusom de que o aumento da superfície média por exploraçom foi nestas duas décadas muito menor em Galiza, isto deveria-se: em parte a que a desapariçom de unidades produtivas foi algo menos intensa que na CEE-10; e em parte á escassa mobilidade que aqui amostram as superfícies liberadas.

-Comparaçom com as tendéncias observadas em Espanha.

As transformaçons que experimentou a estrutura dimensional das exploraçons em Galiza ao longo do período 1962-1982, som também inferiores às que os censos agrários registam para o conjunto da agricultura espanhola; ainda que as diferéncias som neste caso bastante moderadas, muito menos fortes que as que acabamos de constatar em relaçom à CEE-10. Concretamente, no quadro 7.56 e nos gráficos 7.28 e 7.29 podemos observar que:

i. A diminuçom do número de exploraçons entre 1962 e 1982 foi similar em ambos espaços: -13,5% em Galiza, e -14,7% em Espanha.

ii. A divergéncia mais acusada dá-se na evoluçom do volume global de superfície, que diminuiu no agro galego num 3,3%, mentres que no conjunto do Estado fixo-o só num 0,7%. Isto sugire que, sendo a desapariçom de exploraçons pequena em ambos casos, na agricultura espanhola isso acompanhou-se de umha transferéncia da maior parte das terras liberadas a outras exploraçons; cousa esta que nom sucedeu no nosso agro.

iii. Como conseqüéncia sobretodo deste último factor, a superfície média por exploraçom experimentou em Galiza um aumento claramente inferior, ainda que este foi pequeno nos dous casos: +11,9%, frente a +16,5% em Espanha.

Isto é o que se constata em comparaçom com o conjunto da agricultura espanhola: menor reestruturaçom, pero sem que as diferéncias sejam mui grandes. Devemos acrescentar, nom obstante, que dentro de Espanha a evoluçom diferiu de modo acusado entre umhas e outras regions. Assi, guiando-nos sempre polo que indicam as cifras dos censos agrários, encontramos zonas nas que a superfície média por exploraçom aumentou no período 1962-1982 em menor medida que no conjunto do Estado (caso, por exemplo, de Galiza); e mesmo algumhas regions nas que essa superfície média diminuiu (Andaluzia, por exemplo). E ao lado disso estám outras, como Castilla-León e Aragón, onde a superfície/ exploraçom experimentou nestes 20

anos um incremento superior ao 40%, e mesmo maior do 50%[296]; é dizer, duas ou três vezes superior à média espanhola, e comparável ao constatado na CEE-10.

Aqui limitamo-nos a mencionar, no que respeita ao resto de Espanha, a evoluçom que se desprende dos censos agrários. Para obter umha imagem mais precisa e fiável das tendéncias que se produzírom nas diferentes regions, seria necessário contrastar essas indicaçons com dados procedentes doutras estatísticas e de estudos directos, cousa esta que cae fora por completo das possibilidades da nossa investigaçom[297].

b. A evoluçom do número e superfície das exploraçons agrárias no período 1982-1987. CEE-10, Espanha e Galiza.

b1. As tendéncias nos estados membros da CEE-10.

Ao longo desta etapa mais recente prosseguiu na CEE-10 o processo de "ajuste" na estrutura das exploraçons, caracterizado pola diminuçom do número de unidades produtivas e o aumento da sua superfície média. O ritmo destas transformaçons experimentou, sem embargo, um importante freo em relaçom à década dos 70; freo que veu acentuar ainda mais a ralentizaçom que se

---

[296] Ver os dados a nível regional que se oferecem no trabalho:
-VARELA ORTEGA, Consuelo, "El mercado de la tierra en España...", op. cit., pp. 236-237 e quadro estatístico na página 267.

[297] Podemos sinalar, isso si, que o forte aumento da superfície média por exploraçom que os censos agrários registam por exemplo na regiom de Castilla-León, é coerente com os resultados obtidos por estudos directos. Neles constata-se o importante papel que jogárom nesta regiom o arrendamento e a constituçom de agrupaçons para o cultivo em comum das terras, como vias de concentraçom das terras em unidades de maior dimensom. Consultar ao respeito:
-SUMPSI, José María, "El mercado de la tierra y la reforma de las estructuras agrarias.", Agricultura y Sociedad, no. 41, outubro-dezembro 1986, pp. 15-71; em especial, pp. 15-35.
-BUENO GOMEZ, Miguel / SANCHEZ DE LA NAVA, Isidoro, "Evolución de las explotaciones agrarias españolas en el período intercensal 1962-72.", Iryda-Información, no. 10, abril-junho 1974, pp. 1-11.

produzira já neste decénio, em comparaçom com os anos 60. Deste modo, as mudanças som nos últimos anos, no período 1982-1987, de umha magnitude mui pequena.

Concretamente, entre 1982 e 1987 o número total de exploraçons agrárias diminuiu na CEE-10 a umha taxa acumulativa anual do 1,0%; o que supom pouco mais da metade da taxa anual registada no período 1970-1982 (-1,8%), e menos da metade da alcançada no decénio 1960-1970 (-2,1% anual). Ao mesmo tempo que se produzia essa ralentizaçom da desapariçom de exploraçons, acelerou-se em cámbio o retrocesso do volume global de SAU: a taxa de variaçom anual da SAU é no período 1982-1987 do -0,5%, frente ao -0,3% anual constatado no período 1970-1982, e o ligeiro aumento (+0,1% anual) que experimentou esta superfície nos anos 60. Como conseqüência desse doble processo (ralentizaçom da desapariçom de exploraçons, e diminuçom mais forte da SAU global), o aumento da SAU média por exploraçom é neste último quinquénio mui pequeno: para o conjunto da CEE-10 esse tamanho médio eleva-se de 16,9 hes em 1982 a 17,3 hes em 1987, o que em termos relativos representa umha taxa de crescimento anual de só o 0,5%. Esta taxa é a terceira parte da que se constatava no período 1970-1982 (+1,5% anual), e supom menos de 1/4 do ritmo ao que aumentou a superfície média por exploraçom no decénio 1960-1970 (+2,2% anual) **(ver quadro 7.59, e comparar com o quadro 7.57)**.

Nos dados por classes de tamanho, podemos observar que neste período 1982-1987 a desapariçom de exploraçons afectou na CEE-10 a todos os grupos inferiores a 50 hes, aumentando só o número de unidades por encima deste límite. Pero o que resulta mais relevante é que: a desapariçom de exploraçons de pequena e média extensom foi nestes anos mui lenta; e ainda foi menos importante a reestruturaçom que tivo lugar em benefício das categorias de maior tamanho, o aumento da cifra de unidades nestas categorias **(ver quadro 7.60)**.

Essa nítida ralentizaçom das mudanças, que se constata nos últimos anos para o conjunto da CEE-10, produziu-se também na prática totalidade dos seus estados membros. E na maior parte deles, isso veu prolongar o freo registado já na década dos 70, depois de que as transformaçons alcançaram a sua máxima intensidade nos anos 60. As únicas excepçons a essa tendéncia geral som França e Dinamarca, países estes onde a desapariçom de exploraçons, depois de um ligeiro freo nos 70, acelerou-se de novo no quinquénio 1982-1987 (ver quadros 7.59 e 7.57).

Como conseqüéncia dessa ralentizaçom praticamente geral, nesta etapa recente as mudanças som em quase todos os países comunitários bastante modestas. Sem embargo, ao igual que sucedia nos dous decénios precedentes, seguem existindo grandes divergéncias entre uns e outros. E resulta digno de

salientar que continuam sendo os trés estados com menor nível de desenvolvimento (Itália, Irlanda e Grécia), os que registam umha evoluçom mais lenta das suas estruturas agrárias. De feito, nestes trés países as mudanças ao longo destes anos recentes cesárom quase por completo. Concretamente, em Irlanda e Grécia o número total de exploraçons diminuiu no período 1982-1987 a taxas anuais que nom alcançam o 0,5%; e em ambos casos isso foi acompanhado de umha reduçom mais forte da SAU. Em Itália, pola sua parte, os dados indicam que durante este quinquénio aumentou o número de exploraçons, ao mesmo tempo que se reduzia a SAU. Deste modo, a SAU média por exploraçom experimentou nos trés casos um descenso entre 1982 e 1987 (ver quadro 7.59).

b2. A evoluçom registada em Espanha.

Passamos agora a ver a evoluçom que se obtém para o conjunto da agricultura espanhola, comparando os resultados do Censo agrário de 1982 com os da EEEA de 1987. As cifras que utilizamos aqui som já conceptualmente homogéneas com as da CEE-10: refirem-se à variaçom do número de exploraçons com 1 he ou mais de SAU, e à da sua dimensom em termos de SAU. A priori, portanto, podemos obter conclusons mais firmes que nos decénios anteriores, sobre as tendéncias comparadas com a CEE.

Pois bem, a evoluçom que nos indicam estas cifras para Espanha resulta singular no contexto comunitário, apresentando só algumha similitude com a que se regista em Itália. O número de exploraçons experimenta aqui entre 1982 e 1987 um aumento a umha taxa anual do 0,2%. Isso vai acompanhado de um incremento maior do volume global de SAU (+1,1% anual). E, como resultado disto, a SAU média por exploraçom eleva-se a umha taxa do 0,9% anual (ver quadro 7.59).

Os dados sugirem, pois, que na agricultura espanhola a desapariçom de exploraçons nom só se ralentizou neste quinquénio, senom que cesou por completo. Pero ao mesmo tempo, produziu-se um crescimento da SAU global, fenómeno este que deve atribuir-se à posta em cultivo de terras que estavam improdutivas. E deste modo, apesar da estabilidade ou ligeiro aumento do número de unidades produtivas, a SAU média por exploraçom elevou-se, e a um ritmo que mesmo supera a taxa média comunitária (ver quadro 7.59).

Nos dados por categorias de tamanho, observa-se que o número de exploraçons aumentou aqui em todos os estratos, com a única excepçom do grupo inferior, o de 1-5 hes, onde se regista umha reduçom mui pequena (ver quadro 7.60).

Essas som as tendéncias que se desprendem da comparaçom entre os resultados do Censo agrário de 1982 e os da EEEA de 1987; tendéncias que, como sinalamos, fam de Espanha um caso singular no ámbito da CEE. Agora bem, a nossa opiniom é que essa evoluçom deve tomar-se com muitas reservas; porque o mais probável é que as cifras da EEEA de 1987 tenham aqui grandes deficiéncias, deformando assi as variaçons que resultam para o período 1982-1987. Mais atrás pudemos comprovar que na agricultura galega esta estatística sobreestimou o número de exploraçons e a SAU em todos os grupos de tamanho; fenómeno este que quedava de manifesto ao conhecer os resultados do Censo agrário de 1989. Para o conjunto da agricultura espanhola, todo aponta a que na EEEA de 1987 se produziu essa mesma sobreestimaçom da cifra de exploraçons e da SAU; sendo esta a causa do aumento aparente que se regista, tanto no número de exploraçons como na SAU, entre 1982 e 1987.

Por esse motivo, na análise comparada que efectuamos a continuaçom prescindimos dos dados referidos ao conjunto do Estado, e contrastamos a evoluçom registada em Galiza nestes anos só com as tendéncias na CEE-10.

b3. A evoluçom do número e superfície das exploraçons em Galiza (1982-1989); comparaçom com as tendéncias na CEE-10.

Os dados que utilizamos aqui para a agricultura galega correspondem ao período 1982-1989, e nom ao quinquénio 1982-1987 como sucede com os da CEE. Tendo em conta as deficiéncias que, como acabamos de lembrar, apresenta no nosso agro a EEEA de 1987, pareceu-nos preferível deixar de lado esta fonte, e tomar as variaçons que se constatam entre o Censo agrário de 1982 e o de 1989.

Por outro lado, para possibilitar umha comparaçom mais precisa com a CEE, consideramos a evoluçom que se observa em Galiza neste período tomando três tipos diferentes de cifras. Os resultados que se obtenhem em cada um dos supostos podem ver-se no quadro 7.59:

-Em primeiro lugar (denotado no quadro com a letra A), figura a evoluçom que resulta para o período 1982-1989 utilizando o mesmo tipo de dados dos que disponhiamos nas duas décadas anteriores: referidos às exploraçons com 1 he ou mais de superfície total, e ao seu tamanho em termos de superfície total.

-Em segundo lugar (designados com a letra B), aparecem as taxas de variaçom que se obtenhem tomando: as exploraçons com 1 he ou mais de SAU (o

mesmo conceito que nas estatísticas comunitárias), e a dimensom destas unidades em termos de superfície total.

-Finalmente (denotado com a letra C), oferecemos a variaçom de: o número de exploraçons com 1 he ou mais de SAU, e o seu tamanho em termos de SAU. Do ponto de vista conceptual, estas som as cifras estritamente homogéneas com as da CEE-10.

Imos examinar sucessivamente as conclusons às que chegamos em cada um dos três casos. Deste modo, iremos perfilando melhor a relaçom que apresentam as mudanças operadas em Galiza com as tendéncias a nível comunitário.

Começamos com o que indicam as primeiras cifras, as mesmas que utilizávamos nos dous decénios anteriores. Guiando-nos por elas, obteriamos estas conclusons:

i. Ao igual que sucedeu na CEE-10, as mudanças na estrutura das exploraçons experimentárom também em Galiza um nítido freo durante os anos 80. Assi, o número de unidades de produçom diminuiu no período 1982-1989 a umha taxa acumulativa anual do -0,8%, a metade da que se registava no decénio 1972-1982, -1,5% (ver quadros 7.59 e 7.57).

ii. Como conseqüéncia disso, nesta etapa recente as mudanças, e em concreto o aumento da superfície média por exploraçom, continuárom sendo em Galiza de menor magnitude que as operadas no ámbito comunitário, apesar de que estas som agora mui pequenas. E a diferéncia deve-se esencialmente, ao igual que nas duas décadas anteriores, à grande lentitude que apresenta na nossa agricultura a desapariçom de exploraçons. Este aparece, segundo estes dados, como o principal factor que limita as transformaçons no agro galego (ver quadro 7.59).

Agora bem, as cifras que utilizamos aí para Galiza correspondem a um conceito de "exploraçom agrária" mais amplo que o empregado nas estatísticas comunitárias; e portanto esses dados subestimam, comparativamente, a desapariçom de exploraçons registada no nosso agro. Assi, as conclusons modificam-se de forma significativa se tomamos o mesmo conceito de exploraçom que na CEE, e nos limitamos portanto às unidades com 1 he ou mais de SAU. As conclusons modificam-se num aspeito: a intensidade da desapariçom de unidades produtivas. Pero nom, em cámbio, no que respeita à ampliaçom da sua superfície média, que continua sendo segundo estas cifras escassa. Isto é o que se desprende dos índices que figuram no quadro 7.59 com a letra B:

i. Observamos aqui que o número de exploraçons agrárias[298] diminuiu em Galiza durante o período 1982-1989 a umha taxa anual do 2,6%, mui

[298] Exploraçons com 1 he ou mais de SAU, ao igual que nas estatísticas para a CEE.

superior à registada no conjunto da CEE-10 (-1,0% no período 1982-87); e superior também à que se constata nestes anos na maioria dos países comunitários. Tam só Dinamarca (com o -4,8%) e França (-3,3%) registam taxas maiores à observada na agricultura galega.

Isto vem confirmar o que indicávamos mais atrás, ao analisar a evoluçom no período 1962-1982: que as cifras disponíveis nestes 20 anos em Galiza subestimavam muito a intensidade relativa da desapariçom de exploraçons; e que, no caso de disponher para esses anos de cifras homogéneas com as da CEE, obteriamos que essa desapariçom no nosso agro foi comparativamente débil nos anos 60, pero nom assi nos 70 onde o seu ritmo estivo próximo à média comunitária.

Ademais, na década dos 80, mentres essa desapariçom se ralentizava na maior parte da CEE, em Galiza experimentou ao contrário umha nova intensificaçom[299]. O resultado é o que acabamos de ver: no período 1982-1989 o ritmo desse processo na agricultura galega supera amplamente a média comunitária.

ii. A importante desapariçom de exploraçons neste período nom vai, sem embargo, acompanhada no nosso agro de umha transferéncia das terras liberadas a outras unidades de produçom, senom que estas terras ficam na sua imensa maioria abandonadas. Nos índices sintéticos do quadro 7.59, isto reflecte-se no importante descenso que experimenta a superfície total integrada em exploraçons agrárias: esta reduze-se em Galiza no período 1982-1989 a umha taxa do 1,0% anual, mui superior à de qualquer dos estados membros da CEE-10.

iii. A conseqüéncia disto último é que, apesar da notável desapariçom de exploraçons, a sua superfície média experimenta na agricultura galega um aumento comparativamente pequeno. Mui inferior, em concreto, ao registado em países comunitários onde a diminuçom da cifra de exploraçons foi similar, ou mesmo mais moderada, que no nosso caso (ver quadro 7.59; fila B para Galiza).

Para completar esta análise comparada, queda-nos por comentar finalmente o que se observa tomando em Galiza o terceiro tipo de cifras: as referidas ao mesmo conjunto de exploraçons que os índices anteriores, pero ao seu tamanho em termos de SAU, e nom de superfície total.

---

[299] Isto seria com toda seguridade o que constatariamos na evoluçom das exploraçons com 1 he ou mais de SAU, se dispuxeramos destas cifras para todo o período 1962-89. De feito, como vimos no seu momento, isto é o que se observa na evoluçom das exploraçons com gado bovino: a diminuçom do seu número experimenta um novo aceleramento no último período intercensal.

Aqui incide outro fenómeno distinto da mobilidade da terra entre exploraçons: as roturaçons de terras de monte particular. Como acabamos de confirmar de novo, a desapariçom de exploraçons nom levou em Galiza a umha ampliaçom apreciável da superfície total das unidades supervivintes, pola ausência de mobilidade das terras liberadas. Pero, apesar disso, muitas destas unidades de produçom si levárom a cabo um agrandamento da sua SAU, por médio da roturaçom de terras que estavam a monte.

O resultado disso é que no período 1982-1989, ao mesmo tempo que a cifra de exploraçons diminuiu a um 2,6% anual, o volume global de SAU incrementou-se num 0,5% anual. E, como conseqüência disto, a SAU média por exploraçom aumentou em Galiza nestes anos a umha taxa do 3,2% anual. Este aumento é mui superior ao registado no conjunto da CEE-10; e supera também ao que se produziu durante este período em todos os países comunitários, com a única excepçom de Dinamarca (ver quadro 7.59, tomando para Galiza a fila C).

A conclusom que obtemos aqui é, portanto, novidosa em relaçom ao que vinhemos constatando até agora nesta análise comparada. Acabamos de ver que a SAU média por exploraçom experimentou em Galiza, ao menos nesta etapa mais recente, um incremento relativo de magnitude elevada no contexto comunitário. Sem embargo, temos que insistir em algo que também pudemos comprovar: que o incremento desse tamanho em termos de SAU nom se deveu á mobilidade da terra entre exploraçons, senom à mudanças internas no uso das terras das que já disponhiam as unidades de produçom. As transformaçons operadas ao través da primeira via fórom escassas, e muito menores que na CEE[300].

---

[300] Por outro lado, devemos indicar que o aumento da SAU/ exploraçom que se observa em Galiza no período 1982-1989, é em parte fictício. O motivo é que o conceito de SAU utilizado no Censo agrário de 1989, é mais amplo que o empregado no Censo de 1982. Em relaçom com isto, consultar a análise sobre a evoluçom dos usos da terra, que realizamos no próximo capítulo (o número VIII).

Esta precisom obriga a matizar, ao menos parcialmente, a conclusom que acabamos de exponher: que o incremento da SAU/ exploraçom registado em Galiza entre 1982 e 1989, alcançou um ritmo elevado no contexto da CEE.

Quadro 7.59. Evoluçom do número de exploraçons, da SAU, e da SAU/explor. nos estados membros da CEE-10, Espanha e Galiza. 1982-87 (1)

	Taxas de variaçom acumulativa anual 1982-87			SAU/exploraçom (hes)	
	Número de explor.	SAU	SAU/ exploraçom	1982	1987
-R.F.Alemanha	-2,6%	-0,4%	2,2%	15,8	17,6
-França	-3,3%	-0,8%	2,5%	27,1	30,7
-Itália	0,5%	-0,3%	-0,8%	8,0	7,7
-Holanda	-1,2%	0,2%	1,4%	16,1	17,2
-Bélgica	-2,0%	-0,5%	1,6%	16,0	17,3
-Luxemburgo	-2,0%	-0,2%	2,1%	30,0	33,2
-Reino Unido	-0,1%	-0,2%	-0,2%	69,4	68,9
-Irlanda	-0,5%	-0,6%	-0,1%	22,8	22,7
-Dinamarca	-4,8%	-0,6%	4,3%	26,3	32,5
-Grécia	-0,2%	-0,5%	-0,2%	5,4	5,3
-TOTAL CEE-10	-1,0%	-0,5%	0,5%	16,9	17,3
-Espanha	0,2%	1,1%	0,9%	15,3	16,0
-Galiza (1982-89):					
A (2)	-0,8%	-0,4%	0,5%		
B (3)	-2,6%	-1,0%	1,6%		
C (4)	-2,6%	0,5%	3,2%	3,4	4,2

(1) Os dados para a CEE-10 e Espanha refirem-se às exploraçons com 1 he ou mais de SAU. No que respeita às cifras correspondentes a Galiza, nas notas que figuram a continuaçom aclaramos as características concretas das trés séries consideradas.
(2) Estas taxas de variaçom som as que se obtenhem tomando o mesmo tipo de cifras das que disponhiamos em Galiza nas duas décadas precedentes (referidas às exploraçons com 1 he ou mais de superfície total e ao tamanho referido a este conceito de superfície).
(3) Taxas referidas à evoluçom do número de exploraçons com 1 he ou mais de SAU, e à evoluçom do seu tamanho em termos de superfície total.
(4) Taxas referidas à variaçom de: a cifra de exploraçons com 1 he ou mais de SAU, e o seu tamanho em termos de SAU.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-10 e Espanha:
EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982.
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.
-Para Galiza:
INE, Censo agrario de España 1982.
INE, Censo agrario de España 1989.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.60. Evoluçom do número de exploraçons e da SAU por classes de tamanho na CEE-10 e em Espanha (1). 1982-87

CEE-10

Tamanho SAU	Número de exploraçons: miles de explor. 1982	1987	Variaçom em %	Superfície agrária utilizada: miles de hes 1982	1987	Variaçom em %
1-5 hes	2387,4	2311,9	-3,2%	5785,4	5507,0	-4,8%
5-10	883,0	812,7	-8,0%	6280,9	5709,0	-9,1%
10-20	806,3	719,3	-10,8%	11591,9	10258,0	-11,5%
20-50	842,4	788,5	-6,4%	26291,2	24681,0	-6,1%
>= 50 hes	350,6	373,3	6,5%	38900,1	40524,0	4,2%
TOTAL	5269,7	5005,7	-5,0%	88849,5	86679,0	-2,4%

ESPANHA

Tamanho SAU	Número de exploraçons: miles de explor. 1982	1987	Variaçom em %	Superfície agrária utilizada: miles de hes 1982	1987	Variaçom em %
1-5 hes	849,5	821,1	-3,3%	2007,0	1947,0	-3,0%
5-10	274,2	292,0	6,5%	1894,7	2010,0	6,1%
10-20	183,1	189,5	3,5%	2522,9	2607,0	3,3%
20-50	132,8	144,6	8,9%	4070,2	4441,0	9,1%
>= 50 hes	84,4	92,7	9,8%	12881,4	13676,0	6,2%
TOTAL	1524,0	1539,9	1,0%	23376,2	24681,0	5,6%

(1) Dados referidos às exploraçons com umha SAU >= 1 he.

Fonte:
EUROSTAT, Annuaire de statistique agricole 1979-1982.
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.
Elaboraçom própria.

c. Recapitulaçom: a relaçom entre a evoluçom da estrutura das exploraçons registada em Galiza e na CEE-10 durante o período 1962-1989.

Ainda a risco de algumha reiteraçom, parece-nos importante recapitular, e ordenar ao mesmo tempo, as conclusons esenciais que obtivemos neste estudo comparado.

1. O aumento da superfície total/ exploraçom que se produziu em Galiza ao longo das três últimas décadas, foi mui pequeno; muito menor que o registado no

conjunto da CEE-10, e inferior também ao que tivo lugar em todos os países comunitários, com a única excepçom talvez de Itália. O contraste é especialmente acusado em comparaçom com os estados do centro e norte da CEE, onde as transformaçons alcançárom em geral umha grande entidade. Mentres que nos três países da periféria comunitária (Itália, Irlanda e Grécia), a evoluçom está mais próxima à da agricultura galega.

2. A imagem sobre os **factores que explicam essa diferéncia em relaçom à CEE**, sobre quais fórom os obstáculos que limitárom as transformaçons estruturais na nossa agricultura, varia segundo o tipo concreto de cifras que tomemos em Galiza para efectuar a comparaçom:

i. A **primeira possibilidade** consiste em **tomar os dados referidos ao total de exploraçons censadas**, que oferecem os sucessivos censos agrários[301]. **Se procedemos assi, a evoluçom que constatamos na agricultura galega entre 1962 e 1989, diferencia-se da registada na CEE-10 sobretodo pola intensidade muito menor que tivo aqui a desapariçom de exploraçons. Este é o que nos aparece, neste suposto, como o factor esencial que bloqueou no nosso agro a ampliaçom da superfície média das unidades de produçom.**

ii. **O diagnóstico anterior modifica-se de modo substancial, se utilizamos cifras referidas a um conceito de "exploraçom agrária" menos amplo que o citado, e mais próximo ao empregado nas estatísticas comunitárias**[302]. Neste caso, observamos que nos anos 60 o ritmo de desapariçom de exploraçons foi em Galiza muito menor que na CEE-10. Durante este decénio o processo alcançou no ámbito comunitário a sua máxima intensidade, mentres que na agricultura galega nom se iniciara ainda ou fixera-o a taxas mui moderadas. Sem embargo, nas duas últimas décadas a situaçom variou: ao mesmo tempo que a desapariçom de exploraçons se foi ralentizando de modo contínuo na CEE, em Galiza

---

[301] Estas som as únicas disponíveis para o período 1962-82; para o período 1982-89 som as que denotamos com a letra A no quadro 7.59.

[302] É dizer, referido às exploraçons com 1 he ou mais de SAU. Em Galiza, como já foi aclarado, só dispomos deste tipo de dados para o último período intercensal, 1982-89 (os índices que figuram no quadro 7.59 com a letra B). Pero para as duas décadas anteriores contamos com a referéncia que nos oferece a evoluçom das exploraçons com gado bovino.

experimentou, em cámbio, um progressivo e constante aceleramento; deste modo, na década dos 70 o ritmo do processo foi já aqui similar à média comunitária, e nos anos 80 supera claramente esta média. Tomando o conjunto do período 1962-1989, o número de exploraçons registou na nossa agricultura umha reduçom comparável à que se produziu na CEE-10.

O que sucedeu foi que essa desapariçom de exploraçons nom foi acompanhada aqui de umha transferéncia das terras liberadas a outras unidades de produçom, como ocorreu em geral na agricultura comunitária. E daí que a superfície média por exploraçom aumentara no nosso caso muito menos que na CEE.

Portanto, **dacordo com estas cifras, a principal diferéncia em relaçom à CEE, e a principal causa de que a reestruturaçom fora no nosso caso muito menor, estivo na escassa mobilidade que em Galiza apresentam as terras liberadas polas exploraçons desaparecidas**. Umha grande parte destas terras continuárom sendo declaradas como "exploraçons agrárias" nos censos agrários, apesar de que em realidade estám sem nengumha ou quase nengumha actividade. E outras dessas superfícies saírom fora do campo de estudo dos censos agrários; quedárom, pois, totalmente excluídas da produçom agrária. Mui poucas dessas superfícies liberadas fórom transferidas (mediante compra-venda ou arrendamento) a outras exploraçons.

Esta segunda imagem que acabamos de perfilar pode considerar-se a mais próxima á realidade.

3. **Em todo caso, hai umha conclusom que se desprende da análise que levamos realizado, e que compre destacar aqui: o feito de que a superfície média por exploraçom registara durante as três últimas décadas em Galiza um escasso aumento, muito menor do que se produziu na CEE-10, nom tivo a sua origem na evoluçom da populaçom activa agrária, na "insuficiente" reduçom desta mao de obra na nossa agricultura.**

É necessário salientar isso, posto que desminte, ou ao menos relativiza muito, umha ideia comummente extendida, até o ponto de que se tem convertido já num lugar comum ao referir-se às deficiéncias estruturais do agro galego. Dacordo com este ponto de vista, o factor que explica que o tamanho (a superfície) das exploraçons seja actualmente em Galiza mui pequeno, é a existéncia de um volume excessivo de mao de obra no sector. A persisténcia de umha populaçom activa agrária mui numerosa, seria assi o obstáculo fundamental que impediu no passado recente, e continua bloqueando na

actualidade, a reforma dessa estrutura minifundista. Em lógica correspondéncia com isso, o que aparece como requisito para que a superfície média das exploraçons poda ampliar-se no futuro, é que essa mao de obra se reduza fortemente.

Essa é, como dixemos, a ideia, e também a interpretaçom do problema, exposta habitualmente. Agora bem, no que respeita polo menos à evoluçom durante as três últimas décadas, esse ponto de vista nom é confirmado polos dados empíricos. Ao princípio deste epígrafe lembramos os resultados que obtinhamos na primeira parte da nossa investigaçom. Dacordo com eles, a populaçom activa agrária experimentou em Galiza, durante o período que vai aproximadamente de 1960 a 1990, umha diminuçom relativa maior que a registada na CEE-10. Portanto, numha perspectiva comparada, o que limitou a ampliaçom da superfície por exploraçom no nosso agro, o que fixo que esta ampliaçom fora muito menor que no ámbito comunitário, nom foi nestas décadas a dinámica do emprego agrário.

A explicaçom de que as mudanças estruturais foram aqui escassas hai que busca-la noutros factores, que fixérom que a reduçom da mao de obra no sector nom fora acompanhada de um redimensionamento paralelo das exploraçons. Em concreto:

i. Se nos guiamos pola evoluçom das cifras totais de exploraçons censadas, essa explicaçom está em que a diminuçom da PAA nom foi acompanhada em Galiza de umha desapariçom de exploraçons, na mesma medida em que isto sucedeu na CEE.

ii. Se nos fiamos dos outros dados (tomando um conceito mais restritivo de exploraçom), que nos parecem mais próximos á realidade, a explicaçom está na auséncia de mobilidade das terras que liberárom as exploraçons desaparecidas. É esta auséncia de mobilidade, a que aparece como o obstáculo fundamental às transformaçons nas últimas décadas; e também como a principal "anomalia" ou especificidade da evoluçom galega, em comparaçom com as tendéncias na agricultura comunitária.

4. Todo o sinalado nos pontos anteriores referia-se à evoluçom em Galiza do tamanho das exploraçons em termos de superfície total. Para completar o repasso das cifras que vimos, hai que sinalar que o escasso aumento desse tamanho acompanhou-se de um processo mais importante de ampliaçom da SAU em muitas unidades de produçom, graças á roturaçom de terras que estavam a monte. Isto fixo que, polo menos no período 1982-1989 para o que dispomos deste tipo de cifras, a SAU média por exploraçom experimentara em Galiza um aumento percentual maior que na CEE-10. Desconhecemos, sem embargo, o que sucedeu nos 20 anos precedentes.

d. A situaçom actual: a reduzida SAU média das exploraçons agrárias galegas no contexto da CEE-12 (1987).

Ao examinar os dados correspondentes a princípios dos anos 60, constatamos que a superfície média por exploraçom era nesta data em Galiza mui pequena, se a consideramos no ámbito da Europa Ocidental e concretamente em comparaçom com os países membros da CEE-10. O estudo que acabamos de realizar indica-nos que a evoluçom registada nas três últimas décadas, longe de atenuar as diferéncias, levou a que estas se mantiveram e mesmo se ampliaram ainda mais.

Isto último foi o que sucedeu claramente no que respeita à superfície total/ exploraçom: na agricultura comunitária, e sobretodo nos países do centro e norte da CEE, essa dimensom experimentou neste período um forte aumento; mentres que em Galiza esse incremento, as transformaçons efectuadas mediante a mobilidade das terras entre exploraçons, fórom escassas. As mudanças fórom aqui mais importantes se nos fixamos na SAU/ exploraçom, graças à roturaçom de terras a monte. Neste caso, o aumento pudo ser similar ao que se produziu na agricultura comunitária; pero, de todos modos, nom tivo lugar tampouco nestes dados umha reduçom significativa da distáncia existente a começos dos anos 60.

O resultado de todo isso é que, na actualidade, a agricultura galega apresenta umha SAU média por exploraçom mui reduzida no contexto da CEE. Para precisar este ponto, imos analisar em concreto a relaçom dessa SAU/ exploraçom em Galiza, com a que encontramos nos diversos estados membros e regions da CEE-12. As cifras correspondem a 1987, e procedem para todos os países[303] do "Inquérito sobre a Estrutura das Exploraçons Agrárias" realizado neste ano a nível comunitário.

d1. O nível que alcança a SAU/ exploraçom nos diversos estados membros da CEE-12; a posiçom relativa de Galiza neste contexto.

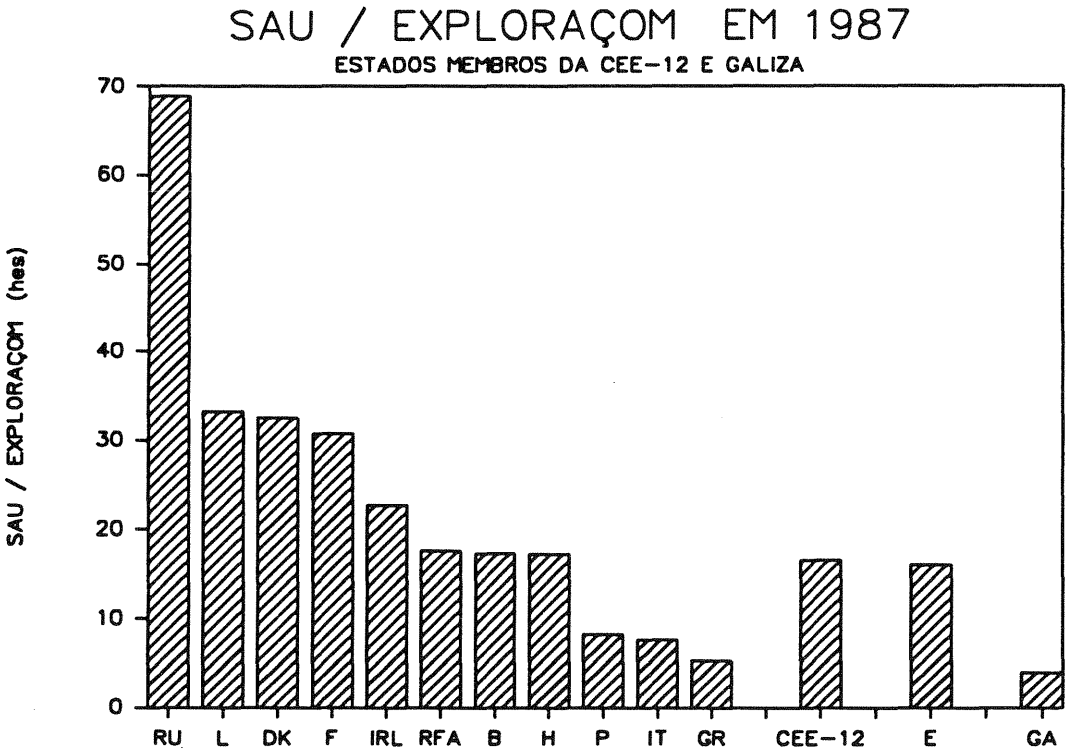
No **quadro 7.61** recolhemos a SAU/ exploraçom que se regista em 1987 na CEE-12 e em cada um dos seus estados membros; estes dados estám representados no **gráfico 7.30**. Para conhecer melhor as características da

[303] Incluída Espanha e também Galiza. As deficiéncias que em ambos casos apresenta essa fonte estatística nom afectam significativamente à imagem da sua estrutura dimensional das exploraçons.

estrutura das exploraçons nos diversos países, no **quadro 7.62** oferecemos a distribuçom percentual das exploraçons e da SAU por grupos de tamanho.

No conjunto da agricultura comunitária a SAU média por exploraçom é nesta data de 16,5 hes. Pero esta cifra global agacha enormes diferéncias entre os 12 estados membros.

Gráfico 7.30.



Assi, num extremo temos ao Reino Unido, que, ao igual que sucedia já em 1960, apresenta umha situaçom singular no contexto comunitário, caracterizada por umha base territorial das exploraçons muito maior que nos países do continente. Em concreto, a SAU/ exploraçom é neste estado em 1987 de 68,9 hes, mais de 4 vezes superior á média da CEE-12; registando na estrutura por grupos de tamanho um predomínio abrumador das unidades maiores de 50 hes (ver gráfico 7.30 e quadro 7.62).

Grécia representa o extremo oposto, sendo o país com umha estrutura mais "minifundista". A SAU média por exploraçom é aqui tam só de 5,3 hes; e a sua estrutura caracteriza-se por um acusado predomínio das pequenas exploraçons (menores de 10 hes).

Excluídos esses dous casos singulares, os restantes 10 estados podem classificar-se em três grupos. Destes grupos, os dous primeiros constituem o que pode catalogar-se como o "núcleo característico" das estruturas agrárias comunitárias; mentres que o terceiro corresponde-se com os estados do sul da CEE (exceptuada Grécia).

i. O primeiro grupo está formado por França, Dinamarca e Luxemburgo. Nestes três países a SAU/ exploraçom situa-se em 1987 ao redor das 30-33 hes; e a estrutura por classes de tamanho vem definida por um traço básico: o forte predomínio das exploraçons maiores de 20 hes (ver gráfico 7.30 e quadro 7.62).

ii. No segundo grupo figuram: a R.F. de Alemanha, Holanda e Bélgica. A SAU média por exploraçom está nos três casos em torno às 17-17,5 hes; é dizer, similar à média comunitária, e aproximadamente a metade da que se regista nos países do conjunto anterior. A característica esencial que marca a estrutura agrária é aqui o papel predominante das exploraçons médias (as de 10 a 50 hes), ainda que as maiores de 50 hes tenhem também um peso importante em termos de superfície (ver gráfico 7.30 e quadro 7.62).

Numha posiçom intermédia entre esses dous grupos queda Irlanda, onde a SAU/exploraçom é em 1987 de 22,7 hes.

iii. O terceiro e último conjunto está integrado por Itália, Portugal, e, ainda que com certos matizes, Espanha.

Nos dous primeiros países, a estrutura das exploraçons é bastante similar, caracterizando-se polo seu perfil dual ou bipolar: por um lado existe um elevado número de pequenas e mui pequenas exploraçons, absolutamente predominantes em número, pero que ocupam só umha proporçom reduzida da SAU total; e ao lado disso, encontramos um estrato de grandes exploraçons, numericamente mui pequeno pero que se repartem umha elevada proporçom da SAU (ver quadro 7.62). Dessa estrutura resulta umha SAU média por exploraçom que é mui similar em ambos casos, e mui inferior à média comunitária: 8,3 hes em Portugal, e 7,7 hes em Itália (ver gráfico 7.30).

A agricultura espanhola, considerada globalmente, regista em 1987 umha SAU/ exploraçom de 16,0 hes, praticamente idéntica como vemos á média comunitária. Esse tamanho médio duplica o que se obtém nos dous países anteriores, e situa aparentemente a Espanha numha posiçom próxima à dos estados do segundo grupo (Alemanha, Holanda e Bélgica). Sem embargo, o exame da distribuçom por categorias de tamanho, pom de manifesto que as maiores similitudes se dam com Itália e Portugal, já que esta estrutura aparece marcada também no caso espanhol polo seu carácter dual ou bipolar. Partindo desse traço geral comum, a diferéncia com os outros dous

estados meridionais consiste em que na agricultura espanhola é menor o predomínio numérico das pequenas exploraçons; e, paralelamente, aqui tenhem muito maior peso as unidades de grande dimensom, as maiores de 50 hes. Daí que a SAU média por exploraçom duplique em Espanha à registada em Itália e Portugal (ver quadro 7.62).

Considerada nesse contexto, a superfície média das exploraçons na agricultura galega resulta extremadamente pequena. Em concreto, a SAU/ exploraçom é aqui em 1987 de 4,0 hes[304], o que supom unicamente 1/4 da cifra média da CEE-12, e umha proporçom similar da que se regista no conjunto da agricultura espanhola.

Quadro 7.61. SAU média por exploraçom nos estados membros da CEE-12 e em Galiza (1). 1987

	SAU/exploraçom (hes)
-Reino Unido	68,9
-Luxemburgo	33,2
-Dinamarca	32,5
-França	30,7
-Irlanda	22,7
-R.F.Alemanha	17,6
-Bélgica	17,3
-Holanda	17,2
-Portugal	8,3
-Itália	7,7
-Grécia	5,3
-TOTAL CEE-12	16,5
-Espanha	16,0
-Galiza	4,0

(1) Referido às exploraçons com umha SAU >= 1 he.

Fonte:
-Para os estados membros da CEE-10 e Espanha:
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.
-Para Galiza:
INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia., Madrid, 1989.

---

[304] Este tamanho médio refire-se, ao igual que os que vimos para os países comunitários, às exploraçons com 1 he ou mais de SAU.

Quadro 7.62. Distribuçom percentual das exploraçons e da SAU por classes de tamanho nos estados membros da CEE-12 e Galiza (1). 1987

Tamanho SAU	Reino Unido		Luxemburgo		Dinamarca	
	Explor.	SAU	Explor.	SAU	Explor.	SAU
1-5 hes	13,5%	0,5%	18,9%	1,6%	1,7%	0,2%
5-10	12,4%	1,3%	9,9%	2,1%	16,3%	3,6%
10-20	15,3%	3,2%	12,4%	5,5%	25,3%	11,3%
20-50	25,4%	12,2%	32,5%	35,2%	39,4%	38,7%
>= 50 hes	33,3%	82,8%	26,2%	55,6%	17,2%	46,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tamanho SAU	França		Irlanda		R.F. de Alemanha	
	Explor.	SAU	Explor.	SAU	Explor.	SAU
1-5 hes	18,2%	1,5%	16,1%	2,0%	29,4%	4,3%
5-10	11,7%	2,8%	15,2%	5,0%	17,6%	7,3%
10-20	19,1%	9,1%	29,2%	18,6%	22,1%	18,3%
20-50	32,8%	34,4%	30,5%	41,2%	24,8%	43,3%
>= 50 hes	18,1%	52,1%	9,0%	33,1%	6,1%	26,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tamanho SAU	Bélgica		Holanda		Portugal	
	Explor.	SAU	Explor.	SAU	Explor.	SAU
1-5 hes	27,7%	4,2%	24,9%	3,8%	72,5%	19,6%
5-10	18,1%	7,6%	18,4%	7,8%	15,0%	12,4%
10-20	24,5%	20,6%	25,0%	21,1%	7,2%	11,6%
20-50	23,9%	41,8%	27,3%	47,7%	3,4%	11,9%
>= 50 hes	5,8%	25,8%	4,4%	19,6%	1,9%	44,5%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tamanho SAU	Itália		Grécia	
	Explor.	SAU	Explor.	SAU
1-5 hes	67,9%	20,1%	69,4%	32,1%
5-10	16,9%	15,0%	20,0%	25,5%
10-20	8,7%	15,4%	7,6%	19,1%
20-50	4,6%	17,9%	2,5%	13,2%
>= 50 hes	1,9%	31,5%	0,5%	10,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tamanho SAU	CEE-12 Explor.	CEE-12 SAU	Espanha Explor.	Espanha SAU	Galiza Explor.	Galiza SAU
1-5 hes	49,2%	7,1%	53,3%	7,9%	76,1%	42,1%
5-10	16,8%	7,1%	19,0%	8,1%	16,5%	27,9%
10-20	13,5%	11,5%	12,3%	10,6%	6,3%	20,8%
20-50	13,7%	25,7%	9,4%	18,0%	1,1%	6,8%
>= 50 hes	6,8%	48,6%	6,0%	55,4%	0,1%	2,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Dados referidos às exploraçons com umha SAU >= 1 he.
Fonte:
-Para os estados membros da CEE-12:
COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.
-Para Galiza:
INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia., Madrid, 1989.
Elaboraçom própria.

Devemos acrescentar, ademais, que **esse tamanho médio é também inferior ao de qualquer dos estados membros da CEE-12**. O contraste é especialmente acusado em relaçom com os países do centro e norte da geografia comunitária: deixando de lado ao Reino Unido, a SAU/ exploraçom que se constata em Galiza representa ao redor de 1/8 da existente em países como Dinamarca ou França; e aproximadamente 1/4 da cifra que se regista na R.F. de Alemanha ou Holanda. Pero a superfície média das exploraçons galegas é também mui inferior à que se constata nos estados meridionais da CEE: supom aproximadamente 1/2 da existente em Itália e Portugal. Tam só Grécia apresenta umha dimensom média das exploraçons próxima à de Galiza, ainda que também ligeiramente superior (ver gráfico 7.30).

A análise comparada pode completar-se observando os dados por classes de tamanho. Aqui vemos que a agricultura galega se caracteriza, no ámbito comunitário, pola importáncia muito maior que tenhem as exploraçons menores de 10 hes, e especialmente as de 1-5 hes. O predomínio das pequenas e mui pequenas exploraçons é em Galiza muito mais acusado que em nengum dos estados membros da CEE-12, aproximando-se unicamente à situaçom de Grécia (ver quadro 7.62).

d2. A SAU média por exploraçom; a situaçom de Galiza no quadro das regions agrárias da CEE-12.

A comparaçom com a agricultura comunitária adquire umha maior precisom se tomamos aqui os dados a nível regional, a SAU/ exploraçom que se regista

actualmente nas diferentes regions agrárias da CEE-12. Adoptando estas cifras como termo de referéncia, podemos apreciar melhor a situaçom relativa que apresenta neste aspeito a agricultura galega.

Esses dados regionais, referidos a 1987, estám reproduzidos no **quadro 7.63**. Aqui aparecem as 101 regions, em que está dividida a CEE-12 na informaçom disponível, ordenadas segundo a SAU média das exploraçons no seu território. Para facilitar a sua percepçom, representamos estes dados no **mapa 7.12**.

As cifras procedem da mesma fonte que as comentadas nos párrafos anteriores: o "Inquérito sobre a Estrutura das Exploraçons Agrárias" de 1987. Pero devemos fazer umha pequena precisom: neste caso a SAU/ exploraçom está calculada tomando a totalidade das exploraçons registadas por essa estatística, e nom as unidades maiores de 1 he, como ocorria nos quadros que vimos mais atrás. O motivo de proceder assi foi a simplificaçom dos cálculos. Essa diferéncia é a origem das ligeiras variaçons que podem constatar-se entre umhas e outras cifras[305].

Feita essa aclaraçom, passamos a resumir a panorámica regional que nos oferecem estes dados, examinando a posiçom da agricultura galega neste contexto (ver quadro 7.63 e mapa 7.12).

1. Em primeiro lugar temos as **regions nas que a SAU média por exploraçom supera as 40 hes**. O seu número é de 15, e estám concentradas em duas grandes áreas da geografia comunitária. Por umha parte, figuram aqui a prática totalidade das regions británicas, muitas das quais registam umha SAU/ exploraçom superior às 60 e às 70 hes, alcançando o valor mais elevado em Escócia com 164,1 hes. Ao lado disso, encontramos nesta categoria um grupo de 6 regions francesas, que se extendem de forma contínua pola Conca de Paris e o norte e nordeste deste estado. Neste segundo grupo, a SAU/ exploraçom situa-se na maior parte dos casos entre as 40 e as 50 hes.
2. Umha segunda categoria está formada polas 16 **regions com umha SAU/ exploraçom entre 25 e 40 hes**. Umha grande parte destas regions localizam-se no oeste e centro de França, pero também aparecem aqui outras zonas: Dinamarca (que figura nas cifras como umha única entidade regional), e a regiom contígua de Schleswig-Holstein no norte de Alemanha; algumha regiom británica; Luxemburgo; e finalmente duas regions da Península Ibérica limítrofes entre si, que som a espanhola de Extremadura e a portuguesa do Alentejo.

---

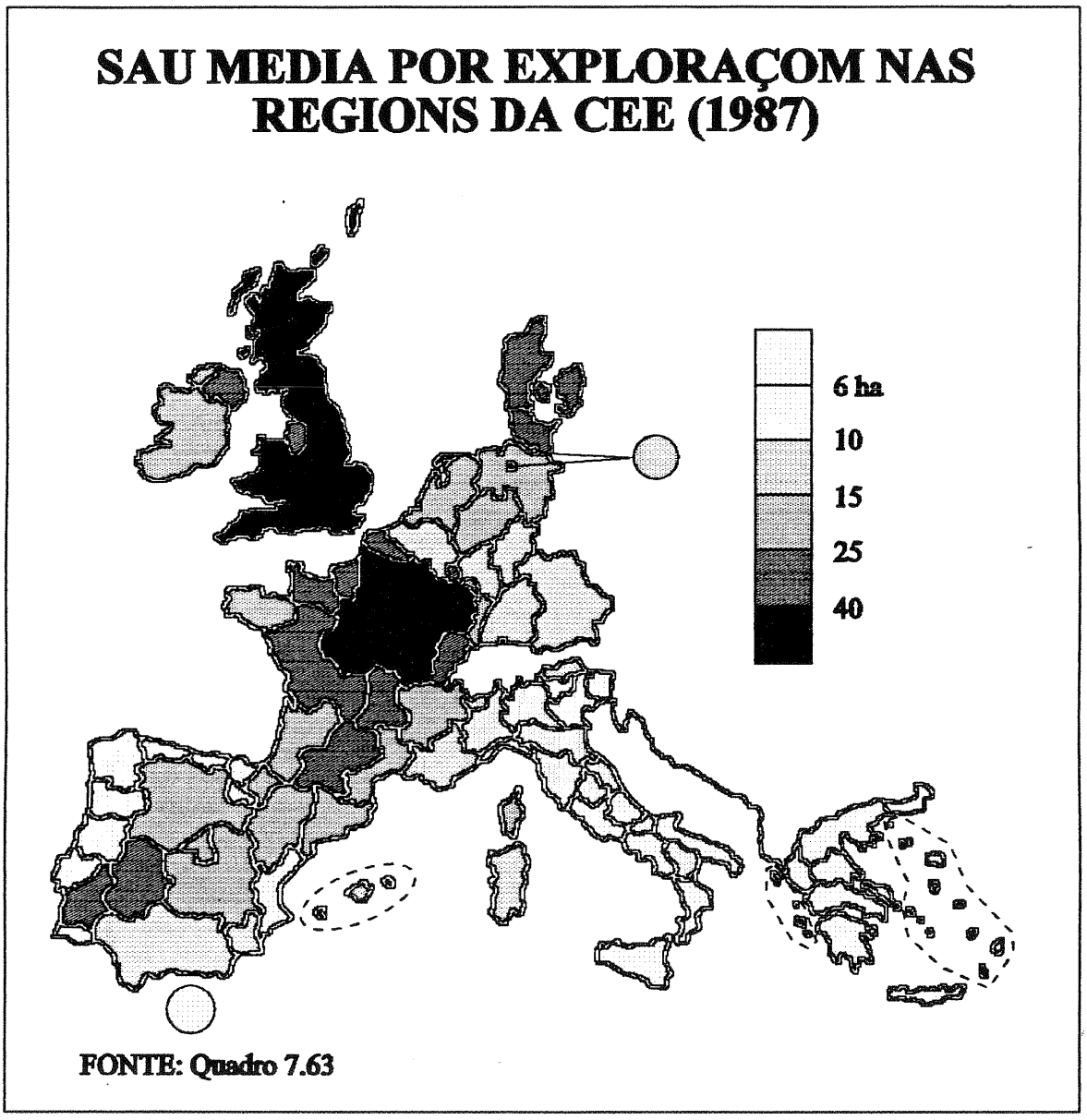
[305] Assi, no caso concreto de Galiza, a SAU/exploraçom é aqui de 3,1 hes, frente às 4,0 hes que obtinhamos excluíndo as unidades menores de 1 he.

3. Os dous seguintes intervalos diferenciados no mapa 7.12 som os de **15-25 hes e 10-15 hes**. A eles podemos referir-nos conjuntamente, já que a ubicaçom dos dous grupos apresenta umha notável continuidade espacial. Entre ambos conjuntos sumam um total de 29 regions, localizadas numha ampla franja central da CEE, que vai desde o norte de Alemanha até Andalucia.
4. Com a categoria de **6 a 10 hes**, entramos já nas áreas da agricultura comunitária que se caracterizam por umha pequena base territorial das unidades de produçom. Neste grupo em concreto estám um total de 13 regions, concentradas em duas zonas: a costa cantábrica de Espanha (Asturias, Cantabria e o País Vasco); e Itália, principalmente a metade septentrional deste país.
5. Por último, quedam 28 regions, algo mais de 1/4 do total, que em 1987 registam umha **SAU média por exploraçom inferior a 6 hes**. Todas elas estám localizadas nos quatro estados meridionais da CEE (Portugal, Espanha, Itália e Grécia), e em conjunto formam duas grandes orlas na periféria comunitária: umha orla mediterránea, a mais numerosa, que inclue principalmente a metade meridional de Itália e todo o território grego; e umha orla atlántica, que se extende pola franja ocidental da Península Ibérica (ver mapa 7.12).

Galiza forma parte deste último grupo, no que também estám todas as regions portuguesas, com a única excepçom do Alentejo. Concretamente, a SAU/ exploraçom que se obtém nestas cifras para a agricultura galega é de 3,1 hes; o que a situa no posto 94 entre as 101 regions agrárias em que está dividida aqui a CEE-12 (ver quadro 7.63). Isto quer dizer que só 7 regions tinham em 1987 umha superfície média por exploraçom inferior à do nosso agro. Trata-se em concreto das seguintes: a regiom Centro (que regista umha SAU/ exploraçom de 3,0 hes), e Madeira (0,3 hes), em Portugal; as regions de Ionioi (2,9 hes/ exp.), e Epiros (2,6 hes), em Grécia; as de Campánia (2,7 hes) e Liguria (2,2 hes), em Itália; e Canárias (2,4 hes/exp.) em Espanha.

Estes dados ponhem claramente de manifesto o acusado minifundismo que caracteriza actualmente à agricultura galega no ámbito da CEE. Esta situaçom deriva-se principalmente dos traços que definiam em Galiza as estruturas fundiárias herdadas do passado, e que estavam vigentes a princípios da década de 1960. Sem embargo, como comprovamos na análise realizada anteriormente, a isso unirom-se as grandes limitaçons das mudanças operadas nas últimas décadas. Apesar de que o volume de mao de obra se reduziu na nossa agricultura a um ritmo similar à média comunitária, isto nom levou a um aumento significativo da superfície média por unidade de produçom.

MAPA 7.12.


SAU MEDIA POR EXPLORAÇOM NAS REGIONS DA CEE (1987)
6 ha
10
15
25
40
FONTE: Quadro 7.63

Quadro 7.63. SAU média por exploraçom nas diversas regions da CEE-12. 1987

			N° EXP. (miles)	SAU (miles de hes)	SAU/exp. (hes)
1	RU11	Scotland	31,8	5218,5	164,10
2	RU1	North	12,0	1026,9	85,58
3	RU4	East Anglia	13,1	969,5	74,01
4	RU3	East Midlands	17,3	1219,4	70,49
5	F1	île de France	9,0	576,8	64,09
6	RU2	Yorkshire & Humberside	17,5	1083,4	61,91
7	F3	Picardie	21,7	1336,9	61,61
8	RU5	South East	27,0	1619,5	59,98
9	F7	Bourgogne	36,0	1752,1	48,67
10	RU6	South West	36,4	1767,9	48,57
11	RU9	Wales	30,0	1454,1	48,47
12	RU7	West Midlands	19,8	947,5	47,85
13	F5	Centre	51,5	2457,8	47,72
14	F2	Champagne	32,8	1541,7	47,00
15	F9	Lorraine	24,7	1085,6	43,95
16	A1	Schleswig-Holstein	30,6	1096,2	35,82
17	F11	Franche-Comté	18,7	661,2	35,36
18	RU8	North West	12,8	446,0	34,84
19	F19	Auvergne	44,0	1474,6	33,51
20	F14	Poitou-Charentes	53,2	1769,4	33,26
21	F4	Haute-Normandie	24,1	801,3	33,25
22	DK1	Dinamarca	86,9	2798,3	32,20
23	P4	Alentejo	38,1	1204,5	31,61
24	E10	Extremadura	94,6	2937,6	31,05
25	F17	Limousin	28,6	872,6	30,51
26	LU1	Luxemburgo	4,2	126,6	30,21
27	F8	Nord	28,6	843,7	29,50
28	F16	Midi-Pyrénées	85,6	2379,8	27,80
29	F12	Pays de la Loire	83,0	2294,1	27,64
30	F6	Basse-Normandie	52,7	1326,0	25,16
31	A2	Niedersachsen	108,3	2713,1	25,05
32	E8	Castilla-La Mancha	170,1	4164,5	24,48
33	F22	Corse	4,4	106,0	24,09
34	RU10	Northern Ireland	42,5	998,6	23,50
35	E7	Castilla-León	231,7	5336,0	23,03
36	E2	Aragón	98,2	2259,5	23,01
37	IR1	Irlanda	217,0	4915,4	22,65
38	E12	Madrid	18,6	382,2	20,55
39	F15	Aquitaine	76,4	1480,1	19,37
40	F13	Bretagne	92,4	1774,5	19,20
41	A8	Saarland	3,5	65,1	18,60
42	F18	Rhône-Alpes	85,8	1591,9	18,55
43	A3	Nordrhein-Westfalen	88,9	1580,0	17,77
44	F10	Alsace	21,0	341,2	16,25
45	E14	Navarra	33,2	538,3	16,21
46	H1	Holanda	132,0	2023,7	15,33
47	F20	Languedoc	65,4	997,8	15,26
48	B1	Bélgica	92,6	1370,3	14,80
49	A4	Hessen	52,8	777,0	14,72
50	A7	Bayern	235,8	3399,5	14,42
51	E1	Andalucía	333,5	4678,5	14,03
52	F21	Provence-Côte d'Azur	42,3	593,0	14,02
53	IT18	Sardegna	106,5	1432,8	13,45
54	A5	Rheinland-Pfalz	58,3	710,1	12,18
55	A6	Baden-Württemberg	124,3	1475,3	11,87

			N° EXP. (miles)	SAU (miles de hes)	SAU/exp (hes)
56	IT2	Val D'Aosta	8,6	97,9	11,38
57	IT19	Bolzano Bozen	22,7	252,3	11,11
58	E4	Baleares	21,8	239,3	10,98
59	E9	Cataluña	108,5	1128,9	10,40
60	E17	La Rioja	21,3	216,4	10,16
61	A9	Hamburg, Bremen & Berlin	2,7	26,8	9,93
62	E13	Murcia	62,0	553,6	8,93
63	IT3	Lombardia	138,2	1142,2	8,26
64	IT15	Basilicata	75,0	611,5	8,15
65	IT7	Emilia-Romagna	158,4	1256,6	7,93
66	IT8	Umbria	53,8	414,0	7,70
67	IT7	Toscana	128,6	967,8	7,53
68	E6	Cantabria	27,5	198,8	7,23
69	E16	País Vasco	27,8	200,9	7,23
70	IT9	Marche	80,3	561,2	6,99
71	E3	Asturias	56,0	367,1	6,56
72	IT1	Piemonte	191,9	1194,1	6,22
73	IT12	Molise	40,9	253,4	6,20
74	IT20	Trento	25,1	143,6	5,72
75	P5	Algarve	25,9	136,9	5,29
76	IT11	Abruzzi	103,7	540,6	5,21
77	GR7	Trácia	55,8	276,8	4,96
78	IT5	Friuli-Venezia Giulia	54,1	267,5	4,94
79	P3	Lisboa e V. do Tejo	117,1	570,1	4,87
80	GR8	Ilhas Egeas	61,6	298,5	4,85
81	P6	Açores	25,4	116,7	4,59
82	IT14	Puglia	326,0	1486,6	4,56
83	IT10	Lazio	192,0	851,7	4,44
84	IT17	Sicilia	381,5	1664,7	4,36
85	GR6	Macedonia	221,9	946,0	4,26
86	GR9	Creta	98,5	419,9	4,26
87	IT4	Veneto	214,3	908,4	4,24
88	GR5	Thessalia	101,3	417,3	4,12
89	IT16	Calabria	178,3	705,0	3,95
90	GR2	Peloponnissos	171,2	662,9	3,87
91	GR1	Grécia Central & Euboa	157,5	590,3	3,75
92	E15	C. Valenciana	223,4	798,0	3,57
93	P1	Norte	201,0	685,0	3,41
94	E11	Galiza	227,4	710,5	3,12
95	P2	Centro	204,6	610,3	2,98
96	GR3	Ionioi	30,9	88,7	2,87
97	IT13	Campania	254,2	684,1	2,69
98	GR4	Epiros	54,6	142,1	2,60
99	E5	Canarias	35,7	86,0	2,41
100	IT6	Liguria	50,1	108,7	2,17
101	P7	Madeira	23,5	7,5	0,32
		EUR 12	8644,2	115401,0	13,35

Fonte: elaboraçom própria a partir de:
COMMUNAUTES EUROPEENNES-COMMISSION, Agriculture-Annuaire statistique 1990., Luxemburgo, 1990 (os dados procedem da EEEA de 1987).

3.1.6. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. I. A evoluçom do número e a superfície das exploraçons por províncias (1962-1989).

Umha vez conhecida a dinámica que experimentou a estrutura dimensional das exploraçons no conjunto de Galiza, passamos agora a analisar as possíveis divergéncias que neste aspeito se observam dentro da geografia galega. Para isto, examinaremos em primeiro lugar a evoluçom do número e a superfície das exploraçons por províncias. Depois, no seguinte epígrafe, descenderemos à análise das mudanças a nível municipal.

Tanto num como noutro caso, o nosso estudo vai-se basear nos dados oferecidos polos censos agrários para o período 1962-1989. Mais concretamente, tomamos aqui as cifras referidas ao total de exploraçons censadas, e à sua dimensom em termos de superfície total; sem introduzir, como fixemos para o conjunto de Galiza, outro tipo de dados, correspondentes a umha definiçom mais restritiva de "exploraçom agrária". Em relaçom com isto, devemos ter presentes em todo momento as observaçons que fixemos ao longo da exposiçom anterior, sobre as deficiéncias dessas cifras; especialmente, o feito de que estas tendem a subestimar notavelmente o número de exploraçons desaparecidas durante as três últimas décadas.

Umha análise como a que imos realizar tem, a priori, um grande interesse. Por umha parte, permite-nos conhecer melhor, de forma mais desagregada, as mudanças que se produzírom na estrutura das exploraçons. Pero, ademais desse interesse do ponto de vista descritivo, este estudo pode ter também umha importante virtualidade explicativa. Isto é assi na medida em que detectemos umha relaçom entre o contido das mudanças nas diversas áreas geográficas, e determinadas variáveis ou factores que em princípio podem influir nessas mudanças[306].

No caso concreto de Galiza, essa utilidade potencial da análise ve-se bastante limitada na prática, devido às deficiéncias que apresenta a informaçom estatística, sobretodo ao descender aos dados por concelhos. A evoluçom irregular que registam as cifras dos censos agrários em muitos municípios, fai que a análise nom poda ter a precisom que seria desejável. Sem embargo, ainda

---

306 A utilidade ou potencialidade explicativa que tenhem este tipo de estudos, é ilustrada por exemplo, para o caso francés, polo trabalho:
-LAURENT, C./VIAU, C., La concentration des terres dans les exploitations agricoles... op. cit.

assi, obtenhem-se algumhas conclusons relevantes, tal como teremos ocasiom de comprovar.

Sem mais preámbulos, passamos já ao exame da evoluçom por províncias.

a. A evoluçom do número total de exploraçons e da superfície média por exploraçom em cada umha das 4 províncias.

No **quadro 7.64** recolhemos a evoluçom registada a nível provincial polas cifras agregadas: número total de exploraçons, superfície total censada, e superfície média por exploraçom. Estas cifras refirem-se concretamente às "exploraçons individuais" com umha superfície igual ou superior a 1 he. É dizer, que estám excluídas aí: as unidades censadas maiores de 100 hes (que identificamos em toda a exposiçom com montes comuns); e também excluímos as exploraçons de superfície inferior a 1 he, devido à irregularidade da sua evoluçom nos censos agrários, e a que a sua inclusom deformaria as tendéncias nas cifras agregadas[307].

Iniciamos esta análise referindo-nos às **variaçons operadas no conjunto do período 1962-1989**. Aqui podemos comprovar que a conclusom esencial que obtinhamos para a totalidade de Galiza, é também aplicável em termos gerais para cada umha das províncias por separado: a magnitude das transformaçons que tivérom lugar na estrutura das exploraçons, foi em todas elas mui pequena. Assi, o aumento que experimentou a superfície média por exploraçom nesses 27 anos, nom alcança em nengumha das províncias o 35%; mentres que na CEE-10, como vimos antes, esse aumento foi no mesmo período superior ao 50%.

Dentro dessas coordenadas, definidas pola lentitude geral das mudanças, a evoluçom concreta apresenta sem embargo importantes divergéncias entre as 4 províncias **(ver apartado C do quadro 7.64)**:

i. No que respeita à desapariçom de exploraçons, as cifras indicam que esta alcançou a sua máxima intensidade em Pontevedra, e a mínima em Ourense; quedando as outras duas províncias numha posiçom intermédia. Concretamente, no primeiro caso o número total de exploraçons reduziu-se entre 1962 e 1989 num 28,1%; em Ourense a caída foi só do 12,9%, isto é

---

[307] No quadro A.7.14 do Anexo estatístico reproduzimos os resultados completos que oferecem para cada província os sucessivos censos agrários (incluídos os dous grupos de exploraçons que acabamos de citar).

menos da metade da anterior. Finalmente, as províncias de A Corunha e Lugo registam umha cifra intermédia e bastante similar: -17,1%, e -18,2%, respectivamente.

ii. As diferéncias provinciais, ainda que também existem, som muito menores no que se refire à evoluçom da superfície total censada. Esta experimentou nas 4 províncias umha diminuçom comprendida entre o -4,4% e o -7,6%.

iii. Isto último fai que as divergéncias no ritmo de desapariçom de exploraçons, se traduzam aproximadamente num contraste paralelo em quanto ao aumento da superfície média por exploraçom. Esta dimensom média registou o incremento mais forte em Pontevedra (+32,3%), e o menor em Ourense (+9,0%); quedando A Corunha e Lugo com umha evoluçom intermédia (+11,4% e +16,8%, respectivamente).

Dacordo com estes dados, Pontevedra aparece pois como a província na que a estrutura das exploraçons experimentou umhas mudanças mais importantes ao longo das três últimas décadas. Por um lado, a desapariçom de exploraçons alcançou aqui umhas taxas mui superiores às registadas no resto de Galiza. E ademais, isso foi acompanhado da mobilizaçom da maior parte das terras liberadas por essas exploraçons, da transferéncia destas terras a outras unidades de produçom. Deste modo, a superfície média por exploraçom elevou-se em aproximadamente 1/3 entre 1962 e 1989; um aumento que no contexto da CEE resulta mui modesto, pero que em relaçom á média galega é considerável.

A outra província meridional, Ourense, representa o extremo contrário, com um incremento da superfície média por exploraçom que nom chegou ao 10%. E ficam as duas províncias septentrionais, onde esse aumento foi de magnitude intermédia, ainda que mais próximo ao registado em Ourense. Umha conclusom a destacar é que, dacordo sempre com estas cifras, os contrastes provinciais devem-se fundamentalmente ao primeiro componente ou condicionante das transformaçons: a intensidade da desapariçom de exploraçons. As diferéncias no segundo dos componentes, o grau de mobilidade das terras liberadas, com o seu reflexo na evoluçom da superfície total censada, fórom muito menos relevantes.

Esses som os resultados que se obtenhem tomando o conjunto do período 1962-1989, comparando em cada província as cifras do Censo agrário de 1962 com as que oferece o Censo de 1989. Essa imagem necessita sem embargo importantes matizaçons, devido em concreto à irregularidade da evoluçom registada no primeiro período intercensal, 1962-1972.

Quadro 7.64. Evoluçom do número e a superfície média das exploraçons individuais (1) com superfície total >= 1 he. Dados por províncias 1962-1989.

A. CIFRAS EM CADA DATA.

	1962	1972	1982	1989
-No. total de exploraçons				
-A Corunha	82437	82386	71320	68380
-Lugo	74213	72404	62968	60721
-Ourense	66600	66370	60819	58033
-Pontevedra	50980	54784	41965	36669
-Sup. total censada (hes)				
-A Corunha	455186	485321	441039	420434
-Lugo	546289	535668	504000	522072
-Ourense	248900	272671	252393	236423
-Pontevedra	152918	185540	160085	145524
-Superfície/explor. (hes)				
-A Corunha	5,52	5,89	6,18	6,15
-Lugo	7,36	7,40	8,00	8,60
-Ourense	3,74	4,11	4,15	4,07
-Pontevedra	3,00	3,39	3,81	3,97

B. VARIAÇOM EM CADA PERIODO INTERCENTAL (em % sobre a cifra inicial).

	1962-72	1972-82	1982-89
-No. total de exploraçons			
-A Corunha	-0,1%	-13,4%	-4,1%
-Lugo	-2,4%	-13,0%	-3,6%
-Ourense	-0,3%	-8,4%	-4,6%
-Pontevedra	7,5%	-23,4%	-12,6%
-Sup. total censada (hes)			
-A Corunha	6,6%	-9,1%	-4,7%
-Lugo	-1,9%	-5,9%	3,6%
-Ourense	9,6%	-7,4%	-6,3%
-Pontevedra	21,3%	-13,7%	-9,1%
-Superfície/explor. (hes)			
-A Corunha	6,7%	5,0%	-0,6%
-Lugo	0,5%	8,2%	7,4%
-Ourense	9,9%	1,0%	-1,8%
-Pontevedra	12,9%	12,6%	4,0%

C. VARIAÇOM REGISTADA NO CONJUNTO DO PERIODO ESTUDADO.

	1962-89	1972-89
-No. total de exploraçons		
-A Corunha	-17,1%	-17,0%
-Lugo	-18,2%	-16,1%
-Ourense	-12,9%	-12,6%
-Pontevedra	-28,1%	-33,1%
-Sup. total censada (hes)		
-A Corunha	-7,6%	-13,4%
-Lugo	-4,4%	-2,5%
-Ourense	-5,0%	-13,3%
-Pontevedra	-4,8%	-21,6%
-Superfície/explor. (hes)		
-A Corunha	11,4%	4,4%
-Lugo	16,8%	16,2%
-Ourense	9,0%	-0,8%
-Pontevedra	32,3%	17,2%

(1) Por "exploraçons individuais" entendemos as exploraçons com terras de superfície total inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.

Ao efectuar a análise para o total de Galiza, aludimos já a este problema. Concretamente, víamos alí que entre os dous primeiros censos agrários produziu-se um incremento da superfície total censada; incremento que responde principalmente nom a mudanças reais, senom a umha melhora no registo estatístico, sobretodo para as exploraçons de dimensom média. Este fenómeno estatístico fai que nos dados apareza sobreestimada a concentraçom de exploraçons ocorrida realmente em Galiza no conjunto do período 1962-1989. Porque umha boa parte desta aparente concentraçom, com o aumento conseguinte do número de medianas e grandes exploraçons, corresponde-se em realidade com a melhora no registo destas exploraçons, que tivo lugar a partir do Censo de 1972.

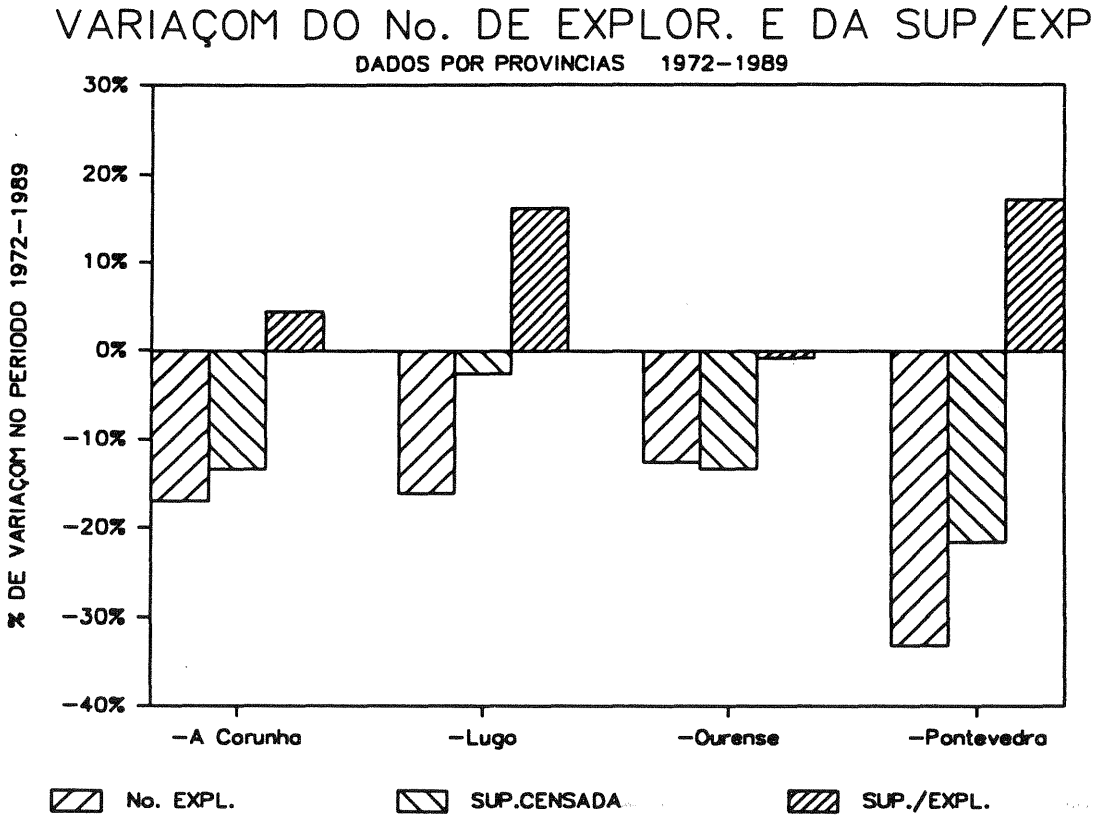
Isso era o que sucedia para o conjunto da agricultura galega. No quadro 7.64 podemos comprovar que esse problema afecta a todas as províncias, com a única excepçom da de Lugo. Pero a sua magnitude foi, nas outras três províncias, mui diferente; destacando neste aspeito a de Pontevedra, onde a superfície total censada aumentou entre 1962 e 1972 num 21,3% (ver apartado B do quadro 7.64).

Tendo em conta essas deficiéncias das cifras, parece aconselhável prescindir do primeiro período intercensal, e limitar-nos às variaçons operadas entre 1972 e 1989. A partir de 1972 foi realmente quando a desapariçom de exploraçons se iniciou em Galiza de forma clara, a taxas importantes. E portanto, é para o

período posterior a esta data, quando resulta significativo perguntar-se polas diferéncias existentes entre as mudanças registadas nas 4 províncias: observam-se divergéncias significativas na intensidade da desapariçom de exploraçons?; que sucede no referido à mobilidade das terras liberadas?.

Essas som as duas perguntas que trataremos de aclarar a continuaçom, tomando os dados para o **período 1972-1989**. Estes dados recolhemo-los no apartado C do quadro 7.64, e estám representados no **gráfico 7.31**.

Gráfico 7.31.



No que respeita ao **ritmo de desapariçom de exploraçons**, a imagem que nos encontramos aqui é mui similar à descrita anteriormente para o período 1962-1989: o processo alcançou a sua máxima intensidade na província de Pontevedra, onde o número de exploraçons diminuiu entre 1972 e 1989 num 33,1%; em Lugo e A Corunha a taxa foi semelhante, e aproximadamente a metade da registada no caso anterior (-17,0% em A Corunha e -16,1% em Lugo); e por último queda-nos Ourense, com umha reduçom de unicamente o 12,9% na cifra de exploraçons.

As dinámicas provinciais difirem também no que se refire ao segundo componente das mudanças: o **grau de mobilidade das terras**

liberadas, com o seu reflexo na evoluçom da superfície total censada. Concretamente, o contraste produze-se neste caso entre Lugo e o resto.

A província de Lugo foi, dacordo sempre com estas cifras, a única na que a maior parte das superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas, fórom transferidas a outras unidades de produçom, fazendo assi que a diminuçom da cifra de exploraçons se acompanhara de um aumento paralelo da sua superfície média. Em concreto, o descenso do número de exploraçons num 16,1%, foi acompanhado aqui de um incremento da superfície/ exploraçom num 16,2%, permanecendo a superfície total censada aproximadamente estável (diminuiu só num 2,3% entre 1972 e 1989).

Nas outras três províncias, em cámbio, os dados indicam que a maioria das terras liberadas quedárom desmobilizadas a efeitos agrários; polo que a desapariçom de exploraçons levou a um retrocesso paralelo da superfície total integrada em unidades de produçom agrárias, e nom a umha ampliaçom das exploraçons supervivintes.

Isso observa-se com umha grande nitidez nos casos de A Corunha e Ourense. Na primeira província, a reduçom do número de exploraçons num 17,0%, estivo associada a um retrocesso de quantia similar da superfície total censada (-13,4%), fazendo assi que a superfície média por exploraçom aumentara unicamente num 4,4% entre 1972 e 1989. Em Ourense, esse tipo de evoluçom deu-se de forma ainda mais acusada: a diminuçom da cifra de exploraçons num 12,6% acompanhou-se de umha caída mais forte da superfície total censada (-13,3%); de tal modo que a superfície/ exploraçom nom aumentou em absoluto (reduziu-se num 0,8% no período 1972-1989) (ver gráfico 7.31).

Os dados correspondentes a Pontevedra exigem um comentário mais detido. A intensidade relativamente elevada que alcançou aqui a desapariçom de exploraçons (o seu número reduziu-se num 33,1% no período 1972-1989), estivo acompanhada de um forte retrocesso da superfície total censada (-21,6%); o que nos indica que a maior parte das terras liberadas quedárom fora da produçom agrária. Apesar disso, podemos observar que a superfície média por exploraçom registou neste caso um aumento significativo, +17,3% entre 1972 e 1989 (ver gráfico 7.31). Agora bem, aqui é oportuno lembrar umha precisom que fixemos já noutras partes da análise: este último índice (a superfície/ exploraçom) é umha média estatística, que pode elevar-se como conseqüéncia unicamente da desapariçom de unidades de pequeno tamanho, sem que tenha lugar umha ampliaçom das exploraçons supervivintes. Isto foi substancialmente o que sucedeu na província de Pontevedra, dacordo com as cifras que estamos comentando. E portanto, o citado aumento da superfície média por exploraçom,

nom reflecte aqui um verdadeiro processo de redimensionamento das unidades produtivas.

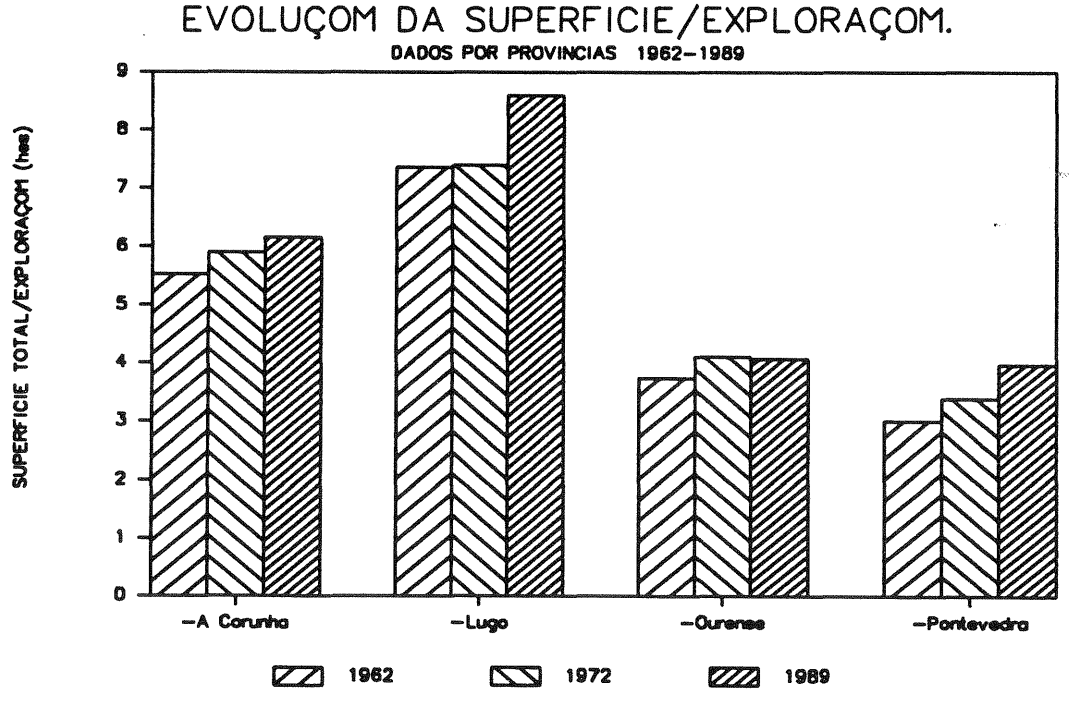
Resumindo, podemos caracterizar do seguinte modo as mudanças operadas em cada província durante o período 1972-1989:

-Na província de A Corunha, e de modo mais acusado ainda na de Ourense, a evoluçom estivo marcada por: a escassa intensidade da desapariçom de exploraçons; e a ausência de mobilidade das (poucas) terras liberadas. Como resultado disso, a superfície média por exploraçom permaneceu em ambos casos estancada durante esse período **(ver gráfico 7.32)**.

-Na província de Lugo, a magnitude das transformaçons estruturais viu-se limitada polo primeiro componente ou condicionante das mesmas: a desapariçom de exploraçons, que foi mui lenta. Nom ocorreu sem embargo o mesmo com o segundo factor condicionante, a mobilidade das terras liberadas. Assi, na medida em que se produziu a desapariçom de algumhas exploraçons, isto levou à ampliaçom das unidades supervivintes, e ao aumento conseguinte da superfície média por exploraçom (ver gráfico 7.32).

-Por último, Pontevedra apresenta umha evoluçom oposta à anterior, sendo aqui a escassa mobilidade das terras liberadas o factor que limitou as transformaçons. O ritmo de desapariçom de unidades produtivas foi, em cámbio, relativamente elevado.

Gráfico 7.32.



Esses comentários referiam-se às variaçons que se constatam no conjunto do período 1972-1989. A caracterizaçom que aí efectuamos sobre as diferéncias provinciais, ve reafirmada a sua validez se examinamos a evoluçom registada em cada um dos períodos intercensais, 1972-1982 e 1982-1989. A dinámica em cada província vem marcada, nos dous períodos, polos mesmos traços diferenciais que acabamos de sinalar (ver apartado B do quadro 7.64).

b. A evoluçom do número de exploraçons por grupos de tamanho.

Para nom extender-nos em excesso, limitaremo-nos aqui a comentar as variaçons que se registárom no período 1972-1989 (aquele para o que se obtenhem resultados significativos, dacordo com a análise anterior). Os dados correspondentes podem ver-se no **quadro 7.65**.

O primeiro feito a destacar nestas cifras é que nom se observa umha correlaçom, entre as características que apresentava inicialmente a estrutura das exploraçons em cada província, e a dinámica por grupos de tamanho que se registou no período 1972-1989. Assi, as tendéncias neste aspeito som as mesmas em Lugo, que era a província que partia de umha superfície média por exploraçom mais elevada, e em Pontevedra, que era a que tinha umha estrutura mais minifundista. Nos dous casos, a desapariçom de exploraçons afectou no período 1972-1989 aos grupos com umha superfície inferior a 20 hes[308], aumentando o número de unidades produtivas por encima desta dimensom. Essa mesma evoluçom constata-se também na província de A Corunha: diminue a cifra de exploraçons por baixo das 20 hes, e incrementa-se nas categorias de 20-50 hes e 50-100 hes. Por último, em Ourense a diminuçom produziu-se em todos os grupos de tamanho, com a única excepçom das maiores de 50 hes (ver quadro 7.65).

O outro aspeito no que devemos fixar-nos refire-se à magnitude alcançada polas variaçons nas diversas categorias. Por um lado, o ritmo de reduçom do número de exploraçons de pequeno e mediano tamanho; que nos reflecte a intensidade do processo de desapariçom registado nestes estratos. E por outra parte, a quantia na que aumentou a cifra de exploraçons nos intervalos superiores, que expressa a entidade do processo de redimensionamento efectuado, graças á mobilizaçom das terras liberadas.

[308] Exceptuado o das menores de 1 he. O número de exploraçons nesta categoria aumentou, dacordo com os censos agrários, nas 4 províncias (ver quadro 7.65).

Os dados confirmam aqui as conclusons que para cada província obtivemos antes, ao analisar a evoluçom das cifras agregadas; e permitem conhecer com maior detalhe o contido das mudanças operadas em cada caso.

Quadro 7.65. Variaçom do número de exploraçons agrárias por grupos de tamanho. Dados por províncias.

Tamanho (sup.total)	A CORUNHA 1962-89	A CORUNHA 1972-89	LUGO 1962-89	LUGO 1972-89
< 1 he.	-20,5%	11,3%	-23,6%	39,9%
1-5	-20,1%	-15,9%	-22,0%	-18,2%
5-10	-21,4%	-24,3%	-28,5%	-27,8%
10-20	-2,6%	-15,8%	-7,7%	-7,6%
20-50	32,1%	13,0%	27,2%	26,2%
50-100	39,3%	13,2%	266,7%	232,3%
TOTAL EXPLORAÇONS	-18,3%	-9,1%	-19,2%	-9,8%

Tamanho (sup.total)	OURENSE 1962-89	OURENSE 1972-89	PONTEVEDRA 1962-89	PONTEVEDRA 1972-89
< 1 he.	0,7%	63,9%	-0,4%	11,7%
1-5	-17,6%	-12,3%	-33,2%	-35,3%
5-10	-1,4%	-10,9%	-17,9%	-30,8%
10-20	33,7%	-19,6%	70,3%	-14,2%
20-50	63,8%	-30,6%	164,1%	35,3%
50-100	26,6%	131,4%	680,0%	372,7%
TOTAL EXPLORAÇONS	-8,9%	2,9%	-13,4%	-11,5%

Fonte: INE, Censos agrarios de 1962, 1972, 1982 e 1989.
Elaboraçom própria.
(As cifras de exploraçons e de superfície obtidas em cada censo figuram recolhidas no quadro A.7.14 do Anexo estatístico)

Assi, em Ourense observamos que se produziu umha diminuçom praticamente geral do número de exploraçons em todos os grupos de tamanho. Tam só aumentou esse número para as de 50-100 hes, e numha quantia que resulta em termos absolutos quase insignificante[309]. Isso reflecte o que antes indicamos para esta província: que as ampliaçons de exploraçons fórom aqui totalmente irrelevantes. Por outro lado, no quadro 7.65 vemos também que esta foi a província onde se registou umha menor caída da cifra de pequenas exploraçons. O que se corresponde com o outro feito constatado antes: a

[309] Os dados em termos absolutos podem encontrar-se no quadro A.7.14 do Anexo estatístico.

lentitude especialmente acusada que tivo aqui a desapariçom de unidades produtivas.

No caso de Pontevedra, observamos que a reduçom da cifra de pequenas exploraçons, alcançou as taxas mais elevadas das 4 províncias; mentres que o incremento do número de exploraçons maiores de 20 hes foi em termos absolutos mui pouco relevante (ver quadro A.7.14 do Anexo estatístico). Dados estes que ilustram o que se desprendia já das cifras agregadas: que a desapariçom de exploraçons alcançou nesta província umha intensidade relativamente importante; pero que isso foi acompanhado do abandono da maior parte das terras liberadas. De tal modo que o número de exploraçons superiores a certo umbral (20 hes neste caso) nom aumentou praticamente.

Tam só na província de Lugo este último incremento alcançou umha magnitude significativa, confirmando assi o que já antes sinalamos: que esta foi a única província onde tivo lugar umha reestruturaçom nom totalmente desdenhável; a única província na que o processo de desapariçom de exploraçons, permitiu umha certa ampliaçom das unidades supervivintes.

3.1.7. As divergéncias espaciais dentro da agricultura galega. II. A evoluçom do número e a superfície média das exploraçons por concelhos (1962-1989).

a. Precisons sobre os dados estatísticos.

A análise que efectuamos a continuaçom, vai-se referir exclusivamente às variaçons registadas no conjunto do período 1962-1989 polas cifras agregadas (número total de exploraçons, superfície global censada, superfície/ exploraçom). No processo de elaboraçom dos resultados a nível municipal, calculamos também de forma separada a evoluçom em cada período intercensal; e, assimesmo, obtivemos as variaçons ocorridas no número de exploraçons por estratos de tamanho. Sem embargo, para nom fazer excessivamente farragosa a exposiçom, prescindimos de cartografiar e comentar estas cifras; limitando-nos a analisar as variaçons experimentadas polos índices globais entre as duas datas extremas.

Deste modo, para caracterizar as mudanças operadas nos diferentes concelhos, utilizamos aqui três índices:

A: variaçom percentual do número total de exploraçons entre 1962 e 1989.

B: variaçom percentual da superfície total censada entre 1962 e 1989.

C: variaçom (também em %) da superfície média por exploraçom entre 1962 e 1989.

Os dados concretos a partir dos quais calculamos esses índices, correspondem neste caso ao total de exploraçons com terras registadas nos censos agrários. É dizer, que estám incluídas as maiores de 100 hes (que vinhemos assimilando a montes comuns); e também as menores de 1 he (que excluíamos nas cifras provinciais, devido à irregularidade da sua evoluçom). Esta forma de proceder vem-nos imposta pola informaçom disponível; já que os resultados a nível municipal publicados polos censos agrários, nom permitem separar a superfície correspondente às exploraçons maiores de 100 hes e às menores de 1 he[310].

A inclusom nas cifras dessas duas categorias de exploraçons tem importantes efeitos práticos, dando lugar a deficiéncias que devemos ter presentes:

-No que respeita ás unidades menores de 1 he, sabemos já que estas registam um evoluçom irregular nos censos agrários, aparecendo o seu número fortemente inflado no Censo de 1989. Portanto, a sua inclusom leva a subestimar de forma geral a diminuçom da cifra total de exploraçons, e também o possível aumento da superfície média por exploraçom. Ademais, é mais que probável que o inflamento do seu número em 1989 se produzira especialmente em certos municípios; polo que o sesgo será muito maior nuns casos que noutros.

-Polo que se refire ás exploraçons censadas maiores de 100 hes, a sua superfície total no conjunto de Galiza reduziu-se entre 1962 e 1989 num 13,0%, mentres que a superfície censada nas unidades por baixo desse límite (as "exploraçons individuais") descendeu só num 5,6%. Em conseqüéncia, a inclusom desse grupo nas cifras, leva a sobreestimar o retrocesso da superfície total integrada em exploraçons agrárias (com o efeito conseguinte sobre a evoluçom da superfície/ exploraçom). Ademais,

---

310 Isto só é possível no Censo de 1962, que é o único no que se oferece a distribuçom da superfície por estratos de exploraçons. Os três censos seguintes unicamente suministram o número de exploraçons em cada grupo.

ao igual que sucedia no caso anterior, este sesgo com toda seguridade afecta mais acusadamente a determinados concelhos[311].

Em resumo, pois, ao estar referidos ao total de exploraçons censadas, os resultados que imos analisar tendem a subestimar a diminuçom do número de exploraçons, e a sobreestimar a caída da superfície total ocupada polas unidades de produçom agrárias; resultando daí, como tendéncia global, umha subestimaçom do aumento que experimentou a superfície média por exploraçom. E ademais, esses problemas afectam de modo desigual aos diversos municípios, levando nalguns deles a umha forte deformaçom das tendéncias.

A essas deficiéncias das cifras, temos que acrescentar as que se derivam de outro fenómeno diferente: as oscilaçons no grau de exaustividade do registo estatístico efectuado polos sucessivos censos agrários. Esta é a única explicaçom possível para as variaçons que constatamos em bastantes concelhos. Assi, nalguns deles encontramo-nos com que o número de exploraçons se reduze entre dous censos em todos os grupos de tamanho, e a taxas elevadas. Noutros municípios, os dados registam a evoluçom inversa: aumenta a cifra de exploraçons em todos os intervalos dimensionais. Existem mesmo concelhos nos que se observam essas oscilaçons de signo contrário em dous períodos intercensais sucessivos: um forte aumento do número de exploraçons em todos os grupos, seguido de umha caída também forte em todas as categorias[312].

Das observaçons anteriores, desprende-se a necessidade de tomar com muita cautela a evoluçom a nível municípal que nos indicam as cifras para o período 1962-1989. Sem embargo, esses problemas nom invalidam totalmente a utilidade e a fiabilidade dos dados. Adoptando a precauçom necessária, e descartando aquelas evoluçons que resultam pouco plausíveis, podemos detectar ainda a existéncia de dinámicas mui diferentes dentro da geografia galega, no que respeita ás tendéncias da estrutura das exploraçons. É a búsqueda destas

---

311 Em concreto, aqueles nos que havia grandes exploraçons florestais censadas em 1962 e que nom som registadas em 1989. Esta variaçom estatística, que na maior parte dos casos nom responde a nengumha mudança real, dará lugar a umha caída da superfície total censada, com o efeito conseguinte sobre a superfície média por exploraçom.

312 Isto é por exemplo o que sucede no município de Sarria: no período 1962-72 o número de exploraçons incrementou-se em todas as classes de tamanho, resultando um aumento global do 58,4%; depois do qual, no período 1972-82, essa cifra reduziu-se em todos os grupos, sendo a variaçom global do -46,3%. Por citar outro caso, o concelho de Muinhos é um exemplo da evoluçom oposta: diminuçom em todos os grupos de tamanho no primeiro período, seguido de um aumento no período 1972-82. Os exemplos poderiam multiplicar-se.

regularidades e contrastes espaciais, o que constitue o principal objectivo da análise que oferecemos a continuaçom.

No **mapa 7.13** representamos a variaçom registada polo número total de exploraçons nos diversos municípios entre 1962 e 1989. No **mapa 7.14** está recolhida a variaçom da superfície total censada nesse mesmo período. Finalmente, no **mapa 7.15** figuram os valores do terceiro dos índices: a variaçom da superfície média por exploraçom. Imos referir-nos sucessivamente a cada um desses três índices estatísticos.

b. A evoluçom do número total de exploraçons.

No conjunto de Galiza, o número de "exploraçons com terras" reduziu-se durante o período 1962-1989 num 14,8%. A evoluçom apresenta, sem embargo, diferéncias mui fortes a nível municipal; oscilando desde o aumento num 69,9% registado no concelho de A Canhiça, até a diminuçom num 64,5% que se constata em Ponte-Cessures.

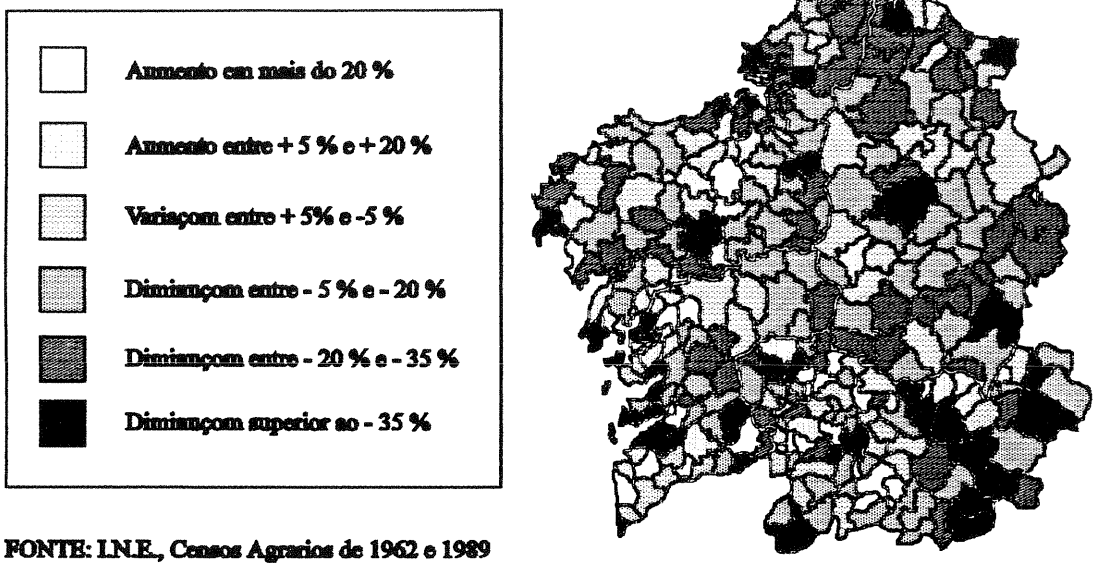
-Em primeiro lugar, encontramo-nos com 25 municípios (dos 312 existentes em Galiza), nos que a cifra de exploraçons se incrementou entre essas duas datas em mais do 20%; e outros 30 que registárom um aumento situado entre o 5% e o 20%. Em total, pois, som **55 concelhos onde o número de unidades censadas aumentou claramente (em mais do 5%)**; o que em princípio podemos interpretar dizendo que neles se produziu umha fragementaçom na estrutura das exploraçons.

No **mapa 7.13** vemos que esses concelhos aparecem distribuídos por zonas mui diversas da geografia galega. Pero, na sua maioria, estám concentrados em certas áreas de características similares: comarcas que partiam em 1962 de umhas exploraçons de mui reduzida superfície, e que registam umha elevada difusom da agricultura a tempo parcial. Assi, figuram aqui: muitos municípios das Rias Baixas; um grupo numerosos deles situados em torno à cidade de Ourense e no Ribeiro do Avia; e também alguns localizados nas proximidades do núcleo de A Corunha.

-O extremo oposto está representado polos **42 municípios que registárom umha diminuçom do número de exploraçons, no período 1962-1989, superior ao 35%**; o que no contexto galego supom umha desapariçom de unidades produtivas de elevada intensidade. Estes concelhos apresentam umha localizaçom bastante definida, concentrando-se em dous tipos de zonas de características mui diferentes (ver mapa 7.13):

MAPA 7.13.

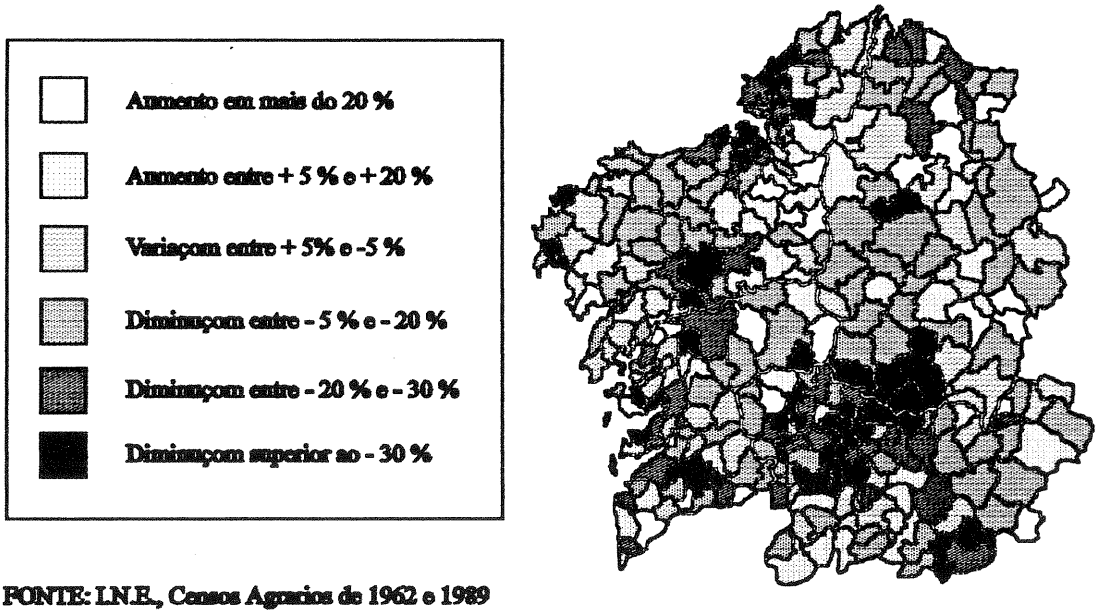
VARIAÇOM DO NÚMERO TOTAL DE EXPLORAÇONS COM TERRAS. 1962-2989



FONTE: I.N.E., Censos Agrarios de 1962 e 1989

MAPA 7.14.

VARIAÇOM DA SUPERFICIE TOTAL CENSADA 1962-2989



FONTE: I.N.E., Censos Agrarios de 1962 e 1989

-Por umha parte, encontramos aqui os municípios das principais cidades galegas e outros adjacentes ou do seu entorno mais imediato (Ferrol-Fene, A Corunha-Sada, Santiago, Vigo-Mos e a maior parte do Morrazo, Lugo, Vilagarcia de Arousa,...).

-O outro tipo de áreas nas que a desapariçom de exploraçons alcançou umha forte intensidade, som algumhas das comarcas mais montanhosas da nossa geografia (O Caurel, as serras de Queixa e Sam Mamede, ...).

Entre esses dous grupos extremos, quedam a maior parte dos municípios de Galiza (exactamente 215 dos 312), nos quais o número de exploraçons permaneceu aproximadamente estável entre 1962 e 1989, ou bem experimentou um descenso moderado (inferior ao 35%). Em concreto, distinguimos aqui três categorias: em 51 concelhos a cifra de exploraçons registou um aumento ou diminuçom inferior ao 5%; noutros 97 (o conjunto mais numeroso) produziu-se umha reduçom situada entre o -5% e o -20%; e finalmente restam 67 nos que a variaçom se situa entre o -20% e o -35%.

Estas três categorias de municípios aparecem repartidos por àreas mui diversas, sem que a primeira vista a sua distribuçom geográfica apresente regularidades mui definidas. Nom obstante, dentro dessa dispersom, um exame mais detido permite detectar alguns fenómenos significativos:

-O primeiro tipo de evoluçom (a **estabilidade aproximada do número de exploraçons**), encontramo-lo em muitos concelhos contíguos a aquelas comarcas onde se produziu um aumento da cifra de exploraçons censadas. Isto é o que sucede em especial: na península do Salnés, no Baixo Minho, e também em municípios localizados no entorno dos núcleos de A Corunha e Ourense (ver mapa 7.13). Em todos estes casos, a estabilidade que amostra a cifra de exploraçons durante as últimas décadas, parece que poderia vincular-se com a difusom da agricultura a tempo parcial, derivada da existéncia de oportunidades de emprego nas proximidades[313].

-O terceiro tipo de evoluçom que citamos pode catalogar-se como umha **desapariçom de exploraçons de intensidade média** (variaçom entre -20% e -35%). Pois bem, no mapa 7.13 observa-se que esta evoluçom foi especialmente freqüente em comarcas de montanha ou áreas próximas (a zona das Montanhas Septentrionais; numerosos concelhos das Montanhas Orientais de Lugo e as suas estribaçons; as serras de Suído e Aviom). Ao lado disso, encontramos também aqui à maioria dos municípios da franja costeira situada

---

[313] Sem embargo, hai que sinalar que essa mesma evoluçom constata-se também noutras comarcas, para as que a interpretaçom anterior nom parece que seja aplicável: a parte meridional da Terra Chá, o conjunto formado polos municípios de Silheda, A Estrada e Forcarei no nordeste de Pontevedra, ...

entre A Corunha e Ferrol. Vemos, pois, que existe um certo paralelismo entre a localizaçom deste grupo, e a que constatamos para aqueles casos em que a desapariçom de exploraçons foi de intensidade elevada (superior ao 35%).

-Finalmente, restam-nos os municípios nos que se registou um **descenso da cifra de exploraçons débil ou mui débil (de -5% a -20%)**, que constituem como já dixemos o grupo mais numeroso. Dentro da sua dispersom por toda a geografia galega, este tipo de evoluçom foi especialmente freqüente, e podemos dizer que aparece em certa medida como característico, das comarcas do interior com melhores condiçons naturais para a actividade agrária, que nas últimas décadas experimentárom umha maior modernizaçom, ligada à especializaçom gadeira e sobretodo ao dinamismo do sector lácteo. Concretamente, podemos citar aqui: a Meseta de Lugo, e o interior da província de A Corunha situado imediatamente ao oeste da Dorsal Galega.

Em definitiva, as deficiéncias que apresentam os dados dos censos agrários a nível municipal, impidem obter um quadro totalmente preciso e fiável sobre as variaçons experimentadas polo número de exploraçons nas diversas comarcas. Sem embargo, apesar desses problemas, as cifras permitem estabelecer algumhas conclusons relativamente sólidas:

i. Em primeiro lugar, compre destacar as **tendéncias que se constatam nas áreas próximas aos principais núcleos urbanos**, e em geral naquelas zonas de densidades demográficas mais elevadas e com umha maior difusom da agricultura a tempo parcial. **Encontramo-nos aqui com umha gradaçom espacial, de tal modo que: nos municípios urbanos e nos imediatamente contíguos a eles, registou-se umha forte diminuçom do número de exploraçons (acompanhada, como depois veremos, de um retrocesso paralelo da superfície agrária); mentres que nas áreas circundantes, a cifra de exploraçons aumentou ou permaneceu estável.**

   Essa evoluçom semelha bastante plausível, e deve ponher-se em relaçom com os efeitos que exercem os núcleos urbano-industriais sobre as zonas rurais próximas. Assi, nos concelhos limítrofes, a pressom exercida polos usos urbanos da terra é especialmente intensa, e leva à retirada da produçom agrária de muitas superfícies, a um forte retrocesso do espaço agrário (pola sua conversom em solares para a construçom). Nas zonas circundantes, em cámbio, o efeito mais importante que se deriva dos núcleos urbanos consiste na expansom da agricultura a tempo parcial; de tal modo que, diminuíndo intensamente a cifra de activos com dedicaçom principal na agricultura, o número de exploraçons permanece aqui estável ou aumenta.

A dinámica que acabamos de perfilar constata-se com especial claridade nas Rias Baixas. Em contraste com isso, na área de influéncia de A Corunha e Ferrol os dados sugirem que o segundo tipo de efeitos (a difusom da agricultura a tempo parcial) tivo umha relevância muito menor.

ii. **Nas comarcas de montanha, os dados indicam que a desapariçom de exploraçons alcançou umha intensidade relativamente elevada (sempre em relaçom á média galega).**

iii. **Por último, queda um amplo conjunto de zonas do interior, entre as que figuram aquelas com um maior dinamismo agrário nas últimas décadas. Ainda que a evoluçom foi aqui variável, globalmente estám caracterizadas por umha desapariçom de exploraçons de magnitude débil ou mui débil.**

c. A evoluçom da superfície total censada.

O segundo elemento que define ou condiciona as mudanças na estrutura dimensional das exploraçons, é a evoluçom da superfície total censada, a evoluçom do volume global de terras que estám integradas em unidades de produçom agrárias. As tendéncias neste aspeito apresentam também grandes diferéncias a nível municipal.

No conjunto de Galiza, a diminuçom do número de exploraçons num 14,8%, entre 1962 e 1989, foi acompanhada de um retrocesso da superfície total censada no 8,5% (fazendo deste modo que a superfície média por exploraçom se incrementara tam só num 7,5% durante estes 27 anos). Essa variaçom global agacha uns contrastes mui fortes a nível municipal: desde a evoluçom registada nos concelhos de A Rua e Sobrado, onde a superfície censada aumentou entre os Censos de 1962 e 1989 em mais do 100%, até a que se observa em A Capela, onde essa superfície diminuiu num 71,0%.

No **mapa 7.14** estám representados os valores deste índice nos diferentes municípios.

Em primeiro lugar, hai que sinalar que existe um bom número de concelhos, concretamente 69 dos 312, nos que a superfície censada aumentou no período 1962-1989 em mais do 5%. Nalgum caso, isto pode responder a mudanças reais. Pero na imensa maioria deles, esse incremento aparente é um fenómeno puramente estatístico, produto das lagoas que apresentava o registo efectuado no Censo agrário de 1962, e de que essa contabilizaçom foi mais

completa nos censos posteriores, e em concreto no de 1989. Portanto, à hora de interpretar as mudanças, podemos deixar de lado este primeiro conjunto.

Fixando-nos no resto dos concelhos, observa-se que a evoluçom mais freqüente consistiu num retrocesso da superfície censada entre o -5% e o -20%, que podemos catalogar como de intensidade moderada a mediana. Exactamente, figuram neste intervalo 101 municípios, aproximadamente 1/3 do total. E se a eles unimos os 49 nos que essa superfície permaneceu estável (aumento ou diminuçom em menos do 5%), temos em total à metade dos concelhos (150 dos 312).

Ao lado dessa evoluçom maioritária, encontramos sem embargo um número também importante de casos nos que a superfície censada, a superfície total integrada em exploraçons agrárias, experimentou durante o período um forte retrocesso, superior ao -20%. Concretamente, integram este conjunto 93 municípios: 44 que registárom umha reduçom situada entre -20% e -30%; e 49 nos que a caída foi maior do -30%. Imos centrar os nossos comentários nesta categoria, tratando de captar as possíveis regularidades na sua localizaçom.

A priori, o forte retrocesso da superfície censada que se regista nestes concelhos, pudo dever-se principalmente a dous tipos diferentes de factores: as perdas de território agrário a causa da pressom exercida polos usos urbanos e industriais do solo; ou bem, o abandono de superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas. A análise da distribuçom geográfica destes municípios pode permitir-nos dilucidar a importáncia relativa que tivérom um e outro tipo de factores. E, num plano mais geral, poderemos conhecer em que comarcas ou zonas da geografia galega tivo umha maior incidéncia o segundo elemento limitador das transformaçons estruturais: a auséncia de mobilidade das terras liberadas, e o retrocesso conseguinte da superfície integrada em exploraçons agrárias.

No mapa 7.14 observamos que esses municípios, que registárom umha caída da superfície censada superior ao 20%[314], tenhem umha localizaçom mui definida:

i. Umha grande parte deles estám situados dentro das duas principais áreas urbano-industriais de Galiza: a de Ferrol-A Corunha, e a de Vigo-Pontevedra. Ademais, encontramos também aqui outros concelhos urbanos ou do seu hinterland: as zonas em torno aos núcleos de Santiago e Ourense, Vilagarcia de Arousa,... .

ii. O outro conjunto geográfico no que se constata essa mesma evoluçom, está constituído por um área contínua que se extende desde a Terra de Lemos no

---

[314] Os dous últimos grupos diferenciados nesse mapa.

sul da província de Lugo em direcçom sul-sudoeste, incluíndo todo o quadrante central e norocidental da província de Ourense.

No primeiro caso, cremos que o forte retrocesso da superfície censada deve atribuir-se ao "efeito urbanizaçom", às conseqüências que sobre a utilizaçom e a mobilidade da terra tem a pressom dos usos urbanos do solo. Por umha parte, esta pressom dá lugar a perdas de território agrário, polo seu passo a usos urbanos. Pero, ademais disso, a competência exercida por estes usos nom agrários da terra tem um efeito mais amplo: bloquea a mobilidade das superfícies para fins agrários, fazendo que muitas extensons fiquem abandonadas em espera da sua venda como solares. Esta parece ser a explicaçom da evoluçom que se regista no primeiro grupo de concelhos. Neste sentido, os dados sugirem que o "efeito urbanizaçom" jogou em Galiza um importante papel, bloqueando a mobilidade da terra e as mudanças estruturais em boa parte do território.

Polo que respeita ao sul da província de Lugo e o centro e noroeste da de Ourense, semelha que o forte retrocesso da superfície integrada em exploraçons agrárias, deve atribuir-se ao abandono de terras procedentes de exploraçons desaparecidas. Sem que podamos precisar neste caso os factores explicativos; a causa de que a falta de mobilidade da terra e o abandono de superfícies agrárias, foram mais acusadas nesta área que noutras comarcas do interior de Galiza, e mesmo mais acusadas que nas zonas de montanha.

d. A variaçom da superfície média por exploraçom.

O resultado final das mudanças operadas na estrutura das exploraçons, reflecte-se neste terceiro e último índice: a variaçom da superfície média por exploraçom. No conjunto de Galiza, este tamanho médio aumentou no período 1962-1989 unicamente num 7,5%. Isto deveu-se principalmente à escassa magnitude da desapariçom de exploraçons; ao que se sumou a falta de mobilidade das terras liberadas, e a sua conseqüência: a importante reduçom da superfície total censada.

No **mapa 7.15** representamos a evoluçom registada pola superfície média das exploraçons a nível municipal. Analisando estes dados, conjuntamente com os representados nos dous mapas precedentes, podemos conhecer o contido e o resultado das mudanças nas diversas comarcas.

O primeiro feito a destacar refire-se à distribuçom numérica dos concelhos segundo o valor desse índice. Observamos aqui que, dos 312 municípios nos que se divide Galiza, em 57 a superfície média por exploraçom reduziu-se entre 1962 e 1989 em mais do 20%; noutros 64 a variaçom situa-se entre -5% e

-20%; e em 33 esse tamanho médio permaneceu aproximadamente estável (aumentou ou diminuiu em menos do 5%) . Em conjunto, os três grupos sumam 154 municípios, o 49,4% do total. Portanto, temos que **na metade dos concelhos galegos o tamanho médio das exploraçons mantivo-se durante as três últimas décadas constante, ou bem experimentou umha diminuçom**, acentuando-se deste modo o elevado minifundismo que neles existia a princípios dos anos 60.

Esses som os resultados que se desprendem das cifras oferecidas polos censos agrários. Em realidade, o descenso da superfície/ exploraçom está influído em muitos casos polas irregularidades ou deficiéncias dos dados estatísticos; e isso nom se corresponde, pois, com um fenómeno real. Assi, nalguns concelhos essa evoluçom aparente é conseqüéncia, ao menos em parte, do inflamento da cifra de exploraçons menores de 1 he que se produziu no Censo de 1989. E noutros, a diminuçom da superfície/ exploraçom deve-se, parcial ou totalmente, a que deixárom de ser censadas grandes extensons florestais, que si foram registadas em 1962[315].

Essas precisons obrigam a matizar a evoluçom que para alguns concelhos oferecem os dados estatísticos. Pero nom invalidam totalmente, sem embargo, a conclusom geral antes exposta: numha parte importante do território galego, a superfície média das exploraçons agrárias permaneceu nos últimos 30 anos estancada, ou experimentou um descenso.

Excluído o conjunto anterior, quedam 158 municípios nos que esse tamanho médio si aumentou entre 1962 e 1989. Pero na maior parte deles o incremento foi mui limitado. Concretamente: em 61 o aumento situa-se entre o 5% e o 20%; 45 registárom umha variaçom entre +20% e +35%; e tam só em 52 concelhos o crescimento da superfície/ exploraçom superou o 35%.

Passamos a examinar a distribuçom geográfica de cada um desses grupos, tratando de detectar as principais regularidades existentes.

1. Começamos polos **municípios nos que a superfície média das exploraçons aumentou em mais do 20%**; isto é, os que formam as duas últimas categorias distinguidas no mapa 7.15. O seu número ascende a 97 (o 31% do total), e podemos ver nesse mapa que estes estám localizados fundamentalmente em dous tipos de comarcas:

-Por umha parte, temos um bom número deles ubicados em zonas de montanha. Concretamente, figuram aqui: a maior parte das Montanhas Septentrionais, muitos municípios das Montanhas Orientais de Lugo (serras

---

315 Isto dá lugar a umha caída da superfície total censada, superior à diminuçom da cifra de exploraçons; de onde resulta um descenso da superfície/ exploraçom.

de Os Ancares e o Caurel), e também muitos da área montanhosa do leste de Ourense (serras de Queixa e Sam Mamede, e Montes de Pena Trevinca).

-Ao lado disso, esta evoluçom constata-se também nalgumhas comarcas situadas no interior das províncias de Lugo e A Corunha: umha parte da Terra Chá, a zona da Meseta de Lugo ubicada em torno ao município de Sarria, e a franja do interior de A Corunha localizada imediatamente ao oeste da Dorsal Galega (desde Monfero no norte até as terras de Arçua e Melide no sul).

Em todas essas áreas a desapariçom de exploraçons foi, como podemos comprovar voltando ao mapa 7.13, relativamente intensa; sobretodo nas zonas de montanha. E essa desapariçom acompanhou-se, segundo os dados dos censos agrários, da mobilizaçom da maior parte das terras liberadas, da incorporaçom destas terras às unidades supervivintes[316]. Como conseqüência, estas fórom as comarcas nas que se produziu um maior aumento da superfície média por exploraçom; em realidade, as únicas de toda Galiza onde esse tamanho médio registou um incremento significativo.

No mapa 7.15 observamos que, aparte dessas zonas, hai outros municípios nos que a superfície/ exploraçom experimentou um aumento importante, superior ao 20% ou mesmo por encima do 35%. Concretamente, isto sucedeu em bastantes concelhos das Rias Baixas e doutras comarcas próximas a núcleos urbanos. Agora bem, na grande maioria destes casos, o incremento do tamanho médio das exploraçons nom se corresponde com um processo de redimensionamento, de mobilidade da terra entre unidades de produçom; senom que se trata só de umha elevaçom dessa média estatística, que é fruto da forte desapariçom de pequenas exploraçons. Dito noutras palavras, as tendéncias que nos encontramos aqui venhem definidas por: umha intensa diminuçom do número de exploraçons; e um retrocesso forte também da superfície total censada. Apesar disto último, a superfície/ exploraçom elevou-se de forma significativa; mas isto nom é produto de umha reestruturaçom, senom só de que as unidades que sobrevivem som aquelas de maior dimensom[317]. O traço

---

316 Isto reflecte-se em que a superfície censada em nengum destes concelhos diminuiu em mais do 20% (ver mapa 7.14).

317 Alguns exemplos servem para ilustrar o que afirmamos. Assi, no município de Santiago de Compostela, o número de exploraçons diminuiu entre 1962 e 1989 num 61,8%; a superfície censada reduziu-se num 46,2%; e o saldo foi um incremento da superfície/ exploraçom num 40,8%. No concelho de Vigo, os valores dos três índices som, respectivamente: -42,5%, -23,9%, e +32,3%. E no de Ferrol som: -37,6%, -22,5%, e +24,2%.

esencial que define as mudanças nestas áreas é em realidade: o acusado retrocesso do espaço agrário, conseqüéncia do "efeito urbanizaçom".

2. Um segundo conjunto está integrado polos **municípios nos que a superfície média por exploraçom registou um aumento débil ou mui débil (entre +5% e +20%)**, 61 em total. Estes aparecem dispersos por zonas mui diferentes da agricultura galega, pero concentram-se especialmente em determinadas comarcas do interior das províncias de Lugo e Ourense (a parte central da Meseta de Lugo, o tércio meridional desta província, e umha boa parte da Limia em Ourense).

As mudanças que se produzírom nestas áreas venhem definidas em geral por: umha desapariçom de exploraçons mui moderada, e um retrocesso claro ainda que nom mui intenso da superfície total censada. Daí resulta o débil incremento do tamanho médio. Os dados sugirem, portanto, que o principal factor que limitou a ampliaçom desse tamanho médio foi aqui a lentitude da desapariçom de exploraçons; acrescentando-se a isto com freqüéncia o abandono de boa parte das (poucas) terras liberadas.

3. O seguinte grupo é o de aqueles **concelhos onde a superfície média das exploraçons agrárias permaneceu aproximadamente estável no período estudado (a variaçom situa-se entre -5% e +5%)**. Em geral, as mudanças caracterizam-se aqui por: umha desapariçom de exploraçons de débil magnitude; e um retrocesso de quantia similar da superfície total censada. Portanto, nestes casos confluem os dous tipos de limitaçons ou obstáculos às transformaçons estruturais: a lentitude da liberaçom de superfícies, e a ausência quase total de mobilidade das terras liberadas.

Os munícipios nos que se registou este tipo de evoluçom nom som mui numerosos (33), e aparecem dipersos por comarcas de características mui diversas. Podemos sinalar, nom obstante, a sua preséncia especialmente freqüente em duas zonas: a parte meridional da Terra Chá; e umha franja no ocidente da província de A Corunha.

4. Finalmente, queda-nos um conjunto mui numeroso de municípios, que registárom durante as três últimas décadas umha **reduçom nítida (em mais do 5%) da superfície média por exploraçom**. Concretamente, a sua cifra ascende a 121 (o 39% do total), e como pode ver-se no mapa 7.15 estám concentrados em duas grandes áreas da geografia galega:

i. A primeira é umha ampla franja que se extende, de norte a sul, por todo o tércio ocidental de Galiza. Partindo da comarca de Ferrol, esta franja continua pola zona em torno ao núcleo de A Corunha; desde aí segue até Santiago de Compostela, e prolonga-se depois polas Rias Baixas e o Baixo Minho. Esse "corredor" que acabamos de descrever, corresponde-se com a área que

experimentou um maior dinamismo demográfico e económico ao longo das últimas décadas; e na actualidade é aqui onde se registam as densidades de populaçom mais elevadas de toda Galiza.

Em todo esse "corredor", o tamanho médio médio das exploraçons agrárias experimentou umha reduçom entre 1962 e 1989. Ainda que isto derivou-se de dous tipos de evoluçom diferentes:

-Nalguns concelhos produziu-se o que propriamente podemos catalogar como umha fragmentaçom na distribuçom da terra: aumentou o número de exploraçons, e concretamente o número de unidades de pequena dimensom, reduzindo-se a superfície média por exploraçom.

-Noutros casos, sem embargo, a cifra de exploraçons diminuiu; e a caída da sua superfície média deveu-se a um retrocesso mais forte da superfície total censada. É dizer, que neste segundo suposto o fenómeno a salientar, e o traço que marcou a evoluçom, foi o forte retrocesso do espaço agrário[318].

Tanto num caso como no outro, cremos que a evoluçom está estreitamente relacionada com os efeitos exercidos polos núcleos urbanos sobre os espaços agrários próximos. Neste sentido, os dados sugirem que esses efeitos condicionárom decisivamente a dinámica da estrutura das exploraçons em toda essa extensa área da geografia galega.

Os citados efeitos som de dous tipos:

-Por um lado, a existéncia de oportunidades de emprego nom agrário nas proximidades, impulsou nestas comarcas a expansom da agricultura a tempo parcial; freando deste modo a desapariçom de exploraçons, ou levando mesmo à sua multiplicaçom.

-E por outra parte, a competéncia exercida polos usos urbanos e industriais do solo, deu lugar a importantes perdas de território agrário; e, sobre umha extensom muito mais ampla, bloqueou a mobilidade da terra para fins agrários.

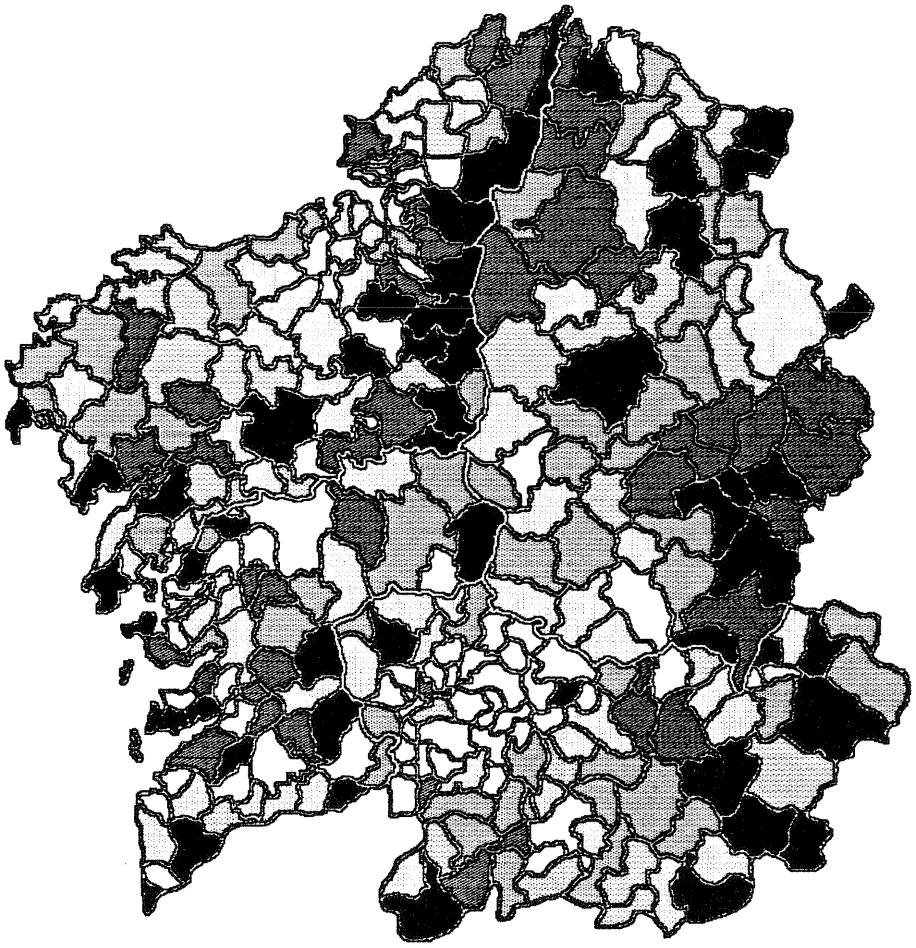
ii. Ademais da zona anterior, a superfície média por exploraçom diminuiu também noutro amplo conjunto geográfico, que se extende de forma contínua polo extremo meridional da província de Lugo (Terra de Lemos e ribeiras do Sil), e por todo o quadrante norocidental da província de Ourense.

---

[318] Na prática, existem bastantes concelhos nos que se combinárom os dous fenómenos citados: incremento do número de exploraçons, e retrocesso da superfície censada. Assi, por exemplo, em Nigrám a cifra de exploraçons aumentou num 13,2%, ao mesmo tempo que a superfície censada se reduziu num 19,4%. E umha evoluçom análoga observa-se em Baiona, Redondela,... .

MAPA 7.15.

VARIAÇOM DA SUPERFICIE MÉDIA POR EXPLORAÇOM. 1962-1989



Diminuçomm superior ao - 20 %

Diminuçom entre - 5 % e - 20 %

Variaçom entre -5 % e + 5 %

Aumento entre + 5 % e + 20 %

Aumento entre + 20 % e + 35 %

Aumento superior ao + 35 %

FONTE: I.N.E., Censos Agrarios de España de 1962 e 1989

Dentro deste extenso conjunto, devemos distinguir dous tipos de comarcas; porque a evoluçom concreta que sinalam as cifras difire entre elas, e o mesmo sucede com os possíveis factores explicativos dessa evoluçom.

-Em primeiro lugar, temos aqui umha zona que comprende o entorno da cidade de Ourense e o Ribeiro do Avia, comarcas estas que se caracterizam por umhas densidades demográficas relativamente elevadas, e a importante difusom que regista a agricultura a tempo parcial. A evoluçom que os dados indicam para a maior parte dos municípios desta área, vem definida por: a estabilidade ou o aumento do número de exploraçons; e um forte retrocesso da superfície integrada em unidades de produçom agrárias. Aqui cremos que som aplicáveis, em linhais gerais, a interpretaçom e os factores explicativos que sinalamos para a zona anterior.

-Isto último nom é válido para outras muitas comarcas, nas que também se reduziu a superfície média das exploraçons: umha grande parte das ribeiras do Sil, as comarcas de Celanova e O Carvalhinho, ... Nos municípios ubicados aqui, encontramos evoluçons diversas do número de exploraçons (desde um ligeiro aumento até umha intensa caída); pero o elemento característico, e o que determina a diminuçom do tamanho médio das exploraçons, é o forte retrocesso da superfície censada que se regista em todos eles. Tendo em conta as possíveis deficiéncias das cifras, a imagem que nos podemos formar para estas comarcas é a seguinte: nelas produziu-se umha desapariçom de exploraçons de intensidade mediana ou alta; e isto foi acompanhado de um abandono geralizado das terras liberadas. Deste modo, o que aparece como traço diferencial desta zona, em relaçom a outras áreas do interior de Galiza, é o grau especialmente elevado de imobilidade das superfícies liberadas.

Ao contrário do que sucedia para as zonas anteriores, nom dispomos polo momento de factores que podam explicar isto último.

Em resumo, pois, vemos como as cifras dos Censos agrários a nível municipal, apesar das suas grandes deficiéncias, permitem detectar claramente a existéncia de evoluçons diferentes da estrutura dimensional das exploraçons. E permitem também estabelecer algumhas relaçons, entre essa evoluçom e certos factores ou fenómenos que a priori condicionam as mudanças (ao influir no ritmo de desapariçom de exploraçons, como sucede por exemplo com a difusom da agricultura a tempo parcial; ou bem na mobilidade das superfícies liberadas, como ocorre com a pressom dos usos urbanos do solo). Neste sentido, aparte do aspeito puramente descritivo, da análise anterior desprendem-se também algumhas hipóteses explicativas, sobre os factores que obstaculizárom as transformaçons estruturais na agricultura galega, ao menos em determinadas comarcas. Na terceira parte da investigaçom abordaremos com maior detenimento o estudo desses factores explicativos.

3.2. A EVOLUÇOM DOS MODOS DE TENENCIA DA TERRA (1962-1989).

O estudo da evoluçom dos modos de tenéncia da terra constitue em boa medida um complemento da análise anterior, dada a estreita relaçom que isso tem com a dinámica da estrutura das exploraçons. Para efectuar este estudo, e poder interpretar as variaçons que nos indicam os dados estatísticos, necessitamos sem embargo disponher de um mínimo esquema análitico. Por este motivo, antes de examinar as cifras correspondentes a Galiza, imos efectuar umhas breves aclaraçons sobre os mecanismos que condicionam a evoluçom dos modos de tenéncia.

Começando polo mais simple, referiremo-nos em primeiro lugar aos diversos supostos ou fenómenos que dam como resultado umha modificaçom no regime de tenéncia das terras. Depois trataremos de construir um esquema analítico mui singelo, sobre os principais processos que determinam a evoluçom neste aspeito, a evoluçom da importáncia dos diversos regimes. Completaremos esta exposiçom introdutória sinalando as tendéncias gerais que se constatam nos países da CEE e em Espanha ao longo das últimas décadas.

Umha vez feito isso, passaremos já a analisar as mudanças que se produzírom em Galiza durante o período 1962-1989; baseando-nos para isto nas cifras oferecidas polos sucessivos censos agrários.

3.2.1. Os processos que condicionam a evoluçom dos modos de tenéncia da terra. As tendéncias gerais registadas na CEE e em Espanha durante as últimas décadas.

a. Os diversos supostos ou fenómenos que dam lugar a umha variaçom no regime de tenéncia das terras.

Aqui trata-se tam só de aclarar, num plano puramente lógico, os diferentes supostos que tenhem como resultado umha alteraçom do modo de tenéncia no que estám umhas determinadas superfícies[319].

---

[319] Para esta exposiçom baseamo-nos em grande medida nas notas que som oferecidas no trabalho:
-BLATIN, D. / BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière. Les modes de faire-valoir. op. cit., pp. 5-7.

a1. O passo de superfícies de tenéncia directa a regimes indirectos.

Este primeiro tipo de modificaçom produze-se quando terras que eram trabalhadas directamente polo seu proprietário, passam a ser exploradas por umha persoa diferente daquela que detenta a propriedade.

O principal suposto no que isso tem lugar é com ocasom da desapariçom de exploraçons em tenéncia directa; concretamente, quando as superfícies assi liberadas som cedidas em arrendamento, polo antigo titular ou os seus herdeiros, a outro agricultor.

Outro suposto que pode levar a essa mesma modificaçom, relaciona-se com a transmissom herditária das exploraçons em tenéncia directa (que seguem "vivas"). Neste processo, umha parte das terras vam parar a maos dos coherdeiros que abandonárom a exploraçom. E no caso de que essas terras sejam cedidas ao sucessor a cámbio de umha renda, produzirá-se o seu passo a um regime indirecto. Hai que sinalar, nom obstante, que, falando em termos gerais, isto último é pouco freqüente. O habitual nestes casos é que as terras sejam "recompradas" polo sucessor (o filho que ficou na exploraçom); ou bem cedidas a este sem nengumha contrapartida, polo que seguirám classificadas em "tenéncia directa"[320].

Portanto, a expansom do volume de superfícies em regimes indirectos, está ligada esencialmente à desapariçom de exploraçons em tenéncia directa, e à cesom em arrendamento destas terras a outros agricultores.

a2. O passo de terras de regimes indirectos a tenéncia directa.

Estamos aqui perante a variaçom inversa à anterior: terras que estavam arrendadas ou em aparçaria, e que passam a ser exploradas em tenéncia directa.

---

[320] Fazemos aí umhas afirmaçons que som válidas em geral, pero que requeririam umhas maiores precisons (por exemplo, no que se refire às modalidades das cesons familiares, à existéncia ou nom de contrapartidas nestas cesons, ...). Neste sentido apontam os estudos realizados para outros países. A título de exemplo, consultar para o caso de França:

-BARTHELEMY, Denis, "Propriété foncière et formation de l'entreprise en agriculture.", em:

COMMISSARIAT GENERAL DU PLAN-INRA, Patrimoine et capital en agriculture., Paris, 1986, pp. 51-75.

Sem embargo, nom é este o lugar para extender-nos em precisons ao respeito.

Esta modificaçom pode operar-se por duas vias distintas; pode ser o resultado de dous processos diferentes:

-O primeiro consiste na compra polo arrendatário (ou aparceiro) da propriedade das terras que vinha trabalhando.

-O outro suposto é que o proprietário (antigo arrendador) recupere as terras que tinha cedidas, com o fim de explora-las ele directamente.

Existe ainda umha terceira possibilidade, cujo resultado é também o passo das terras a tenéncia directa, e que supom em certa medida umha combinaçom das duas anteriores: a venda das superfícies a outro agricultor (diferente do que as vinha trabalhando), que as destina ao seu cultivo directo.

a3. As ganáncias ou perdas de território agrário; os seus efeitos sobre a importáncia dos diferentes regimes de tenéncia.

As variaçons no peso dos diversos modos de tenéncia, podem dever-se nom a umha modificaçom no regime ao que estám sujeitas parte das terras, senom ao retrocesso ou ampliaçom da superfície de referéncia (a SAU ou a superfície total das exploraçons, segundo as estatísticas).

Assi, o abandono de superfícies que estavam trabalhadas em tenéncia directa, dará lugar, *caeteris paribus*, a um descenso no volume e a importáncia relativa das terras baixo este regime. E o mesmo sucede para o arrendamento e a aparçaria: o peso relativo destes regimes pode reduzir-se devido nom ao passo de terras a tenéncia directa, senom ao abandono de parte das superfícies que estavam arrendadas ou em aparçaria.

Um razoamento simétrico pode fazer-se para o caso inverso: a incorporaçom à produçom agrária de terras que estavam improdutivas ou destinadas a outros usos. Se isto é efectuado polos agricultores em terras da sua propriedade, aumentará a superfície em tenéncia directa. E ao contrário sucede se essas terras som tomadas em arrendamento.

Como depois veremos, estas precisons é oportuno te-las presentes, à hora de interpretar as variaçons que se constatam em Galiza nas últimas décadas.

b. A evoluçom da distribuçom da terra por modos de tenéncia; um esquema sintético sobre os principais processos que intervenhem aqui.

Para perfilar este esquema analítico, imos basear-nos principalmente na análise que sobre o tema realizam D. Blatin e A. Brun, num trabalho já citado anteriormente[321]. Como exponhem estes autores, as variaçons na distribuçom da superfície por modos de tenéncia, som o resultado de dous grandes tipos de processos:

i. O primeiro consiste nas transferéncias de propriedade da terra desde o sector agrário ao resto a sociedade, que se produzem ao través dos mecanismos herditários. Anualmente, umha parte das terras propriedade de agricultores som transferidas gratuitamente a persoas alheas ao sector, mediante as transmissons herditárias. Este fluxo é conseqüéncia da acçom dos sistemas de herdança, e da existéncia do éxodo agrário. Isto último fai que umha parte cada vez maior dos filhos de agricultores abandonem o sector; e com eles "escapa" a propriedade de umha parte das terras. Dado que o éxodo agrário é umha constante ao longo do processo de desenvolvimento económico contemporáneo, o citado fluxo de propriedade fora do sector constitue um fenómeno estrutural. Por esta razom, podemos denominar este primeiro componente, como fam D.Blatin e A.Brun, o "movimento estrutural" da propriedade da terra.

ii. Ao lado desse fluxo, os outros processos que determinam a evoluçom dos regimes de tenéncia da terra som: as transferéncias de propriedade realizadas no mercado de terras, ao través das compra-vendas; e a actuaçom do arrendamento, a importáncia que tenha este mecanismo na mobilizaçom das superfícies liberadas polas exploraçons desaparecidas.

Trataremos de aclarar brevemente a forma na que operam esses diversos processos, a relaçom existente entre eles, e o modo no que afectam à evoluçom dos modos de tenéncia.

---

321 Ver: BLATIN, D. / BRUN, A., Les agriculteurs et la propriété foncière... op. cit., pp. 7-21.

Umha exposiçom resumida das principais hipóteses que se formulam nesse estudo pode encontrar-se no trabalho:

-BRUN, André, "L'évolution du prix de la terre et de la répartition de la propriété foncière agricole.", Economie Rurale, no. 95, 1o. trimestre de 1973, pp. 3-21.

b1. As transferéncias de propriedade da terra desde os agricultores ao resto da sociedade, ao través dos mecanismos herditários.

Este fluxo está integrado em realidade por dous elementos ou duas correntes distintas, que compre diferenciar:

-A primeira relaciona-se com a divisom herditária das exploraçons em tenéncia directa, quando algum dos herdeiros continua na exploraçom. A acçom dos sistemas de herdança, leva aqui a que sejam transferidas fora do sector agrário as terras que correspondem aos co-herdeiros do sucessor.

-A segunda corrente é a que se deriva da desapariçom de exploraçons que estavam em tenéncia directa. Esta desapariçom, e a conseguinte liberaçom das superfícies, vai acompanhada da transmissom da propriedade das terras aos herdeiros do antigo titular; herdeiros que abandonárom todos eles a exploraçom familiar, e, no caso mais freqüente, deixárom também a agricultura.

A distinçom dessas duas correntes é necessária, porque o problema do destino das terras planteja-se de modo diferente num e outro caso. No primeiro, o desenlace habitual consiste em que os co-herdeiros vendam ou cedam as superfícies que herdárom, ao irmao que ficou na exploraçom; de tal modo que estas superfícies continuarám classificadas em tenéncia directa. Portanto, essa primeira corrente tem um interesse bastante secundário do ponto de vista da evoluçom dos modos de tenéncia; posto que normalmente nom dará lugar a modificaçons neste aspeito. Por este motivo, podemos aqui fazer abstracçom dela[322].

---

322 Isto nom quer dizer que a questom nom tenha relevância. O tema da divisom ou transmissom herditária do património agrário familiar tem, falando num plano geral, umha grande importância na agricultura galega. Pero esta nom se refire às implicaçons do processo sobre a evoluçom dos modos de tenéncia, senom a outras questons: o custo que isso supom para o sector agrário, o custo que implica para os agricultores que accedem à direcçom de umha exploraçom a recompra das terras aos co-herdeiros; as formas concretas que adoptam as cesons familiares, etc.

Analisamos esta problemática no trabalho:
-LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Os sistemas herditários e a problemática da reproduçom das exploraçons na agricultura galega. As transferéncias de capital a cada geraçom ligadas á propriedade da terra.", em:
PUY FRAGA, Pedro (Coord.), Estudios en Homenaje al Profesor Carlos G. Otero Díaz., Universidade de Santiago de Compostela, 1991, pp. 233-271.

A nossa atençom deve centrar-se no segundo fluxo: a transferéncia da propriedade das terras fora do sector agrário, que acompanha à liberaçom das superfícies em tenéncia directa. Este processo tem como conseqüéncia a reduçom do património fundiário em maos dos agricultores; e portanto, em auséncia de um movimento de sentido contrário ao través das compras no mercado de terras, tenderá a reduzir o volume de superfícies em tenéncia directa.

A importáncia quantitativa deste fluxo num espaço agrário determinado, dependerá esencialmente de dous factores: a proporçom da superfície total que estava em tenéncia directa ao início do período do que se trate; e a intensidade alcançada polo éxodo agrário. Quanto maiores sejam ambas, mais forte será a incidéncia do processo. Portanto, este "movimento ou efeito estrutural" é especialmente relevante naqueles países com um predomínio tradicional da tenéncia directa; e tende a reduzir neles o peso deste regime.

b2. O funcionamento do mercado de terras e do "mercado" de arrendamentos.

O processo que acabamos de descrever (a desapariçom de exploraçons em tenéncia directa), tem como resultado o colocar na posiçom de oferentes potenciais de terras livres a antigos agricultores-proprietários, ou bem aos herdeiros destes agricultores (que abandonárom o sector). A isso une-se outro fluxo de oferta potencial de terras livres, que tem a sua origem na desapariçom de exploraçons trabalhadas em regimes indirectos. Estas superfícies, ao igual que as anteriores, estám também em maos de proprietários nom agricultores; neste caso os antigos arrendadores.

Frente a essa oferta potencial, situa-se a demanda de terras livres exercida polos agricultores das proximidades; já seja esta referida à compra (demanda no mercado de terras), ou à toma de superfícies em arrendamento.

A confrontaçom entre a oferta potencial e a demanda de terras polos agricultores, pode resolver-se basicamente de trés formas. Ou, dito noutras palavras, aquelas superfícies liberadas tenhem trés destinos possíveis:

-O primeiro consiste na sua compra por um agricultor, que as destina a ampliar a sua unidade de produçom.

-A segunda possibilidade é que o proprietário ceda as terras em arrendamento a um agricultor.

-Por último, pode suceder que o dono conserve a propriedade das terras, sem cede-las para o seu aproveitamento agrário; quedando pois abandonadas. Ou bem, que as destine ele, ou as venda, para usos nom agrários.

Os factores que condicionam o resultado dessa confrontaçom, e o destino das terras liberadas, som sumamente complexos; porque aqui está implicada toda a problemática da mobilidade da terra, com a enorme diversidade de elementos que incidem nela. Neste ponto nom se trata, sem embargo, de examinar esses factores condicionantes; a isto referiremo-nos na terceira parte da investigaçom. Aqui pretendemos unicamente aclarar, num plano analítico, as conseqüéncias que se derivam em cada caso para a evoluçom dos modos de tenéncia da terra.

-A primeira possibilidade era a adquisiçom das terras por agricultores, a mobilizaçom das superfícies liberadas ao través das compra-vendas. Estas compras efectuadas por agricultores, tenhem como resultado o aumento das superfícies em tenéncia directa, contrarrestando assi, total ou parcialmente, os efeitos do "movimento estrutural" antes exposto.

-Em cámbio, se a via predominante de mobilizaçom das terras é o arrendamento, isto tenderá a elevar a importáncia deste regime, e em geral dos regimes de tenéncia indirectos[323].

Toda essa exposiçom referia-se aos processos relacionados com a liberaçom de superfícies e a sua mobilidade. Aos fluxos citados hai que acrescentar outros dous tipos de fenómenos, que podem afectar às terras que estavam em regimes indirectos, e tenhem como resultado o seu passo a tenéncia directa: a compra da propriedade das terras polos arrendatários ou aparceiros que as vinham trabalhando; e a recuperaçom destas superfícies por parte do proprietário para o seu cultivo directo.

Resumindo, podemos afirmar pois que a evoluçom do reparto da superfície por modos de tenéncia, depende basicamente de três tipos de movimentos ou factores:

i. O primeiro é a importáncia que tenha o "movimento estrutural" da propriedade da terra. Esta importáncia, como vimos, será maior nas áreas de predomínio tradicional da tenéncia directa, tendendo a elevar nestas áreas o peso dos regimes indirectos.

---

[323] Sendo mais precisos, isso fará que aumente a importáncia do arrendamento no caso das áreas de predomínio tradicional da tenéncia directa. Nos países com um predomínio tradicional dos regimes indirectos, o resultado seria o mantenimento desta situaçom (já que o que sucederia é que terras que estavam trabalhadas nestes regimes seriam cedidas de novo a um agricultor diferente).

ii. O segundo elemento condicionante vem dado pola importáncia relativa das compra-vendas e o arrendamento, como mecanismos de mobilidade da terra.

iii. Finalmente, intervenhem os dous últimos fenómenos que acabamos de sinalar, a relevância que tenham estes (as compras de terras polos arrendatários, e a assunçom polos proprietários de terras arrendadas do seu cultivo directo).

Referindo-nos em concreto à superfície em tenéncia directa, a variaçom do seu volume é o resultado, o saldo, de dous movimentos de sentido contrário: as perdas de património fundiário que sofre o sector agrário como conseqüéncia das transmissons herditárias; e o volume das compras netas de terras efectuadas polo sector a outros grupos sociais. Podemos estabelecer assi a seguinte identidade contável: Variaçom do volume de superfície em tenéncia directa = Compras netas de terras realizadas polo sector agrário - Transferéncias de propriedade fora do sector efectuadas mediante as transmissons herditárias[324].

c. As tendéncias gerais que se constatam na CEE e em Espanha ao longo das últimas décadas.

c1. As tendéncias gerais observadas nos países da CEE.

Dentro da CEE, existem grandes diferéncias no que respeita à distribuçom da superfície das exploraçons por modos de tenéncia. Assi, se tomamos em concreto os estados que formavam a CEE-9 e os dados referidos a meiados da década de 1960, podemos ver que a situaçom oscilava entre: Bélgica, num extremo, que se caracterizava por um forte predomínio do arrendamento (neste país só o 29,3% da SAU era explorada em tenéncia directa); e Irlanda, no extremo contrário, que registava um predomínio abrumador das terras trabalhadas em propriedade (o 96,5% da SAU estava aqui em tenéncia directa). Entre esses dous límites quedavam os restantes 7 estados, a maioria com umha percentagem da SAU em cultivo directo situada entre o 50% e o 70%[325].

---

[324] Um desenvolvimento detalhado desta identidade contável e dos seus diferentes elementos pode encontrar-se no estudo:
-BLATIN, D./ BRUN, A., op. cit., pp. 11-16.

[325] Ver infra: quadro 7.67.

A evoluçom experimentada polos modos de tenéncia ao longo das três ou quatro últimas décadas, variou também notavelmente de uns a outros países. Feito este que resulta facilmente explicável, se temos em conta a diversidade e complexidade dos factores que condicionam essa evoluçom.

Deste modo, fai-se difícil estabelecer neste aspeito umhas pautas ou regularidades, comuns a todos os países comunitários. E resulta mais problemático ainda o pretender oferecer um esquema interpretativo simples, que dea conta dessa evoluçom[326]. Apesar de todo, a informaçom empírica e os estudos disponíveis permitem detectar a existéncia de algumhas tendéncias gerais, comuns à maioria das agriculturas europeias. Trataremos de resumi-las de modo esquemático.

-O primeiro fenómeno a destacar é a tendéncia geral à expansom dos modos de tenéncia "mixtos", e a reduçom simultánea da importáncia da tenéncia directa "pura". Na maioria dos países, aumentou durante as últimas décadas a proporçom de exploraçons em regimes "mixtos", que combinam terras em propriedade com outras arrendadas; e diminuiu, em cámbio, a percentagem das unidades com todas as terras em propriedade[327].

Esta primeira tendéncia relaciona-se com, ou explica-se por, o papel fundamental que na maior parte destes países jogou o arrendamento, como via para a mobilidade das superfícies liberadas, e para a ampliaçom da base territorial das exploraçons. Mais atrás vimos que durante as décadas recentes, a estrutura das exploraçons experimentou na CEE fortes

---

[326] Isto que afirmamos para a CEE é aplicável também, a escala mais reduzida, para a evoluçom dos modos de tenéncia que se constata durante as décadas recentes na agricultura espanhola. Josefina Gómez Mendoza resalta ao respeito a complexidade dos factores que incidem nesta evoluçom, e como isso fai impossível construir um esquema explicativo unicausal, que dea conta das tendéncias observadas nas diferentes regions. Ver:
-GOMEZ MENDOZA, Josefina, "Ausencia de un modelo unilineal de evolución de los regímenes de tenéncia en el siglo XX.", op. cit., pp. 143-185; em especial, pp. 143-153.

[327] Sobre isto consultar por exemplo:
-ARNALTE, Eladio/ AVELLA, Lorenzo /ROCA, Amparo, "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit., pp. 258 e ss.
As notas que exponhemos a continuaçom estám baseadas em boa medida nesse trabalho, e também neste outro:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio / RAMOS LEAL, Eduardo, "Arrendamiento y ajuste estructural en la agricultura española.", Agricultura y Sociedad, no. 49, outubro-dezembro 1988, pp. 177-208.

transformaçons; reduzindo-se notavelmente o número de unidades produtivas, e aumentando a superfície, o tamanho, das que se mantenhem. Pois bem, ainda que a evoluçom neste aspeito foi mui diversa, na maioria dos países essa ampliaçom das exploraçons efectuou-se principalmente ao través do arrendamento, ao través da toma de terras arrendadas por parte dos agricultores proprietários. A conseqüéncia disto foi a difusom geral dos modos de tenéncia mixtos, e o retrocesso na importáncia das exploraçons em tenéncia directa pura.

-A grande releváncia que em geral tivo o arrendamento para a mobilidade da terra e o redimensionamento das exploraçons, é confirmada também por outro tipo de dados. Em concreto, constata-se que a intensidade das mudanças estruturais operadas nos diversos países da CEE, está correlacionada com o grau de difusom que neles alcançou esse regime de tenéncia. Mais exactamente, existe umha correlaçom significativa entre: o aumento experimentado pola superfície média das exploraçons nas diferentes agriculturas, e a proporçom que em cada umha delas suponhem as terras em arrendamento[328].

-Simultaneamente com a primeira tendéncia (a expansom dos regimes mixtos a costa do retrocesso da tenéncia directa pura), produziu-se também em geral um retrocesso das exploraçons em tenéncia indirecta pura (aquelas formadas integramente por terras arrendadas ou em aparçaria). Este fenómeno é comum á maioria dos países comunitários, e alcançou a sua maior releváncia naquelas regions com um predomínio tradicional dos regimes indirectos. A sua origem está principalmente na compra polos arrendatários de ao menos umha parte das terras que vinham trabalhando; ainda que nalguns casos essa evoluçom deveu-se também à assunçom polos proprietários da exploraçom directa das terras que tinham cedidas[329].

Em resumo, pois, no que se refire ao modo de tenéncia das exploraçons agrárias, à distribuçom das unidades de produçom segundo o regime de tenéncia das suas terras, as mudanças que se observam nas últimas décadas venhem marcadas por três tendéncias gerais: reduze-se a percentagem de exploraçons em tenéncia directa pura (devido à toma de terras arrendadas polos agricultores proprietários, com o fim de ampliar a sua exploraçom); perdem importáncia

---

328 Ver: MAUNDER, A.H., "Land tenure and structural change in the European Economic Community.", Oxford Agrarian Studies, Vol. XIII, 1984, pp. 103-122 (os resultados deste estudo som comentados em detalhe nos dous trabalhos que citamos na nota anterior).

329 Ver: ARNALTE, E./ AVELLA, L./ ROCA, A., op. cit., pp. 259 e ss.

também as unidades em arrendamento puro (ou em aparçaria pura); e aumenta de forma geral a proporçom de exploraçons em regimes mixtos.

O outro aspeito que devemos considerar refire-se à distribuçom da superfície por modos de tenéncia, à evoluçom do peso global dos diferentes regimes. Os dous processos citados operam aqui em sentidos contrapostos: o papel esencial jogado polo arrendamento na mobilidade da terra e na ampliaçom das exploraçons, tende a incrementar o volume e a proporçom da superfície neste regime; mentres que as compras de terras polos arrendatários (ou a assunçom do seu cultivo directo polo proprietário-arrendador), tenhem o efeito contrário.

O resultado final, ou o saldo neto, desses dous movimentos, foi variável segundo os países. Pero em linhas gerais, a evoluçom que se produziu neste aspeito levou a umha "convergéncia" entre as situaçons dos diferentes países:

-Naqueles caracterizados por um predomínio tradicional da tenéncia directa, registou-se em geral umha reduçom desse predomínio, e um aumento do peso das terras arrendadas. A relevância que tem nestes casos o "movimento estrutural" da propriedade da terra, unido ao papel que jogou o arrendamento na mobilidade da terra, explicam essa evoluçom.

-`A inversa sucedeu nos países com um predomínio tradicional dos regimes indirectos: as mudanças operadas nas décadas recentes, conduzírom em geral a um incremento da proporçom da superfície trabalhada em propriedade. As compras de terras polos arrendatários, dominárom aqui quantitativamente sobre o outro movimento de sentido oposto[330].

---

330 Esta "convergéncia" é constatada, como tendéncia geral, por D.Blatin e A.Brun, numha análise referida a 6 países da CEE e os Estados Unidos, e ao período que vai de 1940/50 a 1965/70. Ver:
-BLATIN,D./BRUN,A., Les agriculteurs et la propriété... op. cit., pp. 101-121.

A evoluçom que se registou durante as décadas mais recentes nos países membros da CEE está dacordo, para a maior parte deles, com essa tendéncia. Consultar ao respeito os dados referidos à CEE-9 e ao período de 1966/67 a 1979/80, que se recolhem no trabalho:
-ARNALTE,Eladio /AVELLA,Lorenzo /ROCA,Amparo, op. cit., pp. 259-264.
Sobre a evoluçom na CEE-12 durante o período 1980-1987, ver:
-PERRIER-CORNET, Ph. et alii, La transmission des exploitations agricoles et l'installation des agriculteurs dans la CEE. Rapport de synthèse., Commission des CC.EE., setembro de 1991, pag. 32.

c2. A evoluçom dos regimes de tenéncia da terra na agricultura espanhola (1962-1982).

Falando em termos gerais, a evoluçom que se constata em Espanha durante as décadas recentes, está dacordo com as tendéncias que acabamos de sinalar para os países comunitários. Assi, guiando-nos em concreto polo que indicam as cifras dos censos agrários para o período 1962-1982, observamos que:

-Por um lado, produziu-se, também no caso espanhol, um retrocesso das exploraçons em tenéncia indirecta pura; retrocesso que afectou tanto às unidades em arrendamento puro, como, de forma mais intensa ainda, a aquelas integradas exclusivamente por terras em aparçaria.

-Ao mesmo tempo, registou-se em cámbio umha expansom do "arrendamento mixto"; aumentou o volume de superfícies neste regime que formam parte de exploraçons com terras em propriedade. Esta expansom reflecte, ou é conseqüéncia, da toma de terras arrendadas polos agricultores-proprietários, com o fim de ampliar a superfície da sua unidade de produçom. E portanto, a difusom do "arrendamento mixto" que recolhem as cifras, pom de manifesto que este mecanismo (o arrendamento) serviu também na agricultura espanhola como via para a mobilizaçom das superfícies liberadas, e para o agrandamento das exploraçons[331].

Isto último que sinalamos, confirma-se ao analisar a evoluçom do arrendamento por grupos de tamanho, as variaçons que experimentou o peso deste regime nas exploraçons dos diversos grupos. Nestes dados podemos ver que as categorias nas que aumentou claramente a importáncia das terras arrendadas entre 1962 e 1982, coincidem com aquelas em favor das quais se operou o processo de reestruturaçom. Ou dito noutros termos, a concentraçom das exploraçons e da superfície, que se produziu em favor destes grupos de tamanho, foi acompanhada de um incremento no peso que aqui tenhem as terras arrendadas. Este feito indica-nos que o processo de concentraçom se realizou em boa medida ao través da incorporaçom polas exploraçons de superfícies em arrendamento.

---

[331] Sobre a evoluçom dos modos de tenéncia registada em Espanha no período 1962-82, e em especial o papel jogado polo arrendamento, consultar:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio / RAMOS LEAL, Eduardo, "Arrendamiento y ajuste estructural en la agricultura española.", op. cit.

Voltando à afirmaçom inicial, podemos reiterar pois o que ali dixemos: a evoluçom registada na agricultura espanhola, está em consonáncia com as tendéncias gerais que se produzírom nas agriculturas europeias. Em particular, os dados oferecidos polos censos agrários ponhem de manifesto *"..que este régimen* [o arrendamento] *también realiza, a nivel global de la agricultura española, la función "europea" de vía flexible para la ampliación de las explotaciones."*[332] Isto, como dixemos, reflecte-se na expansom que experimentou o "arrendamento mixto".

Agora bem, sentada a similitude nas tendéncias, o outro ponto que devemos destacar refire-se à magnitude que tivérom aqui as mudanças, e em concreto o alcance que tivo a difusom do "arrendamento mixto". Este processo foi no caso espanhol de umha magnitude quantitativa mui modesta. E, como conseqüéncia disso, a importáncia global das terras em arrendamento aumentou só mui ligeiramente entre 1962 e 1982[333]; e é na actualidade mui inferior ao peso que este regime tem na maioria dos estados membros da CEE[334].

Esse feito, que se constata na evoluçom dos modos de tenéncia, resulta coerente com o obtivemos ao examinar as mudanças operadas na estrutura das exploraçons. Vimos ali que estas mudanças, resumidas no aumento da superfície média por exploraçom, fórom em Espanha de umha magnitude mui pequena, comparadas com as que se produzírom na CEE. O feito de que a expansom do "arrendamento mixto" fora também mui modesta, e que o peso global deste regime seja na actualidade relativamente pequeno, está em consonáncia com isso.

O que acabamos de exponher referia-se às tendéncias na agricultura espanhola, considerada globalmente. No seu interior existem sem embargo grandes divergéncias, no que respeita à evoluçom experimentada polos modos de tenéncia durante o período 1962-1982. E o mesmo sucede com a situaçom que nos encontramos ao final desse período, em 1982: o peso que tenhem os

---

[332] Ibidem, pag. 200.

[333] Concretamente, o volume de superfícies arrendadas que formam parte de exploraçons em regimes de tenéncia mixtos, incrementou-se em Espanha no período 1962-82 tam só num 14,6%. Isso foi acompanhado de umha caída num 6,4% da superfície correspondente a unidades em arrendamento puro. Deste modo, o volume global de terras neste regime aumentou num 6,8%, e a sua percentagem sobre a superfície total passou do 12,3% em 1962, ao 13,2% em 1982.
Ver: Ibidem, pp. 184-195.

[334] Ver os dados referidos a 1987 que oferecemos mais adiante, no quadro 7.70.

regimes de tenéncia indirectos, e dentro deles em concreto o arrendamento, varia muito entre umhas e outras regions. Assi, tomando os dados para esta última data, e referidos concretamente à proporçom da SAU em arrendamento, observamos uns contrastes mui fortes: num extremo aparecem as províncias cerealistas de Castilla-León, onde a importáncia do arrendamento aumentou de modo geral nas últimas décadas, e que registam em 1982 os valores mais elevados para este regime (com percentagens ao redor do 45% da SAU em várias províncias); frente a isso, no extremo oposto, figuram o litoral mediterráneo e Galiza, com proporçons da SAU em arrendamento inferiores ao 10%[335].

Nom é este o lugar para extender-nos numha descriçom pormenorizada dessas divergéncias regionais, tanto na dinámica recente como na distribuçom actual da superfície por modos de tenéncia. Em cámbio, si nos parece de grande interesse, do ponto de vista do nosso estudo, o fenómeno que constatam E.Arnalte e E.Ramos Leal. Estes autores contrastárom a validez, para a evoluçom registada a nível provincial em Espanha, da hipótese geral formulada por Maunder, á que antes aludimos: que a magnitude das mudanças estruturais nos diversos espaços agrários (medida polo aumento da superfície média por exploraçom), está correlacionada com o grau de difusom do arrendamento nesses espaços. Pois bem, os resultados que obtenhem, a partir das cifras dos censos agrários, confirmam o cumplimento no caso espanhol dessa hipótese: o incremento que experimentou nas diversas províncias a superfície/ exploraçom no período 1962-1982, apresenta umha correlaçom significativa com o peso que a superfície arrendada tem nestas províncias em 1982[336].

Esta constataçom empírica reafirma o que já indicavam os dados referidos ao conjunto da agricultura espanhola: o papel relevante que jogou aqui o arrendamento durante as últimas décadas, como via de mobilizaçom das terras liberadas, e mecanismo para a ampliaçom das exploraçons. Como conseqüéncia disso, o grau de difusom alcançado por este regime nas diversas áreas do Estado, condicionou fortemente a magnitude que tivérom as mudanças estruturais nas diferentes regions. Isto é o que confirmam as cifras que acabamos de citar.

---

[335] Estes dados a nível provincial podem ver-se no trabalho:
ARNALTE ALEGRE, Eladio / RAMOS LEAL, Eduardo, "Arrendamiento... ", op. cit., pag. 185.

[336] Ver: Ibidem, pp. 196-199.

A continuaçom imos ver com maior detenimento o que sucedeu no caso concreto da agricultura galega. Imos examinar a evoluçom que experimentárom aqui os modos de tenéncia da terra; tratando de relacionar isto com a dinámica da estrutura das exploraçons que antes constatamos.

3.2.2. A evoluçom registada polos modos de tenéncia da terra em Galiza (1962-1989).

1. Umhas breves precisons sobre os dados estatísticos.

A análise que imos realizar basea-se nos resultados oferecidos para o período 1962-1989 polos sucessivos censos agrários. Estes dados nom apresentam problemas importantes no que respeita á sua homogeneidade. Pero, ainda assi, hai certos pontos que convém precisar.

Como vimos no seu momento, o primeiro censo agrário classificou os modos de tenéncia da terra em 4 rúbricas: propriedade, arrendamento, aparçaria, e "outros regimes". Estas rúbricas mantenhem-se nos três censos agrários elaborados com posterioridade; e, em linhas gerais, também se mantivérom as definiçons que para cada umha delas encontrávamos em 1962. Portanto, desde este ponto de vista, a comparaçom das cifras nom planteja dificuldades significativas.

Observam-se, isso si, variaçons no texto concreto das definiçons, sobretodo no último censo (o de 1989). Pero estas variaçons nom alteram o perfil das diversas rúbricas; senom que o seu objectivo é precisar algo mais os conceitos,

especificando a forma na que devem classificar-se determinadas situaçons ambíguas[337].

Reiteramos pois que aquelas 4 rúbricas, e a sua definiçom, permanecérom sem modificaçons importantes nos sucessivos censos.

Agora bem, nos realizados em 1972 e 1982 produziu-se umha novidade, que em princípio si tem efeitos práticos, afectando á comparabilidade das cifras. Nestes dous censos, aparte das 4 rúbricas citadas, aparece outra, que nom figurava nos dados de 1962 e que foi eliminada de novo no Censo de 1989: a categoria de "regime comunal".

O que se pretendia registar nesta rúbrica semelha que eram, nom as terras de propriedade colectiva e aproveitadas por entidades vizinhais, senom as parcelas procedentes desses espaços colectivos que estám trabalhadas de forma individual por algum vizinho (e que devem incluir-se, portanto, na superfície na sua unidade de produçom familiar). Essa ideia, sem embargo, só aparece de

---

337 Para ilustrar essa afirmaçom imos aportar alguns exemplos de variaçons introduzidas em concreto no Censo de 1989. Neste Censo acrescentárom-se várias especificaçons na definiçom de "terras em propriedade", que nom figuravam nos anteriores. Entre essas precisons está a seguinte:

-"No se considera incluídas en este grupo [terras em propriedade] *ni en la explotación, las tierras propiedad del titular cedidas a terceros."* (INE, Censo Agrario 1989. Proyecto., INE, Madrid, 1989, pag. 21).

Ao mesmo tempo, introduziu-se umha precisom na definiçom correspondente ao arrendamento, que vem complementar em certo sentido a anterior:

-"También se incluyen las tierras de cualquier otra explotación cuyo propietario las ceda en contrapartida a la prestación de un cierto trabajo o servicio..." (Ibidem, pag. 22).

A finalidade dessas duas especificaçons, que ponhemos como exemplo, parece clara. Com elas busca-se "fazer aflorar" as cessons de terras efectuadas ao través de fórmulas distintas do arrendamento "típico"; cessons essas que podem produzir-se sobretodo no caso de exploraçons em maos de titulares de idade avançada (estes cedem parte das suas terras, a cámbio de umha contrapartida em trabalho).

Pero em todo caso, como vemos, as matizaçons introduzidas nom modificam o perfil das definiçons.

forma clara na definiçom de "regime comunal" que se adoptou em 1982[338]. A definiçom estabelecida no Censo de 1972 é muito menos nítida, e reflecte a confusom que existia nestes anos entre os espaços de propriedade colectiva e aqueles de propriedade pública[339].

A introduçom desta categoria, unido às oscilaçons na sua definiçom, tivérom em princípio umhas importantes conseqüéncias práticas sobre as cifras. Assi, o Censo de 1972 registou em Galiza mais de 185.000 hes em "regime comunal", cifra esta que se reduziu em 1982 a tam só 19.000 hes[340]. Isto parece que pode distorsionar a série estatística para o período 1962-1989.

Esses problemas, sem embargo, em Galiza afectam quase exclusivamente à superfície das exploraçons maiores de 100 hes, que, como sabemos, correspondem na sua imensa maioria a montes públicos e comunais. Para as unidades de tamanho inferior a 100 hes, que identificamos com exploraçons individuais, o problema tem escassa importáncia quantitativa. Limitando-nos a este conjunto, o volume de terras em "regime comunal" é mui pequeno, tanto em 1972 como em 1982[341]; polo que podemos incluir estas superfícies dentro dos "outros regimes", sem que isto afecte de modo significativo à homogeneidade da série para o período 1962-1989. Isto último foi o que fixemos, obtendo deste modo umha série referida em todos os anos às mesmas 4 rúbricas: propriedade, arrendamento, aparçaria, e "outros regimes".

---

338 *"Se incluyen en este epígrafe las tierras de Regimen Comunal cuando el empresario no es el ente "comunal" sino un vecino perteneciente a él, y lleva las tierras de origen comunal que le han sido entregadas en "suertes", de tal forma que sólo puede utilizarlas él, y sin coste alguno."* (INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Galicia., INE, Madrid, 1985, pag. XVII).

339 *"Régimen comunal. Tenencia que se disfruta sobre los bienes comunales, es decir los pertenecientes al municipio y que son explotados por los vecinos."* (INE, Censo agrario de España 1972. Serie D. Metodología y Procedimientos., INE, Madrid, 1976, pag. 44).

340 Ver: quadro A.7.15, reproduzido no Anexo estatístico.

341 Ver: quadro A.7.15 do Anexo estatístico.

2. As variaçons no peso global dos diferentes regimes de tenéncia. Os elementos esenciais que explicam ou definem a evoluçom registada em Galiza.

a. A distribuçom por modos de tenéncia da superfície total das exploraçons. Evoluçom no período 1962-1989.

No **quadro 7.66** recolhemos a evoluçom que experimentárom os modos de tenéncia da terra em Galiza durante o período 1962-1989. Estes dados refirem-se concretamente à superfície total das exploraçons (incluídas as terras a monte); pero limitado ás unidades menores de 100 hes. É dizer, excluímos aí as exploraçons censadas maiores de 100 hes[342], limitando-nos à superfície das "exploraçons agrárias individuais".

Como vimos no seu momento, a situaçom da que partia a agricultura galega em 1962, caracterizava-se por um forte predomínio das terras trabalhadas em propriedade. É certo que, como também insistimos na nossa exposiçom, o arrendamento e a aparçaria conservavam umha preséncia nom despreciável. Pero o principal traço a salientar, sobretodo numha perspectiva comparada, era o elevado predomínio da tenéncia directa. Concretamente, a percentagem da superfície que estava baixo este regime situava-se nesta data em Galiza no 82,3%; cifra esta ligeiramente superior à média espanhola (75,8%), e que estava claramente por encima da que se dava na maioria dos países comunitários. Dentro da CEE-10, tam só dous estados registavam a princípios ou meiados dos 60 um peso da tenéncia directa nitidamente superior ao existente no nosso agro: Dinamarca, onde a percentagem era do 88,2%; e Irlanda, onde essa cifra superava o 95% **(ver quadro 7.67)**.

Pois bem, partindo dessa situaçom, **a evoluçom que se produziu em Galiza durante as três últimas décadas, vem definida por um traço esencial: o reforçamento, a acentuaçom, do predomínio das terras em tenéncia directa. A proporçom da superfície explorada em propriedade experimentou nestes decénios recentes um novo aumento, prolongando deste modo a tendéncia observada ao longo da primeira metade do século XX. Aumento este que se acompanhou de: um retrocesso mui forte da aparçaria, até chegar á**

---

[342] Os dados que suministram os censos agrários para estas unidades, montes públicos e comunais na sua imensa maioria, podem encontrar-se no quadro A.7.15 do Anexo estatístico.

prática desapariçom deste regime na actualidade; e umha importante diminuçom também das terras arrendadas.

Quadro 7.66. Distribuçom da superfície total das exploraçons agrárias por modos de tenéncia; evoluçom 1962-1989. Galiza (cifras referidas ás exploraçons censadas menores de 100 hes)

A. EVOLUÇOM DO VOLUME DE SUPERFICIE EM CADA REGIME.

	Superfície total (hes)			
	1962	1972	1982	1989
-Propriedade	1206015	1335723	1266668	1236016
-Arrendamento	133979	119238	90143	72263
-Aparçaria	72781	30371	12045	9512
-Outros regimes (1)	52972	44874	41181	65669
SUPERFICIE TOTAL	1465747	1530206	1410037	1383460

B. EVOLUÇOM EM NUMEROS INDICES.

	1962	1972	1982	1989
-Propriedade	100,0	110,8	105,0	102,5
-Arrendamento	100,0	89,0	67,3	53,9
-Aparçaria	100,0	41,7	16,5	13,1
-Outros regimes (1)	100,0	84,7	77,7	124,0
SUPERFICIE TOTAL	100,0	104,4	96,2	94,4

C. EVOLUÇOM DA % DA SUPERFICIE EM CADA REGIME.

	1962	1972	1982	1989
-Propriedade	82,3%	87,3%	89,8%	89,3%
-Arrendamento	9,1%	7,8%	6,4%	5,2%
-Aparçaria	5,0%	2,0%	0,9%	0,7%
-Outros regimes (1)	3,6%	2,9%	2,9%	4,7%
SUPERFICIE TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Em 1972 e 1982 incluimos nesta rúbrica a superfície classificada em "regime comunal" (que só existe nestes dous censos agrários).

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

Quadro 7.67. Percentagem da superfície das exploraçons trabalhada em propriedade a princípios dos anos 60.
Dados para os países membros da CEE-9, Espanha e Galiza.

	% da SAU em propriedade 1966/67
Bélgica	29,3%
Holanda	51,1%
França	52,0%
Reino Unido (1)	57,4%
Luxemburgo	64,5%
Itália	70,0%
R.F. de Alemanha	77,7%
Dinamarca (1)	88,2%
Irlanda (2)	96,5%
Espanha (3)	75,8%
Galiza (4)	82,3%

(1) Os dados para estes dous países correspondem a 1970/71.
(2) Cifra referida a 1975.
(3) Esta cifra para Espanha refire-se a 1962, e o conceito de superfície ao que corresponde é a superfície total das exploraçons (nom a SAU).
(4) Cifra referida a 1962; ver quadro anterior.
NOTA: Como se deduze das indicaçons anteriores, as cifras para Espanha e Galiza nom som estritamente comparáveis com as dos países da CEE-9.

Fonte: -Para os países da CEE-9: ARNALTE,E./ AVELLA,L./ROCA,A., "Mercado de la tierra y dinámica de la estructura agraria en los países de la CEE.", op. cit., pag. 261 (os dados procedem dos "Inquéritos Comunitários sobre as Estruturas Agrárias" elaborados nos anos correspondentes).
-Para Espanha e Galiza: INE, Censo agrario de España 1962.

Começando por este último regime, no quadro 7.66 podemos ver que a importáncia relativa do arrendamento descendeu de forma contínua e bastante regular ao longo dos três períodos intercensais comprendidos entre 1962 e 1989. E passou de representar o 9,1% da superfície total na primeira data, ao 5,2% em 1989; isto é,umha caída do seu peso próxima ao 50%.

A reduçom foi muito mais acusada ainda no caso da aparçaria, que baixou do 5,0% da superfície em 1962, a unicamente o 0,7% em 1989. Isso supom um retrocesso de quase o 90%, que deu lugar a que este regime no momento actual tenha desaparecido de modo praticamente total da nossa agricultura. No plano temporal, a diminuçom neste caso operou-se principalmente no primeiro período intercensal (do 5,0% em 1962 ao 2,0% em 1972); a princípios dos 70, a preséncia da aparçaria estava limitada já a cifras mui pequenas, polo que o seu retrocesso posterior foi de menor relevância quantitativa (ver quadro 7.66).

Queda-nos depois a rúbrica de "outros regimes de tenéncia" (na que incluimos também em 1972 e 1982 as terras classificadas em "regime comunal"). O peso desta categoria é durante todo o período bastante reduzido, mantendo-se sempre por baixo do 5% da superfície global das exploraçons. Se entramos em maiores detalhes, vemos que essa percentagem diminuiu ligeiramente entre 1962 e 1972 (do 3,6% ao 2,9%), para aumentar depois, e em maior quantia, no último período intercensal (do 2,9% em 1982, ao 4,7% no Censo de 1989). Agora bem, esta última variaçom nom se corresponde realmente com umha expansom dos "outros regimes" nas exploraçons agrárias individuais. A análise das cifras por grupos de tamanho permite observar que o incremento no peso dos "outros regimes", entre 1982 e 1989, produziu-se esencialmente no grupo de 50-100 hes[343]; e isto deveu-se ao aumento do número de montes comuns que som registados neste intervalo, como conseqüéncia da "fragmentaçom" de unidades de maior dimensom[344].

Portanto, se prescindimos deste último fenómeno, e nos limitamos estritamente à superfície das exploraçons individuais, temos que o peso dos "outros regimes" permaneceu durante todo o período 1962-1989 por baixo do 4% da superfície total, e experimentou neste período um ligeiro descenso.

Em conjunto, considerando esta última rúbrica dentro dos regimes indirectos, observamos que o total de terras nestes regimes diminuiu desde o 17,7% da superfície, que representavam em 1962, ao 10,6% em 1989. No caso de incluir neste grupo tam só o **arrendamento e a aparçaria**, obtemos que **o seu peso global passou do 14,1% em 1962 a unicamente o 5,6% da superfície em 1989; umha reduçom, pois, de quase os 2/3 na importáncia global dos regimes de tenéncia indirectos** (ver quadro 7.66).

Esse retrocesso implicou, obviamente, um aumento paralelo na percentagem das terras trabalhadas em propriedade, que vírom assi acentuado o seu predomínio. Concretamente, essa percentagem elevou-se desde o 82,3% em 1962, ao 89,3% que se regista em 1989 (ver quadro 7.66). É

---

343 Ver infra: quadro 7.73.

344 Esta "fragmentaçom", como explicamos mais atrás, derivou-se do processo de devoluçom dos montes vizinhais. Lembrar ao respeito a análise efectuada no apartado 3.2 deste capítulo VII.

dizer, que na actualidade, redondeando as cifras, o 90% da superfície das exploraçons está em Galiza em tenéncia directa[345].

Para interpretar correctamente esta última cifra, é conveniente fazer umha matizaçom ou precisom: isso nom significa que o 90% das terras som hoje propriedade dos agricultores que as trabalham. Ao analisar os dados correspondentes a 1962, sinalamos já que a superfície classificada em "tenéncia directa" inclue, nom só as terras propriedade do titular da exploraçom, senom também aquelas pertencentes a familiares que residem na exploraçom, e as cedidas por outros membros da família, que residem e trabalham noutro lugar (na sua maioria, persoas que tenhem abandonado a agricultura). Deste modo, constatávamos para essa data como, mesmo no caso das exploraçons em tenéncia directa "pura" (com todas as terras neste regime), as relaçons entre propriedade e unidade de produçom eram muito mais complexas que umha simple correspondéncia bi-unívoca. O mais freqüente nestes casos era que a exploraçom incluira, ademais das superfícies propriedade do titular, outras pequenas propriedades cedidas por membros da família (que figuravam também em "tenéncia directa").

Pois bem, isso que constatamos para princípios dos anos 60, acentuou-se com toda probabilidade ao longo das três últimas décadas, como conseqüéncia da actuaçom dos mecanismos herditários. A transmissom herditária do património agrário, que acompanhou ao relevo geracional na direcçom das exploraçons, levou com freqüéncia a que as terras do antigo titular se fragmentaram entre os diversos co-herdeiros. Nalguns casos, esse movimento de divisom da propriedade foi compensado, ao través da "recompra" das terras polo irmao que ficou na exploraçom. Pero para muitas das superfícies nom sucedeu assi, e estas quedárom em maos dos outros co-herdeiros, que as cedérom ao que continuou na exploraçom. Deste modo, nas últimas décadas aumentou probavelmente a proporçom das terras classificadas em tenéncia

---

[345] Todo isto limitando-nos sempre à superfície integrada em exploraçons agrárias individuais. Quedam fora os espaços de propriedade pública e colectiva, onde os dados referidos ao seu modo de tenéncia, que som oferecidos polos censos agrários, nom tenhem um significado nítido.

directa que correspondem em realidade a cesons familiares, e que nom som propriedade dos agricultores-cultivadores directos[346].

Essas observaçons ponhem de manifesto que a realidade é muito mais complexa do que podem sugerir a primeira vista os dados sobre os regimes de tenéncia. Pero, com essa matizaçom, devemos reiterar a conclusom esencial: no período 1962-1989 reduziu-se notavelmente em Galiza a preséncia do arrendamento e a aparçaria, e acentuou-se o predomínio da tenéncia directa.

Até agora referimo-nos às variaçons que se produzírom no peso relativo dos diferentes modos de tenéncia. Para precisar mais o contido das mudanças, convém que analisemos a evoluçom que experimentou o volume de superfícies em cada regime. Em particular, hai aqui umha interrogante que tem especial interesse aclarar: o retrocesso relativo dos regimes indirectos, e a elevaçom paralela do peso da tenéncia directa, em que medida se correspondeu com o passo de superfícies de umha a outra situaçom ? Ou bem, em sentido contrário, o que se produziu principalmente foi o abandono de terras que estavam em arrendamento e aparçaria ?.

Os dados globais, que aqui estamos manejando, nom permitem obter umha resposta segura para essa questom, ainda que si oferecem alguns indícios. Estas cifras indicam-nos que a reduçom da superfície em regimes indirectos, nom foi acompanhada de um aumento similar do volume de terras em tenéncia directa. Concretamente, a superfície em arrendamento diminuiu entre 1962 e 1989 numhas 61.700 hes, e a trabalhada em aparçaria em 63.000 hes; globalmente, pois, a reduçom foi de umhas 125.000 hes, mentres que a superfície explorada em propriedade aumentou no mesmo período em só 30.000 hes (ver quadro 7.66). Esta evoluçom, sem embargo, pode ser o resultado de dous processos diferentes:

-A primeira possibilidade é a que se deriva, se suponhemos que todas as terras trabalhadas em tenéncia directa em 1962 continuavam na produçom agrária em 1989. Neste caso, a interpretaçom que caberia fazer daquelas cifras seria a seguinte: entre 1962 e 1989 deixárom de ser exploradas em arrendamento ou aparçaria umhas 125.000 hes; e dessas terras, unicamente 1/4, 30.000

---

346 Como sinalamos já anteriormente, nesta investigaçom deixamos relativamente de lado todo o referido à transmissom herditária do património agrário, e a sua relaçom com o processo de conformaçom ou reproduçom das exploraçons. Nom obstante, sobre esta problemática estamos desenvolvendo umha investigaçom paralela; e nos seus resultados baseamo-nos para realizar as afirmaçons gerais que acabamos de efectuar. As primeiras conclusons desta outra linha de estudo resumimo-las no trabalho:

-LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Os sistemas herditários e a problemática da reproduçom das exploraçons na agricultura galega...", op. cit.,

hes, passárom a tenéncia directa, já fora como conseqüéncia da sua compra polos agricultores que as vinham trabalhando, ou porque o proprietário assumiu directamente o seu aproveitamento. As restantes 95.000 hes que deixárom de estar nesses regimes, quedárom abandonadas ou fórom destinadas polo proprietário a usos nom agrários.

-A outra possibilidade extrema é a seguinte: a totalidade das 125.000 hes "perdidas" polo arrendamento e aparçaria passárom a ser trabalhadas em tenéncia directa; pero ao mesmo tempo produziu-se o abandono de 95.000 hes que estavam neste regime (ligado isto por exemplo à desapariçom e abandono de pequenas exploraçons em propriedade).

Essas som as duas opçons extremas. Na prática, o que sucedeu realmente foi com toda probabilidade algo intermédio entre esses dous extremos. Para o tema concreto que aqui nos ocupa, isso significa que: das terras que deixárom de ser trabalhadas em regimes indirectos, passárom a tenéncia directa umha proporçom entre 1/4 e a totalidade; mentres que o resto, umha vez produzida a marcha do arrendatário ou aparceiro, quedárom abandonadas.

Os dados globais que estamos examinando nom nos permitem precisar mais ao respeito.

b. A distribuçom da SAU por modos de tenéncia, e a sua evoluçom no período 1982-1989.

As cifras anteriores referiam-se à distribuçom por modos de tenéncia da superfície total das exploraçons, incluídas as terras a monte. Esse tipo de informaçom é a única disponível nos Censos agrários de 1962 e 1972; e portanto, é a única que pudemos utilizar para conhecer a evoluçom dos modos de tenéncia no período 1962-1989.

A partir do Censo agrário de 1982, sem embargo, contamos ademais com outro tipo de cifras: as referidas à SAU. Complementando a análise anterior, imos ver pois o que nos indicam estes dados. O que nos indicam sobre a importáncia global dos diferentes regimes, e sobre a sua evoluçom nos anos mais recentes: o período intercensal 1982-1989.

Por último, e posto que estas som as cifras homogéneas com as dos países comunitários, examinaremos a situaçom comparada que apresenta Galiza na actualidade dentro do ámbito da CEE-12. A situaçom comparada no que respeita à distribuçom por modos de tenéncia da SAU.

b1. A distribuçom da SAU por modos de tenéncia que se registava em Galiza em 1982; comparaçom com as cifras referidas à superfície total.

A primeira questom a aclarar é o peso que na SAU tinham os diversos modos de tenéncia em 1982, e a relaçom disso com o que se constatava para a superfície total das exploraçons.

Neste aspeito, o que se observa habitualmente em todos os países, é que os regimes de tenéncia indirectos tenhem umha maior importáncia quantitativa dentro da SAU, que tomando a totalidade das terras. O razoamento que explica este feito é mui simple, e parece bastante lógico: o normal, a priori, é que a toma de terras em arrendamento ou aparçaria por parte dos agricultores, se centre em superfícies cultivadas ou pastos, e que em cámbio isso seja muito menos freqüente para os terreos de monte ou improdutivos. Esta "norma geral" verifica-se concretamente para o conjunto da agricultura espanhola em 1982: segundo os dados do Censo agrário deste ano, a proporçom da superfície total censada que estava em arrendamento ou aparçaria era do 16,6%, mentres que, limitando-nos á SAU, essa percentagem elevava-se ao 25,8%[347].

A situaçom existente em Galiza pode ver-se no **quadro 7.68**, onde recolhemos a distribuçom por modos de tenéncia da SAU e da superfície total das exploraçons em 1982. A imagem que nos encontramos aqui só mui parcialmente está acorde com aquela norma geral. É certo que o peso do arrendamento na SAU supera ligeiramente ao que este regime tem na superfície total; pero a diferéncia é mui pequena: 7,7% no primeiro caso, frente a 6,4% no segundo. A aparçaria, pola sua parte, regista umha percentagem praticamente idéntica em ambos conjuntos (0,8% da SAU, e 0,9% da superfície total). Portanto, nom se observam divergéncias importantes entre os dous conjuntos, no que respeita ao peso dos regimes indirectos.

Para interpretar correctamente o significado dessas cifras, devemos ter em conta que a SAU representa em Galiza menos do 50% da superfície total das exploraçons individuais. Em conseqüéncia, a similitude entre a distribuçom por modos de tenéncia de ambos conjuntos, nom se deve a que estes sejam quase coincidentes, a que SAU e superfície total sejam quase o mesmo. O que nos indicam os dados é que, dentro da sua reduzida importáncia global, o

---

[347] Ver: ARNALTE ALEGRE, Eladio / RAMOS LEAL, Eduardo, "Arrendamiento...", op. cit., pag. 184.

arrendamento e a aparçaria tinham umha preséncia similar nas terras de monte particular que nas superfícies cultivadas e prados[348].

Quadro 7.68. Distribuçom por modos de tenéncia da SAU; comparaçom com os dados referidos à Superfície Total (1). Galiza 1982.

	Sup. Total	SAU
-Propriedade	89,8%	89,8%
-Arrendamento	6,4%	7,7%
-Aparçaria	0,9%	0,8%
-Outros regimes	2,9%	1,8%
TOTAL	100,0%	100,0%

(1) As cifras correspondem (tanto para a Sup. Total como para a SAU) às exploraçons censadas de superfície total inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Galicia. Elaboraçom própria.

---

[348] Para poder explicar este feito devemos distinguir as terras que estám em arrendamento ou aparçaria "puros", daquelas superfícies nesses regimes que formam parte de exploraçons com terras em propriedade.

-No primeiro caso, as exploraçons em arrendamento "puro" ou aparçaria "pura", constata-se que as terras de monte particular suponhem umha proporçom da superfície total, superior á que se regista nas superfícies em tenéncia directa. Isto parece que deve atribuir-se ao menor estímulo que esses agricultores tenhem para levar a cabo roturaçons de terras a monte, ou às maiores dificuldades que encontram para isto ao nom ser proprietários das terras.

-No caso das superfícies em "arrendamento mixto" (e em "aparçaria mixta"), encontramo-nos já com que as terras de monte tenhem um peso muito menor; o qual está acorde com o que caberia agardar a priori: para complementar a sua propriedade, os agricultores tomam arrendadas principalmente superfícies cultivadas ou prados. Apesar de todo, o monte continua tendo neste conjunto umha preséncia nada desdenhável (podemos estimar que ao redor de 1/3 das terras em arrendamento mixto em 1982 som de monte). Isto cremos que deve relacionar-se com um feito: as importantes funçons agrárias que, até as últimas décadas, cumplia em Galiza o monte, o que fazia interessante para os agricultores tomar arrendadas superfícies deste tipo.

Este último factor, e o que antes sinalamos para as exploraçons em arrendamento ou aparçaria "pura", explicam que os regimes indirectos tenham em Galiza um peso similar nas terras de monte particular e na SAU.

Deste modo, limitando-nos à SAU, o panorama que nos encontramos em 1982 é mui semelhante ao que podíamos ver para a superfície total: um acusado predomínio das terras em tenéncia directa (89,8% da SAU), um peso mui modesto do arrendamento (7,7%), e umha preséncia praticamente insignificante da aparçaria (0,8%).

b2. As variaçons registadas no período intercensal 1982-1989.

A situaçom que acabamos de descrever para 1982, nom experimentou mudanças importantes entre essa data e o Censo agrário de 1989. E, na medida em que se produzírom variaçons, estas seguem as mesmas tendéncias que se observavam nas cifras referidas à superfície total.

As variaçons registadas neste período 1982-1989 podem ver-se no **quadro 7.69.**

Quadro 7.69. Evoluçom da distribuçom da SAU por modos de tenéncia. Galiza 1982-89.

A. EVOLUÇOM DO VOLUME DE SAU EM CADA REGIME.

	SAU (hes)		Variaçom 1982-89	
	1982	1989	hes	%
-Propriedade	586294	603128	16834	2,9%
-Arrendamento	49272	47866	-1406	-2,9%
-Aparçaria	5187	5348	161	3,1%
-Outros regimes (1)	14290	18695	4405	30,8%
SUPERFICIE TOTAL	655043	675037	19994	3,1%

B. EVOLUÇOM DA % DA SAU EM CADA REGIME.

	1982	1989
-Propriedade	89,5%	89,3%
-Arrendamento	7,5%	7,1%
-Aparçaria	0,8%	0,8%
-Outros regimes (1)	2,2%	2,8%
SUPERFICIE TOTAL	100,0%	100,0%

(1) Em 1982 incluimos nesta rúbrica a superfície classificada em "regime comunal".

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

Em primeiro lugar, aumentou ligeiramente a proporçom da SAU classificada baixo "outros regimes de tenéncia" (do 2,2% ao 2,8%); e isso foi acompanhado de umha pequena reduçom no peso da tenéncia directa (do 89,5% ao 89,3%), e de umha diminuçom algo maior da cifra correspondente ao arrendamento (do 7,5% da SAU em 1982, ao 7,1% em 1989). A importáncia relativa da aparçaria mantivo-se constante, no 0,8% da SAU.

Numha visom global, se excluímos das cifras os "outros regimes", podemos observar que a distribuçom relativa da SAU entre a tenéncia directa e os regimes indirectos, permaneceu nestes anos praticamente invariável. Unicamente cabe citar o ligeiro retrocesso do arrendamento. Esta evoluçom é mui similar à que se regista neste período para a superfície total das exploraçons, como pode comprovar-se voltando aos dados do quadro 7.66.

b3. A situaçom comparada que apresenta Galiza no ámbito da CEE-12 (1987).

Tal como estivemos vendo, a evoluçom operada durante as três últimas décadas levou em Galiza a umha acentuaçom do predomínio da tenéncia directa, que se constatava já em 1962. O resultado disso é que na actualidade a preséncia dos regimes indirectos, e em particular do arrendamento, é aqui mui pouco importante; muito menor da que se observa no conjunto da agricultura espanhola, e inferior também à difusom que estes regimes tenhem na prática totalidade dos países comunitários.

No **quadro 7.70** recolhemos a distribuçom da SAU por modos de tenéncia que se regista em 1987 em Galiza, Espanha e os restantes estados membros da CEE-12. Os dados procedem em todos os casos da mesma fonte estatística: o "Inquérito sobre a Estrutura das Exploraçons Agrárias" realizado a nível comunitário nesse ano.

Para o conjunto da CEE-12, observamos que o 64,8% da SAU está trabalhada em tenéncia directa, o 32,7% em arrendamento, e queda o 2,5% levado em aparçaria ou baixo outros regimes.

A situaçom apresenta, sem embargo, diferéncias mui fortes entre os países membros. Estas diferéncias centram-se basicamente na importáncia relativa que em cada um deles tenhem a tenéncia directa e o arrendamento. A preséncia da aparçaria e os outros regimes é mui pequena em quase todos os casos, com as únicas excepçons de Portugal e Espanha.

Com o fim de facilitar a percepçom dessas divergéncias, no quadro 7.70 ordenamos os estados comunitários segundo a percentagem da SAU que está trabalhada em propriedade. Vemos assi que essa percentagem regista o seu valor mais baixo em Bélgica, país este de predomínio tradicional do arrendamento, e onde em 1987 só o 31,7% da SAU estava em tenéncia directa. A continuaçom figuram: França (46,7%), Luxemburgo (51,7%), e um grupo de 4 países com valores situados em torno ao 63%-66%, que som o R.Unido, a R.F. de Alemanha, Holanda e Portugal. Venhem depois trés estados, que se caracterizam já por um forte predomínio da tenéncia directa: Grécia, Itália e Dinamarca, onde a percentagem da SAU nesse regime situa-se entre o 77% e o 82%. E queda por último Irlanda, onde o predomínio da tenéncia directa é abrumador (96% da SAU).

Os dados correspondentes à agricultura espanhola amostram-nos umha situaçom relativamente próxima á média comunitária, ainda que com algumhas diferéncias: em Espanha é algo maior o peso da tenéncia directa (69,8% da SAU, frente ao 64,8% na CEE-12); a aparçaria e os outros regimes tenhem também umha maior importáncia (8,1% da SAU, frente ao 2,5% na CEE-12); e, em cámbio, o grau de difusom do arrendamento é aqui claramente inferior (22,1% da SAU, frente ao 32,7% na CEE-12).

Considerada dentro desse contexto, Galiza apresenta umha situaçom bastante singular, com diferéncias mui fortes, tanto em relaçom à média espanhola como às cifras para o conjunto da CEE-12:

-Em primeiro lugar, vemos que o predomínio da tenéncia directa em Galiza (88,7% da SAU, segundo estas cifras), é mui superior ao que se regista em Espanha, e também mui superior ao que se constata na CEE-12. De todos os países comunitários, unicamente Irlanda supera a percentagem galega; aproximando-se algo a esta cifra Dinamarca, Itália e Grécia. Nos restantes estados membros, o peso da tenéncia directa é muito menor que no agro galego.

-O fenómeno anterior corresponde-se com a escassa difusom que, numha perspectiva comparada, tem em Galiza o arrendamento. A percentagem da SAU que está neste regime é aqui unicamente do 7,5%, frente ao 22,1% em Espanha e o 32,7% na CEE-12 (ver quadro 7.70).

Quadro 7.70. Distribuçom (em %) da SAU por modos de tenéncia em 1987. Comparaçom da situaçom em Galiza com Espanha e os restantes estados membros da CEE-12.

	Propriedade	Arrendamento	Aparçaria e outros regimes
-Bélgica	31,7%	67,6%	0,7%
-França	46,7%	52,7%	0,6%
-Luxemburgo	51,7%	47,7%	0,6%
-Reino Unido	62,6%	37,4%	---
-R.F. Alemanha	63,6%	36,0%	0,4%
-Holanda	64,5%	34,6%	0,9%
-Portugal	66,3%	22,0%	11,7%
-Grécia	77,1%	21,8%	1,1%
-Itália	80,0%	18,8%	1,2%
-Dinamarca	81,7%	18,3%	---
-Irlanda	96,0%	4,0%	---
CEE-12	64,8%	32,7%	2,5%
-Espanha	69,8%	22,1%	8,1%
-Galiza	88,7%	7,5%	3,8%

Fonte: -Para os estados membros da CEE-12 (incluída Espanha): PERRIER-CORNET,Ph. /BLANC,M. /CAVAILHES,J. /DAUCE,P. /LE HY,A., La transmission des exploitations agricoles et l'installation des agriculteurs dans la C.E.E. Rapport de synthèse., Commission des CC.EE., 1991, pag. 32 (os dados de base procedem do "Inquérito sobre as Estruturas Agrárias" de 1987).
-Para Galiza: INE, Encuesta sobre la Estructura de las Explotaciones Agrícolas 1987. Galicia., INE, Madrid, 1989.

c. Os fenómenos esenciais que explicam (ou definem) a evoluçom registada polos modos de tenéncia da terra em Galiza. Umha primeira interpretaçom das cifras.

Antes referimo-nos aos diversos fluxos ou processos que condicionam as variaçons na distribuçom da superfície por modos de tenéncia. E vimos, em concreto, quais fórom as tendéncias gerais que se produzírom neste aspeito ao longo das últimas décadas, tanto em Espanha como nos restantes países comunitários; os principais fenómenos que marcárom aqui a evoluçom dos modos de tenéncia. Tomando como base esse esquema, podemos oferecer umha primeira explicaçom ou caracterizaçom sobre a evoluçom que se constata na agricultura galega.

Naquela exposiçom víamos que as tendéncias registadas nos países comunitários, e concretamente as variaçons no peso dos regimes indirectos, estivérom marcadas por dous fenómenos esenciais:

-O primeiro foi a desapariçom de exploraçons em tenéncia directa, e o feito de que grande parte das superfícies assi liberadas fórom mobilizadas ao través do arrendamento. Este fenómeno, o importante papel jogado polo arrendamento como via de mobilidade da terra e de ampliaçom das exploraçons, tendeu a incrementar a importáncia das superfícies neste regime; e concretamente fixo que aumentara a importáncia do "arrendamento mixto".

-Ao mesmo tempo, produziu-se em cámbio um retrocesso geral das exploraçons (e da superfície) em arrendamento puro, devido à compra polos arrendatários da propriedade dessas terras, ou bem à assunçom do seu cultivo directo polos proprietários.

O saldo neto desses dous movimentos contrapostos, determinou a evoluçom do peso global do arrendamento, do volume e a percentagem da superfície neste regime. O signo desse saldo variou segundo os países; pero, em geral, observa-se que naqueles países de predomínio tradicional da tenéncia directa (como é o caso de Galiza), o peso das terras arrendadas aumentou (o que se explica porque o primeiro fenómeno tivo aqui umha maior relevância quantitativa que o segundo).

A evoluçom que constatamos na agricultura galega nom se ajusta a essa regla geral. Aqui partía-se de um elevado predomínio da tenéncia directa em 1962; e este nom diminuiu, senom que se acentuou ainda mais, durante as três últimas décadas. Ou, expressado noutras palavras, o reduzido peso que tinham os regimes indirectos, e concretamente o arrendamento, diminuiu ainda mais nestes decénios. Aplicando o esquema anterior, podemos afirmar que isto tivo que dever-se: à escassa ou nula importáncia que registou em Galiza o primeiro fenómeno (a expansom do arrendamento mixto); e à magnitude muito maior do segundo movimento (o retrocesso das superfícies em arrendamento ou aparçaria "puros"). Estas som as duas conclusons que, numha primeira leitura, podemos extraer das cifras; os dous elementos que marcárom aqui a evoluçom recente dos modos de tenéncia. Imos desenvolver algo mais cada um desses dous pontos.

i. A primeira conclusom, e quiçás a mais importante, que se desprende dos dados, é o papel escasso ou nulo que jogou em Galiza o arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra e via para a ampliaçom da base territorial das exploraçons.

Essa conclusom é coerente com o que constatamos ao analisar as mudanças na estrutura dimensional das exploraçons. Víamos ali que em Galiza essas mudanças fórom nas últimas décadas quase irrelevantes; que foi extremadamente reduzido o volume de superfícies liberadas e "movidas" entre exploraçons. Pois bem, a evoluçom que se observa nos modos de tenéncia, está em consonáncia com esses resultados. Esta evoluçom avala a

afirmaçom de que as mudanças estruturais fórom aqui de mui pouca entidade; e indica-nos, em concreto, que o arrendamento nom desempenhou um papel relevante nesse processo, como via de ampliaçom das exploraçons.

Neste sentido, a dinámica registada na agricultura galega está acorde com a hipótese geral formulada por Maunder. E, em concreto, essa dinámica encaixa nos resultados que para Espanha obtenhem E.Arnalte e E.Ramos Leal: a relaçom existente entre a magnitude das mudanças estruturais nas diversas regions, e o grau de difusom alcançado nelas polo arrendamento. Desde essa perspectiva, Galiza aparece como um espaço agrário no que essas mudanças fórom escassas, e, em correspondéncia com isso, caracterizado por umha escassa difusom do arrendamento.

Tendo em conta que na Europa Ocidental esta foi em geral a principal via de mobilidade da terra, podemos afirmar que a reduzida magnitude alcançada em Galiza polas mudanças estruturais, relaciona-se principalmente com essa escassa difusom que tivo aqui o arrendamento.

ii. O factor que acabamos de exponher explica que o peso do arrendamento, partindo de um nível baixo em 1962, nom se incrementara em Galiza durante as últimas décadas. Agora bem, a superfície neste regime de tenéncia, e globalmente a que está em regimes indirectos, nom só nom aumentou ao longo destes anos, senom que experimentou um forte descenso. Concretamente, o volume de terras em arrendamento reduziu-se entre 1962 e 1989 em quase 62.000 hes, o que supom o 54% da cifra inicial. E a superfície trabalhada em aparçaria diminuiu neste período em quase o 90% (ver quadro 7.66).

Esta reduçom devemos vincula-la, em princípio, com o segundo dos fenómenos gerais que sinalamos antes: o retrocesso das exploraçons em tenéncia indirecta "pura". Nuns termos mais gerais, os dados ponhem de manifesto que **umha grande parte das terras que estavam arrendadas ou em aparçaria ao início do período[349], deixárom de estar nesta situaçom ao longo do mesmo. Esta é a segunda conclusom a destacar**, e o segundo factor que explica a evoluçom registada em Galiza polos modos de tenéncia.

O aspeito que compriria precisar aqui refire-se ao contido concreto das mudanças que dérom lugar a essa variaçom. Noutras palavras: qual foi o "destino" dessas terras, a situaçom à que passárom ao deixar de ser trabalhadas em arrendamento ou aparçaria. Inicialmente, temos duas possibilidades: que

---

[349] Já corresponderam estas a exploraçons com toda a superfície nestes regimes, ou bem formaram parte de unidades com terras em propriedade.

quedaram abandonadas, fora da produçom agrária; ou bem, que passaram a ser trabalhadas em tenéncia directa. Isto último, á sua vez, pode ser conseqüéncia, como temos indicado, de dous processos diferentes: a compra polo arrendatário ou caseiro da propriedade das terras que vinha trabalhando; ou bem, o passo das mesmas à exploraçom directa polo proprietário.

Nom dispomos de dados que nos permitam conhecer com precisom que foi o que sucedeu realmente em Galiza durante as últimas décadas; que importáncia relativa tivérom esses trés destinos possíveis para as terras que estavam em regimes indirectos: a sua compra polo arrendatário, o passo ao cultivo directo polo proprietário, ou, a terceira opçom, a sua "saída" da produçom agrária. Sobre isto, unicamente podemos aportar certos indícios ou referéncias genéricas.

Em princípio, contamos com algumha evidéncia empírica que confirma a existéncia do primeiro fenómeno: as compras de terras polos arrendatários. Concretamente, os dados que recopilamos sobre as transacçons registadas no mercado de terras na comarca de Arçua durante os anos 1987-1988, e que analisamos na terceira parte desta investigaçom, permitem constatar a realizaçom desse tipo de operaçons. Ademais, as testemunhas directas que recolhemos com ocassom desse estudo, fam pensar que esse processo tivo nalguns concelhos concretos umha certa relevância quantitativa nas décadas recentes. Nom estamos, sem embargo, em condiçons de precisar a importáncia desse processo, frente aos outros destinos possíveis das terras arrendadas que antes sinalamos.

As únicas observaçons relativamente detalhadas, e com certa base empírica, que sobre esse tema encontramos na literatura, som as que nos oferece A.Bouhier. Este autor parte de constatar a forte reduçom da superfície em arrendamento e aparçaria, que se regista na década dos 60 naquelas comarcas onde esses regimes tinham tradicionalmente umha maior preséncia. E, baseando-se em inquéritos realizados sobre o terreo, afirma que o que sucedeu na maior parte dos casos foi que essas terras passárom a ser exploradas directamente polos proprietários, depois de que marcharam ou se jubilaram os arrendatários ou caseiros que as vinham trabalhando[350].

De forma mais precisa, o tipo de comportamento que Bouhier sinala como mais freqüente é o seguinte: esses proprietários, ao produzir-se a marcha do arrendatário, cedem de novo em arrendamento, a outros agricultores das proximidades, as terras cultivadas e os prados (que nom representam mais que umha pequena proporçom da superfície total da antiga exploraçom); e conservam eles, para o seu aproveitamento directo, as terras a monte,

---

[350] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1140-1144.

destinando umha boa parte delas ao repovoamento florestal[351]. Deste modo, o que se produze para a maior parte das terras, nom é realmente que os proprietários assumam o seu cultivo directo, senom que quedam abandonadas ou passam á produçom florestal.

Isso é o mais freqüente nas últimas décadas. O autor aponta ao respeito a modificaçom que se produziu a partir de 1960/62, na lógica de actuaçom dos medianos e grandes proprietários absentistas[352]. Nos decénios precedentes, muitos destes proprietários vendérom as suas terras, aos arrendatários e caseiros, ou a outros agricultores; e, portanto, o retrocesso dos regimes de tenéncia indirectos nestes anos, deveu-se em grande medida à compra das superfícies polos agricultores. Desde princípios dos 60, sem embargo, o comportamento desses proprietários modificou-se: devido em boa medida à inflaçom, estes tratam agora de conservar a propriedade das terras, cedendo em pequenos lotes o lavradio e os prados, e repovoando com árvores as superfícies de monte.

Deste modo, segundo a exposiçom de Bouhier, o retrocesso que experimentam o arrendamento e a aparçaria nas décadas recentes, correspondeu-se na maior parte dos casos com a saída da produçom agrária dessas superfícies.

Em ausência doutro tipo de evidéncia empírica, podemos aceitar de modo provisório a validez geral dessa afirmaçom. Sem embargo, hai umha matizaçom que nos parece importante. A sua argumentaçom refire-se a um tipo concreto de superfícies: as que integravam as exploraçons em arrendamento "puro" (ou aparçaria "pura"), e que pertenciam a medianos ou grandes proprietários. Agora bem, como veremos a continuaçom, nas últimas décadas em Galiza nom só se reduzírom essas superfícies. Também diminuiu o volume de terras arrendadas e em aparçaria que formavam parte de exploraçons com terras em propriedade. É dizer, que muitas pequenas propriedades tomadas em arrendamento, como complemento das terras próprias, também deixárom de figurar nesta situaçom. Cabe perguntar-se se isto se deveu também ao abandono dessas superfícies; ou se, polo contrário, aqui foi mais freqüente a compra dessas pequenas propriedades polo agricultor que as vinha trabalhando. Os indícios apontam, como veremos, à primeira resposta; pero nom podemos afirma-lo com total seguridade.

---

[351] Ver: Ibidem, pp. 1140-1142.

[352] Ver: Ibidem, pp. 1166-1169.

d. A evoluçom da importáncia das exploraçons em regimes indirectos "puros", e daquelas em regimes "mixtos" (1962-1989).

Ademais das cifras globais que já vimos, os censos agrários oferecem também dados sobre a evoluçom dos modos de tenéncia por categorias ou tipos de exploraçons; dados nos que as unidades de produçom aparecem classificadas segundo o modo de tenéncia das suas terras. Estes resultados mais detalhados fam possível contrastar de forma rigorosa, e precisar, as duas conclusons que acabamos de exponher, sobre os fenómenos esenciais que marcárom a dinámica recente dos modos de tenéncia na agricultura galega.

Assi, no **quadro 7.71** recolhemos a evoluçom registada no período 1962-1989 polo volume de superfícies em arrendamento e em aparçaria, distinguindo dentro delas dous grupos:

-Por umha parte, as superfícies que correspondem a exploraçons com a totalidade das suas terras nesse regime: exploraçons em arrendamento "puro", e em aparçaria "pura".

-E, pola outra, aquelas superfícies que estám integradas em exploraçons baixo regimes "mixtos"; é dizer, em unidades que tenhem também terras noutros regimes, no caso mais habitual terras em propriedade[353].

Estes dados permitem-nos conhecer com precisom o contido das mudanças operadas em Galiza; e ver em que medida essas mudanças estivérom acorde com as tendéncias constatadas em geral nos países do nosso entorno.

A resposta a esta última questom é afirmativa no que se refire à segunda das tendéncias gerais observadas nestes países: o **retrocesso das exploraçons (e da superfície) em regimes indirectos puros**. Este retrocesso produziu-se também na nossa agricultura durante as

---

[353] Os dous primeiros censos agrários nom oferecem umha informaçom totalmente precisa sobre este ponto; porque no caso das exploraçons com terras em vários modos de tenéncia, unicamente se indica o regime dominante. Assi, por exemplo, para as exploraçons com "mais do 50% da superfície em arrendamento", nom se especifica se a superfície restante está em propriedade, em aparçaria, ou baixo outro regime.

Os resultados dos dous últimos censos agrários (os de 1982 e 1989), em cámbio, si fam possível precisar esse extremo, ainda que seja de um modo indirecto. A razom disto é que nestes resultados figura o número total de exploraçons que contam com algumha superfície nos diversos regimes. Assi, por exemplo, podemos conhecer a cifra total de unidades que tenhem algumha terra em propriedade. Pois bem, o que observamos aqui confirma a afirmaçom que fazemos no texto: a prática totalidade das exploraçons em regimes mixtos tenhem terras em propriedade.

décadas recentes, sendo de destacar ademais a sua forte intensidade relativa. Assi, no quadro 7.71 vemos que a superfície em arrendamento puro diminuiu entre 1962 e 1989 num 73,3%; e a integrada em exploraçons em aparçaria pura experimentou umha caída ainda mais forte: -90,5%.

Deste modo, se as exploraçons em tenéncia indirecta pura tinham já em Galiza umha importáncia bastante limitada a princípios dos anos 60 (tanto em número como pola superfície ocupada), a sua preséncia reduziu-se de modo acusado durante as três últimas décadas. Dacordo com o que antes expuxemos, isto deveu-se na maior parte dos casos à desapariçom destas exploraçons (e nom á sua compra polos arrendatários ou caseiros); e as terras quedárom depois disso nas maos dos proprietários, passando na sua maioria a usos florestais ou ficando abandonadas. Aceitada esta interpretaçom, os dados que acabamos de ver indicam-nos que a grande maioria das exploraçons arrendadas ou em aparçaria que havia em 1962, desaparecérom ao longo das últimas décadas; sendo esta desapariçom muito mais intensa que a registada para as exploraçons trabalhadas em propriedade[354].

Quadro 7.71. Variaçom da superfície em arrendamento e aparçaria, distinguindo a que corresponde a exploraçons com todas as terras baixo esses modos de tenéncia, e a que está em unidades com regimes "mixtos". Galiza 1962-1989.

	Superfície (hes)		Variaçom 1962-89	
	1962	1989	hes	%
I. ARRENDAMENTO.				
a. Total superfície em arrendamento	136912	74600	-62312	-45,5%
b. Arrendamento puro (1)	48495	12928	-35567	-73,3%
c. Arrendamento combinado com terras noutros regimes (2)	88417	61672	-26745	-30,2%
b/a (%)	35,4%	17,3%		
II. APARÇARIA.				
a. Total superfície em aparçaria	84790	10243	-74547	-87,9%
b. Aparçaria "pura" (1)	52291	4951	-47340	-90,5%
c. Aparçaria combinada com terras noutros regimes (2)	32499	5292	-27207	-83,7%
b/a (%)	61,7%	48,3%		

(1) Superfície correspondente a exploraçons com todas as terras baixo esse regime.
(2) Superfície nesse regime (arrendamento ou aparçaria), que está em exploraçons que tenhem terras em regimes diferentes (normalmente terras em propriedade).
NOTA: Os dados refirem-se aqui ao total de superfícies censadas, incluídas as das unidades maiores de 100 hes.
Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989. Elaboraçom própria.

[354] Ao respeito ver também o quadro 7.72, que figura mais adiante.

Passemos agora ao outro tipo de superfícies arrendadas e em aparçaria: aquelas que formam parte de exploraçons em regimes mixtos, complementando na maioria dos casos as terras propriedade do titular. Como sinalamos antes, o volume destas superfícies (em concreto o daquelas em "arrendamento mixto"), aumentou em geral nos países da Europa Ocidental. Isto deveu-se ao importante papel jogado polo arrendamento como via de mobilidade da terra e de ampliaçom das exploraçons. Mais concretamente, essa expansom tivo a sua origem na toma de terras arrendadas por parte dos agricultores-proprietários, com o fim de agrandar a sua unidade de produçom.

Pois bem, no quadro 7.71 podemos observar que a evoluçom registada em Galiza difire claramente dessa tendéncia geral. O volume dessas superfícies nom aumentou aqui em absoluto, experimentando ao contrário umha reduçom considerável.

Em primeiro lugar, vemos que as terras em aparçaria integradas em exploraçons "mixtas", diminuírom entre 1962 e 1989 num 83,7%; descenso este que é similar ao registado polas superfícies em aparçaria pura. Este fenómeno pode considerar-se normal, posto que tampouco noutros países a aparçaria tivo, em geral, um papel significativo nas últimas décadas como mecanismo de mobilidade da terra.

O que resulta realmente significativo, e digno de salientar, é a evoluçom que se observa no nosso caso para as superfícies em arrendamento mixto: o seu volume reduziu-se também no período 1962-1989, exactamente num 30,2% (ver quadro 7.71).

Estes dados confirmam a principal conclusom que estabelecemos mais atrás: o papel praticamente nulo que em Galiza jogou o arrendamento como via de mobilidade da terra, como mecanismo utilizado polos agricultores-proprietários para a ampliaçom da sua exploraçom. A superfície "movida" ao través desta via durante os 30 últimos anos foi insignificante.

Pero os dados indicam ainda mais. Deles desprende-se que umha boa parte das terras que em 1962 estavam arrendadas, complementando em muitas exploraçons as superfícies propriedade do titular, já nom aparecem nessa situaçom em 1989. Nalguns casos, isto pudo dever-se à adquisiçom polos agricultores dessas pequenas propriedades, que vinham trabalhando em cesom, e que passárom deste modo a engrossar a superfície em tenéncia directa. Sem embargo, nom parece que este suposto fora o maioritário. Os indícios disponíveis[355] apontam a que na maioria das vezes o que se produziu foi o

---

[355] Ver os dados que analisamos mais adiante, referidos à evoluçom dos regimes de tenéncia nas exploraços dos diversos grupos de tamanho.

abandono, a devoluçom, dessas pequenas propriedades arrendadas; sendo este o primeiro passo no declive ou contracçom das exploraçons, prévia à sua desapariçom. Neste processo de contracçom, os agricultores começam por desfazer-se, por deixar de trabalhar, as terras que tinham arrendadas, quedando a exploraçom reduzida a aquelas da sua propriedade.

Em definitiva, pois, durante as três últimas décadas nom só a superfície "movida" ao través do arrendamento foi insignificante, senom que muitas das pequenas propriedades que foram tomadas em arrendamento nos anos ou decénios anteriores, como complemento das terras próprias, quedárom abandonadas. Todo isto, que se constata nos dados referidos aos modos de tenéncia, está em perfecta consonáncia com o que vimos ao analisar a evoluçom do número e superfície das exploraçons; e reafirma portanto a solidez da conclusom geral que obtinhamos alí: a auséncia quase total durante os últimos 30 anos, de um processo de concentraçom da terra entre as exploraçons, de umha ampliaçom na base territorial das exploraçons agrárias.

As tendéncias que acabamos de constatar, reflectem-se também noutro tipo de cifras que publicam os censos agrários: as referidas à distribuçom do número de exploraçons segundo o modo de tenéncia das suas terras. As variaçons que se registárom nestas cifras entre 1962 e 1989, podemo-las resumir em três pontos **(ver quadro 7.72)**:

i. **Em primeiro lugar, produziu-se umha reduçom mui forte no número e a importáncia relativa das exploraçons em regimes indirectos puros**. Esta categoria tinha umha preséncia bastante limitada já na data inicial: sumando as exploraçons em arrendamento puro e aquelas em aparçaria pura, o seu número era em 1962 de umhas 29.000, o 6,9% do total de unidades censadas neste ano. Pero, partindo dessa situaçom, o peso destas exploraçons registou umha caída mui intensa nas últimas décadas, desaparecendo a grande maioria delas.

   Deste modo, a sua preséncia é na actualidade quase irrelevante em termos quantitativos: o Censo agrário de 1989 contabiliza unicamente 2.758 exploraçons em arrendamento puro, e 357 em aparçaria pura; em total, som 3.115 unidades, o 0,9% das censadas nesta data[356].

---

[356] Apesar do seu reduzido número, estas exploraçons nom devem ser esquecidas. De feito, nos últimos anos tenhem sido origem de conflitos sociais com umha grande resonáncia pública, derivados concretamente do problema dos "arrendamentos históricos". O que si podemos afirmar é que este tipo de realidade social (a dos arrendatários ou caseiros que carecem de terras próprias), constitue na actualidade unicamente o resíduo de um fenómeno muito mais extendido no passado.

ii. **Também se reduziu de modo considerável nestas décadas a importância das exploraçons em regimes mixtos.** De feito, ainda que a diminuçom foi aqui de menor intensidade relativa que no grupo anterior, em termos absolutos a sua magnitude foi mui superior (dada a importante preséncia que estas exploraçons tinham na data inicial).

Concretamente, o número total de exploraçons com terras em mais de um regime de tenéncia, diminuiu de 131.000 em 1962 a 50.000 em 1989; passando assi de representar o 31,2% do total de unidades censadas na primeira data, ao 14,0% em 1989.

Dentro desse conjunto, o retrocesso alcançou a sua maior intensidade relativa no caso das exploraçons com domínio das terras em tenéncia indirecta (aquelas "com mais do 50% da superfície em arrendamento", e "com mais do 50% em aparçaria"). Sem embargo, a reduçom mais importante em termos absolutos registou-se para a categoria de exploraçons que tenhem a maior parte das terras em tenéncia directa (complementando estas com algumhas superfícies alheias). Em 1962 figuravam nesta categoria umhas 90.000 exploraçons, o 21,3% do total, cifra esta que em 1989 tinha baixado a menos de 40.000, o 10,9% do total (ver quadro 7.72).

Temos aqui outro dado que pom de manifesto o que antes indicamos: que fórom mui escassos os agricultores-proprietários que nas últimas décadas ampliárom a sua exploraçom tomando terras arrendadas; em cámbio, muitos dos que em 1962 tinham algumhas superfícies arrendadas, desfixérom-se delas nas últimas décadas, ao desaparecer ou contraer-se a exploraçom.

iii. **O resultado das mudanças anteriores foi um notável reforçamento do predomínio das exploraçons em tenéncia directa pura. Estas unidades, as formadas integramente por terras propriedade do titular ou da sua família, passárom de representar o 60,8% do total em 1962, ao 84,4% em 1989.** E foi esta a única categoria de exploraçons que viu incrementar o seu número e a sua proporçom durante o período (ver quadro 7.72).

Portanto, frente à expansom das exploraçons em regimes mixtos, que caracteriza em geral a evoluçom recente nos países da Europa Ocidental, o que define as tendéncias registadas em Galiza é a acentuaçom do predomínio das unidades em tenéncia directa pura.

Quadro 7.72. Distribuçom das exploraçons agrárias segundo o regime de tenéncia das suas terras em 1962 e 1989. Galiza
(cifras referidas às exploraçons censadas menores de 100 hes)

	No. de exploraçons		%	
	1962	1989	1962	1989
-Exploraçons com todas as terras num só regime de tenéncia:				
1. Propriedade	255840	301241	60,8%	84,4%
2. Arrendamento	21984	2758	5,2%	0,8%
3. Aparçaria	7103	357	1,7%	0,1%
4. "Outros regimes"	4477	2455	1,1%	0,7%
SUBTOTAL MODOS "PUROS"	289404	306811	68,8%	86,0%
-Exploraçons com terras em em vários regimes:				
5. Com mais do 50% em propriedade	89589	38877	21,3%	10,9%
6. Com mais do 50% em arrendamento	17805	6561	4,2%	1,8%
7. Com mais do 50% em aparçaria	7519	528	1,8%	0,1%
8. Com mais do 50% em "outros reg."	6920	2684	1,6%	0,8%
9. Outros casos (sem nengum regime dominante)	9283	1413	2,2%	0,4%
SUBTOTAL MODOS "MIXTOS"	131116	50063	31,2%	14,0%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	420520	356874	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

3. A evoluçom dos modos de tenéncia da terra nas exploraçons dos diferentes grupos de tamanho.

Continuando com a exposiçom, imos examinar agora as variaçons que experimentárom os modos de tenéncia da terra nas exploraçons dos diferentes grupos de tamanho. Para esta análise serviremo-nos de dous tipos de dados estatísticos, os mesmos que vimos nas páginas anteriores para o total de exploraçons: por um lado, os referidos á distribuçom da superfície por modos de tenéncia; e polo outro, os que correspondem à classificaçom das unidades de produçom segundo o modo de tenéncia das suas terras.

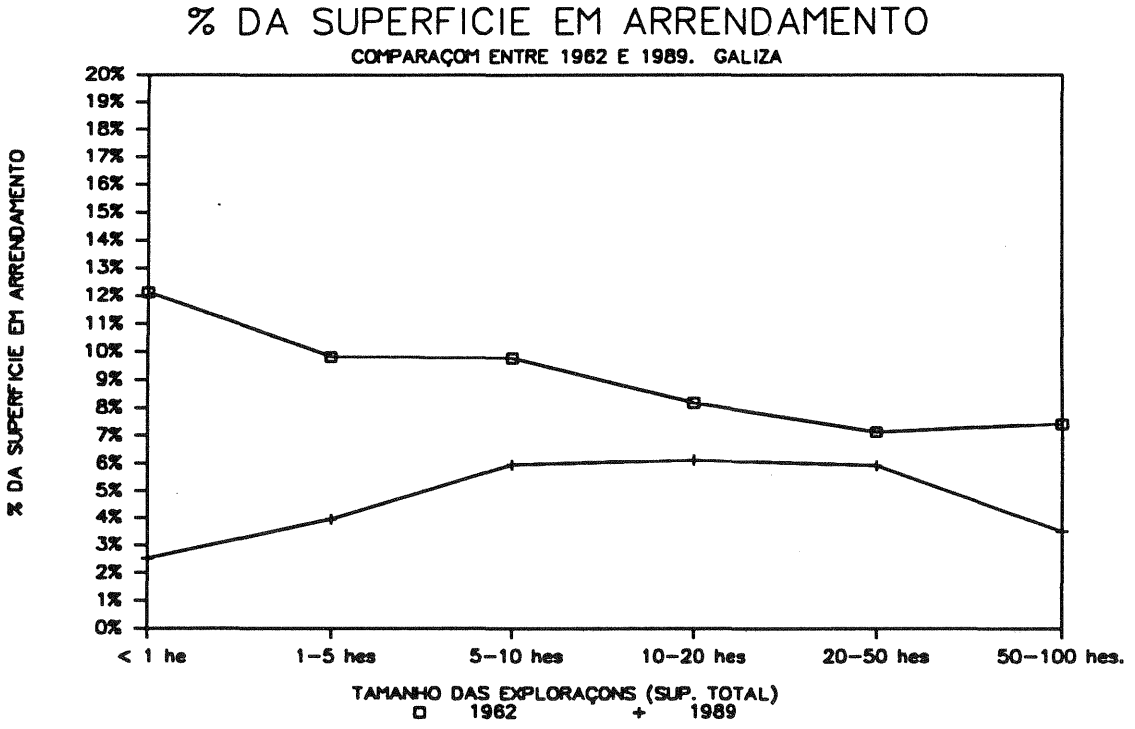
Esses dous tipos de cifras aparecem reproduzidas nos **quadros 7.73 e 7.74**, respectivamente. Em ambos casos recolhemos a situaçom existente, por categorias de exploraçons, nas datas inicial e final do período estudado (1962 e 1989). A continuaçom trataremos de resumir os feitos mais salientáveis que se

observam nestes dados, centrando-nos na evoluçom registada polos modos de tenéncia indirectos.

a. As variaçons na importáncia do arrendamento.

Para facilitar a análise deste primeiro aspeito elaboramos o **gráfico 7.33**, onde aparece representado o peso relativo que tinham as terras arrendadas nas diferentes categorias de exploraçons em 1962, e a situaçom existente em 1989.

Gráfico 7.33.



Podemos observar aí que a importáncia do arrendamento diminuiu neste período em todos os grupos de tamanho, ainda que o fixo com umha intensidade variável. `A hora de interpretar essa evoluçom, convém que diferenciemos as exploraçons menores de 10 hes, das que estám por encima deste umbral:

-A reduçom mais forte no peso do arrendamento, registou-se nas exploraçons de pequena e mui pequena dimensom, que eram aquelas onde este regime tinha umha maior preséncia em 1962. Nas menores de 1 he, esse retrocesso deveu-se principalmente à desapariçom de micro-exploraçons em arrendamento puro, que eram ao começo do período relativamente

numerosas. Portanto, as cifras indicam-nos aqui que o éxodo agrário dos pequenos arrendatários foi especialmente intenso, muito mais que o dos pequenos proprietários. Pola sua parte, o forte retrocesso deste regime que se constata também nas categorias de 1-5 hes e 5-10 hes, responde em parte a fenómenos diferentes, já que se deveu em grande medida ao abandono de superfícies em "arrendamento mixto"[357].

Numha visom global, hai que destacar que a diminuçom mais forte do peso das terras arrendadas, tivo lugar naqueles grupos de tamanho afectados polo processo de desapariçom de exploraçons no período 1962-1989; e essa diminuçom foi mais intensa quanto menor a dimensom das exploraçons (ver gráfico 7.33). Isto avala a conclusom que já expuxemos anteriormente: que o retrocesso do arrendamento se correspondeu, na maior parte dos casos, com um abandono destas superfícies, e nom com a sua adquisiçom por parte dos arrendatários.

-Ainda que fora em menor quantia, o peso relativo das terras arrendadas reduziu-se também nas categorias dimensionais superiores às 10 hes, que, como sabemos, som aquelas onde o número de exploraçons se mantivo estável ou aumentou no período 1962-1989. Isto é coerente com a escassa magnitude da concentraçom de terras que se operou em favor destes grupos. Pero, ademais, o feito de que a importáncia do arrendamento diminuira aqui, sugire que a toma de superfícies arrendadas nom jogou um papel relevante na (escassa) mobilidade da terra que se produziu[358].

b. A evoluçom da importáncia da aparçaria.

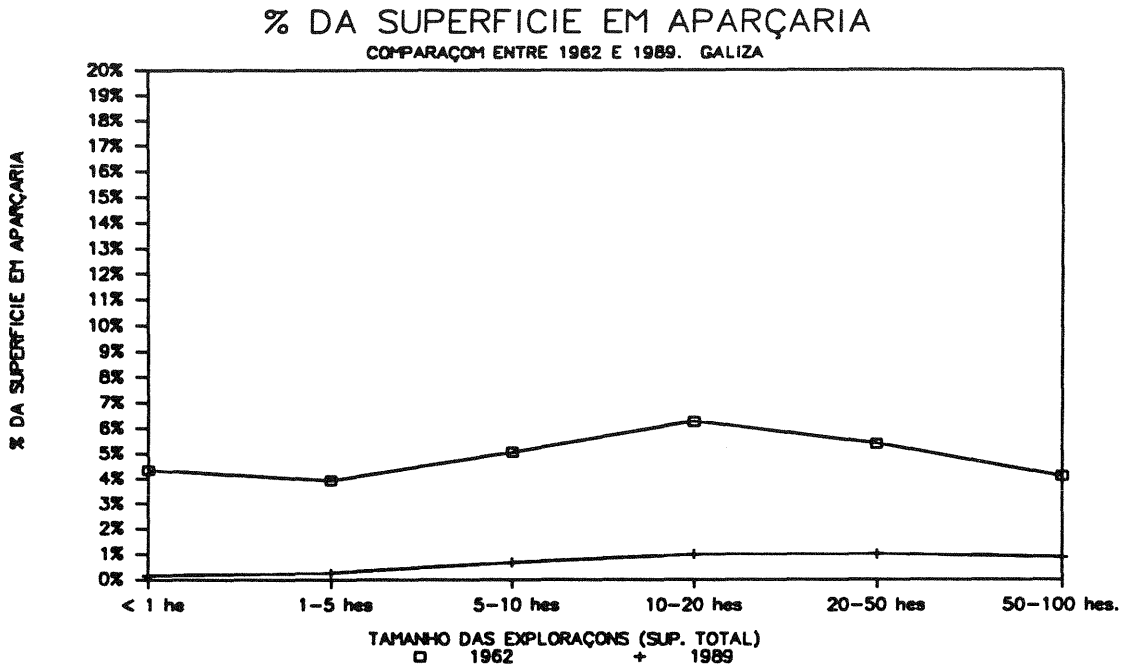
De modo similar ao que fixemos para o arrendamento, no **gráfico 7.34** representamos o peso que as terras em aparçaria tinham nos distintos grupos de tamanho em 1962, e a situaçom que se regista em 1989.

---

[357] Para efectuar estas afirmaçons, apoiamo-nos na análise combinada das cifras que figuram nos quadros 7.73 e 7.74.

[358] Neste sentido, a evoluçom que se observa neste aspeito em Galiza contrasta, por exemplo, com a que registam os dados para o conjunto da agricultura espanhola. Em Espanha a importáncia do arrendamento aumentou, no período 1962-82, naqueles grupos de tamanho onde se incrementa o número de exploraçons, é dizer naqueles que se vem reforçados polo processo de concentraçom da terra. Ver:
-ARNALTE ALEGRE, Eladio / RAMOS LEAL, Eduardo, "Arrendamiento...", op. cit., pp. 188-189.

Gráfico 7.34.



As mudanças que se produzírom entre essas duas datas, podemo-las resumir neste caso numha nota mui simples: a aparçaria experimentou um retrocesso mui forte e praticamente uniforme em todos os grupos de tamanho, sem que esse movimento apresente matizes dignos de mençom.

Como conseqüéncia dessa evoluçom, a preséncia deste regime é na actualidade (em 1989) quase insignificante em todos os estratos, nom superando em nengum deles o 1% da superfície total das exploraçons (ver gráfico 7.34 e quadro 7.73). Unicamente cabe sinalar que, dentro dessa escassa importáncia geral, o peso da aparçaria aumenta com o incremento do tamanho das exploraçons, alcançando o seu máximo nas unidades maiores de 10 hes. Isto pom de manifesto que os restos deste regime de tenéncia, que pervivem na actualidade, correspondem-se principalmente com o que é em Galiza a imagem habitual do "caseiro": exploraçons de mediana e grande dimensom, formadas integramente por superfícies em aparçaria. Insistimos, nom obstante, em que a sua preséncia é hoje, numha perspectiva global, quase testemunhal.

c. A evoluçom da percentagem de exploraçons em regimes indirectos puros, e a daquelas em regimes mixtos.

Quedam-nos por analisar os dados referidos à distribuçom das exploraçons segundo o modo de tenéncia das suas terras (ver quadro 7.74). O elevado

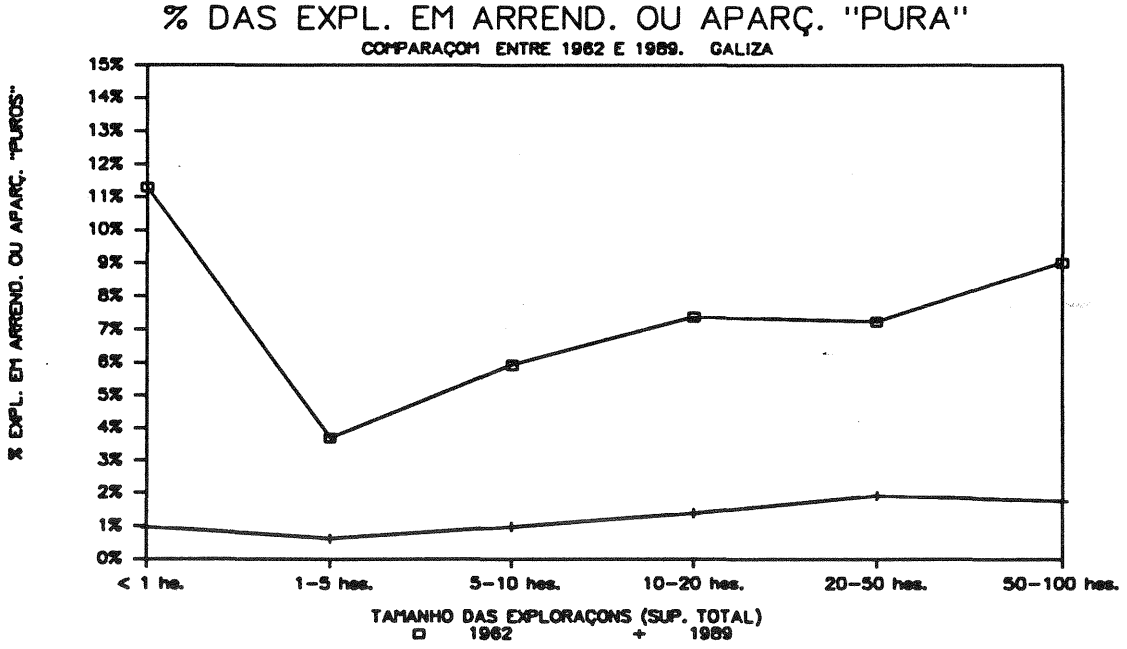
número de rúbricas que se diferenciam nesta classificaçom (9 em total) fai difícil, sem embargo, a percepçom das variaçons registadas neste aspeito entre 1962 e 1989. Por este motivo, pareceu-nos conveniente efectuar umha agrupaçom dessas rúbricas, distinguindo os agregados que podem resultar de maior interesse. Isto foi o que fixemos nos **graficos 7.35 e 7.36.**

No primeiro gráfico aparece representada a percentagem que suponhem, em 1962 e 1989, a suma das exploraçons em arrendamento puro e em aparçaria pura. E no segundo figura a proporçom de exploraçons em regimes mixtos[359]. Imos comentar brevemente umhas e outras cifras.

c1. A evoluçom das exploraçons em regimes indirectos puros.

Este tipo de unidades alcançavam a sua maior importáncia relativa em 1962 no grupo das menores de 1 he, caíndo fortemente a sua percentagem no intervalo de 1-5 hes. A partir daí, registava-se um aumento regular até alcançar um segundo máximo no grupo de maior dimensom, as exploraçons de 50-100 hes (ver gráfico 7.35).

Gráfico 7.35.



[359] É dizer, o total de exploraçons com terras em mais de um regime de tenéncia, e que tenhem portanto umha parte da superfície em regimes indirectos, ao lado de terras em propriedade.

Partindo dessa situaçom, as mudanças operadas durante o período 1962-1989 podem resumir-se em duas notas (ver gráfico 7.35):

-A proporçom de exploraçons em arrendamento ou aparçaria puros, reduziu-se de forma acusada em todas as categorias dimensionais. Portanto, podemos afirmar que em todos os grupos de tamanho, a desapariçom das unidades nas que o titular carecia de terras próprias, foi muito mais intensa que a que se deu para as exploraçons nas que o agricultor era proprietário de todas ou parte das terras que trabalhava.

-Dentro dessa tendéncia geral, o retrocesso das exploraçons em regimes indirectos puros, alcançou umha especial intensidade entre as menores de 1 he (onde em 1962 figuravam, sem dúvida, muitos arrendatários e aparceiros semi-jornaleiros).

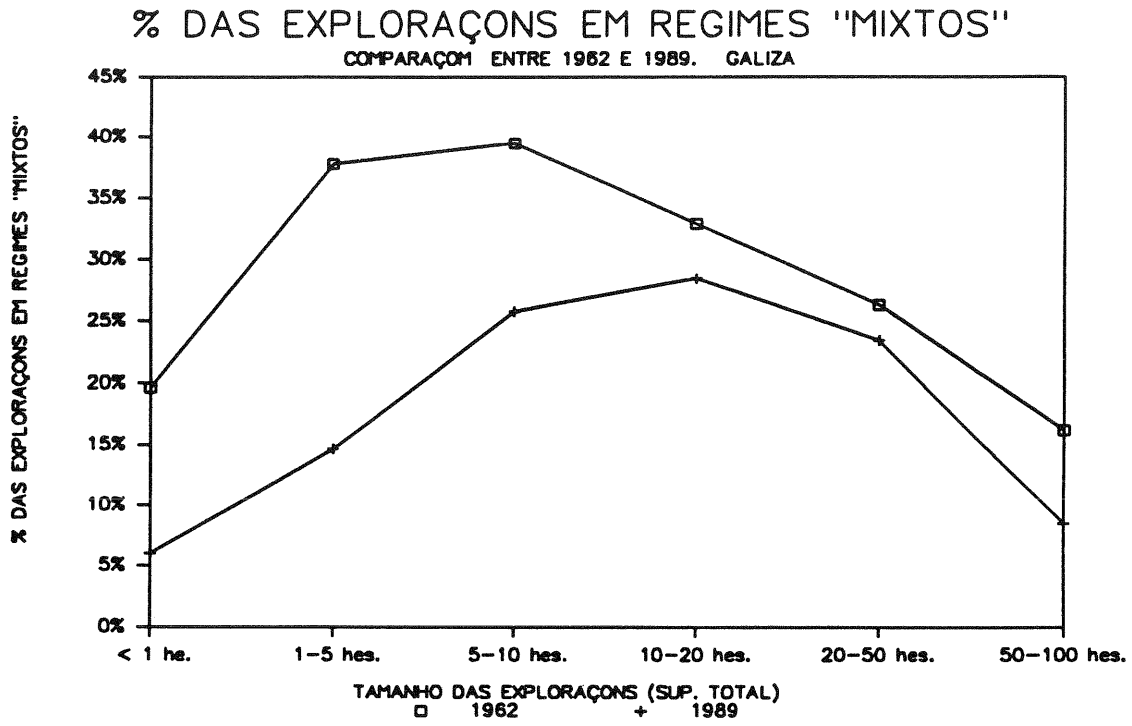
c2. A evoluçom da percentagem de exploraçons em regimes mixtos.

O peso relativo das exploraçons em regimes mixtos diminuiu também, no período 1962-1989, em todos os intervalos de tamanho (ver gráfico 7.36).

A diminuçom mais forte constata-se nos grupos menores de 10 hes, e em concreto nos situados entre 1 e 10 hes, que eram aqueles onde a percentagem destas unidades era maior na data inicial. O que nos indicam aqui as cifras é, pois, que umha grande parte destas exploraçons: ou bem desaparecérom ao longo das últimas décadas; ou bem os agricultores desfixérom-se das terras que trabalhavam em arrendamento ou aparçaria, ficando a exploraçom reduzida às superfícies propriedade do titular e a sua família.

Pero a importáncia relativa das exploraçons em regimes mixtos reduziu-se também, ainda que em menor quantia, nas categorias de tamanho por encima das 10 hes, aquelas em favor das quais se produziu a (escassa) concentraçom da terra registada durante o período. Isto corrobora a conclusom que já vinhemos exponhendo: o papel irrelevante que em Galiza jogou o arrendamento nessa concentraçom, na mobilidade da terra.

Gráfico 7.36.


% DAS EXPLORAÇONS EM REGIMES "MIXTOS"
COMPARAÇOM ENTRE 1962 E 1989. GALIZA
% DAS EXPLORAÇONS EM REGIMES "MIXTOS"
45%
40%
35%
30%
25%
20%
15%
10%
5%
0%
< 1 he.
1-5 hes.
5-10 hes.
10-20 hes.
20-50 hes.
50-100 hes.
TAMANHO DAS EXPLORAÇONS (SUP. TOTAL)
□ 1962
+ 1989

Quadro 7.73. Distribuçom da superfície total por modos de tenéncia nas exploraçons dos diversos grupos de tamanho; 1962 e 1989. Galiza

A. SITUAÇOM EM 1962.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Superfície Total (hes)	% da superfície nos diferentes regimes			
		Tenéncia directa	Arrenda-mento	Aparçaria	Outros regimes
< 1 he	62445	80,6%	12,1%	4,3%	2,9%
1-5 hes	452826	82,6%	9,8%	3,9%	3,7%
5-10 hes	395033	81,5%	9,8%	5,0%	3,7%
10-20 hes	352135	82,3%	8,2%	6,2%	3,3%
20-50 hes	171190	84,0%	7,1%	5,4%	3,5%
50-100 hes.	32118	81,5%	7,4%	4,1%	7,0%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	1465747	82,3%	9,1%	5,0%	3,6%

B. SITUAÇOM EM 1989.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Superfície Total (hes)	% da superfície nos diferentes regimes			
		Tenéncia directa	Arrenda-mento	Aparçaria	Outros regimes
< 1 he	59005	96,1%	2,5%	0,1%	1,2%
1-5 hes	338654	93,8%	4,0%	0,3%	2,0%
5-10 hes	313762	91,0%	6,0%	0,7%	2,4%
10-20 hes	357435	90,3%	6,1%	1,0%	2,6%
20-50 hes	232938	86,9%	5,9%	1,0%	6,2%
50-100 hes	81666	62,5%	3,5%	0,9%	33,2%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS (1)	1383460	89,3%	5,2%	0,7%	4,7%

(1) Exploraçons censadas de superfície total inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.74. Distribuçom das exploraçons dos diferentes grupos de tamanho segundo o regime de tenéncia das suas terras. Comparaçom entre 1962 e 1989. Galiza

A. SITUAÇOM EM 1962.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Num. total de exploraçons	% de exploraçons com toda a superfície em			
		Propried.	Arrend.	Aparçar.	Outros reg.
< 1 he.	146290	67,5%	9,9%	1,4%	1,6%
1-5 hes.	184957	57,8%	2,5%	1,1%	0,7%
5-10 hes.	56549	53,8%	3,1%	2,8%	0,8%
10-20 hes.	25941	58,8%	3,2%	4,1%	0,9%
20-50 hes.	6283	65,6%	3,2%	4,1%	0,9%
50-100 hes.	500	70,2%	5,4%	3,6%	4,6%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	420520	60,8%	5,2%	1,7%	1,1%

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Explor. com terras em mais de um régime de tenéncia				
	Mais do 50% em propr.	> 50% em arrend.	> 50% em aparç.	> 50% em outros reg	Outros casos
< 1 he.	10,1%	3,5%	1,7%	0,9%	3,5%
1-5 hes.	27,2%	4,8%	1,8%	2,0%	1,9%
5-10 hes.	29,6%	4,6%	1,9%	2,3%	1,0%
10-20 hes.	24,4%	3,8%	2,2%	2,0%	0,5%
20-50 hes.	19,9%	3,1%	1,2%	1,9%	0,3%
50-100 hes.	11,8%	2,2%	0,8%	1,2%	0,2%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	21,3%	4,2%	1,8%	1,6%	2,2%

B. SITUAÇOM EM 1989.

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Num. total de exploraçons	% de exploraçons com toda a superfície em			
		Propried.	Arrend.	Aparçar.	Outros reg.
< 1 he.	133071	92,6%	0,9%	0,0%	0,5%
1-5 hes.	142682	84,3%	0,6%	0,0%	0,4%
5-10 hes.	45155	72,7%	0,8%	0,2%	0,6%
10-20 hes.	26252	69,3%	0,9%	0,5%	1,0%
20-50 hes.	8510	70,8%	1,4%	0,6%	3,9%
50-100 hes.	1204	58,2%	1,0%	0,7%	31,5%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	356874	84,4%	0,8%	0,1%	0,7%

Tamanho das exploraçons (Sup.Total)	Explor. com terras em mais de um régime de tenéncia				
	Mais do 50% em propr.	> 50% em arrend.	> 50% em aparç.	> 50% em outros reg	Outros casos
< 1 he.	3,9%	1,2%	0,1%	0,5%	0,3%
1-5 hes.	11,5%	1,9%	0,1%	0,9%	0,3%
5-10 hes.	21,0%	2,9%	0,3%	0,9%	0,7%
10-20 hes.	23,5%	2,9%	0,4%	1,0%	0,7%
20-50 hes.	18,0%	3,1%	0,4%	1,1%	0,8%
50-100 hes.	5,1%	2,4%	0,2%	0,6%	0,3%
TOTAL EXPLORAÇONS AGRARIAS	10,9%	1,8%	0,1%	0,8%	0,4%

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

4. A evoluçom dos modos de tenéncia da terra por províncias (1962-1989).

Umha vez conhecidas em detalhe as tendéncias no conjunto de Galiza, passamos a referir-nos por último à dinámica espacial dos modos de tenéncia. Dous som em concreto os objectivos que guiarám aqui a nossa análise:

-Por umha parte, trata-se de aclarar a evoluçom que experimentárom os regimes de tenéncia da terra nas diferentes áreas da geografia galega, as possíveis divergéncias existentes neste aspeito entre umhas e outras zonas.

-De modo mais específico, interessa-nos contrastar se se observa ou nom umha relaçom significativa, entre o grau de difusom do arrendamento nas diversas zonas, e a importáncia das mudanças registadas em cada umha delas na estrutura das exploraçons. Com isto pretendemos verificar, desde outro ponto de vista, o papel que em Galiza jogou o arrendamento como via para a mobilidade da terra e as mudanças estruturais.

No epígrafe que agora começa examinamos as cifras por províncias, deixando para o seguinte epígrafe a análise dos dados a nível municipal.

a. As variaçons experimentadas polos modos de tenéncia da terra a nível provincial.

No **quadro 7.75** recolhemos a evoluçom que registárom os modos de tenéncia da terra no período 1962-1989 em cada das províncias galegas.

Para começar, convém que lembremos brevemente qual era a situaçom de partida, a princípios dos anos 60. As 4 províncias apresentavam nesta data um claro predomínio das terras em tenéncia directa, que suponhiam em todas elas mais do 75% da superfície total das exploraçons. Sem embargo, dentro desse traço geral comum, existiam diferéncias significativas no que respeita ao peso concreto dos diversos regimes **(ver quadro 7.75)**:

-A aparçaria tinha umha presénçia ligeiramente superior nas duas províncias ocidentais, em relaçom às duas orientais: nas primeiras, A Corunha e Pontevedra, as terras trabalhadas neste regime suponhiam o 5,5%-6,5% do total, mentres que em Lugo e Ourense esta percentagem situava-se ao redor do 4%.

-As divergéncias espaciais eram muito maiores ainda no que se refire ao grau de difusom do arrendamento, oponhendo neste caso: às duas províncias meridionais (onde a superfície arrendada nom alcançava o 4% do total), com as duas septentrionais, e em especial A Corunha, nas que o peso deste regime era mui superior.

-Como conseqüéncia disso, o predomínio geral das terras em tenéncia directa, registava umha importante gradaçom espacial: desde o 75,8% da superfície total que suponhiam na província de A Corunha, até as percentagens próximas ao 90% que se constatavam em Ourense e Pontevedra.

As mudanças operadas ao longo do período 1962-1989, seguírom nas 4 províncias as mesmas tendéncias gerais que vimos para o conjunto de Galiza: diminuiu o volume e a importáncia relativa das terras arrendadas; produziu-se um retrocesso mais intenso ainda da aparçaria; e, como resultado disso, acentuou-se em todos os casos o predomínio das superfícies em tenéncia directa. Agora bem, algumhas dessas variaçons nom se dérom com a mesma intensidade em todo o território, senom que a sua magnitude absoluta e o seu ritmo diferírom de umhas a outras províncias (ver quadro 7.75):

-Começando pola aparçaria, este regime experimentou um retrocesso acusado e praticamente uniforme nas 4 províncias, sem que se observem neste aspeito diferéncias espaciais dignas de mençom.

-Nom sucedeu o mesmo, em cámbio, com as terras arrendadas, cuja reduçom se concentrou esencialmente nas duas províncias (A Corunha e Lugo) onde o seu peso em 1962 era maior. Nom só a diminuçom foi aqui superior em termos absolutos, o que seria natural, senom que também alcançou umha maior intensidade relativa. Mentres que nas províncias meridionais, onde a importáncia do arrendamento era já mui escassa, a reduçom foi muito mais lenta[360]. Deste modo, ao mesmo tempo que se reduzia de forma geral o peso relativo deste regime, produziu-se umha atenuaçom das diferéncias provinciais[361].

---

[360] De feito, no quadro 7.75 podemos comprovar que se regista umha correlaçom perfecta entre: a percentagem que suponhia a superfície arrendada em 1962, e a sua diminuçom relativa no período 1962-89. Na província de A Corunha o descenso alcançou o 52,7%, e em Lugo o 44,1%; baixando esta cifra ao 22,6% em Ourense, e o 18,0% em Pontevedra (ver quadro 7.75).

[361] Assi, a proporçom da superfície que está em arrendamento oscila em 1989 entre o 7,6% de A Corunha, e o 2,4% de Pontevedra, isto é, umha relaçom de 3 a 1. Mentres que em 1962 as cifras eram, respectivamente, do 14,8% e o 2,7%, umha relaçom de 5,5 a 1 (ver quadro 7.75).

-Os fenómenos anteriores reflectem-se na evoluçom que experimenta a percentagem da superfície em tenéncia directa: esta aumentou nas 4 províncias, pero fixo-o especialmente naquelas onde era mais baixa ao início do período. Como conseqüéncia disso, em 1989 essa cifra oscila em todas as províncias entre o 90% e o 94% da superfície total (ver quadro 7.75).

Com o fim de precisar as tendéncias registadas, tem interesse que afondemos num aspeito: a evoluçom que experimentou a superfície arrendada; distinguindo por um lado as terras em arrendamento puro, e polo outro aquelas em arrendamento mixto. Estas cifras a nível provincial podem ver-se no **quadro 7.76**, e delas desprendem-se as seguintes conclusons:

-A superfície em arrendamento puro diminuiu de modo acelerado e a um ritmo bastante similar nas 4 províncias: o volume desta superfície reduziu-se em todos os casos, no período 1962-1989, numha percentagem situada entre o 67% e o 80%.

-No que respeita às terras arrendadas que formam parte de exploraçons em regimes mixtos, a evoluçom apresenta maiores divergéncias. Pero o feito a destacar é que o seu volume diminuiu também em todas as províncias.

Tendo em conta os fenómenos que condicionam a evoluçom dos modos de tenéncia da terra, as cifras anteriores permitem-nos estabelecer, em definitiva, dous tipos de afirmaçons:

i. O papel jogado polo arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra e de ampliaçom das exploraçons, foi nas 4 províncias galegas pouco ou nada relevante. Feito este que se manifesta na reduçom que em todos os casos registou a superfície em arrendamento mixto.

ii. Por outro lado, umha grande parte das terras que estavam arrendadas em 1962, e a imensa maioria das que estavam em aparçaria, deixárom de ser trabalhadas nestes regimes indirectos ao longo das três últimas décadas, quedando na sua maioria abandonadas. No caso da aparçaria, o retrocesso produziu-se de modo bastante uniforme por todo o território. Em cámbio, o retrocesso do arrendamento tivo especial intensidade ali onde a sua preséncia era inicialmente maior (as províncias de Lugo e, sobretodo, A Corunha).

Quadro 7.75. Evoluçom da superfície total das exploraçons por regimes de tenéncia. Dados provinciais 1962-89 (1).

I. A CORUNHA.

	Superf. total (hes)		Variaçom 1962-89	Distribuçom em %	
	1962	1989	(em %)	1962	1989
-Propriedade	357266	390981	9,4%	75,6%	89,7%
-Arrendamento	70026	33100	-52,7%	14,8%	7,6%
-Aparçaria	30660	3597	-88,3%	6,5%	0,8%
-Outros regimes	14586	8434	-42,2%	3,1%	1,9%
TOTAL	472538	436112	-7,7%	100,0%	100,0%

II. LUGO.

	Superf. total (hes)		Variaçom 1962-89	Distribuçom em %	
	1962	1989	(em %)	1962	1989
-Propriedade	458572	456100	-0,5%	82,9%	86,4%
-Arrendamento	49161	27491	-44,1%	8,9%	5,2%
-Aparçaria	22528	2627	-88,3%	4,1%	0,5%
-Outros regimes	22904	41825	82,6%	4,1%	7,9%
TOTAL	553165	528043	-4,5%	100,0%	100,0%

III. OURENSE.

	Superf. total (hes)		Variaçom 1962-89	Distribuçom em %	
	1962	1989	(em %)	1962	1989
-Propriedade	233536	229648	-1,7%	88,8%	91,9%
-Arrendamento	9924	7679	-22,6%	3,8%	3,1%
-Aparçaria	9688	2694	-72,2%	3,7%	1,1%
-Outros regimes	9847	9886	0,4%	3,7%	4,0%
TOTAL	262995	249907	-5,0%	100,0%	100,0%

IV. PONTEVEDRA.

	Superf. total (hes)		Variaçom 1962-89	Distribuçom em %	
	1962	1989	(em %)	1962	1989
-Propriedade	156641	159287	1,7%	88,5%	94,0%
-Arrendamento	4868	3993	-18,0%	2,7%	2,4%
-Aparçaria	9905	594	-94,0%	5,6%	0,4%
-Outros regimes	5635	5524	-2,0%	3,2%	3,3%
TOTAL	177049	169398	-4,3%	100,0%	100,0%

(1) As cifras refirem-se à superfície das exploraçons de tamanho inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

Quadro 7.76. Variaçom da superfície arrendada, distinguindo a que corresponde a exploraçons em arrendamento "puro" e a que está em exploraçons com regimes "mixtos". Dados por províncias 1962-89.

I. A CORUNHA.

	Superfície (hes)		Variaçom 1962-89
	1962	1989	%
a. Total superfície em arrendamento	70158	34164	-51,3%
b. Explor. em arrend. "puro"	27839	8559	-69,3%
c. Explor. em regimes "mixtos"	42319	25605	-39,5%
b/a (%)	39,7%	25,1%	

II. LUGO.

	Superfície (hes)		Variaçom 1962-89
	1962	1989	%
a. Total superfície em arrendamento	49978	28500	-43,0%
b. Explor. em arrend. "puro"	17171	3531	-79,4%
c. Explor. em regimes "mixtos"	32807	24969	-23,9%
b/a (%)	34,4%	12,4%	

III. OURENSE.

	Superfície (hes)		Variaçom 1962-89
	1962	1989	%
a. Total superfície em arrendamento	11820	7823	-33,8%
b. Explor. em arrend. "puro"	2457	496	-79,8%
c. Explor. em regimes "mixtos"	9363	7327	-21,7%
b/a (%)	20,8%	6,3%	

IV. PONTEVEDRA.

	Superfície (hes)		Variaçom 1962-89
	1962	1989	%
a. Total superfície em arrendamento	5001	4113	-17,8%
b. Explor. em arrend. "puro"	1028	342	-66,7%
c. Explor. em regimes "mixtos"	3973	3771	-5,1%
b/a (%)	20,6%	8,3%	

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

b. O grau de difusom do arrendamento, e a sua relaçom com a magnitude das mudanças estruturais nas diversas províncias.

Aludimos antes à hipótese geral formulada por Maunder para a CEE; segundo a qual a magnitude das mudanças estruturais nos diversos espaços agrários, está correlacionada de forma significativa com o grau de difusom que neles tem o arrendamento. E vimos também que isso se verifica concretamente no caso espanhol, tomando os dados por províncias correspondentes ao período 1962-1982. A base dessa correlaçom, ou o que esta indica, é que nesses casos o arrendamento jogou globalmente um papel importante na mobilidade da terra; de tal modo que a sua maior ou menor difusom, condicionou o ritmo das transformaçons estruturais operadas em cada zona concreta.

Parece-nos interessante contrastar se essa hipótese se cumple no caso de Galiza, tomando a evoluçom registada a nível provincial. Com isto poderemos verificar, desde outro ponto de vista, se o arrendamento tivo aqui algumha relevância, como mecanismo para as mudanças estruturais.

A agricultura galega nom oferece umhas condiçons mui adeqüadas para realizar esse contraste estatístico, devido a que o peso do arrendamento é na actualidade mui reduzido nas 4 províncias. Pero, ainda assi, neste aspeito registam-se diferéncias nom despreciáveis: a percentagem representada pola superfície arrendada nas diversas províncias oscila em 1989 entre o 2,4% de Pontevedra, e o 7,6% de A Corunha. Podemos perguntar-nos, pois, se a magnitude das mudanças estruturais operadas ao longo das últimas décadas, apresenta umha relaçom significativa com o grau de difusom do arrendamento em cada província.

A resposta a esta interrogante temo-la no **quadro 7.77**, onde figuram para cada província: o peso relativo que tem o arrendamento em 1989; e a variaçom da superfície média por exploraçom no período 1972-1989, que tomamos como indicador da magnitude das transformaçons estruturais[362]. A simple observaçom dessas cifras indica-nos já a ausência de correlaçom entre as duas variáveis. E esta impressom inicial confirma-se de forma rigurosa ao efectuar a análise de regressom linear entre essas variáveis, cujos resultados

---

[362] Utilizamos aqui as cifras referidas ao período 1972-89 porque, como explicamos no seu momento, a evoluçom deste índice no primeiro período intercensal (1962-72) está afectada por importantes oscilaçons estatísticas. De todos modos, os resultados que exponhemos a continuaçom seriam similares tomando a variaçom da superfície/ exploraçom no conjunto do intervalo 1962-89.

reproduzimos no mesmo quadro 7.77. Vemos assi que a correlaçom entre elas é extremadamente débil (o que se reflecte no reduzido valor de R^2: 0,042); e, ademais, a relaçom é de signo negativo (como pode observar-se no coeficiente de X), o contrário do que afirma a hipótese que estamos contrastando.

Temos, portanto, outra evidéncia empírica mais que reafirma a escassa ou nula relevância que tivo em Galiza o arrendamento como mecanismo de mobilidade da terra.

Quadro 7.77. Contraste da relaçom entre o grau de difussom do arrendamento e as mudanças estruturais nas diferentes províncias galegas.

	X % da superf. total que está em arrendamento em 1989	Y Variaçom da superfície/ exploraçom 1972-89
A Corunha	7,6%	4,4%
Lugo	5,2%	16,2%
Ourense	3,1%	-0,8%
Pontevedra	2,4%	17,2%

Fonte: quadros 7.64 e 7.75.

RESULTADOS DA REGRESSOM LINEAR ENTRE AS DUAS VARIAVEIS ANTERIORES:

Constante	0,128090
Err Std de Y Est	0,106319
R ao Cuadrado	0,042170
Nº de Observaçons	4
Graus de Liberdade	2
Coeficiente(s) X	-0,77792
Err Std de Coef.	2,621577

5. A evoluçom dos modos de tenéncia da terra por concelhos (1962-1989).

Ao analisar a situaçom dos modos de tenéncia a nível municipal em 1962, fixemos algumhas precisons sobre os dados estatísticos; precisons que som aplicáveis também para as cifras que imos examinar a continuaçom, referidas às mudanças no período 1962-1989. Os únicos dados que publicam a este nível os censos agrários, correspondem à distribuçom por modos de tenéncia da superfície total censada em cada concelho, incluídas as terras dos montes comuns. Isto tem, a efeitos práticos, duas conseqüéncias:

-A primeira é a conveniéncia de prescindir das rúbricas de "tenéncia directa" e "outros regimes de tenéncia"; já que as cifras vem-se aqui afectadas pola irregularidade e as oscilaçons na classificaçom das superfícies dos montes comuns. Assi, nalguns municípios observa-se que entre dous censos sucessivos tem lugar umha forte reduçom da superfície em tenéncia directa, acompanhada de um aumento paralelo da classificada baixo "outros regimes"; e noutros casos sucede á inversa.

  Essas deficiéncias fam aconselhável prescindir das duas rúbricas citadas, limitando a análise ao arrendamento e a aparçaria. Isto é o que faremos a continuaçom, examinando a evoluçom que experimentou o peso relativo destes regimes indirectos, e a sua importáncia ao final do período, em 1989.

-Em relaçom com estas últimas cifras (as referidas ao peso dos regimes indirectos), hai que ter presente umha adverténcia que realizamos já para 1962: ao estar incluídas no denominador as terras pertencentes a montes comuns, subestima-se a importáncia relativa do arrendamento e a aparçaria naquelas comarcas onde esses espaços comunais tenhem maior preséncia. Ou, dito com maior precisom, nestas comarcas aparece subestimada a importáncia que tenhem os regimes indirectos dentro da superfície das exploraçons individuais.

  Feitas essas duas aclaraçons, passamos já ao exame dos dados.

a. A evoluçom do peso relativo do arrendamento e a aparçaria no período 1962-1989[363].

No **mapa 7.16** representamos a variaçom que registou a importáncia da aparçaria a nível municipal entre 1962 e 1989. No **mapa 7.17** figuram os dados para o arrendamento. E finalmente, o **mapa 7.18** recolhe a evoluçom do peso relativo do total de terras nesses dous regimes.

As cifras que aparecem nesses mapas refirem-se em concreto à variaçom que experimentou a percentagem da superfície nesses regimes. Assi, tomando por exemplo o caso da aparçaria, as cifras representadas no mapa 7.16 reflectem a diferéncia: % da superfície em aparçaria sobre a total em 1989 - valor dessa mesma % em 1962. Trata-se pois da variaçom absoluta no peso destes regimes, e nom da sua evoluçom em termos relativos[364].

O material empírico que vai servir de base à nossa exposiçom completa-se com outros dous mapas, referidos à situaçom ao final do período, em 1989: o **mapa 7.19**, que recolhe o peso da aparçaria; e o **7.20**, onde figura a importáncia nesta data das terras arrendadas.

-A evoluçom da importáncia da aparçaria.

A aparçaria experimentou durante o período 1962-1989 um retrocesso geralizado na prática totalidade da geografia galega. Concretamente, dos 312

---

363 Para nom alongar em excesso a exposiçom, analisamos aqui as variaçons registadas no conjunto do período 1962-89, sem entrar no detalhe da evoluçom por períodos intercensais. Esta nom aporta, ademais, elementos ou diferéncias dignas de mençom entre os sucessivos períodos. Ao respeito, pode consultar-se:
-Para o período 1962-72: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1138-1145.
-Para o período 1972-82: PEREZ IGLESIAS, María Luisa, "Los regímenes de tenencia de la tierra en Galicia según el III censo agrario.", em:
VARIOS, Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los profesores D.Manuel Lucas Alvarez y D.Angel Rodríguez González., Universidade de Santiago de Compostela. Serv. de Publicacións e Intercambio Científico, Santiago, 1987, pp. 469-481.

364 Este segundo tipo de índice teria o inconveniente de "magnificar" variaçons de pouca magnitude absoluta, naqueles municípios onde o volume de superfície nestes regimes é mui reduzido.

municípios em que está dividida Galiza, unicamente hai 4 nos que a proporçom da superfície trabalhada neste regime aumentou de modo significativo (em mais do 1%) entre essas duas datas. Estes municípios estám todos ubicados na província de Ourense, ainda que distribuídos por comarcas mui diferentes, e hai que matizar que o incremento do peso da aparçaria foi em quase todos eles mui pequeno[365].

No resto do território galego, o peso relativo das terras em aparçaria diminuiu; ou bem mantivo-se sem modificaçons apreciáveis (aumento ou diminuçom em menos do 1%), por partir já de umha preséncia quase insignificante.

No **mapa 7.16** podemos ver que a magnitude absoluta dessa reduçom difire de uns concelhos a outros, estando isto em consonáncia com o diferente peso que tinham neles as terras em aparçaria ao começo do período. Assi, o retrocesso alcançou a sua maior relevância (superior ao 15%) naquelas zonas que em 1962 constituiam o principal reduto deste regime: o sudeste da província de A Corunha, e a comarca limítrofe da Ulhoa, na província de Lugo. Próximos em geral a essas zonas, encontramos umha série de municípios onde o descenso supom entre o 5% e o 15% da superfície total. E fica um conjunto muito mais numeroso de concelhos nos que o descenso foi do 1% ao 5%.

Essas variaçons, como dixemos, correspondem-se com a distinta importáncia que tinha a aparçaria nas diversas áreas a princípios dos anos 60. Nom se observam, em cámbio, excepçons ao movimento geral de retrocesso; nem tampouco diferéncias dignas de mençom no que respeita à sua intensidade. É dizer, nom encontramos comarcas nas que a aparçaria registara umha maior estabilidade ao longo das últimas décadas.

O resultado dessa evoluçom foi a desapariçom completa, ou quase completa, deste regime na prática totalidade do território galego, incluídas aquelas áreas nas que a sua preséncia em 1962 era ainda relativamente importante. Isto pode comprovar-se no **mapa 7.19**, onde representamos os dados correspondentes a 1989.

Assi, dos 312 concelhos galegos, 285 (o 91%) registam nesta data umha percentagem da superfície em aparçaria inferior ao 1%; e hai 111 nos quais o último Censo agrário nom contabiliza nengumha extensom neste regime de tenéncia. Ademais, dos 27 municípios que superam o 1% de terras em

---

[365] Os 4 concelhos som: Trasmiras, onde a aparçaria passou de estar totalmente ausente em 1962 a representar o 1,2% da superfície censada em 1989; A Peroxa, onde a percentagem de terras neste regime passou do 1,8% ao 5,0%; A Veiga, onde aumentou do 0,2% ao 3,1%; e, finalmente, o concelhos de Riós, o único que registou um incremento relativamente importante, do 2,5% ao 13,6%.

aparçaria, a imensa maioria nom alcançam o 5%. Unicamente ficam 3 que superam esta cifra: Boimorto (9,2%) e Arçua (10,8%) no sudeste da província de A Corunha, que aparecem como os restos da zona de maior peso tradicional da aparçaria; e Riós (13,6%) no extremo sudoriental de Ourense.

-A evoluçom da importáncia do arrendamento.

A importáncia relativa do arrendamento reduziu-se também, ao longo das últimas décadas, na maior parte de Galiza. Nom obstante, a evoluçom apresenta neste caso uns matizes ou diferéncias espaciais maiores que no caso da aparçaria. Imos tratar, pois, de resumir as tendéncias registadas nas diversas zonas, oferecendo ao mesmo tempo umha interpretaçom sobre os fenómenos que as explicam.

-O primeiro conjunto que devemos diferenciar aqui está integrado polos concelhos onde era maior a preséncia da aparçaria em 1962, e nos que se produziu umha diminuçom mais importante da superfície neste regime ao longo do período 1962-1989. Em muitos deles constata-se, ao mesmo tempo que esse retrocesso da aparçaria, umha expansom do arrendamento, feito este vinculado seguramente ao anterior. Assi, o que sugirem as cifras é que aquele retrocesso da aparçaria se deveu em parte ao passo de superfícies de um a outro regime indirecto.

Essa evoluçom observa-se, por exemplo, em boa parte dos concelhos do sudeste de A Corunha (Toques, Melide, Santisso, Touro), no de Monterrosso, no de As Nogais,... **(ver mapa 7.17)**.

Em todos esses casos, nom obstante, o incremento da superfície arrendada é modesto, e muito menor que a caída experimentada pola trabalhada em aparçaria. O que significa que, das terras que deixárom de estar neste último regime, só umha pequena parte passárom a ser cedidas em arrendamento, quedando o resto abandonadas ou exploradas em tenéncia directa. Assi, por ponher um exemplo, no concelho de Melide a proporçom da superfície em aparçaria reduziu-se do 41,9% em 1962 ao 2,3% em 1989, umha caída do 39,6%; e simultaneamente as terras arrendadas aumentárom do 5,2% ao 12,9%, um incremento de 7,7 pontos.

De qualquer modo, temos aqui um primeiro tipo de zonas nas que se expandiu este último regime, explicando-se isto pola conversom de terras que estavam em aparçaria.

-Num segundo grupo podemos incluir aquelas comarcas que registavam umha maior difusom do arrendamento em 1962; isto é, em linhas gerais, o tércio septentrional de Galiza. A evoluçom durante o período 1962-1989 estivo marcada aqui por um retrocesso geralizado e bastante intenso deste regime. De

feito, pode afirmar-se que foi nestas comarcas onde se concentrou principalmente a diminuçom da superfície arrendada, e onde esta caída alcançou também as maiores taxas relativas.

Essa evoluçom é o resultado ou saldo de duas tendéncias contrapostas: o abandono de terras que estavam trabalhadas baixo este regime a princípios dos 60; e a cesom em arrendamento de superfícies liberadas pola desapariçom de exploraçons em tenéncia directa. Neste sentido, as cifras indicam que o primeiro fenómeno tivo nesta zona umha grande magnitude, afectando a umha proporçom importante da superfície total. Mentres que a ampliaçom de exploraçons ao través do arrendamento foi de escassa (ou nula) quantia. Deste modo, o peso relativo das terras arrendadas diminuiu fortemente na imensa maioria dos concelhos da zona, sendo mui poucas as excepçons a esta tendéncia geral[366] (ver mapa 7.17).

-Quedam-nos por último os municípios que partiam em 1962 de umha importáncia mui reduzida do arrendamento, e de umha preséncia também escassa da aparçaria; é dizer, aqueles que registavam um predomínio mais acusado das terras trabalhadas em propriedade. Estes municípios ocupam a maior parte do território galego, extendendo-se em concreto por toda a metade meridional: a prática totalidade das províncias de Ourense e Pontevedra, e a metade sul da província de Lugo.

Dentro deste amplo conjunto, encontramos dous tipos de evoluçom do arrendamento ao longo do período 1962-1989 (ver mapa 7.17):

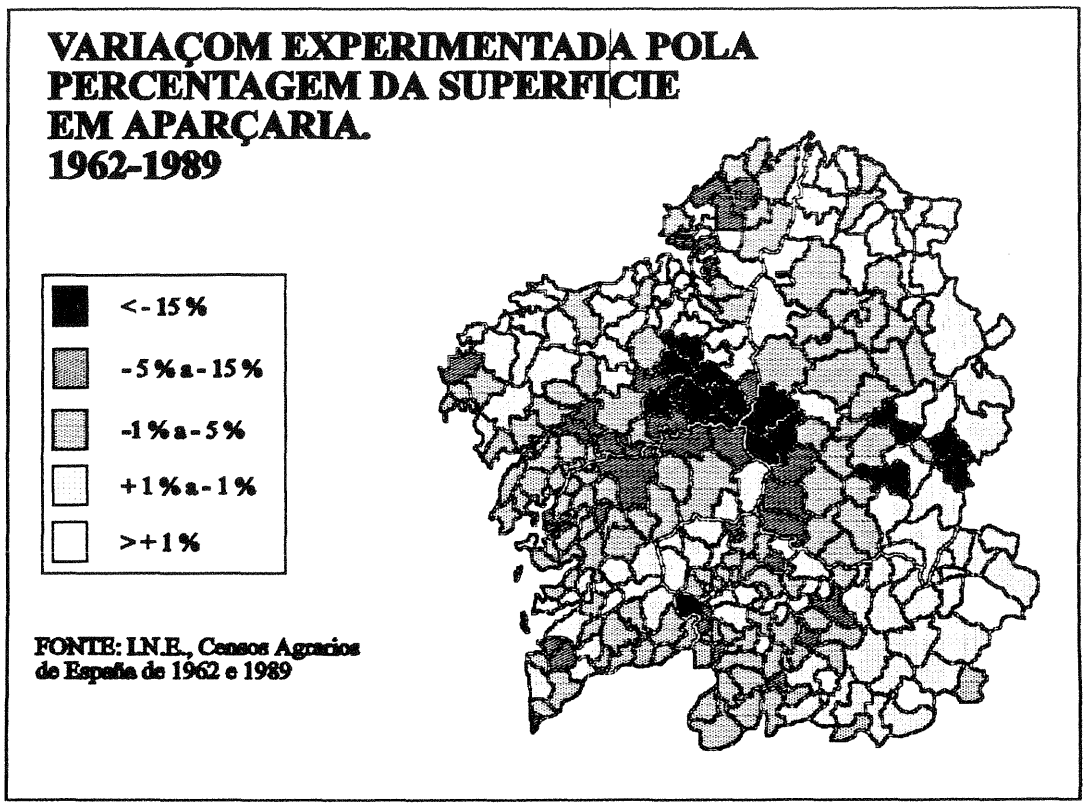
-Na maioria dos concelhos, o peso relativo deste regime experimentou um descenso situado entre o 1% e o 5% da superfície total; ou bem esse peso mantivo-se aproximadamente estável (aumento ou diminuçom inferior ao 1%).

-Como excepçom a essa tendéncia maioritária, aparece um número relativamente importante de municípios nos que se produziu umha expansom das terras neste regime. Em concreto, no conjunto de Galiza hai um total de 41 municípios nos que a proporçom da superfície em arrendamento aumentou entre 1962 e 1989 em mais do 1%; e deles, a maior parte estám ubicados na área á que agora nos referimos (concelhos que partiam de um peso reduzido tanto do arrendamento como da aparçaria).

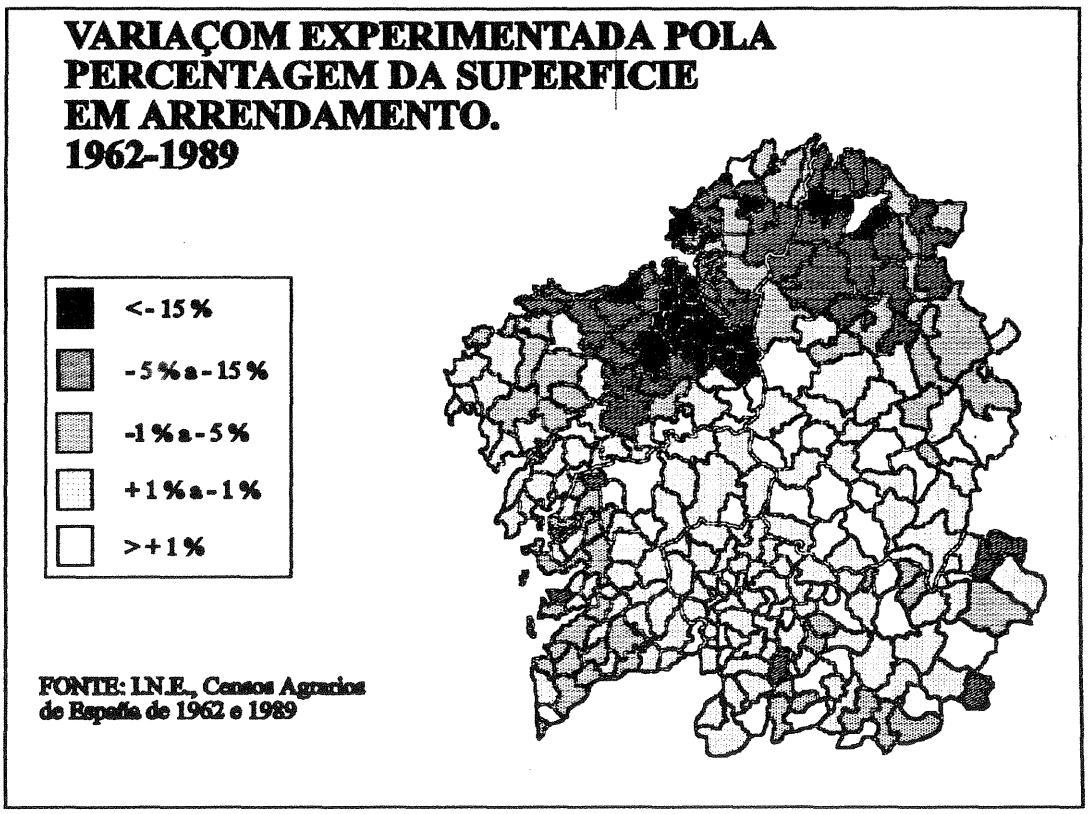
---

[366] Dentro deste conjunto geográfico, o município de Valadouro foi o único no que aumentou ligeiramente o peso das terras arrendadas (do 10,2% ao 11,2%). A ele podemos acrescentar outros nos que esse peso se mantivo aproximadamente estável, ou diminuiu pouco, como sucedeu nos de Coristanco e Val do Dubra no ocidente de A Corunha, e os de Ribadeo e Foz, na Marinha de Lugo.

MAPA 7.16.

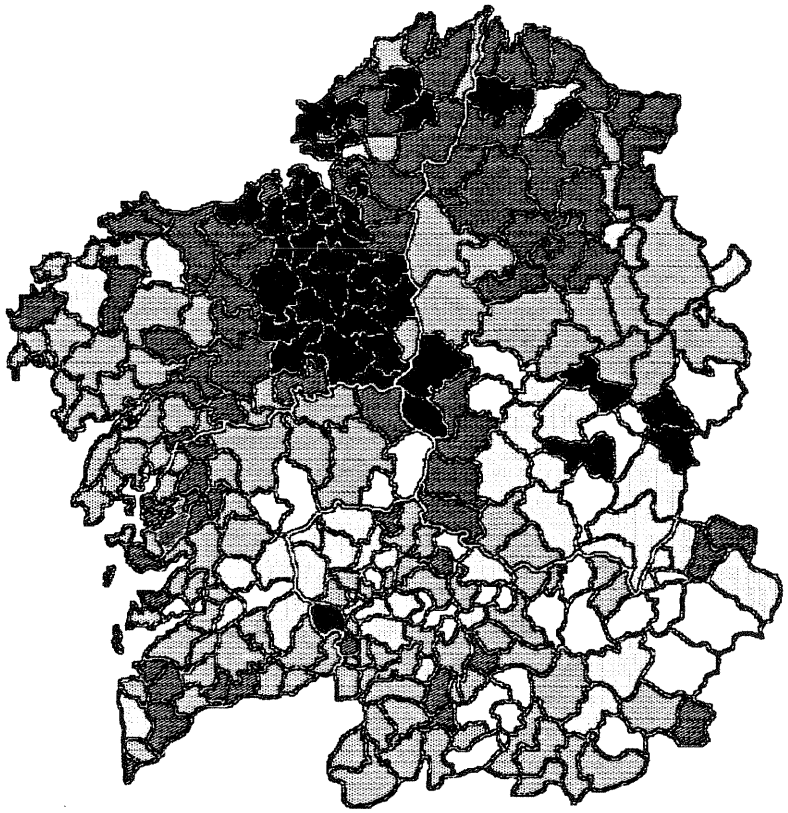


MAPA 7.17.



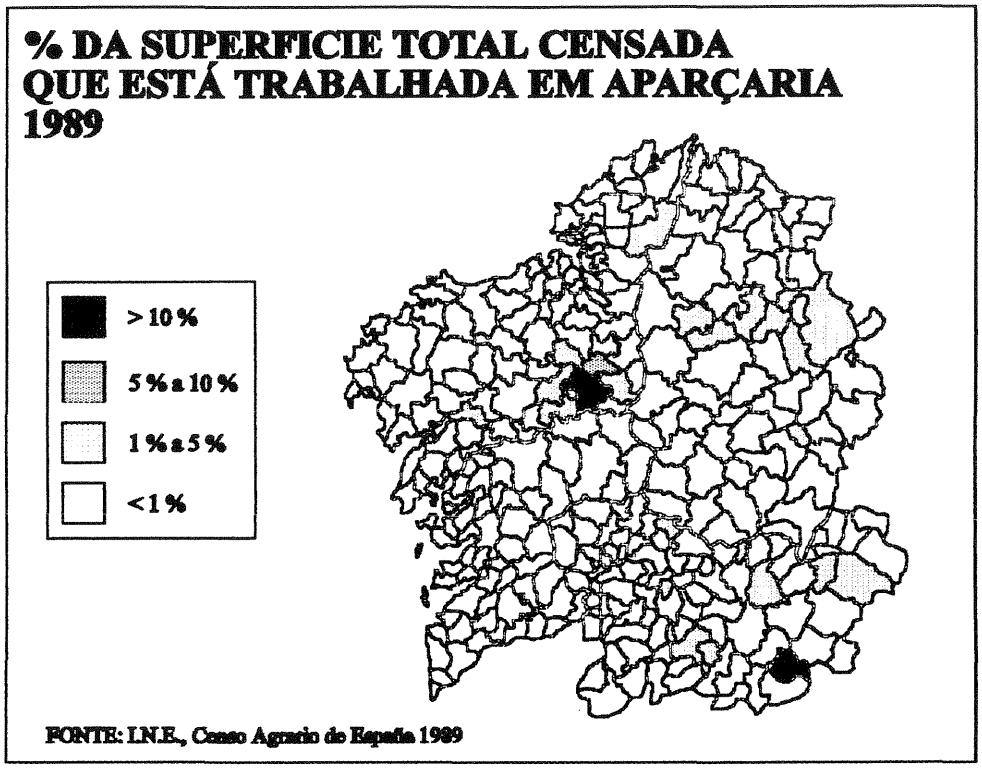
MAPA 7.18.

VARIAÇOM EXPERIMENTADA POLA PERCENTAGEM DA SUPERFICIE EM ARRENDAMENTO E APARÇARÍA. 1962-1989

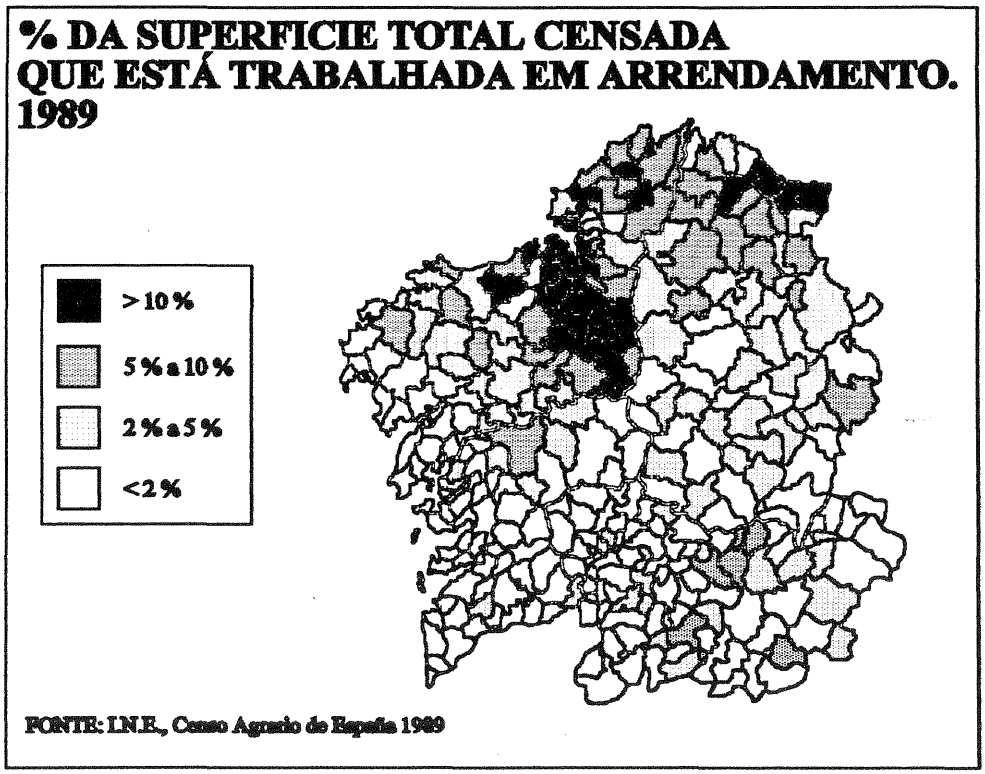


FONTE: I.N.E., Censos Agrarios de 1962 e 1989

MAPA 7.19.



MAPA 7.20.



> O incremento foi em geral mui modesto, nom alcançando em quase nengum caso o 5% da superfície total; pero, ainda assi, trata-se de um fenómeno digno de mençom, pola excepçom que supom a respeito da tendéncia geral.
>
> Estes concelhos, onde se expandiu ligeiramente o arrendamento, distribuem-se por comarcas mui diversas, sem apresentar umha localizaçom definida. Unicamente cabe salientar a sua maior preséncia em certas zonas: a parte meridional da Meseta de Lugo e o sul desta província, umha parte da comarca da Limia em Ourense, ... (ver mapa 7.17).

Dacordo com o que levamos visto, nom é difícil sinalar a causa do incremento das terras arrendadas, que se registou nestes casos. Isto hai que relaciona-lo com a desapariçom de exploraçons em tenéncia directa, e a cessom em arrendamento destas superfícies a outros agricultores. Neste sentido, as cifras sugirem que este fenómeno (a mobilidade da terra ao través do arrendamento) nom estivo totalmente ausente; e que nalguns concelhos superou o movimento de sentido contrário: o abandono de superfícies que em 1962 estavam trabalhadas neste regime. Pero na maior parte da geografia galega sucedeu ao contrário, e daí a reduçom geral da superfície arrendada.

A conseqüéncia dessa evoluçom reflecte-se na situaçom que encontramos em 1989 **(ver mapa 7.20)**. Como feitos mais relevantes, hai que salientar aqui que o peso do arrendamento continua alcançando os níveis mais elevados no tércio septentrional de Galiza, pero com uns valores muito menores dos que se registavam em 1962. E na maior parte do território, a preséncia deste regime é na actualidade mui reduzida. Abonda com apontar umha cifra: dos 312 municípios galegos, 231 registam em 1989 umha percentagem da superfície em arrendamento inferior ao 5%; e em 153 concelhos, a metade aproximadamente do total, a cifra nom chega ao 2%.

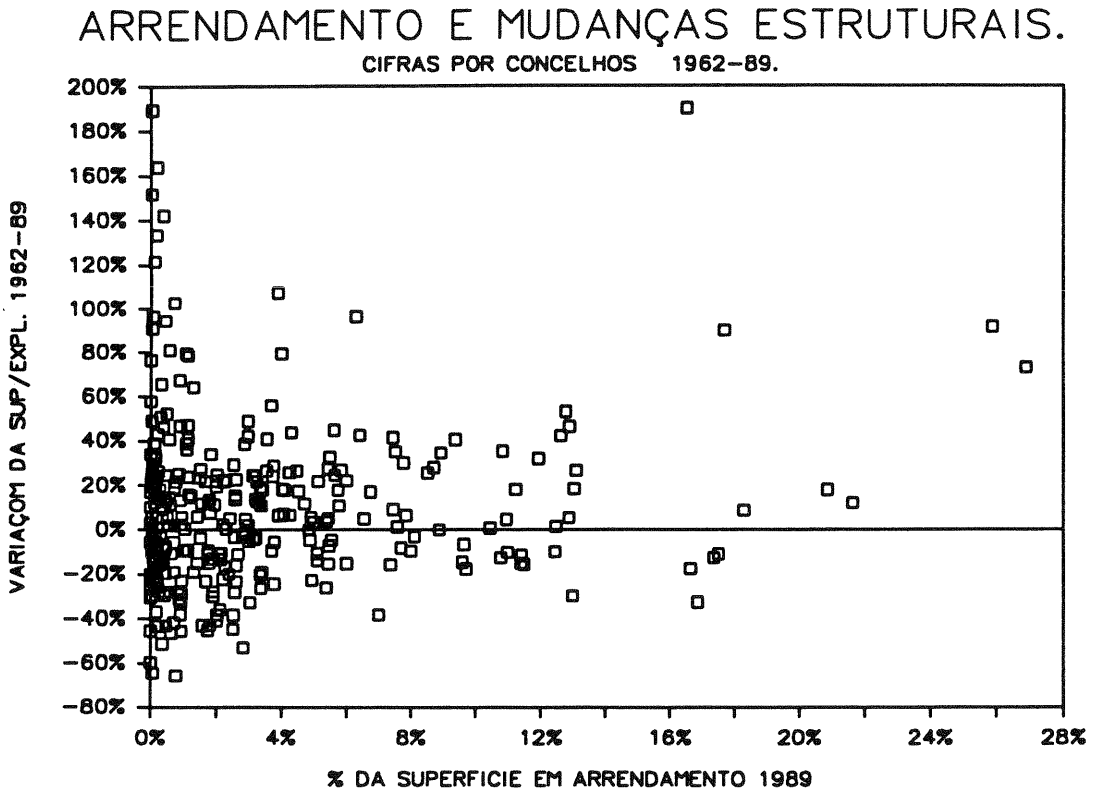
b. O grau de difusom do arrendamento, e a sua relaçom com a magnitude das mudanças estruturais. Contraste desta correlaçom nos dados a nível municipal.

Ao igual que fixemos no estudo por províncias, imos contrastar aqui se se observa algumha relaçom entre: a importáncia do arrendamento nos distintos concelhos, e a magnitude das mudanças estruturais registadas durante as últimas décadas. Com isto tratamos de oferecer um último tipo de evidéncia empírica sobre umha das questons esenciais abordadas nas páginas anteriores: o possível papel desta fórmula de cesom, como mecanismo de mobilidade da terra.

No **gráfico 7.37** representamos os valores a nível municipal dessas duas variáveis: no eixo de abscissas figura a percentagem que suponhem as

terras arrendadas sobre a superfície total de cada concelho em 1989; e no eixo de ordenadas aparece a variaçom percentual que experimentou a superfície média por exploraçom no período 1962-1989.

Gráfico 7.37.



Estes dados, referidos aos municípios galegos, nom constituem o marco mais adeqüado para contrastar a citada hipótese, devido a que na maior parte dos casos o grau de difusom do arrendamento é na actualidade mui reduzido. Apesar de todo, os valores desta variável registam diferéncias nom despreciáveis, polo que a análise estatística pode considerar-se significativa.

Pois bem, umha observaçom superficial do gráfico 7.37 permite comprovar já que entre as duas variáveis nom existe umha correlaçom apreciável. Esta impressom visual confirma-se de forma rigurosa ao efectuar a análise de regressom. Os resultados que se obtenhem indicam um valor positivo para o coeficiente de X, e portanto que a relaçom entre as variáveis é de signo positivo, como caberia agardar. Pero a correlaçom é sumamente débil, quase inexistente: o valor de R^2 é unicamente de 0,01153. De tal modo que podemos afirmar que as duas variáveis som praticamente independentes.

Portanto, os dados por concelhos corroboram também o que nos indicavam as cifras para o conjunto de Galiza: o arrendamento nom cumpliu na nossa agricultura a funçom que si tivo em geral nos países europeios (e também na agricultura espanhola considerada globalmente): a de facilitar a mobilidade da terra e o processo de ajuste estrutural. Isto, como temos sinalado, é coerente e explica em boa medida o que víamos ao analisar a evoluçom do número e a superfície das exploraçons: a escassa magnitude que alcançárom na agricultura galega as mudanças estruturais.

Essa é umha das duas conclusons esenciais que obtivemos neste estudo sobre a evoluçom dos modos de tenéncia. A outra conclusom a salientar é: que umha grande parte das terras que estavam arrendadas ou em aparçaria a princípios dos anos 60, deixárom de figurar nestes regimes ao longo das 3 últimas décadas, quedando na sua maioria em maos do antigo arrendador, e desmobilizadas para a produçom agrária. Disto deriva-se um feito importante para o nosso estudo: o abandono de superfícies liberadas durante estas décadas, nom se correspondeu só com terras que pertenciam a pequenos agricultores; senom que também figuram aqui algumhas em maos do que podemos denominar "proprietários absentistas tradicionais". É oportuno ter isto presente, à hora de abordar a problemática da mobilidade da terra e os seus possíveis obstáculos, como faremos na terceira parte da investigaçom.

RESUMO DAS PRINCIPAIS CONCLUSONS OBTIDAS NESTE CAPITULO.

Prescindimos, nesta recapitulaçom final, dos resultados que obtivemos no primeiro apartado do capítulo, referidos à evoluçom das estruturas fundiárias da agricultura galega ao longo da história contemporánea. Aqui interessa-nos lembrar as conclusons esenciais às que chegamos nos outros dous apartados: sobre as características que apresentavam as estruturas fundiárias existentes na nossa agricultura a meiados do século actual; e sobre as mudanças que estas experimentárom durante as últimas décadas.

A. A estrutura dimensional das exploraçons, a distribuçom da propriedade da terra e os regimes de tenéncia, existentes na agricultura galega a meiados deste século.

a. Estrutura dimensional das exploraçons.

-Para ter umha imagem completa sobre a estrutura dimensional das exploraçons que encontramos na agricultura galega ao longo das décadas recentes, hai que começar diferenciando de entrada os dous tipos de unidades ou extensons que formam essa estrutura: os montes públicos e comunais; e as exploraçons agrárias individuais (ou exploraçons "propriamente ditas").

-O primeiro tipo de superfícies, os montes públicos e comunais, ocupavam a princípios da década dos 60 umhas 855.000 hes; o que suponhia o 35,3% da superfície total censada no Censo agrário de 1962, e o 29,1% da superfície geográfica de Galiza. E estas unidades vam manter aproximadamente esse mesmo peso quantitativo até a actualidade; constituíndo pois, ao longo das três últimas décadas, um elemento fundamental das estruturas fundiárias da nossa agricultura.

-Centrando-nos nas exploraçons "propriamente ditas", os dados do Censo agrário de 1962 confirmam a imagem geral que é sobradamente conhecida: a agricultura galega caracterizava-se nesta data por um forte predomínio das unidades de pequena e mui pequena dimensom (menores de 10 hes, e sobretodo as menores de 5 hes); o que se traduzia num valor mui reduzido da superfície média/ exploraçom. Em concreto, esta superfície média situava-se em 1962 em torno a 3,5 hes; o que representava menos de 1/3 do tamanho médio das

exploraçons em Espanha, e ao redor de 1/3 da cifra média que se registava no conjunto da CEE-10.

-Nom obstante, sendo certo o anterior, umha análise pausada dos dados estatísticos permite constatar um feito, ao que normalmente nom se lhe presta a atençom que merece; um feito que vem matizar a imagem excessivamente simplista que com freqüéncia se tem sobre o "minifundismo" do agro galego. Trata-se de que, ao lado das pequenas e mui pequenas exploraçons, absolutamente dominantes em número, existia um estrato importante de unidades de dimensom média. Estas exploraçons médias (com umha superfície entre 10 e 50 hes) suponhiam em 1962 tam só o 7,7% do total; pero ocupavam o 35,7% da superfície global correspondente às exploraçons individuais, e tinham, portanto, um peso considerável na nossa agricultura.

-Essas notas referiam-se à situaçom para o conjunto de Galiza. Outro feito salientável, que se desprende do exame da informaçom estatística, som as grandes divergéncias espaciais que a estrutura dimensional das exploraçons apresentava dentro da geografia galega. Por um lado, o peso que tinham os montes públicos e comunais, a proporçom da superfície que estava ocupada por este tipo de extensons, variava muito (e continua variando na actualidade) de umhas comarças a outras. E por outra parte, vinculado em boa medida ao anterior, o tamanho das exploraçons agrárias "propriamente ditas" diferia também fortemente de umhas a outras áreas geográficas. Em conseqüéncia, o minifundismo que caracterizava globalmente à agricultura galega, registava importantes matizes e gradaçons espaciais, alcançando umha intensidade mui diferente segundo as comarcas.

Em particular, hai que destacar aqui o forte contraste, o "corte ou ruptura estrutural", que se constatava entre a metade septentrional e a metade meridional de Galiza[367]:

-As estruturas configuradas na metade septentrional (em eséncia, nas províncias de A Corunha e Lugo), vinham definidas por dous traços esenciais: o peso relativamente reduzido que tinham aqui os montes públicos e comunais; e, ligado em grande medida ao anterior, a dimensom relativamente elevada das exploraçons individuais, destacando sobretodo a importante preséncia das exploraçons médias.

---

[367] Este contraste, que se observava a meiados de século (e que se mantém na actualidade), constitue, como vimos, um fenómeno relativamente recente. Um fenómeno que é fruto, em eséncia, de mudanças ocorridas na primeira metade do século XX (a divisom de umha grande parte dos montes comuns, que se efectuou neste período, e que se concentrou na metade norte de Galiza).

-Frente a isso, na metade meridional (em linhas gerais, as províncias de Ourense e Pontevedra), encontravamo-nos com umha estrutura dual ou bipolar: por um lado, as grandes extensons de montes públicos e comunais, que ocupavam aqui umha elevada proporçom do território; e, ao lado disso, umhas exploraçons individuais de pequena e mui pequena superfície, com um predomínio abrumador das menores de 5 hes.

b. A distribuçom da propriedade da terra.

-A distribuçom da propriedade da terra apresentava em Galiza, a meiados deste século, umha correspondéncia bastante estreita, em linhas gerais, com a estrutura dimensional das exploraçons.

-Nom obstante, as relaçons que existiam entre propriedade e exploraçom, eram muito mais complexas que umha simples correspondéncia bi-unívoca entre umhas e outras unidades. As divergéncias entre umha e outra estrutura, centravam-se sobretodo no número muito maior que alcançavam as minúsculas propriedades (as menores de 1 he, e especialmente as de menos de 0,5 hes), comparadas com a cifra de exploraçons do mesmo tamanho. Isso fazia que, nos dados globais, o número de propriedades nas que aparecia dividida a superfície galega, triplicara aproximadamente ao de exploraçons.

-Deste modo, cada unidade de produçom agrária estava constituída, por termo médio, polas terras de 2,8 proprietários diferentes. Este fenómeno correspondia-se em parte com a agrupaçom de propriedades de distintos membros da família, que residiam na exploraçom. Pero, noutra parte, tratava-se aqui de pequenas propriedades pertencentes a persoas que abandonaram a agricultura, e que tinham cedidas as terras a um agricultor das proximidades. Ou, dito noutras palavras, havia muitos agricultores que, trabalhando principalmente terras da sua propriedade, complementavam estas com algumhas fincas cedidas por pequenos proprietários que deixaram o sector.

c. Os regimes de tenéncia da terra.

-Os dados relativos aos regimes de tenéncia da terra avalam as afirmaçons precedentes, e permitem precisar as relaçons que existiam entre propriedades e exploraçons. A correspondéncia geral entre umhas e outras unidades, reflexava-se aqui no claro predomínio, que se constatava em Galiza, das terras trabalhadas em tenéncia directa. Pero, ao lado desse feito ou característica principal, hai que

destacar que os regimes de tenéncia indirecta tinham umha preséncia nada despreciável. E sobretodo, observava-se a existéncia de um grande número de exploraçons que contavam com ao menos umha parte das terras nestes regimes (arrendamento e aparçaria).

-Assi, do total de exploraçons contabilizadas no Censo agrário de 1962, tam só o 60% estavam formadas integramente por superfícies pertencentes ao titular ou à sua família. Ao lado delas, havia algo menos do 20% das unidades produtivas, com todas ou a maior parte das terras em arrendamento ou aparçaria; e outro 20% que, estando integradas principalmente por superfícies em propriedade, complementavam estas com algumhas fincas arrendadas ou em aparçaria.

-Ademais, a situaçom neste aspeito registava também grandes divergéncias dentro da geografia galega. De tal modo que existiam algumhas comarcas, ubicadas na metade meridional e sobretodo no quadrante norocidental de Galiza, onde a proporçom da superfície trabalhada em regimes indirectos superava o 30% do total, e mesmo, em determinados municípios, estava por encima do 50%.

B. As mudanças que se produzírom na estrutura dimensional das exploraçons e nos regimes de tenéncia da terra ao longo das 3 últimas décadas.

a. A evoluçom da estrutura dimensional das exploraçons.

-Com o fim de obter conclusons mais firmes sobre as mudanças que experimentou esta estrutura dimensional ao longo das 3 últimas décadas, efectuamos no capítulo duas aproximaçons ao tema: a primeira baseada nos dados globais dos Censos agrários (referidos ao total de exploraçons censadas em cada ano); e a outra utilizando as cifras referidas às exploraçons com gado bovino.

-O primeiro tipo de dados indicam-nos que essa estrutura permaneceu em Galiza praticamente "congelada" durante o período 1962-1989. A desapariçom de exploraçons alcançou, dacordo com estes dados, umha intensidade mui reduzida; e ademais, isso foi acompanhado do abandono da maior parte das (poucas) superfícies assi liberadas. Derivando-se daí umha enorme estabilidade do número total de exploraçons, e também da sua distribuçom por grupos de tamanho.

Existem, sem embargo, motivos para pensar que nessa informaçom estatística aparece subestimada de forma notável a desapariçom de exploraçons. E daí o interesse e oportunidade da segunda aproximaçom: a que se obtém limitando-nos à evoluçom das exploraçons com gado bovino.

-Este segundo tipo de dados coincidem com os anteriores num ponto: o redimensionamento da base territorial das exploraçons, que tivo lugar nos últimos 30 anos, foi praticamente insignificante. Pero difirem, em cámbio, no que respeita à desapariçom de unidades produtivas. A imagem que se desprende destas cifras é assi a seguinte: nestas décadas produziu-se a desapariçom de umha parte importante das exploraçons que existiam a princípios dos 60; pero isto nom se acompanhou da venda ou arrendamento dessas superfícies a outros agricultores, senom que a maior parte dessas terras liberadas quedárom abandonadas. Assi, ao mesmo tempo que diminuiu o número de unidades produtivas, registou-se umha reduçom paralela da superfície total integrada em exploraçons agrárias; permanecendo o tamanho das unidades supervivintes sem modificaçons significativas.

-Os dous tipos de dados coincidem, pois, na conclusom esencial: a auséncia de um processo apreciável de concentraçom da terra em exploraçons de maior dimensom. Pero difirem no que respeita às causas iniciais disso: no primeiro caso, o freo fundamental a estas transformaçons seria a escassa magnitude que alcançou a desapariçom de exploraçons (e a escassez conseguinte de superfícies liberadas); mentres que no segundo a auséncia de mudanças deveria-se sobretodo à falta de mobilidade das terras liberadas.

-De qualquer modo, hai que destacar que a superfície média/ exploraçom registou em Galiza, durante as últimas 3 décadas, um aumento quase insignificante; mui inferior, em concreto, ao que se constata, no mesmo período, na agricultura comunitária e em especial nos países do centro e norte da CEE. Assi, se a dimensom das exploraçons em Galiza era já mui pequena, numha perspectiva comparada, a princípios da década dos 60, isto, longe de atenuar-se, acentuou-se ainda mais nos últimos 30 anos.

-Todas as afirmaçons anteriores referiam-se à evoluçom do tamanho das exploraçons em termos de superfície total. Se nos fixamos na evoluçom desta dimensom em termos de SAU, as mudanças fórom de maior magnitude; ou ao menos isto é o que sugirem os dados que vimos para o período 1982-1989. A explicaçom disto está nas roturaçons de terras a monte, que levárom a cabo umha parte das exploraçons. Assi, apesar de nom incrementar a sua superfície total, muitas unidades produtivas pudérom ampliar a sua SAU, roturando algumhas das terras de monte particular das que disponhiam.

b. A evoluçom dos regimes de tenéncia da terra.

-Do ponto de vista da nossa investigaçom, os dados relativos à evoluçom dos regimes de tenéncia da terra durante o período 1962-1989, permitem-nos estabelecer umha conclusom fundamental: o escasso ou nulo papel que em Galiza jogou (nestas décadas) o arrendamento, como mecanismo de mobilidade da terra e via de ampliaçom da superfície das exploraçons. Neste sentido, estes dados corroboram a conclusom que antes expuxemos: a ausência de um processo significativo de redimensionamento das unidades produtivas. E indicam-nos, em concreto, que as mudanças que se produzírom neste aspeito por médio do arrendamento, fórom irrelevantes ou nulas.

-O outro feito a destacar aqui é que a maior parte das terras que estavam em arrendamento ou aparçaria a princípios dos anos 60, abandonárom esta situaçom nas últimas 3 décadas. Correspondendo-se isto, na maior parte dos casos, com a devoluçom destas superfícies aos seus proprietários.

-Os dous fenómenos citados (escasso ou nulo papel do arrendamento na mobilidade da terra; e devoluçom aos proprietários da maior parte das terras que estavam arrendadas ou em aparçaria a começos dos 60), fixérom que no período 1962-1989 se reduzira fortemente a proporçom da superfície trabalhada em regimes indirectos; reforçando-se deste modo o predomínio da tenéncia directa, e a correspondéncia existente entre propriedade e exploraçom.

CAPITULO VIII. A UTILIZAÇOM DA TERRA NA AGRICULTURA GALEGA. A EVOLUÇOM DA IMPORTANCIA DA SAU E DAS TERRAS A MONTE NO PERIODO 1962-1989.

A problemática dos usos da terra e a sua evoluçom, está estreitamente vinculada com a questom do tamanho das exploraçons agrárias. O motivo é fácil de explicar. Do ponto de vista da produçom agrária, o que resulta mais relevante nom é a superfície total da que dispom umha exploraçom, senom a sua Superfície Agrária Util (SAU). E a dimensom em termos de SAU que tenhem as exploraçons agrárias num determinado espaço, dependerá em grande medida de qual seja aqui a utilizaçom da terra, da importância que tenha a SAU dentro da superfície total deste país ou regiom. Estabelecendo umha identidade matemática mui simple, podemos dizer que a quantia da SAU/exploraçom num determinado espaço, é funçom de: o número de exploraçons existentes no seu território[1]; e o nível que alcance a relaçom SAU/ Superfície total.

Isso no que respeita á situaçom num momento dado. Numha perspectiva dinámica, a evoluçom do tamanho das exploraçons (sempre em termos de SAU) dependerá dos dous factores citados: a variaçom do número de unidades de produçom e da Superfície total/exploraçom; e a que registe o quociente SAU/ Superfície total.

Essas consideraçons adquirem umha grande relevância no caso concreto da agricultura galega. Porque as estruturas agrárias configuradas aqui historicamente, tinham entre as suas principais características a estreiteza do espaço cultivado, a reduzida proporçom do território que estava ocupada polo lavradio e os prados. E se isto era umha necessidade no Antigo Regime, vai deixar de se-lo no século actual. Assi, nesta centúria abriu-se a possibilidade de ampliar consideravelmente a SAU a costa das terras a monte, o que constituia outra via que podia permitir um notável incremento da SAU/exploraçom (a primeira via para isto era a que analisamos no capítulo anterior: a desapariçom e concentraçom de exploraçons).

O principal objectivo deste capítulo é aclarar em que medida essa possibilidade foi realmente aproveitada, em concreto ao longo das três últimas décadas; e, no caso de que a resposta seja negativa, quais forom os obstáculos que impedírom essa evoluçom (a ampliaçom da SAU a costa do monte). Antes de entrar nessa análise, sem embargo, imos começar oferecendo umhas breves notas históricas. Porque estas som de grande utilidade para situar melhor a

---

[1] Ou, o que é equivalente, a quantia que alcança a Superfície total/ exploraçom.

realidade das décadas recentes, e também para perfilar os condicionantes com os que se encontram neste período as possíveis transformaçons no uso das terras a monte.

1. UMHAS BREVES NOTAS HISTORICAS.

1.1. A utilizaçom da terra no sistema agrário tradicional.

A distribuçom da superfície por aproveitamentos que se registava na agricultura galega a finais do Antigo Regime, vinha marcada por duas notas esenciais:

a. A primeira, e mais importante, era a estreiteza do espaço agrário trabalhado de forma permanente. Como vimos ao princípio do capítulo anterior, a suma das terras cultivadas e os prados, isto é, o que podemos identificar estritamente com a SAU, ocupavam a meiados do século XVIII tam só 1/4 da superfície total de Galiza; correspondendo as 3/4 partes restantes às terras a monte.

   Essa estreiteza do espaço agrário, como também sinalamos no seu momento, vinha imposta polas funçons esenciais que as superfícies a monte cumpliam dentro do sistema agrário tradicional. Em concreto, o papel fundamental que estas terras jogavam como fonte da matéria prima para a obtençom de adubos orgánicos, obrigava a manter um equilíbrio entre monte e SAU, imponhendo assi um límite à expansom desta última[2].

b. A segunda característica que nos interessa salientar aqui é que a maior parte da superfície a monte estava cuberta por monte raso ou baixo. E tinha, em cámbio, umha importáncia mui reduzida a superfície arvorada, o que podemos denominar estritamente "espaço florestal"[3].

---

[2] Ver supra: "Introduçom histórica" ao capítulo VII.

[3] Sobre esta questom, consultar por exemplo:
-MOLINA, Fernando, "Producción e ecoloxía no monte galego.", Revista Galega de Estudios Agrarios., no. 2, 1979, pp. 33 e ss.
Uns dados precisos sobre a extensom ocupada polo monte arvorado a meiados do século XVIII, no caso concreto da província de A Corunha, podem encontrar-se no trabalho:
-CORRAL UZAL, Ma. Luz, "O espacio forestal na provincia de A Coruña, no século XVIII.", em:
VARIOS, V Xornadas Agrarias Galegas., op. cit., pp. 291-310.

Isto era algo que se derivava também das importantes funçons agrárias cumplidas polas terras a monte. As formas de aproveitamento das que eram objecto estas superfícies, faziam delas um elemento plenamente integrado no conjunto do sistema agrário; e a realizaçom desses aproveitamentos (produçom de tojo, pastoreo do gado, roturaçom temporal ao través das "rozas" ou "estivadas", ...), entrava em conflito com a possível expansom do espaço arvorado. Daí que a extensom ocupada por este último fora mui reduzida.

Os dous tipos de superfícies citados, espaço cultivado e monte, apresentavam umha situaçom diferente no que respeita às formas de possessom e propriedade, correspondendo-se com os dous elementos das estruturas fundiárias existentes no sistema tradicional: exploraçons individuais (reduzidas quase exclusivamente ao lavradio e prados), e montes comuns. Portanto, neste sistema tradicional tinhamos: por um lado, umhas exploraçons individuais com umha dimensom, umha SAU média, mui pequena; e, ao lado disso, grandes extensons de monte de propriedade colectiva.

Essa estrutura, herdada do Antigo Regime, mantivo-se sem modificaçons substanciais ao longo de todo o século XIX. No que se refire em concreto à utilizaçom da terra, continuou o forte predomínio das terras a monte, sem que se produzira um retrocesso importante das mesmas em favor do lavradio e os prados. E continuárom também vigentes as formas de aproveitamento tradicional do inculto, nom registando-se, concretamente, umha expansom significativa do espaço arvorado[4].

Dacordo com as suas cifras, no 90% dos concelhos desta província a percentagem da superfície ocupada polo monte arvorado era nesta data inferior ao 5%.

[4] Assi, à altura de 1905 o monte ocupava o 65,9% do território galego, o 2,8% correspondia a superfícies improdutivas, e o 31,3% ao espaço cultivado. Umha situaçom, como vemos, nom mui diferente da registada a meiados do século XVIII. (Cifras tomadas do trabalho: SINEIRO GARCIA,F./ DIAZ DIAZ,N., "A producción gandeira nas terras a monte: análises da evolución do sistema productivo no período 1900-1980; as posibilidades de mellora e sementeira de pastos.", op. cit., pag. 207).

Por outro lado, ainda à altura de 1931, o monte arvorado ocupava tam só o 6% da superfície total de Galiza, polo que a imensa maioria do inculto correspondia a monte baixo. Ver:
-SINEIRO GARCIA, Francisco, "Consideracións sobre os aproveitamentos da terra en Galicia e a sua evolución no período 1930-1980, con especial referencia ó uso das terras a monte.", Revista Galega de Estudios Agrarios., no. 9, 1983, pp. 11-34; pag. 25.

Dada a situaçom de partida, parecia evidente que qualquer intento de incrementar a SAU/exploraçom passava, em grande medida, por umha ampliaçom do espaço agrário a costa do monte[5]. Sem embargo, nada disto vai ter lugar ao longo do século XIX. Ou, para ser mais exactos, durante esta centúria vai continuar o lento retrocesso do espaço ocupado polo monte comum, que se vinha produzindo já nos séculos anteriores; pero sem que se registe um movimento de roturaçons permanentes de grande magnitude. O monte seguia sendo, nesta época, esencial para o funcionamento do conjunto do sistema agrário; e, em particular, continuava sendo a fonte da matéria prima para a obtençom dos únicos adubos existentes, os adubos orgánicos. Feito este que impedia umha expansom notável da SAU.

1.2. As novas perspectivas que se abrírom desde finais do século XIX. A evoluçom registada durante a primeira metade do século actual.

A situaçom anterior começa a modificar-se, ao menos em poténcia, a partir das décadas finais do século XIX e no primeiro tércio do século XX, como conseqüéncia da introduçom dos adubos minerais que se inícia nestes anos[6].

A utilizaçom destes inputs, ao permitir disponher doutros adubos diferentes do esterco, e de origem externa á agricultura galega, abria a possibilidade de liberar as terras a monte da sua funçom tradicional de produtoras de tojo, podendo-as destinar a outros usos alternativos. Em concreto, isso fazia possível potencialmente umha forte expansom da SAU, ao través da roturaçom de boa parte das superfícies de monte[7].

No período ao que agora nos referimos, isso aparecia mais como umha potencialidade a médio ou longo prazo, que como possibilidade de realizaçom

---

[5] Ademais de pola reduçom do número de unidades produtivas, a desapariçom e concentraçom de exploraçons, que era a outra via possível para lograr esse incremento do tamanho.

[6] Em relaçom com este processo, consultar por exemplo:
-VILLARES, Ramón, La propiedad de la tierra en Galicia. op. cit., pp. 361 e ss.

[7] Ver os dados que oferecemos mais adiante sobre os usos potenciais da terra em Galiza.

imediata. Pero, em todo caso, abriam-se perspectivas para umha transformaçom substancial na utilizaçom da terra, e em concreto no uso das terras a monte.

De feito, no primeiro tércio do século actual produziu-se efectivamente um certo movimento no sentido indicado: o avance da SAU a costa do inculto, e, mais em geral, a intensificaçom do aproveitamento agrário das superfícies a monte. Processo este que foi estimulado também por outros fenómenos que afectárom à agricultura galega nestas décadas: a crescente integraçom mercantil das exploraçons agrárias e o avance de umha especializaçom gadeira; e a apropriaçom individual de umha parte dos montes comuns. As mudanças que se registárom na utilizaçom da terra forom em duas direcçons:

-Por um lado, tivo lugar umha certa expansom da SAU, e concretamente da superfície dedicada a pastos; ainda que esta foi de mui pequena magnitude.

-A transformaçom mais importante que possibilitou a introduçom dos adubos minerais, consistiu num uso mais intensivo do monte, numha intensificaçom dos aproveitamentos tradicionais de que eram objecto estas superfícies. O emprego desses adubos nas parcelas roturadas de forma temporal, permitiu incrementar os rendimentos obtidos; e, ademais, isso tinha também como efeito o aumento da produçom de tojo que ofereciam essas parcelas nos anos seguintes. Deste modo, elevou-se a produtividade das terras a monte, e iniciou-se um processo que podia levar à incorporaçom progressiva à SAU de muitas dessas superfícies, a umha conversom progressiva de parcelas de monte em espaço agrário cultivado de forma permanente[8].

Agora bem, o alcance desses fenómenos, visto numha perspectiva global, foi mui limitado. E portanto, a expansom potencial da SAU a costa do monte, à que antes aludimos, foi escassamente aproveitada durante o primeiro tércio do século; sendo isto aplicável também para o conjunto das 6 primeiras décadas desta centúria.

Em cámbio, neste período (de 1900 a 1960) tivérom lugar outros dous processos distintos, que si vam suponher mudanças substanciais na estrutura e na utilizaçom das terras a monte. Dous processos que, aparte dos seus efeitos imediatos, condicionarám fortemente o futuro destas superfícies, dificultando a sua possível transformaçom para usos agrários nas décadas recentes.

-A primeira mudança operada no período 1900-1960, consistiu no reparto e apropriaçom individual de umha grande parte dos montes comuns, processo este ao que já aludimos no capítulo anterior. Do ponto de vista da utilizaçom destas superfícies, esse reparto tivo umhas conseqüéncias ambivalentes: a curto prazo impulsou um aproveitamento mais intensivo das

---

[8] Estas mudanças som analisadas com minuciosidade por A. Bouhier. Ver:

-BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 878 e ss.

terras afectadas; pero a forma concreta na que se realizou a divisom levou à pulverizaçom parcelária destas superfícies, o que vai hipotecar em grande medida o seu futuro.

-O outro processo que afectou às terras a monte durante este período refire-se directamente ao seu uso, e consistiu na forte expansom que experimentou o espaço arvorado.

Esta expansom iniciou-se já nos primeiros 30 anos do século, da mao sobretodo da florestaçom realizada por particulares em parcelas de monte apropriadas individualmente. Pero foi nas décadas imediatamente posteriores à Guerra Civil quando o avance do arvorado se acelerou, registando um salto espectacular. Em boa medida, este avance deveu-se também nestas décadas às repovoaçons privadas, realizadas por particulares. Mas a isso uniu-se a repovoaçom de muitos montes vizinhais, levada a cabo polos organismos florestais do Estado a partir de 1940; e que foi possibilitada pola prévia despossessom das comunidades proprietárias, e o passo dos montes à titularidade dos municípios[9].

A suma desses dous tipos de repovoaçons (as privadas, e as realizadas polo Estado ao través dos consórcios), deu como resultado um incremento espectacular da superfície arvorada. Sendo esta, com muito, a modificaçom mais importante que se produziu nos usos da terra em Galiza, e em concreto no uso das terras a monte, ao longo das 6 primeiras décadas do século actual.

Os dados publicados polos "Anuarios Estadísticos" do Ministério de Agricultura, ainda que apresentam grandes deficiéncias no que respeita à sua homogeneidade ao longo do tempo, permitem-nos obter umha aproximaçom à evoluçom registada polos usos da terra durante estas décadas. Concretamente,

---

[9] Examinamos esse repovoamento florestal, a sua magnitude e as conseqüéncias que tivo, no trabalho:

-FERNANDEZ LEICEAGA, Joaquim / LOPEZ IGLESIAS, Edelmiro, "Aproximaçom à história do monte na Galiza...", op. cit., pp. 264 e ss.

Sobre este mesmo tema, consultar também:

-PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria. O circuito da madeira en Galicia., Fundación Caixa Galicia, Vigo, 1991, pp. 30-42.

-BOUHIER, Abel, op. cit., pp. 1045-1060.

no **quadro 8.1.** reproduzimos às cifras referidas ao período 1935-1961[10]. Podemos ver aí que a importância relativa das terras cultivadas reduziu-se nestes anos, desde o 24,2% da superfície total que representavam em 1935, ao 19,3% que suponhem em 1961. E o conjunto formado por essas superfícies e os prados naturais (que pode identificar-se com a SAU, entendida em sentido restritivo), viu diminuir também o seu peso: do 29,8% ao 24,7% da superfície total. Esta reduçom produziu-se em concreto no período 1945-1961, depois de que a SAU se expandira ligeiramente entre 1935 e 1945 (do 29,8% ao 33,0%). Os dados confirmam, pois, que o incremento potencial da SAU foi aproveitado em escassa medida durante as 4 primeiras décadas do século; e isso foi seguido de um retrocesso nos primeiros decénios da posguerra. De tal modo que, no conjunto do período 1935-1961, a extensom ocupada por estas superfícies sofriu um ligeiro descenso.

Ao mesmo tempo, em cámbio, a superfície arvorada (o "monte maderable") experimentou um crescimento mui forte: do 10,1% do território em 1935, e o 11,2% em 1945, passou ao 26,3% em 1961. O que se correspondeu com um retrocesso paralelo do conjunto formado polo "monte abierto y leñoso" e as "otras superficies", que podemos identificar em linhas gerais com o monte baixo[11] (ver quadro 8.1).

Liberadas potencialmente das suas funçons tradicionais, para as terras a monte abriam-se duas grandes opçons alternativas: a agrária, e concretamente a gadeira, mediante a roturaçom e a conversom em pastos destas superfícies; e a florestal. Pois bem, os dados ponhem de manifesto que durante os 60 primeiros anos do século foi esta última opçom a única que se expandiu, e de umha forma acelerada. Como conseqüência disto, as exploraçons individuais continuárom estando limitadas ao estreito espaço agrário existente no sistema tradicional, e a SAU/exploraçom seguiu sendo mui

---

[10] Umha série estatística similar à que recolhemos neste quadro foi elaborada por Francisco Sineiro para o período 1930-1980, sendo as cifras que oferece praticamente idénticas às que agora comentamos. Ver:
-SINEIRO GARCIA, Francisco, "Consideracións sobre os aproveitamentos da terra en Galicia... ", op. cit., pp. 23-33.

[11] Em rigor, a rúbrica "otras superficies" nas décadas recentes corresponde-se esencialmente com os terreos improdutivos e nom agrários. Sem embargo, o elevado volume de terras que figura nesta rúbrica em 1935 e 1945, fai pensar que deviam estar incluídas aqui muitas superfícies de monte baixo.

pequena, sem que se produzira nengumha melhora neste aspeito.

Quadro 8.1. Evoluçom da utilizaçom da terra em Galiza 1935-61.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (em miles de hes).

	1935	1945	1961
Terras cultivadas	705	827	569
Prados naturais	164	134	159
Pastizais	207	203	433
Monte aberto e lenhoso	1100	1087	854
Monte madeirável	294	326	773
Outras superfícies	445	338	156
SUPERFICIE GEOGRAFICA	2915	2915	2944

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1935	1945	1961
Terras cultivadas	24,2%	28,4%	19,3%
Prados naturais	5,6%	4,6%	5,4%
Pastizais	7,1%	7,0%	14,7%
Monte aberto e lenhoso	37,7%	37,3%	29,0%
Monte madeirável	10,1%	11,2%	26,3%
Outras superfícies	15,3%	11,6%	5,3%
SUPERFICIE GEOGRAFICA	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: YEPES HERNANDEZ DE MADRID, Valeriano, "El uso de la tierra en Galicia.", em:
VARIOS, Recursos básicos da agricultura galega., Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, Ed. do Castro, A Corunha, 1983, pag. 243.
(A fonte original da que procedem os dados som os "Anuarios Estadísticos" do Ministério de Agricultura).

A continuaçom imos examinar com maior detalhe a situaçom que se configurou deste modo para princípios dos anos 60, a utilizaçom da superfície das exploraçons que se registava nesta data. Depois referiremo-nos às mudanças que se produzírom neste aspeito ao longo das últimas décadas, concretamente no período 1962-1989. Toda esta análise estará baseada principalmente na informaçom suministrada polos sucessivos censos agrários.

2. A DISTRIBUÇOM DA SUPERFICIE POR APROVEITAMENTOS EM 1962; A IMPORTANCIA DA SAU E DAS TERRAS A MONTE DENTRO DA SUPERFICIE TOTAL DAS EXPLORAÇONS.

2.1. A distribuçom por aproveitamentos da superfície total de Galiza.

Iniciamos a análise com as cifras globais, as referidas à distribuçom por aproveitamentos da superfície total de Galiza. No **quadro 8.2** reproduzimos em concreto os dados oferecidos polo censo agrário de 1962, que serám a base principal deste estudo. Antes de entrar no seu exame, devemos fazer, sem embargo, algumhas aclaraçons prévias.

Como já sabemos, a superfície total que registou em Galiza o primeiro censo agrário é notavelmente inferior à superfície geográfica. Concretamente, quedárom sem censar umhas 520.000 hes, o que supom o 17,7% do território. Em conseqüéncia, temos que começar aclarando se isso introduze algum sesgo, no que respeita aos aproveitamentos da terra. Para contrastar isto, no quadro 8.2 recolhemos também os dados que suministra para 1961 o correspondente "Anuario Estadístico" do Ministério de Agricultura.

A comparaçom entre umhas e outras cifras nom pode ser totalmente precisa, dadas as diferéncias existentes no que respeita às rúbricas estabelecidas. Pero, ainda com essas reservas, a impressom geral é que a importáncia relativa dos diversos aproveitamentos é mui similar nos dous tipos de dados. Isto observa-se claramente para as terras cultivadas, os prados naturais, e a superfície arvorada; para os que as percentagens som praticamente idénticas em ambos casos. E, por último, a rúbrica do censo que cabe identificar com o monte baixo ("Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas"), corresponde-se aproximadamente com a suma das terras que no Anuário aparecem em dous items: monte aberto e lenhoso, e pastizais (ver quadro 8.2).

Em definitiva, pois, semelha que a exclusom do censo agrário afectou de modo similar aos diversos tipos de superfícies. Polo que a superfície censada apresenta umha distribuçom percentual por aproveitamentos, quase idéntica á que registava nesta data a superfície geográfica de Galiza[12].

---

[12] A priori, caberia agardar que as terras que ficárom fora do campo de estudo do censo foram esencialmente superfícies florestais e improdutivas. Sem embargo, como indicamos no seu momento, este primeiro censo deixou sem registar umha parte das exploraçons agrárias que existiam em 1962. Isto pode explicar que a superfície cultivada seja também claramente inferior à estimada nos Anuários estatísticos do Ministério de Agricultura.

Quadro 8.2. Distribuçom por aproveitamentos da superfície total de Galiza 1961/1962.

	A Anuário estatístico Mo. de Agric. 1961		B Censo agrário 1962	
	hes	%	hes	%
-Terras cultivadas (Terras lavradas)	569000	19,3%	476499	19,7%
-Prados naturais (Prados e pradeiras permanentes)	159000	5,4%	152938	6,3%
-Pastizais	433000	14,7%		
-Monte aberto e lenhoso (Terras povoadas com espécies espontáneas nom arvóreas)	854000	29,0%	1089399	44,9%
-Monte madeirável (Terras povoadas com espécies arvóreas florestais)	773000	26,3%	616742	25,4%
-Outras superfícies (Terras improdutivas)	156000	5,3%	88429	3,6%
SUPERFICIE TOTAL	2944000	100,0%	2424007	100,0%

NOTA: Figura entre parénteses a denominaçom das rúbricas distinguidas no censo agrário.
Fonte: A: ver quadro anterior.
B: INE, Censo agrario de España 1962; elaboraçom própria.

Efectuada essa aclaraçom, passamos a exponher os traços que definiam a distribuçom por aproveitamentos da superfície total censada (ver quadro 8.2):

i. O primeiro feito a salientar era a reduzida extensom ocupada pola SAU. As terras lavradas suponhiam o 19,7% do total; e os prados e pradeiras permanentes unicamente o 6,3%. Assi, a suma dessas duas rúbricas, que é o que podemos identificar estritamente com a SAU, cubria só umhas 630.000 hes, o 26,0% da superfície censada.

ii. A segunda nota a destacar é o corolário da anterior: a maior parte da superfície correspondia ao monte. Em concreto, as terras a monte ocupavam

o 70,3% da superfície censada, quedando um 3,6% de terras classificadas como improdutivas[13].

Da superfície a monte, algo mais de 1/3 era monte arvorado, que representava deste modo o 25,4% da superfície total. E os 2/3 restantes correspondiam ao monte baixo, que constituia com diferéncia o uso mais extendido, cubrindo o 44,9% da superfície censada.

Em relaçom com esta última categoria de superfícies (o monte baixo), compre sinalar que à altura de 1962 seguiam mantendo-se nelas, em boa medida, os sistemas de aproveitamento tradicionais; polo que, sendo precisos, nom deveriamos exclui-las totalmente da SAU, se entendemos esta em sentido amplo. De feito, as cifras do próprio censo agrário indicam que, das 1.089.399 hes que aparecem classificadas como monte baixo[14], umhas 655.000 (o 60%) foram utilizadas para o pastoreo do gado durante a campanha anterior[15]. E os estudos existentes confirmam a vigéncia desse e os restantes usos tradicionais do monte a princípios dos anos 60. Ainda que nesta data tinha começado já a crise e retrocesso desses aproveitamentos tradicionais, que se vai agudizar nas três últimas décadas[16].

Com esta última matizaçom, devemos resaltar de novo o traço esencial: o conjunto do lavradio e os prados ocupavam pouco mais de 1/4 da superfície censada, quedando mais do 70% para as terras a monte.

---

[13] Nesta rúbrica figuram, dacordo com as definiçons censais: "*... las superficies que han estado ocupadas por aguas, construcciones, eras, caminos, canteras y cualquier otra que no haya tenido aprovechamiento agrario.*" (INE, Primer censo agrario de España. Año 1962. Resúmenes nacionales., INE, Madrid, 1966, pag. XVI)

[14] Mais exactamente na rúbrica "Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas".

[15] Estas cifras figuram no quadro 4.4 dos fascículos de resultados provinciais do censo agrário de 1962.

[16] A análise mais completa, tanto dos sistemas de aproveitamento do monte baixo a meiados do século, como da sua crise nos decénios posteriores, encontramo-la na obra reiteradamente citada de A. Bouhier. Umha síntese dessa análise é oferecida no trabalho:
-BOUHIER, Abel, "Las formas tradicionales de utilización del monte. Su evolución reciente. Las perspectivas de porvenir.", em:
VARIOS, Os usos do monte en Galicia. op. cit., pp. 11-28.

Essas eram as cifras globais. Imos examinar agora a utilizaçom da terra que se registava nos diferentes tipos de exploraçons censadas.

2.2. A utilizaçom da superfície dos montes comuns, e da integrada nas exploraçons agrárias individuais.

No **quadro 8.3** recolhemos os dados sobre a utilizaçom da terra em 1962, separando os dous tipos de extensons ou unidades que vinhemos diferenciando ao longo de toda a nossa investigaçom: os montes comuns, por um lado; e as exploraçons individuais, polo outro. Estes mesmos dados aparecem representados no **gráfico 8.1**.

O procedimento utilizado para realizar essa delimitaçom na prática, é o mesmo que em apartados anteriores: identificamos com montes comuns as unidades censadas de tamanho superior a 100 hes. Isto dá lugar a algumhas imprecisons, pero nom afecta á validez geral das cifras.

Dacordo com estas cifras, os montes comuns (as exploraçons públicas e comunais) ocupavam nesta data 958.260 hes, o 39,5% da superfície total censada. Pois bem, dessa extensom, unicamente o 0,8% correspondia a terras lavradas ou a prados e pradeiras permanentes, sendo o restante 99,2% superfícies que estavam a monte ou improdutivas. Os dados confirmam, portanto, que estas unidades de grande dimensom (onde figuram também algumhas de propriedade particular), estavam constituídas na sua prática totalidade por terras a monte.

Excluídas essas extensons, quedavam as superfícies que tenhem um interesse mais directo para nós: as integradas em exploraçons individuais (ou "exploraçons agrárias propriamente ditas"). O feito a destacar é que a SAU representava também aqui umha proporçom relativamente reduzida da superfície total, ficando umha extensom mui elevada de terras de monte particular. Concretamente, as exploraçons individuais ocupavam um total de 1.466.000 hes; e, dessa superfície, tam só 622.000 hes, o 42,4%, correspondia à SAU. Quedavam assi umhas 826.000 hes ocupadas polo monte particular, o 56,5% da superfície total das exploraçons (ver quadro 8.3 e gráfico 8.1).

Deste modo, se a superfície total/exploraçom era já mui pequena, a dimensom destas unidades produtivas era muito menor ainda em termos de SAU. Em concreto, as exploraçons individuais contavam em 1962 com umha média de 3,49 hes; pero, desta extensom, só 1,48 hes correspondiam a terras lavradas e prados, sendo as restantes 2,01 hes terreos dedicados a monte ou improdutivos.

Quadro 8.3. Distribuçom da superfície das exploraçons segundo o seu aproveitamento. Galiza 1962.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (hes).

	Exploraçons individuais(*)	"Montes comuns"(*)	Total censado
a. Terras lavradas	471575	4924	476499
b. Prados e pradeiras permanentes	150060	2878	152938
TOTAL SAU (a+b)	621635	7802	629437
c. Monte baixo (1)	544981	544418	1089399
d. Monte arvorado (2)	282457	334285	616742
e. Terras improdutivas	16674	71755	88429
SUPERFICIE TOTAL	1465747	958260	2424007

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

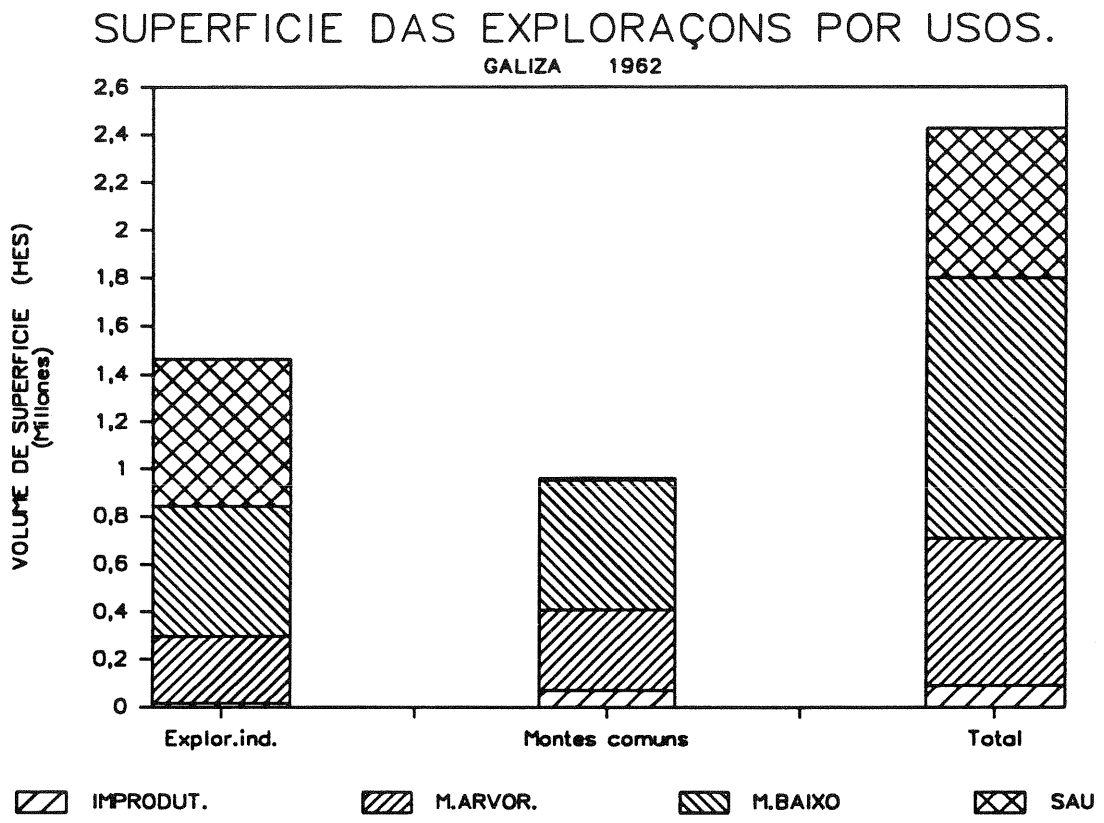
	Exploraçons individuais(*)	"Montes comuns"(*)	Total censado
a. Terras lavradas	32,2%	0,5%	19,7%
b. Prados e pradeiras permanentes	10,2%	0,3%	6,3%
TOTAL SAU (a+b)	42,4%	0,8%	26,0%
c. Monte baixo (1)	37,2%	56,8%	44,9%
d. Monte arvorado (2)	19,3%	34,9%	25,4%
e. Terras improdutivas	1,1%	7,5%	3,6%
SUPERFICIE TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Identificamos com montes comuns as exploraçons censadas de superfície total igual ou superior a 100 hes; e com "exploraçons individuais" as menores de 100 hes.

(1) "Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas".
(2) "Tierras pobladas con especies arbóreas forestales".

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962.
Elaboraçom própria.

Gráfico 8.1.



Combinando a questom do tamanho das exploraçons com a referida à utilizaçom da terra, temos em definitiva que a situaçom existente a princípios dos anos 60 vinha definida por três fenómenos ou características esenciais:

i. **Em primeiro lugar, a SAU/exploraçom era extremadamente reduzida.**

ii. **O segundo feito a salientar é a grande importáncia relativa que tinham as terras de monte particular, muitas das quais, como depois veremos, eram susceptíveis de ser roturadas e dedicadas de modo permanente a usos agrários.** É dizer, que, se o tamanho em termos de SAU era mui pequeno, as exploraçons contavam sem embargo com um importante potencial interno para a sua ampliaçom, ao través da roturaçom de superfícies de monte particular.

iii. **Finalmente, ao lado dessas exploraçons individuais, havia grandes extensons de monte comunal,** que ocupavam ao redor de 1/3 do território, e que em parte constituiam também umha reserva potencial para a ampliaçom da SAU.

Para completar esta panorámica, hai um último aspeito que devemos comentar: a distribuçom por aproveitamentos que registavam as terras de monte particular e as de monte comunal. Antes vimos que durante as 6 primeiras décadas do século, e sobretodo nos dous decénios posteriores à Guerra Civil, forom arvoradas umha boa parte das superfícies de monte. Concretamente, as cifras do censo agrário de 1962 indicam que nesta data estavam arvoradas o 36,1% destas superfícies, quedando o restante 63,9% dedicado a monte baixo. A questom que pretendemos aclarar agora refire-se à situaçom que apresentavam neste aspeito os espaços de monte particular e de monte comunal. Com que intensidade afectárom aquelas repovoaçons a umhas e outras superfícies ?.

Os dados que estamos manejando aqui sugirem que essa intensidade foi similar em ambos casos. Assi, a percentagem que representava o espaço arvorado em 1962 era do 34,1% no caso do monte particular, e do 38,1% no que vimos identificando com montes comunais **(ver quadro 8.4)**.

Esses dados necessitam sem embargo ser matizados, à luz do que nos indicam as estatísticas directas sobre as repovoaçons. Estas estatísticas sugirem que nas cifras anteriores aparece sobreestimado o peso relativo do arvorado nos montes comuns, mentres que é subestimada esta proporçom nos de propriedade particular. Este sesgo deve-se, com toda probabilidade, a que no conjunto que assimilamos com montes comuns (as unidades censadas de tamanho superior a 100 hes), figuram em 1962 umhas 100.000 hes que correspondiam em realidade a grandes extensons florestais de propriedade particular, muitas das quais estavam arvoradas.

Quadro 8.4. Distribuçom por aproveitamentos das terras de monte particular e de monte comum. Galiza 1962.

	Arvorado	Nom arvorado	Total
-Monte particular (*)	282457	544981	827438
	34,1%	65,9%	100,0%
-Monte comum (*)	334285	544418	878703
	38,0%	62,0%	100,0%
TOTAL TERRAS A MONTE	616742	1089399	1706141
	36,1%	63,9%	100,0%

(*) Identificamos com "monte particular" as terras de monte censadas em exploraçons menores de 100 hes; e com "monte comum" aquelas que formam parte de exploraçons censadas maiores de 100 hes.

Fonte: elaboraçom própria a partir do quadro anterior.

Corregindo o sesgo que isso introduze, podemos estimar que a percentagem das terras de monte que estavam arvoradas nesta data, situava-se em torno ao 40%-45% nas de propriedade particular, e ao redor do 25%-30% nas de propriedade pública e comunal. Em termos absolutos, teriamos que, das 617.000 hes arvoradas que regista o censo agrário de 1962, umhas 375.000 (o 60%) correspondiam a montes particulares, e as restantes 242.000 (o 40%) a montes públicos e comunais. Cifras estas que som coerentes com as que oferece Albino Prada, sobre o volume das repovoaçons no período 1940-1970, e que este autor obtém a partir do Inventário Florestal de 1972 e das estatísticas anuais sobre as repovoaçons florestais[17].

No que respeita a esta questom, podemos afirmar pois que o processo de repovoaçons de montes públicos e comunais alcançou nessas décadas umha grande magnitude; pero foi ainda maior a importáncia das repovoaçons de montes particulares, levadas a cabo polos seus proprietários.

2.3. As diferéncias na utilizaçom da terra segundo o tamanho das exploraçons.

Dentro das exploraçons individuais, a utilizaçom da terra variava de forma notável segundo o tamanho, a superfície total, das unidades de produçom. A situaçom que se registava neste aspeito em 1962 pode ver-se no **quadro 8.5** e no **gráfico 8.2**. No quadro 8.5 figura a superfície total/exploraçom que resultava para as unidades dos distintos grupos de tamanho, e a distribuçom dessa superfície entre: SAU, monte baixo, e monte arvorado[18]. Pola sua parte,

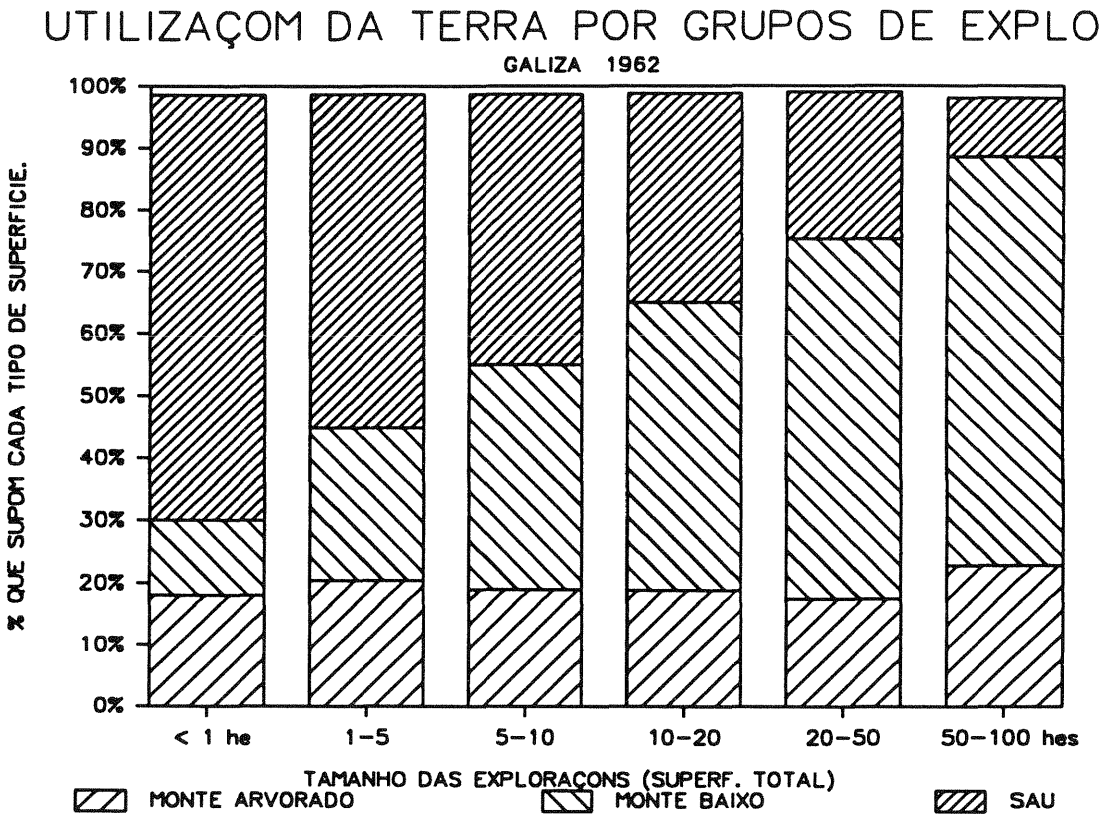
---

[17] Dacordo com estas cifras, a superfície total repovoada durante estes 30 anos eleva-se a 535.897 hes. Dessa extensom, 213.754 hes (o 39,9%) correspondem a repovoaçons públicas, realizadas mediante consórcios; e as restantes 322.143 hes (o 60,1%) a repovoaçons privadas em montes de propriedade particular. Ver:
-PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria op. cit., pag. 40.
Sobre este mesmo tema pode consultar-se também:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, Economía (política) do monte galego. op. cit., pp. 47-48.

[18] Prescindimos aqui da rúbrica "terras improdutivas", devido a que a sua importáncia é mui pequena em todos os intervalos de tamanho (o seu peso relativo oscila em todos eles entre o 1% e o 2% da superfície total das exploraçons). A exclusom desta rúbrica é a razom de que, tanto no quadro 8.5 como no gráfico 8.2, as percentagens nom sumem exactamente 100, senom umha cifra algo menor.

no gráfico 8.2 representamos o peso relativo que tinham esses três tipos de terras nas exploraçons das diferentes categorias dimensionais.

Gráfico 8.2.



Imos exponher as principais conclusons que se desprendem desses dados:

a. A relaçom SAU/ Superfície total alcançava o seu valor mais elevado (o 68,6%) nas exploraçons de menor dimensom, aquelas com umha superfície total inferior a 1 he. A medida que ascendiamos nos intervalos dimensionais, essa percentagem diminuia de forma ininterrumpida, até registar os valores mínimos: nas exploraçons de 20-50 hes (23,5%), e nas de 50-100 hes (9,5%).

Portanto, o incremento da superfície total das exploraçons nom iba acompanhado de um aumento paralelo da sua SAU. Esta elevava-se em muita menor medida, e os dados parecem sugerir a existéncia de um teito ao

volume máximo de SAU trabalhada numha exploraçom, situando-se este teito ao redor das 6 hes[19].

b. A proporçom da superfície ocupada polas terras a monte seguia, logicamente, umha evoluçom inversa ao índice anterior; aumentando com o incremento da superfície total das exploraçons. Assi, nas unidades menores de 1 he esta proporçom era do 30,0%; nas de 5-10 hes e nas de 10-20 hes elevava-se já ao 55%-65%; e nas maiores de 20 hes o peso das terras a monte superava o 75%.

c. Dentro destas superfícies hai que distinguir o monte baixo do monte arvorado, porque a evoluçom da sua importáncia relativa era mui diferente num e outro caso. A percentagem da superfície total ocupada polo monte arvorado era bastante similar em todas as categorias de tamanho, oscilando entre o 17,5% e o 22,5%; e as variaçons existentes nom respondiam ademais a nengumha tendéncia definida.

   Em cámbio, o peso relativo do monte baixo variava muito, seguindo umha evoluçom complementária à observada para a SAU. Este peso era mui reduzido nas exploraçons menores de 1 he (onde o monte baixo ocupava só o 11,9% da superfície total); aumentando de modo contínuo com a elevaçom do tamanho das unidades de produçom, até alcançar o seu máximo na categoria de 50-100 hes. Nestas exploraçons, o 65,8% da superfície total estava ocupada polo monte baixo (ver gráfico 8.2 e quadro 8.5).

Resumindo, podemos afirmar pois que a utilizaçom da terra alcançava a sua maior intensidade nas exploraçons de menor dimensom; diminuindo esta intensidade a medida que se incrementava o tamanho, a superfície total, das unidades de produçom. Isto concretava-se num descenso da relaçom SAU/ Superfície total, e num aumento paralelo da importáncia das terras de monte baixo. O monte arvorado, pola sua parte, registava um peso bastante similar em todos os grupos de tamanho.

---

[19] Assi, no quadro 8.5 vemos que a SAU/exploraçom vai ascendendo com a elevaçom da superfície total, pero cada vez fai-no em menor quantia. E em nengum dos intervalos dimensionais essa cifra supera as 6,5 hes de SAU.

Este feito, a existéncia de um teito à quantia máxima da SAU/exploraçom, é coerente com algo que apontamos no capítulo VII (em concreto no epígrafe 3.1.1 deste capítulo): a tecnologia disponível no sistema agrário tradicional, imponhia um límite relativamente baixo à superfície agrária que podia trabalhar de forma regular umha famílía.

Quadro 8.5. Importáncia relativa da SAU e das terras a monte segundo o tamanho das exploraçons. Galiza 1962.

Tamanho (Superf. total)	Número de exploraçons	Superfície média por exploraçom dos diversos aproveitamentos (hes) (*) Superf. total	SAU	Total monte	Monte baixo	Monte arvorado
< 1 he	146290	0,43	0,29	0,13	0,05	0,08
1-5	184957	2,45	1,32	1,10	0,60	0,50
5-10	56549	6,99	3,05	3,85	2,52	1,33
10-20	25941	13,57	4,57	8,84	6,28	2,56
20-50	6283	27,24	6,41	20,57	15,81	4,76
50-100 hes	500	64,22	6,07	56,90	42,27	14,63
TOTAL EXPL. INDIVIDUAIS	420520	3,49	1,48	1,97	1,30	0,67

Tamanho (Superf. total)	Importáncia relativa dos diversos tipos de superfícies nas exploraçons de cada grupo. (% sobre a superfície total) (*) SAU	Total monte	Monte baixo	Monte arvorado
< 1 he	68,6%	30,0%	11,9%	18,0%
1-5	53,9%	44,9%	24,5%	20,4%
5-10	43,6%	55,1%	36,1%	19,0%
10-20	33,7%	65,1%	46,3%	18,9%
20-50	23,5%	75,5%	58,0%	17,5%
50-100 hes	9,5%	88,6%	65,8%	22,8%
TOTAL EXPL. INDIVIDUAIS	42,4%	56,4%	37,1%	19,2%

(*) A suma da SAU e as terras a monte nom coincide com a superfície total, devido a que faltam aí as "terras improdutivas".

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962.
Elaboraçom própria.

2.4. As duas vias que existiam para ampliar a SAU/exploraçom nas últimas décadas.

Dada a situaçom de partida que acabamos de descrever, havia duas vias possíveis para incrementar nas últimas décadas a SAU/exploraçom, o tamanho das unidades de produçom em termos de SAU:

i. A primeira via consistia na desapariçom e concentraçom de exploraçons. Isto é, em que se reduzira o número de unidades produtivas, e que as terras lavradas e prados liberados polas unidades desaparecidas, foram

mobilizados para ampliar a SAU das exploraçons supervivintes. A esta questom já nos referimos extensamente no capítulo anterior, polo que nom som necessárias maiores explicaçons.

ii. A outra forma possível de aumentar a SAU/exploraçom, era a roturaçom e conversom a usos agrários das superfícies de monte (tanto particular como comunal). É este o tema sobre o que devemos centrar agora a nossa atençom.

Dada a reduzida proporçom da superfície total que estava ocupada pola SAU, a ampliaçom da dimensom das exploraçons nestes termos (a ampliaçom da SAU/exploraçom), passava em grande medida pola expansom do espaço agrário a costa do monte, pola roturaçom destas terras e a sua dedicaçom a cultivos e sobretodo a pastos. Este processo era técnica e economicamente possível numha parte importante das terras a monte; e permitiria que, sem variar a sua superfície total, muitas exploraçons puderam ampliar notavelmente a sua SAU.

Esse tipo de transformaçom era mais factível nos terreos de monte particular, tanto pola sua situaçom jurídica como polas aptitudes naturais dos solos[20]. Pero havia também superfícies de monte comunal potencialmente transformáveis em pastos. Processo este que poderia servir para a constituçom sobre estas terras de novas exploraçons, de carácter individual ou cooperativo. Ou bem, para que os vizinhos ampliaram a superfície forrageira da sua unidade de produçom, mediante o aproveitamento de algumhas parcelas de pastos no espaço comunal.

Em relaçom com isto, hai que sinalar que a importáncia relativa do monte particular e do monte comunal diferia muito de umhas comarcas a outras. E, em conseqüéncia, diferiam também as possibilidades de realizar aquelas transformaçons, e a forma concreta que estas podiam adoptar. Desde esta perspectiva, e numha imagem simplificada, a geografia galega podia dividir-se em duas grandes metades, separadas por umha linha que iba: da desembocadura do Ulha a Doçom, e de aqui a Pedrafita[21].

a. Na metade septentrional, a situada ao norte dessa linha, produzira-se já a divisom da maior parte dos montes comuns, com a incorporaçom conseguinte destas terras às unidades de produçom individuais. Como conseqüéncia disto, os espaços comunais ocupavam aqui, à altura de 1962,

---

[20] Ver infra: a análise sobre os usos reais e potenciais da terra, que oferecemos no apartado 4 deste capítulo.

[21] Ver supra: a análise que realizamos no capítulo anterior, sobre a estrutura das exploraçons por concelhos em 1962.

umha proporçom reduzida da superfície total; e, em cámbio, tinham umha grande importáncia as superfícies de monte particular, o que iba associado com umha superfície total/exploraçom relativamente elevada (no contexto galego), e sobretodo com um peso das exploraçons médias muito maior que no resto de Galiza.

Deste modo, as exploraçons agrárias desta zona, ainda que tinham umha reduzida SAU média, disponhiam muitas delas de importantes extensons de monte particular, cuja roturaçom podia permitir umha notável ampliaçom da SAU.

b. A situaçom era mui diferente na metade meridional, a ubicada ao sul daquela linha. O reparto dos montes comuns, efectuado ao longo dos 60 ou 70 anos anteriores, tivera aqui umha incidéncia bastante limitada, polo que estes espaços seguiam ocupando umha elevada proporçom do território. Isso fazia que a preséncia do monte particular fora, em cámbio, relativamente pequena; o que iba associado com umha reduzida superfície total/exploraçom, e sobretodo com umha importáncia escassa das exploraçons médias.

Dada a realidade existente nesta zona, as possibilidades de ampliar a SAU mediante a roturaçom de superfícies de monte particular eram mui limitadas. O logro desta ampliaçom passava aqui principalmente pola roturaçom de montes comuns, alí onde as aptitudes naturais do solo o permitiram.

Quadro 8.6. Importáncia relativa dos montes comuns e os montes particulares, e relaçom disso com a dimensom das exploraçons. Cifras por províncias 1962.

	Superfície dos montes comuns / Superf. total censada (1)	Sup. monte particular / Sup. total censada (2)	% de explor. >= 5 hes.	Sup. ocupada por explor. de 10-50 hes/ Sup. total censada
A CORUNHA	18,4%	53,3%	24,1%	31,1%
LUGO	33,7%	38,1%	42,5%	33,9%
OURENSE	60,2%	16,7%	13,7%	5,9%
PONTEVEDRA	49,3%	26,0%	6,3%	6,1%

(1) Montes comuns = superfícies de monte nas exploraçons censadas maiores de 100 hes.
(2) Monte particular = superfícies de monte integradas nas exploraçons menores de 100 hes.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962; e elaboraçom própria.

O contraste que acabamos de sinalar, entre a metade septentrional e a meridional, é ilustrado claramente polos dados a nível provincial que reproduzimos no **quadro 8.6**, e que procedem do censo agrário de 1962. Estes dados já fórom oferecidos no capítulo anterior[22]; pero parece-nos oportuno recolhe-los aqui de novo, devido à sua relaçom directa com o tema que nos ocupa.

Até agora referimo-nos, nos párrafos anteriores, às potencialidades que existiam de ampliar o espaço agrário a costa do monte, e incrementar assi a SAU disponível por exploraçom. Para completar o quadro da situaçom existente a princípios dos anos 60, compre deixar constáncia de alguns obstáculos com os que se encontrava a realizaçom prática desse potencial, e que eram produto de mudanças ou processos relativamente recentes. A estes processos temos aludido já anteriormente, pero queremos explicitar ou reforçar aqui umha tese: **as possibilidades de ampliar a SAU ao longo das três últimas décadas, estavam em boa medida hipotecadas polas mudanças que afectárom às terras a monte durante os 60 ou 70 anos anteriores.**

Os fenómenos que devemos citar aqui som concretamente trés:

i. O primeiro é a florestaçom de boa parte das superfícies de monte, tanto particular como comunal, que se produziu nesses decénios precedentes. Isto efectuou-se em muitos casos sobre terras que eram aptas para usos agrários, competindo pois com esta utilizaçom alternativa[23].

ii. O segundo fenómeno é a usurpaçom dos montes vizinhais por parte dos municípios, consumada também na primeira metade do século actual. Este processo está estreitamente ligado ao anterior, já que foi esta a base jurídica que vai permitir a florestaçom de muitos destes montes polo "Patrimonio Forestal del Estado", a partir de 1941. Pero, ademais disso, nos casos em que a florestaçom nom se produziu, originou-se umha inseguridade na possessom das terras polos vizinhos, que vai dificultar a sua eventual transformaçom. Este problema está presente até a restituçom da propriedade às comunidades vizinhais, que se efectua gradualmente a partir dos anos 70.

---

[22] Ver supra: quadro 7.19 do capítulo VII.

[23] Mais adiante voltaremos sobre esta questom. Em relaçom com ela, consultar por exemplo:

-BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1052-1053.

-PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria... op. cit., pp. 129-141.

iii. Finalmente, hai que sinalar outro problema, que afecta neste caso aos montes de propriedade particular. A forma concreta na que se efectuou o reparto e apropriaçom individual destas superfícies, levou, como temos indicado, à sua pulverizaçom parcelária. Algo que, em princípio, dificultava muito a sua possível conversom em pastos.

Perfilada a situaçom em 1962, as transformaçons possíveis e os seus condicionantes, imos ver que foi o que sucedeu realmente durante as três últimas décadas.

3. AS MUDANÇAS EXPERIMENTADAS POLOS USOS DA TERRA DURANTE O PERIODO 1962-1989. A IMPORTANCIA QUE TIVO A ROTURAÇOM DE TERRAS A MONTE, COMO VIA PARA AMPLIAR A SAU DAS EXPLORAÇONS.

3.1. Introduçom.

Das duas vias que existiam para incrementar a SAU/unidade de produçom, já sabemos que a primeira (a desapariçom e concentraçom de exploraçons) tivo na prática umha escassa ou nula relevância. Como vimos no capítulo anterior, as mudanças operadas ao través desta via fórom em Galiza praticamente insignificantes, de tal modo que a superfície total/exploraçom permaneceu durante as três últimas décadas quase estancada. Concretamente, esta superfície média passou de 3,49 hes em 1962 a 3,88 hes em 1989; isto é, um incremento de 0,39 hes, um 11%, em 27 anos.

Agora bem, ainda sem incrementar a superfície total da exploraçom, muitos agricultores podiam ter ampliado notavelmente a sua SAU, roturando parte das terras de monte particular com as que contavam. E, por outro lado, existia ademais a possibilidade de roturar umha parte das superfícies dos montes comuns; o que permitiria também, em certas comarcas, ampliar a SAU disponível por exploraçom, já fora integrando essas terras nas exploraçons individuais, ou estabelecendo pastos de aproveitamento colectivo.

Esse tipo de mudanças, a roturaçom de terras a monte e concretamente a sua transformaçom em pastos, era algo factível em muitas destas superfícies, e sem implicar um custo económico excessivo. As investigaçons realizadas desde princípios do século actual, e sobretodo a partir da década dos 50, confirmárom a viabilidade dessa transformaçom em boa parte dos montes galegos; e

permitírom desenvolver diversas técnicas para a realizaçom prática do processo[24].

Por outra parte, se isso era possível, a expansom da superfície dedicada a pastos aparecia também como algo necessário, dada a crescente especializaçom gadeira da agricultura galega, que se regista desde meiados de século; e dada, sobretodo, a importáncia crescente que adquirem neste período as produçons da gadaria bovina[25]. Nesta situaçom, a ampliaçom da superfície forrageira apresentava-se como algo imprescindível, para poder incrementar o volume dessas produçons com base nos recursos forrageiros próprios.

De feito, a partir da segunda metade dos anos 50, assiste-se à posta em prática de diversas **acçons ou iniciativas, por parte de organismos oficiais e também de outros agentes, que vam dirigidas todas a impulsar a transformaçom em pastos de terras a monte.**

Começando polos **montes comuns**, podemos citar neste sentido:

-A roturaçom de umhas 2.800 hes de montes vizinhais, que levou a cabo o "Instituto Nacional de Colonización" na Terra Chá durante os anos 1956-1962; servindo isto para a instalaçom "ex novo" de exploraçons agrárias sobre estas terras[26].

-Diversas actuaçons que tenhem lugar nos anos 50 e 60, e que estám dirigidas à transformaçom em pastos de montes comuns; com objecto nom de instalar novas exploraçons, senom de ampliar os terreos de pastos disponíveis para os agricultores da zona. Nesta direcçom, houvo algumhas iniciativas promovidas polas Diputaçons provinciais na segunda metade dos 50 e na

---

[24] Umha panorámica das investigaçons efectuadas ao longo deste século sobre as possibilidades de um uso gadeiro dos montes, e sobre as técnicas a empregar para esta transformaçom (os métodos de roturaçom e sementeira do pasto, o abonado necessário, ...), pode encontrar-se no trabalho:
-SINEIRO GARCIA, Francisco / DIAZ DIAZ, Nieves, "A producción gandeira nas terras a monte...", op. cit., pp. 226-238.

[25] Ver: COLINO, Xosé /PEREZ TOURIÑO, Emilio, Economía campesiña e capital. A evolución da agricultura galega (1960-1980)., Ed. Galaxia, Vigo, 1983, pp. 113 e ss.

[26] Em relaçom com esta experiéncia, consultar por exemplo:
-LOPEZ ANDION, J.M., Estructura y morfología agraria en la Terra Chá., Secretariado de Publicaciones, Universidad de Santiago de Compostela, 1980, pp. 32-34.

década dos 60, ainda que nom passárom do estádio de experiéncias piloto[27]. Mais relevantes eram as acçons contempladas no "Plan Coruña", elaborado em 1960. Neste programa preveia-se actuar nesta província sobre umhas 140.000 hes de monte (tanto comunal como particular), das quais 75.000 hes seriam arvoradas, e as 65.000 hes restantes convertidas em terras de cultivo ou pastos, todo isso com o apoio do Estado[28].

-Em datas mais recentes, e umha vez consumada a devoluçom da maior parte dos montes vizinhais às comunidades proprietárias, encontramos também actuaçons orientadas à transformaçom em pastos de algumhas destas superfícies. Assi, a Conselharia de Agricultura vem aplicando um programa nesta direcçom desde meiados dos anos 80, e que continua na actualidade[29].

Muita maior relevância tivérom ainda as **actuaçons dirigidas a impulsar a roturaçom de terras de monte particular**. Aqui encontramos, ao longo das três últimas décadas, diversos programas de melhora das exploraçons agrárias aplicados polos organismos oficiais, que tinham essas roturaçons entre as principais transformaçons promovidas. E houvo também iniciativas no mesmo sentido por parte de algumhas indústrias lácteas, que buscavam com isto consolidar umha base produtiva mais sólida para a sua matéria prima.

Como exemplos do primeiro (as acçons de organismos oficiais), podemos sinalar:

-O programa da "Agencia de Desarrollo Ganadero", que entre os anos 1974 e 1984 actuou em Galiza sobre umhas 300 exploraçons, orientadas na sua maioria para a produçom láctea. Entre os componentes esenciais que integravam os planos de desenvolvimento destas exploraçons, figurava a transformaçom do monte em pradeiras. E assi, forom transformadas em

---

[27] Ver: BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1022-1024.

[28] Ver: BOUHIER, Abel, op. cit., pag. 1022.

[29] Trata-se do programa de "Mellora da producción de superficies incultas e infrautilizadas". Assi, por exemplo, no ano 1991 aprovou-se a actuaçom sobre 13 montes vizinhais, com umha superfície total de 319 hes. Ao respeito consultar:
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Axudas estructurais á producción agraria 1991., Xunta de Galicia, Santiago, 1992, pp. 107-109.

pradeira umha média de 9 hes de monte por exploraçom, o que representava o 40% da sua superfície total[30].

-O "Programa de ordenación e mellora das explotacións gandeiras extensivas", posto em prática pola Conselharia de Agricultura a partir de 1984. Entre as transformaçons realizadas nas exploraçons que se acolhérom a esta medida, está também a roturaçom e conversom em pastos de terras a monte: a superfície transformada oscila, segundo as zonas, entre o 15% e o 40% das terras a monte que tinha inicialmente a exploraçom[31].

Um exemplo do segundo (as iniciativas impulsadas por indústrias lácteas), constitue-o a actuaçom levada a cabo pola empresa ILEPSA-NESTLE a partir de 1957, na sua área de recolhida da comarca de Lalim[32].

Em definitiva, contamos com abundantes evidéncias empíricas, que confirmam que durante as três últimas décadas se produziu efectivamente a transformaçom em pastos de terras que estavam a monte, especialmente de terras de monte particular. E parece claro que foi esta a principal via ao través da qual as exploraçons incrementárom a sua SAU. Bloqueada quase totalmente a possibilidade de agrandar a superfície mediante a compra ou o arrendamento de terras, muitos agricultores pudérom, apesar de todo, ampliar a SAU da sua exploraçom, roturando parte das terras a monte com as que contavam. Isto coincide com a impressom manifestada polos técnicos e os conhecedores directos da agricultura galega. Em palavras de Mario Orjales: *"A modernización das explotacións, que a apertura de novos mercados promoveu, fíxose a conta da capitalización da*

---

[30] Tomamos esses resultados do trabalho:
-DIEZ, Xosé Luis /POSADA, Carlos /ESTEVEZ, Eduardo, "Producción de leite en Galicia.", em:
VARIOS, Producións gandeiras de Galicia. op. cit., pp. 121-123.

[31] Consultar:
-ESTEVEZ FEIJOO, Eduardo / VILLADA LEGASPI, Xosé Eloi, "A gandaria extensiva. Análise e perspectivas.", em:
VARIOS, IV Xornadas agrarias galegas. Alternativas estruturais e producións agricola-gandeira., Ed. do Castro, A Corunha, 1988, pp. 29-49.

[32] Os resultados obtidos com esta experiéncia até 1970 aparecem descritos no trabalho:
-ERASO, Juan Ramón, "La aventura de los montes de Lalín", El Campo, no. 86, abril-junho de 1982, pp. 32-35.

agricultura e do anovamento de terras incultas; en moi poucos casos aumentando a propiedade."[33]

Agora bem, confirmada a existéncia do processo, fai-se necessário avaliar a magnitude que este alcançou numha perspectiva global. Das terras que estavam a monte a princípios dos anos 60, e que eram susceptíveis de ser dedicadas a cultivos ou a pastos, que proporçom foi efectivamente roturada ao longo das trés últimas décadas ?.

Por outra parte, hai que aclarar assimesmo em que medida esse movimento foi contrarrestado polo fenómeno inverso: o abandono de terras lavradas e prados, ligado á desapariçom ou a contracçom de exploraçons agrárias. Num plano mais geral, devemos examinar como se situa isso dentro das mudanças experimentadas polos usos da terra ao longo destas décadas.

Esta é a tarefa que abordamos a continuaçom, baseando-nos para isto nos dados publicados polos sucessivos censos agrários.

3.2. A evoluçom dos aproveitamentos da terra no período 1962-1989. Análise das cifras globais.

a. Precisons sobre os dados estatísticos.

As cifras referidas à utilizaçom da terra que suministram os sucessivos censos agrários, apresentam alguns problemas para a sua comparaçom, devido a que as rúbricas nas que é classificada a superfície, e as definiçons empregadas, variam de um censo a outro. Por este motivo, temos que iniciar a exposiçom com algumhas aclaraçons ao respeito.

Para facilitar a análise, na página seguinte recolhemos as rúbricas, ou tipos de aproveitamento da terra, que fórom distinguidas em cada um dos 4 censos agrários realizados até hoje. Podemos observar aí que a classificaçom estabelecida é idéntica nos dous primeiros censos agrários. Tanto em 1962 como em 1972, a superfície censada foi classificada nas mesmas 5 rúbricas, e as

---

[33] ORJALES PITA, Mario, "A concentración parcelaria e as estructuras agrarias.", em:
VARIOS, I Xornadas agrarias galegas., Publicaciones del MAPA, Madrid, 1984, pag. 251.

definiçons utilizadas som também iguais[34]. Essas 5 categorias som concretamente: "Tierras labradas", "Prados y praderas permanentes", "Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas", "Tierras pobladas con especies arbóreas forestales", e "Tierras improductivas".

UTILIZAÇOM DA SUPERFICIE DAS EXPLORAÇONS. RUBRICAS DISTINGUIDAS NOS DIFERENTES CENSOS AGRARIOS.

CENSO DE 1962	CENSO DE 1972	CENSO DE 1982	CENSO DE 1989
-"Tierras labradas"	-"Tierras labradas"	-"Tierras labradas"	-"Tierras labradas"
-"Prados y praderas permanentes"	-"Prados y praderas permanentes"	-"Prados y pastizales": *"Prados o praderas perman." *"Pastizal de alta montaña" *"Otros pastizales"	-"Tierras para pastos perman." *"Prados o praderas perman." *"Otras superficies utilizadas para pastos"
-"Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas"	-"Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas"	-"Erial a pastos" -"Espartizal" -"Matorral"	-"Erial" -"Espartizal" -"Matorral"
-"Tierras pobladas con especies arbóreas forestales"	-"Tierras pobl. con especies arbóreas forestales"	-"Especies arbóreas forestales"	-"Especies arbóreas forestales"
-"Tierras improductivas"	-"Tierras improductivas"	-"Otras superficies"	-"Otras superficies"

O conceito de SAU nom aparece na tabulaçom dos resultados destes dous primeiros censos, polo que as cifras referidas a este conceito tenhem que obter-se sumando as duas primeiras categorias de superfícies. Isto foi já o que fixemos para 1962, e o mesmo procedimento seguimos também para 1972. Hai

[34] Ver:

-INE, Primer censo agrario de España. Año 1962. Resúmenes nacionales., INE, Madrid, 1966, pp. XV-XVI.

-INE, Censo agrario de España 1972. Serie D. Metodología y procedimientos., INE, Madrid, 1976, pp. 44-47.

que sinalar que as cifras assi calculadas, respondem a umha definiçom da SAU que podemos considerar restritiva. Porque nela figuram só as terras cultivadas e os prados e pradeiras permanentes; quedando excluídos os pastizais, que habitualmente som também englobados neste conjunto[35].

Esse é o panorama nos dous primeiros censos agrários. As definiçons variam no censo de 1982, e sofrem umha nova modificaçom no de 1989.

Nom se viu afectada por essas modificaçons a rúbrica "Tierras labradas", que se mantém com a mesma denominaçom, e com umha definiçom também idéntica, em todos os censos. E o mesmo podemos dizer para as "Tierras pobladas con especies arbóreas forestales", o monte arvorado. Tanto a denominaçom como os critérios definitórias desta categoria, permanecem nos 4 censos sem nengumha variaçom substancial[36].

Si se produzírom mudanças no que respeita à rúbrica residual "Tierras improductivas", variando aqui o nome (que em 1982 e 1989 é "Otras superficies"), e também o contido ou definiçom. Pero, dado que a importáncia quantitativa destas superfícies é pequena, nom nos extenderemos em maiores precisons[37].

As modificaçons mais relevantes registárom-se na classificaçom das restantes superfícies, alterando a linha concreta na que se estabelece a fronteira entre dous conjuntos: os prados e pastos, por um lado; e as terras de monte baixo, polo outro. É este o ponto no que temos que deter-nos algo mais.

---

[35] Nas cifras dos censos de 1962 e 1972, os pastizais estám englobados dentro das "Tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas".

[36] Sobre os conceitos utilizados nos dous últimos censos agrários, consultar:
-INE, Censo agrario de España 1982. Tomo II. Galicia., INE, Madrid, 1985, pp. XIII-XV.
-INE, Censo Agrario 1989. Proyecto., INE, Madrid, 1989, pp. 26-31.

[37] As variaçons que se registárom aqui podem resumir-se assi:
-No censo agrário de 1982, ademais de substituir o nome de "Tierras improductivas" por "Otras superficies", a definiçom fixo-se mais restritiva, incluindo só: as superfícies nom agrárias (ocupadas por caminhos, construçons,...); e aquelas terras nom susceptíveis de nengum aproveitamento (canteiras, pedregais,...).
-No censo de 1989, em cámbio, ainda que se mantém a mesma denominaçom ("Otras superficies"), o conceito é mais amplo: ademais dos tipos de superfícies citados, classificam-se aqui as terras abandonadas de forma temporal.
Essas variaçons conceptuais reflectem-se na evoluçom que experimenta o volume de superfícies nesta categoria (ver as cifras nos quadros 8.7 e seguintes).

Como já indicamos, nos censos de 1962 e 1972 só se diferenciavam aqui duas rúbricas: os "prados y praderas permanentes", e as "tierras pobladas con especies espontáneas no arbóreas"; incluíndo nesta última categoria os pastizais e outras terras pastadas (ademais do que seriam estritamente terreos de monte baixo).

Isso muda no censo agrário de 1982. Na classificaçom estabelecida introduze-se agora a rúbrica "Prados y pastizales", que integra trés subgrupos: "Prados o praderas permanentes", "Pastizal de alta montaña", e "Otros pastizales". E ficam depois outras trés rúbricas de nova criaçom, que podemos identificar com as terras de monte baixo: "Erial a pastos", "Espartizal", e "Matorral".

Por outro lado, nos quadros de resultados deste censo aparece já o conceito de SAU, sendo esta definida como a suma das "Tierras labradas" e os "Prados y pastizales"; umha definiçom, como vemos, mais ampla da que podia obter-se nas cifras de 1962 e 1972 (que nom incluia os pastizais).

Finalmente, no censo de 1989 produze-se umha nova variaçom, que vem ampliar ainda mais o conceito de SAU. Este conjunto inclue agora, ademais das terras lavradas, a rúbrica "Tierras para pastos permanentes", que substitue à de "Prados y pastizales" do censo anterior. E nessa rúbrica ("Tierras para pastos permanentes"), figuram nom só os prados e os pastizais, senom também as terras de "erial" e "matorral" que som utilizadas para o pastoreo do gado[38]. Deste modo, amplia-se ainda mais o conceito de SAU; levando isto aparelhada umha reduçom paralela das superfícies classificadas como monte baixo.

Dadas as cifras publicadas polos sucessivos censos, à hora de construir umha série temporal sobre a evoluçom dos usos da terra, temos duas opçons:

i. A primeira, que denominamos OPÇOM A, consiste em tomar para 1982 e 1989 as cifras de SAU, tal como som oferecidas polos próprios censos

---

[38] Concretamente, a rúbrica "Tierras para pastos permanentes" comprende duas categorias de superfícies: "Prados o praderas permanentes", e "Otras superficies utilizadas para pastos". A definiçom da primeira é idéntica à empregada em 1982, que à sua vez era esencialmente igual à estabelecida, para a mesma categoria, nos censos de 1962 e 1972. Pola sua parte, a segunda é definida assi:

"Otros terrenos no comprendidos en el apartado anterior que se han utilizado como pasto para el ganado.
Se incluyen las dehesas a pastos y también el erial y el matorral cuando sobre ellos se ha realizado algún aprovechamiento ganadero." (INE, Censo Agrario 1989. Proyecto. op. cit., pag. 28).

agrários. Isto parece, a primeira vista, o mais correcto formalmente. Pero, na prática, leva a sobreestimar o possível incremento da SAU, e em concreto da superfície de prados e pastos, durante os dous últimos períodos intercensais (1972-1982 e 1982-1989).

O motivo é que: a SAU que pode calcular-se em 1962 e 1972 inclue só os "prados e pradeiras permanentes"[39]; em cámbio, o conceito de SAU empregado no censo de 1982 engloba, ademais disso, os pastizais; e o conceito é mais amplo ainda no censo de 1989, ao classificar também aqui o "erial" e o "matorral" utilizados como pasto para o gado.

ii. A outra alternativa, OPÇOM B, é que em 1982 e 1989 incluamos na SAU unicamente os "prados e pradeiras permanentes"[40], englobando os pastizais e as outras terras pastadas dentro do monte baixo. Operando deste modo, utilizaremos um conceito de SAU diferente do estabelecido nos dous censos citados, pero que é homogéneo em ambas datas (1982 e 1989); e também é homogéneo com as cifras de 1962 e 1972.

A primeira opçom é probavelmente a mais adeqüada se queremos estimar a extensom que ocupa actualmente a SAU em Galiza, e comparar isto com a situaçom existente noutros países. Sem embargo, se o objectivo é conhecer a evoluçom registada polos usos da terra ao longo das últimas décadas, como sucede no nosso caso, o mais apropriado é seguir a OPÇOM B. Por esta razom, som estas as cifras que empregaremos no estudo que realizamos a continuaçom.

De todos modos, com o fim de que a visom seja mais completa, imos começar analisando as tendéncias globais que resultam tomando umhas e outras cifras.

b. A evoluçom da superfície total censada por tipos de aproveitamento.

No **quadro 8.7** reproduzimos a série estatística que se obtém seguindo a OPÇOM A, a evoluçom dos usos da terra durante o período 1962-1989 que resulta tomando essa primeira opçom. As cifras em termos percentuais, a distribuçom percentual da superfície por aproveitamentos nas sucessivas datas, aparecem representadas no **gráfico 8.3**.

---

[39] Aparte, obviamente, das terras lavradas.

[40] Cousa esta que é possível, já que essas superfícies aparecem nos quadros de resultados de ambos censos como umha subcategoria separada.

O primeiro feito que devemos resenhar é que a superfície total censada diminuiu entre 1962 e 1989 num 9%, algo mais de 200.000 hes em termos absolutos. Estas terras saírom fora do campo de estudo dos censos agrários, polo que estes nom nos permitem conhecer qual é a sua utilizaçom posterior. Nom obstante, si podemos afirmar que se trata de superfícies que deixam de estar integradas em unidades de produçom agrárias; e portanto, a sua situaçom na actualidade terá que ser: a de terras abandonadas, dedicadas à produçom florestal, ou bem destinadas a usos urbano-industriais.

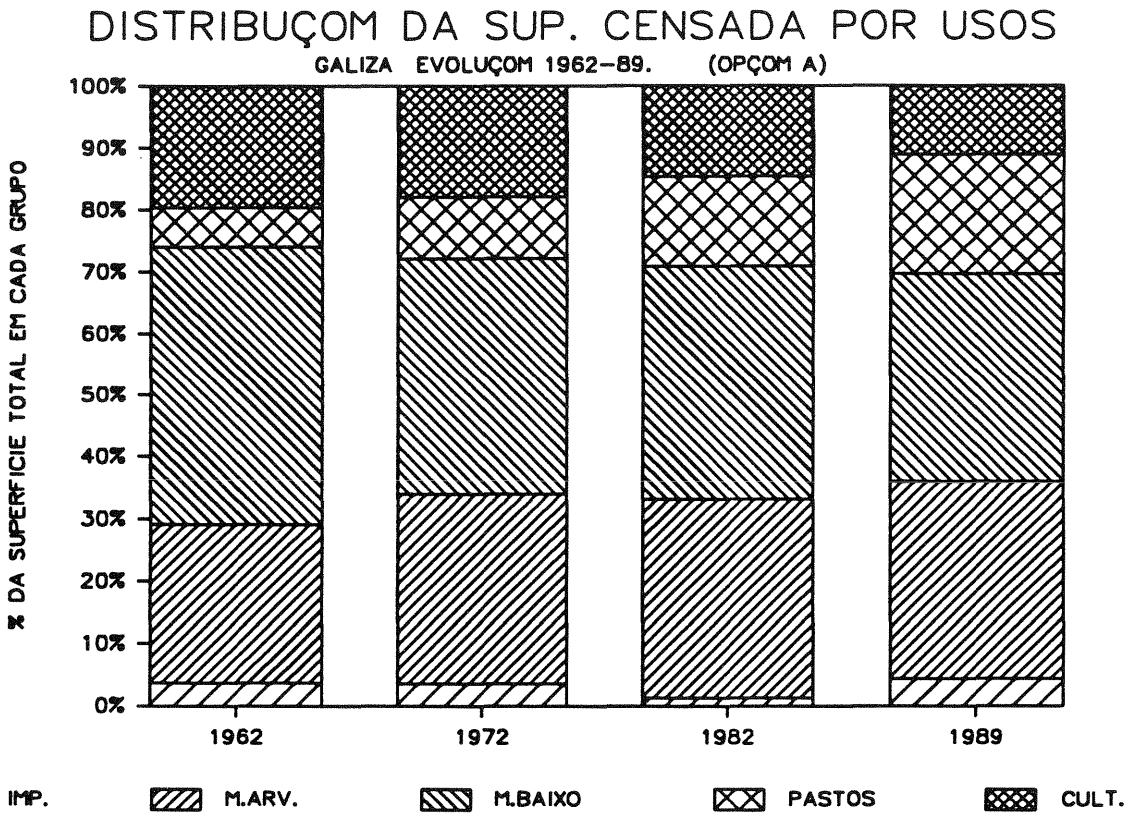
Este é, pois, o primeiro fenómeno a sinalar: das terras que em 1962 estavam integradas em exploraçons agrárias, umha parte ficárom durante esse período abandonadas, ou dedicadas a usos nom agrários; e deixárom assi de ser contabilizadas nos censos. Isto deve ter-se em conta à hora de interpretar as cifras que recolhe o quadro 8.7 e o gráfico 8.3: o que aqui figura é a evoluçom da utilizaçom da superfície censada; queda depois umha extensom cada vez maior de terras que estám totalmente desvinculadas da produçom agrária, e que nom som registadas nos censos.

Feita essa precisom, passamos a comentar as variaçons que se observam no peso dos diferentes aproveitamentos durante o período 1962-1989. Numha primeira aproximaçom, som três as tendéncias a destacar: o ligeiro incremento que experimentou a SAU; o aumento em maior medida do espaço arvorado; e o importante retrocesso do monte baixo, a costa do qual se produziu a expansom dos dous grupos anteriores. Imo-nos deter no exame de cada umha dessas tendéncias.

Em primeiro lugar, vemos que se registou umha pequena ampliaçom da SAU. O volume total desta superfície elevou-se de umhas 630.000 hes em 1962 a 675.000 em 1989, o que supom um incremento em termos relativos do 7%; e passou assi de representar o 26,0% da superfície censada na data inicial, ao 30,4% no último censo (ver quadro 8.7 e gráfico 8.3).

A evoluçom da SAU neste período é o resultado ou saldo de dous movimentos de sentido contrário: as roturaçons de terras que estavam a monte; e o abandono de superfícies cultivadas e prados, ligado à desapariçom ou ao declive de umha parte das exploraçons. Em conseqüéncia, as cifras anteriores indicam que se produziu efectivamente um processo de roturaçons de certa relevância; e que a sua magnitude superou aos abandonos de terras cultivadas e prados. Nom obstante, hai que sinalar que a ampliaçom do volume global de SAU que isso permitiu foi bastante reduzida; de tal modo que esta continua representando em 1989 umha proporçom mui baixa da superfície total censada (o 30,4%, como já indicamos).

Gráfico 8.3.



Muito mais importante que a ampliaçom global da SAU, foi a mudança que esta experimentou na sua composiçom interna. A extensom ocupada polas terras lavradas reduziu-se no período 1962-1989 em quase um 50%, passando assi de suponher o 19,7% da superfície total em 1962, ao 11,1% em 1989. E isso foi acompanhado de umha expansom paralela dos prados e pastos: estes multiplicárom a sua superfície quase por 3 ao longo desses 27 anos, elevando-se o seu peso relativo desde o 6,3% da superfície total ao 19,4%. Portanto, o ligeiro incremento do volume total de SAU, que se constata nestas cifras, agacha um forte retrocesso da superfície cultivada, e um forte crescimento relativo dos prados e pastos (ver quadro 8.7 e gráfico 8.3).

Antes sinalamos que as terras a monte constituiam, a princípios dos anos 60, umha grande reserva potencial para a ampliaçom das superfícies de pastos; ampliaçom esta que se fazia necessária, dada a crescente especializaçom gadeira da agricultura galega. Pois bem, as cifras que acabamos de ver permitem estabelecer ao respeito **duas conclusons:**

i. **A transformaçom do monte em pastos tivo na realidade umha magnitude mui limitada.**

ii. **A principal via para o incremento dessas superfícies nom fórom as roturaçons de terras a**

monte, senom a conversom em prados permanentes e pastos de terras que estavam cultivadas[41].

Passemos à segunda tendéncia que citamos ao começo: **a expansom do monte arvorado**. No conjunto do período 1962-1989, este tipo de superfície registou um aumento próximo às 85.000 hes, um 14% em termos percentuais. E o seu peso relativo elevou-se assi do 25,4% da superfície censada em 1962, ao 31,6% em 1989 (ver quadro 8.7 e gráfico 8.3).

Dos trés grupos principais de aproveitamentos que diferenciamos aqui (SAU, monte baixo e monte arvorado), foi este o que experimentou um maior incremento durante o período, duplicando quase o aumento registado, segundo estas cifras, pola SAU.

No seu momento expuxemos como a liberaçom das terras de monte (baixo) das suas funçons tradicionais, abriu a possibilidade de destinar estas superfícies a outros usos, sendo duas as opçons fundamentais: a gadeira, e a florestal. E vimos também que durante os 60 primeiros anos do século, e sobretodo nas décadas dos 40 e os 50, foi esta última opçom a única que se expandiu, e de forma acelerada; mentres que a SAU se mantinha estancada, e sofria mesmo, nas décadas da posguerra, um retrocesso.

Pois bem, as cifras dos censos agrários ponhem de manifesto que essa evoluçom prosseguiu em linhas gerais ao longo dos trés últimos decénios, ainda que algo matizada. Assi, foi a opçom florestal a que continuou registando umha maior expansom, mentres que a opçom gadeira no destino das terras a monte, seguiu ocupando um lugar absolutamente secundário. Hai que sinalar, isso si, que o avance do monte arvorado é nas décadas recentes notavelmente mais lento que no período 1945-1960. E, por outra parte, constata-se um movimento de transformaçom em pastos de terras a monte, totalmente inexistente na primeira

---

[41] Para ser totalmente rigorosos, hai que fazer aqui umha precisom. As variaçons que registam neste ponto as cifras (reduçom da superfície cultivada, e incremento paralelo dos prados e pastos), podem resultar em parte nom da conversom de superfícies de um a outro uso, senom de dous movimentos independentes: o abandono de superfícies cultivadas numhas exploraçons, e a transformaçom de monte em pastos noutras exploraçons diferentes.

De todos modos, a existéncia do primeiro processo (a dedicaçom a prados e pastos de terras anteriormente cultivadas), é confirmada em estudos comarcais e outro tipo de informaçons disponíveis. Consultar por exemplo:
-BESANCON, Sibylle / CHEVASSUS, Emmanuelle, Quel avenir pour le minifundisme galicien ?. Les exploitations laitiéres de la comarca de Negreira face à l'entrée de l'Espagne dans la CEE., ENSAM, Montpellier, 1984, pp. 65 e ss.

metade do século. Pero estas matizaçons nom alteram a tendéncia esencial: das duas utilizaçons possíveis que se abriam para o inculto, foi a florestal a que continuou expandindo-se em maior medida.

Esses comentários refirem-se às variaçons operadas no conjunto do período 1962-1989. As notas que acabamos de exponher necessitam ser matizadas no plano temporal.

Assi, se examinamos a evoluçom por períodos intercensais, podemos observar que a expansom do monte arvorado foi mui forte na década dos 60, prosseguindo deste modo a evoluçom registada no decénio anterior. Pero a partir daí, o peso relativo deste aproveitamento mantem-se aproximadamente estável, e o seu volume absoluto diminue de forma paralela à superfície total censada. Concretamente, a percentagem representada polo monte arvorado sobre a superfície total censada elevou-se do 25,4% em 1962 ao 30,4% em 1972; no seguinte decénio aumentou só mui ligeiramente (ao 31,9% em 1982); e nos anos 80 permanece estável (31,6% em 1989)[42].

---

[42] Esta evoluçom que registam os censos agrários concorda, em linhas gerais, com o que indicam outras fontes estatísticas. Assi, a série anual sobre o volume das repovoaçons florestais amostra que a maior intensidade deste processo tivo lugar nos anos 1953-1965, diminuíndo desde meiados dos anos 60 a cifras muito menores. E a este descenso das repovoaçons hai que acrescentar o efeito de deforestaçom, ou de deterioro das superfícies arvoradas, que se derivou do elevado número de incéndios florestais registados ao longo dos 15 ou 20 últimos anos.

As séries estatísticas anuais referidas a um e outro fenómeno (repovoaçons e incéndios), aparecem recopiladas nos estudos:

-FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, Economía (política) do monte galego. op. cit., pp. 47-59 e 93-108.

-PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria... op. cit., pp. 30-40 e 48-57.

No que se refire à evoluçom da extensom ocupada polo monte arvorado, contamos, aparte dos censos agrários, com outros dous tipos de cifras: a série anual sobre os usos da terra que publicam os Anuários estatísticos do Ministério de Agricultura; e os dados obtidos nos Inventários Florestais de 1972 e 1986.

Tanto uns como outros dados confirmam que desde princípios dos anos 70 a superfície ocupada polo monte arvorado tendeu a estabilizar-se, registando mesmo na década dos 80 um ligeiro descenso.

Sobre as cifras anuais dos Anuários, ver:

-INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, A Estadística na Agricultura., Xunta de Galicia, Consellería de Economía e Facenda, Santiago, 1989, pp. 41-43.

A evoluçom registada entre os Inventários Florestais de 1972 e 1986 aparece analisada

Portanto, o incremento do espaço arvorado que constatavamos para o conjunto do período 1962-1989, produziu-se basicamente nos anos 60, década esta na que isso quase triplicou o aumento experimentado pola SAU. Nos dous últimos decénios a importáncia relativa da superfície arvorada estabiliza-se. Mentres que, segundo estas cifras, a SAU prossegue a sua lenta ampliaçom (ver quadro 8.7 e gráfico 8.3).

Queda-nos finalmente por analisar a terceira das tendéncias que define a evoluçom dos usos da terra durante este período: **o retrocesso do monte baixo**. A superfície dedicada a este aproveitamento reduziu-se de 1.090.000 hes em 1962, a 744.000 hes em 1989, o que supom umha caída de ao redor de 1/3 em termos relativos. E a sua percentagem sobre a superfície total censada diminuiu assi do 44,9% ao 33,6% (ver quadro 8.7 e gráfico 8.3).

Como se deduze da exposiçom anterior, este retrocesso deveu-se principalmente à florestaçom de parte destas terras; e, em muita menor medida, à sua transformaçom em pastos.

Mais importante ainda que a diminuçom da extensom ocupada polo monte baixo, fórom as mudanças que se produzírom na situaçom real, na utilizaçom, destas terras. A princípios dos anos 60, seguiam vigentes em grande medida as formas de aproveitamento tradicionais destas superfícies, que faziam delas uns espaços nom classificáveis estritamente dentro da SAU, pero si com importantes funçons agrárias: pastoreo do gado; extensom temporal das terras cultivadas, ao través das rozas ou estivadas; produçom de tojo para cama do gado e para a obtençom de esterco. Pois bem, ao longo das trés últimas décadas estes aproveitamentos tradicionais entram numha crise irreversível, e vam sendo progressivamente abandonados. A isto contribuírom diversos factores, relacionados todos eles com a crise do sistema agrário tradicional: o intenso éxodo agrário, que reduziu fortemente o volume de mao de obra disponível no sector; as mudanças tecnológicas (assi, por exemplo, a substituçom das cortes tradicionais por establos modernos fai que o tojo deixe de ser empregado como cama para o gado), etc. Como conseqüéncia destes e outros factores, produziu-se a desapariçom praticamente total das estivadas, e um retrocesso mui

---

nas obras:

-FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, op. cit., pp. 72-79.

-PRADA BLANCO, Albino, op. cit., pp. 61-62.

Portanto, numha visom de conjunto sobre os últimos 50 anos, podemos afirmar que a expansom do monte arvorado tivo lugar esencialmente no período 1940-1970, e sobretodo na década dos 50 e primeira metade dos 60. A partir dos anos 70, a extensom ocupada polo arvorado mantem-se globalmente estabilizada.

forte dos restantes usos: o pastoreo, a corta de tojo, e também a recolhida de lenha[43].

Deste modo, as terras classificadas como "monte baixo" deixárom nestas décadas de ser um espaço integrado no conjunto do sistema agrário, e que era objecto de importantes utilizaçons agrícolas e gadeiras; para convertir-se cada vez mais numhas superfícies exteriores a esse sistema, e que som esencialmente terreos abandonados[44].

Isto tem relevância para a questom esencial que estamos abordando: a evoluçom que experimentou ao longo dos últimos decénios a SAU na agricultura galega. As mudanças na utilizaçom dessas terras nom se reflectem nos dados estatísticos, onde estas apareciam e continuam aparecendo classificadas como "monte baixo". Pero, na prática, isso implicou umha diminuçom do volume de superfície utilizado para a produçom agrária, e deve pois ser tido em conta à hora de avaliar as variaçons operadas neste aspeito durante as últimas décadas.

Em resumo, as cifras que vimos de analisar conduzem-nos às seguintes conclusons esenciais, sobre a evoluçom dos usos da terra no período 1962-1989:

i. Nestes anos, a superfície total censada reduziu-se em Galiza em algo mais de 200.000 hes, o 9% da cifra inicial. Estas terras parece lógico pensar que quedárom abandonadas ou dedicadas a usos nom agrários.

---

[43] Em relaçom com isto, consultar por exemplo:
-BOUHIER, Abel, "Las formas tradicionales de utilización del monte...", op. cit.
-SINEIRO GARCIA, F./ DIAZ DIAZ, N., "A producción gandeira nas terras a monte...", op. cit., pp. 218 e ss.

[44] As informaçons disponíveis sobre a situaçom em datas recentes indicam-nos que esse abandono nom é total, e que algumhas das funçons tradicionais continuam tendo certa preséncia (sobretodo a corta de tojo para cama do gado). Pero esta é muito menor que a meiados de século.

Consultar os dados obtidos a finais da década dos 70 em diversas comarcas de Galiza, e que som oferecidos nos dous estudos seguintes:
-DIEZ PATIER, E./ SINEIRO GARCIA, F., Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. Estudio de una zona de la meseta interior gallega., Comunicaciones INIA, Serie Economía y Sociología Agrarias, no. 7, Madrid, 1979.
-DIEZ PATIER, E., Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. II.Análisis de ocho municipios de diferentes zonas de Galicia., Comunicaciones INIA, Serie Economía y Sociología Agrarias, no. 11, Madrid, 1981.

Quadro 8.7. Evoluçom da superfície total censada por aproveitamentos. Galiza 1962-89 (OPÇOM A)(*)

A. EVOLUÇOM DAS CIFRAS ABSOLUTAS (hes).

	1962	1972	1982	1989	Variaçom 1962-89
a. Terras lavradas	476499	444282	330798	245976	-230523
b. Prados e pastizais	152938	244837	324245	429063	276125
TOTAL SAU (a+b)	629437	689119	655043	675039	45602
c. Monte baixo	1089399	941105	843752	743996	-345403
d. Monte arvorado	616742	751973	714296	700863	84121
e. Terras improdutivas	88429	88166	28876	97244	8815
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	2424007	2470363	2241967	2217142	-206865

B. EVOLUÇOM EM NUMEROS INDICE.

	1962	1972	1982	1989
a. Terras lavradas	100	93	69	52
b. Prados e pastizais	100	160	212	281
TOTAL SAU (a+b)	100	109	104	107
c. Monte baixo	100	86	77	68
d. Monte arvorado	100	122	116	114
e. Terras improdutivas	100	100	33	110
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	100	102	92	91

C. EVOLUÇOM DA DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1962	1972	1982	1989
a. Terras lavradas	19,7%	18,0%	14,8%	11,1%
b. Prados e pastizais	6,3%	9,9%	14,5%	19,4%
TOTAL SAU (a+b)	26,0%	27,9%	29,2%	30,4%
c. Monte baixo	44,9%	38,1%	37,6%	33,6%
d. Monte arvorado	25,4%	30,4%	31,9%	31,6%
e. Terras improdutivas	3,6%	3,6%	1,3%	4,4%
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Ver as explicaçons que se oferecem no texto.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

ii. Dentro da superfície que continuou sendo censada, registárom-se três mudanças principais: diminuiu a percentagem ocupada polo monte baixo, do 44,9% ao 33,6% da superfície total; e isso foi acompanhado de um incremento no peso relativo da SAU (do 26,0% ao 30,4%), e de umha expansom maior do monte arvorado (do 25,4% ao 31,6%).

iii. No que se refire em concreto à evoluçom da SAU, esta vem definida por duas notas: como acabamos de indicar, o índice SAU/Superfície total elevou-se claramente nas exploraçons que se mantenhem em actividade, as que continuam sendo censadas; pero isso foi compensado em boa medida polo abandono de terras cultivadas e prados, correspondentes a exploraçons desaparecidas no período e que deixárom de figurar nos censos. O resultado final foi que o volume global de SAU, e a proporçom que esta representa sobre a superfície geográfica de Galiza, aumentou pero só em mui pequena quantia[45].

Essa é a evoluçom que se desprende dos censos agrários seguindo a que designamos como OPÇOM A; isto é, tomando em 1982 e 1989 as cifras de SAU tal como som oferecidas polos respectivos censos. Agora bem, como antes indicamos, estas cifras incluem em 1982 dentro da SAU aos pastizais, que nos dous censos anteriores apareciam classificados dentro do monte baixo. E no censo de 1989 o conceito de SAU amplia-se ainda mais, incluíndo, ademais dos pastizais, as terras de matorral que som utilizadas para o pastoreo do gado. Em conseqüéncia, a ligeira ampliaçom da SAU no período 1962-1989, que se constata a partir desses dados, é, ao menos em parte, um fenómeno fictício, que nom se corresponde com um processo real de transformaçom de monte em pastos, senom que é devido às mudanças nas definiçons.

Se queremos efectuar umha análise mais rigorosa, devemos tomar em todos os anos cifras homogéneas: limitar a SAU, também nos dous últimos censos, à suma das terras lavradas e os prados e pradeiras permanentes; e classificar o resto das superfícies de pastos (pastizais e outros pastos de baixa qualidade) dentro do monte baixo. Esta é a que antes denominamos como OPÇOM B. A série estatística que se obtém procedendo deste modo aparece recolhida no **quadro 8.8**, e está representada no **gráfico 8.4**.

Podemos comprovar aqui que o incremento da SAU constatado anteriormente para o período 1962-1989, era um fenómeno puramente fictício,

---

[45] Como vemos no quadro 8.7, o volume de SAU incrementou-se entre 1962 e 1989 tam só num 7%. Se tomamos como espaço de referéncia a superfície total censada na data inicial, e calculamos a percentagem que sobre ela representa a SAU nas sucessivas datas, obtemos que esta passou do 26,0% em 1962 ao 27,8% em 1989. Um aumento, como pode ver-se, mui pequeno.

devido na sua totalidade às sucessivas ampliaçons deste conceito nos dous últimos censos agrários[46]. Assi, tomando cifras homogéneas, observamos que a percentagem representada pola SAU sobre a superfície total censada, permaneceu neste período constante: do 26,0% em 1962 passou ao 25,7% em 1989. E o volume absoluto destas superfícies experimentou um descenso do 9%, passando de 630.000 hes na data inicial a 570.000 hes em 1989 (ver gráfico 8.4, e quadro 8.8).

Isso indica-nos que a roturaçom de terras a monte efectuada numha parte das exploraçons, foi contrarrestada polo abandono de terreos cultivados e prados, ocorrido noutras unidades que seguem censadas ao final do período (daí que a relaçom "SAU/Superfície total censada" se mantenha constante). E se a isto unimos o abandono de superfícies que corresponde às exploraçons desaparecidas (as que deixam de figurar nos censos), o que resultou finalmente foi um retrocesso do volume global de SAU (e da proporçom que esta supom sobre a superfície geográfica de Galiza).

Respondendo à pergunta que formulávamos ao princípio deste apartado, podemos estabelecer, pois, duas conclusons: o processo de roturaçom e transformaçom em pastos das terras a monte, tivo na realidade umha magnitude global mui limitada; e esse movimento viu-se mais que contrarrestado polo abandono de superfícies cultivadas e prados, ligado à desapariçom ou o declive de exploraçons, e à ausência de mobilidade destas terras liberadas. O resultado final foi que o volume global de SAU, nom só nom se incrementou, senom que sofriu umha reduçom próxima ao 10% no período 1962-1989.

---

[46] Isto obriga a matizar os resultados que obtinhamos no capítulo anterior, ao analisar as variaçons que experimentou o tamanho das exploraçons em termos de SAU no período 1982-1989. As cifras indicavam que se produzira nestes anos um aumento relativamente importante da SAU/exploraçom, aumento que nós atribuíamos ali à roturaçom de terras a monte. Pois bem, o que agora constatamos é que essa aparente ampliaçom do tamanho em termos de SAU, se deve em grande medida à ampliaçom deste conceito efectuada no censo de 1989, em relaçom ao de 1982. Assi, no quadro 8.8 podemos ver que, utilizando dados homogéneos, a relaçom SAU/Sup. total censada diminuiu em concreto neste período intercensal: do 26,8% em 1982, ao 25,7% em 1989. Todo o contrário do que se deriva das cifras originais dos censos (ver quadro 8.7).

Quadro 8.8. Evoluçom da superfície total censada por aproveitamentos. Galiza 1962-89 (OPÇOM B)(*)

A. EVOLUÇOM DAS CIFRAS ABSOLUTAS (hes).

	1962	1972	1982	1989	Variaçom 1962-89
a. Terras lavradas	476499	444282	330798	245976	-230523
b. Prados e pradeiras permanentes	152938	244837	268947	324890	171952
TOTAL SAU EM SENTIDO ESTRITO (a+b)	629437	689119	599745	570866	-58571
c. Monte baixo	1089399	941105	899050	848173	-241226
d. Monte arvorado	616742	751973	714296	700863	84121
e. Terras improdutivas	88429	88166	28876	97244	8815
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	2424007	2470363	2241967	2217146	-206861

B. EVOLUÇOM EM NUMEROS INDICE.

	1962	1972	1982	1989
a. Terras lavradas	100	93	69	52
b. Prados e pradeiras permanentes	100	160	176	212
TOTAL SAU EM SENTIDO ESTRITO (a+b)	100	109	95	91
c. Monte baixo	100	86	83	78
d. Monte arvorado	100	122	116	114
e. Terras improdutivas	100	100	33	110
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	100	102	92	91

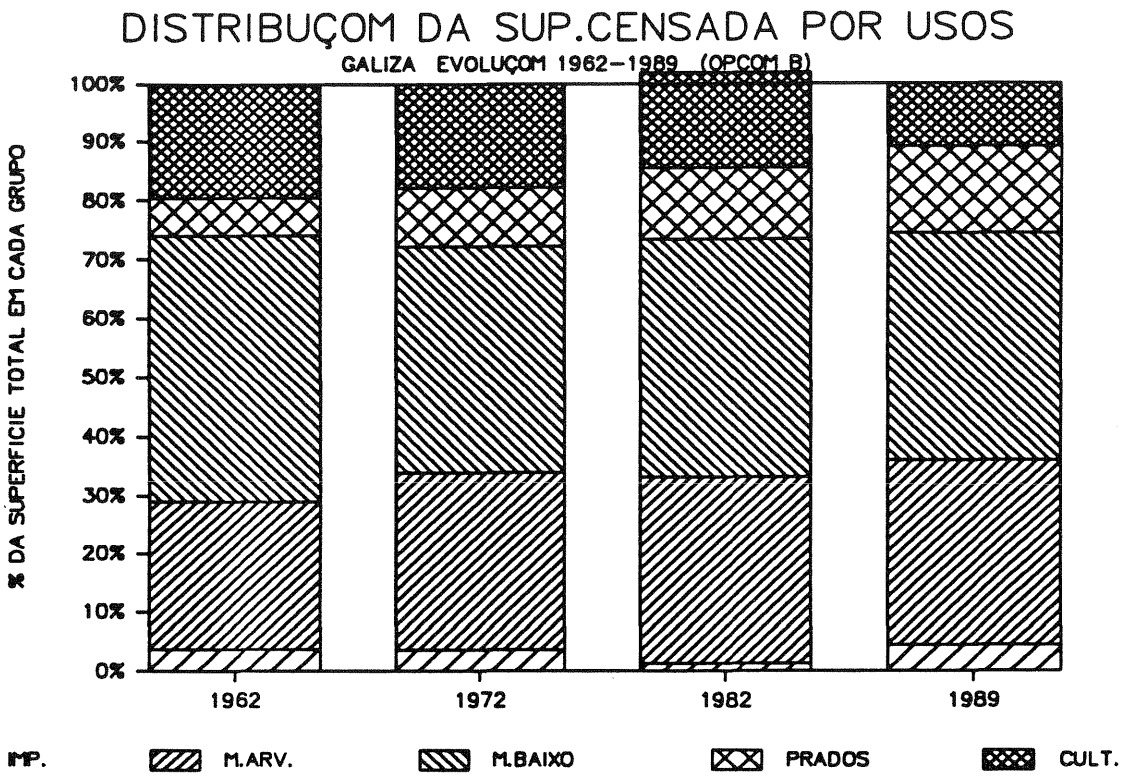
C. EVOLUÇOM DA DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1962	1972	1982	1989
a. Terras lavradas	19,7%	18,0%	14,8%	11,1%
b. Prados e pradeiras permanentes	6,3%	9,9%	12,0%	14,7%
TOTAL SAU EM SENTIDO ESTRITO (a+b)	26,0%	27,9%	26,8%	25,7%
c. Monte baixo	44,9%	38,1%	40,1%	38,3%
d. Monte arvorado	25,4%	30,4%	31,9%	31,6%
e. Terras improdutivas	3,6%	3,6%	1,3%	4,4%
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Ver as explicaçons que se oferecem no texto.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1972, 1982 e 1989. Elaboraçom própria.

Gráfico 8.4.



Como complemento a essa conclusom esencial, devemos lembrar os outros dous fenómenos que definem a evoluçom registada polos usos da terra durante estas décadas. Fenómenos estes aos que já aludimos antes, e que nom se vem alterados de forma significativa nas cifras que agora analisamos (ver quadro 8.8 e gráfico 8.4).

i. O primeiro é a mudança que se produziu na composiçom das terras a monte. Dacordo com os dados que agora manejamos, observa-se em concreto que: diminuiu a extensom ocupada polo monte baixo (do 44,9% da superfície censada em 1962, ao 38,3% em 1989); e isso foi acompanhado de um avance paralelo do monte arvorado (do 25,4% ao 31,6% da superfície total).

   Retomando umha das ideias expostas anteriormente, hai que resaltar pois que, **das duas opçons que existiam para as terras a monte (a gadeira e a florestal), foi esta última a única que se expandiu globalmente ao longo das últimas décadas; continuando assi com o que foram as tendéncias durante a primeira metade do século.**

ii. O outro fenómeno a salientar é a importante modificaçom que se operou na composiçom interna da SAU: forte reduçom da superfície ocupada polas terras lavradas (do 19,7% do total em 1962 ao 11,1% em 1989); e

expansom paralela dos prados e pradeiras permanentes (do 6,3% ao 14,7% da superfície censada).

Isto lembra-nos outra das ideias esenciais já expostas: a principal via ao través da qual as exploraçons incrementárom a sua superfície forrageira, nom foi a roturaçom de terras a monte, senom a conversom em prados e pradeiras de superfícies cultivadas, e concretamente de superfícies que estavam dedicadas a cultivos para a alimentaçom humana (trigo e centeo sobretodo).

3.3. A evoluçom da utilizaçom da terra por categorias de exploraçons.

Conhecidas as tendéncias globais ou agregadas, compre examinar a evoluçom que experimentou a utilizaçom da terra nas diferentes categorias de exploraçons. Começaremos separando os "montes comuns" (as exploraçons públicas e comunais), das "exploraçons agrárias individuais". E veremos depois as divergéncias que se observam dentro deste segundo conjunto, em funçom do tamanho das unidades de produçom.

As cifras que utilizamos para esta análise som as que se obtenhem dos censos agrários seguindo a OPÇOM B; isto é, tomando em 1989 os dados estritamente comparáveis com os de 1962.

a. A evoluçom dos aproveitamentos da terra na superfície correspondente aos montes comuns.

No **quadro 8.9** e o **gráfico 8.5** recolhemos a evoluçom que experimentou, no período 1962-1989, a utilizaçom da terra nas unidades censadas maiores de 100 hes.

Podemos ver aí que a parte ocupada polas terras lavradas e os prados, mantivo-se nestas unidades numhas cifras praticamente insignificantes. É certo que aumentou o volume absoluto e o peso relativo da SAU, e concretamente o dos prados e pradeiras permanentes. E, portanto, os dados confirmam que se produziu a transformaçom em pastos dalgumhas superfícies de monte comum[47]. Pero a magnitude deste processo foi totalmente insignificante: o volume de SAU

[47] Ou bem de terras pertencentes às grandes propriedades particulares que figuram incluídas neste grupo.

elevou-se aqui de umhas 8.000 hes em 1962, a umhas 14.000 hes em 1989; e passou de representar o 0,8% da superfície total ao 1,7%.

A modificaçom mais importante que se registou no uso destas superfícies consistiu no avance do espaço arvorado (do 34,9% ao 47,0% do total), e no retrocesso paralelo da extensom ocupada polo monte baixo (o conjunto do monte baixo e as terras improdutivas passou de suponher o 64,3% da extensom total dos montes comuns, ao 51,3%). Neste sentido, as cifras indicam que o incremento da superfície arvorada, que tivo lugar nestas décadas em Galiza, concentrou-se principalmente nestas unidades maiores de 100 hes, sendo menor nas "exploraçons agrárias individuais"[48].

Quadro 8.9. Evoluçom dos aproveitamentos na superfície correspondente aos "montes comuns" (1). Galiza 1962-89.

-CIFRAS ABSOLUTAS.

	1962	1989	Variaçom 1962-89 hes	%
a. Terras lavradas	4924	3049	-1875	-38,1%
b. Prados e pradeiras perm.	2878	10909	8031	279,0%
TOTAL SAU (a+b)	7802	13958	6156	78,9%
c. Monte baixo	544418	403573	-140845	-25,9%
d. Monte arvorado	334285	391848	57563	17,2%
e. Terras improdutivas	71755	24304	-47451	-66,1%
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	958260	833682	-124578	-13,0%

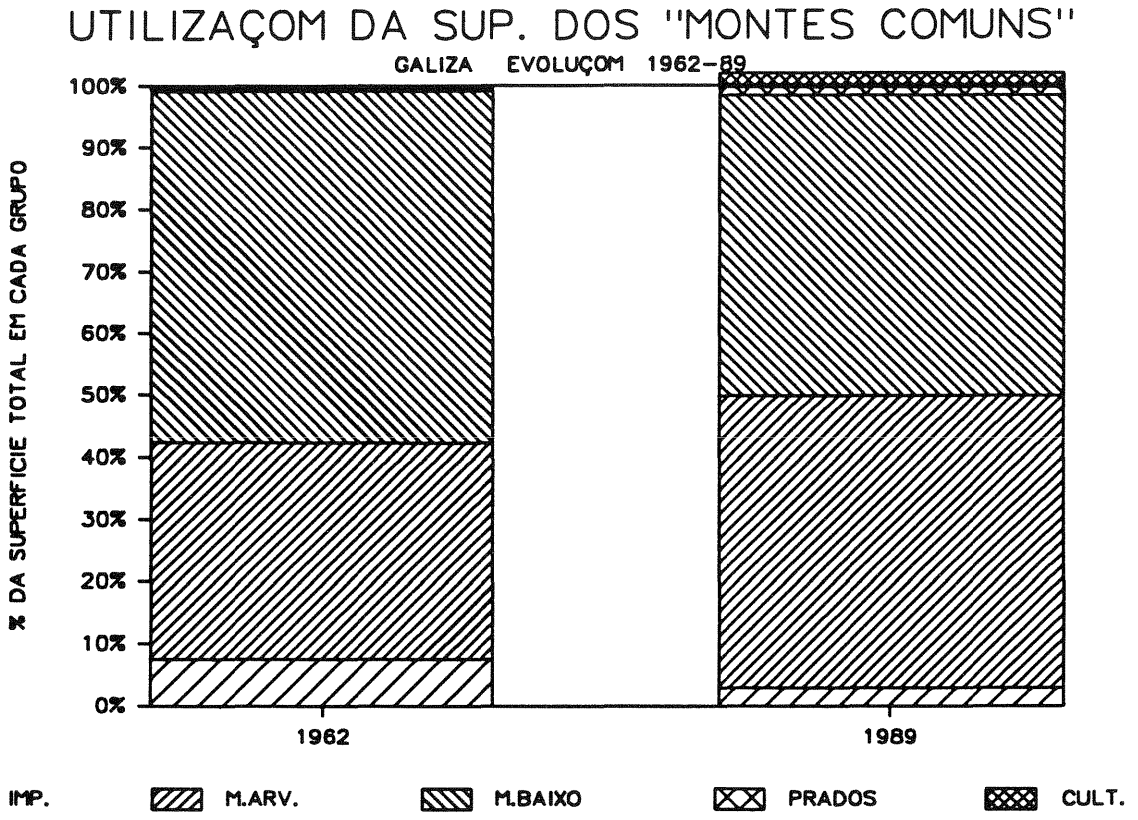
-DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1962	1989
a. Terras lavradas	0,5%	0,4%
b. Prados e pradeiras perm.	0,3%	1,3%
TOTAL SAU (a+b)	0,8%	1,7%
c. Monte baixo	56,8%	48,4%
d. Monte arvorado	34,9%	47,0%
e. Terras improdutivas	7,5%	2,9%
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	100,0%	100,0%

(1) Exploraçons censadas com superfície total >= 100 hes.
Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

[48] Assi, das 84.000 hes em que aumenta o monte arvorado entre 1962 e 1989, os 2/3 correspondem às exploraçons censadas por encima das 100 hes, e só 1/3 às que estám por baixo desse tamanho (ver as cifras do quadro 8.9, e as do quadro 8.10, que reproduzimos mais adiante).

Gráfico 8.5.



Em definitiva: das duas opçons que existiam para as terras de monte baixo, a única que se expandiu claramente no caso dos montes comuns foi a florestal; a extensom ocupada pola SAU, e em concreto polos prados e pradeiras permanentes, aumentou também, pero numha quantia irrelevante.

b. A evoluçom da utilizaçom da terra nas exploraçons individuais.

As superfícies de monte particular eram, a priori, as que ofereciam umhas melhores condiçons para a sua transformaçom em pastos. E, de feito, os indícios disponíveis apontam a que foi nestas terras onde esse processo alcançou umha maior relevância durante as últimas décadas. Compre, pois, avaliar a magnitude global que tivo esse movimento, e a forma em que isso se inserta

dentro das mudanças que registárom os usos da terra nas exploraçons individuais.

No **quadro 8.10** e o **gráfico 8.6** reproduzimos os dados referidos ao conjunto da superfície destas exploraçons, a evoluçom desta superfície por aproveitamentos no período 1962-1989.

Podemos constatar aí que as roturaçons de terras de monte particular tivérom globalmente um alcance mui limitado, e fórom mais que contrarrestadas polo movimento de sentido contrário: o abandono de terreos cultivados e prados noutras exploraçons. Deste modo, o volume total de SAU pertencente a exploraçons individuais nom se ampliou em absoluto, e sofriu ao contrário umha reduçom do 10%. E a relaçom SAU/Superfície total diminuiu também nestas unidades: do 42,4% em 1962 ao 40,3% que regista o censo de 1989.

Quadro 8.10. Evoluçom da utilizaçom da superfície correspondente às "exploraçons individuais" (1). Galiza 1962-89.

-CIFRAS ABSOLUTAS.

	1962	1989	Variaçom 1962-89 hes	%
a. Terras lavradas	471575	242927	-228648	-48,5%
b. Prados e pradeiras perm.	150060	313977	163917	109,2%
TOTAL SAU (a+b)	621635	556904	-64731	-10,4%
c. Monte baixo	544981	444600	-100381	-18,4%
d. Monte arvorado	282457	309015	26558	9,4%
e. Terras improdutivas	16674	72940	56266	337,4%
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	1465747	1383459	-82288	-5,6%

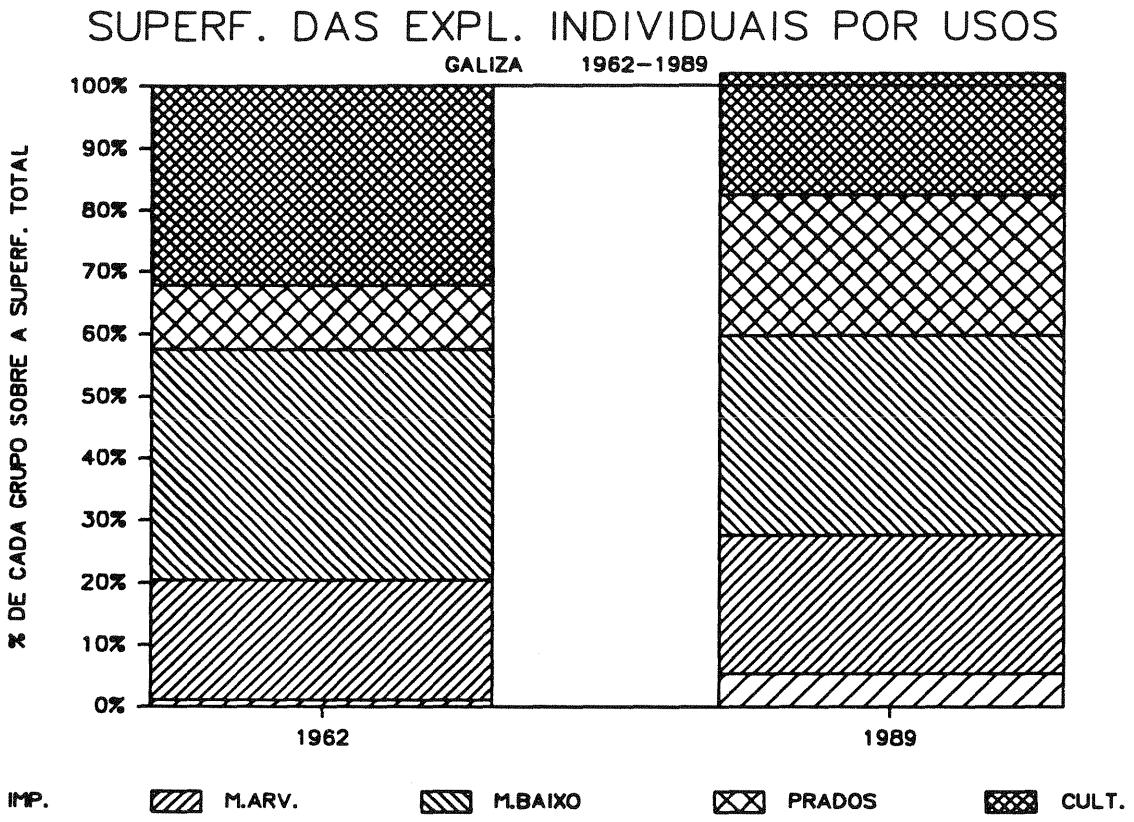
-DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.

	1962	1989
a. Terras lavradas	32,2%	17,6%
b. Prados e pradeiras perm.	10,2%	22,7%
TOTAL SAU (a+b)	42,4%	40,3%
c. Monte baixo	37,2%	32,1%
d. Monte arvorado	19,3%	22,3%
e. Terras improdutivas	1,1%	5,3%
SUPERFICIE TOTAL CENSADA	100,0%	100,0%

(1) "Exploraçons individuais": unidades censadas de superfície total inferior a 100 hes.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

Gráfico 8.6.



Polo demais, hai que sinalar que nestas exploraçons individuais, a opçom florestal nom experimentou tampouco umha grande expansom ao longo das décadas recentes. É certo que se incrementou a extensom arvorada, e que, das duas opçons que existiam para as terras de monte particular, foi esta a única que se expandiu. Pero a magnitude deste aumento foi bastante modesta: a percentagem da superfície total ocupada polo arvorado passou aqui do 19,3% em 1962 ao 22,3% em 1989 (ver quadro 8.10 e gráfico 8.6).

O principal feito a salientar nestas exploraçons é a importáncia mui elevada que seguírom tendo as restantes superfícies: o conjunto do monte baixo e as terras improdutivas. Estes dous grupos sumavam ao começo do período o 38,3% da superfície total das unidades individuais; e em 1989 esta percentagem mantinha-se quase idéntica: 37,4% (ver quadro 8.10 e gráfico 8.6).

Em resumo, pois, a evoluçom que se produziu aqui está marcada por três notas: diminuiu ligeiramente o peso relativo da SAU; elevou-se de forma quase paralela o do monte arvorado; e permaneceu aproximadamente constante a parte ocupada polo monte baixo e as terras improdutivas.

c. As diferéncias na evoluçom dos usos da terra segundo o tamanho das exploraçons.

A evoluçom que acabamos de constatar agacha importantes diferéncias segundo a dimensom das exploraçons. Essa evoluçom agregada é o resultado de tendéncias mui distintas nos diversos grupos de tamanho.

Para resumir as mudanças que experimentárom os usos da terra nas diferentes categorias de tamanho ao longo do período 1962-1989, elaboramos o **quadro 8.11** e umha série de três gráficos que apresentamos de imediato. O citado quadro recolhe num primeiro apartado os valores do índice "SAU/Superfície total" nas distintas categorias, em 1962 e 1989; cifras estas que estám representadas no **gráfico 8.7**. De modo análogo, nos outros dous apartados do quadro 8.11 figuram as percentagens correspondentes: ao monte arvorado, e ao resto de superfícies (a suma do monte baixo e as terras improdutivas); dados estes que representamos nos **gráficos 8.8 e 8.9**.

Passamos a resumir as tendéncias que se observam nos diversos grupos:

i. Nas exploraçons com umha superfície total inferior a 5 hes, a evoluçom estivo marcada por: um notável retrocesso da SAU; e um incremento na importáncia relativa do monte arvorado, e sobretodo no peso do monte baixo e as terras improdutivas. Assi, nas exploraçons de superfície inferior a 1 he, a relaçom "SAU/Superfície total" reduziu-se do 68,6% em 1962 ao 50,4% em 1989, isto é, umha caída de 18,2 pontos. E, de modo análogo, no grupo de 1-5 hes o peso relativo da SAU diminuiu em 11,2 pontos: do 53,9% ao 42,7%. Em ambos casos, a contracçom da SAU vai acompanhada principalmente de um aumento no peso do monte baixo e as terras improdutivas[49].

Essa evoluçom indica-nos que nas categorias de exploraçons de menor tamanho, o processo de transformaçom do monte (particular) em pastos, nom

---

[49] Rúbrica esta que, no censo de 1989, inclue os terreos abandonados de forma temporal.

tivo nengumha relevância. E, em cámbio, produziu-se o abandono, e em muita menor medida a florestaçom, de muitas terras cultivadas e prados. Isto último está ligado ao abandono total ou quase total de numerosas exploraçons, que continuam sem embargo sendo registadas nos censos agrários. Situaçom esta que se corresponde sobretodo com: unidades nas que o titular alcançou a idade de jubilaçom e carece de sucessor; e exploraçons trabalhadas a tempo parcial, nas que a adquisiçom de umha actividade exterior levou a abandonar grande parte das terras.

`A marge destas últimas precisons, o feito a destacar é que: nestas exploraçons menores de 5 hes careceu de relevância a roturaçom de terras a monte; e tivo lugar, ao contrário, o abandono de muitas superfícies de cultivo e prados.

ii. As exploraçons situadas no intervalo de 5-10 hes registárom umha evoluçom intermédia. As roturaçons de terras de monte particular devérom ter já umha certa preséncia em muitas unidades de produçom. Pero isto foi compensado polo abandono de superfícies agrárias noutras exploraçons do mesmo grupo. Deste modo, a relaçom "SAU/Superfície total" permaneceu aqui estável: 43,6% em 1962, 44,5% em 1989.

iii. Finalmente, quedam-nos as categorias de **exploraçons de tamanho superior a 10 hes**, que som as únicas nas que se constata umha ampliaçom da SAU a costa do inculto. **As 10 hes parecem marcar assi o umbral, por encima do qual a roturaçom de terras de monte particular alcançou certa relevância, permitindo um incremento na SAU das exploraçons.**

Hai que matizar, nom obstante, que mesmo nestes grupos a entidade desse processo foi bastante limitada. Das superfícies de monte com as que contavam as exploraçons a princípios dos anos 60, só umha parte relativamente pequena foi roturada ao longo das três últimas décadas[50]; e deste modo, em 1989 as terras de monte continuam ocupando em todos estes grupos mais do 55% da superfície total das unidades produtivas.

Entrando com maior detalhe no contido concreto das mudanças, temos que diferenciar aqui dous subconjuntos: por um lado, as exploraçons médias, aquelas com umha superfície total entre 10 e 50 hes; e polo outro as unidades de maior dimensom, as de 50-100 hes.

-Nas categorias de exploraçons médias foi onde tivo maior importância a transformaçom do monte em pastos, e a ampliaçom da SAU a costa do inculto. Concretamente, nas de 10-20 hes, a relaçom "SAU/Superfície

---

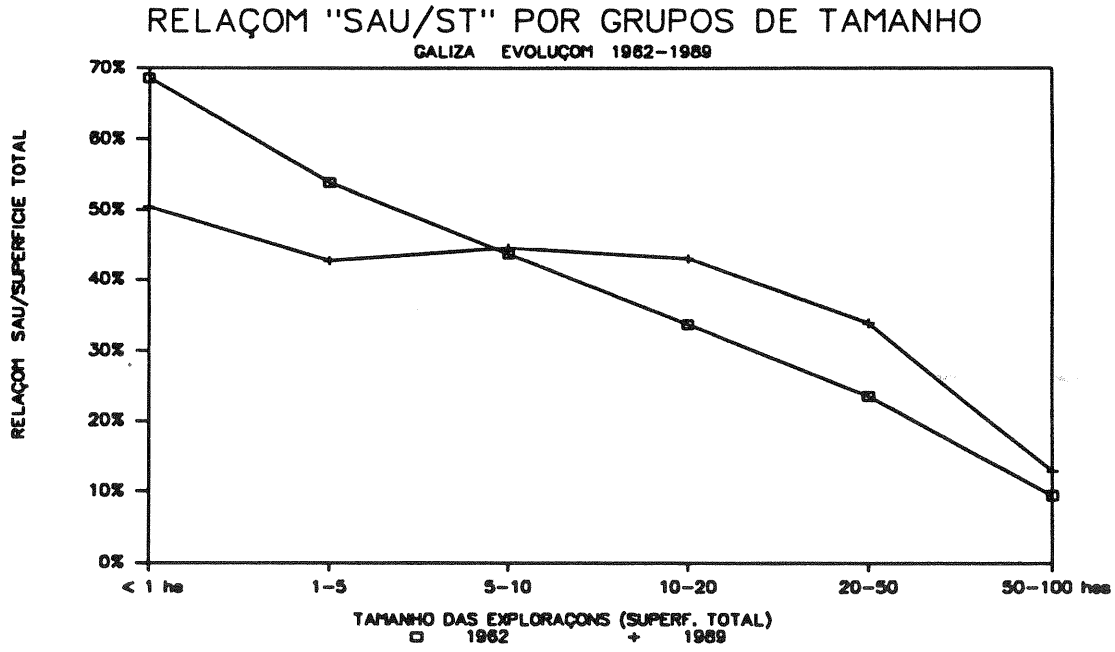
[50] Esta proporçom nom alcança em nengum dos grupos o 15% das terras de monte existentes nas exploraçons em 1962 (ver quadro 8.11).

total" elevou-se do 33,7% em 1962 ao 43,0% em 1989, isto é, um aumento de 9,3 pontos. E no grupo de 20-50 hes esse índice passou do 23,5% ao 33,8%, +10,3 pontos.

Por outra parte, em ambos casos registou-se também umha expansom do monte arvorado. Pero esta expansom foi, ao igual que sucedeu em todos os grupos de tamanho vistos até agora (os situados por baixo das 10 hes), de mui pequena quantia (ver quadro 8.11 e gráfico 8.8).

-As tendéncias fórom distintas nas exploraçons de 50-100 hes. O peso relativo da SAU incrementou-se também neste grupo, pero fixo-o em muita menor quantia que no estrato precedente: do 9,5% da superfície total em 1962, ao 12,9% em 1989. E produziu-se, em cámbio, um forte aumento na importáncia do monte arvorado (do 22,8% ao 41,2%); sendo esta a modificaçom mais relevante que experimentárom aqui os usos da terra. Assi, se nas exploraçons médias, das duas opçons existentes para as terras de monte, foi a gadeira a que mais avançou nas últimas décadas, o contrário ocorreu nas unidades de maior dimensom: aqui foi a florestaçom de superfícies a que se expandiu em maior medida[51].

Gráfico 8.7.



[51] Esta tendéncia que se constata no grupo de 50-100 hes, tem a sua prolongaçom nas categorias de maior dimensom (as superiores a 100 hes), onde figuram, ademais dos montes comuns, algumhas grandes propriedades particulares. Como vimos antes, nestas últimas categorias registou-se também no período 1962-89 umha expansom notável do monte arvorado (ver supra quadro 8.9).

Gráfico 8.8.

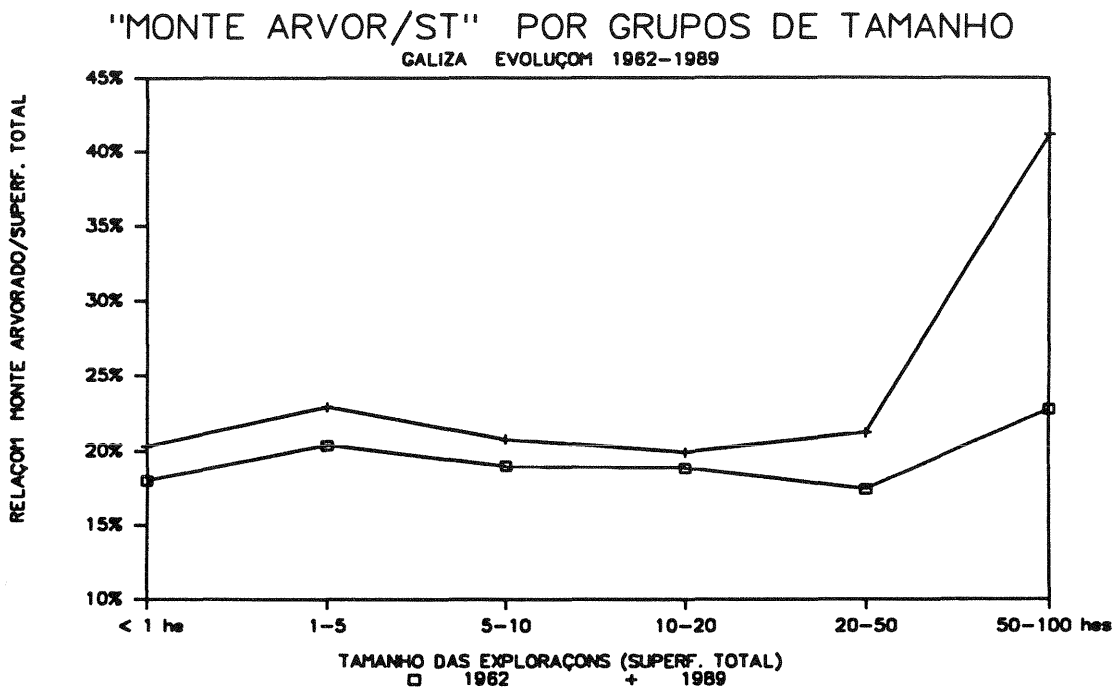
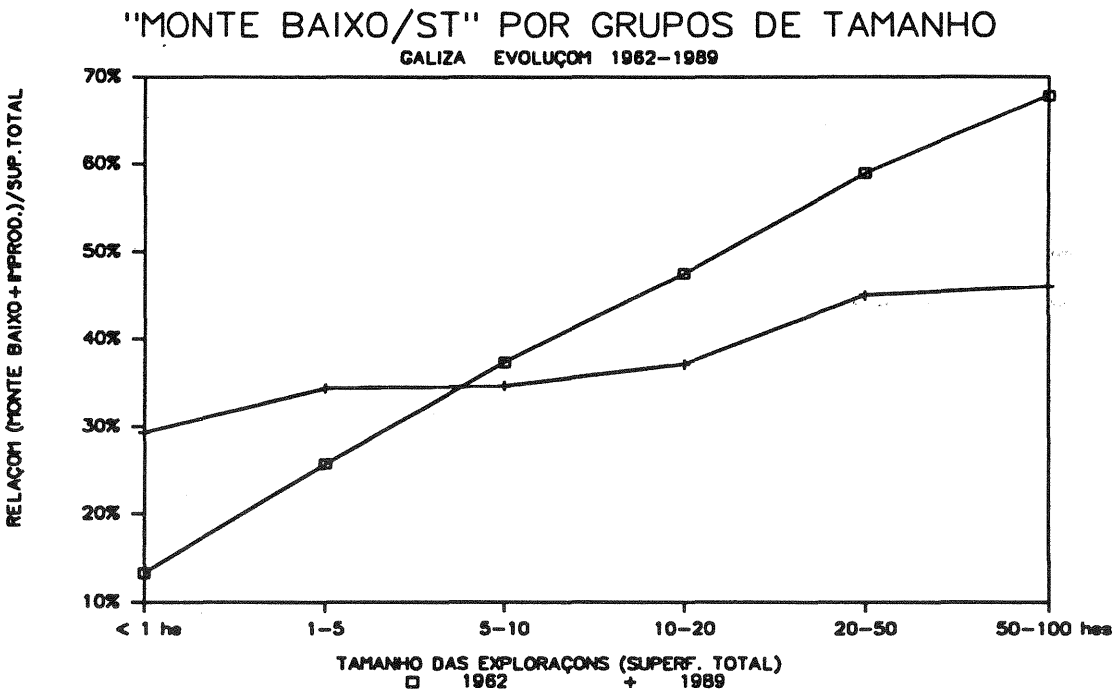


Gráfico 8.9.



Quadro 8.11. Evoluçom da utilizaçom da terra por categorias de exploraçons, classificadas segundo a sua superfície total. Galiza 1962-1989.

A. EVOLUÇOM DA RELAÇOM: SAU/ SUPERFICIE TOTAL (1).

Tamanho (Sup. total)	1962	1989	Variaçom
< 1 he	68,6%	50,4%	-18,2%
1-5	53,9%	42,7%	-11,2%
5-10	43,6%	44,5%	0,9%
10-20	33,7%	43,0%	9,3%
20-50	23,5%	33,8%	10,3%
50-100 hes	9,5%	12,9%	3,4%
TOTAL EXPL. INDIVIDUAIS	42,4%	40,3%	-2,2%

B. EVOLUÇOM DA RELAÇOM: MONTE ARVORADO/ SUPERFICIE TOTAL.

Tamanho (Sup. total)	1962	1989	Variaçom
< 1 he	18,0%	20,3%	2,3%
1-5	20,4%	22,9%	2,5%
5-10	19,0%	20,8%	1,7%
10-20	18,9%	19,9%	1,0%
20-50	17,5%	21,2%	3,7%
50-100 hes	22,8%	41,2%	18,4%
TOTAL EXPL. INDIVIDUAIS	19,2%	22,3%	3,1%

C. EVOLUÇOM DA RELAÇOM: (MONTE BAIXO+TERRAS IMPRODUTIVAS)/ SUPERF. TOTAL

Tamanho (Sup. total)	1962	1989	Variaçom
< 1 he	13,3%	29,3%	15,9%
1-5	25,7%	34,4%	8,7%
5-10	37,3%	34,7%	-2,6%
10-20	47,5%	37,1%	-10,3%
20-50	59,0%	45,0%	-14,0%
50-100 hes	67,8%	46,0%	-21,8%
TOTAL EXPL. INDIVIDUAIS	38,4%	37,4%	-1,0%

(1) As cifras de SAU em 1989 refirem-se à suma das terras lavradas e os prados e pradeiras permanentes, para faze-las homogéneas com as de 1962. As outras superfícies de pastos que o censo de 1989 incluena na SAU englobamo-las, pola mesma razom, com o monte baixo.

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989

Elaboraçom própria.

Dos dados anteriores desprendem-se, em definitiva, duas conclusons fundamentais:

a. A transformaçom do monte em pastos foi um processo mui selectivo, que unicamente alcançou umha magnitude relevante nas exploraçons médias, aquelas com umha superfície total entre 10 e 50 hes[52].

b. A ampliaçom da SAU que se produziu nessas unidades, foi mais que contrarrestada polo abandono de terras cultivadas e prados, que pertenciam a pequenas exploraçons desaparecidas durante as últimas décadas. O resultado, como vimos ao analisar as cifras agregadas, foi que o volume total de SAU diminuiu em aproximadamente 1/10 entre 1962 e 1989.

3.4. A evoluçom da utilizaçom da terra por províncias.

Como último passo desta análise, imos examinar a forma na que se plasmárom as tendéncias anteriores a nível provincial, as possíveis divergéncias existentes na evoluçom dos usos da terra entre umhas e outras províncias. Começaremos precisando a situaçom de partida, a utilizaçom da superfície que

---

[52] O carácter selectivo deste proceso, que nos indicam as cifras dos censos agrários, é coerente com o que se observa ao analisar a dimensom das exploraçons que se beneficiárom dos diversos programas de ajuda ou melhora, nos que se incluia entre as actuaçons a roturaçom de terras a monte.

Assi, se tomamos por exemplo a actuaçom realizada pola "Agencia de Desarrollo Ganadero", vemos que as 290 exploraçons de orientaçom láctea beneficiadas entre 1974 e 1984, contavam com umha superfície total média de 21,7 hes. (ver: DIEZ, Xosé Luis /POSADA, Carlos /ESTEVEZ, Eduardo, "Producción de leite en Galicia.", op. cit., pag. 121)

E, no que respeita ao programa de gadaria extensiva, os dados que aportam E.Estévez e E.Villada, referidos a 383 expedientes, amostram-nos umha exploraçom média que oscila, segundo as zonas, entre as 16,5 e as 22,6 hes de superfície total. (ver: ESTEVEZ FEIJOO, Eduardo /VILLADA LEGASPI, Xosé Eloi, "A gandaría extensiva. Análise e perspectivas.", op. cit., pag. 33)

se registava nas 4 províncias em 1962. Para referir-nos depois às mudanças produzidas ao longo do período 1962-1989.

a. A utilizaçom da terra existente a nível provincial em 1962.

Com o fim de perfilar melhor a situaçom de partida nas diversas províncias, é conveniente considerar de forma simultánea dous tipos de informaçom: a referida aos usos da terra; e a que corresponde ao seu regime jurídico, distinguindo em concreto as superfícies de propriedade particular, integradas em exploraçons individuais, daquelas outras pertencentes a exploraçons públicas e comunais.

O primeiro tipo de informaçom oferecemo-lo no **quadro 8.12** e no **gráfico 8.10**. Aqui figura a distribuçom por aproveitamentos da superfície total censada, que se registava em cada província em 1962. Por outro lado, no **quadro 8.13** e no **gráfico 8.11** aparecem umhas cifras nas que se combinam os dous aspeitos citados (a utilizaçom das terras, e o seu regime jurídico). Concretamente, recolhemos aí a distribuçom da superfície censada a nível provincial em três grupos de terras: a SAU integrada nas exploraçons individuais, o monte particular, e os montes comunais.

A continuaçom exponhemos os feitos mais salientáveis que se derivam da análise conjunta desses dous tipos de cifras.

A importância relativa da SAU era bastante similar nas 4 províncias, oscilando em todas elas entre o 23% e o 28% da superfície total. Se descendemos a um maior detalhe, observamos que essa percentagem era ligeiramente superior nas duas províncias septentrionais (Lugo e A Corunha), onde se aproximava ao 28%; mentres que em Pontevedra situava-se no 24,1%, e em Ourense baixava ao 22,8% (ver quadro 8.12 e gráfico 8.10). Pero trata-se, como podemos comprovar, de diferéncias modestas. O traço geral a destacar é que em todos os casos a SAU estava limitada a umha proporçom reduzida do território, correspondendo a maior parte da superfície (ao redor dos 3/4) ao monte.

Os contrastes espaciais eram muito maiores no que respeita à composiçom interna das terras de monte, sendo neste aspeito onde se centravam as divergéncias entre as 4 províncias.

Gráfico 8.10.

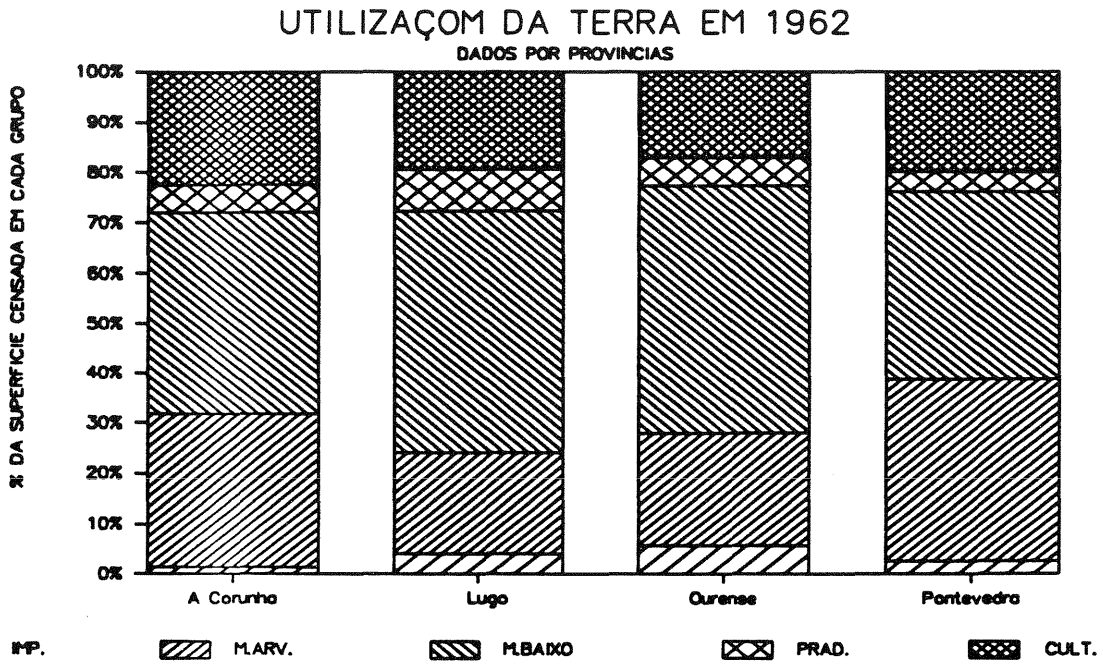
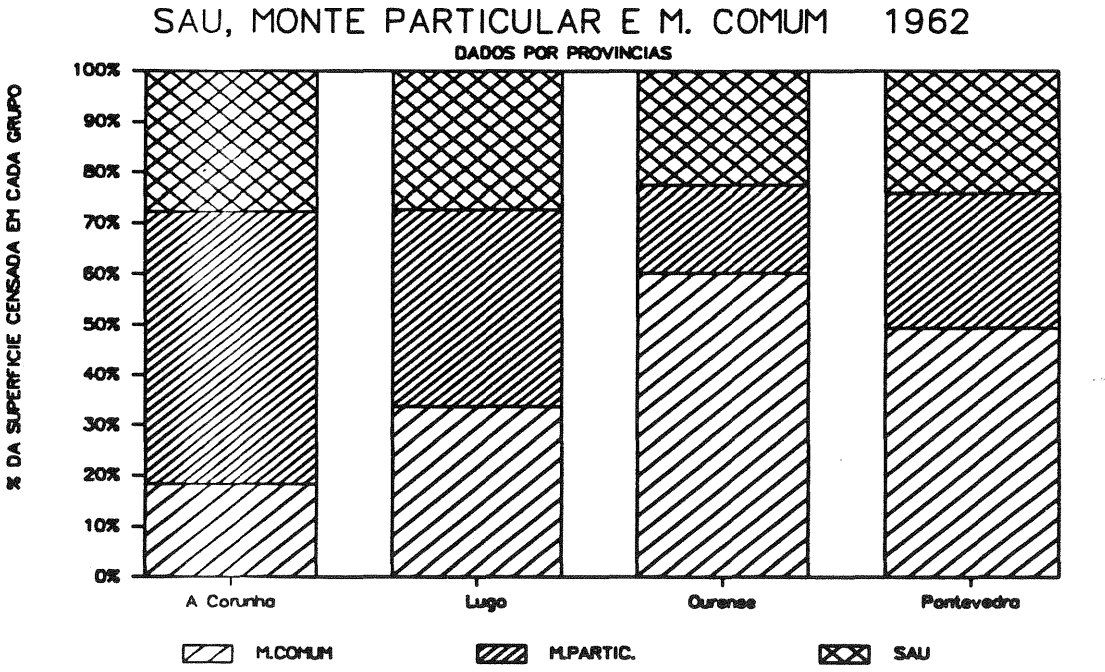


Gráfico 8.11.



-Em primeiro lugar, havia grandes diferéncias no referido ao **regime jurídico, à propriedade, destas superfícies.** Diferéncias que, como já sabemos, oponhiam basicamente às duas províncias meridionais com as duas septentrionais, e sobretodo a aquelas com A Corunha.

Nesta última província, os montes públicos e comunais, dacordo com a nossa estimaçom, ocupavam unicamente o 18,4% da superfície total censada, mentres que as terras de monte particular suponhiam o 53,9%. Em Lugo as cifras amostram um peso similar dos dous tipos de superfícies: 33,7% para os montes comuns, e 39,0% para os de propriedade particular. Frente a isso, na província de Pontevedra e, de forma ainda mais acusada, na de Ourense, a preséncia do monte particular era escassa, correspondendo a maior parte do inculto a espaços comunais. Assi, na primeira província estes espaços cubriam o 49,3% da superfície censada, e o monte particular só o 26,6%; e em Ourense as percentagens eram, respectivamente, do 60,2% e o 17,2% (ver quadro 8.13 e gráfico 8.11).

Em conseqüéncia, na metade septentrional de Galiza as exploraçons agrárias incluiam umha importante extensom de monte apropriado de forma individual, que podia servir para que estas ampliaram notavelmente a sua SAU. Na metade meridional, em cámbio, a preséncia do monte particular era reduzida, polo que a eventual ampliaçom da SAU dependia esencialmente da possível roturaçom de montes vizinhais.

-Por outra parte, registavam-se também importantes contrastes provinciais no que respeita ao aproveitamento das superfícies de monte, à sua distribuçom entre monte baixo e monte arvorado. Contrastes que neste caso oponhiam principalmente às duas províncias ocidentais ou costeiras, frente às duas orientais ou interiores.

Tanto A Corunha como Pontevedra apresentavam um peso relativo do monte arvorado claramente superior à média galega: este ocupava o 30,4% e o 36,1%, respectivamente, da superfície censada. No primeiro caso, isto devia-se de forma primordial à intensidade que alcançara aqui a florestaçom de terreos de monte particular. Mentres que em Pontevedra, a elevada proporçom da superfície arvorada estava ligada principalmente à importáncia registada polas repovoaçons de montes vizinhais[53].

Comparado com essas duas províncias, o peso do monte arvorado era muito menor em Lugo e Ourense: 20,0% e 22,3% da superfície censada, respectivamente. Assi, o traço a salientar aqui era a grande extensom que correspondia ao monte baixo: este ocupava ao redor do 50% da superfície, frente ao 40% que suponhia nas duas províncias costeiras (ver quadro 8.12 e gráfico 8.10).

---

[53] Ver as cifras detalhadas sobre a utilizaçom da terra a nível provincial, que oferecemos nos quadros A.8.1 a A.8.4 do Anexo estatístico.

Tendo como fondo essa situaçom de partida, imos analisar a evoluçom que experimentárom os usos da terra nas distintas províncias durante o período 1962-1989.

Quadro 8.12. Distribuçom da superfície censada por aproveitamentos em 1962. Dados por províncias.

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
a. Terras lavradas	22,3%	19,6%	17,2%	20,2%
b. Prados e pradeiras perm.	5,6%	8,3%	5,6%	4,0%
TOTAL SAU (a+b)	27,9%	27,9%	22,8%	24,1%
c. Monte baixo	40,2%	47,9%	49,2%	37,2%
d. Monte arvorado	30,4%	20,0%	22,3%	36,1%
e. Terras improdutivas	1,4%	4,1%	5,7%	2,5%
SUPERFICIE TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962.
Elaboraçom própria.

Quadro 8.13. Importáncia relativa da SAU, o monte particular, e o monte comum na superfície total de cada província.1962

(% que representa cada grupo sobre a superfície total censada).

	A Corunha	Lugo	Ourense	Pontevedra
A. EXPLOR. INDIVIDUAIS (1)				
-SAU	27,7%	27,3%	22,6%	24,1%
-Monte particular (2)	53,8%	39,0%	17,2%	26,6%
Superfície total em exploraçons individuais	81,6%	66,3%	39,8%	50,7%
B. MONTES COMUNS:				
Superfície total em montes comuns (3)	18,4%	33,7%	60,2%	49,3%
SUPERFICIE CENSADA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(1) Exploraçons censadas menores de 100 hes.
(2) Superfície de monte baixo, monte arvorado e terras improdutivas integradas em exploraçons de tamanho inferior a 100 hes.
(3) Superfície total censada em unidades de tamanho igual ou superior a 100 hes.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1962.
Elaboraçom própria.

b. As mudanças registadas durante o período 1962-1989.

A primeira questom a abordar refire-se à evoluçom que experimentou o volume e a importáncia relativa da SAU. Em que medida se produziu nas diversas províncias umha ampliaçom desta superfície a costa do monte ?.

Os dados ponhem de manifesto que as tendéncias neste aspeito diferírom de forma notável dentro da geografia galega; observando-se sobretodo um claro contraste entre as duas províncias septentrionais e as duas meridionais, ainda que com divergéncias, à sua vez, dentro de cada um destes dous conjuntos **(ver quadro 8.14)**.

A única província na que se registou umha ampliaçom nítida da SAU, a costa do monte, foi A Corunha. Concretamente, o volume global de SAU incrementou-se aqui entre 1962 e 1989 num 7,1%, e a percentagem que esta representa sobre a superfície total censada elevou-se do 27,9% na data inicial, ao 32,2% no final do período (ver quadro 8.14). Isto indica-nos que foi nesta província onde o processo de transformaçom do monte em pastos alcançou umha maior magnitude, superando claramente ao movimento de signo contrário: o abandono de terras cultivadas e prados.

Na outra província septentrional, Lugo, estes dous processos tivérom umha magnitude similar; de tal modo que a importáncia global da SAU permaneceu durante as últimas décadas aproximadamente estável. Em concreto, a relaçom "SAU/Superfície total censada" passou do 27,9% em 1962, ao 28,4% em 1989; produzindo-se pois um ligeiro aumento. Pero esta pequena ampliaçom da SAU dentro das exploraçons que permanecem censadas, viu-se contrarrestada polo abandono de superfícies agrárias, ligado à desapariçom de exploraçons. Assi, o volume absoluto desta superfície sofriu um pequeno retrocesso (-4,5% no período 1962-89) (ver quadro 8.14).

Em conjunto, e com estas matizaçons, podemos afirmar que foi na metade septentrional de Galiza onde a roturaçom de superfícies de monte alcançou umha maior relevância. Relevância que, nom obstante, foi bastante modesta, como acabamos de comprovar.

As tendéncias fórom mui distintas nas duas províncias meridionais, e especialmente na de Ourense. A SAU registou aqui um considerável retrocesso ao longo dos últimos decénios; o que sugire que a transformaçom do monte em pastos careceu praticamente de relevância, e que se produziu, em cámbio, o abandono de importantes extensons de cultivos e prados. Assi, o volume de SAU diminuiu em Ourense em quase 1/3 no período 1962-1989, e o seu peso na superfície total censada baixou do 22,8% ao 17,9%. Na província de Pontevedra o retrocesso nom foi tam acusado, pero produziu-se também de forma clara: o volume de SAU reduziu-se num 14%, e a relaçom SAU/Sup.

total censada descendeu do 24,1% em 1962, ao 22,6% em 1989 (ver quadro 8.14).

Essas divergéncias provinciais hai que ponhe-las em relaçom com o tipo de estruturas das que se partia em cada caso, e com o que constatamos ao examinar a evoluçom dos usos da terra por categorias de exploraçons. Vimos ali que as roturaçons de montes vizinhais tivérom mui escassa relevância; e no caso das terras de monte particular, o processo só alcançou umha magnitude apreciável nas exploraçons de tamanho médio (as de 10-50 hes). Pois bem, como conseqüência lógica disso, o avance da SAU tam só se produziu na metade septentrional, onde tinha umha maior importância o monte particular, e havia umha preséncia relevante das exploraçons médias. Em cámbio, nas províncias meridionais, onde o monte particular era relativamente escasso, e a possível ampliaçom da SAU dependia sobretodo da transformaçom em pastos dos montes vizinhais, o espaço agrário sofriu um importante retrocesso.

Deste modo, **a ligeira diminuçom do volume global da SAU, que constatávamos para o conjunto de Galiza, foi o saldo, ou resultante neto, de tendéncias mui diferentes nas diversas áreas da nossa geografia: a forte reduçom desta superfície nalgumhas zonas, principalmente na metade sul; e a sua ampliaçom a costa do monte noutras, ubicadas sobretodo na metade norte.** Estes importantes contrastes espaciais, que se observam já nos dados por províncias, seriam sem dúvida muito maiores se pudéramos analisar a dinámica registada a nível comarcal e municipal[54].

Os comentários anteriores referiam-se à dinámica registada pola SAU. As tendéncias provinciais diferírom também de forma notável noutro aspeito: a evoluçom da importáncia do monte arvorado. Nas províncias septentrionais, este aproveitamento experimentou umha considerável expansom; e assi, a sua percentagem sobre a superfície total censada elevou-se: no caso de A Corunha do 30,4% em 1962 ao 38,7% em 1989; e em Lugo do 20,0% ao 28,1%. Frente a isso, o peso relativo do monte arvorado aumentou de modo muito mais débil

---

[54] A informaçom publicada polos censos agrários só permite efectuar esta análise para o período 1982-1989, posto que unicamente os dous últimos censos oferem dados detalhados sobre a utilizaçom da terra a nível municipal. Nos censos agrários de 1962 e 1972 só se publicou a este nível a distribuçom da superfície censada entre terras lavradas e nom lavradas; o qual, aos nossos efeitos, é totalmente insuficiente. Este é o motivo polo que nom abordamos o estudo da evoluçom dos usos da terra por concelhos.

De todos modos, a informaçom disponível sobre a dinámica agrária registada ao longo das últimas décadas nas diferentes zonas de Galiza, permite afirmar o que sinalamos no texto.

em Ourense (do 22,3% ao 27,0%); e permaneceu estável em Pontevedra: 36,1% em 1962, 36,7% em 1989 (ver quadro 8.14).

Observa-se, pois, ao menos nos dados a nível provincial, umha coincidéncia espacial entre os processos de avance da SAU e do monte arvorado, ao longo das últimas décadas. Dibuxando-se em conjunto **duas dinámicas totalmente diferentes dentro da geografia galega:**

- **Por umha parte está a Galiza septentrional, onde se produziu umha ligeira ampliaçom da SAU a costa do monte, e isto foi acompanhado de umha expansom muito maior da superfície arvorada; derivando-se desses dous processos umha importante reduçom do espaço ocupado polo monte baixo e as terras improdutivas (ver quadro 8.14). Dentro da metade norte, é em concreto a província de A Corunha a que constitue o caso paradigmático deste tipo de dinámica.**
- **Em contraste com isso temos a Galiza meridional, onde a SAU sofriu um forte retrocesso, ao mesmo tempo que permanecia estabilizada ou aumentava de forma débil a superfície arvorada. Assi, a extensom dedicada a monte baixo mantivo-se aqui estável ou em ligeiro aumento** (ver quadro 8.14).

Essa concordáncia espacial entre os processos de avance da SAU e do monte arvorado, corresponde-se em boa medida com algo ao que depois nos referiremos: a existéncia de umha concurréncia entre ambos processos. Como veremos a continuaçom, as repovoaçons realizadas nos últimos 50 anos afectárom a muitas superfícies aptas para usos agro-gadeiros, ubicadas sobretodo nas províncias septentrionais, e em concreto na de A Corunha. Mentres que quedárom a mato, e praticamente abandonadas, grandes extensons de monte que deveriam ser florestadas (por nom ser aptas para um aproveitamento mais intensivo), situadas principalmente no quadrante sudoriental de Galiza.

Como resumo da análise que acabamos de realizar, podemos estabelecer, em definitiva, estas **conclusons esenciais:**

i. **A ampliaçom do tamanho das exploraçons em termos de SAU por médio da roturaçom de terras que estavam a monte, alcançou globalmente em Galiza umha magnitude mui reduzida ao longo das 3 últimas décadas.**

ii. **Esse processo tam só tivo certa relevância nas exploraçons médias (aquelas com umha superfície total entre 10 e 50 hes); e, do ponto de vista geográfico, na metade septentrional de Galiza.**

iii. A ampliaçom da SAU, que se produziu nessas exploraçons e nessas áreas da geografia galega, foi mais que compensada polo abandono de terras cultivadas e prados, que se derivou da desapariçom de pequenas exploraçons e da auséncia de mobilidade das suas terras. De tal modo que, em conjunto, o volume global da SAU experimentou em Galiza, durante os últimos 3 decénios, umha ligeira reduçom.

Quadro 8.14. Evoluçom da superfície censada por aproveitamentos no período 1962-89. Dados por províncias.

A CORUNHA	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	129309	78558	22,3%	14,6%
b. Prados e pradeiras perm.	32299	94444	5,6%	17,6%
TOTAL SAU (a+b)	161608	173002	27,9%	32,2%
c. Monte baixo	233574	142691	40,3%	26,5%
d. Monte arvorado	176218	208133	30,4%	38,7%
e. Terras improdutivas	7916	14159	1,4%	2,6%
SUPERFICIE TOTAL	579316	537985	100,0%	100,0%

LUGO	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	163164	72041	19,6%	9,2%
b. Prados e pradeiras perm.	69490	149866	8,3%	19,2%
TOTAL SAU (a+b)	232654	221907	27,9%	28,4%
c. Monte baixo	400200	314400	48,0%	40,3%
d. Monte arvorado	167167	219020	20,0%	28,1%
e. Terras improdutivas	33985	25416	4,1%	3,3%
SUPERFICIE TOTAL	834006	780743	100,0%	100,0%

OURENSE	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	113533	60896	17,2%	10,5%
b. Prados e pradeiras perm.	37306	42497	5,6%	7,4%
TOTAL SAU (a+b)	150839	103393	22,8%	17,9%
c. Monte baixo	325589	267031	49,2%	46,2%
d. Monte arvorado	147198	156059	22,3%	27,0%
e. Terras improdutivas	37637	51289	5,7%	8,9%
SUPERFICIE TOTAL	661263	577772	100,0%	100,0%

PONTEVEDRA	hes.		%	
	1962	1989	1962	1989
a. Terras lavradas	70493	34481	20,2%	10,8%
b. Prados e pradeiras perm.	13843	38079	4,0%	11,9%
TOTAL SAU (a+b)	84336	72560	24,1%	22,6%
c. Monte baixo	130036	124051	37,2%	38,7%
d. Monte arvorado	126159	117651	36,1%	36,7%
e. Terras improdutivas	8891	6380	2,5%	2,0%
SUPERFICIE TOTAL	349422	320642	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censos agrarios de España 1962, 1989.
Elaboraçom própria.

4. A UTILIZAÇOM DA TERRA QUE SE REGISTA EM GALIZA NA ACTUALIDADE. A RELAÇOM ENTRE OS USOS REAIS E OS USOS POTENCIAIS DO SOLO.

4.1. Os usos actuais da terra em Galiza; análise das cifras oferecidas polas diversas fontes estatísticas.

Para conhecer os usos actuais da superfície em Galiza contamos, ademais dos censos agrários, com a informaçom suministrada por outras duas fontes: as estimaçons anuais que realiza o MAPA, que som publicadas nos "Anuarios de Estadística Agraria" (AEA); e o Inventário Florestal de 1986 (IF86), elaborado pola Conselharia de Agricultura[55]. Imos ver qual é a imagem que se desprende do exame conjunto destes três tipos de dados estatísticos.

No **quadro 8.15** recolhemos as cifras de superfície por aproveitamentos que nos oferecem para datas recentes as três fontes citadas; representando no **gráfico 8.12** a distribuçom em termos percentuais que resulta em cada

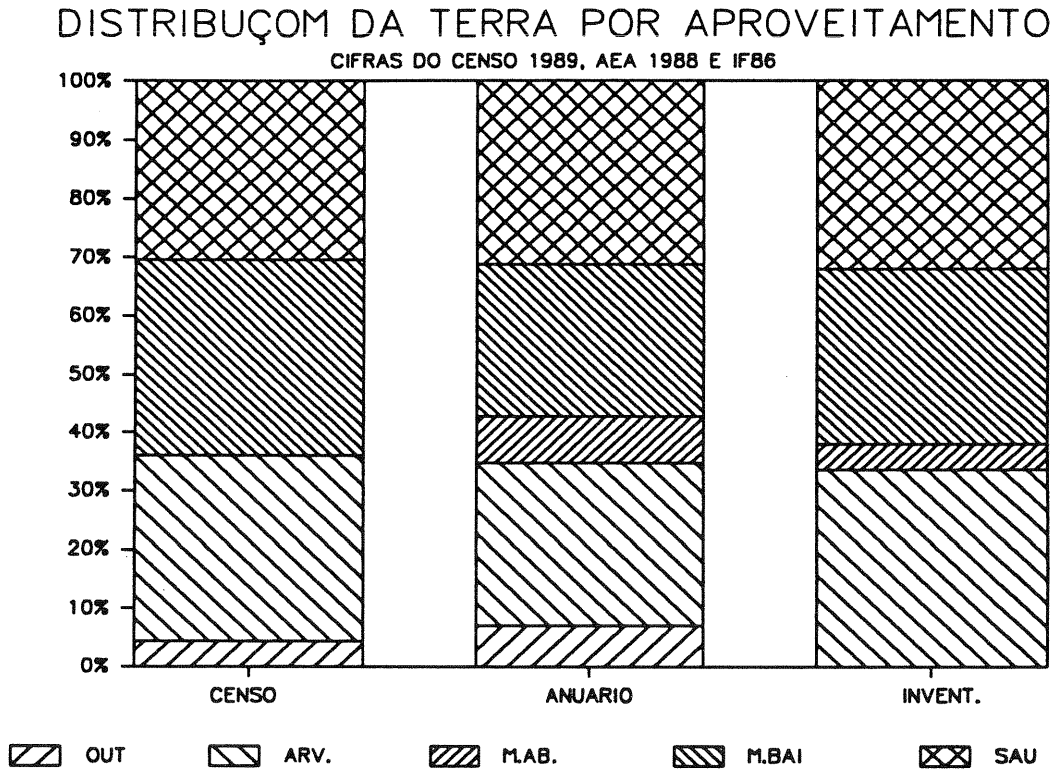
---

[55] A estas fontes poderiamos acrescentar ainda outra: os "Mapas de cultivos y aprovechamientos", elaborados polo MAPA e cujos resultados para as 4 províncias galegas fórom publicados em 1986. Consultar:
-PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria... op. cit., pag. 61.

caso. Os dados que figuram aqui som em concreto: os obtidos no censo agrário de 1989, os do AEA correspondentes a 1988, e os que regista o IF86.

A comparaçom de umhas e outras cifras tropeza com dificuldades, devido às divergéncias que existem entre elas; tanto no que respeita ao ámbito de referéncia[56], como às rúbricas nas que som classificadas as terras[57]. Por esta razom, a análise deve efectuar-se com certa precauçom, e sem pretender chegar a resultados totalmente exactos. Nom obstante, dentro de certos límites, os dados permitem obter umhas conclusons relativamente firmes e precisas, sobre o peso que tenhem hoje os diferentes aproveitamentos.

Gráfico 8.12.



O primeiro que podemos observar é que a SAU continua tendo na actualidade umha importáncia mui reduzida. Nisto coincidem as trés fontes estatísticas, oferecendo umhas cifras em termos relativos mui similares. Assi,

[56] No caso dos AEA e do IF86, este ámbito é a superfície geográfica de Galiza. Em cámbio, no censo agrário figura só a superfície integrada em exploraçons, ficando excluído o resto do território.

[57] Em relaçom com isto, consultar as notas explicativas que oferecemos no próprio quadro 8.15.

dacordo com o censo agrário de 1989, a suma das terras lavradas e os prados e pastizais, ocupavam nesta data o 30,4% da superfície total censada; nos dados do AEA de 1988 esta percentagem situava-se no 31,2% (da superfície geográfica de Galiza); e por último, o IF86 eleva esta cifra ao 32,1%, ainda que aqui estám incluídos, ademais da SAU, os terreos improdutivos. Como imagem aproximada, pode-se reter que a SAU ocupa actualmente algo menos de 1/3 da superfície total (ver gráfico 8.12).

Agora bem, se nos fixamos nas cifras em termos absolutos, observamos que estas difirem notavelmente entre as três estatísticas: as duas últimas contabilizam ao redor de 925.000 hes de SAU, mentres que no censo agrário este volume reduze-se a 675.000 hes (ver quadro 8.15).

Isto implica que no território galego hai umhas 250.000 hes de terras cultivadas e pastos, que nom formam parte das exploraçons agrárias censadas em 1989. Esta diferéncia pode dever-se parcialmente a deficiéncias na informaçom recolhida polo censo agrário, que fagam que este subestime o volume real de SAU com o que contam as unidades de produçom[58]; ou também pode corresponder-se em parte com pequenas hortas familiares nom incluídas no censo entre as exploraçons agrárias. De feito, em quase todos os estados membros da CEE constata-se que o volume global de SAU registado nos censos agrários ou nos inquéritos sobre a estrutura das exploraçons, é inferior ao estimado nas estatísticas sobre a utilizaçom do território.

Sem embargo, a nossa opiniom é que a citada diferéncia responde em grande medida a outro fenómeno: as estimaçons anuais do MAPA e os resultados do IF86 incluem dentro da SAU a superfícies, que no passado eram aproveitadas para cultivos ou prados e que conservam esta vocaçom, pero que actualmente nom estám trabalhadas por nengumha exploraçom, senom que ficárom abandonadas. A comprovaçom rigorosa desta afirmaçom exigiria um estudo muito mais documentado, e detalhado no plano geográfico. Pero os indícios avalam essa hipótese[59].

---

[58] Neste sentido, compre lembrar que as cifras sobre a superfície das exploraçons, ao igual que o resto da informaçom publicada polos censos agrários, procedem das declaraçons efectuadas polos próprios agricultores.

[59] Entre estes indícios está o que se observa ao efectuar a comparaçom com os países da CEE. Sinalamos antes que é comum a quase todos estes países que a SAU registada nos censos agrários seja menor que a estimada nas estatísticas sobre a utilizaçom do território. Sem embargo, a diferéncia é em todos os casos modesta, mui inferior à que se constata em Galiza. Consultar ao respeito:
-EUROSTAT, Agriculture-Annuaire Statistique 1990., Office des publications officielles des CCEE, Luxemburgo, 1990, pag. 8.

Em conseqüência, podemos concluir que **a superfície agrária efectivamente utilizada na actualidade**, é inferior ao que indicam estas duas últimas fontes. **Na realidade, o seu volume oscila entre as 700.000 e as 900.000 hes, o que representa do 25% ao 30% da superfície geográfica de Galiza.**

O segundo feito a salientar constitue o corolário do anterior: a grande maioria do território está ocupado aqui polas terras a monte. Concretamente, a suma destas superfícies e os terreos improdutivos, suponhem no censo agrário de 1989 o 69,6% da superfície total censada; as cifras do AEA de 1988 indicam que essas terras ocupam o 68,8% da superfície geográfica; e finalmente, o IF86 situa esta última percentagem no 67,9%. Numha visom global, e tendo em conta a correcçom antes sinalada, podemos afirmar que o monte cubre actualmente ao redor dos 2/3, ou algo mais, da superfície galega; ficando um 5% aproximadamente do território, que corresponde às superfícies improdutivas e nom agrárias (rios e lagos, terreos urbanos, ...) (ver gráfico 8.12 e quadro 8.15).

O último aspeito a abordar refire-se ao aproveitamento que registam as terras a monte; questom esta na que devemos deter-nos algo mais, polas diferéncias que se constatam entre as três fontes estatísticas.

Nos dados publicados polos AEA, estas superfícies aparecem distribuídas em três grupos: monte lenhoso, que comprende aqueles espaços dominados polo mato e que som aproveitados para lenha e pastoreo; monte aberto, onde figuram as terras nas que o arvorado cubre entre o 5% e o 20% da superfície; e monte madeirável, que inclue as extensons cubertas em mais do 20% polo arvorado, e que se aproveitam principalmente para a produçom de madeira. Pois bem, as cifras correspondentes a 1988 indicam que o monte lenhoso ocupava nesta data umhas 770.000 hes, o 26,1% do território galego; o monte aberto umhas 234.000 hes, o 7,9%; e o monte madeirável 815.000 hes, o 27,6% da superfície total.

Os resultados do IF86 nom som estritamente comparáveis com essas cifras, já que as rúbricas estabelecidas som diferentes, e os critérios de classificaçom variam também. Nom obstante, a imagem que se obtém aqui é bastante similar em termos gerais. Concretamente: a superfície classificada no IF86 como "matorral" corresponde-se aproximadamente com o "monte lenhoso" do AEA; e a suma das terras catalogadas aqui como "montes arvorados" e "outras superfícies arvoradas", é similar à cifra que resulta sumando o monte madeirável e o monte aberto no AEA (ver quadro 8.15).

Assi, baseando-nos nessas duas fontes, podemos estabelecer que: o monte baixo ocupa actualmente ao redor do 26%-30% da superfície, umhas 800.000 hes em termos absolutos; e o espaço arvorado em torno a 1.000.000 ou

1.100.000 hes, o 35%-37% do total, ainda que compre ter presente que nesta cifra estám incluídas muitas terras com umha densidade de árvores reduzida.

Quadro 8.15. Distribuçom da superfície por aproveitamentos dacordo com diferentes fontes estatísticas. Galiza 1986/1989.

A. CIFRAS ABSOLUTAS (hes)	CENSO AGRARIO 1989	ANUARIO EST.AGR. 1988	INVENT. FLORESTAL 1986
a. Superfície cultivada	245976	568000	
b. Prados e pastizais	429063	352100	
TOTAL SAU (1)	675039	920100	939011
c. Monte baixo (2)	743996	769900	877964
d. Monte aberto (3)		234100	126298
e. Monte arvorado (4)	700863	814700	982910
f. Outras superfícies (5)	97244	208900	
SUPERFICIE TOTAL	2217142	2947700	2926183

B. DISTRIBUÇOM PERCENTUAL.	CENSO AGRARIO 1989	ANUARIO EST.AGR. 1988	INVENT. FLORESTAL 1986
a. Superfície cultivada	11,1%	19,3%	
b. Prados e pastizais	19,4%	11,9%	
TOTAL SAU (1)	30,4%	31,2%	32,1%
c. Monte baixo (2)	33,6%	26,1%	30,0%
d. Monte aberto (3)		7,9%	4,3%
e. Monte arvorado (4)	31,6%	27,6%	33,6%
f. Outras superfícies (5)	4,4%	7,1%	0,0%
SUPERFICIE TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

(1) A cifra do Inventário Florestal inclue, ademais dos cultivos e pastos, as superfícies nom agrárias ou improdutivas (as ocupadas por rios e lagos, os terreos urbanos, etc.)
(2) A cifra do AEA refire-se à rúbrica "monte leñoso"; e a do IF86 à de "matorral y pastizal".
(3) A cifra do IF86 corresponde aos "Otros terrenos arbolados".
(4) No AEA som classificadas aqui (na rúbrica "monte maderable") aquelas terras nas que o arvorado cubre mais do 20% da superfície. Em cámbio, no IF86 incluem-se na rúbrica "montes arbolados" todas as terras com umha "fracçom de cabida" superior ao 10% .
(5) No AEA as "Otras superficies" comprendem as categorias: "erial a pastos", "terreno improductivo", "superficie no agrícola", e "ríos y lagos". Nos resultados do IF86 estas superfícies nom aparecem numha rúbrica separada.

Fonte: INE, Censo agrario de España 1989.
MAPA, Anuario de Estadística Agraria 1988.
CONSELLERIA DE AGRICULTURA, Avance do segundo Inventario Forestal 1986., Santiago, 1988.
Elaboraçom própria.

No que respeita aos dados do censo agrário de 1989, dous som os pontos a destacar: este regista um volume total de terras a monte mui inferior às cifras anteriores; e a composiçom destas terras difire do que indicavam as outras duas fontes, já que o peso relativo do monte baixo é aqui similar ou mesmo superior ao do monte arvorado (ver gráfico 8.12 e quadro 8.15). Estas divergéncias explicam-se polo feito de que o ámbito de estudo do censo nom abrange a totalidade do território, senom só as superfícies integradas nas exploraçons censadas. Neste sentido, o que as cifras indicam é que: umha parte importante das terras a monte ficou excluída do registo censal; e isto afectou fundamentalmente ao monte arvorado.

Resumindo, podemos estabelecer em definitiva a seguinte imagem geral sobre os usos actuais da terra em Galiza:

-A SAU ocupa em torno ao 25%-30% da superfície total.

-As terras a monte suponhem aproximadamente os 2/3 do território; correspondendo o 30% ao monte baixo, e o 35% ao monte arvorado.

-E resta algo mais do 5% da superfície, ocupada polas terras improdutivas e nom agrárias.

4.2. Comparaçom com a utilizaçom da terra que se regista em Espanha e nos restantes estados membros da CEE-12.

Com o fim de valorar melhor os dados anteriores, resulta útil a sua comparaçom com os referidos aos espaços agrários do nosso entorno, Espanha e os restantes estados membros da CEE-12.

Este tipo de análises comparadas devem ser realizadas com prudéncia. Em primeiro lugar, polas divergéncias que podem existir entre as estatísticas dos diferentes países, no que respeita aos critérios ou definiçons utilizadas para a classificaçom das superfícies. E ademais porque, mesmo sendo idénticas as definiçons, o tipo concreto de terreos incluídos em cada rúbrica pode ser mui diferente nuns e outros espaços, dada a diversidade das realidades sobre as que se aplicam os conceitos estatísticos.

Por outra parte, é necessário também ser mui prudentes à hora de extraer dessa análise comparada juiços valorativos, sobre o excessivo ou insuficiente peso que os distintos aproveitamentos tenhem em Galiza. Para efectuar este tipo

de valoraçons devemos ter em conta as aptitudes naturais dos solos, que podem variar muito de uns países a outros.

Apesar dessas reservas, a comparaçom que indicamos tem interesse, porque nos ajuda a situar melhor a realidade que constatamos para a agricultura galega.

Os dados que vam servir de base a esta análise estám recolhidos no **quadro 8.16**, e aparecem representados nos **gráficos 8.13 e 8.14**. Os referidos aos estados membros da CEE-12, incluída Espanha, correspondem a 1989 e som os que publica o EUROSTAT, baseando-se numha homogeneizaçom das estatísticas nacionais. Pola sua parte, as cifras que tomamos aqui para Galiza som as que se obtenhem aplicando os critérios ou definiçons utilizados nas estatísticas comunitárias[60]. Em linhas gerais, podemos sinalar que estas cifras coincidem com as oferecidas polos AEA, sendo de resaltar unicamente umha precisom: o monte baixo ou "monte lenhoso" nom aparece aqui como umha categoria separada, senom que está englobado, junto com os terreos improdutivos e os nom agrários, na rúbrica de "outras superfícies".

Feitas as oportunas aclaraçons, passamos à análise dos dados:

i. O primeiro que podemos observar é que a SAU ocupa em Galiza umha proporçom do território (o 31,2%) muito menor que no conjunto do Estado (53,9%), e mui inferior também à que se regista na CEE-12 (56,5%). Mais ainda: a cifra galega está mui por baixo da de qualquer dos países comunitários. Dentro do ámbito da CEE, o peso relativo da SAU varia muito de uns estados a outros; pero em todos eles a percentagem supera o 43% da superfície total, frente ao 31,2% que constatamos no nosso caso (ver gráfico 8.13).

   Devemos destacar este feito: apesar da grande heterogeneidade que existe dentro da CEE, no que respeita às condiçons naturais e às características dos sistemas agrários, a SAU tem em todos os países membros umha importáncia relativa muito maior do que sucede em Galiza.

ii. A situaçom invirte-se para o monte arvorado, que ocupa aqui umha parte do território mui superior à média espanhola e comunitária, e por encima também da que se regista em quase todos os países deste ámbito. Concretamente, dacordo com as cifras que agora manejamos, o espaço arvorado supom em Galiza o 38,3% da superfície total, o que supera num 50% tanto à cifra espanhola (24,8%), como à média na CEE-12 (23,9%).

---

[60] Concretamente, estas cifras procedem da estimaçom que é efectuada, aplicando as definiçons comunitárias, no estudo:

-FERNANDEZ, Gonzalo, La economía agraria gallega en 1990., Cooperativas Orensanas-COREN, Ourense, 1990, pag. 295.

Quadro 8.16. Distribuçom da superfície por aproveitamentos em Galiza, Espanha, e a CEE-12. 1989

	Bélgica	Dinamarca	R.F.A.	Grécia	França
SUPERF. TOTAL (miles de hes)	3052	4309	24869	13197	54909
-Superfície cultivada	24,5%	60,1%	30,1%	30,0%	34,8%
-Prados e pastos permanentes	20,1%	5,1%	17,7%	13,5%	21,1%
TOTAL SAU	44,7%	65,2%	47,8%	43,5%	55,9%
-Superfície arvorada	20,2%	11,4%	29,6%	43,6%	26,9%
-Outras superfícies	34,2%	21,7%	20,8%	10,5%	16,0%
-Aguas interiores	0,9%	1,6%	1,8%	2,4%	1,1%

	Irlanda	Itália	Luxemb.	Holanda	Portugal
SUPERF. TOTAL (miles de hes)	7028	30128	259	3980	9207
-Superfície cultivada	14,7%	41,3%	22,0%	23,6%	41,0%
-Prados e pastos permanentes	66,4%	16,2%	26,6%	27,1%	8,3%
TOTAL SAU	81,1%	57,5%	48,7%	50,7%	49,2%
-Superfície arvorada	4,7%	21,3%	34,4%	8,3%	32,2%
-Outras superfícies	12,3%	19,2%	16,6%	32,5%	18,1%
-Aguas interiores	2,0%	2,4%	0,4%	8,5%	0,5%

	R.Unido	CEE-12	Espanha	Galiza (1)
SUPERF. TOTAL (miles de hes)	24414	225827	50476	2948
-Superfície cultivada	28,4%	35,2%	40,7%	19,3%
-Prados e pastos permanentes	45,9%	21,2%	13,2%	11,9%
TOTAL SAU	74,3%	56,5%	53,9%	31,2%
-Superfície arvorada	9,4%	23,9%	24,8%	38,3%
-Outras superfícies	15,4%	18,1%	20,4%	29,5%
-Aguas interiores	1,3%	1,6%	1,1%	0,9%

(1) Cifras referidas a 1988.

Fonte:

-Para Espanha e os restantes estados membros da CEE-12: COMISION DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS, La situación de la agricultura en la Comunidad. Informe 1990., Bruselas-Luxemburgo, 1991.

-Para Galiza: FERNANDEZ, Gonzalo, La economía agraria gallega en 1990., Cooperativas Orensanas - COREN, Ourense, 1990, pag. 295. Elaboraçom própria.

Gráfico 8.13.

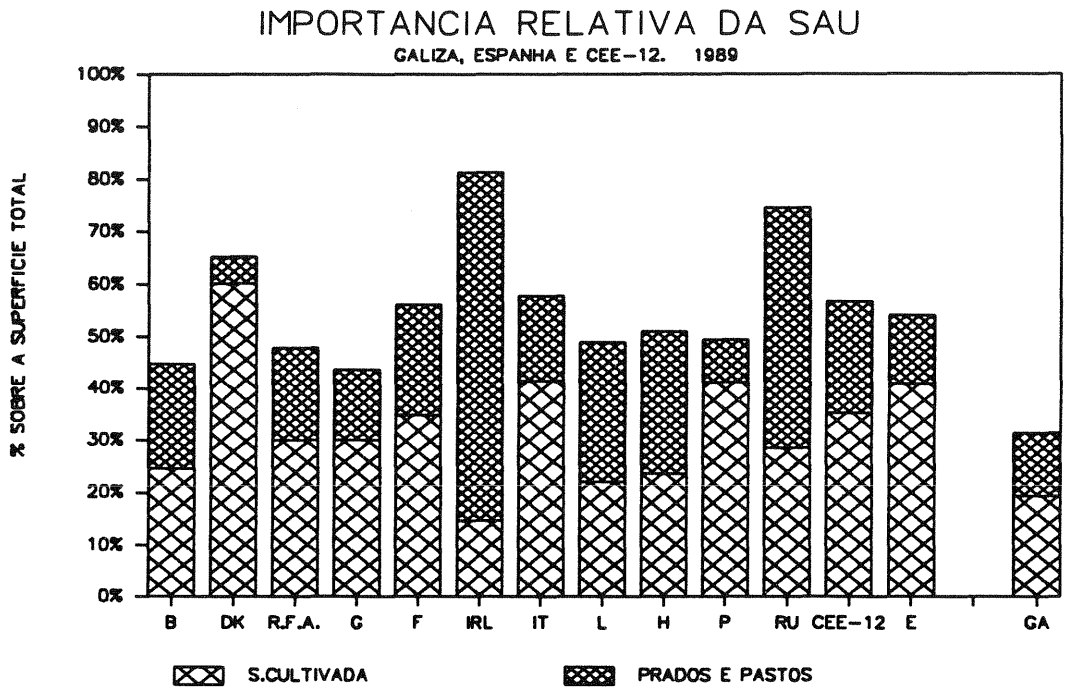
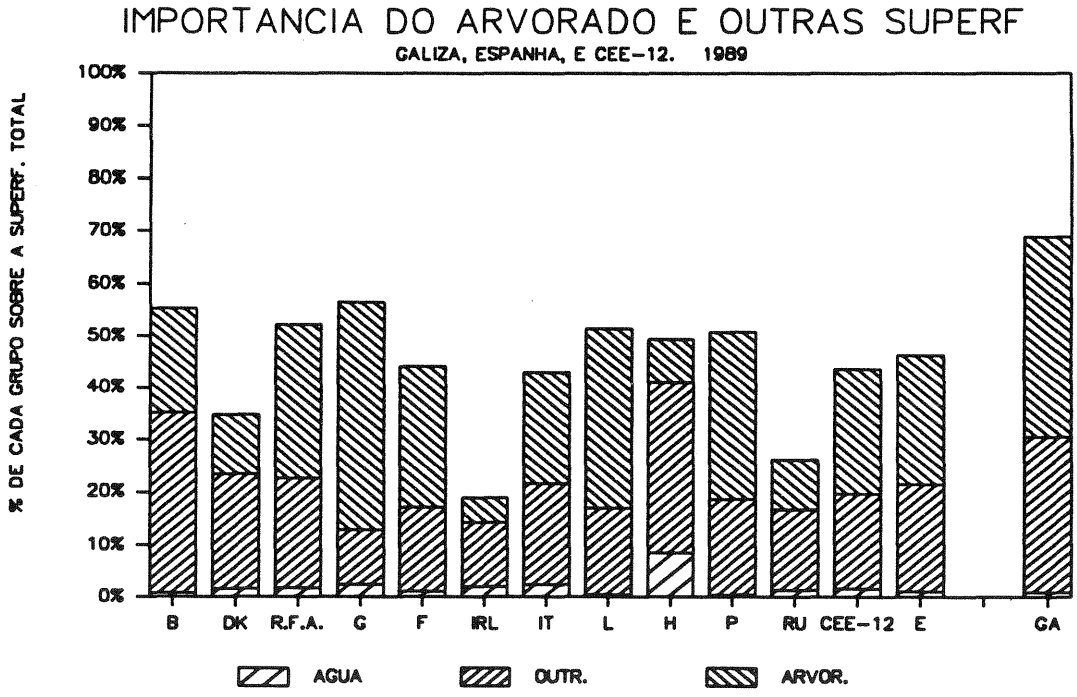


Gráfico 8.14.



Dos 12 estados membros, unicamente Grécia regista um peso relativo desta superfície maior que em Galiza (43,5%), aproximando-se algo a cifra de Portugal (32,2%). Nos restantes países, a superfície arvorada supom sempre menos do 30% do total, sendo o mais freqüente que este valor se situe ao redor ou por baixo do 20% (ver gráfico 8.14 e quadro 8.16).

iii. Por último, Galiza apresenta umha importáncia comparativamente elevada também das "outras superfícies", que se correspondem aqui na sua maior parte com as terras de monte baixo. Esta rúbrica supom no nosso caso o 29,5% da superfície total, o que supera claramente a cifra espanhola (20,4%), e resulta ainda mais elevada se a comparamos com a média comunitária (18,1%). Dos estados que formam a CEE-12, tam só Bélgica (com o 34,2%) e Holanda (32,5%) registam um peso desta rúbrica superior ao galego; e hai que matizar que em ambos casos isso corresponde-se com um tipo concreto de superfícies, e com uns factores condicionantes, mui distintos do que ocorre na nossa agricultura[61].

Em resumo, comparado com Espanha e a CEE, a utilizaçom da terra existente em Galiza caracteriza-se por: umha importáncia da SAU mui reduzida, pouco mais da metade da que se regista no ámbito espanhol e comunitário; e um peso relativo muito maior tanto do monte arvorado como das "outras superfícies".

4.3. A relaçom dos usos actuais do solo com os seus usos potenciais.

Mais relevantes que as indicaçons anteriores, som os resultados que se obtenhem ao comparar os usos actuais da superfície galega com a sua utilizaçom potencial. Para isto contamos com o estudo sobre a capacidade produtiva dos

[61] Tanto em Bélgica como em Holanda, a maior parte das "outras superfícies" correspondem-se com terreos urbanos. A elevada importáncia relativa dessa rúbrica deve-se, pois, principalmente às altas densidades demográficas que se registam em ambos países; e nom, como sucede em Galiza, ao mantenimento de grandes extensons sem quase nengum aproveitamento (como som hoje as terras de monte baixo).

Sobre a utilizaçom do território em Bélgica e Holanda, consultar os dados mais detalhados que se oferecem no estudo:

-OCDE, L'agriculture face aux politiques d'utilisation du sol., OCDE, Paris, 1976, pp. 6 e ss, e Anexo estatístico.

solos de Galiza, elaborado por umha equipa dirigida polo professor Díaz-Fierros[62]. Neste trabalho as terras fórom distribuídas em várias classes, atendendo a diversos critérios: pendente, profundidade, regime térmico e hídrico, fertilidade,... . A partir desta informaçom de base, e determinando o aproveitamento óptimo para cada umha das categorias de solos, é possível estimar o volume de superfícies aptas para os diferentes aproveitamentos[63].

Nos **quadros 8.17 e 8.18** recolhemos as cifras globais para o conjunto de Galiza, que fórom obtidas em duas exploraçons dos resultados desse estudo. No primeiro quadro figura a estimaçom (dos usos potenciais do solo) realizada polo próprio Díaz-Fierros, seguindo, dacordo com o que ele indica, os critérios da FAO sobre a avaliaçom dos solos[64]. Esta estimaçom coincide, em linhas gerais, com os dados que oferecem este mesmo autor e F.Gil Sotres noutro trabalho, referido especificamente à capacidade para a produçom de pastos das terras galegas[65]. E também é semelhante aos resultados que extraem, baseando-se na mesma informaçom, F.Sineiro e N.Díaz[66]. No quadro 8.18, pola sua parte, reproduzimos as cifras sobre os usos potenciais da terra, que

---

[62] Ver:
-DIAZ-FIERROS,F. / GIL SOTRES,F., Capacidad productiva de los suelos de Galicia. Mapa 1: 200.000., Universidade de Santiago de Compostela, 1984.
-DIAZ-FIERROS,F. / GIL SOTRES,F., "Evaluación da capacidade productiva das terras de Galicia.", Revista Galega de Estudios Agrarios, nos. 7-8, 1982, pp. 148-172.

[63] Bem entendido, que toda superfície susceptível de um uso dado, é também apta para os aproveitamentos menos intensivos que esse.

[64] Ver: DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco, "Límites físicos a la producción agraria de Galicia.", Papeles de Economía. Economía de las Comunidades Autónomas, no. 3, pp. 195-198.

[65] Ver: DIAZ-FIERROS,F. / GIL SOTRES,F., "Cálculo do potencial productivo en pastos dos solos de Galicia.", em:
VARIOS, Producciónes gandeiras de Galicia op. cit., pp. 69-89.

[66] Ver: SINEIRO GARCIA,F. / DIAZ DIAZ,N., "A producción gandeira nas terras a monte...", op. cit., pp. 232-238.

calcula a partir da mesma informaçom A.Prada, num estudo de recente publicaçom[67].

Em ambos quadros recolhemos também a distribuçom actual da superfície por aproveitamentos, tomando em concreto os dados suministrados para 1988 polo AEA; e calculamos as desviaçons que resultam em cada caso entre os usos reais e os potenciais.

Podemos observar aí que as duas estimaçons, a de Díaz-Fierros e a de A.Prada, apresentam importantes divergéncias: na primeira é notavelmente superior o volume de superfícies consideradas aptas para cultivos, prados e pastos; sendo mui inferior a extensom que corresponde, tanto às terras de aptitude florestal, como a aquelas classificadas como improdutivas ou só aptas para soportar umha vegetaçom espontánea (monte baixo). Essas divergéncias obedecem aos distintos critérios aplicados à hora de classificar certos tipos de superfícies, à hora de estabelecer o seu aproveitamento mais adeqüado.

Quadro 8.17. Comparaçom dos usos actuais da terra em Galiza com os usos potenciais estimados por Díaz-Fierros.

	A Superfícies actuais (hes)	B Superfícies segundo a aptitude potencial (hes)	Diferéncia A-B (hes)
-Terras de cultivo	568000	623553	-55553
-Prados e pastos	352100	1301758	-949658
TOTAL SAU	920100	1925311	-1005211
-Monte arvorado	1048800	917597	131203
-Monte baixo; terras improdutivas e dedicadas a usos nom agrários	978800	77220	901580
SUPERFICIE TOTAL	2947700	2920128	

Fonte: A: MAPA, Anuario de Estadística Agraria 1988.
B: DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco, "Límites físicos a la producción agraria en Galicia.", Papeles de Economía. Economía de las Comunidades Autónomas, no. 3, pag. 198.
Elaboraçom própria.

---

[67] Ver: PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria... op. cit.

Quadro 8.18. Comparaçom dos usos actuais da terra em Galiza com os usos potenciais sinalados por A. Prada.

	A Superfícies actuais (hes)	B Superfícies segundo a aptitude potencial (hes)	Diferéncia A-B (hes)
TOTAL SAU	920100	1255831	-335731
-Monte arvorado	1048800	1281449	-232649
-Monte baixo; terras improdutivas e dedicadas a usos nom agrários	978800	413779	565021
SUPERFICIE TOTAL	2947700	2951059	

Fonte: A: MAPA, Anuario de Estadística Agraria 1988.
B: PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria. O circuito da madeira en Galicia., Fundación Caixa Galicia, Vigo, 1991, pag. 61.
Elaboraçom própria.

Sem embargo, apesar dessas discrepáncias nas cifras concretas, as duas estimaçons conduzem a umhas conclusons similares, no que respeita às desviaçons entre usos potenciais e reais. Imos exponher pois estas conclusons, efectuando em cada caso as matizaçons de carácter quantitativo que sejam necessárias.

i. O primeiro que se observa é que a superfície cultivada na actualidade, coincide aproximadamente com a extensom que é susceptível de um cultivo intensivo. Concretamente, os cálculos de Díaz-Fierros, que som os únicos que oferecem informaçom ao respeito, indicam que a superfície apta para um cultivo intensivo é de 623.500 hes, cifra mui próxima ao espaço cultivado que regista em 1988 o AEA: 568.000 hes (ver quadro 8.17).

ii. Assimesmo, pode afirmar-se que a extensom global ocupada actualmente polo monte arvorado se corresponde, de forma aproximada, com a que deveria destinar-se a este uso. Ainda que o resultado concreto varia aqui, segundo tomemos a estimaçom sobre os usos potenciais que realiza Díaz-Fierros, ou bem a de A.Prada[68]. Em todo caso, como diagnótico geral: *"... se puede estimar que la extensión que podría dedicarse a este uso coincide aproximadamente*

[68] No primeiro caso, a superfície actualmente arvorada supera às terras de aptitude florestal em 130.000 hes. Mentres que tomando a segunda estimaçom, a superfície arvorada actual seria ainda inferior à potencial em 230.000 hes (ver quadros 8.17 e 8.18).

con la actual área arbolada. En consecuencia, podría considerarse que la reforestación de Galicia, iniciada a finales del siglo pasado, habría llegado a su término."[69]

Esse diagnóstico refire-se ao volume global do espaço arvorado. Como veremos depois, a situaçom fai-se muito mais complexa se temos em conta a localizaçom destas terras.

iii. O principal desajuste entre os usos reais e potenciais do solo, que se constata nestes dados agregados, afecta a duas categorias de superfícies: o monte baixo, e os prados e pastos. O monte baixo, apesar da sua forte reduçom durante os últimos 50 anos, continua ocupando na actualidade umha extensom mui superior ao volume de terras que só som aptas para soportar umha vegetaçom espontánea. Mentres que os prados e pastos, ao contrário, estám limitados a umha superfície muito menor da que potencialmente poderiam alcançar.

A primeira vista, poderiamos dizer, pois, que o desajuste consiste em que se mantenhem grandes extensons ocupadas polo mato, quando estas terras som, na sua maioria, susceptíveis de ser convertidas em pastos. Na realidade, sem embargo, a situaçom é muito mais complexa, como veremos mais adiante[70]. Pero o que si pode afirmar-se é que: as aptitudes naturais dos solos fam possível incrementar de forma considerável os terreos de prados e pastos; incremento este que deveria ir acompanhado de umha reduçom paralela do espaço cuberto polo monte baixo.

Imos precisar a continuaçom qual é a magnitude desse desajuste, segundo as diversas estimaçons sobre os usos potenciais da terra. É dizer, qual é a extensom que poderiam alcançar os prados e pastos, e o volume global de SAU, dacordo com os diversos cálculos; e a diferéncia disso com o seu volume actual.

Na actualidade os prados e pastizais ocupam em Galiza umhas 350.000 hes. Pois bem, frente a isso, Díaz-Fierros estima que o volume de terras aptas para este aproveitamento ascende a 1.300.000 hes, isto é, umha cifra que quadriplica praticamente à actual. Justifica-se assi plenamente a afirmaçom que realiza este autor, no sentido de que: *"Los pastos y prados representan sin*

---

[69] DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco, "Límites físicos ...", op. cit., pag. 197.

[70] Porque das terras hoje cubertas polo monte baixo, umha parte importante só som aptas para a produçom florestal, e deveriam portanto ser repovoadas. Mentres que existe um volume equivalente de superfícies arvoradas, que som susceptíveis de um aproveitamento agro-gadeiro.

duda la gran revolución pendiente de la agricultura gallega."[71]

Compre advertir, isso si, que o 60% dessas superfícies apresentam limitaçons importantes ao crescimento e aproveitamento dos pastos, devido ao excesso de pendente, à pouca profundidade dos solos, ou bem à falta de água no verao e a baixa fertilidade. E, portanto, é necessário matizar a imagem excessivamente optimista que exponhem alguns autores, ao extrapolar para o conjunto do território os rendimentos em pastos obtidos em certas áreas[72].

Com esta matizaçom, reiteramos o antes dito: segundo este autor, a superfície apta para prados e pastos é de 1.300.000 hes, frente às 350.000 hes actuais. Sumando a isso as terras susceptíveis de um cultivo intensivo (que estima numhas 623.000 hes), obtém que o volume total de SAU poderia alcançar ao redor de 1.925.000 hes, o 65% da superfície total de Galiza. Isto supom mais do duplo da SAU existente na realidade (920.000 hes)[73]; e em termos absolutos supera a esta última em aproximadamente 1.000.000 hes. Este "déficit" que regista actualmente a SAU, corresponde-se com um "excesso" de quantia similar nas terras de monte baixo (ver quadro 8.17).

F.Sineiro e N.Díaz, apoiando-se na mesma informaçom de base sobre a capacidade produtiva dos solos, chegam a uns resultados mui similares aos de Díaz-Fierros. Concretamente, estes autores estimam que em torno a 1.500.000 hes seriam aptas para cultivos e prados; quedando outras 700.000 hes, nas que

---

[71] DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco, "Límites físicos...", op. cit., pag. 195.

[72] Umha análise detalhada sobre esta questom pode encontrar-se no trabalho: -DIAZ-FIERROS,F. / GIL SOTRES,F., "Cálculo do potencial productivo en pastos dos solos de Galicia.", op. cit.

Aqui oferece-se umha estimaçom a nível municipal sobre o volume de terras potencialmente dedicáveis a pastos, calculando também os rendimentos que poderiam obter-se nestas superfícies em cada um dos concelhos. Os resultados permitem comprovar que, tanto no referido à importáncia da superfície apta para este uso, como no que respeita aos rendimentos que podem obter-se nestas terras, a situaçom varia muito de umhas comarcas a outras.

[73] Lembremos que esta cifra, que é a oferecida polo AEA de 1988, sobreestima probavelmente o volume actual de SAU, tal como indicamos no seu momento.

seria possível um cultivo superficial e controlado (mínimo laboreo) para a sementeira de pastos permanentes[74].

Os cálculos de A.Prada reduzem de forma notável a superfície que poderia dedicar-se a cultivos, prados e pastos. Pero, ainda assi, obtém umha cifra que continua sendo mui superior à extensom ocupada hoje por estes aproveitamentos: 1.256.000 hes, o que representa o 42,5% do território galego, e que supera em 336.000 hes o volume actual de SAU (ver quadro 8.18).

Em resumo, pois, apesar das suas discrepáncias nas cifras concretas, todos os cálculos sobre os usos potenciais do solo conduzem às mesmas conclusons gerais:

-A superfície arvorada na actualidade coincide aproximadamente com o volume de terras aptas para este uso; e o mesmo sucede para a superfície cultivada.

-Sem embargo, isso nom é certo para os prados e pastizais, que ocupam hoje umha extensom mui inferior à que poderiam alcançar. E, deste modo, a SAU global é também muito menor do seu volume potencial.

-Isto último corresponde-se com a existéncia de umha superfície equivalente ocupada polo monte baixo, e que é susceptível de ser transformada em pastos.

Essas som as conclusons que se desprendem das cifras em termos agregados. Como já adiantamos, a situaçom é na realidade muito mais complexa, os desajustes entre usos potenciais e reais do solo som muito maiores; o que se pom de manifesto quando examinamos, nom só o volume global de superfícies em cada aproveitamento, senom também a sua localizaçom.

Em concreto, o equilíbrio aproximado que constatamos entre o volume da superfície actualmente arvorada e a que deveria destinar-se a este uso, agacha uns enormes desajustes na sua localizaçom: umha grande parte do espaço arvorado (ao redor de 400.000 hes, segundo a estimaçom de Díaz-Fierros)[75] localiza-se em terras susceptíveis de um uso agro-gadeiro; mentres que existe

---

[74] Ver: SINEIRO GARCIA,F. / DIAZ DIAZ,N., "A producción gandeira nas terras a monte...", op. cit., pp. 233-238.

[75] Ver: DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco, op. cit., pag. 197.

umha extensom similar apta para a produçom florestal, que deveria portanto ser repovoada, e que está na actualidade a monte baixo. Em conseqüência, das terras potencialmente dedicáveis a cultivos e pastos, e que hoje nom formam parte da SAU, umha parte estám a mato, como sugeriam os dados agregados; pero umha elevada proporçom delas estám hoje arvoradas, fruto em grande medida das repovoaçons realizadas ao longo dos últimos 50 anos.

Essa escassa racionalidade das repovoaçons efectuadas na história recente de Galiza, e o seu reflexo na localizaçom actual do arvorado, é um feito que avalam estudos e informaçons de procedéncia diversa. Assi, podemos citar aqui os dados sobre a utilizaçom da terra por classes de altitude, suministrados polo "Inventario Forestal" de 1972. Estes ponhiam de manifesto que o arvorado alcançava a sua maior importáncia relativa nas zonas baixas, coincidindo com o maior peso também da SAU; mentres que, ao ascender nas cotas de altitude, reduzia-se a presséncia de ambos grupos, incrementando-se a importáncia do matorral. Temos deste modo: muitas terras baixas aptas para um aproveitamento agro-gadeiro, que estám arvoradas; ao mesmo tempo que ficam improdutivas grandes extensons de monte de altitude média ou elevada[76].

No mesmo sentido apontam os dados a nível municipal elaborados por A.Prada, que permitem ademais ubicar no plano geográfico esses desajustes. Constata-se aqui como estám actualmente arvoradas grandes superfícies aptas para usos agro-gadeiros, localizadas principalmente nas áreas do litoral e nas comarcas do interior da província de A Corunha; ao mesmo tempo que na Galiza oriental existem enormes extensons de vocaçom florestal, que estám ocupadas polo mato e praticamente abandonadas[77]. E esses desajustes nom só se observam ao nível das grandes regions da geografia galega; senom que se constatam também a nível micro-espacial, ao analisar a localizaçom dos aproveitamentos dentro de cada concelho[78].

Estas últimas observaçons tenhem umha relevância directa para o tema central que abordamos no presente capítulo: as possibilidades que existiam em Galiza de ampliar a SAU/exploraçom nas últimas décadas, mediante a roturaçom de terras que estavam a monte (baixo). **A priori, teria sido possível um incremento do espaço arvorado similar ao que realmente tivo lugar, sem que isto entrara em**

---

[76] Ver: SINEIRO GARCIA, Francisco, "Consideracións sobre os aproveitamentos da terra...", op. cit., pp. 16-17.

[77] Ver: PRADA BLANCO, Albino, Montes e industria... op. cit., pp. 64-70.

[78] Ver: Ibidem, pp. 129-139.

conflito com umha forte ampliaçom também da SAU. Sem embargo, a escassa racionalidade com a que se produziu a florestaçom, fixo que este se convertira em boa medida num processo competitivo, e nom complementário, com o possível aumento da superfície agrária, ao repovoar-se muitas superfícies susceptíveis de ser utilizadas com fins agro-gadeiros. Isto amostra, na nossa opiniom, os enormes custos que tivo, para a agricultura e o conjunto da economia galega, a ausência de umha ordenaçom dos usos da terra, que delimitara as superfícies de vocaçom florestal a respeito daquelas com umha aptitude agrícola ou gadeira.

Deixando já estas consideraçons, finalizamos lembrando a conclusom esencial obtida neste apartado: a superfície que poderia dedicar-se a cultivos, prados e pastos, é superior à realmente existente numha quantia que se move entre 330.000 e 1.000.000 de hes, segundo os cálculos. Existe, pois, um grande potencial para incrementar a SAU, que como vimos nom foi aproveitado ao longo dos últimos 30 anos.

5. OS FACTORES QUE OBSTACULIZAROM A AMPLIAÇOM DA SAU (A TRANSFORMAÇOM DO MONTE EM PASTOS), DURANTE AS ULTIMAS DECADAS.

A constataçom que efectuamos na análise anterior (a escassa magnitude que alcançou a roturaçom de terras a monte), obriga a perguntar-se polos factores que podem explicar isto; ou, dito noutras palavras, polos factores que obstaculizárom este tipo de transformaçons.

A resposta a esta pergunta deduze-se já em parte da exposiçom realizada nos apartados precedentes, posto que neles fomos aludindo a alguns elementos que condicionárom o citado processo. Pero parece-nos conveniente oferecer aqui umha resposta mais ordenada; recolhendo de novo os elementos que estavam dispersos na exposiçom anterior, e sinalando outros que contribuírom também a frear a transformaçom do monte em pastos.

Antes de entrar propriamente no tema, cremos oportuno apontar um dado: o que na nossa análise aparecia como umha potencialidade e umha necessidade para a agricultura galega, parece que também é visto do mesmo modo polos próprios agricultores, que se declaram decididamente partidários de roturar e convertir em pastos as terras de monte, sempre que as aptitudes naturais dos solos o permitam. Assi, num inquérito realizado a finais da década dos 70 em 9

concelhos da meseta interior de Galiza, o 83% dos titulares de exploraçom entrevistados amostravam-se a favor dessa transformaçom em pastos, considerando-a como a opçom preferível para as terras a monte[79]. E umhas respostas similares som obtidas noutro inquérito análogo, efectuado pouco depois em 8 municípios de diferentes comarcas[80].

Em contraste com essa disposiçom favorável, a informaçom recolhida nesses mesmos estudos indica que só o 3%-4% dos agricultores entrevistados estavam realizando efectivamente esse tipo de transformaçons, estabelecendo pastos nalgumhas das suas terras de monte[81].

Temos que formular-nos pois o interrogante: que factores podem explicar que as realizaçons práticas neste campo foram tam escassas ?. A continuaçom imos tratar de aclarar isto, diferenciando na exposiçom os montes particulares dos montes vizinhais. O motivo para proceder assi é que, ao lado de problemas comuns a ambos tipos de superfícies, hai outros específicos de cada um deles.

5.1. Os obstáculos que freárom a transformaçom em pastos das superfícies de monte particular.

Em eséncia, podemos citar aqui 5 grupos principais de factores, que obstaculizárom a conversom em pastos dos terreos de monte particular, e que explicam assi a reduzida magnitude que esta alcançou. A maior parte destes factores, como depois veremos, estám presentes também para os montes vizinhais.

---

[79] Ver: DIEZ PATIER, Eduardo / SINEIRO GARCIA, Francisco, Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. Estudio de una zona de la meseta interior gallega. op. cit., pp. 18 e 47-48.

[80] Ver: DIEZ PATIER, Eduardo, Factores que limitan la utilización de las tierras a monte. II.Análisis de ocho municipios en diferentes zonas de Galicia. op. cit., pp. 21-22 e 41-42.

[81] Ver:
-DIEZ PATIER, Eduardo / SINEIRO GARCIA, Francisco, op. cit., pag. 47.
-DIEZ PATIER, Eduardo, op. cit., pag. 41.

1. O primeiro obstáculo[82] a esse processo, constitui-no **a florestaçom de muitas das terras de monte baixo que eram susceptíveis de ser transformadas em pastos**. A este fenómeno acabamos de referir-nos um pouco mais atrás, polo que nom é necessário extender-nos em muitas aclaraçons adicionais.

Como já vimos, a repovoaçom florestal realizada nos últimos 50 anos, produziu-se em boa medida sobre terras aptas para um uso gadeiro, e portanto entrou em conflito com a possível expansom dos prados e pastos. É certo que, em rigor, a florestaçom nom impedia (e nom impide) totalmente que as terras foram recuperadas mais tarde para a produçom agrária, levando a cabo a sua roturaçom. Pero si constituiu isso um obstáculo adicional a esta possibilidade; já que, de entrada, a repovoaçom condiciona o aproveitamento das superfícies durante um período prolongado. Na prática, a expansom do arvorado, tal como se realizou, convertiu-se num processo competitivo com o potencial incremento da SAU; contribuíndo ao anquilosamento das exploraçons, no reduzido espaço agrário do que disponhiam no sistema tradicional.

2. Um segundo tipo de factores que dificultárom a transformaçom em pastos das terras de monte particular, fórom os que podemos denominar **"obstáculos ou deficiéncias estruturais". Referimo-nos em concreto a: o elevado grau de parcelamento destas superfícies, e os problemas de comunicaçom ou acceso às fincas.**

Como já indicamos no seu momento, a forma na que se efectuou o reparto dos montes comunais levou à pulverizaçom parcelária destas superfícies; de tal modo que o monte particular recibido por cada exploraçom, aparecia dividido num grande número de parcelas de pequena dimensom.

Posteriormente, ao iniciar-se em Galiza as acçons de concentraçom parcelária, desde a segunda metade dos anos 50, o monte vai ficar excluído durante muito tempo destas operaçons. Em concreto, esta foi a prática generalizada até meiados da década dos 70; e só a partir desta data começou a realizar-se também a concentraçom das terras de monte, conjuntamente com o espaço cultivado e os prados[83]. Assi, se a política de concentraçom parcelária tivo já na agricultura galega umha intensidade global bastante reduzida, muito

---

[82] A orde na que exponhemos estes factores ou obstáculos é aleatória, e nom pretende indicar a sua maior ou menor relevância.

[83] Ver: MARTINEZ DE VELASCO MIRAVED, José Luis, "Transformación del monte en el proceso de concentración parcelaria.", em:
VARIOS, Os usos do monte en Galicia. op. cit., pp. 401-415.

menor que noutras áreas do Estado[84], o volume relativo das actuaçons foi ainda menor no caso do monte.

O resultado de todo isso é que as terras de monte particular apresentam nas últimas décadas, e continuam apresentando na actualidade, umha acusada fragmentaçom, similar à que se regista no espaço cultivado e os prados. E a esse problema une-se ademais o difícil acceso a muitas das parcelas[85].

Estas deficiéncias estruturais supuxérom nos decénios recentes um forte obstáculo à possível transformaçom em pastos das terras a monte, e num plano mais geral dificultárom o seu aproveitamento produtivo. O motivo é fácil de explicar: o pequeno tamanho das parcelas e a caréncia de uns bons accesos, impidem nestas superfícies a mecanizaçom dos lavores agrários; cousa esta que constitue umha condiçom imprescindível para a sua exploraçom rentável, na nova situaçom que se configura durante este período. Por esta mesma razom, os citados problemas estruturais impedírom também que se desenvolvera nestas terras umha exploraçom silvícola moderna, que exigiria a mecanizaçom dos trabalhos de cuidado do bosque. Assi, nos espaços que fórom arvorados conformou-se simplesmente um sistema, que X.Fernández Leiceaga denomina acertadamente como "silvicultura de recolecçom"[86].

No que se refire em concreto à possível conversom em pastos das terras, contamos com abundantes dados que confirmam a grande relevância que tivérom esses obstáculos estruturais, como freos ao processo. Assi, os próprios

---

[84] Ver os dados referidos às actuaçons realizadas até princípios dos anos 80, que se oferecem no trabalho:
-ORJALES, Mario, "A concentración parcelaria e as estructuras agrarias.", op. cit.

[85] As fontes estatísticas globais, como os censos agrários, nom permitem conhecer separadamente o grau de parcelamento das terras a monte. Pero contamos com dados procedentes de diversos inquéritos, que confirmam que o parcelamento nestas superfícies é também mui forte; e a isso hai que unir o problema dos accesos.
E.Díez Patier e F.Sineiro resumem assi os resultados que obtenhem no seu estudo para a meseta interior galega: *"El monte, aún estando bastante parcelado, lo estaba en menor medida que los prados y labradíos; (...). Los caminos de acceso y servicio parecían ser, sin embargo, peores en el monte que en las tierras de cultivo."* (DIEZ PATIER, Eduardo /SINEIRO, Francisco, Factores que limitan... op. cit., pag. 13)

[86] Ver: FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, Economía (política) do monte galego. op. cit., pag. 84.

agricultores, ao ser perguntados polas ajudas do Estado que consideram mais importantes para poder aproveitar melhor o monte, situam entre as primeiras: a concentraçom parcelária destas superfícies, e a construçom de pistas para acceder às fincas[87]. No mesmo sentido aponta a evidéncia empírica que oferecem S.Besancon e E.Chevassus para a comarca de Negreira, zona esta que registou um importante dinamismo no sector lácteo ao longo das últimas décadas. O estudo destas autoras pom de manifesto o forte contraste na dinámica das exploraçons, que se observa entre: as parróquias onde o monte particular segue mui fragmentado; e aquelas outras nas que o problema foi corregido, com a concentraçom parcelária destas terras. Assi, ademais de confirmar o obstáculo que suponhem essas deficiéncias estruturais, constata-se os importantes efeitos positivos que tivo a concentraçom do monte, alí onde se realizou: isto impulsou, nestas áreas, o processo de roturaçons e a conseguinte ampliaçom da SAU[88].

3. O terceiro factor que podemos citar aqui é **a forte contracçom demográfica que se produziu durante as últimas décadas no agro galego, a conseqüéncia do intenso éxodo agrário**. De feito, os agricultores sinalam à escassez de mao de obra como umha das causas fundamentais do estado actual do monte, e como um dos principais factores que impidem um maior aproveitamento destas superfícies[89]. Esta opiniom necessita na prática de importantes matizaçons; pero, ainda assi, pode-se afirmar que responde em parte à realidade, e que os factores demográficos contribuírom nalgumhas comarcas a dificultar a transformaçom do monte particular em pastos.

De entrada, o que indicam os agricultores responde a um feito real: a forte reduçom da mao de obra agrária foi umha das causas esenciais, que levou ao progressivo abandono das utilizaçons tradicionais do monte ao longo das

---

87 Ver:

-DIEZ PATIER, Eduardo /SINEIRO, Francisco, Factores que limitan... op. cit., pag. 51.

-DIEZ PATIER, Eduardo, Factores que limitan... op. cit., pag. 46.

88 Ver: BESANCON, Sibylle / CHEVASSUS, Emmanuelle, Quel avenir pour le minifundisme galicien ?: les exploitations laitieres de la comarca de Negreira face à l'entrée de l'Espagne dans la CEE., ENSAM, Montpellier, 1984, pp. 77 e ss.

89 Ver:

-DIEZ PATIER, Eduardo /SINEIRO, Francisco, op. cit., pag. 17.

-DIEZ PATIER, Eduardo, op. cit., pag. 23.

décadas recentes. Assi, se partimos dessas formas de aproveitamento tradicionais como a única possibilidade para o uso do monte, podemos considerar à escassez de trabalhadores como umha das razons principais do estado actual destas superfícies. Agora bem, esta afirmaçom deixa de ser válida, como diagnóstico global para o conjunto de Galiza, se temos em conta as possibilidades de umha exploraçom agrária moderna das terras a monte, com o emprego de maquinária para a realizaçom dos lavores. Efectuando esta transformaçom nos sistemas produtivos, seria possível um aproveitamento intenso destas superfícies com a mao de obra agrária existente na actualidade. Em conseqüência, falando da agricultura galega no seu conjunto, nom pode dizer-se que a diminuçom da populaçom activa agrária fora um obstáculo para a transformaçom do monte em pastos.

Isto último, sem embargo, si é certo probavelmente para algumhas comarcas montanhosas ou do interior, onde a contracçom demográfica foi especialmente acusada. Nestas zonas, o despovoamento alcançou umha intensidade tam elevada, que fai difícil a posta em produçom das superfícies de monte, e está ameazada a própria supervivência da actividade agrária. É pensando nestas comarcas concretas, polo que podemos incluir a forte caída da PAA entre os factores que obstaculizárom a conversom do monte em pastos.

4. Outro obstáculo a esta transformaçom constitui-no a pervivéncia, em parte das terras de monte baixo, dalgumhas das funçons tradicionais que estas cumpliam para as exploraçons agrárias. Os dados recolhidos por E.Díez Patier e F.Sineiro a finais da década dos 70 em diversas zonas de Galiza, amostram que nesta data tinham desaparecido quase por completo as rozas ou estivadas, e também a recolhida de lenha. Pero nom sucedia o mesmo com o pastoreo do gado no monte, e sobretodo com a corta de tojo para cama do gado e para a produçom de esterco; aproveitamentos estes que continuavam realizando, em parte das suas terras a monte, umha elevada proporçom dos agricultores[90]. Isto está ligado ao feito de que numha grande parte das exploraçons continuam mantendo-se as cortes tradicionais para o gado; e também à escassez de dinheiro dos agricultores, que dificulta a compra de adubos minerais.

Nos casos em que se mantenhem esses usos tradicionais do monte, a roturaçom destas superfícies exigiria: que os agricultores dispuxeram de

---

[90] Concretamente, na amostra referida a 9 municípios da meseta interior galega, o 85,5% dos agricultores declaravam seguir cortando o tojo, e o 53,5% realizavam o pastoreo no monte. (Ver: DIEZ PATIER,E. /SINEIRO,F., op. cit., pag. 16)

Na amostra integrada por 8 concelhos de diversas comarcas, essas percentagens eram, respectivamente, do 75,4% e o 30,9%. (Ver: DIEZ PATIER,E., op. cit., pag. 40)

numerário para a adquisiçom de adubos no exterior; e isso fazia também necessário a reforma da corte, a construçom de establos modernos, de tal modo que puderam prescindir do tojo. Neste sentido, podemos dizer que a conversom em pastos do monte tinha nestes casos um "custo de oportunidade" (representado polos aproveitamentos que continuam efectuando-se). Pero umha forma mais correcta de plantejar a questom é sinalar que: o processo implicava umha reestruturaçom global da exploraçom, que nom estava ao alcance de muitos agricultores.

5. Finalmente, hai que ter em conta que **essa transformaçom em pastos requeria a realizaçom de uns investimentos (na preparaçom da terra, a sementeira e o abonado), que, se nom eram excessivos, si podem considerar-se importantes**; sobretodo se os comparamos com a escassa capacidade de autofinanciamento da maioria das exploraçons galegas. Isto supuxo outro impedimento a umha maior difusom do processo. Ademais, neste mesmo sentido, hai que sinalar a insuficiéncia das ajudas oficiais que se estabelecérom neste campo[91].

A relevância deste factor aparece confirmada polas respostas que oferecem os próprios agricultores. Estes, ao ser perguntados polos problemas que obstaculizam a conversom do monte em pastos, situam sempre no primeiro lugar a falta de médios económicos[92].

Num plano mais geral, pode afirmar-se que a roturaçom de umha extensom apreciável de monte particular só era possível, e só tinha sentido, como parte de um processo de transformaçom global da exploraçom. Processo este que devia incluir também: a construçom de novos establos, a ampliaçom da cabana gadeira (e no seu caso a modificaçom na composiçom desta cabana), a compra de maquinária, etc. Esta reestruturaçom global da exploraçom implicava uns fortes investimentos, que a maior parte dos agricultores nom estavam em condiçons de afrontar. E, ademais, a sua realizaçom de forma rentável estava condicionada por outros factores: a superfície total da que disponhia a exploraçom, a idade do titular e as perspectivas de sucessom,... . Daí o carácter fortemente selectivo que tivo o processo de modernizaçom registado na agricultura galega ao longo das últimas décadas, de tal forma que as exploraçons que efectuárom de um

---

[91] Sobre este tema, ver as observaçons que se realizam no trabalho:
-SINEIRO GARCIA,F. / DIAZ DIAZ,N., "A producción gandeira nas terras a monte...", op. cit., pp. 234-237.

[92] Ver as respostas obtidas nos estudos:
-DIEZ PATIER, Eduardo /SINEIRO, Francisco, op. cit., pag. 17.
-DIEZ PATIER, Eduardo, op. cit., pp. 41-42.

modo relativamente coerente essa reestruturaçom global, representam umha percentagem mui reduzida do total[93].

Isto explica em boa medida a reduzida magnitude global que alcançou a conversom em pastos do monte particular. E explica, assimesmo, o carácter fortemente selectivo que tivo também este processo: como vimos anteriormente, a ampliaçom da SAU a costa do monte, só registou certa relevância nas categorias de exploraçons médias (aquelas com umha superfície total entre 10 e 50 hes).

A modo de síntese, podemos indicar que a transformaçom em pastos do monte particular, viu-se limitada nas 3 últimas décadas por dous grandes tipos de obstáculos:

-Por um lado, estám aqueles que se derivam ou se relacionam com a situaçom das próprias terras de monte: o acusado parcelamento e deficientes accesos a estas superfícies; e o feito de que umha grande parte delas fórom arvoradas, nos decénios imediatamente anteriores ou neste mesmo período (os últimos 30 anos).

-Ao lado disso, temos os obstáculos ao processo que se derivam da situaçom das exploraçons; as limitaçons ao nível de cada unidade de produçom, que fream globalmente a sua transformaçom, e portanto também a roturaçom das terras a monte. Aqui podemos citar: a falta de capacidade de financiamento, a insuficiente superfície de partida, etc.

---

[93] Isto comprova-se tanto se analisamos a informaçom dos sucessivos censos agrários, como ao través de estudos mais detalhados de carácter comarcal. Referindo-nos em concreto ao sector lácteo, que foi aquel no que se produziu um maior dinamismo, pode consultar-se por exemplo os dados oferecidos nos trabalhos:

-DIEZ, Xosé Luis /POSADA, Carlos /ESTEVEZ, Eduardo, "Producción de leite en Galicia.", em:

VARIOS, Producións gandeiras de Galicia op. cit., pp. 107-151.

-POSADA, Carlos /ESTEVEZ, Eduardo, "A pequena agricultura e a producción de leite no horizonte da CEE.", em:

VARIOS, III Xornadas agrarias galegas., Publicaçons da Excma. Diputaçom Provincial de A Corunha, A Corunha, 1987, pp. 15-55'

5.2. Os factores que obstaculizárom a transformaçom em pastos dos montes vizinhais.

Dadas as zonas de Galiza nas que estes se concentram, os montes vizinhais ocupam em geral terras de pior qualidade que os de propriedade particular[94]; e, portanto, a percentagem da superfície que é apta para usos agrários, assi como os rendimentos que podem obter-se, som em conjunto menores nestes espaços comunais. Apesar de todo, a roturaçom e transformaçom em pastos era também possível numha parte nom despreciável destas terras, como ponhem de manifesto os dados sobre a capacidade produtiva dos solos[95]. Portanto, devemos perguntar-nos também neste caso, polos factores que impedírom que esse potencial fora aproveitado numha medida significativa durante as 3 últimas décadas.

Todos os obstáculos que acabamos de sinalar para os montes particulares, operárom também no caso dos montes vizinhais; com umha única excepçom: o elevado grau de parcelamento, problema este que nom encontramos nestas últimas superfícies. Pero, em sentido contrário, aqui incidírom alguns factores adicionais de grande relevância, derivados das vicisitudes que seguiu o régime jurídico destas terras:

-A apropriaçom dos montes vizinhais por parte dos concelhos, consumada na primeira metade deste século. O que vai dar lugar, a partir dos anos 40, à florestaçom de umha porçom destas superfícies, apesar da oposiçom mais ou menos explícita dos vizinhos[96].

---

[94] Sobre isto consultar por exemplo:
-CONSELLERIA DE AGRICULTURA, GANDERIA E MONTES, Plan forestal de Galicia., Xunta de Galicia, Santiago, 1992, pp. 193 e ss.

[95] Em concreto, essa é a conclusom que se obtém ao analisar conjuntamente dous tipos de informaçom: a referida às superfícies potencialmente dedicáveis a pastos nos diversos municípios, que nos oferecem F.Díaz-Fierros e F.Gil Sotres; e os dados sobre a superfície ocupada polos montes vizinhais a nível municipal.
Sobre os primeiros dados, consultar:
-DIAZ-FIERROS, F. /GIL SOTRES, F., "Cálculo do potencial productivo en pastos...", op. cit., pag. 75.
O segundo tipo de cifras pode encontrar-se por exemplo no livro:
-PRADA BLANCO, Albino, op. cit., pag. 89.

[96] Esta oposiçom vizinhal manifestou-se nalguns casos em forma de conflitos mais ou menos abertos. Pero, de um modo mais geral, constata-se que umha grande maioria dos agricultores das zonas afectadas estavam em contra da florestaçom realizada polo Estado.

-Naqueles casos em que a florestaçom nom chegou a produzir-se, criou-se sem embargo umha situaçom de inseguridade, no que respeita à propriedade das terras e ao seu uso polos vizinhos, que desincentivava qualquer empresa de transformaçom em pastos.

Estes problemas jurídicos desaparecérom com a progressiva devoluçom dos montes aos seus proprietários, efectuada ao longo dos anos 70 e 80. Pero esta devoluçom encontrou já às comunidades vizinhais numha situaçom mui diferente à de 30 ou 40 anos antes: sumidas em geral num forte retrocesso demográfico, e numha crise profunda dos vínculos colectivos; todo o qual dificulta umha eventual mobilizaçom das terras para usos agro-gadeiros.

Por outra parte, desaparecidos esses problemas jurídicos, seguem vigentes em cámbio os outros obstáculos à transformaçom em pastos, os mesmos que sinalávamos para os montes particulares. Neste sentido, o feito a salientar é que estes obstáculos som os que passam agora a um primeiro plano, também nos montes vizinhais: os problemas de financiamento, de assessoramento técnico para a implantaçom dos pastos, etc.[97]

6. AS CONSEQUENCIAS QUE SE DERIVAROM DESSA EVOLUÇOM DOS USOS DA TERRA (DA AUSENCIA DE UMHA AMPLIAÇOM GLOBAL DA SAU A COSTA DO MONTE).

A evoluçom dos usos da terra que constatamos na análise anterior, e concretamente o feito de que nom se produzira umha ampliaçom global da SAU a costa do monte, tivo umhas profundas conseqüéncias para a dinámica das

---

Isto é confirmado, por exemplo, nos inquéritos já citados de E.Díez Patier e F.Sineiro. Aqui interroga-se em primeiro lugar aos agricultores sobre a existéncia ou nom na sua zona de repovoamento florestal realizado polo Estado; e, para aqueles casos nos que si o houvo, pergunta-se se creem que isto foi bom. A resposta a esta última questom nom deixa lugar a dúvidas: entre o 80% e o 87% respondem negativamente, e só o 10%-15% valoram positivamente as repovoaçons. Ver:
-DIEZ PATIER, Eduardo /SINEIRO, Francisco, op. cit., pp. 49-50.
-DIEZ PATIER, Eduardo, op. cit., pag. 44.

[97] Consultar a análise que sobre este tema é oferecida no livro:
-FERNANDEZ LEICEAGA, Xoaquín, Economía (política) do monte galego. op. cit., pp. 158-162.

exploraçons agrárias; e condicionou de forma decisiva as mudanças que experimentou a agricultura galega ao longo das 3 ou 4 últimas décadas. Por umha parte, isso está estreitamente vinculado com a questom central que abordamos nesta segunda parte da investigaçom: o pequeno tamanho que apresentam em Galiza as exploraçons agrárias, e os escassos avances que se produzírom neste aspeito durante os decénios recentes. Por outro lado, adoptando umha perspectiva agregada ou macro-económica, a evoluçom que registárom os usos da terra constitue a origem dalgumhas das debilidades fundamentais do modelo gadeiro que se configurou neste período; explicando em boa medida os pobres resultados que este ofereceu, no que respeita à melhora da renda dos agricultores.

Imos desenvolver brevemente esta argumentaçom, examinando os efeitos que tivo a ausência de umha ampliaçom da SAU, desde as duas perspectivas sinaladas.

6.1. A persisténcia do pequeno tamanho das exploraçons.

O primeiro tipo de efeitos que se derivárom da evoluçom descrita, refirem-se à dimensom das exploraçons agrárias. Como indicamos no seu momento, a priori existiam duas vias para incrementar em Galiza a SAU/exploraçom durante as últimas décadas: o processo de desapariçom e concentraçom de unidades de produçom; e a ampliaçom da SAU mediante a roturaçom de terras a monte. No capítulo anterior vimos já que a primeira das vias tivo na prática umha escassa relevância, de tal modo que a superfície total/exploraçom nom aumentou praticamente nos 30 últimos anos. Pois bem, o que nos indicam os dados sobre os usos da terra é que tampouco a segunda via alcançou umha magnitude importante; e, portanto, isto nom permitiu tampouco incrementar de forma notável a SAU/exploraçom.

O resultado final de todo isso é o que já constatamos no capítulo anterior: a SAU média por exploraçom continua sendo na actualidade em Galiza mui reduzida, estando mui por baixo da que se regista tanto na agricultura espanhola como na CEE-12. Este feito, reiteramos, deve-se em parte à inexisténcia nos decénios recentes de umha ampliaçom global da SAU a costa do monte.

Para completar o razoamento, temos que acrescentar um dado adicional: a reduzida base territorial que apresentam em Galiza as exploraçons, constitue, à sua vez, a causa fundamental de que a dimensom económica destas unidades produtivas seja mui pequena; e portanto, podemos dizer também que essa é a principal causa do baixíssimo nível que alcança a produtividade do trabalho na agricultura galega.

Os resultados obtidos na "Encuesta sobre la estructura de las explotaciones agrícolas" de 1987, permitem ilustrar empíricamente estas últimas afirmaçons. Esses resultados[98] indicam-nos que a Marge Bruta Total/exploraçom (que pode identificar-se com a dimensom económica destas unidades produtivas), era em Galiza de unicamente 2,94 UDE[99], o que suponhia pouco mais de 1/4 da dimensom média das exploraçons na CEE-12 (10,79 UDE). Isto fazia que fora também mui reduzido na nossa agricultura o índice MBT/UTA, que pode tomar-se como um indicador da produtividade aparente do trabalho. Em concreto, o valor deste índice era em Galiza de 2,08 UDE, frente a umha médida comunitária de 10,21 UDE, quase 5 vezes superior.

Vaiamos agora com as causas dessa pequena dimensom económica das exploraçons galegas. Neste sentido, é útil descomponher o índice MBT/exploraçom em dous elementos ou factores condicionantes: a SAU/exploraçom, e a MBT/he de SAU. O primeiro rátio reflecte o tamanho da base territorial das exploraçons; mentres que o segundo expressa o grau de intensidade da produçom agrária por unidade de superfície. Podemos escrever assi a seguinte igualdade: MBT/expl. = SAU/expl. * MBT/he SAU .

Pois bem, os dados da EEEA 1987 amostram que a MBT/he alcançava em Galiza um nível similar e mesmo ligeiramente superior à média comunitária: 0,94 UDE e 0,81 UDE, respectivamente. Portanto, o feito de que a MBT/exploraçom seja mui pequena na nossa agricultura, deve-se integramente ao reduzido valor da SAU/exploraçom: 3,12 hes, frente a umha média na CEE-12 de 13,35 hes[100].

Em resumo:

-A escassa entidade que alcançou a transformaçom do monte em pastos, unida à prática auséncia de um processo de desapariçom e concentraçom de exploraçons, trouxo como conseqüência que a

---

[98] Todas as cifras que oferecemos a continuaçom procedem da elaboraçom dos resultados dessa estatística que é publicada no livro:
-IDEGA, A economía galega. Informe 1990-91., Fundación Caixa Galicia, 1992, pp. 61 e ss.

[99] UDE: Unidade de Dimensom Europeia. 1 UDE equivale nesse ano a 1.200 ECU, o que supom aproximadamente umhas 170.000 pts. (Ver: IDEGA, op. cit., pp. 61-62)

[100] O mesmo pode afirmar-se no que respeita à produtividade do trabalho: o seu baixíssimo nível na agricultura galega explica-se fundamentalmente pola reduzida SAU disponível por trabalhador (o valor reduzido da SAU/UTA).

SAU/exploraçom aumentara mui pouco durante os 30 últimos anos, fazendo assi que o seu valor siga sendo hoje mui pequeno.

-Isto último é, à sua vez, a causa esencial da reduzida dimensom económica que apresentam as exploraçons agrárias em Galiza, e do baixo nível que regista aqui a produtividade do trabalho na agricultura.

6.2. As conseqüências para a dinámica do subsector gadeiro, e o seu reflexo na evoluçom da renda dos agricultores.

Abordemos agora a questom num plano agregado ou macro-económico. Desde esta perspectiva, a ausência de umha mobilizaçom importante das terras de monte para a produçom de pastos, tivo profundas implicaçons para a dinámica do subsector gadeiro, e do conjunto da agricultura galega, durante as últimas décadas. Estas implicaçons podemo-las esquematizar do seguinte modo:

i. Em primeiro lugar, isso limitou fortemente o crescimento da Produçom Final Gadeira; e fixo que este crescimento fora muito menor do que potencialmente era possível, tendo em conta a capacidade de produçom forrageira existente em Galiza.

ii. Na medida em que o incremento da PFG se efectuou, ao nom ir este acompanhado de umha expansom paralela da superfície e a produçom forrageira própria, tivo que operar-se a costa de umha crescente dependéncia das compras de alimentos concentrados para o gado. Se temos em conta que as matérias primas para a obtençom dos pensos procedem, numha elevada percentagem, do exterior de Galiza e também do exterior de Espanha, podemos afirmar que se originou umha crescente dependéncia das importaçons de alimentos para o gado.

Portanto, a ausência de umha ampliaçom global da SAU a costa do monte: condicionou, por um lado, a dimensom do subsector gadeiro galego, em especial a da gadaria bovina (expressada nos volumes de produçom, ou também no tamanho da cabana); e, ao mesmo tempo, marcou de forma decisiva o modelo produtivo que se configurou nestas décadas, resultando um modelo intensivo, fortemente dependente das importaçons de alimentos para o gado.

Os cálculos realizados por F.Díaz-Fierros e F.Gil Sotres permitem ilustrar, e quantificar, essas duas afirmaçons. Dacordo com o seu estudo sobre a

capacidade produtiva em pastos dos solos de Galiza, a superfície potencialmente dedicável a este uso aproxima-se a 1.500.000 hes. Esta superfície, aplicando nela um nível médio de abonado (100 Kg/he de adubos fosfóricos, e outro tanto de adubos nitrogenados), permitiria manter, sem um recurso importante aos concentrados, umha cabana bovina superior a 2.100.000 cabeças[101]. Na realidade, sem embargo, esta cabana limita-se actualmente a umhas 750.000 cabeças[102], é dizer, pouco mais de 1/3 daquela cifra potencial. Pero ademais, nem sequer esta cabana pode ser mantida com a produçom forrageira realmente existente. Em concreto, a superfície que ocupam actualmente os prados e pastizais (umhas 350.000 hes) nom chega a 1/4 da cifra potencial, polo que os autores estimam que esta pode soster como muito umhas 480.000 cabeças[103]. Para chegar às 750.000 existentes na realidade, só queda o recurso aos concentrados, dos que depende pois em boa medida a alimentaçom do gado bovino.

Resulta também ilustrativo do que afirmamos a evoluçom que experimentárom nas últimas décadas as compras de pensos por parte da agricultura galega. Dacordo com os dados estimados nos estudos bianuais do Banco de Bilbao, o valor dessas compras em pesetas correntes multiplicou-se por 24 entre 1962 e 1977; passando de representar o 13,5% do valor da PFG na primeira data, ao 43,8% 15 anos depois[104]. É dizer, que se em 1962, por cada 100 pts de produçom gadeira obtida, os agricultores só tinham que dedicar 13 pts à compra de pensos, em 1977 esta cifra elevava-se a 44. Portanto, o incremento da PFG que se operou neste período, baseou-se em grande medida num recurso crescente às compras de alimentos concentrados. E esta evoluçom prosseguiu durante a etapa mais recente, como ponhem de manifesto as

---

[101] Ver: DIAZ-FIERROS,F. / GIL SOTRES,F., "Cálculo do potencial productivo en pastos...", op. cit., pag. 81.

[102] Concretamente, o censo total de gado bovino é em 1989 de 756.500 cabeças, depois de um acusado descenso nos últimos anos (em 1987 a cifra era aproximadamente de 1 milhom de cabeças). Ver:
-IDEGA, A economía galega. Informe 1990-91. op. cit., pag. 103.

[103] Ver: DIAZ-FIERROS,F. / GIL SOTRES,F., op. cit., pag. 81.

[104] Ver: COLINO, Xosé / PEREZ TOURIÑO, Emilio, Economía campesiña e capital. A evolución da agricultura galega 1960-1980., Ed. Galaxia, Vigo, 1983, pag. 139.

estimaçons anuais das macromagnitudes agrárias que publica o Ministério de Agricultura a partir de 1976[105].

Comprovamos aqui a enorme transcendéncia que para a agricultura galega tivérom os fenómenos que afectárom às terras a monte ao longo do século actual, e que vam dificultar ou impedir a mobilizaçom agrária destas superfícies, quando isto se fazia mais necessário, a partir dos anos 60. Esses fenómenos (a pulverizaçom parcelária do monte particular, a usurpaçom da propriedade dos montes vizinhais, o forte repovoamento florestal que tem lugar numhas e outras superfícies), privárom às exploraçons agrárias da reserva com a que contavam para expandir a sua SAU, deixando-as reduzidas ao estreito espaço agrário existente no sistema tradicional. Deste modo, o crescimento registado pola produçom gadeira durante as 3 últimas décadas foi modesto, e tivo que realizar-se ao través de umha intensificaçom produtiva sobre esse reduzido

---

[105] Estas estimaçons do MAPA oferecem para Galiza umhas cifras bastante diferentes das suministradas polo Banco de Bilbao, no que se refire à importáncia das compras de pensos. Assi, a relaçom "Compras de pensos/PFG" era em 1976, segundo o MAPA, do 25,3%, frente ao 43,8% estimado polo Banco de Bilbao para 1977. Portanto, isto leva a relativizar a imagem que se desprendia destes dados.

Sem embargo, a série do MAPA coincide em sinalar a tendéncia crescente do citado índice, e que esta continua no período mais recente: do 25,3% em 1976 o seu valor elevou-se ao 29,5% em 1986. Ver:

-INSTITUTO GALEGO DE ESTADISTICA, A Estadística na Agricultura. op. cit., pp. 126-127.

Todos esses dados refirem-se ao conjunto da produçom gadeira, incluindo também portanto os subsectores porcino e avícola, nos que a produçom é obtida maioritariamente em granjas sem terras. Contamos, sem embargo, com dados que confirmam que também na produçom bovina, e em concreto nas exploraçons leiteiras, se regista umha excessiva dependéncia dos pensos, indo isto associado com umha subutilizaçom da superfície da exploraçom. Assi, num informe recente, referido às exploraçons incluídas no "Programa de Xestión de Explotacións de Leite" da Conselharia de Agricultura, fai-se o seguinte diagnóstico: *"Mentras os consumos de concentrados podemos consideralos excesivamente altos (...), o grado de emprego dos fertilizantes químicos foi reducido para o nivel de carga gandeira existente..."* (BARBEYTO NISTAL, Fernando, Productividade, manexo e custos de producción nas explotacións de vacuno de leite en Galicia., Xunta de Galicia, Santiago, 1990, pag. 9).

espaço agrário, baseando-se em grande medida no emprego de pensos[106]. A situaçom resultante nom pode ser mais irracional: Galiza importa actualmente grandes quantidades de matérias primas para a alimentaçom animal; ao mesmo tempo que tem umhas 400.000 hes aptas para a produçom de pastos, que estám arvoradas; e hai umhas 800.000 hes de monte baixo, praticamente improdutivas ou com um aproveitamento escasso, muitas das quais poderiam também ser transformadas em pastos[107].

As limitaçons expostas (freo ao crescimento da produçom gadeira, necessidade de realizar um forte incremento das compras de pensos), tivérom o seu reflexo final na evoluçom que experimentou a renda dos agricultores. Neste sentido, pode afirmar-se que a ausência de umha ampliaçom global da SAU foi um dos factores esenciais que limitou o aumento da renda/activo na agricultura galega ao longo das últimas décadas; contribuíndo, portanto, a explicar os níveis extremadamente baixos que esta renda regista na actualidade.

Imos ver primeiro o que nos indicam os dados estatísticos; para passar depois brevemente à sua explicaçom ou interpretaçom.

Se examinamos a evoluçom das macromagnitudes agrárias em pesetas constantes durante o período 1962-1979, encontramo-nos em Galiza com as

---

[106] A.Bouhier foi o primeiro autor que soupo captar as fortes implicaçons que, para o futuro da agricultura galega, tinham as mudanças experimentadas polo monte neste século; e em particular, os custos de oportunidade que, do ponto de vista da produçom agrária, tinha a florestaçom indiscriminada das terras a monte. Ver:
-BOUHIER, Abel, La Galice... op. cit., pp. 1050-1057.

Sobre esta questom, som também interessantes os dados a nível municipal que oferece no seu recente estudo A.Prada, analisando a relaçom existente entre: a escassez de pastos nos distintos concelhos, a intensidade alcançada neles pola repovoaçom florestal, e a localizaçom das indústrias de pensos compostos. Ver:
-PRADA BLANCO, Albino, op. cit., pp. 141-145.

[107] O chamativo, e o grave, no caso galego, nom é pois a existéncia de um elevado volume de importaçons de matérias primas para a alimentaçom animal; senom o feito de que isso se produze ao mesmo tempo que umha grande quantidade de terras aptas para pastos, estám improdutivas ou dedicadas à produçom florestal.

seguintes tendéncias[108]: a Produçom Final Agrária (PFA) aumentou nestes 17 anos num 59,9%; isso foi acompanhado, sem embargo, de um crescimento muito mais intenso dos Gastos correntes e Amortizaçons do sector (o seu volume em pts. constantes aumentou neste período num 708%, é dizer que se multiplicou por 7); como conseqüéncia disso, o Valor Acrescentado Neto (VAN) do sector agrário nom se incrementou em absoluto, e sofriu ao contrário umha reduçom do 17,3% no conjunto do período[109]. Esta foi a evoluçom da renda agrária global. Apesar dessa reduçom da renda global, a renda/activo aumentou, pero fixo-o a umha taxa mui modesta, claramente inferior à registada no conjunto da agricultura espanhola[110].

Isso foi o que sucedeu no período 1962-1979. As tendéncias anteriores deteriorárom-se ainda mais nos anos finais da décadais da década dos 70 e na dos 80. Assi, a evoluçom que se constata para o período 1977-1986 está definida por estes traços[111]:

-O valor da PFA (sempre em pts constantes) aumentou nestes 9 anos unicamente num 9,0%, produzindo-se pois umha nítida ralentizaçom a respeito do período anterior.

-Os Gastos Correntes e Amortizaçons seguírom medrando a forte ritmo.

-Como resultado disso, a renda agrária global sofriu um importante descenso (-34,7% nos 9 anos). E o que é ainda mais relevante, a renda/ocupado registou também em Galiza umha diminuçom (-15,9% entre 1977 e 1986);

---

[108] Estas cifras estám tomadas do trabalho:

-QUINTAS, Juan / CABALLERO, Abel, "Mercantilización y transformación de la agricultura.", El Campo, no. 86, abril-junho 1982, pp. 147-150.

A série estatística que elaboram estes autores para o citado período (em pts. constantes de 1970), procede das estimaçons realizadas polo Banco de Bilbao nos seus conhecidos estudos.

[109] Como é sabido, as citadas macromagnitudes estám relacionadas pola fórmula: VAN = PFA - GC e Amort.

[110] Sobre a evoluçom da renda agrária unitária que se registou neste período em Galiza e Espanha, consultar:

-COLINO, Xosé / PEREZ TOURIÑO, Emilio, Economía campesiña e capital... op. cit., pp. 153-156.

[111] Tomamos estas cifras do estudo:

-IDEGA, A economía galega. Informe 1988., Fundación Caixa Galicia, 1989, pp. 98-108.

Neste caso a série procede das estimaçons que, a partir de 1976, publica o MAPA.

deteriorando-se todavia mais, e de modo considerável, a sua relaçom com a média da agricultura espanhola.

Em resumo, podemos observar que a PFA experimentou durante as três últimas décadas um incremento modesto; e este incremento levou aparelhado, ou fixo-se a costa de, um crescimento intenso dos gastos correntes e amortizaçons do sector. O resultado final foi que a renda agrária global registou um importante descenso, que se agudiza com o passo do tempo; e a renda/activo aumentou só de forma modesta nos anos 60 e 70, para diminuir na década dos 80.

Pois bem, sem pretender com isto oferecer umha explicaçom completa, hai dous factores esenciais que, ao nosso juiço, explicam em boa medida essa evoluçom:

a. O primeiro é o que constatamos neste capítulo: a ausência de umha ampliaçom global da SAU a costa do monte. Como já indicamos, isto limitou o incremento da PFA (e em concreto da PFG). E fixo, ademais, que o aumento registado pola produçom nom se apoiara na mobilizaçom dos recursos forrageiros próprios; obrigando assi a um elevado gasto na compra de pensos, o que recorta a renda por unidade de produto.

b. O outro factor que freou o crescimento da produtividade e da renda por trabalhador, foi o mantenimento da reduzida superfície média por exploraçom, e a persisténcia também do elevado grau de parcelamento das terras. Isto trouxo como conseqüéncia que os quantiosos investimentos realizados polos agricultores em bens de capital fixo, nom foram acompanhados de umha utilizaçom rentável dos mesmos; polo que a carga relativa que suponhem as amortizaçons (em relaçom aos volumes de produçom obtidos) aumentou rapidamente, alcançando na actualidade níveis mui elevados. O exemplo paradigmático do que afirmamos constitue-no as compras de maquinária para o trabalho da terra: a pequena superfície e o elevado parcelamento das terras na maior parte das exploraçons, levárom a umha subutilizaçom geralizada desta maquinária[112].

Globalmente, vemos pois que as questons relativas à base territorial das exploraçons e à utilizaçom da terra, ocupam um lugar central na problemática actual da agricultura galega, e nas debilidades do processo de mudanças registado nas últimas décadas. As escassas

---

[112] Consultar, por exemplo, a análise sobre este tema (o subemprego da maquinária), que é realizada para a comarca da Terra Chá de Lugo no estudo: -VARIOS, La explotación agraria familiar., Servicio de Publicaciones Agrarias. Ministerio de Agricultura, Madrid, 1977, pp. 61-78.

transformaçons que se produzírom em ambos campos, confluírom num fenómeno: o escasso aumento que experimentou durante os 30 últimos anos a SAU/exploraçom, e o seu reduzido valor na actualidade. O qual, à sua vez, é a principal causa dos baixos níveis que registam a produtividade e a renda por persoa ocupada.